JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Consórcio Intermunicipal Portal do Araguaia 4
Prefeitura Municipal de Acorizal 4
Prefeitura Municipal de Água Boa 5
Prefeitura Municipal de Alto Garças 5
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 6
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 7
Prefeitura Municipal de Apiacás 9
Prefeitura Municipal de Araguaiana 9
Prefeitura Municipal de Araputanga 10
Prefeitura Municipal de Arenápolis 11
Prefeitura Municipal de Aripuanã 11
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 15
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 26
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 27
Prefeitura Municipal de Cáceres 27
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 31
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 34
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 34
Prefeitura Municipal de Carlinda 36
Prefeitura Municipal de Castanheira 38
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 61
Prefeitura Municipal de Cláudia 64
Prefeitura Municipal de Colniza 69
Prefeitura Municipal de Confresa 82
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 106
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 106
Prefeitura Municipal de Curvelândia 107
Prefeitura Municipal de Denise 108
Prefeitura Municipal de Diamantino 140
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 142
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 143
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 144
Prefeitura Municipal de General Carneiro 144
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 146
Prefeitura Municipal de Indiavaí 147
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 148
Prefeitura Municipal de Itanhangá 150
Prefeitura Municipal de Itiquira 153
Prefeitura Municipal de Juara 163
Prefeitura Municipal de Luciara 164
Prefeitura Municipal de Marcelândia 166
Prefeitura Municipal de Matupá 166
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 173
Prefeitura Municipal de Nobres 173
Prefeitura Municipal de Nortelândia 174
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 175
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 176
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 178
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 179
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 182
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 197

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 198
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 216
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 216
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 225
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 225
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 241
Prefeitura Municipal de Paranatinga 241
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 241
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 244
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 245
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 263
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 267
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 270
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 270
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 275
Prefeitura Municipal de Poxoréu 280
Prefeitura Municipal de Querência 281
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 306
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 306
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 306
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 307
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 307
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 310
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 337
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 338
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 339
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 345
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 348
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 352
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 354
Prefeitura Municipal de Sinop 354
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 356
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 405
Prefeitura Municipal de Tesouro 406
Prefeitura Municipal de União do Sul 407
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 411
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 417

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
AVISO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 001/2017 SRP 001/2017
MENOR PREÇO POR ITEM

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2017 SRP 001/2017

MENOR PREÇO POR ITEM

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM) com sede a Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº. 3920, Centro Administrativo, Cuiabá/MT, pelo seu pregoeiro, torna público para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor preço por ITEM, para "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS**. Hora: às 09:00 horas (Horário Oficial de Mato Grosso), do dia **20 de Janeiro de 2017**, na sala de Licitações da Associação Mato-grossenses dos Municípios (AMM). A integra do Edital e esclarecimentos a respeito do presente certame poderá ser obtido no seguinte endereço: Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº. 3920, Centro Administrativo, Cuiabá/MT ou pelo telefone (65)2123-1200 ou através do site: www.amm.org.br/portaltransparencia

Cuiabá, 06 de Janeiro de 2017.

Fábio Albuquerque da Silva

Pregoeiro

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DO ARAGUAIA

RESOLUÇÃO N° 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

RESOLUÇÃO N° 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"Dispõe sobre nomeação de Cargo Comissionado e dá outras providências"

O Sr. GERSON ROSA DE MORAES, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social e Ambiental "Portal do Araguaia" - CIDESAPA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 19, do Estatuto do Consórcio.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Sra. Márcia Cristina Moraes, para o cargo de Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social e Ambiental "Portal do Araguaia" - CIDESAPA;

Art. 2º - O vencimento do cargo de Secretaria Executiva corresponderá ao que determina os Anexos I e II da Resolução nº 14/2010, alterada e atualizada pela Resolução nº 03/2015, sendo CC-01.

Parágrafo Único – A despesa correrá à conta do elemento de despesa 3.1.1.1.00.00. – Vencimento e Vantagens Fixas, do orçamento corrente.

Art. 3º - Fica autorizado mediante o Conselho Diretor que a Secretaria Executiva, poderá efetuar as movimentações bancarias e financeira do Consorcio em conjunto com o Presidente, autorizado pelo Conselheiro Executivo e com anuência do Conselheiro Fiscal, podendo apenas efetuar pagamentos via transferências eletrônicas e cheques nominais, requerer aplicação dos recursos quando necessários, solicitar extratos e saldos bancários, mediante autorização expressa do Presidente.

Parágrafo único – A medida se faz necessária para dar agilidade aos procedimentos financeiro a e administrativos do consórcio.

Art. 4. º - Está Portaria terá seus efeitos até 31/12/2018.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, ao primeiro (02) dia do mês de janeiro do ano de dois mil dezessete (2017).

GERSON ROSA DE MORAES

PRESIDENTE DO CIDESAPA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

PORTARIA DE NOMEAÇÃO 001/2017

PORTARIA Nº. 001/2017

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICIPIO DE ACORIZAL - MT".

O Prefeito Municipal de Acorizal – MT, **SR. CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA**, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **SR. NILTON GERALDINO CPF Nº. 020. 763.648-62,** para exercer o Cargo de Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento do Município de Acorizal - MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 02 de janeiro de 2017.

_____

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA DE EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 009/2016, de 31 de dezembro de 2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA ASSESSORA CONTÁBIL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016"

A Câmara Municipal de Acorizal-MT, por seu Presidente Sr. Adão de Paula Neponoceno, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Srª. JOSINEIDE MARIA DE SOUZA E SILVA, inscrita no CPF n.º 688.312.261-34, e no RG n. º 1007733-2 SSP/MT, devidamente inscrita no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, sob o n.º MT-009839/O-2, para o Cargo de Assessora Contábil desta Câmara Municipal para o exercício de 2016, com base no Art. 25 da Lei Municipal nº. 831/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Gabinete do Presidente, 31 de dezembro de 2016.

_____

ADÃO DE PAULA NEPONOCENO

Presidente

PORTARIA DE EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº. 008/2016

De 31 de dezembro de 2016.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO ASSESSOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016"

A Câmara Municipal de Acorizal-MT, por seu Presidente Sr. Adão de Paula Neponoceno, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Drº. CLÓVIS CÍCERO DE SÁ, inscrito no CPF n.º 110.191.311-87, e no RG n. º 0347004-0 SSP/MT, devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, sob o n.º OAB/MT 12.569, para o Cargo de Assessor Jurídico desta Câmara Municipal para o exercício de 2016, com base no Art. 25 da Lei Municipal nº. 831/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Gabinete do Presidente, 31 de dezembro de 2016.

_____

ADÃO DE PAULA NEPONOCENO

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
PORTARIA 007/2017

"Concede férias regulamentares a Servidor e dá outras providências".

José Ari Zandoná, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que São conferidas

Considerando Requerimento do Servidor Marcos Liell de 04 de janeiro de 2017.

Resolve:

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares ao Servidor **MARCOS LIELL**, matricula nº 000056, portador do RG nº 1.474.860-6 SSP/MT e CPF nº 011.533.861-60, referente ao período aquisitivo compreendido de 19 de maio de 2015 a 18 de maio de 2016, que serão gozadas de 09 de janeiro de 2017 a 07 de fevereiro de 2017, com retorno previsto para o dia 08 de fevereiro 2017.

Parágrafo Único – Fica a Secretária Executiva da Câmara Municipal autorizada a efetuar o pagamento das férias descritas acima, acrescidas de 1/3 (um terço) do salário normal do Servidor, de conformidade com o estabelecido no Art. 7°, Inciso XVII, da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se dê-se ciência, e cumpra-se.

Sala da Presidência, 06 de janeiro de 2017

José Ari Zandoná

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
PORTARIA 006/2017

"Concede férias regulamentares a Servidora e dá outras providências".

José Ari Zandoná, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que São conferidas

Considerando Requerimento da Servidora Andreia Mignoso de 04 de janeiro de 2017.

Resolve:

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares a Servidora **ANDRÉIA MIGNOSO,** matricula nº 000016, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 569.412.851-68 e RG nº 3.494.082 SSP/SC, referente ao período aquisitivo compreendido de 13 de maio de 2015 a 12 de maio de 2016, que serão gozadas de 09 de janeiro de 2017 a 28 de janeiro de 2017, com retorno previsto para o dia 30 de janeiro de 2017.

§ Único – Fica a Secretária Executiva da Câmara Municipal autorizada a efetuar o pagamento das férias descritas acima, acrescidas de 1/3 (um terço) do salário normal da Servidora, de conformidade com o estabelecido no Art. 7°, Inciso XVII, da Constituição Federal**.Sendo 10 (dez) dias transformados em pecúnia**, no termo do art. 73, da Lei Complementar nº 009/2000.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se dê-se ciência, e cumpra-se.

Sala da Presidência, 06 de janeiro de 2017

José Ari Zandoná

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 051 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia fiscal de contrato para a Secretaria de Administração de acordo com exigência da Lei nº 866/93 e Norma Interna 10/2011, para o ano de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, incisos VI e X da Lei Orgânica do Município:

Considerando o artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e da outras providências", e,

Considerando o item 2.5 da Norma Interna 10/2011 referente aos Contratos.

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a servidora abaixo relacionada para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Secretaria de Administração;

Marisa Junges Ribeiro

RG nº 1199021-0 SSP/MT

CPF nº 842.547.501-53

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 04 de Janeiro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 052 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia os fiscais de contratos para a Secretaria de Saúde de acordo com a exigência da Lei nº 866/93 e Norma Interna 10/2011, para o ano de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, incisos VI e X da Lei Orgânica do Município:

Considerando o artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e da outras providências", e,

Considerando o item 2.5 da Norma Interna 10/2011 referente aos Contratos.

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Secretaria Municipal de Saúde:

SERVIDOR	RESPONSABILIDADE
Jovelina Maria Barbosa	Materiais utilizados e serviços realizados para a Vigilância Sanitária.
Francine Barbosa Faleiro	Serviços médicos de PSF e demais serviços relacionados e feitos nos PSF's e material odontológico.
Robson Fraga Nogueira	Serviços Mecânicos, de limpeza, peças e materiais automotivos.
Isis Priscila Aparecida Leite	Material e serviços para equipamento de raio-x.
Claudia Gasparelo	Serviços prestados ao centro de saúde/hospital municipal, alimentação de pacientes em tratamento e oxigênio.
Kelly Moraes Moura	Casas de apoio, ultrassonografia, exames laboratoriais e passagens, locomoção de pacientes em tratamento.
Luciana Alves David/Roberta Martinez Biscaro	Material de Laboratório.
Suelem Cristina Fraga Moreira	Materiais utilizados e serviços realizados para a vigilância epidemológica e ambental.
Laiane dos Santos Feitosa	Aquisições e serviços prestados para secretaria de saúde.
Roselaine Dias Alves	Medicamentos.
Sonia Fraga de Carvalho	Gêneros Alimentícios, material de limpeza, correlatos, materiais gráficos, material permanente, material de expediente.
Kuedma Cristina Oliveira da Costa	Serviços médicos do centro de saúde.
Michelly Fernanda de Castro	Materiais utilizados e serviços realizados no centro de reabilitação.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 04 de Janeiro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 157/2015.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 157/2015.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CPF Nº 03. 648.532/0001-28 com sede administrativa à Av. Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista em Alto Paraguai-MT, através da Prefeita Municipal, na pessoa do Sr. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, RG Nº 0817649041109 – SSP/RJ e CPF Nº 804.435.751-34

CONTRATADO – INÁ KHARYN MANRIQUE , brasileira, portadora do RG nº 2095244-9 SSP/MT E CPF n.041.842.801-88 , residente e domiciliado na Rua Pedro Teles Menezes, Centro em Alto Paraguai - MT**,de comum acordo resolvem RESCINDIR o contrato entabulado entre as partes, com fulcro na Lei 8666/93 e ofício n. 004/2017 encaminhado pelo Sec. Mun. De Saúde.**

CLÁUSULA 1ª. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:

A presente rescisão se dá com fundamento na Cláusula 10ª. do contrato n°. 157/2015, firmado entre as partes.

CLÁUSULA 2ª. DO OBJETO DA RESCISÃO

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, a partir de 05/01/2017 , nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer titulo e em qualquer época, ressaltando ainda, que com relação à multa prevista na cláusula nona do contrato original não será paga pelo contratante tendo em vista que não foi infringido qualquer das cláusulas ou condições do presente CONTRATO rescindido, sendo direito do CONTRATANTE a rescisão por interesse e conveniência da Administração.

CLAUSULA 3ª. DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino-MT.

CLAUSULA 4ª. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 05 de janeiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves		**Iná Kharyn Manrique**
Prefeita Municipal		Contratada
Testemunhas:		
Gilbert Sousa Lima	Maria Elizabeth Delgado Gomes	
Sec. Municipal Saúde	**Chefe do DRH**	
CPF: 551.388.8881.53	**CPF: 522.499.721.68**	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 024/2017

DECRETO Nº 024/2017

"Dispõe sobre Exoneração da Servidora que menciona".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Lairto João Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica exonerada motivo de ***Aposentadoria por Idade***, do cargo de **Agente de Serviço Público**, efetiva, a Servidora **SANTINA APARECIDA BERGAMINI DA SILVA**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 452.098.981-72.

Artigo 2°. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 05 de Janeiro de 2017.

Lairto João Sperandio

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 034/2017

DECRETO Nº 034/2017

"Dispõe sobre a nomeação de **Chefe da Seção da Cerimonial** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Lairto João Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção da Cerimonial**, código CC- 28.010, oSenhor**Eduardo Candido Borges**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 014. 629.021-62, nos termos da Lei Municipal n° 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 06 de janeiro de 2017.

LAIRTO JOÃO SPERANDIO

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 025/2017

"Autoriza Ordenador de Despesas."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Lairto João Sperandio, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Artigo 1° - Fica delegada a Competência de Ordenador de Despesa à senhora Marilda Garofalo Sperandio, Secretária de Assistência Social, para abrir contas bancárias de depósito em geral, solicitar saldos, extratos e comprovantes bancários, emitir e assinar cheques, efetuar transferências e autorizar pagamentos por meio eletrônico, autorizar a emissão de ordens bancárias, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro, emitir comprovantes em conjunto com o prefeito Municipal, Lairto João Sperandio. Quanto as contas do Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ nº 15.710.477/0001-38.

Artigo 2° - Os Ordenadores de Despesa exercerão as atividades sem prejuízo das demais atribuições dos seus cargos ou funções.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de janeiro de 2017.

LAIRTO JOÃO SPERANDIO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 035/2017

DECRETO Nº 035/2017

"Dispõe sobre a nomeação de **Diretor do Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Lairto João Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeada para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Diretor do Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente**, código *CC-6.100*, a Senhora **Idelvânio Alves da Silva**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 009.186.511-58, nos termos do anexo I, da Lei Municipal nº *390/2004*.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 06 de janeiro de 2017.

LAIRTO JOÃO SPERANDIO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 016/2017

DECRETO Nº 016/2017

"Dispõe sobre a nomeação de **Coordenadora de Administração** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Lairto João Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeada para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Coordenadora de Administração**, código CC- 1.050, a Senhora **MICHELLE ARANTES MANCINE**, CPF/MF – 031.326.731-61, nos termos do anexo I, da Lei Municipal nº *409.2005*.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 01 de janeiro de 2017.

LAIRTO JOÃO SPERANDIO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 032/2017

DECRETO Nº 032/2017

"Dispõe sobre a nomeação de **Diretor do Departamento de Tributação** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Lairto João Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Diretor do Departamento de Tributação**, código CC- 24.300, oSenhor**CARLOS ROBERTO CHAVES MENDES**, CPF/MF – 420.965. 611-91, nos termos da Lei Municipal n° 390/2004.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos ao dia 1º de fevereiro de 2013.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 06 de janeiro de 2017.

LAIRTO JOÃO SPERANDIO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 018/2017

DECRETO Nº 018/2017

"Dispõe sobre a nomeação de **Diretor do Departamento de Trânsito** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Lairto João Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Diretor do Departamento de Trânsito**, código CC- 24.300, oSenhor **CLAUDECI VIEIRA**, CPF/MF – 798.936.511-15, nos termos da Lei Municipal n° 407-2005.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos ao dia 1º de fevereiro de 2013.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 01 de janeiro de 2017.

LAIRTO JOÃO SPERANDIO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 015/2017

DECRETO Nº 015/2017

"Dispõe sobre a nomeação de **Diretor do Departamento de Compras** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Lairto João Sperandio, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Diretor do Departamento de Compras**, código CC- 1.300, oSenhor**PAULO SERGIO PACE**, CPF/MF – 119.914.228-06, nos termos da Lei Municipal n° 390/2004.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 01 de janeiro de 2017.

LAIRTO JOÃO SPERANDIO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 033/2017

DECRETO Nº 033/2017

"Dispõe sobre a nomeação de **Superintendente de Fiscalização e Tributos** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Lairto João Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de ***Superintendente de Fiscalização e Tributos***, código CC- 24.000, oSenhor **Danilo Lopes Borges**, CPF/MF – 934.376.841-91, nos termos da Lei Municipal n° 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 06 de janeiro de 2017.

LAIRTO JOÃO SPERANDIO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 017/2017

DECRETO Nº 017/2017

"Dispõe sobre a nomeação de **Coordenador de Tributos Municipais** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Lairto João Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Coordenador de Tributos Municipais**, código CC- 24.050, oSenhor **EGNALDO PEDRO DOS SANTOS**, CPF/MF – 667.680.201-53, nos termos da Lei Municipal n° 408/2005.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos ao dia 1º de fevereiro de 2013.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 01 de janeiro de 2017.

LAIRTO JOÃO SPERANDIO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 019/2017

DECRETO Nº 019/2017

"Dispõe sobre a nomeação de **Coordenadora de Saúde** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Lairto João Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeada para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Coordenadora de Saúde**, código CC- 4.050, a Senhora **RUBIA APARECIDA DA SILVA**, CPF/MF – 001.143.701-41, nos termos do anexo I, da Lei Municipal nº 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 01 de janeiro de 2017.

LAIRTO JOÃO SPERANDIO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 017/2017

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS

CONTRATADO – **ENIO TYRONE RIBEIRO**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

VALOR MENSAL: R$ 1.313,55 (Hum mil, trezentos treze reais, cinquenta cinco centavos)

VIGÊNCIA - 06/01/2017 à 31/12/2017

CONTRATO Nº. 018/2017

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS

CONTRATADA – **ANA PAULA RAMALHO DE FRANÇA**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE **ZELADORA**

VALOR MENSAL: R$ 937,00 (Novecentos trinta sete reais)

VIGÊNCIA - 06/01/2017 à 31/12/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 027/2017

SÚMULA: DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE AUXILIO DOENÇA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar Auxílio Doença da Servidora **MIRIAM FONTANA MUNHOS ALBUQUERQUE DA SILVA,** portadora da cédula de identidade 1833364-8 SSP/MT e inscrita no CPF sob n. 016.696.401-83 ocupante do Cargo Comissionado de **Chefe do Setor de Regulação**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde até a data de 01/04/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 06 de Janeiro de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 028/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Contratar o Sr. **ENIO TYRONE RIBEIRO,** portador da cédula de identidade nº 1635369-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 461.961. 709-10 no cargo de **Técnico em Enfermagem**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo Seletivo Simplificado 003/2016 - Contrato de Prestação de Serviços nº. 017/2017 em 06 de Janeiro de 2017.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 06 de Janeiro de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 029/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Contratar a Srta. **ANA PAULA RAMALHO DE FRANÇA,** portadora da cédula de identidade nº 2351178-8 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 059.652.521-45 no cargo de **Zeladora**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo Seletivo Simplificado 003/2016 - Contrato de Prestação de Serviços nº. 018/2017 em 06 de Janeiro de 2017.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 06 de Janeiro de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 12/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 12/2017

De 02 de janeiro de 2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Concender férias regulamentares de 30 (Trinta) dias, computados a partir do dia 02 de janeiro de 2017, aos servidores abaixo nominados, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
Ana Cristina M. dos Santos	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Carlos Wagner P. Santos	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Evanildes da Costa Souza	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Hilda Valéria Ferlete	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Hugo Ney Pereira	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Ivanete Ferreira da Rocha	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Ivani Duarte Moraes	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Ivanilda Dutra Vieira	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Lidia Arraes de O. Silva	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Luciane Ferreira da Costa	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Marcia Maria de Oliveira	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Maria Aparecida de Oliveira	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Maria Auxiliadora D. Melo	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Maria de Lurdes B. da Silva	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Maria Lucia P. Laranjeira	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Maria Lucia Ramalho Lima	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Nilcimeire M da Silva Ferreira	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Patricia D. Sousa Aquino	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Regina Ap. F.Costa Diniz	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Rivania M. De Souza Martins	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Suze Eli Sanches	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Viviany Patricia M. dos Santos	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Zaira Silva Freitas	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Noêmia Soares Da Silva	2016/2017	Secr. Mun. De Educação
Marione da Silva Belo	2016/2017	Secr. Mun. De Educação

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 02 de janeiro de 2017.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 149/2016 DE 27 DE DEZEMBRO 2016

PORTARIA Nº 149/2016

De 27 de dezembro 2016

REVOGA PORTARIA

O Sr. JOSÉ MARRANERY, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme preceitua a Lei Orgânica do Município de Araguaiana – MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 09/2014 de 02/01/2014, que nomeia a Sra. **CRISTIANE FERNANDES DUARTE**, portadora da CI RG **nº 1423107-7** - SSP/MT e inscrita no CPF sob o **nº 931.984.851-34**, no cargo de **CHEFE DE DIVISÃO.**

Art. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em 31/12/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 27 de dezembro de 2016.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 38/2017, NOMEAÇÃO DO DIRETOR EXECUTIVO DA PREVIDENCIA MUNICIPAL.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DE SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º: Nomear a Servidora. **MARIONY SOARES DE OLIVEIRA**, efetiva no cargo de Assistente Administrativo, matricula 114, para exercer o Cargo em comissão de Diretora Executiva do Previara - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Araputanga/MT

Artigo 2º: Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando neste ato a portaria nº. 188/2015.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dois (02) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 41/2017, NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DE SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear o Sr. **FRANCISCO DE ASSIS RAMALHO ARAUJO,** para exercer o cargo em comissão de **Assessor Jurídico,** da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dois (02) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 34/2017, NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DE SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear o servidor **Lindomar Vaz da Silva,** ocupante do cargoefetivo de Assistente Administrativo, matricula nº 90, para exercer a função gratificada de **Membro da Junta de Serviço Militar** da Prefeitura Municipal de Araputanga**/MT.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dois (02) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 06/2017, NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DE SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear o servidor **Roozevelt Inacio Mamedes Junior,** ocupante do cargoefetivo de Apoio Administrativo Educacional, matricula nº 1512, para exercer o cargo em comissão de **Procurador Geral** da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dois (02) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
PORTARIA

PORTARIA N.º 006/GP/2017 DE 04 DE JANEIRO DE 2.017.

O Sr. **EDILSON PIRES DOS SANTOS,** Presidente da Câmara Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Vereador e 1º. Secretário da Mesa Diretora **Sr. VALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS ,** portador do RG nº. 11697750 SSP/MT e CPF – 835.566.721-20, a exercer em conjunto com a Presidência desta Casa a gestão financeira da Câmara Municipal de Arenápolis-MT, bem como assinar concomitantemente com o Presidente da Câmara toda movimentação bancária que este órgão possui conta, através do sistema em gerenciador financeiro.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

P U B L I C A - S E

R E G I S T R A - S E

C U M P R A - S E

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT, EM 04 DE JANEIRO DE 2.017.

EDILSON PIRES DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal

Arenápolis/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO POR INCORREÇAO

PORTARIA Nº 9.161/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da srª. **MÁRCIA APARECIDA BALTA DE OLIVEIRA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 0853993-6 SJSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 572.736.341-15, do cargo de Carreira de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNICÍPIO,** lotada na *Secretaria Municipal de Saúde*, a partir do dia 1°/01/2017, tornando sem efeito a Portaria n° 7.938/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.168/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por 90 (noventa) dias por motivo de doença em pessoa da família, para a funcionária Sra. **HAMARA ELIZABETH SARMENTO**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 3263142 SSP/GO e inscrita no CPF sob o nº. 786.812.941-72, ocupante do cargo de Carreira de **FONOAUDIÓLOGO**, *lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com remuneração*, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 – Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de encaminhamento médico (anexo), a partir do dia 1°/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.169/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - PRORROGAR, o prazo da portaria nº **9.045/2016** que dispõe sobre o Processo Administrativo Disciplinar, para os fins que menciona, por mais 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.170/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014, Lei Complementar 105/2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o Sr **HENRIQUE TARCYS XAVIER SANTANA,** portadorda Cédula de Identidade RG nº 2293507-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 041.174.081-43, para exercer o para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento IntermediáriodeDiretor de Departamento de Fiscalização - **DEFIS**,Nível **DAI–01,** *lotado na Secretaria Municipal de Finanças***,** a partir de03/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.171/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014, Lei Complementar 105/2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a srª **ADRIANA BATISTA MIRANDA DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1581393-2 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o nº. 006.297.291-07, para exercer o Cargo em Comissão deDireção e Assessoramento Intermediário de **Divisão Técnica - DIVTEC,** nível **DAI–02,** lotada na Secretaria Municipal de Governo e Planejamento,a partir do dia 03/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.172/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014, Lei Complementar 105/2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o Sr **JOAO DA SILVA MENEZES NETO,** portadorda Cédula de Identidade RG nº 083.227 SSP/MS e inscrito no CPF sob o nº 163. 965.531-04, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Secretário Adjunto de Saneamento Básico - SEASB, DAS–02,** *lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura***,** a partir do dia 03/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.173/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 095/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da srª. **MARIA ELIMAR CRUZ CABRAL,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.467.875 SSP/DF e inscrita no CIC sob o nº 693.201.521-87, do cargo de Carreira de **PROFESSOR 03**, Classe **"C"**, lotada na *Secretaria Municipal de Educação*, a partir do dia 1°/01/2017, tornando sem efeito a Portaria n° 2.021/2004.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.174/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o funcionário Sr. **ANTONIO LAERCIO DUARTE DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 001469025 SSP/MS e inscrito no CPF sob o nº. 002.768.051-78, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"C",** Nível **2,** lotado na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura,* para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Pedagógicode**Diretor Pedagógico das Escolas do Campo - DIPECAM, DAP-02**,a partir do dia 04/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.175/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014, Lei Complementar 105/2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o Sr **DIEGO EMANNUEL DA SILVA AMORIM,** portadorda Cédula de Identidade RG nº 1387899-9 SSP/RO e inscrito no CPF sob o nº 006.294.291-38, para exercer o cargo em Comissão de Direção e assessoramento Intermediário de Departamento de Comunicação - **DECOM,** nível **DAI-01,** lotado na Secretaria Municipal de Governo e Planejamento,a partir do dia 04/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.176/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a Srª **ELIZA ESSER COELHO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº.1205354-6 SJ/MT e inscrito no CPF sob o nº. 004.557.481-28, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediáriode **Chefe de Divisão de Transporte Escolar - DITRES, Nível DAI-02**,lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,a partir do dia 04/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.177/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a srª **ERICA SHIRLEI SANTANA DE OLIVEIRA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1213717949 SSP/BA e do CPF nº 016.782.661-16, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Coordenador de Alimentação Escolar - COOALES,** Nível **DAS–04**,lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,a partir do dia 04/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.178/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 095/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o sr **FABIANO MONTEIRO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1637182-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº.020.254.841-43, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Divisão de Alimentação Escolar** - **DIVALES**, Nível **DAI-02,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir do dia 04/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.179/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a srª **LETICIA CAROLINE DOS SANTOS LEAL**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2610630-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 055.457.621-08, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediáriode **Chefe de Divisão de Conselhos** - **DICON, Nível DAI-02**,lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,a partir do dia 04/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.180/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014, Lei Complementar 105/2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o Sr **LUCAS TAKAHASHI DE PAULA,** portadorda Cédula de Identidade RG nº 2887156-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 065. 183.961-05, para exercer o Cargo em Comissão deDireção e Assessoramento Intermediário de **Diretor de Departamento de Tributos - DETRIC, DAI–01,** *lotado na Secretaria Municipal de Finanças***,** a partir do dia 04/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.181/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014, Lei Complementar 105/2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o Sr **LUIZ CARLOS GOES GOMES,** portadorda Cédula de Identidade RG nº 000.881.419 SESDC/RO e inscrito no CPF sob o nº 824. 869.052-00, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Coordenador de Transporte Escolar** - **COOTRES,** Nível**DAS-04,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir do dia 04/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.182/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014, Lei Complementar 105/2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, à funcionária Srª. **MARIA SOLANGE MELO SILVEIRA,**portadora da Cédula de Identidade RG nº. 0918300-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 794.940.301-25, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Coordenadora do CREAS - COOCREAS, Nível DAS–04,** lotada na Secretaria Municipal de Ação Social,a partir do dia 04/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 005/2017

AO CONTRATO N° 197/2016 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER AO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; ALICE MENDES DE SOUZA NEVES LUDKE EIRELI - EPP; ALTERAÇÃO DE FONTE DE RECURSOS; VIGÊNCIA: A PARTIR DE 06/01/2017.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 001/2017 AO CONTRATO Nº 187/2014

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: SERPRA – SERVIÇOS, PROJETOS E ASSESSORIA LTDA; REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, CALÇAMENTO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NO BAIRRO JARDIM PLANALTO, PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO; RESCISÃO AMIGAVEL; A PARTIR DE 08/01/2017.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.017/2017.

SÚMULA:

"NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE ITBI - IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

ARTIGO 1º. NOMEAR, os servidores **WANDERSON LISBOA PANTA, DENEVAL RODRIGUES DA SILVA E SUZANA DE MORAES** para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Permanente de Avaliação de ITBI da Prefeitura Municipal de Aripuanã.

ARTIGO 2º. Como suplente, no impedimento de algum membro, o servidor **LUCAS TAKAHASHI DE PAULA.**

ARTIGO 3º. A Avaliação deverá ser assinada pelo menos por 02 (dois) membros da Comissão acima nomeada.

ARTIGO 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Aripuanã/MT, aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Mun. de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

LEI Nº 500/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

SÚMULA:

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2.017 DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;"

O Prefeito Municipal de Barão de Melgaço – MT, ANTONIO RIBEIRO TORRES, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa do município para o exercício financeiro de 2016, compreendendo:

I – O orçamento fiscal referente aos Poderes do município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta.

II – O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração Direta.

Art. 2° - O orçamento fiscal e da Seguridade Social do Município de Barão de Melgaço – MT, para o exercício financeiro de 2017, descriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima à receita e fixa a despesa em R$ 13.687.001,00 (treze milhões, seiscentos e oitenta e sete mil e hum reais), discriminada pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta Lei, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CONSOLIDADAS	RS	VALOR
Receitas Correntes	R$	13.687.001,00
Receita Tributaria	R$	450.000,00
Receita de Contribuições	R$	360.100,00
Receita Patrimonial	R$	309.975,00
Receita de Serviços	R$	44.500,00
Transferências Correntes	R$	12.015.601,00
(-) Contribuições para o FUNDEB	R$	(-)1.654.200,00
Outras Receitas Correntes	R$	398.325,00
Receitas de Capital	R$	1.138.700,00
Operações de Crédito	R$	500,00
Alienação de Bens	R$	10.500,00
Transferência de Capital	R$	1.127.600,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	R$	624.100,00
Total Geral	R$	13.687.001,00

Art. 4º - A despesa do município é fixada na forma dos anexos a esta Lei em R$ 13.687.001,00 (treze milhões, seiscentos e oitenta e sete mil e hum reais), será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, integrantes nesta Lei, que apresentam o seguinte desdobramento:

I – POR CATEGORIA ECONÔMICA:

DESPESAS CONSOLIDADAS	R$	VALOR
Despesas Correntes	R$	11.015.258,70
Despesas de Capital	R$	1.771.742,30
Reserva Legal do RPPS	R$	715.000,00
Reserva de Contingência	R$	175.000,00
Total Geral	R$	13.687.001,00

II – POR ÓRGAÕS DO GOVERNO:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA e INDIRETA	R$	VALOR
Câmara Municipal	R$	723.470,00
Secretaria Municipal de Governo	R$	280.000,00
Secretaria Municipal de Finanças	R$	865.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	R$	2.958.000,00
Secretaria Municipal de Educação	R$	3.262.487,10
Secretaria Municipal de Agricultura	R$	143.000,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	R$	600.002,00
Secretaria Municipal de Administração	R$	2.446.001,00
Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente	R$	190.000,00
Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários	R$	60.000,00
Secretaria Municipal de Viação, Infraestrutura e Obras	R$	1.868.040,90
Secretaria Municipal de Comunicação, Cultura e Desporto	R$	171.000,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	R$	65.000,00
Controladoria Geral do Município	R$	55.000,00
Total	R$	13.687.001,00

III – POR FUNÇÕES DO GOVERNO

01 - Legislativa	R$	723.470,00
04 - Administração	R$	3.355.416,90
08 - Assistência Social	R$	580.002,00
09 - Previdência Social	R$	354.000,00
10 - Saúde	R$	2.933.000,00
12 - Educação	R$	3.262.487,10
13 - Cultura	R$	22.000,00
15 - Urbanismo	R$	52.000,00
16 - Habitação	R$	61.000,00
17 - Saneamento	R$	265.000,00
18 - Gestão ambiental	R$	28.000,00
20 - Agricultura	R$	143.000,00
23 - Comércio e Serviços	R$	20.000,00
25 - Energia	R$	5.000,00
26 - Transporte	R$	630.625,00
27 - Desporto e Lazer	R$	62.000,00
28 - Encargos Especiais	R$	290.000,00
77 - Reserva Legal do RPPS	R$	715.000,00
99 - Reserva de Contingência	R$	175.000,00
Total por Funções do Governo	R$	13.687.001,00

V – POR PROGRAMAS DE TRABALHOS:

001 – Ação do Poder Legislativo	R$	723.470,00
002 – Administração Geral	R$	2.060.001,00
003 – Administração e Fiscalização de Receita	R$	340.000,00
004 – Formação do Patrimônio Público	R$	55.000,00
005 – Apoio à Agricultura	R$	143.000,00
006 – Saneamento para Todos	R$	265.000,00
0007 – Desenvolvimento da Educação de Qualidade	R$	3.227.487,10
0008 – Modernização das Edificações Escolares	R$	35.000,00
009 – Incentivo as Atividades Esportivas Comunitárias	R$	171.000,00
010 – Infraestrutura Urbana e Rural	R$	1.623.040,90
011 – Proteção ao Meio Ambiente	R$	190.000,00
0012 – Gestão da Assistência Social	R$	600.000,00
0013 – Previdência Social	R$	1.136.000,00
0014 – Atendimento Integral à Família, Jovens Idosos e Criança	R$	2,00
0015 – Promoção à Saúde de Qualidade	R$	550.000,00
0016 – Reserva Legal	R$	180.000,00
0017 – Atenção Básica	R$	1.908.000,00
0018 – Média e Alta Complexidade	R$	385.000,00
0019–Vigilância em Saúde	R$	95.000,00

Total dos Programas de Trabalhos	R$	13.687.001,00

Art. 5º - O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração direta de R$ 13.687.001,00 (treze milhões, seiscentos e oitenta e sete mil e hum reais),

DESCRIÇÃO	R$	VALOR
Orçamento Fiscal	R$	9.819.999,00
Orçamento da Seguridade Social	R$	3.867.002,00
Assistência Social	R$	580.002,00
Previdência Social	R$	354.000,00
Saúde	R$	2.933.000,00
Orçamento Total	R$	13.576.626,00

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado: a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por Cento), utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas nos incisos I a IV, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal n.º. 320, de 17 de março de 1964, transposição, remanejamento e transferência nos ternos do Artigo 167, inciso VI da Constituição Federal, de acordo com o montante fixado no artigo 4º desta Lei.

Art. 7º - Em cumprimento da Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional nº 002/2012, poderão ser realizadas as transferências e destinação de saldo entre as mesmas fontes de recursos.

Art. 8º - Durante a execução da presente Lei, observar-se-ão as disposições constantes da Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2017.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Barão de Melgaço – MT, 16 de dezembro de 2016.

_____

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

LEI Nº 499/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

"SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO RIBEIRO TORRES, Prefeito Municipal de Barão De Melgaço Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. São estabelecidas em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do Município para o exercício de 2017, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as metas e prioridades da administração municipal;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do município;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº101/2000, a denominada lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, do Anexo II - Metas Fiscais e do Anexo III - Riscos Fiscais, partes integrantes desta Lei.

Art. 3º. É facultado ao Poder Executivo, conforme previsto na art. 63 da LRF, o desdobramento das metas fiscais em metas quadrimestrais, sua demonstração e avaliação do seu cumprimento em audiência pública na forma estabelecido no art. 9º, § 4º da mesma Lei.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 4º. As propriedades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas e demonstradas no anexo I - Metas e Prioridades desta Lei (art., 165, §2º da Constituição Federal).

§ 1º - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas, especificadas através do Anexo II - Metas Fiscais e do Anexo III - Riscos Fiscais, partes integrantes desta Lei.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas-financeiras, estabelecidas nesta Lei e identificadas nos anexos a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 5º. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá às seguintes diretrizes:

I - As obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

II - As despesas com o pagamento da Dívida Pública e de Pessoal e Encargos Sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º. A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;

II - Orçamento da Seguridade Social.

Art. 7º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a modalidade de aplicação:

1. Pessoal e Encargos Sociais;

2. Juros e Encargos da Dívida;

3. Outras Despesas Correntes;

4. Investimentos;

5. Inversões Financeiras;

6. Amortização da Dívida;

7. Outras Despesas de Capital.

Art. 8º. A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscais e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, bem como da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 9º. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto na Constituição Estadual e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Art. 10º. O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

I - Mensagem;

II - Texto da lei;

III - Tabelas explicativas da receita e da despesa referente aos três últimos exercícios;

§ 1º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - Situação econômica do Município

II - Demonstrativo da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos exigíveis;

III - Exposição da receita e despesa.

§ 2º. Acompanharão o projeto de lei orçamentária, além dos definidos no parágrafo 1º deste artigo, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I - Programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 212 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

II - Programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 198, § 2º da Constituição Federal.

§ 3º. Integrarão a lei orçamentária anual, os seguintes demonstrativos:

I - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo 1, da Lei N. 4.320/64;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesas, segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo 2, da Lei N. 4.320/64;

III - Quadro demonstrativo por Programa de Trabalho, das dotações por órgãos do governo e da administração, Anexo 6, da Lei nº 4.320/64;

IV - Quadro demonstrativo de Função, Sub-Função e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo 7, da Lei nº 4.320/64;

V - Quadro demonstrativo de Função, Sub-Função e Programa, conforme vínculo com os recursos, Anexo 8, da Lei nº 4.320/64;

VI - Quadro demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX, da Lei nº 4.320/64;

VII - Quadro demonstrativo de Realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII - Tabela Explicativa da Evolução da Receita e Despesa, Art. 22, III, da Lei Nº 4.320/64;

IX - Quadro demonstrativo da receita por fontes e respectiva legislação;

X - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

XI - Quadro de Detalhamento de Despesas.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art.11º. No projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2017 as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 12°. A lei orçamentária priorizará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, os seguintes princípios:

I - prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II - modernização da ação governamental;

III - equilíbrio entre receitas e despesas;

IV - austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 13°. As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação conforme determina o Art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000 e as despesas serão fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º. Na estimativa da receita serão considerados as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I - atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV - as projeções do crescimento econômico.

§ 2º. As taxas pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º. Caso os parâmetros utilizados na estimativa das receitas sofram alterações significativas que impliquem na margem de expansão da despesa, o Anexo de Metas Fiscais será atualizado por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal fixadas no Anexo II, desta lei;

§ 4º. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso;

§ 5°. A Lei Orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, até o limite de 30% do total da despesa, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal;

§ 6º. Na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais somente se incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento, bem como contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;

§ 7º. Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

§ 8º. A inclusão de dotações para o pagamento de precatórios na Lei Orçamentária de 2017 obedecerá ao disposto no art. 100 da Constituição Federal e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Art. 14°. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Poder Executivo até o dia 30 de setembro de 2013, na forma da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 15°. A proposta orçamentária do município, para o ano de 2017, observará o que dispõe esta lei e será encaminhada pelo Poder Executivo a Câmara Municipal até a data de 30 de outubro de 2013.

CAPITULO V

DA DISPOSIÇÃO SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 16°. As operações de crédito deverão ter autorização legislativa, obedecer aos limites e procedimentos estabelecidos em resoluções do Senado Federal, não podendo ser superior ao montante das despesas de capital.

Art. 17°. Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 18°. É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos.

Parágrafo Único. No caso das entidades sem fins lucrativos, deverá ser cumprido o disposto no art. 26, da Lei Complementar n° 101/2000 e as exigências contidas na Instrução Normativa n° 001/97-STN e alterações posteriores.

Art. 19°. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência do Estado de Mato Grosso, nos termos do Art. 62, da Lei Complementar nº 101/2000, bem como a realizar transferências voluntárias àquele ente, nos casos de relevante interesse municipal, devendo o favorecido atender ao disposto no Art. 25, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 20°. O Município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos arts. 198, § 2º e 212, da Constituição Federal.

Art. 21°. A lei orçamentária assegurará a aplicação dos recursos reservados para PASEP, nos termos do art. 8°, III, da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Art. 22°. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. Os custos serão apurados através dos relatórios da execução orçamentária, tomando-se por base as metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto no art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000, de modo a demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

§ 2º. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2017 serão objeto de avaliação permanente, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas estabelecidas, em cumprimento ao citado art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23°. A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor equivalente a no mínimo 1,0 % (um por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto no Art. 8º, da Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único. Caso não se concretize os riscos fiscais até o dia 30 de novembro de 2017, os recursos da Reserva de Contingência poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 24°. As despesas serão classificadas em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo único - Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras, e relevantes àquelas que ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal n° 8.666/93.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 25°. Os Poderes Legislativo e Executivo observação, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, e ainda ao seguinte:

I - as despesas serão calculadas com base no quadro de servidores relativo ao mês de agosto de 2016;

II - serão incluídas dotações para treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento, reciclagem, provas e concurso, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção e acesso;

§ 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover a alteração na estrutura organizacional e de cargos e carreiras da Prefeitura Municipal, podendo para isso, extinguir ou transformar cargos, criar novos cargos e também realizar concurso público de provas e títulos, ou processo seletivo, visando ao preenchimento dos cargos e funções.

§ 2º. No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2017, fica autorizada a fixação de um índice de reajuste de vencimento dos servidores públicos, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a Receita Corrente Líquida, sem prejuízo à manutenção do equilíbrio fiscal.

Art. 26° - As despesas com pessoal ficam limitadas a 6,00 % (seis por cento) para o Legislativo e 54,00 (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo, respectivamente da Receita Corrente Liquida, conforme determina a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Art. 27° - Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2017, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida do exercício o total de 54% para o executivo e 6% para o legislativo, obedecido os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 28° - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III da LRF. Art. (Art. 22 § único, V da LRF).

Art. 29° - Na execução orçamentária de 2017, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas:

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas-extras, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição, salvo as exceções da presente lei.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VII

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 30°. Ocorrendo alterações na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários.

§ 1º. Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente;

§ 2º. Os casos de renúncia de receita a qualquer título dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no Art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPITULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31°. Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2017, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despe-

sas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 1º. O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, os Anexos I e II, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, e os demais anexos nos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas, para o aplicativo LRF - Cidadão.

§ 2º. O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º. Até o final dos meses de maio e setembro de 2017, e de fevereiro de 2016, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Câmara Municipal.

Art. 32°. O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2017, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da lei orçamentária.

§ 1º. Caso seja necessária à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no anexo II, do art. 2º, desta Lei, esta será feita de forma proporcional ao montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 2º. Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º. O chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 33°. Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2016, o autógrafo da Lei orçamentária para o exercício de 2017 não ser devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I - no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II - 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 34°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 35°. Revogam-se as disposições em contrário.

Barão de Melgaço/MT, em 16 de dezembro de 2016.

_____

ANTONIO RIBEIRO TORRES

PREFEITO MUNICIPAL

LEI 502/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

AUTORIZA O MUNICIPIO DE BARÃO DE MELGAÇO A DOAR AO GOVERNO DE MATO GROSSO, IMOVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art.1º fica o município de BARÃO DE MELGAÇO, autorizado a doar ao Governo do Estado de Mato Grosso o bem imóvel publico, com área de 4. 939,03 metros a ser desmembrado de uma área maior de 18.000 metros quadrados matriculada sob o nº 48.258, do Cartório de Registro Imóveis do 5º ofício, indicado no anexo I- planta topográfica e anexo II- memorial descritivo, onde será edificada a nova unidade escolar para abrigar a ESCOLA ESTADUAL CORONEL ANTONIO PAES DE BARROS.

Art. 2º Na escritura de doação o Estado de Mato Grosso, se obrigará a reverter ao patrimônio municipal o imóvel doado conforme anexos, desde que não cumpra as seguintes condições:

a) o Governo do Estado de Mato Grosso terá o prazo de 180 dias para dar inicio aos projetos de construção da unidade escola, e de 2 (dois) anos para concluir a obra, sempre a contar da data da transferência da titularidade do bem doado.

b) Fica estipulado o prazo de carência de 1(um) ano concedido pela doadora ao donatário, caso o atraso no inicio ou final das obras, em decorrência de fatores técnicos ou outro motivo relevante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

BARÃO DE MELGACO, 22 DE DEZEMBRO DE 2.016.

ANTONIO RIBEIRO TORRES

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 09, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre Mutirão Fiscal e Redução de multas e juros de mora incidentes sobre débitos de qualquer natureza da dívida ativa Municipal do município de Barão de Melgaço, na forma e condições que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1o. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar Mutirão Fiscal, bem como reduzir os juros e as multas de mora, nos percentuais abaixo indicares, no pagamento de débitos de qualquer natureza, devidos a Fazenda Municipal de Barão de Melgaço – MT, vencidos até 31 de dezembro de 2015, mantida a cobrança das respectivas atualizações monetária, desde que o debito seja integralmente recolhido aos cofres municipais, em no máximo 12 parcelas, nas seguintes condições

I - Remissão de 100% (cem por cento) dos juros e da multa, par a contribuinte que optar pelo pagamento de parcela única;

II - Remissão de 90% (noventa por cento) dos juros e multa, para o contribuinte que optar pelo pagamento em até 3(três) parcelas, sendo a primeira paga no ato do parcelamento e as demais vencíveis a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente;

III - Remissão de 80% (oitenta por cento) dos juros e multa, para o contribuinte que optar pelo pagamento em até 06(seis) parcelas, sendo a primeira paga no ato do parcelamento e as demais vencíveis a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente;

IV - Remissão de 70% (setenta por cento) dos juros e multa, para o contribuinte que optar pelo pagamento em até 09(nove) parcelas, sendo a primeira paga no ato do parcelamento e as demais vencíveis a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente.

V - Remissão de 60% (sessenta por cento) dos juros e multa, para o contribuinte que optar pelo pagamento em até 12(doze) parcelas, sendo a primeira paga no ato do parcelamento e as demais vencíveis a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente;

§ 1º. Em qualquer opção, o valor mínimo da parcela não poderá ser inferior a 05 (cinco) UPFM'S;

§ 2º. O pagamento da primeira parcela gerará pedido de suspensão dos processos judiciais ajuizados para cobrança dos tributos e encargos, sendo que somente se requererá a extinção do processo após pagamento integral do parcelamento.

§ 3º. Ainda no caso dos débitos objeto de processos judiciais ajuizados, a extinção dos mesmos somente será requerida após pagamento integral do

parcelamento e efetiva apresentação de cópia do comprovante de recolhimento das custas processuais, que ficam a cargo do contribuinte.

§ 4º. O pagamento da primeira parcela propiciará a expedição da carta de anuência para baixa de eventuais protestos, sendo a apresentação da mesma ao Cartório e o pagamento de emolumentos devidos responsabilidade exclusiva do contribuinte.

§ 5º. Até a integral liquidação do parcelamento, a certidão que será fornecida ao contribuinte será a positiva com efeitos de negativa, certificando-se haver debito parcelamento nos termos desta lei.

§ 6º. Para enquadramento do contribuinte nas condições da presente lei, deverá haver o reconhecimento expresso da dívida original e seus acessórios. O parcelamento de débitos que estejam sendo objeto de impugnação judicial ou administrativa somente será deferido mediante apresentação, pelo contribuinte, de renúncia expressa ao direito em que se funda a ação ou impugnação.

§ 7º. Os honorários de sucumbência incidentes da dívida ativa, ajuizada ou não, no percentual mínimo descrito no artigo 20 parágrafos 3º do Código de Processo Civil Brasileiro, serão reduzidos exclusivamente sobre os juros e multas de mora na mesma proporção das hipóteses estabelecidas nos incisos do caput deste artigo, para redução de juros e multas de mora.

I – O recolhimento descrito neste Paragrafo será feito mediante a expedição da guia de pagamento, que será expedido no ato da assinatura do acordo em consonância com o artigo 22 e seguintes da Lei Federal 8.906/94.

§ 8º. Ficam excluídas dos efeitos desta Lei as ações com transito em julgado.

§ 9º. Os benefícios previstos no caput deste artigo se estende aos contribuintes que estão inadimplentes com os impostos e taxas no exercício financeiro deste ano.

§ 10º. Serão deferidos os parcelamentos também ao contribuinte que não cumpriu com parcelamento acordado junto a este município;

§11º Poderá ser deferido o parcelamento em até 02 (duas) vezes, ao contribuinte que foi protestado pelo município por dívida ativa, e não quitou seu débito.

Art. 2o. A redução das multas e juros de mora dos débitos de qualquer natureza, em termo de renúncia de receitas, considera-se a projeção da receita a lei orçamentaria anual, assim, não afetando também as metas fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentarias do corrente exercício financeiro, em conformidade com as disposições do artigo 14, inciso I da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 3o. Os débitos objetos de parcelamentos concedidos na forma desta lei, interrompidos ou com três prestações em atraso, sem apresentação de justificativa aceita pelo executivo, ocasionara o cancelamento do contrato do parcelamento, não cabendo ao devedor qualquer devolução ou compensação pelas parcelas quitadas.

§ 1º. – O cancelamento da pactuação objeto do mutirão fiscal, por inadimplência do contribuinte, conforme prevê o caput deste artigo, no caso de 3 (três) parcelas, será encaminhado a protesto, após a notificação do devedor, não havendo seu pagamento ou apresentação de justificativa.

§ 2º. – Após uma semana da realização do Mutirão Fiscal, serão encaminhados a protestos todos os créditos inscritos na ativa Publica Municipal de Barão de Melgaço, que não foram feitos acordos.

Art. 4o. – O Mutirão Fiscal será realizado a partir de 1º de janeiro de 2017, nos dias e horários a serem designados pela Prefeitura.

Parágrafo Único – Os dias, local e horário de atendimento, será regulamentado por Decreto do Executivo.

Art. 5o. – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento de adicional remuneratório aos servidores municipais investidos no Mutirão Fiscal, pelos dias e períodos excedentes ao horário normal de trabalho.

Art. 6º. – Todos os credito com mais de cinco anos, sem que seja ajuizado, ou que estejam ajuizados em condição de prescrição conforme prevê o artigo 174 do Código Tributário Nacional, serão reconhecidos de oficio, no momento do Mutirão.

Art.7º. – Esta Lei revoga as disposições em contrário

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barão de Melgaço 22 de dezembro de 2016.

Antônio Ribeiro Torres

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

"Dispõe sobre a Planta de Valores Genéricos do Município de Barão de Melgaço - MT, nos termos do Código Tributário Municipal, para vigorar a partir do exercício de 2017 e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Barão de Melgaço aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a Planta de Valores Genéricos do município de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, cujas tabelas correspondem aos valores por metro quadrado, os terrenos, as edificações agregados com os seus respectivos Coeficientes Corretivos, pertencendo as áreas urbanas loteadas e de expansão urbana, as áreas localizadas no Perímetro Urbano e na Zona Rural, os valores por hectare, bem como, as formulas para que sirvam de base de cálculo e determine o VVI – Valor Venal do Imóvel dos seguintes tributos:

I - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);

II - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU);

III - Imposto sobre a Transmissão "inter vivos" de Bens Imóveis e de direitos reais a ele relativos (ITBI);

Art. 2° - A Planta de Valores Genéricos das áreas Urbanas loteada e de expansão urbana, do Município Barão de Melgaço – MT, compreende:

TABELA DE VALORES EM R$(REAIS) POR METRO QUADRADO DE IMÓVEL TERRITORIAL URBANO E SEUS FATORES CORRETIVOS									
VILA RECREIO									
Nº ORD.	TIPO	NOME DO LOGRADOURO	NÚMERO DE QUADRA	R$ M2					
001	AV.	**13 DE MARÇO**	001	002	003				25,00
002	RUA	ANTÔNIO E. DAS NEVES.	001	002	003	006	007	008	20,00

003	RUA	OSCAR DA SILVA TAQUES	018	024	10				20,00
004	RUA	EUGËNIO SILVA TAQUES	001	008	012	013	018	019	20,00
005	RUA	EUGËNIO SILVA TAQUES	023	024					20,00
006	RUA	CEZÃRIO S. GONÇALVES	018	025					20,00
007	RUA	EDUARDO BOURET	018	013	014	015	025	026	20,00
008		DEMAIS PARTE DO LOTEAMENTO							15,00
VILA MOURA									
001		TODO LOTEAMENTO							20,00
PARQUE RESIDËNCIAL VIDA SAUDÃVEL									
001	RUA	P	001	003					20,00
002	RUA	N	003	005					20,00
003	RUA	M	005	007					20,00
004	RUA	O	007	009					20,00
005	RUA	L	009	011	013				20,00
006	TRV.	TRAVESSA -02	011	013					20,00
007	RUA	J	011	013	005				20,00
008	RUA	H	015	017					20,00
009	RUA	G	017	019					20,00
010	RUA	F	019	021					20,00
011	RUA	E	021	023					20,00
012	TRV	TRAVESSA -03	023	025					20,00
013	RUA	D	025	027					20,00
014	RUA	PROJETADA Nº 01(Cont. Estevão Mend.)	001	003	005	007	009	011	20,00
015	RUA	PROJETADA Nº 01(Cont. Estevão Mend.)	015	017	019				20,00
016	RUA	PROJETADA Nº 01(Cont. Estevão Mend.)	021	023	025	027			20,00
017	RUA	P	002	004					20,00
018	RUA	**N**	004	006					20,00
019	RUA	M	006	008					20,00
020	RUA	L	008	010					20,00
021	RUA	J	010	012					20,00
022	RUA	H	012	014					20,00
023	RUA	G	014	016					20,00
024	RUA	F	016	018					20,00
025	RUA	E	018	020					20,00
026	RUA	D	020	022					20,00
027	AV.	ALFREDO CARLOS DAMACENO	001	002	003	004			20,00
028	AV.	ALFREDO CARLOS DAMACENO	005	006	007	008	009		20,00
029	AV.	ALFREDO CARLOS DAMACENO	010	012	013	014	015	016	20,00
030	AV.	ALFREDO CARLOS DAMACENO	017						20,00
031	AV.	ALFREDO CARLOS DAMACENO	018	019	020	021	023	025	20,00
032	AV.	ALFREDO CARLOS DAMACENO	022	027					20,00
033	AV.	AUGUSTO LEVERGER	024	026	033				20,00
034	AV.	ALFREDO CARLOS DAMASCENO	022	024	026	027	029	031	20,00
035	RUA	C	022	024	027	029			20,00
036	RUA	B	024	026	029	031			20,00
037	RUA	ALFREDO CARLOS DAMACENO	033						20,00
038	RUA	A	033						20,00
039	RUA	FERNANDO CORREA	033						20,00

BAIRRO CHACORORÉ									
001	AV.	AUGUSTO LEVERGER	015	016					20,00
BAIRRO CENTRO – SETOR 01									
001	AV.	AUGUSTO LEVERGER	001	002	003				40,00
002	AV.	AUGUSTO LEVERGER	004	019					40,00
003	AV.	TOTO PAES	001	002	003	005	006	007	40,00
004	AV.	TOTO PAES	009						40,00
005	RUA	ESTEVÃO DE MENDONÇA	005	006	008	010	011		40,00
006	RUA	ESTEVÃO DE MENDONÇA	012	013					40,00
007	RUA	ESTEVÃO DE MENDONÇA	009	018					40,00
008	AV.	MARECHAL RONDON	010	011	012	013			40,00
009	AV.	MARECHAL RONDON	018						40,00
010	RUA	SALVADOR COSTA MARQUES	008	009					40,00

011	RUA	FERNANDO CORREA	008	007					40,00
012	RUA	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	006	007					40,00
013	RUA	EUGËNIO FIGUEIREDO	006	005					40,00
014	RUA	JOSÉ ONÓRIO	010	018					40,00
015	RUA	FERNANDO CORREA	010	011					40,00
016	RUA	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	011	012					40,00
017	RUA	EUGËNIO FIGUEIREDO	012	013					40,00
018	TRV	DA IGREJINHA	004	001	005	013			40,00
019	AV.	MARECHAL RONDON	004						40,00
020	RUA	PROJETADO	004						40,00
021	AV.	AUGUSTO LEVERGER	014						40,00
BAIRRO CENTRO – SETOR 02									
001	AV.	MARECHAL RONDON	001	002	003	004			40,00
002	AV.	MARECHAL RONDON	005	017					40,00
003	RUA	ALIPIO DUARTE	002	003	004	005	006	007	40,00
004	RUA	ALIPIO DUARTE	008	009	016	017			40,00
005	RUA	CIRO SIQUEIRA GONÇALVES	006	007	008	009	011	012	40,00
006	RUA	CIRO SIQUEIRA GONÇALVES	013	015	016				40,00
007	RUA	JOSÉ ONÓRIO	004	005	006	007			40,00
008	RUA	FERNANDO CORREA	004						40,00
009	RUA	FERNANDO CORREA	007	008					40,00
010	TRV	FRANCISCO DE ASSIS	003						40,00
011	RUA	13 DE MARÇO	011	012					40,00
012	TRV	EUGËNIO FIGUEIREDO	002	003					40,00
013	TRV	EUGËNIO FIGUEIREDO	008	009	011	013			40,00
014	TRV	DA IGREJINHA	009	010					40,00
015	RUA	MÁRIO PUCHERIO	010	001	04				40,00

Art. 3° - As Ruas Fiscais referidas no artigo anterior correspondem aos imóveis, por quadra e lote com a localização, destinada em mapa com as divisões demarcadas pelo órgão competente municipal, sendo seus respectivos valores determinados por metro quadrado da área total do terreno.

Parágrafo Único: Os terrenos ou áreas de expansão urbana que tiverem limite com duas ou mais Ruas Fiscais, prevalecerá aquela cujo valor for maior.

Art. 4° - A Planta de Valores Genéricos das áreas localizadas no Perímetro Urbano e na zona Rural do Município de Barão de Melgaço – MT, compreende 06 (Seis) Regiões Fiscais:

TABELA	
REGIÃO	R$ POR HECTARE
Pantanal	500,00 a 800,00
Piúva, Croará,Rancharia, Barranqueira e Praia dos Bois	800.00 a 1.000,00
Piraim, Poço General, Estirão Comprido e Porto Brandão	800,00 a 1.000,00
Flexa, C. Mirim, Porto Emiliano, Cangal, Boca das Conchas e Acorutuba	800,00 a 1.000,00
Capoeirinha, Pimenteira, São Pedro Josélandia, Colônia Santa Izabel	800,00 a 1.000,00
Recreio e Buritizal	2.000,00 a 2.500,00

Art. 5º - O valor venal do imóvel será obtido através:

I - Utiliza – se a formula, Valor Venal do Terreno (Vvt), quando o imóvel for terreno urbano não construído, áreas localizadas do Perímetro Urbano da cidade, do distrito e da Zona Rural.

II - Quando houver edificação no terreno urbano aplica-se a seguinte formula, a soma do valor venal do terreno (Vvt) ao valor venal da edificação (Vve), de acordo com a seguinte fórmula:

Vvi = Vvt + Vve

Vvi = Valor Venal do Imóvel;

Vvt = Valor Venal do Terreno;

Vve = Valor Venal da Edificação;

Art. 6º - Para efeito de determinação do valor do imóvel, considera-se:

I - Valor venal do terreno será aquele obtido através da multiplicação da área do terreno pelo valor genérico de metro quadrado do terreno, aplicado os coeficientes corretivos, de acordo com a seguinte fórmula:

Vvt = Vgm2 x At x P x T x S

Vvt = Valor Venal do terreno;

Vgm2t = Valor Genérico de Metro Quadrado do Terreno;

At = Área do terreno;

S = Coeficiente Corretivo de Situação do Terreno;

T = Coeficiente Corretivo de Topografia;

P = Coeficiente Corretivo de Pedologia;

a) - A área do terreno, referida pela legenda “ At ” será encontrada no cadastro fiscal imobiliária, através do BCI – Boletim de cadastro Imobiliário:

b) - O coeficiente corretivo de situação, referido pela letra " S " , consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme sua situação mais ou menos favorável dentro da quadra. O seu valor será obtido através da seguinte tabela:

SITUAÇÃO DO TERRENO	COEF. CORRETIVO
ESQUINA MAIS UMA FRENTE	1,50
ENCRAVADO	1,00
MEIO DE QUADRA	1,30
GLEBA	1,20

c) - O coeficiente corretivo de Topografia, referido pela letra "T", consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme as características do relevo do solo. O seu valor será obtido através da seguinte tabela:

TOPOGRAFIA DO TERRENO	COEF. CORRETIVO
PLANO	1,50
ACLIVE	1,30
DECLIVE	1,20
IRREGULAR	1,10

d) - O coeficiente corretivo da Pedologia, referido pela letra "P", consiste em grau atribuído ao imóvel, conforme as características do solo. O seu valor será obtido através da seguinte fórmula:

PEDOLOGIA DO TERRENO	COEF. CORRETIVO
FIRME	1,50
ALAGADO	1,10
COMBINAÇÕES DOS DEMAIS	1,20
INUNDÁVEL	1,30

II - O valor da edificação, será aquele obtido através da multiplicação do valor de metro quadrado multiplicado pela área construída da unidade e o resultado multiplicado pelo fator do coeficiente do estado de conservação, de acordo com a seguinte fórmula:

Vve = Vm2e x Ae x Ec

Vve = Valor Venal da Edificação;

Vm2e = Valor do Metro Quadrado de Edificação;

Ae = Área da Edificação da Unidade;

Ec = Estado de Conservação.

a) - O valor do metro quadrado da edificação, identificado pela legenda " Vm2e ", será obtido tomando-se por base, os componentes básicos da edificação, serão classificadas por categorias de materiais, aos quais serão atribuídos pontos, visando determinar o custo de sua reprodução com base nos materiais efetivamente utilizados.

TABELA DE VALORES (R$) POR METRO QUADRADO DE EDIFICAÇÃO E SEUS COMPONENTES BÁSICOS			
RELAÇÃO DE VALORES DOS M2E POR FAIXA DE PONTOS			
FAIXA DE PONTOS	R$ POR FAIXA	FAIXA DE PONTOS	R$ POR FAIXA
00 À 15	30,00	76 À 85	70,00
16 À 25	40,00	86 À 95	90,00
26 À 35	45,00	96 À 105	105,00
36 À 45	50,00	106 À 115	120,00
46 À 55	55,00	116 À 125	150,00
56 À 65	60,00	126 À 140	190,00
66 À 75	65,00	141 ACIMA	270,00

b) - Características de materiais aplicados na edificação que correspondem seguintes pontos:

PISO	**PONTOS**	FORRO	PONTOS
TERRA BATIDA	00	SEM	00
CIMENTO	14	MADEIRA	14
CERÂMICA/MOSAICO	15	JESSO	15
MATERIAL PLÁSTICO	18	PVC	18
ESPECIAL	22	LAJE	22
		ESPECIAL	25
REVESTIMENTO EXTERNO	**PONTOS**	REVESTIMENTO INTERNO	PONTOS
SEM	00	SEM	00
EMBOCO	08	EMBOCO	08
REBOCO	10	REBOCO	10
PINTIRA SIMPLES	12	PINTIRA SIMPLES	12
PINTURA LÁTEX	15	PINTURA LÁTEX	15
ESPECIAL	20	ESPECIAL	20
INSTALAÇÃO SANITÁRIA	**PONTOS**	ESTRUTURA DA CONSTRUÇÃO	PONTOS
SEM	00	ADOBE/M. RUSTICA	04
EXTERNA	04	MADEIRA DE 1ª	12
INTERNA SIMPLES	07	ALVENARIA	14
MAIS DE UMA INTER.	17	CONCRETO	18
INTERNA COMPLETA	18	MATÁLICA	22

PAREDES	**PONTOS**	ESTRUTURA DA COBERTURA	PONTOS
SEM	00	MADEIRA SIMPLES	04
ADOBE/M. RUSTICA	04	MADEIRA DE 1ª	11
MADEIRA DE 1ª	14	CONCRETO	15
MADEIRA/LAMBRIL	15	METÁLICA	17
ALVENARIA	17	ESPECIAL	21
CONCRETO	19		
METÁLICA	23		
COBERTURA	PONTOS	INSTALAÇÃO ELÉTRICA	**PONTOS**
CIMENTO AMIANTO	08	SEM	00
TELHA DE BARRO	11	EXTERNA	06
METÁLICA	16	EMBUTIDA	10
LAJE	17		
ESPECIAL	19		
ARÉA DE LAZER			
PISCINA ATÉ 20.000 LITROS	30		
PISCINA ACIMA 20.000 LITROS	50		
SAUNA	35		
QUADRA DE ESPORTE	50		
OUTROS	60		

c) - A área edificada da unidade, identificada pela legenda Ae, será obtida pelo cadastro fiscal imobiliário.

d) - O fator do coeficiente do estado de conservação, identificado pela legenda Ec, consiste em um grau atribuído ao imóvel conforme o seu estado de conservação. O seu valor será obtido através da seguinte tabela:

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE CONSTRUÇÃO		
ORDEM	DISCRIMINAÇÃO	ÍNDICE
01	**NOVA/ÓTIMA**	1,50
02	**BOM**	1,30
03	**REGULAR**	1,20
04	**RUIM**	1,10

Art. 7º - Quando existir mais de uma unidade autônoma edificada no mesmo lote, a área do terreno será substituída, pela fração ideal calculada pela seguinte fórmula:

Fi = Ae x At

Ate

Fi = Fração Ideal.

Ae = Área Edificada da Unidade; (BCI)

At = Área do Terreno; (BCI)

Ate = Área Total Construída no Lote (BCI)

Art. 8º - A taxa de serviço limpeza pública será calculada da seguinte forma:

II – A Taxa de Limpeza Pública corresponde a conservação de vias como, patrolamento, cascalhamento e varrição onde a pavimentação asfaltica.

O Valor por metros linear do terreno 0,90 Upfm.

a) As informações para o cálculo da Taxa de Limpeza Pública será obtida no Boletim de Cadastro Imobiliário – BCI.

TLP = VML X MLTI

TLP = Taxa Limpeza Pública

VML = Valor do Metro Linear

MLTT = Metros Linear Testada do Terreno (BCI)

Art. 9º - Constituem instrumento para a apuração da base de cálculo do imposto:

I – os elementos contidos no cadastro fiscais imobiliários da Prefeitura e/ou apurados em campo que possibilitem a caracterização do imóvel;

II - as informações do órgão técnicas ligadas à construção civil que indiquem o valor do metro quadrado das construções, em função dos respectivos tipos.

III- fatores de correção de acordo com a situação, da pedologia e topografia dos terrenos e fatores de correção de acordo com a categoria da construção, estado de conservação.

Art. 10º -As disposições finais desta Planta Genérica, são extensivos aos imóveis localizados nas áreas urbanizadas e de expansão urbana.

Art. 11º - Esta Lei entrará em vigor no primeiro dia do ano de 2017, revogam as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 3/2009.

Barão de Melgaço, 22 de dezembro de 2016.

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0015/2017

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação da Comissão Técnica Especial de Conferência da Transição de Governo e estabelece outras providências.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ, Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 49, inciso I da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 10º, Inciso IV DA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 19/2016 – TP,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a COMISSÃO TÉCNICA ESPECIAL DE CONFERÊNCIA, para dar continuidade aos trabalhos iniciados pela Comissão de Transmissão de Mandato, que será composta pelas seguintes pessoas:

10-0ELEANDRO MACHADO DA VEIGA

20-0MARCELINO VIEIRA CARDOSO

30-0TADEU CESARIO DA ROSA

40-0FLORENCIO ELIAS ALVES

50-0FRANCISCA ALVES DE ALMEIDA

Parágrafo único: - A nomeação da Comissão tem como finalidade conferir os documentos e informações apresentadas pela Comissão de Transmissão de Mandato, aos quais cabem as seguintes providências:

a) conferir os saldos das disponibilidades financeiras remanescentes da gestão anterior, de caixa e/ou bancárias;

b) conferir os inventários de bens móveis, imóveis e materiais, para fins de emissão de novos Termos de Responsabilidade;

c) levantar os compromissos financeiros para o período do mandato seguinte;

d) conferir as demais informações apresentadas pela Comissão de Transmissão de Mandato, de acordo com a priorização dada pelo novo mandatário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2017.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

LEI Nº501/2016 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera os Artigos 2º e 14º Da Lei Municipal 304/2007, exclusão de representante do Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, ESTADO DE MATO GROSSO. No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 2º, caput, da Lei Municipal 304/2007, excluindo-se o Inciso VII, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - .....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - …….

V - …….

VI - …….

VII – Um representante do Conselho Tutelar.

Art. 2º - Fica alterado o artigo 14º, caput, da Lei Municipal 304/2007, passando a vigorar com a seguinte redação: “Art. 14º - O Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do FUNDEB, dentre os seus integrantes, formarão uma câmara específica para o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do referido Fundo”.

Art. 3º - esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Barão de Melgaço-MT, 22 de dezembro de 2016.

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0014/2017

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação do Assessor Especial e estabelece outras providências.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ, Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 49, inciso I da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 11, Inciso III, alínea “b”da Lei Municipal n.º 365 de 06 de agosto de 2010 e posteriores alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear ANTONIO COSMO DA SILVA, portadora da Carteira de Identidade nº RG. 0543421-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 384.248. 511-53, para exercer o cargo de Assessor Especial.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Janeiro de 2017.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

DECRETO 003/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 152/2016 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO E A COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MELGACENSSE – COOPRAMEL E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, no uso atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo artigo 49º, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e

Considerando que o Município de Barão de Melgaço, firmou contrato de Comodato com a Cooperativa Agropecuária Melgacensse – Coopagramel, adotando forma inadequada;

Considerando que o instrumento próprio a ser utilizado é a Cessão de Uso;

Considerando que o instrumento adequado, quando utilizado para transferência de bens para entidades que não pertencem à Administração Pública, necessita de autorização legal, para o repasse do patrimônio;

Considerando que o Município de Barão de Melgaço, não editou lei, como forma de prover o Contrato Administrativo de autorização legal;

Considerando tratar-se de contrato oneroso firmado nos últimos dias de mandato do gestor anterior, contrariando as normas esculpidas na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 – LRF;

Considerando os termos do Parecer nº 001/2017, da Procuradoria do Município de Barão de Melgaço e

Considerando que a administração pode declarar a nulidade de seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvados em todos os casos a apreciação judicial, a teor da Súmula 473 do STF

DECRETA:

Art. 1º - Fica sem efeito jurídico o Contrato Administrativo nº 152/2016 – Contrato de Comodato firmado em 17 de novembro de 2016 entre o Município de Barão de Melgaço, por intermédio da Prefeitura Municipal, representado pelo Prefeito Municipal Antonio Ribeiro Torres, que, consoante CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO “entrega os equipamentos e veículo do convênio nº 762156/2011, denominado “Bacia Leiteira”celebrado entre este Município e a SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste, a título gratuito, da área edificada, conforme memorial descritivo anexo – I e dos bens móveis e semoventes descritos no anexo II, dos quais a comodatária é responsável”.

Art. 2º - O veículo (caminhão), e os demais bens objeto do Contrato Administrativo nº 152/2016 – Contrato de Comodato, devem ser, imediatamente restituídos a Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, considerando-se esbulho, sujeito a Ação Possessória Cabível e responsabilização criminal e cível do representante do Comodatário, acaso descumprido este dispositivo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, aos 05 de janeiro de 2017.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 046/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

PORTARIA Nº 046/2017

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear os servidores públicos municipais, EDIRLEI SOARES DA COSTA, THIAGO DE SOUZA MORAIS, IRIS DOS PASSOS DUARTE PRIETO, como suplentes EUZILEI ARDAIA DO PRADO SILVEIRA, IRLEY ADRIANO DOS SANTOS LOPES, sob a Presidência do primeiro, constituírem a Comissão Municipal de Licitação, encarregada da Abertura e Julgamento das Propostas apresentadas em Licitação efetuada por esta Prefeitura Municipal.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 015/2016 de 04/01/2016.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 108/2016

DECRETO Nº 108/2016

(Que Dispõe Sobre Crédito Adicional Suplementar)

Júlio César Florindo, Prefeito Municipal de BARRA DO BUGRES, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, Lei Municipal nº. 2.249/2016.

Júlio César Florindo, Prefeito Municipal de BARRA DO BUGRES, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, em especial a Lei Municipal nº. 2.228/2015.

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica aberto, no orçamento vigente, o crédito adicional suplementar no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

13 - BARRA-PREVI

2.098 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

3.3.90.93.00.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES.....R$ 5. 000,00

TOTAL .....R$ 5.000,00

Artigo 2º. - A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

13 - BARRA-PREVI

2.126 - ENCARGOS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁIROS - LEGISLATIVO

9.9.99.99.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA ..... R$ 5.000,00

TOTAL ..... R$ 5.000,00

Artigo 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Publicado no mural da prefeitura.

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, em 12 de Dezembro de 2016.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 047/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

PORTARIA Nº 047/2017

Designa Equipe de Pregão e atribui responsabilidades ao Pregoeiro e Equipe de Apoio.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO o disposto no decreto 004/2007, que regulamenta a modalidade Pregão para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências,

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Designar o Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio no âmbito da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, com atribuições definidas na legislação vigente, em especial na Lei 8.666/93, na Lei 10.520/2002, no Decreto Municipal 004/2007 e Decreto 060/2011.

I - Para a função de pregoeiro:

a) EDIRLEI SOARES DA COSTA – Escriturário

II - Para as funções de Equipe de Apoio:

a) ANGELA MARIA DIAS DE OLIVEIRA – Escriturário

b) THIAGO DE SOUZA MORAIS – Diretor de Licitação e Contratos

c) IRIS DOS PASSOS DUARTE PRIETO – Coordenadora Departamento de Contratos

Art. 2º - Com fulcro no Decreto 004/2007, são atribuições do pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio:

I – Elaborar as minutas do edital e seus anexos, submetendo os mesmos à aprovação da Autoridade Competente;

II – Coordenar o processo licitatório;

III – Credenciar os licitantes;

IV – Receber, abrir, analisar, selecionar, classificar e desclassificar as propostas;

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

V – Verificar e julgar as condições de habilitação;

VI – Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital;

VII – Negociar preço com vistas à sua redução;

VIII – Indicar o vencedor do certame;

IX – Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X – Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI – Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 022/2013, 02/01/2013, alterada pela Portaria nº 353/2014 de 30/06/2014.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

PORTARIA N.º 33/2017

PORTARIA N.º 33/2017

"Dispõe sobre a averbação de tempo de contribuição da ***Sra. Valéria Coelho de Melo"***

A Secretária Municipal de Administração, Sra. Daiana Gabriela de Souza Almeida, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal 083 de 27 de dezembro de 2004,

Resolve:

Art. 1º Determina averbar o tempo de contribuição considerado e confirmado em 2.149 (dois mil cento e quarenta e nove) dias, correspondentes a 05 (cinco) anos, 10 (dez) meses e 24 (vinte e quatro) dias, conforme CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO de protocolo nº 10001010.1. 00129/16-4, emitido pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, e parecer jurídico expedido pela Procuradoria Jurídica Municipal.

Art.2º À Secretaria Municipal de Administração compete acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta Portaria;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Barra do Garças/MT, 05 de janeiro de 2017.

Daiana Gabriela de Souza Almeida

Secretária de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
DECRETO Nº 001 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 25 de 02 de janeiro de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a senhora **CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA**, para exercer interinamente o cargo em Comissão de Secretária Municipal de Educação do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de janeiro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 02.01.17

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 01/2017, 02/2017, 03/2017 E 04/2017 PREGÃO ELETRÔNICO N°96/2016 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Todas Secretarias Municipal.

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto: Registro de Preçosparafutura e eventualcontratação de empresa especializada em **materiais de limpeza** para as Secretarias: Administração, Ação Social, Agricultura, Governo, Planejamento, Finanças, Educação, Esportes Cultura e Lazer, Indústria e Comércio Meio Ambiente e Turismo, Obras e Serviços Urbanos e Saúde, conforme descrição e quantitativos relacionados no Anexo I do termo de referência.

RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA, MERCADO DE LIMPEZA COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME, CNPJ: 14.689.405/0001-93, **os itens abaixo relacionados:**

Item	Descrição do material	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL
01	Água sanitária, frasco com 1 litro, solução aquosa a base de hipoclorito de sódio ou cálcio com teor de cloro ativo entre 2,0% p/pa 2,5% p/p. O produto poderá conter apenas hidróxido de sódio ou cálcio, cloreto de sódio ou cálcio e carbonato de sódio ou cálcio como estabilizante, não sendo permitida a adição de substâncias corantes, detergente e aromatizante na formulação. Validade mínima de 6 meses. Embalagem de acordo com NBR e resoluções da ANVISA vigentes, e acondicionada em caixas de papelão de boa qualidade (resistente). O produto deverá estar registrado na ANVISA/MS. Não será aceito alvejante.	UND	3.590	Tuff	1,52	5. 456,80
02	ÁLCOOL ETÍLICO, TIPO HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO 70%_(70¨GL), APRESENTAÇÃO GEL, 500ML	UND	2.461	Start	3,80	9. 351,80
03	Álcool Gel - Antisséptico, produto neutro, bico dosador, utilizado para higienização das mãos. Com Triclosan em sua composição, embalagem com 500 ml	UND	2.364	Start	3,76	8. 888,64
08	Desodorizador sanitário, nome desodorizador sanitário, desinfetante, sólido (pedra sanitária), aromatizado. Embalagem de 50 gramas.	UND	1870	Azulim	1,29	2. 412,30
10	CERA LÍQUIDA VERDE FRASCO COM 1L.	UND	70	Polylar	2,06	144,20
11	Cera, tipo líquida, cor vermelha, composição a base de água, carnaúba e resinas metalizadas, características adicionais antiderrapante, impermeabilizante, aplicação limpeza de pisos, frasco com 750 ml.	UNID	236	Polylar	2,05	483,80
12	CREME DE PENTEAR INFANTIL: Especialmente desenvolvido para condicionar e desembaraçar suavemente o cabelo da criança.Com fórmula clinicamente testada, não possui álcool e não irrita.Indicação para uso infantil postado na embalagem.Deve conter no rótulo o nome do químico responsável, o número do registro no Ministério da Saúde, serviço ativo de atendimento ao cliente, através de telefone fixo nacional e endereço completo para correspondência, Peso líquido do produto unitário: 300ml (mínimo).	UNID	344	Palmolive	5,76	1. 988,32
18	Esponja de limpeza. Material: lã de aço fina. Abrasividade mínima. Aplicação: uso doméstico. Pacote com 8 unidades.	PCT	826	Inove	0,80	660,80
22	LIMPA ALUMINIO, LIQUIDO, GALAO PLASTICO DE 500 ML, COM A SEGUINTE COMPOSICAO: TENSOATIVO NAO TOXICOS	UND	244	Polylar	1,31	319,64
31	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 100 L, COR BRANCO LEITOSO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM SIMBOLOGIA DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE, NORMAS TÉCNICAS NBR 7500, NBR 9191, MATERIAL POLIETILENO	PCT	8000	Polimpress	24,64	196. 880,00
32	Saco de lixo hospitalar, indicado para acondicionamento de resíduos sólidos hospitalares/infectantes, com impressão de simbologia infectante e seguindo as normas da ABNT, cor branca, dimensão: 63x80cm, capacidade: **50L**. Opção com lacre. Pacote com 100 unidades.	PCT	2500	Polimpress	13,52	33. 800,00
33	Saco de lixo hospitalar, indicado para acondicionamento de resíduos sólidos hospitalares/infectantes, com impressão de simbologia infectante e seguindo as normas da ABNT, cor branca, dimensão: 63x80cm, capacidade**: 30L.** Opção com lacre. Pacote com 100 unidades.	PCT	3500	Polimpress	11,66	40. 810,00
34	SHAMPOO INFANTIL, neutro embalagem de 200 ml, sendo suave para os olhos quando lavado com água pura, contendo PH balanceado, além de não conter sabão e álcool, sendo suave também para o couro cabeludo do bebê.	UND	1025	Relvazon	6,29	6. 447,25
36	Vassoura de nylon com 40 cm, comprimento cerdas mínimo 5 cm, com cabo roscável protegido com plástico	UND	1036	Plast	5,99	6. 205,64
46	DETERGENTE, COMPOSIÇÃO TESOATIVOS ANIÔNICOS, COADJUVANTE, PRESERVANTES, COMPONENTE ATIVO LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO REMOÇÃO DE GORDURAS DE LOUÇAS, TALHERES E PANELAS, AROMA NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL	UND	6954	SPA	1,39	9. 666,06
48	Saco plástico lixo, 100 litros, 10 micras, cor preta. Aplicação: coleta de lixo. Pacote com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056	PTC	2490	Polimpress	2,40	5. 976,00
49	SACO PARA LIXO, PRETO, 50 LITROS, PACOTE COM 10 UNIDADES	PTC	1880	Polimpress	1,08	2. 030,40
50	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 30 LITROS COR PRETA LARGURA 59 CM ALTURA 62 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MATERIAL ORGÂNICO, ESPESSURA 0,08 MM, NORMAS TÉCNICAS NBR 9190 E 9191, MATERIAL POLIETILENO, PACOTE COM 10 UNIDADE	PTC	435	Polimpress	0,96	417,60

Perfazendo um valor total de **R$ 331.939,25 (trezentos e trinta e um mil, novecentos e trinta e nove reais e vinte e cinco centavos).**

RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA, COMERCIAL LUAR EIRELI EPP, CNPJ 02.545.55/0001- 333, **os itens abaixo relacionados:**

Item	Descrição do material	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
05	AMACIANTE DE ROUPA, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO, COMPOSIÇÃO TENSOATIVO NÃO IÔNICO, COADJUVANTE, ALCALINIZANTE, APLICAÇÃO AMACIANTE ARTIGOS TÊXTEIS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LÍQUIDO CONCENTRADO, SOLÚVEL EM ÁGUA, BASE NEUTRA	UND	1300	Floraquimica	2,93	14837,52
13	DESINFETANTE, COMPOSIÇÃO À BASE DE ORTOFTALALDEÍDO, TEOR ATIVO A 0,55%, FORMA FÍSICA SOLUÇÃO AQUOSA PRONTA. FRASCO COM 2 LITROS.	UND	5064	Floraquimica	2,93	14837,52
14	Desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação limpeza em geral, cor verde, características adicionais aroma limão, pH 10 a 10,5, viscosidade 400/500 CPS, composição amoníaco tensoativo (aniônico e não aniônico), constituído com agentes bactericidas, detergente biodegradável, agentes sequestrantes, promovendo a desinfecção e desodorização da superfície onde é aplicado, controlando os maus odores provenientes da matéria orgânica decomposta por micro-organismos, a base de cloreto de benzalconio, com diluição de 1:10 bactericida, 1:50 bacteriostático e 1:20 odorizante, frasco com 500 ml. Marca Refereência: Pinho Bril, Pinho Sol. Similar ou de qualidade Superior.	UND	462	plab	2,00	924,00
20	GUARDANAPO DE PANO, TIPO TECIDO 100% ALGODÃO, COR BRANCA, COMPRIMENTO 50 CM, LARGURA 50 CM	UND	696	Wish	0,42	734,58
30	Sabonete, aspecto físico sólido, peso 90g, tipo com perfume, características adicionais baixa fragância e livre de corantes.Marca Referência: DOVE, similar ou de qualidade superior.	UND	1805	Motivus	0,88	1.588,40

Perfazendo um valor total de R$ 24.629,82 (vinte e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos),

RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA, MOREIRA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, CNPJ 08.436.811/0001-41, **os itens abaixo relacionados:**

Item	Descrição do material	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNIT. R$	VALOR TOTAL
06	BALDE, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 20 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ALÇA METÁLICA, APLICAÇÃO USO GERAL	UND	600	Arqplast	7,64	4.584,00
16	ESCOVA PARA LIMPEZA - ESCOVA SANITÁRIA COM SUPORTE, BASE DE CORPO EM POLIPROPILENO, MEDINDO NO MÍNIMO: BASE DA BOLA COM 11CM E 9CM DE PROFUNDIDADE, CABO COM 38CM DE COMPRIMENTO.	UND	509	Dsr Vassouras	4,00	2.036,00
26	Rodo plástico em PVC, com borracha dupla, medindo 40 cm cabo em madeira revestido em plástico acoplado ao rodo com comprimento de 1,50cm.	UND	312	Dsr Vassouras	3,97	1.238,64
29	Sabão em pó, com detergente para lavar roupas, composto de tensoativo aniônico, coadjuvantes, sinergista, branqueador óptico, tamponantes, corante, essência, carga, água, alquil benzeno sulfonato de sódio, caixa com 500 gramas.Marca Referência: ARIEL, OMO, Similar ou de Qualidade Superior.	UND	5377	Tixan	3,00	16.131,00
39	VASSOURA, MATERIAL CERDAS PÊLO SINTÉTICO, MATERIAL CEPA MADEIRA, COMPRIMENTO CEPA 40 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO DE APROXIMADAMENTE 1,20 CM, LARGURA CEPA 5 CM	UND	79	Dsr Vassouras	6,00	474,00
42	LUVA LÁTEX AMARELA TAMANHO MÉDIO: Luva de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante, média, cor amarelo. Deverá estar em conformidade com as normas da ANBT NBR 13.393.	PAR	557	Volk	186	1.036,02
43	Bacia plástica 10 litrosEm material plástico, redonda, capacidade 10 Litros	UND	66	Arqplast	3,00	198,00
44	Bacia plástica 20 litrosEm material plástico, redonda, capacidade 20 Litros	UND	58	Arqplast	5,98	346,84
47	Cesto telado, material polietileno, para lixo cap. 10 litros	UNI	12	Arqplast	2,40	28,80

Perfazendo um valor total de R$ 26.073,30 (vinte e seis mil, setenta e três reais e trinta centavos)

RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA, MARIA JOSE DOS REIS NETO ME, CNPJ 10.226.940/0001-57, **os itens abaixo relacionados:**

Item	Descrição do material	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
07	DESODORIZADOR, ESSÊNCIA BRISA DO MAR, APRESENTAÇÃO AEROSOL, APLICAÇÃO AROMATIZADOR AMBIENTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NÃO CONTENHA CFC	UND	1.996	Secar	5,58	11.137,68
09	CERA, TIPO LÍQUIDA, COR INCOLOR LEITOSO, COMPOSIÇÃO PARAFINA, CERA DE POLIMENTO, ÓLEO VEGETAL HIDROGENA-, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ANTIDERRAPANTE, FRASCO C/ ALÇA, TAMPA DOSADORA, V A APLICAÇãO LIMPEZA DE PISOS	UND	1.909	Zupp	2,69	5.135,21
19	FLANELA, 100% ALGODÃO, DIMENSÕES MÍNIMAS 38 X 58CM, PESO BRUTO 80G, BORDAS OVERLOQUEADAS LINHAS DE ALGODÃO, USO GERAL, UNIDADE: 01 UNIDADE (AVULSO).	UND	1465	Brulimp	1,44	2.109,60
21	Inseticida aerosol, inodor, a base de água, para moscas, mosquitos e baratas, embalagem de 300ml. Descrição no rótulo: nome do fabricante, endereço completo, técnico responsável, instruções de uso, telefone SAC, registro na ANVISA/Ministério da Saúde.	UND	1.060	Boton	6,26	6.635,60
24	PANO LIMPEZA, MATERIAL 100% ALGODÃO, COMPRIMENTO 70 CM, LARGURA 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CHÃO, COR BRANCA	UND	1199	Lf	2,87	3.441,13
28	Sabão: barra 200g. Composição básica: sabão glicerinado, tipo neutro. Unidade de medida: embalagem com 5 unidades.	PCT	3518	Jammy	4,24	14.916,32
41	LUVA LÁTEX AMARELA TAMANHO GRANDE: Luva de látex natural, com revestimento interno,reforçada, com superfície externa antiderrapante, grande, cor amarelo. Deverá estar em conformidade com as normas da ANBT NBR 13.393.	PAR	10090	Talge	1,89	19.070,10
45	TORNEIRA PLÁSTICA DE ½ PARA FILTRO D'ÁGUA COM ALAVANCA SUPERIOR, COM FLANGE E ANÉIS DE VEDAÇÃO, NA COR BRANCA	UND	250	Oasi	6,86	1.715,00

Perfazendo um valor total de R$ 64.160,64 (sessenta e quatro mil, cento e sessenta reais e sessenta e quatro centavos)

Prefeitura de Cáceres, 06 janeiro de 2016.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 582-2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
PORTARIA Nº 589 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258 de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO os artigos 19, 20 e 21 da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003 e os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 44246, de 29 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Elevados o Nível e Classe dos servidores de carreira do Município de Cáceres, relacionados no anexo único da presente Portaria, em razão de nova habilitação específica alcançada e por tempo de serviços prestados, obedecendo aos critérios de promoção para cada Nível e Classe, no mês de **dezembro/2016**.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta do Elemento de Despesa das respectivas Secretarias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de dezembro de 2016.

MARLI FÁTIMA FERREIRA DE LIMA

Secretária Municipal de Administração

Afixado em: 29.12.16.

DEZEMBRO/2016

SERVIDORES COM DIREITO A ELEVAÇÃO DE NIVEL E CLASSE EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº.47/48 – 2003 "PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS - PCCS" VIGENTE.

NOME CARGO		ADMISSÃO	CLASSE	P/CLASSE	
				NIVEL	NIVEL
Luiza Aparecida de Amorim	Assistente Social-40 hrs	Progressão de Classe	11/12/1995	F – I	G - I
Cristiane Santana de Arruda	Aux. de Desenvolvimento Infantil	Progressão de Nível	05/05/2009	C – II	C – III

Ivana Duarte Campos Pereira	Aux. de Desenvolvimento Infantil	Progressão de Nível	05/05/2009	C - I	C - II
Maria Elza de Moraes	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível	05/08/2002	E – III	E– IV
Célia Regina Saldanha	Enfermeira- 20 hrs	Progressão de Classe	01/12/1995	F – II	G – II
Alexandre Marin	Guarda	Progressão de Nível	17/03/2003	E – III	E – IV
Eliete Baptista Mucari de Almeida	Psicóloga- 40 hrs	Progressão de Nível	01/10/2010	B - II	C - II
Vera Marta Ferro Bonacim Roder	Sanitarista- 20 hrs	Progressão de Classe	01/12/1995	F - II	G - II

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
DECRETO Nº 007 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 88 de 02 de janeiro de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor **RONALDO DAMACENA,** para exercer o cargo de Coordenador de Desenvolvimento Rural da Secretária Municipal de Agricultura, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de janeiro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 03.01.17

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017 HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017 HOMOLOGAÇÃO

Processo/Protocolo Nº: **001/2017, de 02 de Janeiro de 2017.**

Interessado: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL DE CÁCERES-MT

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de **PAPEL SULFITE na cor branca**, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 75-gr/m², nos quantitativos, descrição e preços apurados no item 3 – DESCRIÇÃO DO OBJETO do Termo de Referência (fls. 002/006), Quadro Demonstrativo de Cotações (fls. 012), consultas e anuências (fls). e Certidão (fls.), visando atender às demandas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal de Cáceres-MT.

Procedimento Adotado: ADESÃO (CARONA) à Ata de Registro de Preços n.º 42/2016 **(item 85)**,oriunda do Pregão Eletrônico/Registro de Preços n.º 70/2016, que documentou a aquisição de material de expediente, visando atender à Prefeitura Municipal de Cáceres em diversas de suas Secretarias, nos termos da legislação em vigor (Art. 15 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, regulamentado pelo Art. 22 do Decreto n.º 7892/2013, de 23 de janeiro de 2013).

Despesas: As despesas decorrentes da execução da presente Ata de Registro de Preços correrão à conta de recursos próprios do orçamento vigente, alocado sob a classificação funcional:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa
18.001	17.122.1101.2211	33.90.30.00

Composição das Despesas:

ITEM	QUANT.	UNID.	PREÇO UNIT.	PRODUTOS/ESPECIFICAÇÃO
85	3000	RESMA	15,75	Papel sulfite cor branco. Formatos: a4 (210 x 297 mm). Gramatura: 75gr/m². Embalagem contendo 500 folhas.

CÓD	EMPRESA VENCEDORA	CNPJ	VALOR
	CANTINHO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA ME	**14.178.547/0001-96**	**47.250,00**
		TOTAL ?	**47.250,00**

HOMOLOGO a decisão supra da Comissão Permanente de Licitação; ao vencedor e **autorizo o empenho** das despesas respectivas.

Local e Data: Cáceres-MT, 06 de Janeiro de 2017.

Dr. BRUNO CORDOVA FRANÇA

Diretor Executivo em Substituição

(Portaria n.º 025/2016, de 22/12/2016)

Cáceres-MT, 06 de Janeiro de 2017.

A ASSESSORIA JURÍDICA DO SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL, para parecer e posterior encaminhamento a **homologação**.

E, tendo sido cumpridas todas as formalidades legais, conforme determina a Lei Federal nº 8.666/93 em cotejo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o Parecer é pela Homologação do presente Pregão Presencial.

VICTOR OLAVO DA SILVA

Assessor Jurídico OAB/MT 17172

(Portaria n.º 001/2017, de 02/01/2017)

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
ERRATA DE PORTARIA Nº 001/2016

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA N° 001/2016

Da publicação da Portaria n° 001/2016, no Jornal Oficial dos Municípios – AMM, na data de 06 de Janeiro de 2017, edição n° 2.641, página 36, com a devida adequação no ano da referida Portaria:

Onde se lê: "**Portaria nº 001/2016**"

Leia-se: "**PORTARIA Nº 001/2017**"

Registrada e Publicada, cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 06 de Janeiro de 2017.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
ATO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº 21/2016

Protocolo nº 163/2016, de 20/12/2016

ATO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº 21/2016

Protocolo Nº 163, de 20 de Dezembro de 2016.

Interessado: Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO, visando a aquisição de **SEMENTES DO TIPO ANDROPOGON E HUMIDICULA** para utilização no plano de recuperação da área degradada-PRAD junto ao aterro controlado (lixão) administrado pelo SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL.

Vigência: 12 (doze) meses.

Despesas:

ÓRGÃO/ UNIDADE	FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS

18.001	17.512.1101.2211	33.90.30	100-Rec. Ord.

Fundamento: Artigo 24 inciso II, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, alterações posteriores e também amparado nos princípios da finalidade pública e princípio da continuidade do serviço público.

COD.	CNPJ	EMPRESA:	TOTAL R$
	09.384.632/0001-70	ADEMIR NICOLAU DA SILVA-ME	4.841,10

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico, nos termos do Art. 24, inciso II, da Lei Federal n° 8.666 /1993, e AUTORIZO A DESPESA ACIMA, com fulcro no Art. 26 do mencionado dispositivo legal.

Cáceres, 06 Janeiro de 2017. .

Dr. BRUNO CORDOVA FRANÇA

Diretor Executivo em Substituição

(Portaria n.º 025/2016, de 22/12/2016)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
PORTARIA Nº. 585 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 41257, de 30 de novembro de 2016,

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa Disciplinar, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal solicitante, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 22 de dezembro de 2016.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 22.12.16

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
PORTARIA Nº. 001 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 202, de 03 de janeiro de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **SUELI NATALINA JARA**, para exercer a função de Chefe da Divisão de Pessoal, da Secretaria Municipal de Administração, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em substituição ao titular que encontrara em gozo de férias pelo período de 02 de janeiro a 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de janeiro de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 04.01.17.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 076, DE 5 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

***1. NOMEAR*,** a Senhora **NEIDE PANTALEÃO DOS SANTOS**, portadora do RG nº 1241370-4 SESP/PR e CPF nº 858.866.531-04, para ocupar o cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Habitação**, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 5 dias do mês de janeiro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 075, DE 5 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

***1. NOMEAR*,** a servidora efetiva **ROBERTA CRISTINA FREITAS SILVA**, para ocupar o cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Assistência aos PNE**, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 5 dias do mês de janeiro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 071, DE 4 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

1. EXONERAR, a servidora efetiva **ALINE BENEDETTI WACHHOLZ**, do cargo em comissão de **Assistente de Convênios**, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Administração, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 4 dias do mês de janeiro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 072, DE 5 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

1. EXONERAR, o servidor **ANDRÉ RICARDO DA SILVA GOMES,** cargo em comissão de **Chefe de Divisão Distrital Marechal Rondon**, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Administração, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 5 dias do mês de janeiro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 073, DE 5 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

1. NOMEAR, a Senhora **ANDREA CRISTINA BRANCO GIACOMET**, portadora do RG nº 3.478.170-2 SESP/PR e CPF nº 749.079.649-00, para ocupar o cargo em comissão de **Coordenadora de Trabalho e Ação Social**, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 5 dias do mês de janeiro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 073, DE 5 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

1. NOMEAR, a Senhora **ANDREA CRISTINA BRANCO GIACOMET**, portadora do RG nº 3.478.170-2 SESP/PR e CPF nº 749.079.649-00, para ocupar o cargo em comissão de **Coordenadora de Trabalho e Ação Social**, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 5 dias do mês de janeiro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 060, DE 4 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

1. NOMEAR, o servidor efetivo **ANDERSON ELIAS SIEBERT,** para ocupar o cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Patrimônio de Bens Móveis e Imóveis,**órgão vinculado a Secretaria Municipal de Administração, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 4 dias do mês de janeiro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 078, DE 5 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

1. NOMEAR, o Senhor **LEANDRO FERNANDES JUSTINO**, portador do RG nº 1319708-8 SSP/MT e CPF nº 891.677.401-20, para ocupar o cargo em comissão de **Diretor de Departamento de Administração**, órgão vin-

culado à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 5 dias do mês de janeiro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 077, DE 5 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

1. NOMEAR, o Senhor **CLAUDEMAR COSTA ERRESTORFF**, portador do RG nº 15937461 SSP/MT e CPF nº 024.237.191-40, para ocupar o cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Manutenção de Espaços Esportivos**, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 5 dias do mês de janeiro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 074, DE 5 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

1. NOMEAR, a servidora efetiva **SUSANA HENRIQUE,** para ocupar o cargo em comissão de **Diretora do Departamento de Administração,**órgão vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 5dias do mês de janeiro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 084, DE 5 DE JANEIRO 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS-MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo o art. 59, I da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

1. RENOMEAR, a servidora efetiva **ELENI TEIXEIRA BELAI RIZZOTTO,** ora ocupante da função de **Secretária Escolar**, para ocargo em comissão de **Chefe de Divisão de Apoio Legislativo**, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Administração, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 5 dias do mês de janeiro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2017

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n°. 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, a contar da publicação do presente EDITAL, a candidata aprovada no Edital de Escolha dos Suplentes dos Conselheiros Tutelares nº 001/2015, a fim de assumir sua respectiva função, nos Termos que determina os art. 02 e 14 da lei Municipal nº 1.177/2007 – lei do Conselho Tutelar de Campo Novo do Parecis-MT.

O não comparecimento da candidata no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da desistência e renuncia quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo – Conselheira Tutelar

INSCRIÇÃO	*CANDIDATO*	*COLOCAÇÃO*
011	Ducena Gonzaga dos Santos	1º suplente

A candidata aprovada acima relacionada deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal munida dos documentos constantes no Escolha dos Suplentes dos Conselheiros Tutelares nº 001/2015, no prazo legalmente previsto.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 03 dias do mês de Janeiro de 2017.

Alessandra Costa Marques Rosa de Moraes Silva

Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Portaria 215/2016 de 08 de Abril de 2.016

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 081, DE 5 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

1. NOMEAR, o Senhor **VITOR YONEZAWA MACHADO**, portador do RG nº 0897103-0 SSP/MT e CPF nº 002.236.061-11, para ocupar o cargo em comissão de **Diretor de Departamento de Comunicação**, órgão vincula-

do ao Gabinete do Governo Municipal, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 5 dias do mês de janeiro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 086, DE 5 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

1. EXONERAR, a servidora **CLEIDE POLETO MARTINS**, do cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Apoio aos Idosos,** órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 5 dias do mês de janeiro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 083, DE 5 DE JANEIRO 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS-MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo o art. 59, I da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

1. RENOMEAR, a servidora efetiva **LUZEMI PEREIRA VIEIRA,** ora ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Apoio Legislativo, para ocargo em comissão de **Assessora Técnica e Legislativa**, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Administração, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 5 dias do mês de janeiro de 2017.

RAFAEL MACHADO **Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 085, DE 05 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 46, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº. 1.242/2008, de 25.03.08 que altera dispositivos da Lei Municipal nº. 1136/2006, de 11.07.2006, que organiza o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC, institui a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON, o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – COMDECON e institui o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC.

R E S O L V E

1. **DESIGNAR,** os seguintes membros para comporem a **Junta Recursal da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON**, sendo estes:

I - Presidente: Andressa Caroline Pagnussat;

II - Relatora: Deisi Kolling;

III – Revisor: Álvaro José Barbosa.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 01/2017

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, torna público que está realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob o nº 01/2017, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, com a finalidade de registrar preços para aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero km, categoria SUV, tração 4x4, alimentado a diesel, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. A abertura está marcada para o dia **19/01/2017**, às **08h00 (oito horas)** do horário local, no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Campos de Julio - MT, situado à Av. Valdir Masutti, 779-W, Bairro Bom Jardim.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br. Informações através do fone (65) 3387-2800 e do e-mail licitacao5@camposdejulio.mt.gov.br

Campos de Júlio - MT, 06 de janeiro de 2017.

Eric Rodrigo Pettenan - Pregoeiro

Decreto nº 04/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

PORTARIA N. 012/2017

PORTARIA N. 012/2017, de 03 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FISCAL SANITÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **ADRIELMO PEDROSA GIL**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1890586-2, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 000.892.241-16, para exercer o cargo de **FISCAL SANITÁRIO**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 008/2017

PORTARIA N. 008/2017, de 02 de janeiro de 2017.

"QUE *REVOGA A PORTARIA Nº 015/2015 DE 09/02/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*."

JOÃO CLEITON MEDEIROS DE ARAÚJO, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º. – Fica revogada a Portaria nº. 015/2015 de 09/02/2015, que Designa o **Sr. ADRIELMO PEDROSA GIL,** na Função de **FISCAL SANITÁRIO,** deste Município.

Artigo 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 02 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 007/2017

PORTARIA N. 007/2017, de 02 de janeiro de 2017.

"QUE *REVOGA A PORTARIA Nº 117/2014 DE 01/12/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*."

JOÃO CLEITON MEDEIROS DE ARAÚJO, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º. – Fica revogada a Portaria nº. 117/2014 de 01/12/2014, que Designa a **Srª. OLINDA GOMES DOS SANTOS,** na Função de **FISCAL SANITÁRIO,** deste Município.

Artigo 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 02 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 010/2017

PORTARIA N. 010/2017, de 02 de janeiro de 2017.

"Dispõe sobre a Nomeação do Pregoeiro e Membros da Equipe de Apoio das Licitações realizadas no exercício de 2017."

JOÃO CLEITON MEDEIROS DE ARAÚJO, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais lhes são atribuídas e considerando o disposto na **Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 283/2010**:

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica Nomeado o servidor o **Sr. ISRAEL GOMES DA LUZ,** portador da Cédula de Identidade Civil RG: 1499949-8 SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF/MF sob. 956.840.771-53**, para atuar como Pregoeiro juntamente com sua equipe de apoio os servidores abaixo relacionados, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na Modalidade Pregão deste Município.**

Ø **Membro:** IDEVALDO DE PAULA FARIA

CPF: 003.567.551-93

RG: 476253-6 DGPC/GO

Ø **Membro:** BRYANBILL ROSA DE ARAÚJO

CPF: 950.316.501-68

RG: 1431351-5 SSP/MT

Ø **Membro:** ALCIONE CARVALHO DA COSTA

CPF: 993.520.790-00

RG: 1386583-8 SSP/MT

Artigo 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 02 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 009/2017

PORTARIA N. 009/2017, de 02 de janeiro de 2017.

DISPÕE DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, PARA EXAMINAR E JULGAR, PROPOSTA DE LICITAÇÃO RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2017.

JOÃO CLEITON MEDEIROS DE ARAÚJO, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

Artigo 1º. Fica criada a "Comissão Permanente de Licitação – CPL" da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, para examinar e julgar, proposta de licitação relativa ao exercício de 2017, bem como adotar as demais providencias previstas na legislação vigentes.

Artigo 2º. Os membros da Comissão ora criada responderá solidariamente por todos os atos conforme, Art. 51, Parágrafo 3º da Lei nº 8.666/93, cuja mesma terá a seguinte composição:

Ø **Presidente**: DOMINGOS DIAS PINTO

CPF: 388.910.771-00

RG: 228010-7 SSP/GO

Ø **Secretário: IDEVALDO DE PAULA FARIA**

CPF: 003.567.551-93

RG: 476253-6 DGPC/GO

Ø **Membro:** ADBALDO NUNES MILHOMEM

CPF: 792.458.701-20

RG: 455740-1 SSP/MT

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 02 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 011/2017

PORTARIA N. 011/2017, de 03 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FISCAL SANITÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Srª. **OLINDA GOMES DOS SANTOS**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 0470752-4, emitida por SJ/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 002.514.131-79, para exercer o cargo de **FISCAL SANITÁRIO**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

Referente ao Processo de Escolha Unificado 001/2015, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Resolução nº 170 de 10 de dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Lei Municipal nº 296 de 17 de junho de 2005 e demais alterações posteriores, o qual foi realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Carlinda (MT), com data de inicio da vigência 05/01/2017 e termino 09/01/2020.

Contrato 001/2017 – Marinalva Gomes de Sousa dos Santos

Solange Pereira da Silva

Responsável Pelo Departamento de Recursos Humanos

Prefeitura Municipal de Carlinda – Estado do Mato Grosso/MT

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 043/2016

MUNICIPIO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT**

PROMITENTE FORNECEDORA**: DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME CNPJ:37.227.550/0001-58**

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos e serviços de manutenção da iluminação pública de Carlinda MT.

VIGENCIA: 31/12/2016 à 17/08/2017.

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 08/2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **NOMEADA** a Senhora **VÂNIA ROSA DA SILVA CIPRIANO** no cargo de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 02 de janeiro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 042/2016

MUNICIPIO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT**

PROMITENTE FORNECEDORA**: 3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ:04.347.124/0001-0**

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos e serviços de manutenção da iluminação pública de Carlinda MT.

VIGENCIA: 31/12/2016 à 17/08/2017.

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 046/2016

MUNICIPIO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT**

PROMITENTE FORNECEDORA**: NADIA DE MORAIS 05824050171 CNPJ:24.964.805/0001-13**

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos de higiene e limpeza para atender as necessidades das secretarias do município de Carlinda/MT.

VIGENCIA: 31/12/2016 à 05/09/2017.

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 044/2016

MUNICIPIO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT**

PROMITENTE FORNECEDORA**: WAGNER NEGRI SIMÃO - 84833203120 CNPJ:14.312.683/0001-27**

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos e serviços de manutenção da iluminação pública de Carlinda MT.

VIGENCIA: 31/12/2016 à 17/08/2017.

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 041/2016

MUNICIPIO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT**

PROMITENTE FORNECEDORA**: COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME CNPJ:26.579.029/0001-63.**

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos e serviços de manutenção da iluminação pública de Carlinda MT.

VIGENCIA: 31/12/2016 à 17/08/2017.

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço.

PORTARIA Nº. 25/2017.

SÚMULA: CONVOCA POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2016.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a desistência oficial e registrada em cartório do 1º aprovado para o cargo, inscrição nº 329350;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica CONVOCADO, em conformidade com a ordem de classificação, abaixo relacionado, o candidato aprovado pelo Concurso Público Municipal n.º 001/2016, homologado dia 15 de junho de 2016.

Nº. INSC	NOMES	CLASSIFICAÇÃO
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS CNH/ D-MOTONIVELADORA		
323339	ADRIANO DE OLIVEIRA ESCORSIN	01º classificado

Artigo 2º - O candidato convocado deverá comparecer na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 09 de janeiro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 045/2016

MUNICIPIO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT**

PROMITENTE FORNECEDORA**: MEGACOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME CNPJ:08.976.044/0001-63**

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos e serviços de manutenção da iluminação pública de Carlinda MT.

VIGENCIA: 31/12/2016 à 17/08/2017.

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço.

DECRETO Nº 44/2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **NOMEADO** o Senhor **MARCOS VALMIR WEBER** no cargo de **CHEFE DE DIVISÃO**, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 09 de janeiro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 23/2017.

SÚMULA: CONVOCA POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2016.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica CONVOCADO, em conformidade com a ordem de classificação, abaixo relacionado, o candidato aprovado pelo Concurso Público Municipal n.º 001/2016, homologado dia 15 de junho de 2016.

Nº. INSC	NOMES	CLASSIFICAÇÃO
PROFESSOR DE HISTORIA		
331522	SANDRA DOS SANTOS	01º classificado

Artigo 2º - O candidato convocado deverá comparecer na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 09 de janeiro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 24/2017.

SÚMULA: CONVOCA POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2016.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica CONVOCADO, em conformidade com a ordem de classificação, abaixo relacionado, o candidato aprovado pelo Concurso Público Municipal n.º 001/2016, homologado dia 15 de junho de 2016.

Nº. INSC	NOMES	CLASSIFICAÇÃO
MOTORISTA CNH/D – CONDUTOR DE ÔNIBUS		
323641	ROBSON FERNANDES FERREIRA	03º classificado

Artigo 2º - O candidato convocado deverá comparecer na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 09 de janeiro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 019/2016

MUNICIPIO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT**

PROMITENTE FORNECEDORA**: IMPERIO ACESSORIOS E PEÇAS LTDA-ME CNPJ nº 08.813.368/0001-80**

OBJETO: Registro de preços visando a eventual contratação de empresa para execução de serviços de reparos dos estofamentos e bases dos bancos da frota de ônibus escolares do município de Carlinda –MT.

VIGENCIA: 31/12/2016 à 02/05/2017.

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO N.º 036/2016

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO N.º 036/2016

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Castanheira**

CONTRATADO:**LUIZ CARLOS DA SILVA JUNIOR**, **Eng Civil inscrito no CREA MT 035620-AP**, e no **CPF/MF n.º 022.389.831-71**

OBJETO: Contratação de Profissionais com Formação em Nível Superior Engenheiro Civil para atender a necessidades da Secretaria de Administração do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso

VALOR R$ 7.400,00 (Sete mil e Quatrocentos Reais)

VIGÊNCIA 02/01/2017 a 28/02/2017

FORMA DE PAGAMENTO; Mediante recibo

DATA DE ASSINATURA: 31/12/2016

EXTRATO DO QUARTO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO E DE EXECUÇÃO DE OBRA AO CONTRATO N.º 075/2014

QUARTO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO E DE EXECUÇÃO DE OBRA AO CONTRATO N.º 075/2014

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Castanheira**

CONTRATADO:**ADELMO FERREIRA DOS SANTOS - ME**, inscrita no **CNPJ Nº 07.896.311/0001-20**,

OBJETO: Contrato Administrativo de Obra e Serviços de Engenharia, com Fornecimento de Materiais e Mão de obra – Empreitada Global – Para a Construção de Quadra Escolar Coberta com Vestiários no Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso

VIGÊNCIA 31/12/2016 a 31/10/2017

FORMA DE PAGAMENTO; Mediante medição

DATA DE ASSINATURA: 31/12/2016

EXTRATO DO QUARTO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO E DE EXECUÇÃO DE OBRA AO CONTRATO N.º 075/2014

QUARTO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO E DE EXECUÇÃO DE OBRA AO CONTRATO N.º 075/2014

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Castanheira**

CONTRATADO:**ADELMO FERREIRA DOS SANTOS - ME**, inscrita no **CNPJ Nº 07.896.311/0001-20**,

OBJETO: Contratação de Profissionais com Formação em Nível Superior Engenheiro Civil para atender a necessidades da Secretaria de Administração do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso

VALOR R$ 7.400,00 (Sete mil e Quatrocentos Reais)

VIGÊNCIA 31/12/2016 a 31/10/2017

FORMA DE PAGAMENTO; Mediante medição

DATA DE ASSINATURA: 31/12/2016

LEGISLATIVO
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT

TÍTULO IDO MUNICÍPIO

CAPÍTULO IDOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1.º - O Município de Castanheira é unidade integrante do Estado de Mato Grosso e da República Federativa do Brasil, com personalidade de direito público interno e autonomia política, administrativa e financeira que proclama e adota, nos limites de sua autonomia e competência, os princípios fundamentais e os direitos individuais, coletivos, sociais e políticos, universalmente consagrados e reconhecidos pela Constituição Federal, a todas as pessoas no âmbito de seu território coibindo, para tanto, a prática discriminatória de sentido excludente motivada por etnia, sexo, orientação sexual, cor idade, condição sócio-econômica, deficiência física, credo religioso e convicção política.

Parágrafo Único - A ação municipal desenvolve-se em todo o seu território, sem privilégios de distritos ou bairros, buscando promover o bem comum e a redução das desigualdades econômicas e sociais, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, ou quaisquer outras formas de discriminação. .

Art. 2.º - O Município de Castanheira objetivando integrar a organização, planejamento e a execução das funções públicas de interesse da população ou no interesse regional comum, poderá associar-se aos demais Municípios adjacentes, ao Estado e a União.Parágrafo único - São símbolos do Municipal de Castanheira a Bandeira, o Brasão e o hino, representativos de sua cultura e historia.

SEÇÃO IDA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 3.º - O Município de Castanheira, unidade territorial do Estado de Mato Grosso, é pessoa jurídica de direito público interno, dotado de autonomia politica, administrativa e financeira, asseguradas pela Constituição da Republica.

§ 1º- O Município de Castanheira organiza-se e rege-se por esta Lei Orgânica e demais leis que adotar, com os poderes e segundo os princípios e preceitos estabelecidos pela Constituição do Estado de Mato Grosso.

§ 2º- A sede do Município é a cidade de Castanheira.

§ 3º - Na denominação do Município e dos distritos é vedada.

I - a repetição de nomes de cidades ou vilas brasileiras;

II - a designação de datas, nomes de pessoas vivas e expressões compostas de mais de três palavras excluídas as partículas gramaticais.

§ 4º - Qualquer alteração territorial do Município de Castanheira só pode ser feita na forma da lei complementar estadual, preservando a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, dependente de consulta prévia às populações diretamente interessadas, mediante plebiscito.

Art. 3.º-A – São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e Executivo.

§ 4º - Qualquer alteração territorial do Município de Castanheira só pode ser feita na forma da lei complementar estadual, preservando a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, dependente de consulta prévia às populações diretamente interessadas, mediante plebiscito.

Art. 4.º - É vedado ao Município:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas e subvencioná-los, embaraçar-lhes o exercício ou manter com eles, ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público, na forma da lei.

II - recusar fé aos documentos públicos;

III – estabelecer distinções e preferências entre brasileiros ou estrangeiros.

SUB-SEÇÃO IDA CRIAÇÃO DE DISTRITOS

Art. 5.º - O território do Município poderá ser dividido para fins administrativos em Distritos, administrados por sub-Prefeituras, e Regiões Administrativas.

§. 1º. - A criação, organização e supressão de distritos, far-se- á por lei municipal, obedecido os requisitos previstos na lei estadual e dependerá de consulta prévia às populações diretamente interessadas.

§ 2º - O administrador distrital – sub-prefeito será escolhido pelo prefeito municipal e administrador direto do distrito, com pasta de Secretário Municipal, vinculado diretamente ao gabinete do prefeito municipal.

SEÇÃO IIDO PATRIMÔNIO MUNICIPAL

Ar. 6.º - Constituem patrimônio municipal todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.

Paragrafo único - O Município tem direito a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais de seu território.

Art. 7.º - Os bens imóveis do Município não podem ser objetos de doação nem de utilização gratuita por terceiros, salvo, e mediante ato do Prefeito autorizado pela Câmara Municipal, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, entidade componente de sua administração pública indireta ou sociedade civil sem fins lucrativos.

Art. 8.º - A alienação, a titulo oneroso, de bens imóveis do Município dependerá de autorização prévia da Câmara Municipal e será precedida de licitação pública.

I - Doação, que será exclusivamente para fim de interesse social, após autorização legislativa;

II - Permuta, após autorização legislativa.

Art. 10 - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto aos utilizados em seus serviços.

Art. 11 - O Município, preferentemente à venda ou a doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência, podendo esta ser dispensada por lei quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificados.

Art. 12 - A venda, garantida a preferência aos proprietários de imóveis lindeiros, de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis resultantes de obras públicas, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa. As áreas resultantes de modificações de alinhamento poderão ser alienadas, atendidas as mesmas formalidades.

CAPÍTULO IIDA COMPETÊNCIA

Art. 13 - Compete ao Município:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

II - Suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

III - Elaborar o orçamento anual, o plurianual de investimentos e a lei de diretrizes orçamentárias, prevendo a receita e fixando as despesas, com base em planejamento Municipal adequado;

IV - Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixado em lei;

V - Dispor sobre a administração, alienação e utilização de seus bens;

VI - Adquirir bens, inclusive através de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse local;

VII - Dispor sobre a concessão, permissão e autorização de serviços públicos ou utilidades de caráter local;

VIII - Organizar o quadro do servidor público, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

IX - Dispor, em concorrência com a União e o Estado sobre as matérias constantes no art. 23 da Constituição Federal;

X - Aceitar legados e doações;

XI - Planejar e promover o desenvolvimento integrado do Município;

XII - Regulamentar as edificações de qualquer natureza;

XIII - Dispor sobre loteamentos e arruamentos;

XIV - Dispor sobre o uso de áreas urbanas, regulamentando o zoneamento, inclusive quanto à localização de fábricas, oficinas, indústrias, depósitos e instalações, no interesse da saúde, da higiene, do sossego, do bem-estar, da recreação e da segurança da população;

XV - Regulamentar a utilização de logradouros públicos e, especialmente, no perímetro urbano:

a) Determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;

b) Dispor sobre os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

c) Conceder, permitir ou autorizar os serviços de transportes coletivos municipais e de táxis e fixar as respectivas tarifas, observados, quantos aos primeiros, ou disposto no art. 175, parágrafo único e incisos I a IV, da Constituição Federal e legislação pertinente;

d) Disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas e estradas municipais;

e) Fixar e similar os limites das "zonas de silêncio" de transito e tráfego em condições especiais;

XVI - Sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;

XVII - Dispor sobre a limpeza dos logradouros, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XVIII - Conceder licença para abertura e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares; fixando as condições e horários para o funcionamento;

XIX - Revogar as licenças dos que se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação e ao sossego público ou aos bons costumes, bem como promover o fechamento dos que funcionarem sem licença ou depois da revogação desta;

XX - Dispor sobre a construção e exploração de mercados públicos, feiras livres para gêneros de primeira necessidade e demais produtos compatíveis com a finalidade de abastecimento da população;

XX-A - Regular o comércio ambulante;

XXI - Fiscalizar a qualidade das mercadorias sob o aspecto sanitário quando colocados à venda;

XXII - Dispor sobre o serviço funerário, cemitérios e sua fiscalização;

XXIII - Regulamentar e licenciar a afixação de cartazes, anúncios e quaisquer outros meios de publicidade ou propaganda, inclusive sonora;

XXIV - Estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;

XXV - Dispor sobre criação, registro, vacinação, captura e destino de animais domésticos, com a finalidade precípua de profilaxia e erradicação da raiva afim de prevenir e erradicar a hidrofobia e outras moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XXVI - Dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidos em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XXVII - Promover e executar programas de construção de moradias populares e garantir em nível compatível com a dignidade da pessoa humana, condições habitacionais, saneamento básico e acesso ao transporte;

XXVIII - Promover a educação, a cultura e a assistência social e proteger o patrimônio histórico cultural local e ao meio ambiente;

XXIX - Dispor sobre os serviços públicos em geral regulamentando-os, inclusive os de caráter ou de uso coletivo, como os de água, gás, luz e energia elétrica, estabelecendo os respectivos processos de instalação, distribuição e consumo no Município;

XXX – Constituir servidões necessárias à execução dos serviços públicos;

XXXI – Prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto socorro, por seus próprios ou mediante convênios, especialmente para os casos de calamidade pública;

XXXII – Zelar pela saúde, higiene e segurança pública;

XXXII-A – O Município poderá organizar e manter a Guarda Municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações.

XXXII-B – A criação ou extinção da Guarda Municipal será feita mediante regulamentação de lei municipal.

XXXIII – Dispor sobre a defesa da flora e da fauna, assim como dos bens e locais de valor histórico, artístico, turístico ou arqueológico;

XXXIV – Prover os serviços de fomento agropecuário;

XXXV – Promover a conservação e construção de estradas e caminhos municipais;

XXXVI –Dispor a sobre a prevenção de serviços de combate à incêndios.

Art. 13-A – Ao Município é facultado celebrar convênios com órgãos da administração direta ou indireta do Estado ou da União para a prestação de serviços de sua competência, quando lhe faltar recursos técnicos ou financeiros ou quando houver interesse mútuo."

Art. 13-B – O Município poderá consorciar-se com outros municípios para a realização de obras ou serviços de interesses que lhes são comuns."

Art. 13-C – A concessão de serviços públicos só será feita com a autorização da Câmara, mediante contrato, precedido de concorrência pública feita na forma da lei federal vigente.

§ 1º - Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, cabendo ao prefeito, na forma da lei, aprovar os respectivos preços;

§ 2º - O Município poderá revogar a concessão ou permissão, desde que os serviços sejam executados em desconformidade com o contrato ou ato, ou revelarem manifesta insuficiência para o atendimento do interesse público;

§ 3º - As concorrências para a concessão de serviços públicos deverão ser precedidas de ampla publicidade, mediante edital afixado em local público municipal e mediante edital ou comunicação resumido dos publicados, pelo menos três vezes em jornal de grande circulação local ou regional, devendo, para as obras de significância, serem publicadas no Diário Oficial do Estado."

Art. 13-D - Os preços dos serviços ou de utilidade pública, explorada diretamente pelo Município ou por órgãos de sua administração descentralizada, serão fixados pelo Executivo, cabendo à Câmara Municipal definir os serviços que serão remunerados pelo custo, acima do custo e abaixo do custo, tendo em vista o interesse econômico e social.

Parágrafo Único – Na formação do custo dos serviços de natureza industrial computar-se-ão, além das despesas operacionais, as reservas para a depreciação e reposição dos equipamentos e instalações.

TÍTULO IIDOS PODERES MUNICIPAIS

CAPÍTULO IDISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 - São Poderes do Município, independentes e harmônico entre si o Legislativo e o Executivo.

Art. 15 - A Fiscalização Orçamentária financeira, orçamentária e contábil do Município será exercida nos termos do artigo 206º. e seguintes da Constituição Estadual.

CAPÍTULO IIDO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO IDA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 16 - O Poder Legislativo, exercido pela Câmara Municipal composta de Vereadores, eleitos para cada legislatura entre cidadãos maiores de dezoito anos, mediante pleito direto e simultâneo em todo país, para uma legislatura terá a duração de quatro anos.

Parágrafo Único - Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

Art. 17 - O número de Vereadores será fixado pela Justiça Eleitoral, tendo em vista à população do Município e observados os limites estabelecidos na Constituição Federal e Estadual;

SEÇÃO IIDA POSSE

Art. 18 - A Câmara Municipal reunir-se- em sessão de instalação no dia 1. º de janeiro de cada legislatura, independente de número, sob a presidência do Vereador mais votado entre os presentes, os demais Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse, cabendo ao Presidente prestar o seguinte compromisso:

Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, desempenhar com lealdade o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e o bem-estar de seu povo.

§ 1º. - Prestado o compromisso pelo Presidente, o Secretário que for designado para esse fim fará a chamada nominal de cada Vereador, que declarará:

Assim o prometo!

§ 2º. - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo dever fazê-lo no prazo de quinze dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal.

§ 3º. - No ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar-se e fazer declaração de bens, repetida quando do término do mandato, sendo ambas transcritas em livro próprio, resumidas em ata e divulgadas para o conhecimento público.

SEÇÃO IIIDAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA

Art. 19 - Cabe a Câmara, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, e especialmente:

I - Legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

II - Votar o plano plurianual, diretrizes orçamentarias, orçamento anual, abertura de créditos suplementares e especiais, operações de crédito, dívida pública;

II-A – Propor emendas ao orçamento municipal, indicar recursos à cada setor e remanejar verbas;

III - Autorizar a concessão de:

a) - Auxílios e subvenções;

b) - Serviços públicos;

c) - Direito real de uso de bens municipais;

IV - Autorizar a alienação e concessão de bens imóveis;

V - Autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

VI - Criar, alterar e extinguir cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos, inclusive quanto aos servidores da Câmara;

VII - Aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento integrado;

VIII - Delimitar o Perímetro Urbano;

IX - Autorizar a alteração da denominação de prédios, vias e logradouros públicos municipais;

X - Aprovar os códigos tributários, de obras e de posturas municipal e municipais de saúde,

XI - Dispor sobre a organização dos serviços da Prefeitura;

XII - Organização das funções fiscalizadoras da Câmara Municipal;

XIII - Transferência temporária da sede do Governo Municipal;

XIV - Criação, organização e supressão de distritos;

XV - Criação, transformação, extinção e estruturação de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias, fundações públicas municipais;

XVI - Criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração pública;

XVII – fixação e modificação do efetivo da Guarda Municipal;

XVIII – Normatização da cooperação das associações representativas no planejamento municipal;

XIX – Normatização da iniciativa de projetos de interesses específicos do Município, da cidade, de vilas, bairros ou Distritos, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado municipal;

Art. 20 - Compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I - Elaborar seu regimento interno;

II - Eleger sua Mesa Diretora e formar suas Comissões;

III - Organizar os seus serviços administrativos;

IV - Dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito quando eleitos;

IV-A - Julgar e decretar a perda do mandato ou renúncia do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica;

V - Conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo;

VI - Autorizar o Prefeito, a qualquer tempo, por necessidade ou a serviço, a ausentar-se do Município ou do País por mais de quinze dias;

VII – Fixar, por lei, os subsídios do Prefeito, do vice Prefeito e dos secretários municipais e, por Decreto-Legislativo os subsídios dos Vereadores;

VIII - Fixar a gratificação de representação do Presidente da Câmara Municipal;

IX - Criar comissões de inquérito, sobre fato determinado que se inclua na competência Municipal, sempre que o requerer pelo menos um terço de seus membros;

X - Proceder a tomada de contas do Prefeito quando não apresentadas à Câmara Municipal dentro de sessenta dias da abertura da sessão legislativa;

XI - Proceder a tomada de contas do Prefeito quando não apresentadas à Câmara Municipal até, o dia 15 de fevereiro de cada ano;

XII - Julgar anualmente as contas do Município e apreciar os relatórios sobre a execução do plano de governo;

XIII - Exercer, com auxilio do Tribunal de Contas do Estado, a fiscalização financeira, or‡amentária, operacional e patrimonial do Município;

XIV - Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

XV - Dispor sobre a sua organização, funcionamento, política de criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixar a respectiva remuneração;

XVI - Mudar temporariamente a sua sede, mediante aprovação de dois terços de seus membros;

XVII - Convocar os Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, para no prazo de setenta de duas horas, prestar informações sobre a matéria de sua competência;

XVIII - Solicitar informações ao Prefeito Municipal sobre assuntos referentes à administração;

XVIII-A - Autorizar referendo e convocar plebiscito;

XIX – Decidir sobre a perda de mandato de Vereador, por voto secreto e maioria de dois terços de seus membros, nos casos previsto nesta Lei Orgânica,

XX - Conceder título de cidadão honorário, qualquer outra honraria ou homenagem a pessoas que reconhecidamente, tenham prestado serviço ao Município;

SEÇÃO IVDA ELEIÇÃO DA MESA

Art. 21. - Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do Vereador mais votados entre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão a Mesa, por escrutínio secreto e a maioria de votos, considerando-se automaticamente empossados os eleitos;

§1º. - No caso de empate proceder-se- á imediatamente novo escrutínio, permanecendo empate, considerar-se-á eleito o mais idoso dos concorrentes;

§ 2º. – Não havendo número legal, o Vereador que tiver assumindo a direção dos trabalhos permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art. 22 - A eleição para a renovação da Mesa realizar-se-á sempre no último dia da segunda sessão legislativa ordinária da legislatura, considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir primeiro de janeiro da terceira sessão ordinária.

Art. 23 - A Mesa será composta de um presidente, um vice-presidente, um primeiro Secretário e um segundo Secretário.

Art. 23-A – O mandato da mesa será de 02 anos, permitida a reeleição para o mesmo cargo por mais uma legislatura.

SEÇÃO VDAS ATRIBUIÇÕES DA MESA

Art. 24. – Compete à Mesa da Câmara Municipal, dentre outras atribuições:

I - enviar ao Prefeito, até, o dia primeiro de março, as contas do exercício anterior;

II - elaborar e encaminhar ao Prefeito, até, o dia (31) trinta e um de agosto de cada ano a proposta orçamentária da Câmara a ser incluída na proposta orçamentária do Município;III – propor ao Plenário de lei que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou funções da câmara, bem como a fixação da respectiva remuneração,

IV - declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores nos casos previstos nesta Lei Orgânica e em lei especial,

V - interpretar, cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno.

Parágrafo Único - A Mesa decidirá sempre por maioria de seus membros.

SEÇÃO VIDO PRESIDENTE DA CÂMARA

Art. 25.- Compete ao Presidente da Câmara, dentre outras atribuições:

I - representar a Câmara em juízo ou fora dele;

II - dirigir, executar e disciplina os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara,

III - promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não promulgadas pelo Prefeito;

IV - apresentar ao Plenário, até o dia quinze de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e as despesas realizadas no mês anterior;

V – denunciar às autoridades competentes o servidor da Câmara omisso ou remisso na prestação de contas de dinheiro público sujeitos à sua guarda;

VI - representar sobre inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

VII - encaminhar pedido intervenção no Município, nos casos previstos pela Constituição Federal;

VIII - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para tal fim;

IX - convocar sessões extraordinárias quando houver matéria de interesse público e urgente a deliberar;

X - requisitar do Executivo Municipal o numerário destinado às despesas da Câmara;

XI - exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em lei;

XII - designar comissões especiais nos termos regimentais, observada as indicações partidárias;

XIII - mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimento de situações;

XIV - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;

XV - nomear, exonerar, aposentar, promover e conceder licença a servidor da Câmara, na forma da lei.

Art. 26. - O Presidente da Câmara, ou quem o substituir,somente manifestará o seu voto nas seguintes hipóteses:

I - em escrutínio secreto;

II - na eleição da Mesa Diretora,

III - quando a matéria exigir, para a sua aprovação, o voto favorável de dois terços ou maioria absoluta dos membros da Câmara,

IV - quando ocorrer empate em qualquer votação no Plenário.

SEÇÃO VIIDO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

Art. 27 - Ao Vice-Presidente compete dentre outras as seguintes atribuições:

I - substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças;

II - promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções e os decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que ache em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido;

III - promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as leis quando o Prefeito municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo, sob pena de perda do mandato de membro da Mesa.

SEÇÃO VIIIDO SECRETÁRIO DA CÂMARA

Art. 28. – Ao secretário compete, dentre outras atribuições:

I – redigir a ata das sessões secretas e das reuniões da Mesa,

II – acompanhar e supervisionar a redação das atas das demais sessões e proceder á sua leitura;

III – fazer a chamada dos Vereadores;

IV – registrar, em livro próprio, os procedentes firmados na aplicação do Regime Interno;

V – substituir os demais membros da Mesa, quando necessário.

SEÇÃO IXDOS VEREADORES

Art. 29 - Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 30 - Os vereadores não poderão:

I - Desde a expedição do diploma:

a) - firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista, fundações ou empresas concessionária de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes;

b) - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;

II - Desde a Posse:

a) - ser proprietário, controlador ou diretor de empresas que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nela exercer função remunerada;b) - ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum" nas entidades referidas na alínea "a" do inciso I, exceto nos casos previstos no art. 38, inciso III da Constituição Federal;

c) - patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere à alínea "a" do inciso I;

d) - ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo.

Art. 31 - Perderá o mandato o vereador:

I - que infringir qualquer das atribuições estabelecidas no artigo anterior;

II – que proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara, faltando com o decorro, na sua conduta pública;II-A – que se utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou improbidade administrativa;III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso doença comprovada, licença ou de missão oficial autorizada pela Câmara;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos constitucionalmente previstos,

VI - que sofrer condenação criminal em senten‡a transida em julgado;VII - que deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido nesta Lei Orgânica.

§ 1º. - È incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º. - Extingue-se o mandato, e assim ser declarado pela Mesa da Câmara, quando ocorrer falecimento ou renúncia por escrito do Vereador.

§ 3º. - Nos casos dos incisos I, II, VI e VII deste artigo, a perda do mandato ser decidida pela Câmara, por voto secreto e maioria absoluta, mediante estimulação da Mesa ou de partido político representando na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 4º. - Nos casos dos demais incisos, a perda do mandato ser declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante estimulação de qualquer Vereador ou partido político representando na Câmara, de ofício ou mediante estimulação de qualquer Vereador ou partido político representando na Câmara, assegurado ampla defesa.

§ 5º - Aplicam-se na cassação de Vereador os dispositivos previstos para a cassação do Prefeito Municipal, nos termos da Lei.

§ 6º - A renúncia de Vereador sujeito à investigação por qualquer órgão do Poder Legislativo ou, que tenha contra si procedimentos já instaurados ou protocolado junto à mesa da respectiva Casa, para a apuração das faltas a que se refere os incisos I e II-A do caput, fica sujeita à condição suspensiva, só produzindo efeitos se a decisão não concluir pela perda do mandato.

§ 7º - No caso do parágrafo anterior, sendo a decisão final pela perda do mandato parlamentar, a declaração ou pedido de renúncia será arquivada.

VIII – que decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias de sua licença para tratar de assuntos particulares, não reassumir o seu cargo;

IX – que na sessão legislativa acumular licenças superiores àquela prevista no art. 32, inciso II desta Lei Orgânica;

X – que deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias convocadas pelo Prefeito no período legislativo ordinário;

SUB-SEÇÃO IDA LICENÇA

Art. 32 - O Vereador poderá licenciar-se:

I - por motivo de doença, devidamente comprovados;II - para tratar de interesse particular, desde que o período de licença não seja superior a cento e vinte dias por sessão legislativa;

§ 1.º - Nos casos dos incisos I e II, não poderá o Vereador reassumir antes que se tenha esgotado o prazo de sua licença.

§ 2.º - Para fins de remuneração, considerar-se- como em exercício o Vereador licenciado nos termos do inciso I.

§ 3.º- O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente ser considerado automaticamente licenciado,

§ 4.º - O afastamento para desempenho de missões temporárias de interesse do Município não ser considerado como licença, fazendo ao Vereador jus á remuneração estabelecida.

SUB-SEÇÃO IIDA CONVOCAÇÃO DOS SUPLENTES

Art. 33. - No caso de vaga, licença ou investidura no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, far-se-á convocação do suplente pelo Presidente da Câmara.

§ 1º. - O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de quinze dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.

§ 2º. - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de quarenta e oito horas, ao Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3º. - Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

SUB-SEÇÃO IIIDO VEREADOR SERVIDOR PÚBLICO

Art. 34 - O Servidor público municipal da administração direta ou indireta exercerá o mandato de Vereador obedecidas as disposições deste artigo.

§ 1º - Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo; não havendo compatibilidade, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

§ 2º - Em qualquer caso em que lhe seja exigido o afastamento para exercício do mandato, o seu tempo de serviço será contado, para efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

SEÇÃO XDAS SESSÕES

Art. 35 - A Câmara Municipal reunir-se-á em sessões ordinárias, anualmente e independentemente de convocação, de quinze de fevereiro a trinta de junho e de primeiro de agosto a quinze de dezembro.

§1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem nos sábados, domingos, feriados ou ponto facultativo.

§ 2º. – Serão realizadas, no mínimo, trinta e cinco sessões ordinárias anuais, em dia e hora a serem fixados no Regimento Interno.

Art. 36 - As sessões da Câmara Municipal deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que realizarem fora dele, exceto nos casos previstos no art. 20, inciso XVI e parágrafos primeiro e segundo deste artigo.

§1º. - Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto, ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas em outro local, por decisão da Mesa ou pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2º. - As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

Art. 37 - As sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário tomada pela maioria absoluta de seus membros, quando ocorrer motivo relevante.

Art. 38 - As sessões somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara.Parágrafo Ùnico - Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o livro ou folhas de presença até, o início da Ordem do Dia e participar das votações.

Art. 39 - A convocação extraordinária da Câmara Municipal dar-se-á :

I - pelo Prefeito Municipal, nos termos desta Lei Orgânica,

II - pelo Presidente da Câmara;

III - a requerimento da maioria dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal deliberará somente sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art. 40. - Somente serão remuneradas uma sessão extraordinária por dia e, no máximo, quatro sessões extraordinárias por mês.

Art. 40-A – A convocação extraordinária da Câmara, no período de recesso, dar-se-á:

I – pelo Presidente, em caso de estado de calamidade pública, situação de emergência ou intervenção do Município;

II – pelo Prefeito, em caso de urgência ou interesse público relevante;

III – por dois terços dos Vereadores;

§ 1ª - Salvo quando convocada pelo Prefeito no recesso, a falta de comparecimento nas sessões no período extraordinário será computada para fins de perda de mandato.

§ 2º - Não sendo feita em sessão a comunicação de convocação extraordinária da Câmara, cada Vereador será convocado pessoalmente.

SEÇÃOXIDAS COMISSÕES

Art. 41. - A Câmara Municipal terá comissões permanentes e especiais, constituídas na forma desta Lei Orgânica e com as atribuições definidas no Regimento Interno ou no ato que resultar a sua criação.

§ 1º. - Em cada Comissão será assegurada, tanto quando possível representação proporcional dos partidos que participam da Câmara.

§ 2º. - As comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver recursos de um terço dos membros da Câmara;

II - emitir parecer sobre projetos de lei, resolução e decreto legislativo, na forma do Regimento Interno;

III - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

IV - convocar Secretários Municipais ou ocupantes de cargo da mesma natureza para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

V - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;VI - solicitar depoimento de qualquer autoridade municipal ou cidadão;

VII - apreciar programas de Obras, planos de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

VIII - acompanhar junto à Prefeitura Municipal a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução.

Art. 42 - As Comissões Parlamentares de Inquérito serão criadas pela Câmara mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões submetidas ao Plenário que deliberará e votará sobre a matéria.

§ 1º - As Comissões Parlamentares de Inquérito terão o prazo de noventa dias, prorrogáveis por mais trinta, por autorização do plenário, para a apresentação de suas conclusões.

§ 2º - A Comissão Parlamentar de Inquérito apresentará suas conclusões ao Plenário, que deliberará e votará sobre a matéria.

§ 3º - As Comissões Parlamentares de Inquérito, se for o caso, encaminharão suas conclusões ao Ministério Público, para que promova a apuração da responsabilidade civil e criminal dos infratores.

§ 4º - Não será criada Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiver funcionado, concomitantemente, pelo menos outras cinco comissões do gênero, salvo por deliberação por parte da maioria absoluta da Câmara.

Art. 43 - Qualquer entidade da sociedade civil poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto às comissões, sobre projetos que nelas se encontrem para estudo.

Parágrafo Único - O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva comissão, a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para pronunciamento e seu tempo de duração.

Art. 44 - Durante o recesso, haverá uma comissão representativa da Câmara Municipal, eleita pelo Plenário por voto secreto, na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no Regimento Interno, e cuja composição atenderá , tanto quanto possível a representação partidária dos partidos representados na casa.

SEÇÃO XIIDA REMUNERAÇÃO

Art. 45 - O subsídio dos Vereadores será fixado pela Câmara Municipal em cada legislatura para a subseqüente, observado o disposto nos artigos 29, inciso VI, 39, § 4º e 57, § 7º, da Constituição Federal.

Art. 46 – O Subsídio dos Vereadores não poderá exceder ao valor máximo fixado no art. 29, inciso VI e VII, da Constituição Federal, com observância aos limites de gastos do Poder Legislativo estabelecido no art. 29-A, ambos da Constituição Federal.

§ 1º. – O subsídio do Presidente da Câmara Municipal será de 50%(cinqüenta por cento) superior ao subsídio do Vereador.

§ 2º. – O subsídio do Secretário da Câmara Municipal será de 30%(trinta por cento) superior ao subsídio do Vereador.

§ 3º. - Considerar-se-á o mesmo valor da sessões ordinárias para as sessões extraordinárias.

§ 4º - Não se incluem na remuneração os valores percebidos em razão das sessões extraordinárias.

§ 5º. - Poderá ser atribuída, ao Presidente da Câmara Municipal, uma verba de representação pelo exercício da função, de até cinquenta por cento da remuneração do Vereador.

Art. 47 – Os Vereadores não poderão alterar os seus próprios subsídios para vigorar na mesma legislatura.

CAPÍTULO IIIDO PROCESSO LEGISLATIVO

SEÇÃO IDISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 48 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

I – emendas à Lei Orgânica do Município;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

VI - resoluções.

Parágrafo Único - A elaboração, redação, alteração e consolidação das leis obedecerá a legislação competente.

SEÇÃO IIDA EMENDA À LEI ORGÂNICA

Art. 49 - A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal,

II - do Prefeito Municipal, mediante a apresentação de proposta de emenda à Lei Orgânica;

III – da população, subscrita por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado inscrito no Município.

§1º. - A proposta de emenda á Lei Orgânica Municipal será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias para discussão e votação, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos membros da Câmara.

§ 2º. - A emenda á lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo numero de ordem.

§ 3º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§ 4º - No caso do inciso III, o procedimento será o mesmo que o previsto para projetos de leis ordinárias definido nos artigos 50, 51 e 52.

SEÇÃO IIIDAS LEIS

Art. 50 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou comissão, à Mesa da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 51 - São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que dispõe sobre:

I - regime jurídico dos servidores públicos do Município;

II - criação de cargos, empregos e funções na administração direta e autarquias do município, ou aumento de sua remuneração;

III – orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;

IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município;

V – criação da Guarda Municipal e a fixação de seu efetivo.

Art. 52 - A iniciativa popular será exercida pela apresentação, à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos eleitores inscritos, no Município, contendo assunto de interesse específico do Município, da cidade ou de bairro.

$ 1º - A proposta popular dever ser articulada, exigindo-se, para o seu recebimento pela Câmara, a identificação dos assinantes, mediante indicações do número do respectivo título eleitoral, e obedecerá a tramitação conforme dispuser o Regimento Interno da Câmara.

§ 2º - Os projetos de iniciativa popular serão inscritos prioritariamente na ordem do dia da Câmara.

§ 3º - Os projetos serão discutidos e votados, no prazo máximo de noventa dias, garantida a defesa em plenário por um dos cinco primeiros signatário.

§ 4º - Decorrido o parágrafo anterior, o projeto irá automaticamente para votação, independentemente de pareceres.

§ 5º - Não tendo sido votado até o encerramento da sessão legislativa, o projeto será inscrito para a votação na sessão seguinte da mesma legislatura ou na primeira sessão da legislatura subseqüente.

Art. 53 - As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, recebendo numeração distinta das leis ordinárias e regularão dentre outros casos previstos nesta Lei Orgânica":

I - Sistema Tributário e Financeiro do Município;

II - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

III - Código Municipal de Saúde;

IV - Código Municipal de defesa ao Consumidor;

V – Plano Diretor;

VI - Código de Obras, Edificações e Posturas;

VII - outras leis de caráter estrutural, referidas nesta Lei Orgânica ou incluídas nesta categoria pelo voto prévio da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

VIII – Organização da procuradoria geral do Município.

Art. 54 - As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito Municipal, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º. - Não serão objetos de delegação os atos de competência privativa da Câmara Municipal, a matéria reservada à Lei Complementar, nem a legislação sobre planos plurianuais, orçamentos e diretrizes orçamentárias.

§ 2º. - A delegação ao Prefeito Municipal terá a forma de resolução da Câmara Municipal, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º. - Se a resolução determinar a apreciação do projeto pela Câmara Municipal, esta o fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 55 - O Prefeito Municipal, em caso de calamidade pública, poderá adotar medida provisória, com força de lei, para abertura de crédito extraordinário, devendo submetê-la de imediato à Câmara Municipal, que estando em recesso, será convocada extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

Parágrafo Único - A medida provisória perderá a eficácia, desde a edição, se não for convertida em lei no prazo de trinta dias, a partir da sua publicação, devendo a Câmara Municipal disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes.

Art. 56 - Não será admitido aumento de despesa prevista;

I - nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito Municipal, ressalvados, neste caso, os projetos de leis orçamentárias;

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 57 - O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de trinta dias.

§ 1º. - Decorrido o prazo fixado no caput deste artigo sem deliberação, o projeto será obrigatoriamente incluído na ordem do dia, para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação sobre qualquer outra matéria, exceto medidas provisórias, veto e leis orçamentárias.

§ 2º- O prazo referido neste artigo não ocorre no período de recesso da câmara nem se aplica aos projetos de codificação.

Art. 58. – O projeto de Lei, após concluída a respectiva votação, se rejeitado pela Câmara Municipal, será arquivado, se aprovado será encaminhado ao Prefeito Municipal que, aquiescendo, os sancionará no prazo de 15 dias.

§ 1º. – Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Prefeito Municipal importará em sanção.

§ 2º. - Se o Prefeito Municipal considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público , vetá-lo-à total ou parcialmente, no prazo de quinze dias, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§ 3º. - O veto parcial deverá abranger texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 4º. - O veto ser apreciado pela Câmara no prazo de trinta dias, contados de seu recebimento, com parecer ou sem ele, em uma ùnica discussão e votação.

§ 5º. - O veto somente será rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, mediante votação secreta.

§ 6º. - Esgotado sem deliberação o prazo previsto no § 4º. deste artigo, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final, exceto medidas provisórias.

§ 7º. - Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito Municipal , em quarenta e oito oras, para promulgação.

§ 8º. - Se o Prefeito Municipal não promulgar a lei nos prazos previstos o presidente da Câmara a promulgará, e, se este não o fizer no prazo de quarenta e oito horas, caberá ao vice-presidente obrigatoriamente fazê-lo.

§ 9º. - Na apreciação do veto , a Câmara Municipal não poderá introduzir qualquer modificação no texto vetado .

Art. 59 - A matéria constante de Projeto de Lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 60 - O decreto legislativo destina-se a regular matéria de competência exclusiva da Câmara que produza efeitos externos, não dependendo de sanção ou veto do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO IVDO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO IDO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 61 - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito do Município, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Art.62 - O Prefeito e o Vice-Prefeito, serão eleitos simultaneamente, para exercerem mandato de quatro anos, por eleição direta realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término mandato dos que devam suceder.

Art.63 - O Prefeito e o Vice - Prefeito, no dia 1º. de janeiro, tomarão posse em sessão solene da Câmara, ou , se esta não estiver reunida , perante a autoridade judiciária competente.

§ 1º. - O Prefeito e Vice Prefeito prestarão o seguinte compromisso:

§ 2º - Decorridos quinze dias da data fixada para a posse e o Prefeito não tiver assumido o cargo, este será considerado vago pelo Presidente da Câmara, salvo o motivo de forca maio devidamente comprovado.

§ 3º- No ato da pose, o Prefeito deverá desincompatibilizar-se na forma da lei. Na mesma ocasião e ao término do mandato, fará declaração pública de seus bens, acompanhada da Certidão fornecida pelo Registro Geral de Imóveis da Comarca do Município a qual será enviado à Câmara Municipal para registro.

§ 4º. - O disposto no parágrafo anterior aplica-se ao vice-prefeito , no ato da substituição do Prefeito e no término do período.

Art. 64 - O Vice-Prefeito substitui o Prefeito Municipal, no caso de impedimento, e sucede-lhe, no caso de vacância do cargo.

§ 1º. - Na falta de Prefeito e do Vice-Prefeito , serão chamado no exercício da Prefeitura o Presidente da Câmara Municipal e, na ausência deste o Vice- Presidente .

§ 2º. - Nas substituições por prazo superior a quinze dias, o substituto do Prefeito fará jus ao subsídio do cargo, não podendo, porém, acumular, se for o caso, com os subsídios da vereança.

§ 3º - Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, proceder-se-à nova eleição , na forma da Lei, e os eleitos completarão o tempo restante do mandato. Se as vagas ocorrerem no ùltimo ano de mandato, observar-se-á o disposto no parágrafo 1º.

SEÇÃO IIDA LICENÇA

Art. 65 - Sempre que o Prefeito tiver de ausentar-se do território do Município, ou afastar-se do cargos por mais de quinze dias o Prefeito passará o exercício do cargo ao seu substituto legal.

§ 1º -o Prefeito não poderá ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo por mais de quinze dias consecutivos, ou do país por qualquer tempo, sem licença da Câmara, sob pena de incorrer na perda do mandato.

§ 2º - No pedido de licença para o Prefeito ausentar-se do Município, deverá constar o destino e o motivo da viagem.

§ 3º - Findo o período de licença, o Prefeito Municipal deverá enviar à Câmara de Vereadores relatório de sua viagem, constando as despesas e o aproveitamento da mesma.

§ 4º - O Prefeito só poderá ausentar-se do Município, por prazo de quinze dias consecutivos, uma única vez a cada trinta dias, salvo expressa autorização da Câmara Municipal.

Art. 66 - O Prefeito, regularmente licenciado terá direito a receber o subsidio quando:

I - impossibilitado do exercício do cargo por motivos de doença, devidamente comprovada;

II - a serviço ou missão de representação do Município.

SECAO IIIDAS PROIBICÕES

Art. 67 - O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, desde a posse, sob pena de perda de mandato:

I - firmar ou manter contrato com o Município ou com suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível ad nutum, na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto no artigo 38 Constituição Federal;

III - ser titular de mais de um mandato eletivo;

IV - patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades mencionadas no inciso I deste artigo;

V - ser proprietário, controlador de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nela exercer função remunerada;

VI - fixar residência fora do Município.

SEÇÃO IVDAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 68 - Compete ao Prefeito, privativamente, dentre outras atribuições:

I - nomear e exonerar os Secretários Municipais;

II - iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica, inclusive, nos casos de aumentos salariais,

III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara, expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

IV - vetar projetos de lei, total ou parcialmente,

V - dispor sobre a organização e funcionamento da administração do Município, na forma da lei;

VI - comparecer, semestralmente à Câmara Municipal para apresentar relatório geral sobre sua administração e responder as indagações dos Vereadores;

VII – enviar à Câmara Municipal o plano plurianual, o projeto de Lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas nesta Lei Orgânica;

VIII - prestar anualmente, à Câmara Municipal, dentro do prazo legal as contas do Município relativas ao exercício anterior;

IX - prover e extinguir os cargos, empregos e funções públicas Municipais na forma da Lei;

X - exercer o comando da Guarda Municipal e as demais atribuições previstas nesta Lei Orgânica,

XI - exercer a direção superior da administração pública Municipal;

XII - representar o Município em juízo e fora dele;

XIII - manter relações com a União, Estados e outros Municípios;

XIV - celebrar convênio com entidades públicas ou privadas "ad referendum" da Câmara;

XV - convocar extraordinariamente a Câmara;

XVI - decretar desapropriação e instituir as servidões administrativas, observadas a Constituição Federal e as Leis;

XVII - dispor, com autorização da Câmara, sobre a concessão ou permissão de serviços públicos;

XVIII - manter e zelar pelo patrimônio do Município;

XIX - comparecer perante a Câmara, ou qualquer de suas comissões para solicitar providência e, obrigatoriamente, no prazo de setenta e duas horas, quando for convocado para prestar informações sobre assunto previamente determinado;

XX - planejar a administração das áreas urbanas e rurais;

XXI - elaborar o plano Diretor Municipal;

XXII - expedir certidões sobre qualquer assunto processado ou arquivado na Prefeitura, sempre que requeridas para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, na forma da Lei;

XXIII - editar medidas provisórias, na forma da lei Orgânica,

XXIV - entregar a Câmara Municipal no prazo legal, os recursos correspondentes as suas dotações orçamentárias,

XXV - praticar todos os atos de interesse do Município, quando não reservados, explicita ou implicitamente.

Parágrafo Único - O Prefeito poderá delegar as atribuições mencionadas no inciso V aos Secretários Municipais, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

SEÇÃO VDA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO

Art. 69 - O Prefeito Municipal será julgado pelo Tribunal de Justiça quando incorrer em infrações penais comuns, e pela Câmara Municipal nos crimes de responsabilidade praticados no exercício mandato ou em decorrência dele.

Art. 70 – São infrações político-administrativas os atos do Prefeito Municipal, sujeitas ao julgamento pela Câmara Municipal e punidas com a cassação do mandato, as que infringirem as Constituições da República e do Estado, esta Lei Orgânica, dentre outras:

I – atentar contra a existência da União;

II – impedir o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da federação;

III – cercear o exercício dos direitos políticos individuais e sociais;

IV – atentar contra segurança interna do país;

V – infringir a lei orçamentária;

VI – deixar de dar cumprimento às leis e às decisões judiciais;

VII – impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão da Câmara ou auditoria, regularmente constituídos.

VIII – desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e forma regular;

IX – retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a esta formalidade;

X – omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à Administração Pública Municipal;

XI – proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo;

XII – as condutas caracterizadas como crime de responsabilidade ou infrações político-administrativas na lei federal de improbidade administrativa e na lei de responsabilidade fiscal.

§1º. - A Câmara Municipal, mediante representação circunstanciada de Vereador ou eleitor devidamente acompanhada de provas, que indique a prática de qualquer ato do Prefeito que possa configurar crime de responsabilidade, nomear comissão especial para apurar os fatos que, no prazo de trinta dias, deverão ser apreciados pelo Plenário.

§ 2º . – É assegurado ampla defesa ao Prefeito.

§ 3º . - Se o Plenário entender procedentes as acusações, segundo conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, poderá determinar, mediante decisão de 2/3 de seus membros, a sua suspensão ou cassação do mandato do Prefeito; se não, determinará o arquivamento, tornando pública, de acordo com os recursos do local, as conclusões de ambas decisões.

§ 4º. - O procedimento processual para apuração e julgamento de crime de responsabilidade é o definido em lei especial.

SEÇÃO VIDAS MODIFICAÇÕES DO MANDATO

Art. 71 - Suspender-se-á o exercício do mandato do Prefeito do Vice-Prefeito:

I - por motivo de condenação criminal, enquanto durarem os seus efeitos;

II - pela suspensão dos direitos políticos;

III - pela decretação judicial de prisão preventiva,

IV - pela prisão em flagrante delito;

V - pela aceitação de denúncia oferecida contra o Prefeito perante o Tribunal de Justiça;

VI - por decisão de 2/3 dos membros da Câmara, nos casos previstos por esta Lei Orgânica.

Art. 72 - extingue-se o mandato de Prefeito, assim deve ser declarado, nos casos de:

I - renúncia escrita;

II - falecimento,

III - condenação por crime eleitoral;

IV - perda dos direitos políticos;

V - condenação por crime de responsabilidade;

VI - não tomar posse na forma desta Lei Orgânica;

VII - incidir nos impedimentos para exercício do cargo;

VIII - não se desincompatibilizar.

Parágrafo único – A perda de mandato por condenação judicial somente terá efeito com o seu transito em julgado.

SEÇÃO VIIDA TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 73 - Até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, o Prefeito Municipal deverá preparar, para entregar ao sucessor e para divulgação imediata, relatório da situação da Administração municipal que conterá , entre outras, informações atualizadas sobre:

I - dívidas do Município, por credor, com as datas dos respectivos vencidos, inclusive das dívidas a longo prazo e encargos decorrentes de operações de crédito, informando sobre a capacidade da Administração municipal realizar operações de crédito de qualquer natureza;

II - medidas necessárias à regularização das contas municipais perante o Tribunal de Contas ou órgão equivalente se for o caso;

III - prestação de contas de convênios celebrados com organismo da União e do Estado, bem como do recebimento de subvenções ou auxílios;IV - situação dos contratos com concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

V - estado dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados, informando sobre o que foi realizado e pago e o que há por executar e pagar, com os prazos respectivos;

VI - transferências a serem recebidas da União e do Estado por força de mandamento constitucional ou de convênios;

VII - projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo em curso na Câmara Municipal, para permitir que a nova Administração decida quanto à conveniência de lhes dar prosseguimento, acelerar seu andamento ou retirá -los;

VIII - situação dos servidores do Município, seu custo, quantidade e órgãos em que estão lotados e em exercício.

Art. 74 - É vedado ao Prefeito Municipal assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução de programas ou projetos após o término do seu mandato, não previstos na legislação orçamentária.

§1º. - O disposto neste artigo não se aplica nos casos comprovados de calamidade pública;

§2º. - Serão nulos e não produzirão nenhum efeito os empenhos e atos praticados em desacordo neste artigo, sem prejuízo da responsabilidade do Prefeito Municipal.

SEÇÃO VIIIDA REMUNERAÇÃO DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Art. 75 - O subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito será fixado por lei de iniciativa privativa da Câmara Municipal, e em valores compatíveis com a capacidade financeira do Município, não poderá ser inferior ao maior salário pago ao funcionário público estatutário municipal, observado o disposto nos artigos 29, V, 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II e 153, III e §2º I, todos da Constituição Federal.

§ 1º - O subsídio de que trata o caput deste artigo deverá ser fixada na legislatura anterior para vigorar na seguinte, podendo, no caso de não fixação ser estabelecida na mesma legislatura desde que obedeça aos parâmetros legais.

§ 2º - O subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito será fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, determinando-se o valor em moeda corrente do País, vedada qualquer vinculação.

Art. 75-A - Enquanto durar o mandato, o Prefeito que for servidor público estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, ficará afastado do exercício do cargo, emprego ou função, contando-se o tempo de serviço apenas para promoção por antiguidade e aposentadoria, facultado a opção pela remuneração.

Art. 76 - O subsídio do Vice-prefeito Municipal não poderá exceder a 40% do que for fixada para o Prefeito Municipal.

SEÇÃO IXDOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 77 - Os Secretários Municipais serão escolhidos dentre brasileiros maiores de dezoito anos, no exercício de direitos políticos e residentes no Município.

Parágrafo Único - Os Secretários Municipais apresentarão declaração de bens, por ocasião da posse e do afastamento do cargo, a Câmara Municipal, que registrará em livro próprio, colocado a disposição de qualquer cidadão para averiguação.

§ 2º - O subsídio dos Secretários Municipais será fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal, em valores compatíveis com a capacidade financeira do Município, observado, ainda, o disposto nos artigos 29, V, 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II e 153, III e §2º I, todos da Constituição Federal.

Art. 78 - Compete aos secretários Municipais, além de outras previstas nesta Lei Orgânica, as seguintes atribuições:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão da administração pública municipal na àrea de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito.

II - expedir instruções para execução das leis, decretos e regulamentos.

III - apresentar ao Prefeito Municipal relatório anual dos serviços realizados em suas respectivas Secretarias.

IV - praticar os atos pertinentes que lhe forem outorgados ou delegados pelo Prefeito.

V - comparecer à Câmara Municipal ou a qualquer uma de suas comissões, quando convocado, no prazo máximo de setenta e duas horas após a sua convocação.

VI - comparecer perante a Câmara Municipal e a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimento prévio com a Mesa Diretora, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

Parágrafo Único - Lei Complementar disporá sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais.

Art. 79 - Os Secretários Municipais, nos crimes de responsabilidade, serão processados e julgados pela Câmara Municipal, assegurada ampla defesa.

Parágrafo Único – Os auxiliares direto do Prefeito Municipal são solidariamente responsáveis junto com este pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

TÍTULO IIIDA TRIBUTAÇÃO E DOS ORÇAMENTOS

CAPÍTULO 1DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

SEÇÃO 1DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 80 - O Município, observado o que dispõem as Constituições Federal e Estadual, poderá instituir os seguintes tributos:

I - impostos.

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto à sua disposição.

III - contribuição de melhoria, decorrentes de obras públicas.

§1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultando a administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da Lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§2º - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§3º. - A legislação municipal sobre matéria tributária respeitar as disposições da Lei complementar federal:

I - sobre conflito de competência.

II - regulamentação às limitações constitucionais do poder tributário.

III - as normas gerais sobre:

a) Definição de tributos e suas espécies, bem como fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes de impostos.

b) Obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.

c) Adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

§4º - O município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em beneficio destes, de sistema de previdência e assistência social.

SEÇÃO IIDAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

Art. 81º - Sem prejuÍzos de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributo sem Lei que o estabeleça.

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação

profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, ttulos ou direitos.

III - cobrar tributos.

a) Em relação a fatos geradores ocorridos antes do inicio da vigência da Lei que os houver instituído ou aumentado.

b) No mesmo exercício financeiro em que haja publicada a Lei que os instituiu ou aumentou.

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos intermunicipais, ressalvando a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo município.

VI - instituir imposto sobre:

a) patrim“nio, renda ou servi‡os uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;c) patrimônio, renda ou serviços de partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos atendidos os requisitos da Lei;d) livros, jornais, peridicos e o papel destinado a sua impressão.

VII - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

§1º. - A vedação do Inciso VI, "a" , extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados as suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

§ 2º - As vedações do Inciso VI, "a" e a do Parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar o imposto relativo ao bem imóvel.§ 3º - As vedações expressas no Inciso VI, alínea “b” e “c”, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§4º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos a cerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

Art. 82º. - Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdenciária só poderá ser concedida através de Lei específica municipal.

Parágrafo Ùnico – A concessão ou revogação de insenções, encentivos, benefícios fiscais e tributárias, referente aos tributos municipais, denpenderá de autenticação do Poder Legislativo Municipal.

SEÇÃO IIIDOS IMPOSTOS DO MUNICÍPIO

Art. 83º. - Compete ao município instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso de bens móveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessões de direitos a sua aquisição;

III - vendas a varejo de combustível líquidos e gasosos, exceto o óleo diesel;

IV - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no artigo 155, II da Constituição Federal e definidos em lei complementar federal.(redação de acordo com a EC 03/93).

§1º.- Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, da Constituição Federal, o imposto previsto no Inciso I poderá:I – ser progressivo em razão do valor do imóvel;II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

§2º. - O imposto previsto no Inciso II:

a) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos, incorporados ao patrimõnio da pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade de proponente do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arredondamento mercantil;

b) compete ao município da situação do bem:

§3º - O imposto previsto no Inciso III, não excluir a incidência do imposto estadual sobre a mesma operação.

§4º - As alíquotas dos impostos previstos nos incisos III e IV, não poder ultrapassar o limite fixado em lei complementar federal.§ 5º Em relação ao imposto previsto no inciso III, cabe à lei complementar:I - fixar as suas alíquotas máximas;II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior.

SEÇÃO IVDAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS REPARTIDAS

Art. 84 - Pertence ao municÍpio:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza incidente, na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer tíulo, por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituir ou manter;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da união sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situado;

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do estado sobre a propriedade veículos automotores licenciados em seu território;

IV - a sua parcela de vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas a circulação de mercadoria e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

V - setenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre operações de créditos, câmbio e seguro relativas a títulos ou valores mobiliários, incidentes sobre o ouro extraído de seu território, quando definido em lei federal como ativo financeiro ou instrumentos cambial.

Parágrafo Ùnico - As parcelas de receitas pertencentes ao Município, mencionadas no Inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios;

I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas a circulação de mercadorias e nas prestações de serviços realizadas em seu território;

II - até um quarto, de acordo com o que dispuser a lei do sistema financeiro e Tributário do Estado;

Art. 85º. - O município receberá da União a parte que lhe cabe nos tributos por ela arrecadados, calculados na forma do artigo 159 da Constituição Federal.

Art. 86º. - O municúpio receberá , ainda do Estado a parcela que lhe corresponder dos vinte e cinco por centos relativa dos dez por cento que a União lhe entregar do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, na forma do Parágrafo único do Artigo 84.

Art. 87º.- A União e o Estado podem condicionar a entrega dos recursos ao pagamento de seus créditos vencidos e não pagos.

Art. 88º. - O município acompanhará o cálculo das quotas e a liberação de sua participação das receitas tributárias a serem repartidas pela União e pelo Estado, na forma da lei complementar federal.

Art. 89º. - O município divulgará , até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos, discriminados por localidade.

CAPITULO IIDOS ORÇAMENTOS

Art. 90 - Leis de iniciativa do Poder Executivo, elaboradas e executas, observando-se os dispositivos da lei de responsabilidade fiscal, estabelecerão:I - o Plano Plurianual;

II - as Diretrizes Orçamentárias;

III - os Orçamentos Anuais.

§ 1º. - A Lei que instituir Plano Plurianual estabelecerá, por distritos bairros e regiões, as diretrizes, objetivos e metas da administração públicas municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º. - A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, que orientar a elaboração da lei orçamentária anual disporá sobre as alterações na Legislação tributária e estabelecer a política de fomento;

§ 3º. - O Poder Executivo publicará , até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

§ 4º. - Os planos programas municipais, distritais, de bairros e comunitários, previstos nesta Lei Orgânica, serão elaborados em consonância com o plano Plurianual e apreciados pela Câmara Municipal;

§ 5º. - A lei orçamentária compreender :

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

II - o orçamento de investimentos das empresas em que o município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração pública direta ou indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo poder público municipal;

§ 6º - O Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado do demonstrativo, detalhado dos efeitos sobre receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;§ 7º. - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de crédito, ainda que por antecipação da receita, nos termos da Lei Federal;

§8º. - As operações de crédito por antecipação da receitas, aludidas no parágrafo anterior, não poderão exceder a Terça parte da receita total estimulada para o exercício financeiro e, até trinta dias depois do encerramento deste, serão obrigatoriamente liquidadas.

Art. 91º - Serão estabelecidos em Lei os planos e os programas municipais, sob a forma de diretrizes e bases de planejamento municipal, compatibilizados com as disposições federais e estaduais e com o desempenho econômico do município.

Art. 92º. - Os Projetos de Lei relativos ao plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal, sendo aprovados por maioria absoluta de seus membros.

§ 1º. - Caberá a Comissão Permanente de Finanças:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

§2º. - As emendas serão apresentadas na comissão referida na parágrafo anterior, que sobre elas emitirá parecer e apreciadas na forma regimental, pelo Plenário da Câmara Municipal.

§ 3º. - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida municipal;

III - sejam relacionados:

a) com a correção de erros ou omissões;

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei,

§ 4º. - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º. - O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo, enquanto não iniciada a votação na comissão permanente de finanças, da parte cuja alteração , proposta.

§ 6º.- Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito Municipal a Câmara Municipal, nos termos da Lei Complementar Federal a que se refere o Art. 165, § 9º, da Constituição Federal.

§7º. - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto neste capitulo, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§8º.- Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e especifica autorização legislativa.

Art. 93º - São vedados:

I - o inicio de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesa ou assunção de obrigações diretas que excedam créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovadas pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesas, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os artigos 158 e 159, da Constituição Federal, a destinação de recursos para as ações de serviços públicos de saúde e para a manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelos artigos 198, § 2ª e 212 da Constituição Federal, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação da receita, previstas no artigo 165, § 8º, da Constituição Federal e artigo 90, §7º, desta Lei Orgânica;;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferencia de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a solicitação e a concessão de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa especifica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no Art. 90, § 5º. desta Lei Orgânica;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorizalção legislativa;X – O recebimento voluntário de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos governos federal e

estadual e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas do Município.

§1º. - Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize, sob pena de crime de responsabilidade.

§2º. - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exerccio financeiro subsequente.

§ 3º. - A abertura de crédito extraordinário somente ser admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, decorrentes de calamidade pública.§ 4º - É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 159, inciso I, alínea “a” e “b” e inciso II, todos da Constituição Federal, para a prestação de garantia ou contra-garantia à União e para o pagamento de débitos para com esta.

Art. 94º. - Os recursos correspondentes as dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais destinados a Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregues até o dia vinte de cada mês, nos termos da Lei Complementar Federal a que elude o Art. 165, § 9º. da Constituição Federal.

Art. 95º. - A despesa com pessoal ativo e inativo do municpio não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

§ 1º - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos delas decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.§ 2º - Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar, referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais ao Município, se este não observar os referidos limites.§ 3º - Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, o Município adotará as seguintes providências:I – redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargo em comissão e funções de confiança;II – exoneração dos servidores não estáveis.§ 4º - Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que o ato normativo motivado de cada um dos poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou a unidade administrativa objeto da redução de pessoal.§ 5º - O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.§ 7º Lei municipal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º.

TITULO IVDA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL DO MUNICÍPIO

CAPITULO IDOS PRINCIPAIOS GERAIS DA ATIVIDADEECONÔMICA E SOCIAL

Art. 96º. - O municÍpio, na sua circunscrição territorial e dentro de sua competência constitucional, assegura a todos, dentro dos princípios da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano, na livre iniciativa e existência digna, observados os seguintes princípios:

I - autonomia municipal;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente;

VII - redução das desigualdades econômicas e sociais do município;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as cooperativas e empresas brasileiras de capital nacional e de pequeno porte;

§1º.- É assegurado a todos, o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização dos órgãos públicos municipais, salvo nos casos previstos em Lei.

§ 2º. - Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público Municipal dará tratamento preferencial, na forma da lei, ás empresas brasileiras de capital nacional, estabelecidas no Município.§ 3º. - A exploração direta da atividade econômica, pelo Município, só será permitida em caso de relevante interesse coletivo, na forma da lei complementar que, dentre outras especificará as seguintes exigências para as empresas públicas e sociedades de economia mista ou entidade de criar ou manter:

I - regime jurídico das empresas privadas, inclusive quanto as obrigações trabalhistas e tributárias;

II - proibição de privilégios fiscais não extensivo ao setor privado;

III - subordinação a uma Secretaria Municipal;

IV - adequação de atividade ao Plano Diretor, ao Plano Plurianual e às Diretrizes orçamentárias;

V - orçamento anual aprovado pelo Prefeito Municipal e pela Câmara de Vereadores.Art. 97º. - A prestação de serviços públicos, pelo município, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, será regulada em Lei complementar que assegurará :

I - a exigência de licitação, em todos os casos;

II - definição do caráter especial dos contratos de concessão ou permissão, casos de prorrogação, condições de caducidade, forma de fiscalização e rescisão;

III - os direitos dos usuários;

IV - a política tarifária;

V - a obrigação de manter o serviço público adequado.Art. 98º. - O município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social.

CAPITULO IIDA SEGURIDADE

Art. 99º. - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

§1º. - Compete ao Poder Público Municipal organizar a seguridade social em seu território, de acordo com os objetivos estabelecidos no Parágrafo único, do Art. 194 da ConstituiçãoFederal.

§2º. - A seguridade social será financiada nos termos do Art. 195 da Constituição Federal.

§3º.- O município, inclusive por Convênio, assegurará aos seus servidores, sistema próprio de seguridade social, podendo cobrar-lhes contribuição.

CAPITULO IIIDA SAÚDE

SEÇÃOIDAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 100 - A saúde é direito de todos e dever do Poder Público do Município de Castanheira, assegurada mediante adoção de políticas sociais, econô-

micas e ambientais, visando à prevenção e eliminação de doenças, promovendo o acesso universal e igualitário as suas ações e serviços para proteção, recuperação e reabilitação da pessoa.

Parágrafo Único - O direito a saúde implica nos seguintes princípios fundamentais:

I - condições dignas de trabalhos,

II - saneamento;

III - moradia;

IV - alimentação sadia,

V - educação;

VI - transporte;

VII - lazer;

VIII - respeito ao meio ambiente;

IX - controle da poluição;

X - orientação quanto ao planejamento familiar.

Art. 101. - As ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em todo o Município de Castanheira, em caráter permanente ou eventual, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, serão reguladas por esta Lei Orgânica e pela lei complementar pertinente.

Art. 102º. - O conjunto das ações e serviços de saúde do município de Castanheira integra uma rede regionalizada e hierarquizada, e é desenvolvido por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta, constituindo o Sistema único de Saúde.

Parágrafo Único - O setor privado participa do Sistema Único de Saúde em caráter complementar, nos termos desta Lei Orgânica.

SEÇÃO IIDOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 103º. - O Sistema Único de Saúde do Município de Castanheira, observar os seguintes princípios:

I - universalização da assistência de igual qualidade, com instalações e acesso dos serviços oferecidos a toda população;

II - integralidade e continuidade da assistência a saúde;

III - prestação de informação sobre a saúde de pessoas assistidas, bem como a divulgação daquelas de interesse geral;

IV - utilização do método epidemilógico para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;

V - participação da comunidade na fiscalização e acompanhamento das ações e serviços das unidades prestadoras de serviços de saúde, no controle e acompanhamento, através do Conselho Municipal de Saúde.VI - descentralização político-administratios, com direção única no município;

VII - ênfase na descentralização dos serviços para os distritos;

VIII - regionalização e hierarquização da assistência a saúde;

IX - proibição de cobrança ao usuário pela prestação de serviços de assistência à saúde, público, contratado ou conveniado.

SEÇÃO IIIDA ORGANIZAÇÃO E DA DIREÇÃO

Art. 104º.- As ações e serviços de saúde realizados no município de Castanheira integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo o Sistema Municipal de Saúde, organizado, através de Lei complementar, observados os seguintes princípios:

I - planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Municipal de Saúde, em articulação com sua direção estadual;

II - integridade na prestação das ações de saúde adequadas às realidades epidemiológicas;

III - distritalização dos recursos, serviços e ações.

§ 1º. - Organização de distritos sanitários com alocação de recursos, técnicos e práticos de saúde adequado a realidade epidemiológicas local.

§2º. - Os limites dos distritos sanitários, referido no parágrafo anterior, constarão do Plano Diretor do Município e serão fixados segundo os seguintes critérios:

a) área geográfica de abrangência;

b) levantamento da clientela;

c) implantação dos serviços colocados a disposição da população;

IV - gerir, executar, controlar e avaliar as ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

V - participar da formulação da política e execução dos serviços:

a) de vigilância epidemiológicas;

b) de vigilância sanitária;

c) de alimentação e nutrição;

d) de saneamento básico.

VI - fiscalizar as agressões ao meio ambiente que tenham repercussões sobre a saúde humana e atuar junto aos órgãos estaduais e federais competentes para controlá-las;

VII - gerir, executar, controlar e avaliar as ações dos laboratórios públicos de saúde;

VIII - controlar, avaliar e fiscalizar a execução de convênios e a forma de realização de co-gestão com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, bem como no de contratos,

IX - participar em nível de decisão de entidades representativas dos usuários e profissionais da saúde, através da instituição de Conselhos Municipais e Distrital de Saúde, deliberativos.

SEÇÃO IVDA GESTÃO DE CONTROLE

Art. 105º. - O Conselho Municipal e Distrital de Saúde funcionará como órgão de Deliberação Coletiva, composto paritariamente por um terço de representantes dos usuários, um terço de representantes de trabalhadores do setor da saúde e um terço de representantes de prestadores de serviços de saúde.

Art. 106º. - Os Conselhos Municipais e Distritais terão função de acompanhamento das ações de saúde, da distribuição de recursos que lhes forem destinados e de Assessoramento na elaboração e execução da politica de saúde.

Parágrafo Único – Os conselhos a que se refere o caput deste artigo, serão implantados na forma da lei.Art. 107º. - O Sistema Municipal de Saúde compreenderá os seguintes mecanismos de controle social na sua gestão:

I - realizar anualmente a conferência municipal de saúde, com participação das entidades representativas da sociedade civil, dos partidos políticos, usuários, trabalhadores da saúde e prestadores de serviços, para avaliar a situação da saúde do município e estabelecer pelo Secretário Municipal de Saúde ou, extraordinariamente, pelo Conselho Municipal de Saúde,

II - promover audiências públicas periódicas, visando a prestação de contas a sociedade civil sobre o orçamento e a política de saúde desenvolvida, garantindo-se ampla e prévia divulgação dos dados pernitentes atualizados e dos projetos e normas relativas à saúde,

III - o gerenciamento do Sistema Municipal de Saúde deve seguir critérios de compromisso com o caráter público dos serviços e da eficácia no seu desempenho;

IV - a avaliação será feita pelos órgãos deliberativos.

SEÇÃO VDOS SERVIÇOS PRIVADOS

Art. 108º.- As instituições provadas poderão participar de forma complementar no Sistema Municipal de Saúde mediante contrato de direito públi-

co ou convênio, tendo preferencia as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 109º. - As entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferencia para participar do Sistema Municipal de Saúde e, como dispõe a Lei do Sistema Único de Saúde, se aderirem ao contrato em que estabele‡a o regime de co-gestão administrativa.

Parágrafo Único - O regime de co-gestão importa a constituição de um colegiado de administração comum, orientado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 110º. - As instituições privadas de saúde ficarão sob o controle do setor público nas questões de controle de qualidade e de informação e registros de atendimentos, conforme os códigos sanitários de caráter nacional, Estadual e Municipal e as normas do Sistema Único de Saúde.

Art. 111º. - Em qualquer caso, as entidades contrastadas ou conveniadas submeter-se-ão às normas técnicas e administrativas e princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde.

Art. 112º. - O Poder Público, através do órgão colegiado correspondente, poderá intervir os serviços de saúde de natureza privada que descumprirem as diretrizes do Sistema Municipal de Saúde ou os termos previstos nos contratos firmados pelo poder público.

Art. 113º. - É vedada a participação direta ou indiretamente de empresas estrangeiras ou de empresas brasileiras de capital estrangeiro, na assistência à Saúde do Município, salvo nos casos previstos em Lei e mediante licença prévia do Conselho Municipal de Saúde.

SEÇÃO VIDO FINANCIAMENTO, GESTAO E PLANEJAMENTOE DO ORÇAMENTO

Art. 114º. - O Sistema Municipal de Saúde será financiado com recursos do orçamento do município, do Estado, da Seguridade Social, da União, além de outras fontes.

§ 1º. – O Município aplicará percentual necessário e estipulado no orçamento anual com as despesas na área de saúde, conforme disposto no art. 198, § 2º da Constituição Federal.§2º. - Os recursos do Fundo Municipal de Saúde serão transferidos de forma regular e automática, sendo as cotas previstas no cronograma dos programas e projetos aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde.

§3º. - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções privadas com fins lucrativos, salvo a inexistência no local de serviços públicos adequados de assistência médica.

Art. 115º. - Os recursos financeiros do Sistema Municipal de Saúde serão administrados através do Fundo Municipal de Saúde e subordinados ao planejamento e controle do Conselho Municipal de Saúde de Castanheira.

Art. 116º.- Os recursos provenientes da transferencia federal e estadual integrarão o Fundo Municipal de Saúde, além de outras fontes.

Art. 117º. - A transferência dos recursos do Fundo Municipal de Asúde deverá obedecer aos seguintes critérios, de acordo com a análise de programas e projetos:

I - perfil demográfico do município;

II - perfil epidemilógico da população a ser coberta;

III - característica quantitativa e qualitativa da rede de saúde;

IV - desempenho técnico, econômico e financeiro no perodo anterior;

Parágrafo Único - É vedada a transferência de recursos para financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações de emergências ou de calamidade pública.

SEÇÃO VIIDA COMPETÊNCIA

Art. 118º.- Ao Sistema Municipal de Saúde compete, além de outras atribuições:

I - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde, garantindo a admissão através de concurso público, bem como a capacitação técnica e reciclagem permanente, de acordo com a política nacional e estadual;

II - garantir aos profissionais de saúde um plano de cargos e salários único, o estímulo ao regime de tempo integral e condições adequadas de trabalho em todos os níveis;

III - implantação do sistema de informação em saúde, com acompanhamento, avaliação e divulgação dos indicadores;

IV - planejar e executar as ações de vigência sanitária e epidemiológicas e saneamento básico;

V - executar, na forma da lei, a política nacional de insumos e equipamentos para saúde;

VI - fiscalizar o Sistema Municipal Público de sangue, componentes e derivados, na forma da lei que o criar, para garantir a auto-suficiência, assegurando a preservação da saúde do doador e do receptor de sangue, integrando o Sistema Nacional de Sangue, componentes e derivados do Sistema Único de Saúde;

VII - elaborar e atualizar o Plano Municipal de Alimentação e Nutrição, de acordo com as diretrizes ditadas pelo Conselho Municipal de Saúde e outros órgãos públicos relacionados com os processos de controle de alimentos e nutrição;

VIII - desenvolver o Sistema Municipal de Saúde do Trabalhador que disponha sobre a fiscalização, normalização e coordenação geral na prevenção, prestação de serviços e recuperação, dispostos nos termos da Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde, objetivando garantir:

a) medidas que visem a eliminação de riscos de acidentes, doenças profissionais do trabalho e que ordenem o processo produtivo de modo a garantir a saúde e a vida do trabalhador;

b) informações aos trabalhadores a respeito de atividades que comportem riscos à saúde e dos métodos para o seu controle;

c) controle e fiscalização, através dos órgãos de vigilância sanitária e epidemiológicas, dos ambientes e processos de trabalho, de acordo com os riscos da saúde, garantindo o acompanhamento pelos sindicatos;

d) participação dos sindicatos e associações classistas na gestão dos serviços relacionados a Medicina e seguran‡a do trabalho;

e) notificação compulsória, por parte dos ambulatórios médicos dos órgãos ou empresas públicas ou privadas, das doenças profissionais e dos acidentes de trabalho;

f) fiscalização pelo município e pelas representações das entidades classistas, dos departamentos médicos localizados nos órgãos ou empresas, sejam elas públicas ou privadas;

g) que o poder público, através do Sistema Único de Saúde de Mato Grosso poderá intervir interrompendo as atividades em local de trabalho em que haja risco emitente ou em que tenha ocorrido graves danos a sa£de dos trabalhadores.

IX - propor a Câmara Municipal a celebração de consórcios intermunicipais para a formação do Sistema de Saúde.

X - propor atualização periódica do Código Sanitário Municipal.

CAPITULO IV: DA ASSISTENCIA SOCIAL

Art. 119º. - O município executará, na sua circunscrição territorial, com recursos da seguridade social, consoante normas gerais federais, os programas de ação governamental na área de assistência social.

§1º. - As entidades beneficientes e de assistência social sediadas no município poderão integrar os programas referidos no "caput" deste Artigo.

§2º. - A comunidade, por meio de suas organizações representativas, participará na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.Art. 119-A – O Município é responsável e assim deverá agir, em co-

munhão com o Estado, nos programas de assistência social, principalmente aos constantes dos artigos 235 e 236 da Constituição Estadual.”

“Art. 119-B – Fica isento de cobrança de impostos municipais na forma da lei, todo o munícipe que viva exclusivamente da renda de aposentadoria da seguridade social ou da assistência social.

CAPITULO V: DA EDUCAÇÃO, CULTURA,DESPORTO E LAZERSEÇÃO I: DA EDUCAÇÃO

Art. 120º. - O município organizará o seu sistema de ensino do modo articulado e em colaboração com o Estado e da sociedade objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania, com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de cargos e carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;VII - garantia de padrão de qualidade. Art. 121.- O dever do Município com a educação, atuando prioritariamente no ensino fundamental e da educação infantil, será efetivado mediante a garantia de:I – educação infantil, ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;II – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.Art. 122 - O município aplicará, nunca menos de 35% (trinta e cinco por cento) da receitas resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferencias, na manutenção e desenvolvimento da educação escolar.

§ 1º. - É proibida qualquer forma de isenção tributária ou fiscal para atividades de ensino privados.

§2º. - Nos casos de anistia fiscal ou incentivos fiscais de qualquer natureza, fica o Poder Público proibido de incluir os trinta e cinco por cento destinados a educação.

§3º.- O salário educação financiará exclusivamente, o desenvolvimento do ensino público.

Art. 123º. - Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas podendo excepcionalmente, ser dirigidos às escolas comunitárias, confeccionais e filantrópicas desde que:

I - não tenham fins lucrativos e apliquem seus excedentes financeiros na educação, cultura e desporto;

II - possuam planos de cargos e salários isonômicos á carreira de ensino público;

III - assegurem a destinação de seu patrimônio outra escola comunitária filantrópica ou confeccional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

Par grafo único - A destinação de recursos públicos de que trata o “caput” deste Artigo só será possível após o atendimento da população escolarizáveil garantidas as condições adequadas de formação, exerxício e remuneração dos rpofissionais da educação e haja viabilidade de recursos.

Art. 124º. - É vedado o repasse de recursos a escolas com fins lucrativos.

Art. 125º. - O município com auxílio do Estado ou da União, promoverá o ensino às comunidades indígenas localizadas em seu território.

Parágrafo único - caberá à própria comunidade indígena desenvolver, coordenar e ministrar o conteúdo pedagógico e didático próprio.

SEÇÃO II: DA CULTURA

Art. 126º. - O município garantirá , por seus poderes constituídos e pela sociedade, a todos plenos exercício do direito Cultural, respeitando os símbolos e valores individuais do cidadão, bem como a produção e a difusão de eventos culturais.

Parágrafo Único - Constituem direitos culturais:I - liberdade da criação, expressão e produção artística, sendo vedada toda e qualquer forma de censura;II - o amplo acesso a todas as formas de expressão cultural, das populares às eruditas, e das regionais às universais;III - o reconhecimento, a afirmação e a garantia da pluralidade cultural, destacando-se as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e as de outros grupos participantes do processo cultural, mato-grossense e nacional;IV- o acesso à educação artística, histórica e ambiental e ao desenvolvimento da criatividade em todos os níveis de ensino;V - o apoio e incentivo à produção, difusão e circulação dos bens culturais.Art. 127º. - Lei complementar estabelecerá a punição aos danos e ameaças ao patrimônio Cultural do Município.

Art. 128º. - O município promoverá anualmente a semana do Município, com base na data de sua emancipação política, com a finalidade de criar e manter a memória cultural.Parágrafo único – O Município promoverá o levantamento e divulgação das manifestações culturais da memória da cidade e realizará, sempre que possível concursos, exposições e publicações, visando fomentar o desenvolvimento cultural.

Art. 129º. - Cabe a Administração Municipal, na forma da Lei, a gestão da documentação sobre a guarda, bem como adotar as providências necessárias visando franquear sua consulta a quantos delas requisitarem.

Parágrafo único - O município manter o cadastro atualizado do seu patrimônio e acervos culturais, sob a orientação do Conselho Estadual de Cultura.

SEÇÃO III: DO DESPORTO E LAZER

Art. 130º - O município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observandos:

I - a autonomia das entidades desportivas, dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação dos recursos humanos, financeiros e materiais para promoção do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto não profissional e profissional, sendo vedado ao município o custeio de despesas para este;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

Art. 131º. - As ações do poder público Municipal e a destinação de recursos para o setor priorizarão:

Parágrafo Único – Caberá ao Município estabelecer e desenvolver planos e programas de construção e manutenção de equipamentos esportivos comunitários e escolares, com a alternativa de utilização aos portadores de deficiências.

Art. 132º.- A promoção, o apoio e o incentivo aos esportes e ao lazer serão garantidos mediante:

I - o incentivo e a pesquisa no campo da educação física e do lazer social;

II - programas de construção, preservação e manutenção de áreas para a prática esportiva e de lazercomutnitário;

III - provimento, por profissionais habilitados na área específica, dos cargos atinentes à educação física e ao esporte, tanto nas instituições públicas como nas privadas.

Art. 133º. - O poder público garantirá aos portadores de deficiência, o atendimento especializado para a prática desportiva, sobretudo no âmbito escolar.

CAPÍTULO VI: DO MEIO AMBIENTE

Art. 134º - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a comunidade o dever de defendê-lo para as presentes futuras gerações.

§1º. - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao município:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies do ecossistema;

II - definir, em Lei Complementar, os espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos, e a forma de permissão para alteração e supressão, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

III - exigir, na forma da Lei, para instalação de obra, atividade ou parcelamento do solo potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudos práticos de impacto ambiental, a que se dar publicidade;

IV - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias, que comportem riscos para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

V - promover a educação ambiental na sua rede de ensino e a conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente;

VI - proteger a flora e a fauna, vedadas, na forma da Lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam animais a crueldade.VII – promover ou incentivar a reciclagem do lixo, pelos meios adequados, afim de proteger o meio ambiente e o reaproveitamento para fins filantrópicos.

§2º. - Aquele que explorar recursos minerais, inclusive a extração de areia, cascalho ou pedreiras, fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da Lei.

§3º. - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas jurídicas ou físicas, às sanções administrativas e penais, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Art. 135º. - Compete ao Município, em cooperação com o Estado exercer o Poder de polícia com reciprocidade de informação e colaboração efetiva, impedindo toda atividade que possa degradar o meio ambiente, exigindo estudo prévio de impacto ambiental para licenciar aqueles que potencialmente possam causar riscos ou prejuízos ao ambiente ou a qualidade de vida.

Parágrafo único - O estudo prévio de impacto ambiental referido no “caput” deste Artigo deverá ser submetido a apreciação da Câmara Municipal.§ 2º - É vedado a exposição em todo o território municipal:a) – de resíduos químicos, biológicos ou de organismos geneticamente modificados, cujo princípio, a formulação, o agente químico ou a modificação genética não tenha sido autorizados no país de origem ou no território nacional;b) – de resíduos químicos, biológicos ou de organismos geneticamente modificados, cujo princípio ativo, toxidade ou características de patogenicidade não tenham sido eliminados por tratamento prévio, tecnicamente seguro, cientificamente comprovado e devidamente licenciado por órgão competente;c) – de resíduos de qualquer natureza que tenham sido comprovados, por autoridade ambiental ou sanitária brasileira como expressamente nocivos ao meio ambiente ou à saúde pública, e para os quais não haja método científico seguro e eficaz de eliminação do risco que representam;d) – quando, sendo resíduos derivados da utilização da energia nuclear, ou que tenham sido categorizado como radioativo, tenha sido originado em outros Municípios, Estados ou Países.§ 3º - São indisponíveis as terras públicas, patrimoniais ou devolutas, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais, devendo ter destinação exclusiva para esse fim na forma da lei.

CAPITULO VII: DOS RECURSOS HÍDRICOS

Art. 136º - A Administração Pública garantirá, na forma da Lei:

I - a autorização racional e armazenamento das águas superficiais e subterrâneas;

II - o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos e o rateio das respectivas obras, na forma da Lei;

III - a proteção das águas contra os regimes que possam comprometer o seu uso, atual ou no futuro;

IV - a defesa contra eventos críticos, que ofere‡am riscos à saúde, à segurança pública e prejuízos econômicos ou sociais.

Art. 137º. - As diretrizes da Política Municipal de Recursos Hídricos serão estabelecidos em Lei.

Art. 138º. - Compete ao município, e convênio com o Estado, a gestão das águas de interesse exclusivamente local, condicionadas à política e diretrizes estabelecidas a nível de planos estaduais de bacias hidrográficas, garantida a participação do município em sua elaboração.

Art. 139º. - O abastecimento da população , considerado prioritário aproveitamento das águas.

Art. 140§ - O município disporá sobre as águas subterrâneas como reservas estratégicas para o desenvolvimento econômico de suas comunidades.

Art. 141º. - A vegetação das áreas marginais dos cursos d' água, nascentes, margens de lagos e topos de morros, numa extensão que será definida em Lei, respeitada a legislação federal, é considerada de preservação permanente, sendo obrigatória a recomposição onde for necessário.

Art. 142º. - Compete ao municpio, mediante a adoção de um plano municipal de recursos hídricos, na forma da Lei:

I - a conservação e proteção das águas de áreas de preservação para o abastecimento da população, inclusive através da implantação de matas ciliares;

II - promover o zoneamento das áreas inundáveis, com restrições a edificação em áreas sujeitas a inundações frequentes, e evitar maior velocidade do escoamento a montante por retenção superficial para evitar inundações;

III - Implantar sistemas de alerta e defesa civil para garantir a segurança e a saúde pública, quando de eventos hidrológicos indesejáveis;

IV - condicionamento e aprovação prévia por organismos municipais de controle ambiental e de gestão de recursos hídricos;

V - a implantação de programas permanentes assegurando a racionalização do uso das águas para abastecimento público e industrial e para irrigação.

Art. 143º.- O município estabelecerá , em conjunto com o Estado, programas visando ao tratamento de despejos urbanos e industriais e de resíduos sólidos de proteção e de utilização racional das águas, assim como de combate às inundações e a erosão.CAPITULO VIII: DA POLÍTICA URBANASECAO I: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 144º. - O Poder Público executar a política de desenvolvimento urbano conforme diretrizes fixadas em Lei, atendendo ao Plano de desenvolvimento das funções sociais da Cidade e ao bem-estar de seus habitantes.

Art. 145º. - Ao estabelecer as normas e diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano, o Município assegurará :

I - Política de uso e ocupação do solo que garanta:

a) - controle da expansão urbana;

b) - controle de vazios urbanos;

c) - manutenção de características do ambiente urbano, objetivando o monitoramento da qualidade de vida urbana;

II - organização das vilas e sedes distritais;

III - a urbanização, regularização fundiária e o atendimento aos problemas decorrentes de áreas ocupadas por população de baixa renda;

IV - criação de áreas especiais destinadas ao interesse social, ambiental, turístico ou de utilização pública;

V - participação de entidades comunitárias na elaboração de planos, programas e projetos e no encaminhamento de soluções para os problemas urbanos;

VI - eliminação de obstáculos arquitetônicos às pessoas portadoras de deficiência física;

VII - adequação e ordenação territorial, incluindo a integração das atividades urbanas e rurais;

VIII - integração, racionalização e otimização da infra-estrutura urbano-regional básica;

IX - melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 146º. - Para assegurar as funções sociais da cidade e da propriedade, o Poder Público Municipal poderá utilizar os seguintes recursos:

I - tributários e financeiros:

a) - Imposto Predial e Territorial Urbano progressivo e diferenciado por zonas ou outros critérios de ocupação e uso do solo,

b) - Taxas e tarifas diferenciadas por zonas, segundo os serviços públicos oferecidos;

c) - Contribuição de melhoria;

d) – Incentivos e benefícios fiscais e financeiros.

II - institutos jurídicos, tais como:

a) - discriminação de terras públicas;

b) - desapropriação, na forma da Constituinte Federal,

c) - parcelamento ou edificação compulsórios;

d) - servidão administrativa;

e) - restrição administrativa;

f) - tombamento de imóveis e/ou áreas de preservação;

g) - declaração de áreas de preservação ou proteção ambiental;

h) cessão ou concessão de uso.

§1º. - As terras públicas não utilizadas ou subutilizadas serão prioritariamente destinadas a assentamentos urbanos da população, de baixa renda, obedecendo as diretrizes fixadas no plano diretor;

§2º. - O imposto progressivo, a contribuição de melhorias e a edificação compulsória, não poderão incidir sobre o terreno de até duzentos e cinquenta metros quadrados, destinados a moradia do proprietário que não tenha outro imóvel.§ 3º - O objeto de desapropriação somente poderá ser destinado para a finalidade constante de seu ato, sendo vedado o seu uso para outros fins.

Art. 147º. - No processo de uso e ocupação de território municipal serão reconhecidos os caminhos e servidões como logradouros de uso da população.

Art. 148º. - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para as áreas de mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da Política de desenvolvimento e Expansão Urbana, bem como expressar as exigências de ordenação de uma cidade.

§1º. - O plano Diretor é parte de um processo continuo de planejamento a ser conduzido pela Prefeitura Municipal, abrangendo a totalidade do território do Município e contendo diretrizes de uso e ocupação do solo, zoneamento, índices urbanísticos, áreas de interesse especial e social, diretrizes econômico-financeiros e administrativos.

§2º. É atribuição exclusiva da Prefeitura Municipal, através do órgão técnico competente, a elaboração do plano Diretor e a condução de sua posterior implantação de sua posterior implantação.

§3º. - É garantida a participação popular através de entidade representativa da comunidade, nas fases de elaboração do Plano Diretor, bem com em sua implantação, mediante deliberação em Conselhos Municipais Deliberativo, a serem definidos em lei, inclusive através da iniciativa popular de projetos de lei.

Art. 149º. - As áreas urbanas com população inferior a vinte mil habitantes elaborarão com a participação das comunidades, diretrizes gerais de ocupação do território que garantem, através da Lei, as funções sociais da cidade e da propriedade, definido áreas preferenciais de urbanização, regras de uso e ocupação do solo, estrutura e perímetro urbano.Parágrafo único – Os projetos de loteamentos urbanos de iniciativa pública ou privada, não serão aprovados sem que tenham cumprido os requisitos básicos da infra-estrutura.

SEÇÃO II: DA HABITAÇÃO E DOS SANEAMENTOS

Art. 150º.- Compete ao Município promover e executar programas de construção de moradias populares e garantir condições habitacionais e infra-estrutura urbana, em especial as de saneamento básico e transporte, assegurando-se sempre um nível compatível com a dignidade da pessoa humana.

Parágrafo único - O poder Público Municipal apoiar e incentivará a formação de cooperativas e outras formas de organização que visem a realização de programas de construção de moradias populares.

Art. 151º. - As ações do Poder público Municipal, bem como a participação das comunidades organizadas, serão definidas em lei, que estabelecerá a Política Municipal de habitação a ser executada pelo Município.

§1º.- a distribuição de recursos públicos assegurará a prioridade ao atendimento das necessidades sociais, nos termos da Política Municipal de habitação e saneamento, e será prevista no plano plurianual de investimentos do Município e no orçamento Municipal, os quais destinarão recursos específicos para programas de habitação de interesse social e saneamento básico.

§2º. - As medidas de saneamento serão estabelecidas de forma integrada com as demais atividades da administração pública, visando a assegurar a ordenação especial das atividades públicas e privadas para utilização das águas, do solo e do ar, de modo compatível com os objetos da preservação e melhoria da qualidade da saúde pública e do meio ambiente.

§3º. - Deverão ser instituídos sistemas de funcionamento habitacional diferenciado para atender a demanda dos segmentos menos favorecidos da população.

§4º. - O Município apoiará e estimulará a pesquisa que vise a melhoria das condições habitacionais.

Art. 152º.- O Município, em cooperação com o Estado e com a comunidade, promover a executar programas de interesse social que visem prioritariamente, a:

I - regularização fundiária;

II - dotação de infra-estrutura básica e de equipamento sociais;

III - solução do déficit habitacional e dos problemas da subhabitação.

SEÇÃO III: DOS TRANSPORTES

Art. 153º. - Os sistemas viáveis e os meios de transportes devem adequar-se a preservação da vida humana, a segurança e ao conforto dos cidadãos, a defesa da ecologia e do patrimônio arquitetônico e as diretrizes do uso do solo.

Art. 154º. - É garantida a gratuidade nos transportes coletivos urbanos:

a) - as pessoas maiores de sessenta e cinco anos, mediante simples comprovação através de documentos oficial de identificação;

b) – as pessoas de qualquer idade, portadoras de deficiências físicas, sensorial ou mental, com reconhecida dificuldade de locomoção e o seu acompanhante;

c) – Outros casos previstos em lei.

Art.155º. - Compete ao Município, assegurada a participação popular através de entidades representativas da comunidade, o planejamento do transporte.

§1º. - O Poder Executivo Municipal definirá , segundo os critérios do plano Diretor, percuso, fluxo e tarifa do transdporte coletivo local;

§2º. - A execução do sistema será feita de forma direta, ou por concessão, nos termos da lei municipal.

Art. 156º.- O Município poderá conveniar-se com o Estado para o planejamento e estabelecimento de condições de operações dos serviços de transporte com itinerários intermunicipais de suas responsabilidades, na forma da lei.Art. 156-A – Fica assegurada a pluralidade de empresas nos serviços de exploração de transportes de passageiros em ônibus.§ 1º - Para os serviços de exploração de transportes de passageiros em ônibus na circunscrição do Município será obedecida o art. 176 desta Lei Orgânica. § 2º - Para os serviços de exploração de transportes de passageiros em ônibus intermunicipais o Município buscará entendimentos junto ao Estado para viabilizar o cumprimento deste artigo, objetivando a melhoria dos serviços aos usuários.

CAPÍTULO IX: DA POLÍTICA AGRÍCOLA, FUNDIÁRIA E REFORMA AGRÁRIA

Art. 157º.- As terras públicas municipais, que estejam ocupadas por terceiros que não disponham do respectivo título jurídico e que sejam possuidores de outro imóvel rural, serão retomadas pelo Município através de adequada medida judicial.

Parágrafo único - Uma vez devolvida ao patrimônio do Município, essas terras serão destinadas ao assentamento de trabalhadores rurais, ou destinadas para outro fim em benefício da população.

Art. 158º. - As terras e outros bens públicos do Município não poderão ser locados ou arrendados, salvo mediante autorização legislativa.

Art. 159º. - Os proprietários rurais que tiverem suas terras valorizadas por projetos do Poder Público Municipal, pagarão a correspondente contribuição de melhoria, cumprindo o disposto no art. 145º. , III e §1º.da Constituição Federal.

Art. 160º. - Os agricultores que tiverem suas terras atingidas pela execução de projetos do Poder Público Municipal, como parques ecológicos, vias de transportes ou barragens, serão indenizados mediante a outorga de imóvel de característica e valor equivalente, ou em dinheiro, se o preferirem, no valor do mercado imobiliário local, com o pagamento no ato da escritura de transferência, ou até dois anos após início das obras.

Art. 161º. - É garantido aos proprietários cujos prédios não sejam adjacentes às águas públicas o direito do uso das mesmas, assegurando o acesso nos termos do art. 332º. da Constituição Estadual.Art. 161-A – Todos os projetos de colonização agrícola implantados no Município de Castanheira, antes de iniciar as vendas e o assentamento de famílias, deverão atender aos requisitos básicos de infra-estrutura, especialmente estradas, ruas de acessos, vicinais, saúde, educação e escrituração de terras.Parágrafo único – Ficam os poderes constituídos do Município proibidos de aprovar qualquer projeto de loteamento e colonização que não atendam aos requisitos deste artigo."

"Art. 161-B – O Município adotará programas de desenvolvimento rural destinados a fomentar a produção agropecuária, organizar o abastecimento alimentar, promover o bem-estar do homem que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo, compatibilizados com a política agrícola e com o plano de reforma agrária estabelecidos pela União.Parágrafo único – Para consecução dos objetivos indicados neste artigo, será assegurada, no planejamento e na execução da política rural, na forma da lei, a participação dos setores de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, órgãos de assistência e extensão rural, e dos setores de comercialização, armazenamento, transporte e abastecimento, levando-se em conta especialmente:I – os instrumentos creditícios e fiscais;II – o incentivo à pesquisa tecnológica e científica e à difusão de seus resultados;III – a assistência técnica e extensão rural;IV - o seguro agrícola;V - o cooperativismo;VI - a eletrificação rural e a irrigação;VII - a habilitação para o trabalho rural;VIII - o cumprimento da função social da propriedade."

CAPITULO X: DA POLÍTICA INDUSTRIAL E COMERCIAL

Art. 162º.- O Munic¡pio concederá especial proteção às micro-empresas, assim definidas em lei, que receberão tratamento jurídico diferenciado, em incentivo a sua criação e preservação e desenvolvimento, através da eliminação, redução ou simplificação, conforme o caso de suas obrigações administrativas, tributárias, creditícias e previdenciárias, nos termos da lei.

Art. 163 - Os incentivos fiscais às indústrias só serão permitidos àquelas que estiverem em fase de instalação de suas atividades no Município, mediante autorização legislativa, onde deverá ficar assinalado tempo determinado de duração do benefício.

TITULO VDA ADMINSTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CAPÍTULO IDAS DISPOSIÇOES GERAIS

Art. 164º. - A administração pública municipal direta, indireta ou funcional de ambos os Poderes, obedecerá os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade publicidade e, também, ao seguinte:

I - os cargos empregos e funções públicas são acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos legais, e aos estrangeiros, na forma da lei;II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos, de acordo coma natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.III - o edital de convocação para concurso público estabelecerá:

a) - prazo de validade do concurso de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período;

b) - o número de vagas oferecidas;

c) - o piso salarial.

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocada com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira;

V - os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercídos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

VI - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

VII - a lei estabelecer os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade tempor ria de excepcional interesse público;

VIII - a lei fixará a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos serviços públicos, observado, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Presente feito,

IX - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índice, far-se-á sempre na mesma data;

X - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XI - , vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração do pessoal do serviço público municipal, ressalvado o disposto no inciso anterior e no artigo, §1º.;

XII - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público municipal não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XIII - os vencimentos dos servidores públicos municipais são irredutíveis e a remuneração observará o disposto neste artigo, inciso XI e XII;

XIV – é vedada a acumulação de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI, do art. 37, da Constituição Federal:a) - a de dois cargos de professor;

b) - a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) - a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.

XV - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, públicas, sociedades de economia mista e funções mantidas pelo Poder Público Municipal;

XVI - nenhum servidor será designado para funções não constantes das atribuídas do cargo que ocupa, a não ser em substituição e, se acumulada, com gratificação de lei;

XVII - a administração fazendára e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, procedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XVIII - somente por lei específica poderão ser criadas autarquias, e autorizadas a instituição de empresas públicas, de sociedades de economia mista e de fundação públicas, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;XIX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação delas em empresas privadas;

XX - ressalvados os casos determinados na legislação federal específica, as obras, serviços, compras e alimentação serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igual de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigação de pagamento, mantidos as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual somente permitir as exigências de quanta, nos termos da lei, a qual somente permitir as exigências de qualificação técnicas e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.XXI – o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV do artigo 37, e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, todos da Constituição Federal;XXII – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (art. 37, XIV/CF)XXIII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;XXIV - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

§1º. - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais deverá ter caráter educativo, informativos ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§2- A não observância do disposto nos incisos II e III implicar a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável nos termos da lei.

§ 3º - A lei municipal disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:I – As reclamações relativas à prestação de serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviço de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;II – acessos dos usuários a registros administrativos e às informações sobre atos de governo, observado o disposto no artigo 5º, X e XXXIII, da Constituição Federal;III – a disciplina da representação contra exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função da administração pública.

§4º. - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, forma e gradação prevista na legislação federal, sem prejuízo da ação penal cabível.

§5º. - O Município e os prestadores de serviços públicos municipais responderão pelos danos seus agentes, no exercício desta qualidade, a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.§ 6º - A lei municipal estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados contra qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.§ 7º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, prestadores de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.§ 8º - A lei municipal disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta ou indireta que possibilite o acesso a informações privilegiada.§ 9º - A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos das entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre os seus administradores e o Poder Público, que tem por objeto a fiação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:I – prazo de duração do contrato;II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direito, obrigações e responsabilidades dos dirigentes;III – a remuneração do pessoal.§ 10º - O disposto no inciso XXIV, aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, do Estado ou do Município, para pagamento das despesas de pessoal ou de custeio em geral.§ 11º - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos artigos 42 e 142, da Constituição Federal, com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvado os acumuláveis na forma da Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Art. 165 - Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:Parágrafo único - Quando no exercício de mandato eletivo e em diretoria de entidade sindical ou associativa representativa de categoria profissional de membros da administração pública, de âmbito municipal, regional, estadual, nacional e internacional, será colocado à disposição da entidade, desde que:a) – seja solicitado pela entidade;b) – quando o número de representados for inferior a mil, a dispensa de mais de um dirigente, em cada âmbito constante do caput deste artigo, ficará a critério de negociação da entidade representativa da categoria e o chefe do poder onde está vinculado o servidor, com ônus para o Município.– possuindo mais de mil representados no âmbito municipal, a entidade sindical ou associativa terá o direito de ter a sua disposição local, no mínimo três dirigentes sindicais, com ônus para o Município.

I - Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficar afastado de seu cargo, emprego ou função;

I - Investido no mandato de Prefeito ser afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração,

III - Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários perceberá as vantagens de seu cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, ser aplicada a norma do inciso anterior;

IV - Em qualquer caso que exige o afastamento para o exercício do mandato eletivo, sem tempo de serviço ser contado para todos os efeitos legais, exceto par promoção por merecimento;

V - Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.Art. 165-A – É vedada qualquer atividade político-partidária nas horas e locais de trabalho, àqueles que prestam serviços ao Município.

CAPÍTULO II: DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 166. – O Município de Castanheira instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos poderes.§1º. - A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;II - os requisitos para a investidura;III - as peculiaridades dos cargos.§2º. – O Município manterá escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.§ 3º - O Município assegurará ao servidor os direitos previstos no artigo 7º, incisos IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, e XXX da Constituição da República, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir, especialmente:I - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;II - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;III - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;IV - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;V - salário-família para os seus dependentes;VI - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;VII - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;VIII - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinqüenta por cento e no máximo a cem por cento à do normal;IX - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;X - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;XI - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;XII - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;XIII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;XIV - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;§ 4º - O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI, da Constituição Federal.§ 5º - Lei municipal poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.§ 6º - Os poderes Executivo e Legislativo Municipal publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos municipais.§ 7º - lei municipal disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.§ 8º - A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do parágrafo quarto, do artigo 39, da Constituição Federal.”

Art. 167. - Aos servidores titulares de cargos efetivos do Município, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido, ou ao valor proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no § 3º.§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.§ 9º O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.§ 11. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, da Constituição Federal, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Lei Orgânica Municipal, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.§ 12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.§ 13. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social. § 14. O Município de Castanheira, desde que institua regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderá fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata

o art. 201, da Constituição Federal.§ 15. Observado o disposto no art. 202, da Constituição Federal, lei complementar municipal disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pelo Município de Castanheira, parara atender os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.§ 16. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.§ 17. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3° serão devidamente atualizados, na forma da lei.

Art. 168. – São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.(EC 19/98)§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Art. 169º. - É livre a associação promocional ou sindical do servidor público municipal, na forma da lei federal, observando o seguinte:

I - haverá uma só associação sindical para os servidores da administração direta, das autarquias e das funções, todos do regime estatutário;

II - assegurado o direito de filiação de servidores profissionais liberais, professores da área de saúde, à associação sindical de sua categoria;

III - os servidores de administração indireta, das empresas públicas e de economia mista, todos celetistas, poderão associar-se em sindicato próprio;

IV - ao sindicato dos servidores públicos municipais de Castanheira, cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em sugestões judiciais ou administrativas;

V - a assembléia geral fixar a contribuição que ser descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independente da contribuição prevista em lei;

VI - nenhum servidor será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado ao sistema;

VII - é obrigatória a participação do sindicato nas negociações coletivas de trabalho;

VIII - o servidor aposentado tem direito a votar e ser votado no sindicato da categoria.

Art. 170º. - O direito de greve assegurado aos servidores públicos municipais não se aplica aos que exercem função em serviços ou atividades essenciais, assim definidas em lei.

Art. 171º. - A lei disporá , em caso de greve, sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Art. 172º. - É assegurada a participação dos servidores públicos municipais, por eleições, nos colegiados da administração pública em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e de liberação.

Art. 173º. - Lei Municipal dispor sobre o estatuto dos seus funcionários.

CAPÍTULO III: DAS INFORMAÇÕES, DO DIREITODE PETIÇÃO E DAS CARTIDÕES

Art. 174º. - A Prefeitura e a Cmara Municipal são obrigadas a fornecer a qualquer interesse, no prazo máximo de quinze dias, informações e certidões de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar sua expedição.

Parágrafo único - A certidão relativa ao exercício de cargo de Prefeito ser fornecida pelo Presidente da Câmara, no mesmo prazo deste artigo.

Art. 175º.- Todos têm direito a receber dos órgãos públicos municipais informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo geral, que serão prestados no prazo de quinze dias, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade ou das instituições públicas.

Parágrafo único - São assegurados a todos, independentemente do pagamento de taxas:

I - o distrito de petição aos Poderes Públicos Municipais para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal;

II - a obtenção de certidões referentes ao inciso anterior.

CAPÍTULO IV: DAS LICITAÇÕES

Art. 176º - A realização de obras, compras e serviços obedecer ao princípio da licitação na forma da legislação federal e estadual pernitente, sem prejuízo da legislação complementar municipal.

TÍTULO VI: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 1º. - O Prefeito Municipal prestar o compromisso de manter, defender e cumprir a lei Orgânica do Município no ato e na data de sua promulgação.

Art. 2º.- Até o dia 05 de abril de 1990 será promulgada a lei regulamentando a compatibilização dos servidores públicos municipais ao regime jurídico estatutário e a reforma administrativa consegue do artigo 166º. e seus parágrafos, desta Lei.

Parágrafo único - Enquanto não for editada a lei referida neste artigo, aplicar-se-á , no que couber, o Estatuto dos servidores Públicos do Estado.

Art. 3º. O Município editará o Código Municipal de Defesa ao Consumidor nos termos da legislação federal e estadual pernitente.

Art. 4º.- Serão revistos pela Câmara Municipal de Castanheira, através de comissão especial , todas as doações, vendas concessões e permutas de terras públicas, nos termos do Art. 8º. do Ato das disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

Art. 5º. - Até 31 de dezembro de 1990 ser promulgado o novo Código Tributário do Município.

Art. 6º. - O Poder Executivo realizará todos os incentivos fiscais de natureza setorial ora em vigor, propondo ao Poder Legislativo as medidas cabíveis.

§1º. Considerar-se-ão revogados, dentro de seis meses a contar da promulgação desta lei Orgânica, os incentivos que não forem confirmados por lei específicar.

§ 2º. - A revogação não prejudicar os direitos que já tiverem sido adquiridos, aquela data, em relação a incentivos concedidos sob condi‡ções e com prazo certo.

Art. 7º.- Até a promulgação da lei complementar referida no art. 98, o Município não poderá depender com pessoal mais do que sessenta e cinco por cento do valor das respectivas correntes.

Art. 8º. - A remuneração dos Vereadores, Prefeito e do Vice-Prefeito serão adequados nos termos desta lei Orgânica, no prazo de sessenta dias a contar da data da sua promulgação.

Parágrafo único - Ficam ratificados os valores pagos aos Vereadores, à título de remuneração, até a adequação de seus vencimentos segundo o disposto no caput deste artigo.

Art. 9º. - A Câmara Municipal promulgar , no prazo máximo de 180 dias, a contar da data de promulgação desta Lei, Lei complementar disposto sobre o Código Municipal de Saúde.

Parágrafo único - A lei complementar a que se refere este artigo tratar sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde e sua competência.

COLABORADORES:

Deputado Hilton Campos/ Ass. Kleber de Souza Waki-Adriano Nieheus/ Associação dos Municipios do Noroeste-Geraldo Carlos de Oliveira-Euvito Mendes do Nascimento-José da Cunha Castro

VEREADORES CONSTITUINTES:

PRESIDENTE: Altamiro Cândido da Silva1º. SECRETÁRIO: Ademir Castro Martins2º.SECRETÁRIO: Eliege Maria BusnelloRELATOR GERAL: Leonardo Batista da Costa1º. - SUPLENTE: João Fagundes Estefane

Elias Soares de OliveiraJosé Antunes de FrançaAldo João ZontaAntônio Rossi

REVISADA NO BIÊNIO 2005/2006MESA DIRETORA:

PRESIDENTE: Lorival Castilhos PimentelVICE-PRESIDENTE: Lauro Ramos1º SECRETÁRIO: Otaviano dos Anjos Ribeiro2º SECRETÁRIO: Carlos Barbosa do Nascimento

PLENÁRIA:

Adélia Maria FerreiraJúnior Cesar PapaFrancisco Laurenti NetoFrancisco Sales do NascimentoSimone Schaffel Nogueira

COMISSÃO REVISANTE: COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO:

PRESIDENTE: Simone Schaffel NogueiraRELATOR: Otaviano dos Anjos RibeiroMEMBRO: Lauro Ramos

EXTRATO DO QUINTO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO E DE EXECUÇÃO DE OBRA AO CONTRATO N.º 057/2014

QUINTO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO E DE EXECUÇÃO DE OBRA AO CONTRATO N.º 057/2014

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Castanheira**

CONTRATADO:**LUCAS VALERO MACEDO - ME**,inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 18.319.757/0001-08**

OBJETO: Contrato Administrativo de Obra e Serviços de Engenharia com Fornecimento de Materiais e Mão de Obra – Empreitada Global - Para a Construção de Mini Estádio no Município de Castanheira - MT, com base na **Tomada de Preço n.º 02/2014**

VIGÊNCIA 31/12/2016 a 31/10/2017

FORMA DE PAGAMENTO; Mediante medição

DATA DE ASSINATURA: 31/12/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE
DECRETO Nº. 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº. 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

DIVULGA os dias de feriados nacional, estadual, municipal e ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Chapada dos Guimarães, do ano de 2017.

A Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 54, IV, VII da Lei Orgânica Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica divulgado os dias de feriado nacional, estadual, municipal e de ponto facultativo no ano de 2017, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta e autárquica do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais,

1º de janeiro (domingo) Confraternização Universal - feriado nacional;

27 de fevereiro (segunda-feira) Carnaval - ponto facultativo;

28 de fevereiro (terça-feira) Carnaval - ponto facultativo;

01 de março (quarta-feira) Cinzas - expediente a partir das 13 horas;

14 de abril (sexta-feira) Paixão de Cristo - feriado nacional;

21 de abril (sexta-feira) Tiradentes - feriado nacional;

1º de maio (segunda-feira) Dia Mundial do Trabalho - feriado nacional;

15 de junho (quinta-feira) Corpus Christi - ponto facultativo;

16 de junho (sexta-feira) - ponto facultativo;

26 de julho (quarta-feira) Dia da Padroeira - Sant'Ana - feriado municipal;

31 de julho (segunda-feira) Aniversário de Chapada dos Guimarães – feriado municipal;

07 de setembro (quinta-feira) Independência do Brasil - feriado nacional;

08 de setembro (sexta-feira) - ponto facultativo;

12 de outubro (quinta-feira) Nossa Senhora Aparecida - feriado nacional;

13 de outubro (sexta-feira) - ponto facultativo;

28 de outubro (sábado) Dia do Servidor Público - ponto facultativo;

02 de novembro (quinta-feira) Finados - feriado nacional;

03 de novembro (sexta-feira) - ponto facultativo;

15 de novembro (quarta-feira) Proclamação da República - feriado nacional;

20 de novembro (segunda-feira) Consciência Negra - feriado estadual;

22 de dezembro (sexta-feira) - ponto facultativo;

25 de dezembro (segunda-feira) Natal - feriado nacional;

29 de dezembro (sexta-feira) - ponto facultativo.

Art. 2º. Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Reindel Fonseca, Em Chapada dos Guimarães/MT, 05 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 015/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2016, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT** e a Empresa **INTERLAGOS LOCADORA DE VEICULOS LTDA-ME**, na forma e condições seguintes.

Aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, no Gabinete do Prefeito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representada pela Prefeita Municipal , a Srª. **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,** brasileira, viúva, enfermeira, portadora do documento de Identidade n.º 303000 SSP/MT, e inscrita no CPF n.º 171.785.171-15, residente e domiciliada no Município de Chapada dos Guimarães - MT, denominada **CONTRATANTE,** e de outro, a Empresa **INTERLAGOS LOCADORA DE VEICULOS LTDA-ME**, devidamente inscrita no CNPJ nº 73.530.396/000152, neste ato representado pelo Senhor **ANDERSON DA SILVA FONSECA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n.º 13772175 e do CPF n.º 015.227.316-60, residente e domiciliado na Av Fernando Correa Da Costa, Nº 542, bairro POCAO, CUIABA/MT, CEP: 78010000, doravante denominada **CONTRATADA**, alterando as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das alterações :

Fica aditado a Cláusula Primeira do Contrato Principal.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 8 CAMINHONETES CABINE DUPLA 05 PASSAGEIROS COM AR, 05 MARCHAS PICK – UP, DE COMBUSTÍVEL 6 DIESEL 2 FLEX, BIOCOMBUSTIVEL (FLEX), NO MINIMO 2.2 CV. COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM SEGURO DO VEICULO, SEM MOTORISTA, ZERO(0) QUILOMETROS.

SECRETARIA DE SAÚDE				
QNT	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNITÁRIO MENSAL R$**	**VALOR TOTAL MENSAL R$**	**VALOR TOTAL ANUALR$**
04	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHONETES CABINE DUPLA 05 PASSAGEIROS COM AR, 05 MARCHAS PICK – UP, DE COMBUSTÍVEL DIESEL OU FLEX, BIOCOMBUSTIVEL (FLEX), NO MINIMO 2.2 CV. COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM SEGURO DO VEICULO, SEM MOTORISTA, ZERO(0) QUILOMETROS.	R$6. 000,00	R$ 24. 000,00	R$ 288. 000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				
QNT	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNITÁRIO MENSAL R$**	**VALOR TOTAL MENSAL R$**	**VALOR TOTAL ANUALR$**
02	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHONETES CABINE DUPLA 05 PASSAGEIROS COM AR, 05 MARCHAS PICK – UP, DE COMBUSTÍVEL DIESEL OU FLEX, BIOCOMBUSTIVEL (FLEX), NO MINIMO 2.2 CV. COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM SEGURO DO VEICULO, SEM MOTORISTA, ZERO(0) QUILOMETROS.	R$ 6. 000,00	R$ 12. 000,00	R$ 144. 000,00

FINANÇAS				
QNT	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNITÁRIO MENSAL R$**	**VALOR TOTAL MENSAL R$**	**VALOR TOTAL ANUALR$**
02	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHONETES CABINE DUPLA 05 PASSAGEIROS COM AR, 05 MARCHAS PICK – UP, DE COMBUSTÍVEL DIESEL OU FLEX, BIOCOMBUSTIVEL (FLEX), NO MINIMO 2.2 CV. COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM SEGURO DO VEICULO, SEM MOTORISTA, ZERO(0) QUILOMETROS.	R$ 6. 000,00	R$ 12. 000,00	R$ 144. 000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Vigencia e da Prorrogação

Fica aditado a Cláusula Segunda do Contrato Principal, com prorrogação do prazo de vigência do mencionado aditivo para 04/01/2018. Terá início do presente Termo Aditivo a partir de 04/01/2017, podendo ser prorrogado por igual período ou estendido o período aqui estabelecido.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Ratificação

3. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal e seus Aditivos continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA QUARTA – do Foro

4. Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 04 de Janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

Contratante

ANDERSON DA SILVA FONSECA

INTERLAGOS LOCADORA DE VEICULOS LTDA-ME

Contratado

GABINETE
ATOS

ATO Nº.: 01/2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO DIRETOR GERAL DO SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o Sr. **JODEMILSON DA SILVA SOUZA**, do cargo em comissão de Diretor Geral do Sistema Autônomo de Água e Esgoto do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 02 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO Nº.: 02/2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o Sr. **BENEDITO ANTÔNIO DE OLIVEIRA LECHNER**, do cargo em comissão de Secretário de Educação do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 02 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO Nº.: 03/2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o Sr. **ALOÍSIO ANTÔNIO PAIXÃO PEREIRA**, do cargo em comissão de Chefe de Departamento de Programas da Educação do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 02 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO Nº.: 04/2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ASSITÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** a Sra. **BENEDITA VALDIVA DA SILVA**, do cargo em comissão de Chefe de Departamento de Assistência Social do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 02 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO Nº.: 05/2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO ASSESSOR TÉCNICO DO GABINETE DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o Sr. **DAVI DE OLIVEIRA RODRIGUES**, do cargo em comissão de Assessor Técnico do Gabinete do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 02 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO Nº.: 06/2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO ASSESSOR TÉCNICO DO GABINETE DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o Sr. **DAVID YURI JESUS FERREIRA DA SILVA**, do cargo em comissão de Assessor Técnico do Gabinete do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 02 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO Nº.: 07/2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA CHEFE DE DIVISÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** a Sra. **DANIELLE MARÍLIA DA SILVA**, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Programas Sociais do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 02 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO Nº.: 08/2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA ASSESSORA TÉCNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** a Sra. **ELZA MARCELINA DE OLIVEIRA**, do cargo em comissão de Assessora Técnica da Assistência Social do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 02 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO Nº.: 09/2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA ASSESSORA JURÍDICA DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a Sra. **MARLI APARECIDA DA COSTA**, para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2017.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 06 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO Nº.: 10/2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO ASSESSOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o Sr. **ALEXANDRE RICARDO DA SILVA CAMPOS**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 06 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO Nº.: 11/2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA ASSESSORA TÉCNICA DO GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a Srta. **CAROLINE XAVIER FERRARI DA ROCHA**, para exercer a função do cargo em comissão de Assessora Técnica do Gabinete da Prefeita do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2017.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 06 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO Nº.: 12/2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÃO, LOTADA NA SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a Sra. **KARLA DA SILVA MIRANDA**, para exercer o cargo em comissão de Superintendente de Licitação, lotada na Secretaria de Finanças do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2017.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 06 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTROLE INTERNO
SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 051/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA**

OBJETO: O valor do presente aditivo é de **24.757,15(Vinte e Quatro Mil Setecentos e Cinqüenta e Sete Reais e Quinze Centavos)**, passando, dessa forma, o valor global do Contrato Original para **R$ 392. 376,59(Trezentos e Noventa e Dois Mil Trezentos e Setenta e Seis Reais e Cinqüenta e Nove Centavos).** DATA: 02/12/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 026/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **MIGUEL MATIAS DOS SANTOS**

OBJETO: O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 31 de Março de 2017. O valor do presente aditivo é de R$ **1.050,00(Um Mil e Cinqüenta Reais)**. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
CONTRATO N°060/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADO: SANDRA MARIZA HANSEN ME

OBJETO: Fornecimento de Som, Iluminação, Palco e Banda Regional para apresentação de show para o Réveillon, virada do ano 2016/2017 no Município de Cláudia - MT. **Nº: 060/2016. DATA: 02/12/2016 VIGÊNCIA: 22/12/2016. VALOR:** R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)**.**

CONTROLE INTERNO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 037/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **CONSTRUTORA CÂMERA EIRELI**

OBJETO: O Valor do Contrato original fica acrescido em R$ 29. 863,23(Vinte e Noventa Mil e Oitocentos e Sessenta e Três Reais e Vinte e Três Centavos). **DATA**: 29/11/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 035/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **W RODRIGUES CONEXÃO NETWORKS ME**

OBJETO: O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 31 de Março de 2017. O valor do presente aditivo é de R$ **6.000,00(seis mil Reais)**. **DATA: 23/12/2016**

CONTROLE INTERNO
DÉCIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 054/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **CONSTENGE CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP**

OBJETO: Fica prorrogado o prazo do presente contrato em 180 (cento e oitenta) dias, encerrando-se, assim, em 05 de junho de 2017. **DATA**: 07/ 12/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 021/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **HERMES GIRELI**

OBJETO: O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 31 de Março de 2017. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017 RATIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

RATIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Cláudia, através do Prefeito Municipal de Cláudia-MT, Sr. Altamir Kurten, torna público que, em virtude de ter concordado com as justificativas apresentadas, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no processo de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE COMO REFERÊNCIA DE PREÇO PARA LICITAÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA-MT, através da Empresa L. RICARDO DE MAGALHÃES EPP**,** inscrita no CNPJ nº 17és .922.286/0001-65, estabelecida na Av. Da Feb., n.º 2222, bairro Ponte Nova, cidade de Várzea Grande/MT, no valor de R$ 14.760,00 (Quatorze mil e setecentos e sessenta reais), a ser pago conforme disposição em contrato a ser celebrado, em conformidade com o presente Processo de Dispensa de Licitação, forte no art. 24, inc. II, da Lei Federal n° 8.666/93cumulado com o art. 2º da lei municipal 581/2015, **RATIFICA** a justificativa apresentada e **AUTORIZA** a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 26, do referido diploma legal.

Cláudia - MT, 06 de Janeiro de 2017.

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 018/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **CLAUDETE DIESEL**

OBJETO: O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 31 de Março de 2017. O valor do presente aditivo é de R$ **1.000,00(Um Mil Reais)**. **DATA: 23/12/2016**

CONTROLE INTERNO
DÉCIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 053/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **CONSTENGE CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP**

OBJETO: Fica prorrogado o prazo do presente contrato em 180 (cento e oitenta) dias, encerrando-se, assim, em 05 de junho de 2017. **DATA**: 07/ 12/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 055/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 055/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **JOSÉ LUIZ DE MATOS**

OBJETO: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado ou até 30 de JUNHO de 2017. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
DECIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 052/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **CONSTENGE CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP**

OBJETO: Fica prorrogado o prazo do presente contrato em 180 (cento e oitenta) dias, encerrando-se, assim, em 31 de Maio de 2017. **DATA**: 02/ 12/2016

CONTROLE INTERNO
SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 016/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **FONTE ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA EPP**

OBJETO: O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término em 31 de Dezembro de 2016, prorrogado, se necessário, mediante Termo Aditivo. **DATA**: 30/11/2016

CONTROLE INTERNO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 016/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA – ME

OBJETO: O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia **31 de Março de 2017.** O valor global do presente Termo Aditivo, para a prestação dos serviços, é de **R$ 13.450,80 (treze mil quatrocentos e cinqüenta reais e oitenta centavos)**. **DATA: 23/12/2016**

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 006/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **HERMES GIRELI**

OBJETO: O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 31 de Março de 2017. O valor do presente aditivo é de **R$ 9.000,00(Nove Mil Reais)**, que será pago em 03 (três) parcelas mensais. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 014/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **SEBRAE/MT - SERVIÇO DE APOIO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MATO GROSSO**

OBJETO: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE TERMO ADITIVO TERÁ INÍCIO A PARTIR DE SUA ASSINATURA E SEU TÉRMINO PREVISTO PARA O DIA 31 DE MARÇO DE 2017. O VALOR DO PRESENTE ADITIVO É DE R$ **3.150,00 (TRÊS MIL CENTO E CINQÜENTA REAIS)**. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 010/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: FABIO TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME

OBJETO: O presente contrato vigerá da data da assinatura até 31/01/2017, podendo ser prorrogado, no interesse das partes, até o máximo permitido em lei. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 009/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: A.M. TALAU COMÉRCIO ME

OBJETO: O valor do presente Termo Aditivo corresponde ao montante de **R$ 3.050,46(Três Mil e Cinqüenta Reais e Quarenta e Seis Centavos).** O presente contrato vigerá da data da assinatura até 31/01/2017, podendo ser prorrogado, no interesse das partes, até o máximo permitido em lei. **DATA: 23/12/2016**

CONTROLE INTERNO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 015/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **AGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA**

OBJETO O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia **31 de Março de 2017,** prorrogado, se necessário, mediante Termo Aditivo

O valor do presente Termo Aditivo, para a prestação dos serviços, é de **R$ 34.200,00 (trinta e quatro mil reais)**. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 027/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: CENTROESTE AMBIENTAL COLETA TRANSPORTES E LIMPEZA URBANA LTDA – ME

OBJETO: O presente Contrato fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, passando a ter vigência o presente Termo Aditivo a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2017. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 051/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **ROMILDO APARECIDO DE ALMEIDA**

OBJETO: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado ou até 30 de JUNHO de 2017. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 044/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **ROSA DE SARON CENTRO DE TRATAMENTO FEMININO EIRELI ME**

OBJETO: O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 31 de Março de 2017. O valor do presente aditivo é de R$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais). **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 013/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **RICARDO YOTZCHETZ JUNIOR**

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de execução bem como o prazo de vigência do presente contrato por mais 30 (trinta) dias. DATA: 30/12/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 052/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **NELCI RIGHI**

OBJETO: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado ou até 30 de JUNHO de 2017. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 053/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **JOSÉ ALVES DOS SANTOS**

OBJETO: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado ou até 30 de JUNHO de 2017. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 001/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **INSTITUTO TUPÃ (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO)**

OBJETO: Alterar a Cláusula Nona, *caput,* do Termo de Parceria nº 001/2015, prorrogando o prazo de vigência para 31/12/2017. **DATA**: 29/12/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 036/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **FIORESE & FIORESE LTDA - ME**

OBJETO: O prazo de vigência do presente contrato fica prorrogado pelo prazo de 03 (três) meses, passando a vigorar de 31 de Março de 2017. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **REGIONAL TRANSPORTES LTDA**

OBJETO: O valor global do referido Termo Aditivo é de R$ 93.936,00 (noventa e três mil novecentos e trinta e seis reais). Atribui-se ao presente termo aditivo novo prazo de vigência ao contrato em epígrafe, passando a vigorar de 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Março de 2017. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
QUARTO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DO CONTRATO Nº 027/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **HABIL CONSTRUTORA LTDA ME**

OBJETO: O valor de supressão do presente termo aditivo corresponde ao montante de **R$ 4.025,28 (Quatro Mil E Vinte E Cinco Reais E Vinte E Oito Centavos).** DATA: 20/12/2016.

CONTROLE INTERNO
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 044/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **HB FABRIS PUBLICIDADE ME**

OBJETO: O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia **31 de Dezembro de 2016,** prorrogado, se necessário, mediante Termo Aditivo. **DATA: 19/12/2016.**

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 054/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **MANOEL LUIZ DE MATOS**

OBJETO: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado ou até 30 de JUNHO de 2017. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 052/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **M. V. RODRIGUES CONSTRUÇÕES LTDA ME**

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de **vigência do Contrato** n° 052/2015, bem como o **prazo para execução das obras e serviços**, previstos na Cláusula Oitava, Parágrafos Segundo e Primeiro, respectivamente, por mais 90 (NOVENTA) dias, contados a partir da assinatura deste Termo Aditivo, encerrando-se, assim, em **13/03/2017**. **DATA: 13/12/2016**

CONTROLE INTERNO
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 051/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA**

OBJETO: Ficam prorrogados o prazo de execução das obras e serviços, e o prazo de vigência do Contrato n° 051/2015, por mais 90 (noventa) dias, encerrando-se, assim, em **02 de MARÇO de 2017**. DATA: 02/12/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 057/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **NELCI ALVES CALDEIRA**

OBJETO: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado ou até 30 de JUNHO de 2017. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 024/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **KASPRZAK & STRALIOTTO LTDA ME**

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de execução bem como o prazo de vigência do presente contrato por mais 60 (sessenta) dias. DATA: 05/12/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 038/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **HABIL CONSTRUTORA LTDA ME**

OBJETO: Fica prorrogado o prazo do presente contrato em 180 (cento e oitenta) dias, encerrando-se, assim, em 17/03/2017. **DATA**: 19/12/2016

CONTROLE INTERNO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 008/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA-ME**

OBJETO: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE TERMO ADITIVO TERÁ INÍCIO A PARTIR DE SUA ASSINATURA E SEU TÉRMINO PREVISTO PARA O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2017. O VALOR DO PRESENTE TERMO ADITIVO É DE **R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS). DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 016/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **FONTE ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA EPP**

OBJETO: O prazo de vigência do presente termo aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 31 de Março de 2017. O valor do presente aditivo é de **R$ 33.658,89(Trinta e Três Mil Seiscentos e Cinqüenta e Oito Reais e Oitenta e Nove Centavos). DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 036/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: O.W. ZAGO CONSTRUTORA - ME

OBJETO: Fica prorrogado o prazo do presente contrato em 180 (cento e oitenta) dias, encerrando-se, assim, em 10/06/2017. **DATA**: 12/12/2016

CONTROLE INTERNO
SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 013/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **RONDINELLI ROBERTO DA COSTA URIAS - ME**

OBJETO: O prazo de vigência do presente termo aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 31 de Março de 2017. O valor do presente aditivo é de **R$ 22.322,28(Vinte e Dois Mil e Trezentos e Vinte e Dois Reais e Vinte e Oito Centavos). DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 002/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: JOSE CAETANO AMARAL ME

OBJETO: O prazo de vigência do presente termo aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 31 de Março de 2017. O valor do presente termo aditivo é de **R$ 1.127,49 (um mil e cento e vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos). DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 006/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: EMANUELE DE SILVESTRE

OBJETO: O prazo de vigência do presente termo aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 31 de Março de 2017. O valor do presente aditivo é de R$ **1.950,00(Um Mil Novecentos e Cinqüenta Reais). DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 005/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: MARIA SANTINA ALVES ARRUDA AMIM

OBJETO: O prazo de vigência do presente termo aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 31 de Março de 2017. O valor do presente aditivo é de R$ **2.400,00(Dois Mil Quatrocentos Reais). DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 019/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **NERI THOMÉ**

OBJETO: O prazo de vigência do presente termo aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 31 de Dezembro de 2017. O valor do presente aditivo é de R$ **14.400,00(Quatorze Mil e Quatrocentos Reais). DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 022/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **A J ALVES COMÉRCIO DE OXIGÊNIO LTDA ME.**

OBJETO: O prazo de vigência do contrato original fica prorrogada por meio do presente Termo Aditivo, passando a vigorar a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 31 de Março de 2017. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 022/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA**

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar o **prazo de vigência do contrato**, bem como o **prazo de execução da obra** do Contrato, em 120(cento e vinte) dias. DATA: 12/12/2016

CONTROLE INTERNO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 004/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: JACOMO DOMINGOS BIANCHIN

OBJETO: O prazo de vigência do presente termo aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 31 de Março de 2017. O valor do presente aditivo é de R$ **2.400,00(Dois Mil Quatrocentos Reais). DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 056/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **MACIA LIMA DIAS**

OBJETO: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado ou até 30 de JUNHO de 2017. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 018/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: ALEXANDRE JOSE DE SOUZA LOPES – EPP

OBJETO: O prazo de vigência do presente termo aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término em 31 de Março de 2017. O valor global

do presente aditivo é de R$ 6.420,00 (seis mil quatrocentos e vinte reais). **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 002/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **JOSUE DEPRA**

OBJETO: O prazo de vigência do presente termo aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 31 de Março de 2017. O valor do presente aditivo é de r$ **4.728,00(quatro mil setecentos e vinte e oito reais). DATA: 23/12/2016**

CONTROLE INTERNO
SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 024/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **Laura Cristina Hermes ME**

OBJETO: O valor global atribuído ao presente termo aditivo é R$ 7.875,00 (sete mil oitocentos e setenta e cinco reais). O prazo de execução será de 03 (três) meses, sendo de JANEIRO/2017 a MARÇO/2017. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 025/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **LUIZ DOMINGOS BARBON**

OBJETO: O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 31 de Março de 2017.O valor do presente Aditivo é de R$ **2.700,00 (dois mil e setecentos reais)**. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 046/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **VANDERSON YOTZCHETZ**

OBJETO: O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 31 de Março de 2017. O valor do presente aditivo é de R$ **1.380,00 (um mil trezentos e oitenta reais)**. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 050/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: A.M. TALAU COMÉRCIO ME

OBJETO: O presente contrato vigerá da data da assinatura até 31/01/2017, podendo ser prorrogado, no interesse das partes, até o máximo permitido em lei. **DATA**: 23/12/2016

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 011/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **REGIONAL TRANSPORTES LTDA EPP**

OBJETO: O presente contrato vigerá da data da assinatura até 31/01/2017, podendo ser prorrogado, no interesse das partes, até o máximo permitido em lei. **DATA**: 23/12/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 011/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 011/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Revoga em inteiro teor a Portaria nº. 186/GP/2016, que nomeou **Jaqueline Martins Souza,** matricula nº. 000982, efetiva no cargo de Agente de Saúde Ambiental, 40 horas, para exercer o Cargo de **Secretária Municipal de Saúde**, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 045/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 045/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Nair Soares Pereira,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 502096 SSP/RO e CPF n°798.693.272-49, para o cargo de **Chefe de Seção, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 003/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 003/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera **Jose Vanderlei Nunes Fernandes,** portador da Carteira de Identidade RG. nº. 1251117 SSP/RO e CPF n°. 457.500.094-91, do cargo de **Secretário Municipal de Educação e Cultura,** vinculado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Municipalidade.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 345/GP/2016 e, demais disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 004/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 004/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera **Daniel de Souza Teixeira,** portador da Carteira de Identidade RG. nº. 20.594.216-40 SSP/BA e CPF n°. 028.719.161-36, do cargo de **Assessor Jurídico,** vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 120/GP/2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 005/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 005/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera **Ademir da Silva**, portador do RG nº. 6439555 SSP/SP e do CPF nº. 668.276.718-87, do Cargo de **Secretário Municipal de Finanças**, vinculado à Secretaria Municipal de Finanças.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 002/GP/2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 001/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº. 001/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"Dispõe sobre exoneração, e da outras providências."

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

Considerandoo final de mandato que encerrou no dia 31 de dezembro de 2016

DECRETA:

Art. 1°- Exonera todos os cargoscomissionados de livre nomeação e exoneração desta Prefeitura Municipal, conforme abaixo descritos:

Diretor de Departamento

ü Andre Zanchettin - matricula nº. 9940 - portador do RG. nº 1164853-8 SSP/RO e CPF n° 877.335.791-04, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

ü Claudinei Sanches Garcia - matricula nº. 9727 - portador do RG. nº 10824065-5 SSP/MT e CPF n° 627.734.701-25, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

ü Eliane Elizabeth Alves – matricula nº. 9784, portadora do RG nº 840. 436 SSP/MT e CPF n° 972.514.371-04, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

ü Neide Rosa dos Reis –matricula nº. 9659 - portadora do RG. nº 781. 044 SSP/RO e CPF n° 818.638.962-87, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Supervisor de Departamento

ü Adilson Rodrigues da Silva – matricula nº. 16134 - portador do RG. nº 1667796-3 SSP/MT e CPF n° 688.408.029-91, lotado no Gabinete do Prefeito.

ü Cristiane Oliveira da Silva – matricula nº. 9804, portadora do RG n.º 45.622.294-7 SSP/SP e CPF n° 351.191.618-63, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

ü Cristiano Antes Santos – matricula nº. 9913 - portador do RG. nº 9459859 SSP/RO e CPF n° 905.225.592-04,lotado na Secretaria Municipal de Administração.

ü Ebaneis da Silva Mello – matricula nº. 9785 - portador do RG. nº 2255343 SSP/PR e CPF n° 009.937.738-18, lotado no Gabinete do Prefeito.

ü Luiz Fernando da Silva - matricula nº. 16136 - portador do RG. nº 044191-5 SSP/MT e CPF n° 274.433.701-30, lotado na Secretaria Municipal de Desporto e Lazer.

ü Paulo Adriano de Jesus – matricula nº. 9860 - portador do RG. nº. 000842279 SESDC/RO e CPF n°. 836.875.482-87, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

ü Rosilene Maria Nunes – matricula nº. 9182 - portadora do RG. nº 2979584 SSP/MT e CPF n° 615.845.091-04, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Coordenador de Departamento

ü Alisson Eduardo Moraes – matricula nº. 9203 - portador do RG. nº 2611401-1 SSP/MT e CPF n°055.290.701-40, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral.

ü Gisele Cristina Costa dos Santos – matricula nº. 9861 - portadora da Carteira de Identidade RG. nº 2642614-5, SSP/MT e CPF n° 056.646. 871-93, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

ü Joseane Ferreira Miranda – matricula nº. 9933 - portadora do RG. nº 702.389 SSP/RO e CPF n° 697.505.202-00, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

ü Matheus Dias Tomazi – matricula nº. 16123 - portador da Carteira de Identidade RG. nº 21597669 SSP/MT e do CPF n° 056.160.831-86, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

ü Nilceia Santos Cardoso – matricula nº. 9814 - portadora do RG. nº 2022772-8 SSP/MT e CPF n° 029.549.941-93, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

ü Suellen Alves de Arruda – matricula nº. 9944 - portadora do RG. nº 1273668-6 SSP/MT e CPF n° 017.694.441-90, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Assessor de Departamento

ü Adriano Luciano Miotto Silva – matricula nº. 9424 - portador do RG. nº 731.593 SSP/RO e CPF n° 768.140.502-00, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

ü Daiane Aparecida Bueno Pereira - matricula nº. 9810, portadora do RG. nº 6954572 PC/PA e do CPF n° 020.714.082-09, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

ü Denis Covre - matricula nº. 9149 – portador do RG. nº 34577802-9 SSP/SP e CPF n° 676.267.262-00, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

ü Deuzilene Pichek de Souza – matricula nº. 16121 - portadora do RG. nº 2424422-8 SSP/MT e CPF n° 047.939.871-25, lotada no Gabinete do Prefeito.

ü Eliane Luciane Pereira – matricula nº. 9444 - portadora do RG. nº 2218234-9 SSP/MT e CPF n° 039.753.031-58, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego Cidadania e Assistência Social.

ü Ivone Aparecida de Mendonça – matricula nº. 9852 - portadora do RG. nº 979.545 SSP/MT e do CPF n° 901.118.851-91, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

ü Jose Purcino – matricula nº. 16135 - portador do RG. nº 504352 SSP/RO e CPF n° 153.562.052-87, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

ü Mauricio Rodrigo Velho de Jesus – matricula nº. 9835 - portador do RG. nº 2777346-9 SESP/MT e CPF n° 059.289.621-85, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

ü Mirian Afonso Goes – matricula nº. 9435 - portadora da Carteira de Identidade RG. nº 2518175-0 SSP/MT e CPF n° 050.691.561-10, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

Chefe de Divisão

ü Hugo Napoleão Pinto – matricula nº. 9801 –portador da Carteira de Identidade RG. nº M-814. 970 SSP/MG e CPF n° 243.030.206-30, lotado no Gabinete do Prefeito.

ü Ivonete Rodrigues Leite – matricula nº. 9152 – portadora do RG. nº 2421442-6 SSP/MT e CPF n° 049.905.091-61, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral.

ü Jose Silva de Jesus – matricula nº. 9425 – portador do RG. nº 000680737 SSP/RO e CPF n° 012.461.881-20, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

ü Reginaldo Floriano Dutra – matricula nº. 9857 - portador do RG. nº 725. 128 SSP/RO e CPF n° 008.940.081-02, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ü Suely Santos Freiras de Matos – matricula nº. 9439 - portadora RG. nº 1766121-8 SSP/MT e CPF n° 621.315.401-91, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho Emprego, Cidadania e Assistência Social.

ü Valmir Dias de Oliveira – matricula nº. 9859 - portador do RG. nº 748. 069 SSP/RO e CPF n° 626.316.912-53, Lotado na Secretaria Municipal de Desporto e Lazer.

ü Wanderleia Dias de Castilhos – matricula nº. 9808 - portadora do RG. nº 1796871-2 SSP/RO e CPF n° 014.903.841-03, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Assessor de Divisão

ü Angela Santana dos Santos Milhomen – matricula nº 9827 - portadora do RG. nº 2296519-0 SSP/RO e do CPF n° 044.284.901-00, lotada na Secretaria Municipal de Desporto e Lazer.

ü Antonio Rainha – matricula nº. 9895 – portador do RG. nº 0000486553 SSP/RO e CPF n° 479.230.912-34, lotado na Secretaria Infra-estrutura.

ü Clemente Oliveira de Brito – matricula nº. 9636 – portador do RG. nº 543826 SSP/RO e CPF n° 350.146.102-00, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ü Gilson de Oliveira Spindola – matricula nº. 9943 - portador do RG. nº 000881294 SSP/RO e CPF n° 825.598.562-04, lotado na Secretaria Municipal de Infra-estrutura.

ü Jose Carlos - matricula nº. 9196 - portador do RG. nº 140290 SSP/RO e CPF n°113.846.382-53, lotado na Secretaria Municipal de Infra-estrutura.

ü Mauricio Antonio dos Santos – matricula nº. 16122 - portador do RG. nº 10.45962-6 SSP/MT e CPF n° 818.095.731-49, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

ü Rafael Vieira Goes – matricula nº. 9802 - portador do RG. nº 1271409-0 SSP/RO e CPF n° 026.062.592-97, lotado na Secretaria Municipal de Desporto e Lazer.

ü Rosimar das Graças Antunes Brantil Penteado - matricula nº. 9422 - portadora do RG. nº 730.408 SSP/RO e CPF n° 632.843.082-53, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ü Welington da Silva de Jesus – matricula nº. 9821 -portador do RG. nº 2573345-1 SSP/MT e CPF n° 053.776.771-10, lotado na Secretaria Municipal de Infra-estrutura.

Chefe Seção

ü Aparecida da Silva – matricula nº. 9431 - portadora do RG. nº 1762718-4 SSP/MT e CPF n° 011.219.581-41, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ü Clarines Giacobbo de Castilhos – matricula nº. 9184 - portadora do RG. nº 1802842-0 SSP/MT e CPF n° 016.345.811-13, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

ü Claudia de Oliveira – matricula nº. 9445 - portadora do RG. nº 2300612-9 SSP/MT e CPF n° 750.021.081-72, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

ü Cristina Macedo de Souza Santos – matricula nº. 9200 -portadora do RG. nº 1666951-7 SSP/MT e CPF n° 012.429.451-05, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

ü Edilson Duarte de Souza – matricula nº. 9430 - portadores do RG. nº 1822626-4 SSP/MT e CPF n° 991.470.171-04, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ü Elza Splendor Loterio – matricula nº. 9198 - portadora do RG. nº 425290 SSP/RO e CPF n°470.975.742-91, Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

ü Gleiciele Mara Fernandes – matricula nº. 7794 - portadora do RG n.° 1850131-1 SSP/MT e CPF n° 036.688.541-30, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ü Lourdes Alves dos Santos Scharam – matricula 9660 – portadora do RG. nº 2722612-3 SSP/MT e CPF n° 722.676.232-34, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ü Marileuza Sarmento Lima – matricula nº. 9206 - portadora do RG. nº 17465842 SSP/MT e CPF n° 012.236.161-00, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

ü Marluce Fernandes Fritz Giacobbo – matricula nº. 9819 - portadora do RG. nº 2043821-4 SSP/MT e CPF n° 023.296.421-13, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

ü Nair Soares Pereria – matricula 9205 - portadora do RG. nº 502096 SSP/RO e CPF n° 798.693.272-49, lotada no Gabinete do Prefeito.

ü Silvane Oliveira Souza – matricula nº. 9190 - portadora do RG. nº 1739134-2 SSP/RO e CPF n° 010.240.561-12, lotada no Gabinete do Prefeito.

ü Simone Alves Cardoso – matricula n. 9716 - portadora do RG n.º 1797911-0 SSP/MT e CPF n° 014.901.381-70, lotada na Secretaria Municipal de Emprego, Trabalho, Cidadania e Assistência Social.

Assessor Adjunto

ü Adriana Aparecida Rodrigues – matricula nº. 9702 - portadora do RG n.º 000882295 SSP/RO e CPF n° 830.575.012-49, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ü Eliete Pereira Furlani – matricula nº. 9865 - portadora do RG. nº 1786684-7 SSP/MT e CPF n° 008.536.321-97, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ü Geovana Locatelli Liberato – matricula nº. 9653 – portadora do RG. nº 2424118-0 SSP/MT e CPF n° 047.888.611-00, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

ü Israel de Moura – matricula nº. 9709 - portador do RG nº. 426269 SSP/RO e CPF nº. 602.535.332-87, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ü João Santana da Silva – matricula nº. 9813 - portador do RG. nº 2950090-7 SSP/MT e CPF n° 826.420.441-19, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

ü Liliane da Silva Mutz – matricula nº. 9864 - portadora do RG. nº 2585550-6 SEJSP/MT e CPF n° 054.032.671-23, lotada no Gabinete do Prefeito.

ü Margarete Pichek – matricula nº. 9914 - portadora do RG nº. 2896694-5 SSP/RO e CPF 498 618 242-00, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

ü Nadir de Amorim – matricula 9571 – portadora do RG. nº 1773387-1 SSP/MT e CPF n°027.187.481-33, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ü Nelci Maria Kroth Zortea – matricula nº. 9188 - portadora do RG. nº 12R-2.547.707 SSP/SC e CPF n°732.981.829-15, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

ü Nubia Barbosa de Lima Floripe – matricula nº. 16128 - portadora do RG. nº 1510163-0 SSP/MT e CPF n° 986.037.101-63, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ü Rosilene Francisco Morais Oliveira – matricula nº. 9704 - portadora do RG nº. 1920403-5 SSP/MT e CPF n° 020.939.371-82, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ü Vaniceia Raach Borchardt – matricula nº. 9576 – portadora do RG. nº 0005000058 SSP/RO e CPF n° 470.417.652-53, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 044/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 044/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Clarines Giacobbo de Castilhos,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 1802842-0 SSP/MT e CPF n° 016.345.811-13, para exercer o cargo de **Chefe de Seção, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado à Secretaria Municipal de Administração.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 005/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº. 005/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"Dispõe sobre exoneração, e dá outras providências"

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1°- Exonera Rita Schneider, portadora da Carteira de Identidade RG. nº 1046128-01 SSP/MT e CPF n° 538.041.121-53, docargo de **Secretária Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social,** vinculado Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 054/GP/PMC 2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 003/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 003/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - **Revoga** em inteiro teor o Decreto nº. 391/GP/2016, que nomeou**Rosana de Lima,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 232997-3SSP/MT e CPF n° 042.752.531-40, matrícula nº. 006587, efetiva no Cargo de Agente Administrativo, para exercer o Cargo de **SUPERVISORA DE DEPARTAMENTO, Responsável pelo departamento de Pagamentos, conferencia de Documentos e Relatórios de Viagem,** vinculada à Secretaria Municipal de Finanças.

Art.2° - Este Dcreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº. 391/GP/2016 e, demais disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 048/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 048/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Silvane Oliveira de Souza,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 1739134-2 SSP/RO e CPF n° 010.240.561-12, para exercer o cargo de **Assessora de Departamento, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 043/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 043/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Marluce Fernandes Fritz,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 2043821-4 SSP/MT e do CPF n° 023.296.421-13, para exercer o cargo de **Chefe de Seção, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculada à Secretaria Municipal de Administração.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 052/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 052/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Conceição Cameran Kopp,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 993154-6 SSP/MT e CPF n° 816.629.981-04, para exercer o cargo de **Diretora de Departamento, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculada ao Gabinete do Prefeito.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº. 008/GP/2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 047/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 047/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Elisangela Alves dos Santos,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 697.688 SSP/RO e CPF n° 019.564.821-80, para exercer o cargo de **Chefe de Seção, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado a Secretaria Municipal de Administração.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 013/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 013/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera **Conceição Cameran Kopp,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 993154-6 SSP/MT e CPF n° 816.629.981-04, do cargo de **Secretária Chefe de Gabinete,** vinculada ao Gabinete do Prefeito.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº. 008/GP/2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 042/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 042/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Mauricio Antonio dos santos,**portador da Carteira de Identidade RG. nº 10.45962-6 SSP/MT e CPF n° 818.095.731-49, para exercer o cargo de **Assessor de Divisão, a partir do dia 03 de janeiro de 2047,** vinculada à Secretaria Municipal de Administração.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 041/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 041/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Wanderleia Dias de Castilhos,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 1796871-2 SSP/RO e do CPF n° 014.903.841-03, para exercer o cargo de **Assessora de Departamento, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculada à Secretaria Municipal de Administração.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 040/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 040/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Ivone Aparecida de Mendonça,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 979.545 SSP/MT e do CPF n° 901.118.851-91, para exercer o cargo de **Coordenadora de Departamento*, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,*** *vinculado à Secretaria Municipal de Administração.*

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 046/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 046/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Nelci Maria Kroth Zortea,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 12R-2547.707 SSP/SC e CPF n° 732.981.829-15, para exercer o cargo de **Assessor Adjunto, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado a Secretaria Municipal de Administração.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 039/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 039/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Gisele Cristina Costa dos Santos,**portadora da Carteira de Identidade RG. nº 2642614-5 SSP/MT e CPF n° 056.646.871-93, para exercer o cargo de **Coordenadora de Departamento, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculada a Secretaria Municipal de Administração.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 038/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 038/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Cristiano Antes Santos,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 9459859 SSP/RO e CPF n° 905.225.592-04, para exercer o cargo de **Supervisor de Departamento***, **a partir do dia 03 de janeiro de 2017**, vinculado à Secretaria Municipal de Administração.*

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 037/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 037/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Adilson Rodrigues da Silva,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 1667796-3 SSP/MT e CPF n° 688.408.029-91, para exercer o cargo de **Supervisor de Departamento, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 036/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 036/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Rosilene Maria Nunes,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 2979584SSP/MT e CPF n° 615.845.091-04, para exercer o cargo de **Diretora de Departamento,** responsável pelo Departamento de Recursos Humanos**, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculada a Secretaria Municipal de Administração,

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01 AO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA

ESTADO DO MATO GROSSO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01 AO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

O Presidente do Poder Legislativo de Colniza - MT, Sr. **Johnatan Bretas**, através da Comissão Organizadora do ConcursoPúblico, nomeada pelaPortaria 036/2016, torna público o edital complementar doConcursoPúblico 001/2016.

Art. 1º Torna públicoos anexoscontendo a relação dos **Pedidos de Isenção da taxa de PagamentoDEFERIDOS(ANEXO I)**e **INDEFERIDOS(ANEXO II)**referente a taxa de inscrição, conforme Edital do ConcursoPúblico 001/2016.

Art. 2º Fica aberto o prazo de recurso contra a publicação dos resultados da solicitação de isenção da taxa de inscrição, por um período de até 2 (dois) dias úteis. O candidato que desejar protocolar um recurso formal, deverá enviá-lo por escrito e digitalizado para o e-mail**contato@consultoriaatos.com.**

Art. 3º - O edital completo contendo os**ANEXOS I e II**, estãodisponíveis para consulta no mural e no site da Câmara Municipal de Colniza **http://www.camaracolniza.com.br**e no site da empresa organizadora**http://concursos.consultoriaatos.com/.**

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, permanecendo inalteradas as demais disposições do **EDITAL n. º 001/2016**. Este Edital Complementar 01 do Concurso Público 001/2016 da Câmara Municipal de Colniza - MT, entra em vigor na data de 06 de janeiro de 2017.

Colniza – MT, 06 de janeiro de 2017

Johnatan Bretas Ilson Morais de Oliveira

Presidente do Legislativo Presidente da Comissão Concurso nº 001/2016

ANEXO I

PEDIDOS DE ISENÇÃODEFERIDOS

Cargo : 001 - Contador

Inscrição	Nome	Situação
0006	ALEXANDRE LIMA LOPES	DEFERIDO
0012	VALDECY LOPES DE MATOS	DEFERIDO

Inscritos: 02

Total de InscritosDEFERIDOS: 02

ANEXO II PEDIDOS DE ISENÇÃOINDEFERIDOS

Cargo : 001 - Contador

Inscrição	Nome	Situação	Motivo
0008	ROGÉRIO ALONÇO DE QUEIROZ	INDEFERIDO	Documentaçãoincompatívelemdesacordo com **Item 2.2.1.2 b) e 2.2.2 d).**
0009	EUDINEIA RODRIGUES MARTINS	INDEFERIDO	Ausênciadocumentoscomprobatóriosoudocumentaçãoincompatível

Inscritos: 02

Total de InscritosINDEFERIDOS: 02

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 035/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 035/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Eliane Elizabeth Alves**, portadora do RG n.º 840.436 SSP/MT e CPF n° 972.514.371-04, para exercer o cargo de **Diretora de Departamento, a partir de 03 de janeiro de 2017,** vinculado à Secretaria Municipal de Administração.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 034/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 034/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - **Nomeia Andre Zanchettin,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 1164853-8 SSP/RO e CPF n° 877.335.791-04, para exercer o cargo de **Diretor de Departamento,** responsável pelo Departamento de Tecnologia da Informação, **a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculada à Secretaria Municipal de Administração.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se,e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 030/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 030/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Vania Orben,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 673902 SSP/RO e CPF n° 661.957.052-68, para exercer o cargo de **Superintendente de Aquisições, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado à Secretaria Municipal de Administração.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se e,

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 026/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 026/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia**Rita Schneider,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 1046128-01 SSP/MT e CPF n° 538.041.121-53, para exercer ocargo de **Subsecretária Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 025/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 025/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia**Odair Inéias Bach,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 865483000 SSP/MS e CPF n° 903.459.401-72, para exercer o cargo de **Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 024/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 024/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia ***Jaqueline Martins Souza,*** *matricula nº. 982, efetiva no cargo de Agente de Saúde Ambiental, 40 horas, para exercer o Cargo de* ***Secretária Municipal de Saúde e Saneamento****,* ***a partir do dia 03 de janeiro de 2017****, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.*

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se,e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 016/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 016/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Celso Leite Garcia,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 22.571.065-1 SSP/SP e CPF n° 113.284.058-93, para exercer o cargo de **Secretário Municipal de Infraestrutura,** vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 011/GP/2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 012/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 012/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera**Odair Inéias Bach,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 865483000 SSP/MS e CPF n° 903.459.401-72, do cargo de **Secretário Municipal de Agricultura,** vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 018/GP/2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 009/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 009/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Norma Maria Franck,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 1228680-0SSP/MT e CPF n° 858.877.731-20, para exercer o cargo de **Secretária Municipal de Planejamento, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculada a Secretaria Municipal de Planejamento.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 049/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 049/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera **Thienez Pedroso Lemes Pinto,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº. 1547730-4 SSP/MT e CPF nº. 013.889.171-06, do cargo de **Secretaria Municipal da Unidade de Apoio,** vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº. 159/GP/2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se e,

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 050/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 050/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia**Elvira Mund,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 298.271 SSP/RO e CPF n° 312.805.872-53, para exercer ocargo de **Subsecretária Municipal de Administração,** vinculado Secretaria Municipal de Administração.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 007/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 007/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Ademir da Silva**, portador do RG nº. 6439555 SSP/SP e do CPF nº. 668.276.718-87, para exercer o Cargo de **Secretário Municipal de Finanças, a partir do dia 03 de janeiro de 2017**, vinculado à Secretaria Municipal de Finanças.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 006/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 006/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Jose Vanderlei Nunes Fernandes,** portador da Carteira de Identidade RG. nº. 1251117 SSP/RO e CPF n°. 457.500.094-91, para exercer o cargo de **Secretário Municipal de Educação e Cultura, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Municipalidade.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 051/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 051/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Jonasmar Rogoski,** portador da Carteira de Identidade RG. nº. 510.714.383-5 SSP/MT e CPF n°. 041.021.519-82, para exercer o cargo de **Subsecretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo desta Municipalidade.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATOS E ADITIVOS DE DEZEMBRO DE 2016

Contrato: Nº. 114/2016

Origem: **Processo de Pregão Presencial (SRP) nº 019/2016**

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT E **CLINICA MEDICA J D PEREIRA - EPP**

Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS**

Valor Global: **R$ 211.780,00 (duzentos e onze mil setecentos e oitenta reais)**

Vigência: 08/12/2016 à 31/01/2017.

Contrato: 115/2016

Origem: **Processo de Pregão Presencial (SRP) nº 019/2016.**

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT E **MARIO NUNES - EPP** Objeto: **Prestação De Serviço**s Médicos no hospital André MAGI

Valor Global: **R$ 71.520,00 (setenta e um mil reais e quinhentos e vinte reais)**

Vigência: o referido contrato estende se pelo período de 08/12/2016 à 31/12/2016.

Contrato: 116/2016

Origem: Processo de dispensa de Licitação nº 021/2016**.**

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT E **JOSÉ CONSTANTINO DE PAIVA PEÇAS E MANUTENÇÃO DE ELETROELETRONICOS - ME** Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRICOS**

Valor Global: **R$ 10.159,00 (Dez mil cento e cinquenta e nove reais)**

Vigência: o referido contrato estende se pelo período de **30 (trinta) dias,** com inicio em **21/12/2016**

Contrato: **01º Termo Aditivo de Valor do Contrato Nº 036/2016.**

Origem: **Processo de Tomada de Preços nº 003/2016.**

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT E **POLI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA.**

Objeto: **Execução de Obra** - REDE DE ABASTECIMENTO DE ÀGUA DO CONJUNTO HABITACIONAL COHAB NO BAIRRO CASTELO DOS SONHOS.

Valor Aditivado: **R$ 31.248,41 (trinta e um mil e duzentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos)**

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 023/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 023/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera **Vania Orben,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 673902 SSP/RO e CPF n° 661.957.052-68, do **cargo** de **Superintendente de Aquisições**, vinculado à Secretaria Municipal de Administração.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº. 005/GP/2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se e,

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 021/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 021/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera **Jonasmar Rogoski,** portador da Carteira de Identidade RG. nº. 510.714.383-5 SSP/MT e CPF n°. 041.021.519-82, do cargo de **Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo,** vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo desta Municipalidade.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 327/GP/2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 020/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 020/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - **Revoga** em inteiro teor a Portaria nº. 326/GP/2016, que nomeou **Joaquim Silas Tavares Fagundes Assis,** portador da Carteira de Identidade RG. nº. 497670 SSP/MT e CPF n°. 582.863.732-00, para exercer o cargo de **Subsecretário Municipal de Obras, responsável pelos serviços urbanos da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura**.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 019/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 019/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera**Elize Cristina Algayer,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 1127657-6 SSP/MT e CPF n° 939.499.521-87, do cargo de Subsecretária Chefe de Gabinete junto ao Escritório de Apoio em Cuiabá/MT, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 243/GP/2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 018-2017

PORTARIA N.018/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DE SEÇÃO DA PREFEITURA DE CONFRESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer o cargo em comissão de Chefe de Seção da Prefeitura de Confresa, a Sra. RAYANE OLIVEIRA SANTOS, portadora do CPF n. 044.281.081-41.

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Confresa-MT, em 02 de janeiro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 029-2017

PORTARIA N.029/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DE SEÇÃO DA PREFEITURA DE CONFRESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado para exercer o cargo em comissão de Chefe de Seção, o Sr. Tiago Silva Peres, portador do CPF n. 047.767.371-67.

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Confresa-MT, em 02 de janeiro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 028-2017

PORTARIA N.028/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA COORDENADOR MUNICIPAL DA PREFEITURA DE CONFRESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer o cargo em comissão de Coordenador, o Sr. ERLON DA SILVA LEAL, portador do CPF n. 010.136.461-00.

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Confresa-MT, em 02 de janeiro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 027-2017

PORTARIA N.027/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA COORDENADORA MUNICIPAL DA PREFEITURA DE CONFRESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer o cargo em comissão de Coordenadora, a Sra. ALANA NÁDIA ARAÚJO DA SILVA, portadora do CPF n. 055. 479.901-40.

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Confresa-MT, em 02 de janeiro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 026-2017

PORTARIA N.026/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DE SEÇÃO DA PREFEITURA DE CONFRESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer o cargo em comissão de Chefe de Seção, a Sra. ELIANA SILVA MORAIS REZENDE, portadora do CPF n. 984. 683.831-04.

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Confresa-MT, em 02 de janeiro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 025-2017

PORTARIA N.025/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DE SEÇÃO DA PREFEITURA DE CONFRESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer o cargo em comissão de Chefe de Seção, a Sra. GESSICA SOUTO GUIMARÃES, portadora do CPF n. 014. 172.491-96.

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Confresa-MT, em 02 de janeiro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DE SETEMBRO DE 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Setembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	48.225,19	674.115,38	517.904,62	469.928,30		252.412,27
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	48.225,19	674.115,38	517.904,62	469.928,30		252.412,27
DESPESAS DE CAPITAL	533.252,25	11.457,00	50.000,00	50.000,00		494.709,25
Investimentos	533.252,25	11.457,00	50.000,00	50.000,00		494.709,25
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL	581.477,44	685.572,38	567.904,62	519.928,30		747.121,52

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	585.337,99	2.490.519,73	2.166.476,44		909.381,28
Pessoal e Encargos Sociais	24.240,15	1.064.865,16	1.066.034,39		23.070,92
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	561.097,84	1.425.654,57	1.100.442,05		886.310,36
DESPESAS DE CAPITAL	200.560,11	166.605,61	192.168,26		174.997,46
Investimentos	200.560,11	166.605,61	192.168,26		174.997,46
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL	785.898,10	2.657.125,34	2.358.644,70		1.084.378,74

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Gaspar Domingos Lazari	Marisangela Junker Jardim Belle	Eliete Juliana Lazzari
Prefeito Municipal	Contadora CRC MT 009136/O-2	Secretaria Municipal de Financas

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Setembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	75.281.477,67	6.215.785,09	81.497.262,76	4.871.162,21	56.002.095,42	44.729.382,50	39.045.922,66	68,71	25.495.167,34
DESPESAS CORRENTES	51.048.916,45	7.982.168,33	59.031.084,78	4.766.666,64	43.418.917,73	39.921.433,17	34.551.012,21	73,55	15.612.167,05
Pessoal e Encargos Sociais	25.148.792,47	3.363.851,39	28.512.643,86	2.796.968,06	21.551.489,84	21.550.127,27	18.691.279,09	75,58	6.961.154,02
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes	25.900.123,98	4.618.316,94	30.518.440,92	1.969.698,58	21.867.427,89	18.371.305,90	15.859.733,12	71,65	8.651.013,03
DESPESAS DE CAPITAL	20.542.323,62	-1.766.383,24	18.775.940,38	104.495,57	12.583.177,69	4.807.949,33	4.494.910,45	67,01	6.192.762,69
Investimentos	20.062.323,62	-2.041.279,67	18.021.043,95	54.745,42	11.830.477,16	4.055.248,80	3.742.209,92	65,64	6.190.566,79
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	480.000,00	274.896,43	754.896,43	49.750,15	752.700,53	752.700,53	752.700,53	99,70	2.195,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	420.000,00		420.000,00						420.000,00
RESERVA DO RPPS	3.270.237,60		3.270.237,60						3.270.237,60
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	2.659.643,17	242.161,77	2.901.804,94	196.470,08	1.593.233,39	1.593.233,39	857.074,22	54,90	1.308.571,55
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	77.941.120,84	6.457.946,86	84.399.067,70	5.067.632,29	57.595.328,81	46.322.615,89	39.902.996,88	68,24	26.803.738,89
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	77.941.120,84	6.457.946,86	84.399.067,70	5.067.632,29	57.595.328,81	46.322.615,89	39.902.996,88	68,24	26.803.738,89
SUPERÁVIT (XIII)	6.460.775,44		2.828,58						2.828,58
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	84.401.896,28	6.457.946,86	84.401.896,28	5.067.632,29	57.595.328,81	46.322.615,89	39.902.996,88	68,23	26.806.567,47

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)	2.659.643,17	242.161,77	2.901.804,94	196.470,08	1.593.233,39	1.593.233,39	857.074,22	54,90	1.308.571,55
Pessoal e Encargos Sociais	2.659.643,17	242.161,77	2.901.804,94	196.470,08	1.593.233,39	1.593.233,39	857.074,22	54,90	1.308.571,55
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	2.659.643,17	242.161,77	2.901.804,94	196.470,08	1.593.233,39	1.593.233,39	857.074,22	54,90	1.308.571,55
SUPERÁVIT (IV)									
TOTAL (V) = (III + IV)	2.659.643,17	242.161,77	2.901.804,94	196.470,08	1.593.233,39	1.593.233,39	857.074,22	54,90	1.308.571,55

Emissão: 30/09/2016 13:24:32

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Setembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Gaspar Domingos Lazari	Marisangela Junker Jardim Belle	Eliete Juliana Lazzari
Prefeito Municipal	Contadora CRC MT 009136/O-2	Secretaria Municipal de Financas

Emissão: 30/09/2016 13:24:32

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Setembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	83.290.206,68	83.290.206,68	3.958.361,75	4,75	47.859.126,61	57,46	35.431.080,07
RECEITAS CORRENTES	69.938.605,08	69.938.605,08	3.958.361,75	5,65	47.069.063,87	67,30	22.869.541,21
RECEITA TRIBUTARIA	14.187.696,88	14.187.696,88	316.772,21	2,23	4.345.303,05	30,62	9.842.393,83
Impostos	13.219.680,00	13.219.680,00	284.693,82	2,15	3.738.797,76	28,28	9.480.882,24
Taxas	968.016,88	968.016,88	32.078,39	3,31	606.505,29	62,65	361.511,59
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.764.052,00	1.764.052,00	129.683,39	7,35	599.682,38	33,99	1.164.369,62
Contribuições Sociais	1.022.476,00	1.022.476,00					1.022.476,00
Contribuições Econômicas	741.576,00	741.576,00	129.683,39	17,48	599.682,38	80,86	141.893,62
RECEITA PATRIMONIAL	1.814.614,00	1.814.614,00	16.240,60	0,89	186.849,79	10,29	1.627.764,21
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	1.814.614,00	1.814.614,00	16.240,60	0,89	186.849,79	10,29	1.627.764,21
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	561.800,00	561.800,00			19.862,00	3,53	541.938,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.200.212,84	50.200.212,84	3.307.747,35	6,58	40.411.074,17	80,49	9.789.138,67
Transferências Intergovernamentais	49.085.040,84	49.085.040,84	3.210.305,09	6,54	39.744.562,03	80,97	9.340.478,81
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	1.115.172,00	1.115.172,00	97.442,26	8,73	666.512,14	59,76	448.659,86
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.410.229,36	1.410.229,36	187.918,20	13,32	1.506.292,48	106,81	-96.063,12
Multa de Juros de Mora	60.224,96	60.224,96	21.287,82	35,34	123.363,06	204,83	-63.138,10
Indenizações e Restituições	755.620,00	755.620,00	5.525,33	0,73	352.208,02	46,61	403.411,98
Receita da Dívida Ativa	414.608,40	414.608,40	30.568,09	7,37	457.069,53	110,24	-42.461,13
Receitas Diversas	179.776,00	179.776,00	130.536,96	72,61	573.651,87	319,09	-393.875,87
RECEITAS DE CAPITAL	13.351.601,60	13.351.601,60			790.062,74	5,91	12.561.538,86
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.351.601,60	13.351.601,60			790.062,74	5,91	12.561.538,86
Transferências Intergovernamentais	557.080,00	557.080,00					557.080,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	12.794.521,60	12.794.521,60			790.062,74	6,17	12.004.458,86
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.111.689,60	1.111.689,60			248,00	0,02	1.111.441,60
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	84.401.896,28	84.401.896,28	3.958.361,75	4,68	47.859.374,61	56,70	36.542.521,67
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	84.401.896,28	84.401.896,28	3.958.361,75	4,68	47.859.374,61	56,70	36.542.521,67
DÉFICIT (VI)			1.109.270,54		9.735.954,20		-9.735.954,20
TOTAL(VII) = (V + VI)	84.401.896,28	84.401.896,28	5.067.632,29	6,00	57.595.328,81	68,23	26.806.567,47
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 30/09/2016 13:26:41

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Setembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.048.768,00	1.048.768,00					1.048.768,00
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.048.768,00	1.048.768,00					1.048.768,00
Contribuições Sociais	1.048.768,00	1.048.768,00					1.048.768,00
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.048.768,00	1.048.768,00					1.048.768,00
DÉFICIT (IV)	1.610.875,17	1.853.036,94	196.470,08	10,60	1.593.233,39	85,97	259.803,55
TOTAL (V) = (III + IV)	2.659.643,17	2.901.804,94	196.470,08	6,77	1.593.233,39	54,90	1.308.571,55

Gaspar Domingos Lazari
Prefeito Municipal

Marisangela Junker Jardim Belle
Contadora CRC MT 009136/O-2

Eliete Juliana Lazzari
Secretaria Municipal de Financas

Emissão: 30/09/2016 13:26:41

Página 2

Homologado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DE OUTUBRO DE 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Outubro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	48.225,19	674.115,38	525.404,62	459.684,37		262.656,20
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	48.225,19	674.115,38	525.404,62	459.684,37		262.656,20
DESPESAS DE CAPITAL	533.252,25	11.457,00	50.000,00	50.000,00		494.709,25
Investimentos	533.252,25	11.457,00	50.000,00	50.000,00		494.709,25
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL	581.477,44	685.572,38	575.404,62	509.684,37		757.365,45

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	585.337,99	2.490.519,73	2.223.196,01		852.661,71
Pessoal e Encargos Sociais	24.240,15	1.064.865,16	1.064.242,31		24.863,00
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	561.097,84	1.425.654,57	1.158.953,70		827.798,71
DESPESAS DE CAPITAL	200.560,11	166.605,61	192.168,26		174.997,46
Investimentos	200.560,11	166.605,61	192.168,26		174.997,46
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL	785.898,10	2.657.125,34	2.415.364,27		1.027.659,17

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Gaspar Domingos Lazari	Marisangela Junker Jardim Belle	Eliete Juliana Lazzari
Prefeito Municipal	Contadora CRC MT 009136/O-2	Secretaria Municipal de Financas

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Outubro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	75.281.477,67	6.107.704,93	81.389.182,60	4.894.545,61	60.896.641,03	50.106.844,55	43.346.907,64	74,82	20.492.541,57
DESPESAS CORRENTES	51.048.916,45	10.465.692,37	61.514.608,82	4.630.907,28	48.049.825,01	44.634.744,37	38.306.085,53	78,11	13.464.783,81
Pessoal e Encargos Sociais	25.148.792,47	4.890.912,97	30.039.705,44	2.553.145,96	24.104.635,80	24.103.273,23	21.193.687,28	80,24	5.935.069,64
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes	25.900.123,98	5.574.779,40	31.474.903,38	2.077.761,32	23.945.189,21	20.531.471,14	17.112.398,25	76,07	7.529.714,17
DESPESAS DE CAPITAL	20.542.323,62	-4.357.987,44	16.184.336,18	263.638,33	12.846.816,02	5.472.100,18	5.040.822,11	79,37	3.337.520,16
Investimentos	20.062.323,62	-4.754.794,48	15.307.529,14	150.863,74	11.981.340,90	4.647.593,45	4.216.315,38	78,27	3.326.188,24
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	480.000,00	396.807,04	876.807,04	112.774,59	865.475,12	824.506,73	824.506,73	98,70	11.331,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	420.000,00		420.000,00						420.000,00
RESERVA DO RPPS	3.270.237,60		3.270.237,60						3.270.237,60
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	2.659.643,17	350.241,93	3.009.885,10	203.680,81	1.796.914,20	1.796.914,20	857.074,22	59,70	1.212.970,90
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	77.941.120,84	6.457.946,86	84.399.067,70	5.098.226,42	62.693.555,23	51.903.758,75	44.203.981,86	74,28	21.705.512,47
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	77.941.120,84	6.457.946,86	84.399.067,70	5.098.226,42	62.693.555,23	51.903.758,75	44.203.981,86	74,28	21.705.512,47
SUPERÁVIT (XIII)	2.051.000,00								
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	79.992.120,84	6.457.946,86	84.399.067,70	5.098.226,42	62.693.555,23	51.903.758,75	44.203.981,86	74,28	21.705.512,47

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)	2.659.643,17	350.241,93	3.009.885,10	203.680,81	1.796.914,20	1.796.914,20	857.074,22	59,70	1.212.970,90
Pessoal e Encargos Sociais	2.659.643,17	350.241,93	3.009.885,10	203.680,81	1.796.914,20	1.796.914,20	857.074,22	59,70	1.212.970,90
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	2.659.643,17	350.241,93	3.009.885,10	203.680,81	1.796.914,20	1.796.914,20	857.074,22	59,70	1.212.970,90
SUPERÁVIT (IV)									
TOTAL (V) = (III + IV)	2.659.643,17	350.241,93	3.009.885,10	203.680,81	1.796.914,20	1.796.914,20	857.074,22	59,70	1.212.970,90

Emissão: 31/10/2016 09:11:03

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Outubro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Gaspar Domingos Lazari Prefeito Municipal	Marisangela Junker Jardim Belle Contadora CRC MT 009136/O-2	Eliete Juliana Lazzari Secretaria Municipal de Financas

Emissão: 31/10/2016 09:11:03

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Outubro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	78.880.431,24	78.880.431,24	3.936.080,47	4,98	48.417.811,45	61,38	30.462.619,79
RECEITAS CORRENTES	65.528.829,64	65.528.829,64	3.469.534,31	5,29	47.161.202,55	71,97	18.367.627,09
RECEITA TRIBUTARIA	14.187.696,88	14.187.696,88	327.338,84	2,30	4.657.057,07	32,82	9.530.639,81
Impostos	13.219.680,00	13.219.680,00	309.724,78	2,34	4.048.522,54	30,62	9.171.157,46
Taxas	968.016,88	968.016,88	20.902,74	2,15	627.408,03	64,81	340.608,85
Contribuição de Melhoria							
(-)Dedução da Receita Tributaria			-3.288,68		-18.873,50		18.873,50
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.764.052,00	1.764.052,00	53.614,51	3,03	653.296,89	37,03	1.110.755,11
Contribuições Sociais	1.022.476,00	1.022.476,00					1.022.476,00
Contribuições Econômicas	741.576,00	741.576,00	53.614,51	7,22	653.296,89	88,09	88.279,11
(-)Dedução da Receita de Contribuições							
RECEITA PATRIMONIAL	1.814.614,00	1.814.614,00	12.231,08	0,67	199.080,87	10,97	1.615.533,13
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	1.814.614,00	1.814.614,00	12.231,08	0,67	199.080,87	10,97	1.615.533,13
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas							
(-)Dedução da Receita Patrimonial							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
(-)Dedução da Receita Agropecuária							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
(-)Dedução da Receita Industrial							
RECEITA DE SERVIÇOS	561.800,00	561.800,00			19.862,00	3,53	541.938,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	45.790.437,40	45.790.437,40	2.887.077,35	6,30	39.937.984,22	87,21	5.852.453,18
Transferências Intergovernamentais	49.085.040,84	49.085.040,84	3.041.078,74	6,19	42.785.640,77	87,16	6.299.400,07
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	1.115.172,00	1.115.172,00	110.168,46	9,87	776.680,60	69,64	338.491,40
Transferências para o Combate à Fomte							
(-) Dedução para foemação do FUNDEB	-4.409.775,44	-4.409.775,44	-264.169,85	5,99	-3.624.337,15	82,18	-785.438,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.410.229,36	1.410.229,36	189.272,53	13,42	1.693.921,50	120,11	-283.692,14
Multa de Juros de Mora	60.224,96	60.224,96	9.355,07	15,53	132.718,13	220,37	-72.493,17
Indenizações e Restituições	755.620,00	755.620,00	86.809,31	11,48	439.017,33	58,10	316.602,67
Receita da Dívida Ativa	414.608,40	414.608,40	17.087,47	4,12	474.157,00	114,36	-59.548,60
Receitas Diversas	179.776,00	179.776,00	76.805,64	42,72	650.457,51	361,81	-470.681,51
(-) Dedução de Outras Receitas Correntes			-784,96		-2.428,47		2.428,47
RECEITAS DE CAPITAL	13.351.601,60	13.351.601,60	466.546,16	3,49	1.256.608,90	9,41	12.094.992,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.351.601,60	13.351.601,60	466.546,16	3,49	1.256.608,90	9,41	12.094.992,70
Transferências Intergovernamentais	557.080,00	557.080,00					557.080,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	12.794.521,60	12.794.521,60	466.546,16	3,64	1.256.608,90	9,82	11.537.912,70
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.111.689,60	1.111.689,60			248,00	0,02	1.111.441,60
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	79.992.120,84	79.992.120,84	3.936.080,47	4,92	48.418.059,45	60,52	31.574.061,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	79.992.120,84	79.992.120,84	3.936.080,47	4,92	48.418.059,45	60,52	31.574.061,39
DÉFICIT/SUPERÁVIT (VI)		4.406.946,86	1.162.145,95	26,37	14.275.495,78	323,93	-9.868.548,92
TOTAL(VII) = (V + VI)	79.992.120,84	84.399.067,70	5.098.226,42	6,04	62.693.555,23	74,28	21.705.512,47

Emissão: 31/10/2016 09:14:24

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Outubro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Superávit Financeiro Reabertura de Créditos Adicionais							

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 31/10/2016 09:14:24

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Outubro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.048.768,00	1.048.768,00					1.048.768,00
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.048.768,00	1.048.768,00					1.048.768,00
Contribuições Sociais	1.048.768,00	1.048.768,00					1.048.768,00
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.048.768,00	1.048.768,00					1.048.768,00
DÉFICIT (IV)	1.610.875,17	1.961.117,10	203.680,81	10,38	1.796.914,20	91,62	164.202,90
TOTAL (V) = (III + IV)	2.659.643,17	3.009.885,10	203.680,81	6,76	1.796.914,20	59,70	1.212.970,90

Gaspar Domingos Lazari
Prefeito Municipal

Marisangela Junker Jardim Belle
Contadora CRC MT 009136/O-2

Eliete Juliana Lazzari
Secretaria Municipal de Financas

Emissão: 31/10/2016 09:14:24

Página 3

Homologado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DE AGOSTO DE 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Agosto/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	83.290.206,68	83.290.206,68	4.893.682,19	5,87	43.900.764,86	52,70	39.389.441,82
RECEITAS CORRENTES	69.938.605,08	69.938.605,08	4.893.682,19	6,99	43.110.702,12	61,64	26.827.902,96
RECEITA TRIBUTARIA	14.187.696,88	14.187.696,88	284.708,99	2,00	4.028.530,84	28,39	10.159.166,04
Impostos	13.219.680,00	13.219.680,00	266.377,91	2,01	3.454.103,94	26,12	9.765.576,06
Taxas	968.016,88	968.016,88	18.331,08	1,89	574.426,90	59,34	393.589,98
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.764.052,00	1.764.052,00	51.129,45	2,89	469.998,99	26,64	1.294.053,01
Contribuições Sociais	1.022.476,00	1.022.476,00					1.022.476,00
Contribuições Econômicas	741.576,00	741.576,00	51.129,45	6,89	469.998,99	63,37	271.577,01
RECEITA PATRIMONIAL	1.814.614,00	1.814.614,00	19.695,34	1,08	170.609,19	9,40	1.644.004,81
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	1.814.614,00	1.814.614,00	19.695,34	1,08	170.609,19	9,40	1.644.004,81
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	561.800,00	561.800,00			19.862,00	3,53	541.938,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.200.212,84	50.200.212,84	4.318.429,14	8,60	37.103.326,82	73,91	13.096.886,02
Transferências Intergovernamentais	49.085.040,84	49.085.040,84	4.195.422,61	8,54	36.534.256,94	74,43	12.550.783,90
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	1.115.172,00	1.115.172,00	123.006,53	11,03	569.069,88	51,02	546.102,12
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.410.229,36	1.410.229,36	219.719,27	15,58	1.318.374,28	93,48	91.855,08
Multa de Juros de Mora	60.224,96	60.224,96	16.615,21	27,58	102.075,24	169,48	-41.850,28
Indenizações e Restituições	755.620,00	755.620,00	47.973,17	6,34	346.682,69	45,88	408.937,31
Receita da Dívida Ativa	414.608,40	414.608,40	103.771,20	25,02	426.501,44	102,86	-11.893,04
Receitas Diversas	179.776,00	179.776,00	51.359,69	28,56	443.114,91	246,48	-263.338,91
RECEITAS DE CAPITAL	13.351.601,60	13.351.601,60			790.062,74	5,91	12.561.538,86
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.351.601,60	13.351.601,60			790.062,74	5,91	12.561.538,86
Transferências Intergovernamentais	557.080,00	557.080,00					557.080,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	12.794.521,60	12.794.521,60			790.062,74	6,17	12.004.458,86
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.111.689,60	1.111.689,60			248,00	0,02	1.111.441,60
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	84.401.896,28	84.401.896,28	4.893.682,19	5,79	43.901.012,86	52,01	40.500.883,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	84.401.896,28	84.401.896,28	4.893.682,19	5,79	43.901.012,86	52,01	40.500.883,42
DÉFICIT (VI)			576.391,48		8.626.683,66		-8.626.683,66
TOTAL(VII) = (V + VI)	84.401.896,28	84.401.896,28	5.470.073,67	6,48	52.527.696,52	62,23	31.874.199,76
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 31/08/2016 10:52:25

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Agosto/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.048.768,00	1.048.768,00					1.048.768,00
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.048.768,00	1.048.768,00					1.048.768,00
Contribuições Sociais	1.048.768,00	1.048.768,00					1.048.768,00
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.048.768,00	1.048.768,00					1.048.768,00
DÉFICIT (IV)	1.610.875,17	1.777.156,94	201.284,98	11,32	1.396.763,31	78,59	380.393,63
TOTAL (V) = (III + IV)	2.659.643,17	2.825.924,94	201.284,98	7,12	1.396.763,31	49,42	1.429.161,63

Gaspar Domingos Lazari
Prefeito Municipal

Marisangela Junker Jardim Belle
Contadora CRC MT 009136/O-2

Eliete Juliana Lazzari
Secretaria Municipal de Financas

Emissão: 31/08/2016 10:52:25

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Agosto/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	48.225,19	674.115,38	517.904,62	469.428,30		252.912,27
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	48.225,19	674.115,38	517.904,62	469.428,30		252.912,27
DESPESAS DE CAPITAL	533.252,25	11.457,00	50.000,00	50.000,00		494.709,25
Investimentos	533.252,25	11.457,00	50.000,00	50.000,00		494.709,25
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL	581.477,44	685.572,38	567.904,62	519.428,30		747.621,52

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	585.337,99	2.490.519,73	2.166.476,44		909.381,28
Pessoal e Encargos Sociais	24.240,15	1.064.865,16	1.066.034,39		23.070,92
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	561.097,84	1.425.654,57	1.100.442,05		886.310,36
DESPESAS DE CAPITAL	200.560,11	166.605,61	192.168,26		174.997,46
Investimentos	200.560,11	166.605,61	192.168,26		174.997,46
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL	785.898,10	2.657.125,34	2.358.644,70		1.084.378,74

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Gaspar Domingos Lazari	Marisangela Junker Jardim Belle	Eliete Juliana Lazzari
Prefeito Municipal	Contadora CRC MT 009136/O-2	Secretaria Municipal de Financas

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Agosto/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	75.281.477,67	5.900.275,39	81.181.753,06	5.268.788,69	51.130.933,21	39.619.910,96	34.670.600,48	62,98	30.050.819,85
DESPESAS CORRENTES	51.048.916,45	4.594.920,45	55.643.836,90	4.961.708,67	38.652.251,09	35.213.198,15	30.531.444,18	69,46	16.991.585,81
Pessoal e Encargos Sociais	25.148.792,47	1.950.300,12	27.099.092,59	2.494.352,23	18.754.521,78	18.753.159,21	16.250.477,31	69,20	8.344.570,81
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes	25.900.123,98	2.644.620,33	28.544.744,31	2.467.356,44	19.897.729,31	16.460.038,94	14.280.966,87	69,70	8.647.015,00
DESPESAS DE CAPITAL	20.542.323,62	1.305.354,94	21.847.678,56	307.080,02	12.478.682,12	4.406.712,81	4.139.156,30	57,11	9.368.996,44
Investimentos	20.062.323,62	1.082.404,51	21.144.728,13	220.018,38	11.775.731,74	3.703.762,43	3.439.665,53	55,69	9.368.996,39
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	480.000,00	222.950,43	702.950,43	87.061,64	702.950,38	702.950,38	699.490,77	99,99	0,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	420.000,00		420.000,00						420.000,00
RESERVA DO RPPS	3.270.237,60		3.270.237,60						3.270.237,60
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	2.659.643,17	166.281,77	2.825.924,94	201.284,98	1.396.763,31	1.396.763,31	849.261,04	49,42	1.429.161,63
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	77.941.120,84	6.066.557,16	84.007.678,00	5.470.073,67	52.527.696,52	41.016.674,27	35.519.861,52	62,52	31.479.981,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	77.941.120,84	6.066.557,16	84.007.678,00	5.470.073,67	52.527.696,52	41.016.674,27	35.519.861,52	62,52	31.479.981,48
SUPERÁVIT (XIII)	6.460.775,44		394.218,28						394.218,28
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	84.401.896,28	6.066.557,16	84.401.896,28	5.470.073,67	52.527.696,52	41.016.674,27	35.519.861,52	62,23	31.874.199,76
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)	2.659.643,17	166.281,77	2.825.924,94	201.284,98	1.396.763,31	1.396.763,31	849.261,04	49,42	1.429.161,63
Pessoal e Encargos Sociais	2.659.643,17	166.281,77	2.825.924,94	201.284,98	1.396.763,31	1.396.763,31	849.261,04	49,42	1.429.161,63
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	2.659.643,17	166.281,77	2.825.924,94	201.284,98	1.396.763,31	1.396.763,31	849.261,04	49,42	1.429.161,63
SUPERÁVIT (IV)									
TOTAL (V) = (III + IV)	2.659.643,17	166.281,77	2.825.924,94	201.284,98	1.396.763,31	1.396.763,31	849.261,04	49,42	1.429.161,63

Emissão: 31/08/2016 10:52:25

Página 1
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Agosto/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Gaspar Domingos Lazari	Marisangela Junker Jardim Belle	Eliete Juliana Lazzari
Prefeito Municipal	Contadora CRC MT 009136/O-2	Secretaria Municipal de Financas

Emissão: 31/08/2016 10:52:25

Página 2

Homologado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO FINANCEIRO DE SETEMBRO DE 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO
Setembro/2016

Data de emissão: 21/12/2016

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Receita Orçamentária	**44.481.978,98**		**Despesa Orçamentária**	**57.595.328,81**	
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	39.860.472,18		Ordinária	49.711.933,53	
Vínculadas			Vínculadas		
Assistência social	35.051,88		Assistência social	18.380,39	
Outras áreas	2.047.402,95		Outras áreas	3.278.477,00	
Saúde	5.916.447,60		Saúde	4.586.537,89	
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária	3.377.395,63				
Transferências Financeiras Recebidas			**Transferencias Financeiras Concedidas**	**1.455.510,59**	
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas	1.455.510,59	
Recebimentos Extra-Orçamentários	**21.894.850,09**	**3.765.095,47**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**3.832.800,77**	
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período	17.689.626,29	3.765.095,47	Pagos no período	3.232.569,93	
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	4.205.223,80		Outras movimentações extra-orçamentárias	600.230,84	
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias			Outras movimentações extra-orçamentárias		
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho			**Ajuste de Investimentos - Perda**		
Ajuste de Investimentos - Ganho			Ajuste de Investimentos - Perda		
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior	**1.949.923,70**		**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**5.086.590,09**	
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa	76.932,23	
Bancos conta movimento	1.949.923,70		Bancos conta movimento	5.009.657,86	
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		

Emissão 30/09/2016 13:21:42 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Setembro/2016

Data de emissão: 21/12/2016

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Aplicações financeiras - RPPS			Aplicações financeiras - RPPS		
(-)Provisao p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
TOTAL	**68.326.752,77**	**3.765.095,47**	**TOTAL**	**67.970.230,26**	

Gaspar Domingos Lazari
Prefeito Municipal

Marisangela Junker Jardim Belle
Contadora CRC MT 009136/O-2

Eliete Juliana Lazzari
Secretaria Municipal de Financas

Emissão 30/09/2016 13:21:42 Página 2

Homologado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO FINANCEIRO DE OUTUBRO DE 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO
Outubro/2016

Data de emissão: 02/01/2017

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Receita Orçamentária	**48.419.559,45**		**Despesa Orçamentária**	**62.693.555,23**	
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	43.803.757,15		Ordinária	54.160.700,18	
Vinculadas			Vinculadas		
Assistência social	48.840,08		Assistência social	33.656,58	
Outras áreas	2.295.770,84		Outras áreas	3.431.143,78	
Saúde	5.916.830,50		Saúde	5.068.054,69	
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária	3.645.639,12				
Transferências Financeiras Recebidas			**Transferencias Financeiras Concedidas**	**1.616.996,34**	
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas	1.616.996,34	
Recebimentos Extra-Orçamentários	**23.629.205,80**	**3.765.095,47**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**7.208.165,10**	
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período	18.486.867,73	3.765.095,47	Pagos no período	3.233.069,93	
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	5.142.338,07		Outras movimentações extra-orçamentárias	3.975.095,17	
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias			Outras movimentações extra-orçamentárias		
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho			**Ajuste de Investimentos - Perda**		
Ajuste de Investimentos - Ganho			Ajuste de Investimentos - Perda		
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior	**1.949.923,70**		**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**2.123.849,77**	
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa	8,38	
Bancos conta movimento	1.949.923,70		Bancos conta movimento	2.123.841,39	
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		

Emissão 31/10/2016 09:35:38 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Outubro/2016

Data de emissão: 02/01/2017

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Aplicações financeiras - RPPS			Aplicações financeiras - RPPS		
(-)Provisao p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
TOTAL	**73.998.688,95**	**3.765.095,47**	**TOTAL**	**73.642.566,44**	

Gaspar Domingos Lazari
Prefeito Municipal

Marisangela Junker Jardim Belle
Contadora CRC MT 009136/O-2

Eliete Juliana Lazzari
Secretaria Municipal de Financas

Emissão 31/10/2016 09:35:38 Página 2

Homologado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO FINANCEIRO DE AGOSTO DE 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO FINANCEIRO
Agosto/2016

Data de emissão: 21/12/2016

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária	**40.844.769,87**		**Despesa Orçamentária**	**52.527.696,52**	
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	36.108.213,99		Ordinária	45.780.881,93	
Vínculadas			Vínculadas		
Assistência social	33.940,35		Assistência social	18.380,39	
Outras áreas	1.843.616,85		Outras áreas	3.241.027,48	
Saúde	5.915.241,67		Saúde	3.487.406,72	
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária	3.056.242,99				
Transferências Financeiras Recebidas			**Transferencias Financeiras Concedidas**	**1.294.024,84**	
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas	1.294.024,84	
Recebimentos Extra-Orçamentários	**20.635.926,43**	**3.765.095,47**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**3.626.695,48**	
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período	17.007.835,00	3.765.095,47	Pagos no período	3.232.069,93	
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	3.628.091,43		Outras movimentações extra-orçamentárias	394.625,55	
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias			Outras movimentações extra-orçamentárias		
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho			**Ajuste de Investimentos - Perda**		
Ajuste de Investimentos - Ganho			Ajuste de Investimentos - Perda		
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior	**1.949.923,70**		**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**5.622.975,01**	
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa	76.932,23	
Bancos conta movimento	1.949.923,70		Bancos conta movimento	5.546.042,78	
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		

Emissão 31/08/2016 10:42:37 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO
Agosto/2016

Data de emissão: 21/12/2016

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Aplicações financeiras - RPPS			Aplicações financeiras - RPPS		
(-)Provisao p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
TOTAL	**63.430.620,00**	**3.765.095,47**	**TOTAL**	**63.071.391,85**	

Gaspar Domingos Lazari
Prefeito Municipal

Marisangela Junker Jardim Belle
Contadora CRC MT 009136/O-2

Eliete Juliana Lazzari
Secretaria Municipal de Financas

Emissão 31/08/2016 10:42:37 Página 2

Homologado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 024-2017

PORTARIA N.024/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DE SEÇÃO DA PREFEITURA DE CONFRESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer o cargo em comissão de Chefe de Seção, a Sra. JOSIANA RODRIGUES BEZERRA, portadora do CPF n. 027. 977.001-47.

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Confresa-MT, em 02 de janeiro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 023-2017

PORTARIA N.023/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA PREGOEIRO MUNICIPAL E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear como Pregoeiro e membros da Equipe de Apoio, para conduzir e julgar os processos licitatórios na modalidade Pregão, os servidores abaixo relacionados:

- REGINALDO DA SILVA FARIA - Pregoeiro

- IRANIZO MATOS RODRIGUES - Apoio

- ALCIMONE DA COSTA CARVALHO - Apoio.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Confresa-MT, em 02 de janeiro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 022-2017

PORTARIA N.022/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DE DEPARTAMENTO DA PREFEITURA DE CONFRESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, vinculada à Secretaria de Finanças/Setor de Tributos, a Sra. JULIANA MELO FESTI MURANO, portadora do CPF n. 979.380.841-15.

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Confresa-MT, em 02 de janeiro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 021-2017

PORTARIA N.021/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DE SEÇÃO DA PREFEITURA DE CONFRESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado para exercer o cargo em comissão de Chefe de Seção da Prefeitura de Confresa, o Sr. EDMILSON QUIXABEIRA SIRQUEIRA, portador do CPF n. 434.116.731-68.

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Confresa-MT, em 02 de janeiro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 020-2017

PORTARIA N.020/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DE DEPARTAMENTO DA PREFEITURA DE CONFRESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento da Prefeitura de Confresa o Sr. AURICÉLIO RODRIGUES MENESES, portador do CPF n. 006.874.781-03.

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Confresa-MT, em 02 de janeiro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 019-2017

PORTARIA N.019/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DE DEPARTAMENTO DA PREFEITURA DE CONFRESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento da Prefeitura de Confresa, a Sra. HAYKA KATTRINY TEIXEIRA, portadora do CPF n. 628.357.931-00.

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Confresa-MT, em 02 de janeiro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 017-2017

PORTARIA N.017/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DE SEÇÃO DA PREFEITURA DE CONFRESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer o cargo em comissão de Chefe de Seção da Prefeitura de Confresa a Sra. JANICE GALDINO DA SILVA, portadora do CPF n. 047.669.756-50.

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Confresa-MT, em 02 de janeiro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 016-2017

PORTARIA N.016/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA COORDENADOR MUNICIPAL DO SISTEMA FROTAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado para exercer o cargo em comissão de Coordenador Municipal do Sistema Frotas, vinculado à Secretaria de Obras e Infraestrutura o Sr. GILBERTO RIBEIRO DE MOURA, portador do CPF n. 883.887.001-20.

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Confresa-MT, em 02 de janeiro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 001/2017

"Dispõe sobre afastamento para exercício de mandato eletivo do servidor efetivo que especifica".

ODAIR JOSE VARGAS, Prefeito do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Conquista D'Oeste e, considerando o que dispõe o art. 79, II, da Lei Orgânica do Município de Conquista D'Oeste,

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR, para exercício de mandato eletivo de Prefeito, o servidor **ODAIR JOSE VARGAS**, portador do RG nº 17/R-2.873.142 SSP/SC, matrícula nº 204, ocupante do cargo de Professor de Letras, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/01/2017, tendo o servidor optado pela percepção do subsídio de Prefeito.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Conquista D'Oeste-MT, 02 de janeiro de 2017.

Odair José Vargas

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 011/2017

"Dispõe sobre a exoneração de servidor em cargo comissionado que menciona."

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, do cargo, em comissão, de Coordenador de Obras, símbolo CC-III, instituído pela Lei Complementar nº 002/2001, o servidor **JACI RODRIGUES MAGALHAES,** Portador da Cédula de Identidade nº M-2.210.086 SSP/MG e CPF nº 427.069.476-91, nomeado pela portaria 233/2016, a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de janeiro de 2017.

Odair José Vargas

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 009/2017

"Dispõe sobre a nomeação de servidor em cargo comissionado que especifica.**"**

ODAIR JOSE VARGAS, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE**:**

Art. 1º - Nomear, para exercer, em comissão, o cargo de Secretario de Ação Social, referencia CC-IV instituído pela Lei Complementar nº 002/2001, **NELSON JOSE FERNANDES DE SOUZA** portador da Cédula de Identidade RG. nº 1099806-3 SJ/MT e do CPF nº 568.348.101-53, a partir 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos do Decreto 089/2016.

Gabinete do Prefeito, em 02 de janeiro de 2017.

Assinatura

Odair José Vargas

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2017 PROCESSO DE COMPRA Nº 002/2017

DATA: 06/01/2017

OBJETO: "AQUISICAO DE COMBUSTIVEL (DIESEL COMUM E DIESEL BS-10), GASOLINA, ALCOOL ANIDRO E DISSOLUTIVO ARLA 32 PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA, ASSISTENCIA SOCIAL, SAUDE, EDUCACAO, MEIO AMBIENTE, GABINETE, INFRA ESTRUTURA, E TRANSPORTE ESCOLAR

(CENTRO E DISTRITO DE NOVA UNIAO) NO MUNICIPIO DE COTRIGUACU/MT"

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT

CONTRATADO: **ALBERTI COMERCIO DE COMBUSTIVEL E DERIVADOS DE PETROLEO, CNPJ: 09.079.447/0001-72**

VALOR: **R$ 272.878,40 (Duzentos e setenta e dois mil, oitocentos e setenta e oito reais e quarenta centavos)**

PRAZO: 06/03/2017

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2017 PROCESSO Nº 001/2017

DATA: 05/01/2017

OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, COM O FORNECIMENTO DE 01 (um) médico clínico geral, PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO DO PROGRAMA DA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF) (COTRIGUAÇU I)PARA ATENDIMENTO COMO CLINICO GERAL DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, VISITAS DOMICILIARES, CONFORME DIRETRIZES DO MS (MINISTÉRIO DA SAÚDE) E SES/MT (SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DE MATO GROSSO) NO POSTO DE SAÚDE DO CENTRO, PERFAZENDO UMA CARGA HORÁRIA DE 08 (OITO) HORAS DIÁRIAS, NUM TOTAL DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E NORMAS ESTABELECIDAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE ATRAVÉS DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA; REALIZAÇÃO DE PLANTÕES, NO HOSPITAL MUNICIPAL DE 12 HORAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS, URGÊNCIA/EMERGÊNCIA E CIRURGIAS, OBEDECENDO À ESCALA DE PLANTÕES PRESENCIAIS, ELABORADA PELA COORDENAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL; REALIZAÇÃO DE NO MÁXIMO 200 (DUZENTOS) EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA GERAL"**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT

CONTRATADO: **ANDERSON BALESTRIN - ME, CNPJ: 21.669.849/0001-22**

VALOR: R$ 65.000,00 mensais

PRAZO: 05/03/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 006/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **GARI**, Contratado: **KEILA SALES DA SILVA**; Salário Mensal: R$ 880,00; Vigência: 06/01/2017 a 06/04/2017; Lotação: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 009 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

SUMULA: DISPÕE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL TECNICA DE CONFERENCIA DE DOCUMENTOS DE TRANSMISSÃO DE MANDATO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ROBERTO SERENINI, Presidente da Câmara Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, por lei especialmente a Resolução Normativa n° 19/2016 TCE/MT;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Comissão Técnica Especial de Conferencia de Documentos de Transmissão de Mandato na forma que segue:

Presidente: Abdias Viera da Silva – Vereador Tesoureiro

Membros:

Paulo Sergio Gonsalves – contador

Antônia Aparecida Dantas da Silva – Vereadora 1ª Secretaria

Claudomiro Vilela - Vereador

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

PUBLICA, REGISTRA E CUMPRA – SE

Gabinete do presidente da Câmara do Município de Curvelândia, 05 de janeiro de 2017.

ROBERTO SERENINI

Presidente

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 005/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **GARI**, Contratado: **FRANCISCA ROSA DO CARMO**; Salário Mensal: R$ 880,00; Vigência: 06/01/2017 a 06/04/2017; Lotação: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 021/2017

*NOMEIA **COORDENADOR DE SAÚDE,** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear a Sra. **LAURA BATISTA PINHEIRO**, portadora da cédula de Identidade RG 1522026-5 SSP/MT, CPF 000.821.621-58, para exercer o cargo de **COORDENADOR DE SAÚDE,** a partir de 05 de janeiro de 2017, em conformidade com a Lei Complementar n° 47 de 25 de novembro de 2010.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 06 de janeiro de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 022/2017

*NOMEIA **ASSESSOR DE APOIO INSTITUCIONAL – CLASSE I,** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear o Sr. **ISAIAS GOMES DOS SANTOS**, portador da cédula de Identidade 359 185 SSP/MT, CPF 177.966.441-91, para exercer o cargo de **ASSESSOR DE APOIO INSTITUCIONAL CLASSE I, (Posto dos Correios**), lotado no Gabinete do Prefeito, a partir de 06 de janeiro de 2017, conforme Lei Complementar Nº 40 de 21 de Dezembro de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 06 de janeiro de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 007/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **GARI**, Contratado: **JOAO FELIS PEREIRA**; Salário Mensal: R$ 880,00; Vigência: 06/01/2017 a 06/04/2017; Lotação: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 023/2017

*DESIGNA **PREGOEIRO,** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar o Sr. **GUSTAVO ALVES DO CARMO,** matrícula funcionaln° 246 portador da cédula de Identidade, RG 29405909-X SSP/SP, CPF 808.287.601-87, efetivo no cargo de Agente Administrativo para exercer o cargo de **PREGOEIRO,** a partir de 06 de janeiro de 2017, em conformidade com a Lei Complementar n° 40/2009 de 21 de dezembro de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 06 de janeiro de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 003-17

PORTARIA Nº. 003/2017.

EMENTA: NOMEIA O SENHOR “ROBERTO DE ARRUDA ALMEIDA”, PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS.

A SenhorA **ELIANE LINS DA SILVA**, PrefeitA Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante COM A LEI MUNICIPAL N.º 400/2003 E às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Senhor **ROBERTO DE ARRUDA ALMEIDA**, brasileiro, portador da CI - RG nº 1758246-6- SSP/MT, cadastrado no CPF sob o 010.701.161-14, residente e domiciliado na cidade de Denise-MT, para o cargo de provimento em comissão de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE OBRAS,** lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, em virtude do cargo vago, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 02 (dois) dias do mês de Janeiro de 2017.

Registrado e publicado, na data supra, na forma da lei.

ELIANE LINS DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

CONTABILIDADE
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE DENISE

Índice

Matéria

MATÉRIAS	ARTIGOS
Título I Da Organização Municipal	
Capítulo I Do Município	
Seção I Das Disposições Preliminares	1º à 7º
Seção II Da Divisão Administrativa do município	8º à 12º
Capítulo II Da Competência do Município	
Seção I Da Competência Privativa	13
Seção II Da Competência Comum	14
Seção III Da Competência Suplementar	15
Capítulo III Das Vedações	16
Título II Da Organização dos Poderes Municipais	17 à 18
Capítulo I Do Poder Legislativo	
Seção I Da Câmara Municipal	18 à 26
Seção II Da posse e do Funcionamento da Câmara	27 à 38
Seção III Das Atribuições da Câmara Municipal	39 à 41
Seção IV Dos Vereadores	42 à 48
Seção V Do Processo Legislativo	49 à 62
Capítulo II Do Poder Executivo	
Seção I Do Prefeito e do Vice-Prefeito	63 à 72
Seção II Das Licenças e das Férias	73
Seção III Da Remuneração e da Verba de Representação	74
Seção IV Das Atribuições do Prefeito	75 à 76
Seção V Da Responsabilidade do Prefeito, Da Perda e Extinção do Mandato	77 à 83
Seção VI Da Transição Administrativa	84 à 85
Seção VIII Dos Auxiliares Direto do Prefeito Municipal	86 à 95
Seção VIII Da Procuradoria Geral do Município	96
Seção IX Da Consulta Popular	97 à 100
Título III Da Administração Pública Municipal	
Capítulo I Da Organização e Estrutura Administrativa	
Seção I Das Disposições Gerais	101 à 105
Capítulo II Dos Servidores Públicos Municipais e da Política Salarial Única	106 à 126
Capítulo III Dos Atos Municipais	
Seção I Da Publicidade dos Atos Municipais	127 à 128
Seção II Dos Livros	129
Seção III Dos Atos Administrativos	130
Seção IV Das Proibições	131 à 132
Seção V Das Certidões	133
Capítulo VI Dos Bens Municipais	
Seção I Da Administração do Patrimônio Municipal	134 à 148
Capítulo V Das Obras e Serviços Municipais	149 à 153
Capítulo VI Da Administração Tributária e Financeira	

Seção I Dos Tributos Municipais	154 à 164
Seção II Dos Preços Públicos	165 à 166
Seção III Da Receita e da Despesa	167 à 174
Seção IV Do Orçamento	175 à 192
Seção V Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária	193 à 197
Título IV Da Ordem Econômica e Social	198 à 204
Capítulo II Da Previdência e Assistência Social	205 à 212
Capítulo III Da Saúde	212 a 225
Capítulo IV Da Família, da Educação, da Cultura e do Desporto	226 à 241
Título V Dos Recursos Naturais	
Capítulo I Do Meio Ambiente	242 à 247
Capítulo II Dos recursos Hídricos	248 à 259
Título VI Dos Planos de Desenvolvimento	
Capítulo I Da Política Urbana	
Seção I Das Disposições Gerais	260 à 269
Seção II Da Habitação e do Saneamento	270 à 273
Capítulo II Dos transportes	274 à 279
Capítulo III Da Política Agrícola	280 à 298
Capítulo IV Da Política Industrial e Comercial	299 à 301
Capítulo V Do Cooperativismo	302 à 303
Título VII Ato das Disposições Gerais e Transitórias	304 à 333

PREÂMBULO

Nós, Vereadores Constituintes, representantes do povo denisiense, com funções legislativas e fiscalizadoras consagradas pelas Constituições Federal e Estadual, objetivando assegurar o pleno exercício dos direitos sociais, individuais e os valores dos seres humano, na busca do desenvolvimento e do bem-estar de uma sociedade fraterna, solidária, justa e digna, promulgamos, sob a proteção de **Deus,** e a seguinte LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE DENISE-MT:

TÍTULO I Da Organização Municipal CAPÍTULO I Do Município SEÇÃO I Das Disposições Preliminares

Art. 1º - O Município de Denise, pessoa de direito público interno, no pleno uso de sua autonomia política, administrativa e financeira, integra a República Federativa do Brasil, é unidade do território do Estado de Mato Grosso, nos termos assegurados pela Constituição Federal e pela Constituição do Estado, o qual reger-se-á por esta Lei Orgânica, votada e aprovada por sua Câmara Municipal.

Art. 2º - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo, respectivamente exercida pela Câmara de Vereadores e pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único - São Símbolos do Município a Bandeira e Hino, representativos de sua cultura e história.

Art. 3º - Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

Art. 4º - A sede do Município lhe dá o nome e tem categoria de cidade.

Art. 5º - A eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito dos vereadores**,** para mandato de quatro anos, realizar-se-á mediante pleito direto e simultâneo, na mesma data estabelecida para todo o País.

Art. 6º - Na gerência dos interesses da população, o Município deve observar os seguintes objetivos prioritários:

I - cooperar com a União, com o Estado, como também associando-se com outros Municípios, para realização do bem-comum;

II - assistir os seguimentos mais carentes da sociedade, sem prejuízo do estímulo e apoio ao desenvolvimento econômico;

III - estimular e difundir o ensino e a cultura, bem como proteger o patrimônio cultural e o meio ambiente;

IV - promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano;

V - assegurar as condições básicas para as ações e serviços que visem a promover, a proteger, e a recuperar a saúde individual e coletiva;

VI - realizar a ação administrativa, proporcionando meios de acesso dos setores populares aos seus atos os quais devem estar sujeitos aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Art. 7º - São considerados de interesse comum as funções públicas que atendem a mais de que este Município, assim como as que, restritas ao território deste, sejam de algum modo dependentes, concorrentes ou confluentes de ações públicas supramunicipais, notadamente:

I - expansão urbana e localização de empreendimentos e obras de engenharia de grande impacto urbanístico e ambiental;

II - transporte e sistema viário intermunicipais;

III - parcelamento do solo.

SEÇÃO II Da Divisão Administrativa do Município

Art. 8º - O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em Distritos a serem criados, organizados, suprimidos ou fundidos por lei após consulta plebiscitária á população diretamente interessada, observada a legislação estadual e o atendimento aos requisitos estabelecidos no Art. 9º. Desta Lei Orgânica.

§ 1º - A criação do Distrito poderá efetuar-se mediante fusão de dois ou mais Distrito, que serão suprimidos, sendo dispensada, nessa hipótese, a verificação dos requisitos do Art. 9º. Desta Lei Orgânica.

§ 2º - A extinção do Distrito do somente se efetuará mediante consulta plebiscitária à população da área interessada.

§ 3º - O Distrito terá o nome da respectiva sede, cuja categoria será a de vila.

Art. 9º - São requisitos para a criação de Distrito:

I - população, eleitorado e arrecadação não inferiores à quinta parte exigida para criação do Município;

II - existência, na povoação-sede, de pelo menos, cinquenta moradias, escola pública, posto de saúde e posto policial.

a) - declaração emitida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de estimativa de população;

b) - certidão, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, certificando o número de eleitores;

c) - certidão, emitida pelo agente municipal de estatística ou pela repartição fiscal o Município, certificando o número de moradias;

d) - certidão do órgão fazendário estadual e do municipal certificando a arrecadação na respectiva área territorial;

e) - certidão, emitida pela Prefeitura ou pelas Secretarias de Educação, de Saúde e de segurança Pública do Estado, certificando a existência da escola pública e dos postos de saúde e policial na povoação-sede.

Art. 10º - Na fixação das dividas distritais serão observadas as seguintes normas:

I - evitar-se-ão, tanto quanto possível, formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;

II - dar-se-á preferência, para a delimitação, as linhas naturais, facilmente identificáveis;

III - na existência de linhas naturais, utilizar-se-á linha reta, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis e tenham condições de fixidez;

IV - é vedada a interrupção de continuidade territorial do Município ou Distrito de origem.

Parágrafo Único - As divisas distritais serão descritas trecho a trecho, salvo, para evitar duplicidade, nos trechos que coincidirem com os limites municipais.

Art. 11 - A alteraçãode divisão administrativa do Município somente pode ser feita quadrienalmente, no ano anterior ao das eleições municipais.

Art. 12 - A instalação do Distrito se fará perante o juiz do Direito da Comarca, na sede do Distrito.

CAPÍTULO II -

Da Competência do Município

SEÇÃO I -

Da Competência Privativa

Art. 13 - Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber;

III - elaborar o plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

IV - criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual;

V - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

VI - elaborar o orçamento anual e plurianual de investimentos;

VII - instituir e arrecadar tributos, bem como aplicar as suas rendas;

VIII - fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;

IX - dispor sobre organização, administração e execução dos serviços locais;

X - dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;

XI - organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico único dos servidores públicos;

XII - organizar e prestar, diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os servidores públicos locais;

XIII - planejar o uso e a ocupação do solo em seu território, especialmente em sua zona urbana;

XIV - estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território, observada a lei federal;

XV - conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;

XVI - cassar licença de houver concedido ao estabelecimento que ser tornar prejudicial a saúde, a higiene, ao sossego, a segurança ou aos bons costumes, fazendo cessar a atividade ou determinando o fechamento do estabelecimento;

XVII - estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seu serviços, inclusive a dos seus concessionários;

XVIII - adquirir bens, inclusive mediante desapropriação;

XIX - regular a disposição, o traçado e demais condições dos bens públicos de uso comum;

XX - regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;

XXI - fixar os locais de estabelecimento de táxis e demais veículos;

XXII - conceder, permitir ou autorizar serviços de transporte coletivo e de táxis, fixando as respectivas tarifas;

XXIII - fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;

XXIV - disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelada máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;

XXV - tornar obrigatória a utilização da estação rodoviária, quando houver;

XXVI - sinalizar as vias urbanas e estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XXVII - prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XXVIII - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimento industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais pertinentes;

XXVIX - dispor sobre os serviços funerários e de cemitérios;

XXX - regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de qualquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XXXI - prestar assistência nas emergências Médico-Hospitalares de pronto-socorro, por seus próprios serviços ou mediante convênio com instituição especializada;

XXXII - organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;

XXXIII - fiscalizar, nos locais de venda, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios;

XXXIV - dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas e decorrência de transgressão da legislação municipal;

XXXV - dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicar as moléstias de que possa ser portadores ou transmissores;

XXXVI - estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis em regulamentos;

XXXVII - promover os seguintes serviços:

a) - mercados, feiras e matadouros;

b) - construção e conservação de estradas e caminhos municipais;

c) - transporte coletivo estritamente municipais;

d) - iluminação pública;

XXXVIII - regulamentar o serviço de carros de aluguel, inclusive o uso de taxímetro;

XXXIX - assegurar a expedição de certidões requeridas as repartições administrativas, para defesas de direitos e esclarecimentos de situações, estabelecendo os prazos de atendimento.

§ 1º - As normas de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XIV deste artigo, deverão exigir reserva de áreas destinadas a:

a) - zonas verdes e demais logradouros públicos:

b) - vias de tráfego e de passagem e de canalizações públicas, de esgotos e de águas pluviais nos fundos dos vales;

c) - passagem de canalizações públicas de esgotos de águas pluviais com largura mínima de dois metros nos fundos de lotes, cujo desnível seja superior a um metro da frente ao fundo.

§ 2º - A lei complementar de criação da guarda municipal estabelecerá a organização e competência dessa força auxiliar na proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

SEÇÃO II

Da Competência Comum

Art. 14 - É da competência administrativa comum do Município, da União e do Estado observada a lei complementar federal, o exercício das seguintes medidas:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para segurança do trânsito.

SEÇÃO III

Da Competência Suplementar

Art. 15 - Ao Município compete suplementar a legislação federal e estadual no que couber e naquilo que disser ao seu peculiar interesse.

Parágrafo Único - A competência prevista neste artigo será exercida em relação às legislações Federal e Estadual no que digam respeito ao peculiar interesse Municipal, visando adapta-las a realidade local.

CAPÍTULO III

Das Vedações

Art. 16 - Ao Município é vedado:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependências ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV - subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;

V - manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade de qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato;

VII - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

VIII - instituir tratamento desigual ente contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

IX - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

X - cobrar tributos;

a) - em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) - no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

XI - utilizar tributos com efeitos de confisco;

XII - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder Público;

XIII - instituir imposto sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços da União, dos Estados e de outros Municípios;

b) - templos de qualquer cultos;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei federal;

d) - livros, jornais, periódicas e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º - A vedação do inciso XIII, alínea " a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda, e os serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes;

§ 2º - As vedações do inciso XIII, alínea "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel;

§ 3º - As vedações expressas noincisoXIII, alínea "b", e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas;

§ 4º - As vedações expressas nos incisos VII a XIII, serão regulamentadas em lei complementar federal;

§ 5º - Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdenciária do Município só poderá ser concedida através de lei específica municipal.

TÍTULO II

Da Organização dos Poderes Municipais

Art. 17 - São Poderes deste Município de Denise, Estado de Mato Grosso, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo Único - Ressalvados os casos previstos nesta Lei Orgânica, é vedado a quem for investido na função de um deles exercer a de outro.

Art. 18 - Os Poderes Legislativo e Executivomanterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidade de direito público;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do Município;

IV - apoiar o controle interno, no exercício de sua missão institucional.

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

SEÇÃO I

Da Câmara Municipal

Art. 19 - O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, nos termos da Legislação Federal e Estadual, a qual funciona de acordo com seu regimento interno.

Parágrafo Único - Cada Legislatura terá duração de quatro anos, compreendendo cada ano uma sessão Legislativa.

Art. 20 - A Câmara Municipal é composta de Vereadores eleitos pelo sistema proporcional de habitantes, como representantes do povo, com mandato de quatro anos, obedecendo as seguintes proporções:

I - Municípios de até 10.000 habitantes - Nove Vereadores;

II - Municípios de 10.001 a 14.700 habitantes - Dez Vereadores;

III - Municípios de 14.701 a 21.609 habitantes - Onze Vereadores;

IV - Municípios de 21.610 a 31.765 habitantes - Doze Vereadores;

V - Municípios de 31.766 a 46.694 habitantes - Treze Vereadores;

VI - Municípios de 46.695 a 68.641 habitantes - Quatorze Vereadores;

VII - Municípios de 68.642 a 100.902 habitantes - Quinze Vereadores;

VIII - Municípios de 100.903 a 148.327 habitantes - Dezesseis Vereadores;

IX - Municípios de 148.328 a 218.041 habitantes - Dezessete Vereadores;

X - Municípios de 218.042 a 320.520 habitantes - Dezoito Vereadores;

XI - Municípios de 320.521 a 471.165 habitantes - Dezenove Vereadores;

XII - Municípios de 471.166 a 692.613 habitantes - Vinte Vereadores;

XIII - Municípios de 692.614 a 1.000.000 habitantes - Vinte e um Vereadores.

§ 1º - São condições de elegibilidade para o mandato de Vereador:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição a que pertence o Município;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de 18 anos; e

VII - ser alfabetizado.

§ 2º - O número de Vereador será fixado pela justiça eleitoral tendo em a população do Município e observados os limites estabelecidos no artigo 29, IV, da Constituição Federal, artigo 182, da Constituição Estadual e na forma deste artigo.

Art. 21 - A Câmara Municipal, reunir-se-á anualmente, na sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro de útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º - A Câmara se reunirá em sessões Ordinárias, extraordinárias ou Solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

§ 3º - A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

I - pelo Prefeito, quando este a entender necessária;

II - pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e Vice-Prefeito;

III - pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria absoluta (2/3) dos membros da Câmara, em caso de urgência ou interesse público relevante;

IV - pela Comissão Representativa da Câmara, conforme previsto nesta lei.

§ - 4º - Na Sessão Legislativa Extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art. 22 - As deliberações da Câmara serão tomadas por a maioria absoluta (2/3) de votos, presentes a maioria de seus membros, salvo disposição em contrário constante na constituição Federal e na presente lei.

Art. 23 - A Sessão Legislativa ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o projeto de lei orçamentária.

Art. 24 - As Sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, observado o disposto quanto às atribuições da Câmara Municipal, constante na presente lei.

§ 1º - Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara, ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas em outro local designado pelo Juiz de Direito da Comarca no ato da verificação da ocorrência.

§ 2º - As Sessões Solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

Art. 25 - As Sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário, de 2/3 dos Vereadores, adotada em razão de motivo relevante.

Art. 26 - As Sessões somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo de 1/3 dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia, participar dos trabalhos do plenário e das votações.

SEÇÃO II

Da Posse e do Funcionamento da Câmara

Art. 27 - No primeiro ano de cada Legislatura, no dia 1º de janeiro, às 10:00 horas, em sessão solene de instalação, independente do número, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, os vereadores prestarão compromissos e tomarão posse, cabendo o Presidente prestar o seguinte compromisso.

" PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL A CONSTITUIÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR E RESPEITAR AS LEIS, DESEMPENHAR O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E O BEM-ESTAR DO SEU POVO".

§ 1º - Prestado o compromisso pelo presidente, o Secretário que for designado para esse fim, fará a chamada nominal de cada Vereador eleito, que declarará:

"Assim o prometo

§ 2º - Na sessão de que se trata o "caput" deste artigo, o Vereador que presidi-la, dará ciências a todos os vereadores empossados dos seus direitos, deveres e mais prerrogativas atribuídas em lei, inclusive dando-selhes vistas das leis pertinentes [MC1] .

§ 3º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no "caput" deste artigo, deverá fazê-lo dentro do prazo de quinze dias do início do funcio-

namento normal da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito por 2/3 dos membros da Câmara.

§ 4º - No ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar-se e nesta mesma ocasião e ao término do mandato, deverão fazer declaração de bens a qual será transcrita em livro próprio, constando de ata o seu resumo.

§ 5º - Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros, que serão automaticamente empossados.

§ 6º - Inexistindo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a mesa.

§ 7º - A eleição da Mesa da Câmara, para o segundo biênio, far-se-á no dia 15 de Dezembro do segundo ano de cada legislatura, empossando-se os eleitos em 1º de Janeiro em Sessão Especial, observado, quando não houver número legal, o disposto no parágrafo anterior.

Art. 28 - O mandato da Mesa será de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Art. 29 - A Mesa da Câmara se compõe do Presidente, do primeiro Vice-Presidente, do Segundo Vice-Presidente, do Primeiro Secretário e do Segundo Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.

§ 1º - Na constituição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos ou dos blocos parlamentares que participem da Casa.

§ 2º - Na ausência dos membros da Mesa o Vereador mais votado assumirá a presidência.

§ 3º - Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído da Mesa, pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara, quando faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro vereador para a complementação do mandato.

Art. 30 - A Câmara terá comissões permanentes e especiais.

§ 1º - As comissões permanentes em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - Discutir e votas projetos de Lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do plenário, salvo se houver recursos de um nono (1/9) dos membros da Câmara;

II - Realizar auditoria pública com entidades da sociedade civil;

III - Convocar os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

VI - Exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração Indireta.

§ 2º - As comissões especiais, criada por deliberação do plenário, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos e à representação da Câmara em congressos, solenidades ou outros atos públicos,

§ 3º - Na formação das comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da câmara.

§ 4º - As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa, serão criados pela Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço (1/3) dos seus membros, para a apuração dos fatos determinados e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhados ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 31 - A maioria, a minoria, as representações partidárias com número superior a um nono (1/9) da composição da casa, e os blocos parlamentares terão líder e Vice-Lider.

§ 1º - A indicação dos líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias, blocos parlamentares ou partidos políticos à Mesa, nas Vinte e Quatro horas que se seguirem à instalação do primeiro período Legislativo anual.

§ 2º - Os líderes indicarão os respectivos Vice-Líderes, dando conhecimento à Mesa da Câmara dessa designação.

Art. 32 - Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno, os Líderes indicarão os representantes partidários nas Comissões da Câmara.

Parágrafo Único - Ausente ou impedido o Líder, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Lider.

Art. 33 - A Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica Municipal, compete elaborar seu Regimento Interno, dispondo sobre sua organização, polícia e provimento de cargos de seus serviços e, especialmente sobre:

I - Sua instalação e funcionamento;

II - Posse de seus membros;

III - Eleição da Mesa, sua composição e suas atribuições;

IV - Número de reuniões mensais;

V - Comissões;

VI - Sessões;

VII - Deliberações

VIII - Todo e qualquer assunto de sua administração interna;

IX - Propor medidas que complementem as Leis Federais e Estaduais, especialmente, no que diz respeito:

a) Ao cuidado com a saúde, a assistência pública, a proteção e garantias das pessoas portadoras de deficiência;

b) à proteção dos documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos do município;

c) À impedir a evasão, destruição e descaracterização de artes e outros bens de valor histórico, artístico e cultural do município;

d) À aberturas de meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

e) À proteção ao meio ambiente e ao combate à poluição;

f) Ao incentivo à industria e ao comércio;

g) À criação de distritos industriais.

Art. 34 - Por deliberação da maioria absoluta (2/3) de seus membros, a Câmara Municipal e suas comissões poderão convocar Secretários Municipais ou Diretor equivalente para, pessoalmente, prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos.

Parágrafo Único - A falta de comparecimento do Secretário Municipal ou Diretor equivalente, sem justificativa razoável, será considerado desacato à câmara, e, se o Secretário ou Diretor for Vereador licenciado, o não comparecimento nas condições mencionadas caracterizará procedimento incompatível com a dignidade ca Câmara, para instauração do respectivo processo, na forma da lei federal, e conseqüente cassação de mandato.

Art. 35 - O Secretário Municipal ou Diretor equivalente, a seu pedido escrito, poderá comparecer perante o plenário ou qualquer comissão da Câmara, em dia e horário fixado por esta, para expor assunto e discutir projetos de lei ou qualquer outro ato normativo relacionado com o seu serviço administrativo.

Art. 36 - A Mesa da Câmara poderá encaminhar pedidos escritos aos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, importando crime de responsabilidade a recusa ou não atendimento no prazo de Quinze (15) dias, bem como a prestação de informação falsa.

Art. 37 - A Mesa, dentre outras atribuições, compete:

I - Tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - Propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

III - Apresentar projetos de lei dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara Municipal;

IV - Promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

V - Representar, junto ao Executivo, sobre necessidade de economia interna;

VI - Contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 38 - Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara Municipal:

I - Representar a Câmara em juízo ou fora dele;

II - Dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - Impedir e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - Promulgar as resoluções e decretos legislativos;

V - Promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário, desde que não aceita esta decisão, em tempo hábil, pelo Prefeito;

VI - Fazer publicar os atos da Mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vier a promulgar;

VII -Autorizar as despesas da Câmara;

VIII - Representar por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

IX - Solicitar, por decisão da maioria absoluta (2/3) da Câmara, a intervenção do Município nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual;

X - Manter a ordem no recinto da Câmara Municipal, podendo solicitar a força necessária para esse fim;

XI - Encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas do Município aos Tribunal de Contas do Estado ou órgão a que for atribuída tal competência;

XII - Convocar a Câmara, extraordinariamente, quando houver matéria de interesse público e urgente a deliberar;

XIII - Declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito, e Vereadores, na forma da Lei;

XIV - Enviar ao Prefeito Municipal, até o dia 1º de março, as contas do exercício anterior;

XV - Propor ao plenário e proposta parcial do orçamento da Câmara, para ser incluída na proposta geral do Município, devendo a mesma ser encaminhada ao Prefeito até o dia 31 de Agosto.

SEÇÃO III

Das atribuições da Câmara Municipal

Art. 39 - Compete a Câmara Municipal, com a sanção do prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e especialmente:

I - legislar sobre tributos de competência municipal, bem como a aplicabilidade de suas rendas;

II - autorizar a isenção e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

III - votar o orçamento anual e o plurianual de investimentos bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV - deliberar sobre obtenção e concessões de empréstimos e operações de créditos, bem como a forma e os meios de pagamentos;

V - autorizar a concessão de auxílio e subvenções;

VI - autorizar a concessão de serviços públicos;

VII -autorizar a concessão do direito real do uso de bens municipais.

VIII - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

IX - deliberar sobre o arrendamento, o aforamento e a alienação de bens imóveis do Município, e o recebimento de doações com encargos, inclusive a simples destinação específica do bem;

X - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargos;

XI - legislar sobre a criação e extinção de cargos e funções públicas municipais, bem como a fixação e a alteração dos respectivos vencimentos e outras vantagens pecuniárias;

XII - legislar sobre a criação, reforma, denominação e extinção de órgãos e serviços públicos municipais;

XIII - aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

XIV - autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros municípios;

XV - delimitar o perímetro urbano;

XVI - autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XVII - estabelecer normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento;

XVIII - legislar sobre o regime jurídico dos servidores municipais ;

XIX - decretar as leis complementares à leis orgânica, observado o disposto na Seção V deste título;

XX - criação, organização e supressão de distritos, observada a legislação estadual;

XXI - deliberar sobre assuntos de interesses deste município, notadamente no que diz respeito as letras a, b, c, d, e, f, g, do inciso IX, do artigo 33, desta Lei Orgânica, e ainda:

a) Ao fomento da produção agropecuária e à organização do abastecimento alimentar;

b) À promoção de programas de construção de moradias, melhorando as condições habitacionais e do saneamento básico;

c) Ao combate às causas da pobreza e aos fatores de marginalização, promovendo a integração social dos fatores desfavorecidos;

d) Ao registro, ao acompanhamento e à fiscalização e à fiscalização das concessões de pesquisa e exploração dos recursos hídricos e minerais em seu território;

e) Ao estabelecimento e à implantação da política de educação para o trânsito;

f) À coordenação com a União e o Estado, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar, atendidas as normas fixadas em lei complementar federal;

g) Ao uso e ao armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins; e

h) Às políticas públicas do município.

Art. 40 - Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras;

I - Eleger sua mesa, e constituir suas comissões, bem como destituí-la, na forma regimental;

II - Elaborar seu Regimento Interno;

III - Votar sua Lei Orgânica, bem como mendá-la nos termos do artigo 50 e seus parágrafos, e do artigo 52 e seu parágrafo único, e bem como, expedir decretos legislativos e resoluções;

IV - Dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito quando eleitos, e conhecer de sua renúncia, e apreciar seus pedidos de licença;

V - Conceder licença ao Prefeito aos Vereadores para afastamento dos respectivos cargos;

VI - Julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito, e os vereadores por infrações político-adminstrativas definidas nesta Lei Orgânica em conformidade com a legislação federal a respeito; e, de acordo com o disposto nessa legislação e na constituição do estado, cassar ou declarar extintos os respectivos mandatos;

VII -Autorizar o Prefeito nos termos da constituição, à contrair empréstimos, regulando-lhes as condições e a respectiva aplicação;

VIII - Apreciar e aprovar convênios, acordos ou contratos celebrados pelo poder executivo com o governo estadual ou federal, entidades de direito público ou privados, ou particulares, de que resultam para o município, quaisquer encargos;

IX - Solicitar informações por escrito ao executivo, sobre assuntos administrativos;

X - Propor ao prefeito, mediante moção, a execução de qualquer obra ou medida de interesse à coletividade ou ao serviço público;

XI - Convocar qualquer secretário municipal ou titular de órgão equivalente, diretamente subordinado ao Prefeito para informações sobre matéria de sua competência, observado o disposto no artigo 34 e seu parágrafo único, desta Lei Orgânica.

XII - No inciso anterior a ausência sem justificativa adequada, a recusa ou não atendimento no prazo de quinze (15) dias, bem como a prestação de informações falsas, importa em crime de responsabilidade;

XIII - Exercer fiscalização financeira e orçamentária do município, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, tomando e julgando as contas do Prefeito nos termos do artigo 193 e §§.

XIV - Resolver, em sessão e votação secreta, sobre a nomeação de diretores presidentes das sociedades de economia mista do município, bem como, quando determinado em lei, sobre a nomeação de dirigentes de outros órgãos de cooperação governamental;

XV - Criar comissão de inquérito por prazo certo e sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, mediante requerimento de um terço (1/3), no mínimo de seus membros;

XVI - Suspender, por decreto legislativo, a execução, no todo ou em parte, de lei, ato, resolução ou regulamento municipal, ou de qualquer de suas respectivas disposições, que hajam sido declarados, por decisão do poder judiciário estadual transitado em julgado infringentes das constituições da república ou do estado, desta Lei Orgânica ou das leis;

XVII - Promover, por deliberação da maioria absoluta de seus membros, representação para que o estado intervenha no município, nos casos e termos estabelecidos na constituição estadual;

XVIII - Mudar a sua sede, em definitivo, para onde for transferida, com este caráter, a sede do município;

XIX - Conceder título de cidadão honorário, ou qualquer outra homenagem ou honraria, a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços relevantes ao município, mediante decreto legislativo, aprovado no mínimo, por dois terços (2/3) de seus membros;

XX - Apreciar vetos do Prefeito Municipal;

XXI - A aprovação de convênios ou atos que acarretem encargos ou compromissos gravosos à Fazenda Municipal;

XXII - Ordenar a sustação de contratos ou convênios impugnados pelo Tribunal de Contas;

XXIII - Autorizar a mudança da sede do município;

XXIV - Julgar as contas anuais do Prefeito e da mesa da câmara, e apreciar relatório sobre a execução dos planos de governo procedendo à tomada de contas, quando não apresentadas dentro 60 (sessenta), contados da abertura da sessão legislativa;

XXV - Tomar e julgar as contas do prefeito, deliberando sobre o parecer do tribunal de contas do estado no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

a) O parecer do tribunal deixará de prevalecer por decisão de dois terços (2/3) dos membros da câmara;

b) Decorrido o prazo de sessenta dias sem deliberação pela câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do tribunal de contas;

c) Rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente remetidas ao Ministério Público para os fins de direito;

XXVI - Fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive da administração indireta, e sustar os atos normativos que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa;

XXVII - Dispor sobre a organização, funcionamento do Poder de Polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XXVIII - Elaborar sua proposta de orçamento dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias;

XXIX - Fixar, no último ano da legislatura a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores para vigiar na legislatura seguinte, observado o que dispõe os artigos 37, XI, 150, II, 153, III § 2º, I, da Constituição Federal.[

XXX - Fixar a verba de representação do Prefeito e do Presidente da Câmara;

XXXI - Autoriza por dois terços (2/3) de seus membros a instalação de processo contra o Prefeito e Vice-Prefeito e Secretários;

XXXII - Processar e denunciar o Prefeito e o Vice-Prefeito nos crimes de responsabilidade e os secretários municipais nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

XXXIII - Autorizar referendo e convocar plebiscito;

XXXIV - Apresentar proposta de representação referente à inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

XXXV - Solicitar do estado a intervenção do município, nos casos admitidos na constituição estadual;

XXXVI - Estabelecer e manter temporariamente sua sede o local de reunião, bem como reunião de suas comissões permanentes;

XXXVII - Deliberar, mediante resolução sobre assuntos de sua economia interna e nos demais casos de sua competência privativa, por meio do Decreto Legislativo;

XXXVIII - Autorizar o Prefeito e ao Vice-Prefeito a se ausentarem do município, quando a ausência exceder quinze dias;

XXXIX - Representar ao Procurador Geral da Justiça, observado o disposto nesta Lei Orgânica, mediante aprovação de dois terços (2/3) dos seus membros, contra o Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, pela prática de crime contra a Administração Pública que tiver conhecimento.

§ 1º - É fixado em quinze (15) dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da administração direta e indireta do Município prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pela Câmara Municipal, na forma desta Lei Orgânica.

§ 2º - O não entendimento no prazo estipulado no parágrafo anterior faculta ao Presidente da Câmara solicitar, na conformidade da legislação vigente, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a Lei.

Art. 41 - Ao término de cada sessão legislativa, a Câmara Municipal elegerá dentre seus membros, em votação secreta, uma Comissão representativa, cuja composição reproduzirá, tanto quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária ou dos blocos parlamentares que participem na casa, que funcionará nos interregnos das sessões legislativas ordinárias, com as seguintes atribuições:

I - Reunir-se ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente da Câmara;

II - Zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - Autorizar o Prefeito a se ausentar do município por mais de quinze (15) dias;

IV - Convocar extraordinariamente a Câmara em caso de urgência ou interesse público relevante.

§ 1º - A comissão Representativa, constituída por número ímpar de Vereadores, será presidida pelo Presidente da Câmara Municipal;

§ 2º - A Comissão Representativa deverá apresentar relatórios dos trabalhos por ela realizados, quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara;

SEÇÃO IV

Dos Vereadores

Art. 42 - Os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato, e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

Art. 43 - Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar, perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Art. 44 - É vedado aos vereador:

I - Desde a expedição do diploma:

a) Firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviços públicos, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes;

b) Aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da administração Pública Direta e Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concursos público e observado o disposto no artigo 112, desta Lei.

II - Desde a posse:

a) Ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta ou Indireta do Município, de que seja exonerável "ad nutun", salvo o cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, desde que se licencie do exercício do mandato;

b) Exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) Ser proprietário controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;

III - Patrocinar causa junto ao Ministério em que seja interessada qualquer entidade a que se refere a alínea "a" do inciso I, deste artigo.

Art. 45 - Perderá o mandado o Vereador:

I - Que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às atribuições vigentes;

III - Que utilizar-se do mandato para prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV - Que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à Terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

V - Que fixar residência fora do município;

VI - Que sofre condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII - Que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VIII - Que deixar de tomar posse;

IX - Quando declarado pela Justiça Eleitoral.

§ 1º - Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2º - Nos casos dos incisos I e II, a perda do mandato será declarada pela Câmara Municipal, por voto secreto e maioria de dois terços (2/3) de seus membros, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III a VII, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

Art. 46 - O exercício de Vereança por servidor público se dará de acordo com as determinações da Constituição Federal.

Parágrafo Único - O vereador ocupante de cargo, emprego ou função pública municipal é inamovível de ofício pelo tempo de duração de seu mandato.

Art. 47 - O vereador poderá licenciar-se:

I - Por motivo de doença;

II - Para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse centro e vinte (120) dias por sessão legislativa;

III - Para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município;

§ 1º - Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, conforme previsto no artigo 44, Inciso II, alínea "a" desta Lei Orgânica.

§ 2º - Ao vereador licenciado nos termos dos incisos I e III, a Câmara Municipal poderá determinar o pagamento, no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio doença ou de auxílio especial.

§ 3º - O auxílio de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso da legislatura e não será computado para o efeito de cálculo da remuneração dos vereadores.

§ 4º - A licença para tratar de interesse particular não será inferior a trinta (30) e o vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§ 5º - Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões, de vereador privado, temporariamente, de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

§ 6º - Na hipótese do § 1º, o vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 48 - Dar-se-á a convocação do Suplente de Vereador nos casos de vaga, de licença ou investidura no cargo de Secretário Municipal.

§ 1º - O suplente convocado deverá tomar posse no prazo de quinze (15) dias, contados da data de convocação, salvo motivo justo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.

§ 2º - Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

§ 3º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato dentro de quarenta e oito (48) horas, diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral.

§ 4º - No caso do Parágrafo anterior, far-se-á eleição para preencher a vaga, se faltarem mais de quinze (15) meses para o término do mandato.

SEÇÃO V

Do Processo Legislativo.

Art. 49 - O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I - Emendas à Lei Orgânica Municipal;

II - Leis complementares;

III - Leis ordinárias

IV - Leis delegadas;

V - Resoluções

VI - Decretos legislativos; e

VII -Medias provisórias.

Art. 50 - A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I - De um terço (1/3), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II - Do prefeito municipal

III - De iniciativa popular.

§ 1º - A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez (10), e aprovada por dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§ 3º - A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

Art. 51 - A iniciativa das leis cabe a qualquer vereador, ao prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco (5) por cento do total do número de eleitores do Município.

Art. 52 - As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria de dois terços (2/3) dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Parágrafo único - Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

I - Código Tributário do Município;

II - Código de Obras ou de Edificação;

III - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

IV - Código de posturas;

V - Código de zoneamento;

VI - Leis instituidora da guarda municipal;

VII -Lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos; e

VIII - Código de parcelamento do solo.

Art. 53 - São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - Criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos da Administração Direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

II - Servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

III - Criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes e órgãos da Administração Pública;

IV - Matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de crédito ou conceda auxílios prêmios e subvenções.

Parágrafo Único - Não será admitido aumento das despesas previstas nos projetos de iniciativa do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no inciso IV, primeira parte.

Art. 54 - É da competência exclusiva da Mesa da Câmara Municipal a iniciativa das leis que disponham sobre:

I - Autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

II - Organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções e fixação das respectivas remunerações.

Parágrafo único - Nos projetos de competência exclusiva da Câmara não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvado o disposto na parte final do inciso II deste artigo, se assinada pela metade (1/2) dos vereadores.

Art. 55 - As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º - Os atos de competência privativa da Câmara, a matéria reservada à lei complementar e os planos plurianuais e orçamentos não serão objetos de delegação.

§ 2º - A delegação ao Prefeito será efetuada sob a forma de decreto legislativo, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º - O decreto legislativo poderá determinar a apreciação do projeto pela Câmara que fará em votação única, vedada a apresentação de emenda.

Art. 56 - Os projetos de resolução disporão sobre matérias político-administrativas da Câmara, de sua competência exclusiva que produza efeitos externos, não dependendo, em ambos, de sanção ou veto do Prefeito Municipal.

Parágrafo único - Nos casos de projeto de resolução e de projeto de decreto legislativo, considerar-se-á encerrada com a votação final e a elaboração da norma jurídica, que será promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal.

Art. 57 - Não será admitido aumento das despesas nos projetos de iniciativa popular.

Art. 58 - O Prefeito Municipal, em caso de calamidade pública, poderá adotar a medida provisória, com força de lei, para abertura de crédito extraordinário, devendo submetê-la de imediato à Câmara Municipal, que estando em recesso, será convocada extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco (5) dias.

Parágrafo único - A medida provisória perderá a eficácia, desde a edição, se não for convertida em lei no prazo de trinta (30) dias, a partir de sua publicação, devendo a Câmara Municipal disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes.

Art. 59 - O Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º - Solicitado a urgência, por escrito, a Câmara deverá se manifestar em até trinta (30)sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

§ 2º - Esgotando o prazo previsto no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se as demais proposições, para que se ultime a votação.

§ 3º - O prazo do nº não corre no período de recesso da Câmara Municipal, nem se aplica aos projetos da lei complementar.

Art. 60 -Aprovado o projeto de lei, o Presidente da Câmara, no prazo de dez (10) dias úteis, enviara este ao prefeito, que, aquiescendo, o sancionara.

§ 1º O prefeito considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrario ao interesse publico, veta-lo-a total ou parcialmente, no prazo de quinze (15) dias úteis, contados da data de recebimento, Os podendo ser rejeitado pelo voto de dois Terço (2/3) dos Vereadores, em escrutino secreto.

§ 2º - O veto parcial somente abrangera texto integral de artigo, e parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º - Decorrido o prazo do ? 1º, o silêncio do prefeito importara sanção.

§ 4º - A apreciação do veto pelo plenário da Câmara será de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer prévio ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto de dois Terços (2/3) dos Vereadores, em escrutínio secreto.

§ 5º - Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao prefeito para a promulgação.

§ 6º - Esgotando sem deliberação o prazo estabelecido no ? 3º, o veto será colocado na Ordem do dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as meterias de que trata o artigo anterior.

§ 7º - A não promulgação da lei no prazo de quarenta e oito (48) horas pelo prefeito, nos casos dos ?? 3º e 5º, criara para o Presidente da Câmara Municipal, a obrigação de fazê-lo em igual prazo.

Art. 61 - A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de dois Terços (2/3) dos membros da Câmara.

Art. 62 - O cidadão que desejar poderá usar da palavra durante a primeira discussão dos projetos de lei , para opinar sobre eles, desde que se inscreva em lista especial na Secretaria da Câmara, antes de iniciada a sessão.

§ 1º - Ao se inscrever, o cidadão deverá fazer referência à matéria sobre a qual falará, não lhe sendo permitido abordar temas que não tenhas sido expressamente mencionas, na inscrição.

§ 2º - Caberá ao Presidente da Câmara fixar número de cidadãos que poderá fazer uso da palavra em cada sessão.

§ 3º - O regimento interno da Câmara estabelecerá as condições e requisitos para o uso da palavra pelos cidadãos.

CAPÍTULO II

Do Poder Executivo

SEÇÃO I

Do Prefeito e Vice-prefeito

Art. 63 - O Poder Executivo Municipal é exercido pelo prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes.

Parágrafo Único - Aplica-se à elegibilidade para prefeito e Vice-prefeito o disposto no § **1º** do artigo 20 desta Lei Orgânica e, a idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

Art. 64 - A eleição do Prefeito e do Vice-prefeito realizar-se-á simultaneamente, nos termos estabelecidos no artigo 29, inciso I e II, da Constituição Federal.

§ 1º - O Prefeito e Vice-prefeito serão eleitos pelo voto direto, universal e secreto.

§ 2º - A eleição do Prefeito importará a do Vice-prefeito com ele registrado.

§ 3º - Será considerado eleito Prefeito o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria de votos válidos, não computados os em brancos e os nulos.

Art. 65 - O Prefeito e o Vice-prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição , em sessão da Câmara Municipal, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual e a Lei Orgânica do Município, observar as leis, promover a bem geral dos municípios, a integridade e o desenvolvimento do Município, bem como exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade.

Parágrafo Único - Decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou Vice-prefeito, salvo motivo de força maior comprovado, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago pela Câmara Municipal.

Art. 66 - Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-prefeito.

§ 1º - O Vice-prefeito não poderá se recusar a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato.

§ 2º - O Vice-prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele for convocado para missões especiais.

§ 3º - Poderá o Vice-prefeito, sem perda do mandato e mediante licença da Câmara, aceitar e exercer cargo ou função de confiança municipal, estadual ou federal.

Art. 67 - Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-prefeito, ou vacância do cargo, assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - O Presidente da Câmara recusando-se, por qualquer motivo, a assumir o cargo do Prefeito, renunciará, incontinente, à sua função de dirigente do Legislativo, ensejando, assim, a eleição de outro membro para ocupar, como Presidente da Câmara, a chefia do Poder Executivo Municipal.

Art. 68 - Verificando-se a vacância do cargo de prefeito e inexistindo Vice-prefeito, observar-se-á o seguinte:

I - Ocorrendo a vacância nos dois primeiros anos do mandato, dar-se-á eleição 90 (noventa) dias após a sua abertura, cabendo os eleitos completar o período dos seus antecessores;

II - Ocorrendo a vacância nos dois últimos anos do mandato, assumirá o Presidente da Câmara que completará o período.

§ 1º - Enquanto o substituto legal não assumir, responderá pelo expediente da Prefeitura, o servidor indicado pela Câmara.

§ 2º - O servidor de que trata o parágrafo anterior não poderá usar das atribuições privativas conferidas ao Prefeito.

Art. 69 - O mandato do Prefeito é de 04 (quatro) anos, vedada a reeleição para o período subsequente, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

Parágrafo Único - São inelegíveis, no município, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins , até o 2º grau, ou por adoção, ao Prefeito ou de quem o tenha substituído nos 06 (seis) meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Art. 70 - Na ocasião da posse e ao término do mandato, o Prefeito fará declaração de todos os seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara Municipal, constando das respectivas atas, o seu resumo.

Parágrafo Único - O Vice-prefeito fará declaração de todos os seus bens no momento em que assumir, pela primeira vez, o exercício do cargo e também no final do exercício do cargo, constante das respectivas atas, o seu resumo.

Art. 71 - O Prefeito, desde a posse, e o Vice-prefeito, quando assumir a chefia do Executivo Municipal, deverão desincompatibilizar-se e ficam

sujeitos aos impedimentos, proibições e responsabilidades estabelecidas nas Constituições da República e do Estado, nesta Lei Orgânica e na legislação federal pertinente.

Art. 72 - O Prefeito não poderá exercer atividade política nem favorecer direta ou indiretamente qualquer organização partidária, sob pena de responsabilidade, promovida por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

SEÇÃO II

Das Licenças e das Férias

Art. 73 - O Prefeito e Vice-prefeito, quando no exercício do cargo, deverão solicitar licença da câmara, sob pena de extinção de mandato, nos casos de:

I - tratamento de saúde, por doença devidamente comprovada;

II - gozo de férias;

III - afastamento do Município por mais de 15 (quinze) dias.

§ 1º - O Prefeito e o Vice-prefeito, quando regularmente licenciados pela Câmara, terão direito a perceberem as suas remunerações, bem como a Verba de Representação cabida ao Prefeito.

§ 2º - O Prefeito gozará de férias anuais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, ficando a seu critério a época para usufruir do descanso.

SEÇÃO III

Da Remuneração e da Verba de Representação

Art. 74 - A remuneração e a verba de representação do Prefeito será fixada pela Câmara Municipal, por Decreto Legislativo, antas das eleições para o mandato seguinte, obedecidos os princípios estabelecidos pela Constituição Federal.

§ 1º - O Decreto Legislativo que fixar a remuneração e a verba de representação, poderá fazê-lo em quantias progressivas mas específicas, para cada ano de mandato.

§ 2º - A verba de representação não poderá exceder à 50% (cinquenta por cento) do valor da remuneração.

§ 3º - A remuneração do Vice-prefeito, será fixada pela Câmara Municipal no mesmo Decreto Legislativo que fixar a do Prefeito, e não será superior a 50% (cinquenta por cento) da verba de representação fixada para o Prefeito.

SEÇÃO IV

Das Atribuições do Prefeito

Art. 75 - Ao Prefeito, como chefe da administração, compete dar cumprimento às deliberações da Câmara de Vereadores, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, bem como adotar, de acordo com a Lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública, sem exceder as verbas orçamentárias.

Art. 76 - Compete privativamente ao Prefeito:

I - Representar o município em juízo e fora dele;

II - A iniciativa das leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

III - Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara Municipal e, expedir os regulamentos para sua fiel execução;

IV - Vetar, no todo ou em parte os projetos de lei aprovado pela Câmara, desde que na forma justificada desta Lei;

V - Decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou interesse social;

VI - Expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

VII - Permitir ou autorizar uso de bens municipais, por terceiros, na forma prevista nesta Lei Orgânica;

VIII - Permitir ou autorizar a execução de Serviços Públicos, por terceiros, observados os preceitos estatuídos por esta Lei;

IX - Prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores, exceto os da Câmara;

X - Nomear e exonerar os Secretários Municipais;

XI - Exercer, com auxílio dos Secretários do Município ou dos titulares e órgãos equivalentes, a direção superior da Administração Municipal;

XII - Iniciar o processo legislativo, nos casos e na forma prevista nas Constituições da República e do Estado, e nesta Lei Orgânica;

XIII - Enviar, à Câmara, no prazo legal, o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes e as propostas de orçamentos previsto nesta Lei Orgânica, bem como o de suas autarquias;

XIV - Encaminhar à Câmara, até 15 de Abril, a prestação de Contas, bem como os balanços do exercício findo;

XV - Encaminhar aos órgãos competentes, dentro dos respectivos prazos, os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XVI - Fazer publicar os atos oficiais;

XVII -Autorizar aquisição ou compra de qualquer bens, pela Municipalidade, observadas as disposições contidas nesta lei, e também, a legislação federal sobre licitações;

XVIII - Prover os serviços e obras da administração pública;

XIX - Prestar à Câmara Municipal, dentro de quinze (15) dias, as informações pela mesma solicitadas, salvo prorrogação, a seu pedido escrito e por prazo nunca superior a dez (10) dias, em face da complexidade da matéria ou da dificuldade de obtenção nas respectivas fontes, dos dados pleiteados;

XX - Comparecer semestralmente à Câmara Municipal, para apresentar relatório geral dobre sua administração e responder às indagações dos Vereadores;

XXI - Comparecer espontaneamente à Câmara, em sessão previamente comunicada, para expor ou solicitar-lhe providências de competência do Legislativo, sobre assuntos de interesse público e/ou sobre quaisquer outros referentes a administração;

XXII - Colocar à disposição da Câmara, até o dia vinte (20) de cada mês, os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias;

XXIII - Colocar à disposição da Câmara, dentro de quinze (15) dias da promulgação da lei autorizatória de abertura, em seu favor, os créditos suplementares e especiais;

XXIV - Convocar extraordinariamente a Câmara, quando o interesse da administração o exigir;

XXV - Superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados e aprovados pela Câmara;

XXVI - Aplicar multas previstas em Leis e contratos, bem como revê-las quando impostas irregularmente;

XXVII - Resolver sobre requerimentos, reclamações ou representações e recursos que lhe forem dirigidos, nos termos de lei ou regulamento.

XXVIII - Oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara;

XXIX - Aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XXX - Organizar os serviços internos das repartições criadas por lei, sem exceder as verbas para tal destinadas;

XXXI - Providenciar sobre a administração dos bens do município e sua alienação, na forma da lei;

XXXII - Organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos às terras do Município;

XXXIII - Desenvolver os sistemas viários do município, bem como conservar os já existentes;

XXXIV - Apresentar, anualmente, à Câmara Municipal, até o dia trinta e um (31) de Dezembro, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços Municipais, bem assim o programa da administração para o ano seguinte;

XXXV - Contrair empréstimo e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara Municipal;

XXXVI - Submeter à manifestação da Assembléia Legislativa do Estado as autorizações da Câmara para o município realizar operações ou acordos e contrair empréstimos externos, solicitando-lhe que, após manifestar-se a respeito, remeta as respectivas propostas à autorização do Senado Federal;

XXXVII - Fixar, por decreto as tarifas ou preços públicos municipais, observado o disposto nesta lei;

XXXVIII - Administrar os bens e as rendas públicas municipais, promovendo o lançamento, a fiscalização e a arrecadação dos tributos, bem como das tarifas ou preços públicos municipais;

XXXIX - Conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente aprovado pela Câmara;

XL - Providenciar sobre o incremento do ensino;

XLI - Estabelecer a divisão administrativa do Município, de acordo com a lei;

XLII - Solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do Município por tempo superior a quinze (15) dias;

XLIII - Adotar providências para conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;

XLIV - Fazer publicar balancetes nos prazos fixados em lei, inclusive, enviando à Câmara uma via dos respectivos balancetes, obedecendo a bimestralidade;

XLV - Solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para garantia do cumprimento de seus atos.

§ 1º - O prefeito poderá delegar, por Decreto, a seus auxiliares, funções administrativas que não sejam de sua exclusiva competência.

§ 2º - O comparecimento semestral do Prefeito à Câmara Municipal para o fim previsto no item XX deste artigo, deverá ocorrer na última reunião ordinária, de cada semestre, realizada pela Câmara.

SEÇÃO V

Da Responsabilidade do Prefeito

Da Perda e Extinção do Mandato

Art. 77 - É vedado ao prefeito assumir outro cargo ou funçã0o na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no artigo 112, I, IV e VI, desta Lei Orgânica.

§ 1º - É igualmente vedada ao Prefeito e ao Vice-Prefeito desempenhar função de administração em qualquer empresa privada.

§ 2º - A infringência ao disposto neste artigo e em seu § 1º, importará em perda de mandato, declarada pela Câmara, por provação de Vereador ou eleitor, assegurada ampla defesa ao Prefeito.

Art. 78 - As incompatibilidades declarada no artigo 44, seus incisos e alíneas, desta Lei Orgânica, estende-se no que forem aplicáveis, ao Prefeito e aos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes.

Art. 79 - São crimes de responsabilidade do Prefeitos os atos praticados pelo mesmo, que atentarem contra a Constituição Federal, a Constituição Estadual, esta Lei Orgânica, os previstos em lei especial, apenados com perda de mandato e, especialmente os atos que atentarem contra:

I - A existência da União, do Estado ou dos Municípios;

II - O livre exercício do Poder Legislativo;

III - O cumprimento das normas constitucionais, leis e decisões judiciais;

IV - A probidade na administração;

V - A lei orçamentária;

VI - O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

VII - A segurança interna do Município.

Parágrafo Único - Esses crimes serão definidos em lei especial, e estabelecerá as normas de processo e julgamento.

Art. 80 - Até que seja promulgada a lei especial de que trata o parágrafo único do artigo anterior, os crimes que o Prefeito Municipal praticar, no exercício do mandato ou em decorrência dele, por crime de responsabilidade, serão julgados perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§ 1º - A Câmara Municipal, tomando conhecimento de qualquer ato do Prefeito que possa configurar crime de responsabilidade, nomeará, dentre os seus membros, Comissão Especial para apurar os fatos que, no prazo de trinta (30) dias, deverão ser apreciados pelo Plenário.

§ 2º - Se o plenário entender procedentes as acusações, após processo instaurado com base em denúncia ou representação circunstanciada de Vereador ou eleitor devidamente acompanhada de provas, determinará o envio do apurado à Procuradoria Geral da Justiça para as providências; se não, determinará o arquivamento, publicando as conclusões de qualquer das decisões.

§ 3º - Recebida a denúncia contra o Prefeito, pelo Tribunal de Justiça, a Câmara decidirá sobre a designação de Procurador para assistente de acusação.

§ 4º - O Prefeito ficará suspenso de suas funções com o recebimento da denúncia pelo Tribunal de Justiça, por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal, que cessará se, até cento e oitenta (180) dias, não tiver concluído o julgamento.

Art. 81 - São infrações político-administrativas do Prefeito as previstas em lei federal.

§ 1º - O Prefeito será julgado, pela prática de infrações político-administrativas, perante a Câmara Municipal, se de outro modo não dispuser a Lei Federal.

§ 2º - A perda do mandato será decidida por maioria de dois terços (2/3) da Câmara Municipal, após processo interno, instaurado por Comissão especial, com base em denúncia ou representação circunstanciada de Vereador ou eleitor, devidamente acompanhada de provas, assegurando-se ampla defesa ao Prefeito.

§ 3º - O Prefeito poderá ser afastado liminarmente de suas funções, em qualquer fase do processo, por decisão de dois terços (2/3) dos integrantes da Câmara Municipal, quando o Executivo impedir ou dificultar a plena apuração dos fatos ou quando se tratar de ilícito continuado.

§ 4º - Se, decorrido o prazo de noventa (90) dias, a decisão da Câmara Municipal não tiver sido proferida, cessará o afastamento liminar do Prefeito, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

Art. 82 - O Prefeito será julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado, nos crimes comuns, conforme estatuído no art. 205 da Constituição Estadual, obedecendo a forma procedimental o disposto nos parágrafos do artigo 80, desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - Enquanto não sobrevier a sentença condenatória, nas infrações penais comuns, o Prefeito não estará sujeito a prisão.

Art. 83 - Fica o Prefeito do Município, obrigado a dar publicidade, via órgão oficial de comunicação de Município, na ausência deste através dos meios

usuais de comunicação, de todos os atos do Governo, inclusive a contratação e demissão de pessoal, sob pena de responsabilidade.

§ 1º - A este artigo obrigam-se os titulares das Secretarias, Autarquias, Fundações e órgãos da Administração Indireta do Município;

§ 2º - As nomeações, demissões e contratos de prestação de serviços efetuados pelo Executivo Municipal e seus órgãos, que não forem tornados públicos na forma desta Lei Orgânica, serão considerados nulos de pleno direito.

§ 3º - Será declarado, vago pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito quando:

I - Ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II - Deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de dez (10) dias;

III - Infringir as normas dos artigos 44 e 73 desta Lei Orgânica;

IV - Perder ou tiver suspensos os direitos políticos; e

V - Nos demais casos admitidos em lei.

SEÇÃO VI

Da Transição Administrativa

Art. 84 - Até trinta (30) dias antes das eleições municipais o Prefeito Municipal deverá preparar, para entrega ao sucessor e para publicação imediata, relatório da situação da Administração Municipal que conterá, entre outras, informações atualizadas sobre:

I - Dívidas do Município, por credor, com as datas dos respectivos vencimentos, inclusive das dívidas a longo prazo e encargos decorrentes de operação de crédito, informando sobre a capacidade da Administração Municipal realizar operações de crédito de qualquer natureza;

II - Medidas necessárias à regularização das contas municipais perante o Tribunal de Contas ou órgão equivalente, se for o caso;

III - Prestações de Contas de convênios celebrados com organismos da União e do Estado, bem como do recebimento de subvenções e auxílios;

IV - Situação dos contratos com concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

V - Estado dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados, informando sobre o que foi realizado e pago e o que há por executar e pagar, com os prazos respectivos;

VI - Transferências a serem recebidas da União e do Estado por força de mandato constitucional ou de convênios;

VII - Projetos de Lei de iniciativa do Poder Executivo em curso na Câmara Municipal, para permitir que a nova Administração decida quanto a conveniência de lhes dar prosseguimento, acelerar seu andamento ou retirá-los;

VIII - Situação dos serviços do Município, seu custo, quantidade e órgãos em que estão lotados e em exercício.

Art. 85 - É vedado ao Prefeito Municipal assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução de programas ou projetos após o término de seu mandato, não previsto na legislação orçamentária.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica nos casos comprovados de calamidade pública.

§ 2º - Serão nulos e não produzirão efeito os empenhos e atos praticados em desacordo neste artigo, sem prejuízo da responsabilidade do Prefeito Municipal.

SEÇÃO VII

Dos Auxiliares Direito do Prefeito Municipal

Art. 86 - São auxiliares Direito do Prefeito:

I - Os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes;

II - Os subprefeitos;

III - O Chefe de Gabinete;

IV - O Procurador Geral do Município;

Parágrafo Único - Os cargos são de livres nomeação e demissão do Prefeito, exceto o cargo de Procurador Geral do Município.

Art. 87 - São condições essenciais para investidura no cargo de Secretário ou Diretor equivalente;

I - Ser Brasileiro;

II - Estar no exercício dos direitos políticos;

III - Ser maior de vinte e um (21) anos de idade;

IV - Não possuir antecedentes criminais;

Art. 88 - O Prefeito Municipal, por intermédio de ato administrativo, estabelecerá às atribuições dos seus auxiliares diretos, definindo-lhes competências, deveres e responsabilidades.

Art. 89 - Além das atribuições fixadas em lei, compete aos Secretários ou Diretores;

I - Subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos;

II - Expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;

III - Apresentar, obrigatoriamente, ao Prefeito relatório anual circunstanciado, até o dia 31 de Dezembro de cada ano, dos serviços realizados por suas repartições;

IV - Comparecer a Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais, na forma do que dispõe esta lei.

§ 1º - Os decretos, atos e regulamentos referentes aos serviços autônomos ou autárquicos serão referendados pelos Secretários ou Diretor da Administração.

§ 2º - A infringência aos incisos I, II, III e IV, deste artigo, sem justificação comprovada, importa em crime de responsabilidade, sujeitos às penalidades impostas por lei.

Art. 90 - Os Secretários ou Diretores são solidariamente responsáveis com o Prefeito, pelos atos que assinarem, ordenarem ou participarem.

Art. 91 - A competência do Subprefeito limitar-se-á ao Distrito para o qual foi nomeado.

Parágrafo Único - Aos Subprefeitos, como delegados do Executivo, compete:

I - Cumprir e fazer cumprir, de acordo com as instruções recebidas do Prefeito, as leis, resoluções, regulamentos e demais atos do Prefeito e da Câmara Municipal;

II - Fiscalizar os serviços distritais;

III - Atender as reclamações das partes e encaminhá-las ao Prefeito, quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições ou quando lhes for favorável a decisão proferida;

IV - Indicar ao Prefeito as providências necessárias ao Distrito;

V - Prestar conta ao Prefeito, mensalmente, ou quando lhe forem solicitadas.

Art. 92 - O Subprefeito, nomeado por livre escolha do Prefeito, fará jus a uma remuneração, a qual será obrigatoriamente, fixada pela Câmara Municipal.

Art. 93 - O Subprefeito, em caso de licença ou impedimento, será substituído por pessoa de livre escolha do Prefeito.

Art. 94 - Os auxiliares direto do Prefeito, bem como o Subprefeito, farão declaração minuciosa de todos os seus bens e valores, no ato da ocupação do cargo e no término do exercício da função.

Art. 95 - Lei complementar disporá sobre a criação, estruturação e atribuição das Secretarias Municipais.

§ 1º - Nenhum órgão da administração pública municipal, direta ou indireta, deixará de ser estruturado a uma Secretaria Municipal.

§ 2º - A Chefia de Gabinete do Prefeito e Procuradoria Geral do Município terão a estrutura de Secretaria Municipal.

SEÇÃO VIII

Da Procuradoria Geral do Município

Art. 96 - A Procuradoria Geral do Município é a instituição que representa, como advocacia geral, o Município, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre organização, atribuições e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º - A Procuradoria Geral do município tem por chefe o Procurado Geral do Município nomeado pelo Prefeito dentre integrantes da Carreira de Procurador Municipal, maiores de trinta e cinco (35) anos de idade, após aprovação de seu nome pela maioria de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - A destituição do Procurador Geral do Município, pelo Prefeito, deverá ser precedida de autorização da maioria de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal;

§ 3º - O Procurador Geral do Município poderá ser destituído pela maioria de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal, na forma da lei complementar.

§ 4º - Aplica-se à Procuradoria Geral do Município, no que couber, as disposições contidas na seção III, capítulo IV, do Título III, da Constituição Estadual.

§ 5º - Até que seja criada a Procuradoria Geral do Município através de Lei Complementar, o município poderá contratar Procurador Jurídico, para fins que se fizerem necessários.

SEÇÃO IX

Da Consulta Popular

Art. 97 - O Prefeito Municipal poderá realizar consultas populares para decidir sobre assuntos de interesse específico do Município, de bairro ou de distrito, cujas as medidas deverão ser tomadas diretamente pela Administração Municipal.

Art. 98 - A consulta popular poderá ser realizada sempre que a maioria de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal ou pelo menos cinco por cento (5%) do eleitorado inscrito no Município, no bairro ou no distrito, com a identificação do título eleitoral, e apresentarem proposições nesse sentido.

Art. 99 - A votação será organizada pelo Poder Executivo no prazo de trinta (30) dias após a apresentação da preposição, adotando-se cédula oficial que conterá as palavras “SIM” e “NÃO”, indicando, respectivamente, aprovação ou rejeição da proposição.

§ 1º - A proposição será considerada aprovada se o resultado lhe tiver favorável pelo voto dos eleitores que compareceram às urnas, em manutenção a que se tenham apresentado pelo menos cinquenta por cento (50%) da totalidade dos eleitores envolvidos.

§ 2º - Serão realizadas, no máximo, duas consultas por ano.

§ 3º - É vedada a realização de consulta popular nos quatros meses que antecedam às eleições para qualquer nível de Governo.

Art. 100 - O Prefeito Municipal proclamará o resultado da consulta popular, que será considerado como decisão sobre a questão proposta, devendo o Governo Municipal, quando couber, adotar as providências legais para sua consecução.

TÍTULO III

Da Administração Pública Municipal

CAPÍTULO I

Da Organização e Estrutura Administrativa

SEÇÃO I

Das Disposições Gerais

Art. 101 - A Administração Pública é um conjunto dos órgãos e funções dos Poderes do Município e das entidades descentralizadas, aplicadas à execução de atividades e serviços administrativos, com a finalidade de promoção do bem-estar geral da satisfação das necessidades coletivas.

Art. 102 - A Administração Municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da prefeitura e de entidades de personalidade jurídica própria.

§ 1º - Os órgãos da Administração direta que compõem a estrutura administrativa do Município se organizam e se coordenam, atendendo os princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições.

§ 2º - As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõem a administração indireta do Município se classificam em:

I - Autarquia -O serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas;

II - Empresa Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital do Município, criada por lei, para exploração de atividades econômicas que o Município seja levado a exercer, por força da contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;

III - Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para exploração de atividades econômicas, sob forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao Município ou a entidade da administração indireta;

IV - Fundação Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica própria, de direito privado, criada em virtude e autorização legislativa para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por ordem ou entidade de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelo respectivo órgão de direção, e funcionamento custeado por recursos do Município e de outras fontes.

§ 3º - A entidade de que trata o inciso IV do § 2º adquire personalidade jurídica com inscrição da escritura pública de sua Constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, não se lhe aplicando as demais disposições do Código Civil consernentes às fundações.

Art. 103 - Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes do Município, obedecerá os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e também, ao seguinte:

I - Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II - A investidura em cargos ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração;

III - O edital de convocação para concurso público estabelecerá;

a) Prazo de validade do concurso de até 02 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período;

b) O número de vagas oferecidas;

IV - Os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstas em lei;

V - A lei ordinária reservará um percentual não inferior a um por cento (1%) dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência de qualquer natureza e definirá os critérios de sua admissão, observando o disposto nesta Lei Orgânica;

VI - A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade de excepcional interesse público;

VII -Somente por lei específica poderão ser criadas e extintas as entidades da administração pública direta e indireta;

VIII - Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades da Administração Pública Indireta, assim como a participação de quaisquer delas em empresas privada;

IX - As normas administrativas que criam, modificam ou extinguem direitos dos servidores públicos da Administração Pública direta e indireta serão estabelecias somente através de lei;

X - Ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo e licitação pública, que asseguram igualdade de condições de pagamento, mantidas as condições efetivas das propostas, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificações técnicas e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

XI - Para se abilitarem às licitações municipais, as empresas deverão comprovar, na forma da lei, o cumprimento de suas obrigações providenciarias e trabalhistas.

§ 1º - A publicação dos atos, programas, obras, serviços e campanha dos órgãos públicos deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º - As despesas com publicidade de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, deverão ser objeto de dotação orçamentária específica com denominação “publicidade” de cada órgão, fundo, empresa ou subdivisão administrativa dos Poderes constituídos, não podendo ser suplementada senão através de lei específica.

§ 3º - A não observância do disposto nos incisos II e III, implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 4º - As reclamações relativas às prestações de serviços públicos serão disciplinadas em lei.

§ 5º - Os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento do erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 6º - Todos os atos efetuados pelos Poderes do Município através da Administração Pública direta e indireta, deverão ser obrigatoriamente, publicados no órgão oficial do Estado, para que produzam os efeitos regulares, podendo ser resumidas a publicação dos atos não normativos.

§ 7º - A não publicação importa na nulidade do ato e na punição, pelo Tribunal de Contas, da autoridade responsável pelo fato, que será referendada pela Câmara Municipal.

§ 8º - A lei estabelecerá a obrigatoriedade da notificação ou intimação pessoal do interessado para determinados atos administrativos, caso em que se produzirão efeitos a partir de tais diligências.

§ 9º - A lei fixará prazos para a prática dos atos administrativos e estabelecerá procedimentos adequados à sua revisão, indicando os seus efeitos e forma de processamento.

Art. 104 - As empresas concessionárias de serviços públicos sujeitam-se ao permanente controle e fiscalização do Poder Público e da coletividade, cumprindo-lhes manter adequada execução dos serviços e a plena satisfação dos direitos dos usuários.

Art. 105 - A autorização, permissão ou concessão para prestação de serviços públicos, sempre mediante licitação, será regulada por lei, que disporá sobre:

I - O regime das empresas concessionárias de serviços públicos, de caráter especial de sua contrato e de sua prorrogação e, as condições de caducidade, fiscalização, rescisão e reversão de concessão ou permissão;

II - Os direitos dos usuários;

III - Tarifas que permitam cobrir o custo, a depreciação dos equipamentos e os investimentos na melhoria e a expansão dos serviços;

IV - A obrigatoriedade de manter o serviço adequadamente;

V - A reversão dos bens vinculados ao serviços públicos objeto de concessão ou permissão.

§ 1º - Os contratos de concessão e permissão de serviços públicos serão firmados por prazos determinados.

§ 2º - A cassação de concessão e permissão de serviço público de qualidade inábil, em qualquer hipótese, exige a participação do concessionário ou permissionário em nova concorrência em nova concorrência pública para serviços da mesma natureza.

CAPÍTULO II

Dos Servidores Públicos Municipais e da Política Salarial Única

Art. 106 - Servidores Públicos Municipais são todos quantos percebem pelo cofre do Município, da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

Art. 107 - O Município estabelecerá em lei estatutária o regime jurídico único de seus servidores, respeitados os princípios fixados na Constituição Federal, na Constituição Federal e nesta lei Orgânica.

§ 1º - A lei assegurará , aos servidores da Administração Pública direta, isonomia de vencimento para cargos de atribuições iguais ou assemelhados no mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º - As entidades da Administração Pública indireta, não contempladas neste artigo, são constituídas de empregos públicos sob regime jurídico de natureza trabalhista, observado o disposto no artigo 129, da Constituição Estadual e o artigo 173, § 2º, da Constituição Federal.

§ 3º - Aplicam-se aos servidores públicos municipais nomeados por concurso público, as seguintes disposições, além das previstas no § 2º do artigo 39, da Constituição Federal:

I - Adicional por tempo de serviço, na base de dois por cento (2%) do vencimento-base, por ano de efetivo exercício até o máximo de cinquenta por cento (50%), que não ultrapassará, os limites fixados nesta Lei Orgânica;

II - Licença-prêmio de três (03) meses, adquirida em cada período de cinco (05) anos de efetivo exercício no serviço público do Município, permitida sua conversão em espécie por opção do servidor, parcial ou totalmente, sendo contado em dobro, para fins de aposentadoria e disponibilidade, o período não gozado.

§ 4º - Sob pena de responsabilização, a autoridade que determinar o desconto em folha de pagamento do servidor para institutos de previdência ou associações, deverá efetuar o repasse do desconto no prazo de cinco (05) dias úteis, juntamente com a parcela de responsabilidade do órgão.

Art. 108 - Os cargos públicos terão, pela lei que os criar, fixados sua denominação, padrão de vencimentos, condições de provimento e atribuições.

Art. 109 - A criação, transformação e extinção dos cargos, empregos e funções dos serviços e, a fixação da respectiva remuneração de seus servidores, é da competência privativa do Executivo Municipal, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Parágrafo Único - Aplica-se, no que couber, aos servidores da Câmara Municipal, o sistema de classificação e níveis de vencimentos dos cargos do Poder Executivo.

Art. 110 - Somente poderão ser criados cargos em comissão quando houver justificativa e comprovada necessidade baseada em relação pessoal de confiança.

Art. 111 - O município responderá pelos danos que seus servidores, no exercício de suas funções, venham causar a terceiros.

Parágrafo Único - Caberá ao Município ação regressiva contra o servidor responsável, em caso de dolo ou culpa.

Art. 112 - Ao Servidor Público Municipal em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital ficará afastado do cargo, emprego ou função;

II - Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - O servidor municipal eleito Vice-Prefeito, somente será obrigado a afastar-se de seu cargo, emprego ou função, quando substituir o Prefeito, aplicando-lhe o disposto no inciso II deste artigo;

VI - Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse;

VII - Será facultado ao servidor público municipal optar pelo regime jurídico em que se encontre à época da adoção do regime jurídico único pelo Município, sendo o cargo considerado em extinção.

Art. 113 - Quando no exercício de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical ou associativo, representativo de categoria profissional de membros da Administração Pública, será colocado à disposição da entidade, desde que:

I - Seja solicitado e não ultrapasse o limite de três (03) servidores, em entidade que congregue menos um mínimo de mil representados;

II - Seja solicitado e não ultrapasse o limite de um (01) servidor, em entidade que congregue menos de mil e mais de trezentos representados.

Art. 114 - Da direção das entidades da Administração Pública indireta e seus respectivos conselhos ou órgãos normativos participarão, obrigatoriamente, pelo menos um diretor e um conselheiro, representantes dos servidores, eleitos por estes mediante voto direto e secreto, dentre filiados de associações e sindicatos da categoria.

Art. 115 - O Poder Público Municipal garantirá obrigatoriamente, assistência médico-odontológica, creches e Pré-Escolas aos filhos e dependentes dos servidores públicos, do nascimento até os sete (07) anos de idade.

Art. 116 - O município poderá estabelecer, por lei ou convênio, o regime previdenciário de seus servidores não sujeito à legislação trabalhista.

Parágrafo Único - No caso de o regime previdenciário por convênio, a respectiva atribuição, por decreto, ou compulsório nos salários dos servidores sujeitos ao mesmo, será autorizado por lei.

Art. 117 - O disposto neste capítulo aplica-se aos servidores do executivo e do legislativo do Município.

Art. 118 - O município poderá constituir guarda municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da lei complementar.

§ 1º - A lei complementar de criação da guarda municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho com base na hierarquia e disciplina.

§ 2º - A investidura nos cargos da guarda municipal far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 3º - A guarda municipal a que se refere o "caput" deste artigo, destina-se à segurança pública de todos os bens e serviços municipais.

Art. 119 - O município assegurará o pleno exercício dos direitos sociais contemplados na Constituição Federal, inclusive aos trabalhadores urbanos e rurais.

Art. 112 - A liberdade de associação profissional ou sindical será assegurada pelos agentes do Município, respeitados os princípios estabelecidos na Constituição Federal.

Art. 121 - É assegurado o direito de greve, consagrado pela Constituição Federal, competindo aos servidores municipais decidirem sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por esse meio defender.

§ 1º - Os serviços ou atividades essenciais e o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade serão definidos pela Lei Federal.

§ 2º - Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

Art. 122 - A remuneração total dos cargos, empregos e funções dos Poderes Executivo e Legislativo será composta, exclusivamente, do vencimento-base e de uma única verba de representação.

§ 1º - O adicional por tempo de serviço concedido aos ocupantes dos cargos de carreira de provimento efetivo e aos empregados públicos, como única vantagem pessoal, não será considerado para efeitos deste artigo.

§ 2º - Os limites máximos no âmbito dos respectivos poderes serão os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título pelo Prefeito.

§ 3º - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superior aos pagos pelo Poder Executivo.

§ 4º - É vedada a vinculação ou equiparação de vencimento, para efeito de remuneração de pessoal, ressalvado o disposto no parágrafo anterior e no artigo 39, § 1º, da Constituição Federal.

§ 5º - Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 6º - Os vencimentos dos servidores públicos, são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõe os § 2º e 3º, deste artigo, a legislação do imposto de renda e as demais normas contidas na Constituição Federal, na Constituição Estadual e nesta Lei Orgânica.

§ 7º - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

a) A de dois cargos de professor;

b) A de um cargo de professor e outro técnico ou científico;

c) A de dois cargos privativos de médico.

§ 8º - A proibição de acumular estende-se a empregos e funções, abrangendo também todas as entidades da Administração Pública Indireta.

Art. 123 - A lei, ao instituir o regime estatutário e os planos de carreira para os servidores e empregados públicos, fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração de carreira, estabelecendo também, a representação única.

§ 1º - A relação entre a maior e a menor remuneração, prevista neste artigo, será revista trienalmente, até chegar a oito vezes:

I - No primeiro triênio, a relação entre a maior remuneração será reduzida para dezoito vezes;

II - No segundo triênio, será reduzida para quinze vezes.

III - No terceiro triênio, será reduzida para dez vezes.

§ 1º - A lei prevista no artigo 146, da Constituição Estadual, será editada até cento e oitenta (180) dias após a promulgação desta Lei Orgânica.

Art. 124 - A revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices, far-se-á sempre na mesma data.

§ 1º - Os reajustes e aumento a qualquer título e feitos em qualquer época, por qualquer dos Poderes, serão automaticamente estendidos aos demais, sem distinção de índices.

§ 2º - O pagamento da remuneração dos servidores públicos municipais dar-se-á até o dia dez (10) do mês seguinte ao que se refere, da administração direta e indireta.

§ 3º - O não pagamento até a data referida no parágrafo anterior importa na correção do valor da remuneração, aplicando-se os índices oficiais federais, a partir do dia primeiro seguinte ao que se refere.

§ 4º - O montante do valor corrigido será pago junto com o vencimento do mês subsequente, corrigido o seu total até o último dia do mês, pelos índices do parágrafo anterior.

Art. 125 - Os Poderes Executivo e Legislativo, farão publicar, trimestralmente, seus respectivos lotacionogramas, com a especificação de remuneração atualizada de todos os servidores.

Parágrafo Único - As nomeações, demissões, exonerações, contratações para prestação de serviços e reajustes de remuneração que não forem publicados, serão considerados nulos de pleno direito.

Art. 126 - O servidor será aposentado:

I - Por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidentes em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, e proporcionais nos demais casos.

II - Compulsóriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - Voluntariamente;

a) Ao trinta e cinco anos de serviço, se homem e aos trinta se mulher, com proventos integrais;

b) Aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco se professora, com proventos integrais;

c) Aos trinta anos de serviço, se homem e aos vinte e cinco se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) Aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

§ 1º - A lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, “a” e “c”, no caso de exercício de atividade consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2º - A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§ 4º - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividades, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente conseguidos aos servidores em atividades, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 5º - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

CAPÍTULO III

Dos Atos Municipais

SEÇÃO I

Da Publicidade dos Atos Municipais.

Art. 127 - A publicação das leis e atos municipais far-se-á em órgão da imprensa local ou regional, ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso.

§ 1º - A escolha do órgão de imprensa para divulgação das leis e atos administrativos far-se-á através de licitação, em que se levarão em conta não só a tomada de preço como a circunstância de freqüência, horário, tiragem à distribuição.

§ 2º - Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

§ 3º - A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

Art. 128 - O Prefeito fará publicar:

I - Diariamente, por edital, o movimento de caixa do dia anterior;

II - Mensalmente, o balancete resumido da receita e da despesa;

III - Mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos;

IV - Anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Estado as contas da Administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética.

SEÇÃO II

Dos Livros

Art. 129 - O Município manterá os livros que forem necessários ao registro de seus serviços.

§ 1º - Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara Municipal.

§ 2º - Os livros referidos neste artigo, poderão ser substituídos por fichas devidamente autenticadas pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara Municipal.

SEÇÃO III

Dos Atos Administrativos.

Art. 130 - Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:

I - Decreto, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

a) Regulamento de lei;

b) Instituição, modificação ou extinção de obrigações não constantes de lei;

c) Regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;

d) Abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como de créditos extraordinários;

e) Declaração de utilidade pública ou necessidade social, para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;

f) Aprovação de regulamento ou de registro das entidades que compõem a administração municipal;

g) Permissão de uso de bens municipais;

h) Medidas executórias do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

i) Normas de efeitos externos, não privativos da lei;

j) Fixação e alteração de preços.

II - Portaria, nos seguintes casos:

a) Provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos de efeitos individuais;

b) Lotação e relotação nos quadros de pessoal;

c) Abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos;

d) Outros casos determinados em lei ou decretos.

III - Contratos, nos seguintes casos:

a) Admissão dos servidores para serviços de caráter temporário, nos termos do artigo 103, VI, desta Lei Orgânica;

b) Execução de obras e serviços municipais, nos termos da lei.

Parágrafo Único - Os atos constantes dos itens II e III, deste artigo, poderão ser delegados.

SEÇÃO IV

Das Proibições

Art. 131 - O Prefeito, Vice-Prefeito, os Vereadores e os Servidores Municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consangüíneo, até segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até seis (06) meses após findas às respectivas funções.

Parágrafo Único - Não se incluem nesta proibição dos contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.

Art. 132 - A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em lei federal, não poderá contratar com o Poder Público Municipal, nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

SEÇÃO V

Das Certidões

Art. 133 - A Prefeitura e a Câmara Municipal são obrigados a fornecer a qualquer interessado, no prazo de cinco (05) dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais, se outro não for fixado pelo juiz.

Parágrafo Único - As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário ou Diretor da Administração da Prefeitura, exceto as declaratória de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara Municipal.

SEÇÃO IV

Dos Bens Municipais

SEÇÃO I

Da Administração do Patrimônio Municipal

Art. 134 - Constituem patrimônio do Município seus bens móveis, os imóveis de seu domínio pleno, direito ou útil, e a renda proveniente do exercício das atividades de sua competência e prestação de seus serviços.

Art. 135 - Os bens imóveis do Município não podem ser objetos de doação, nem de utilização gratuita por terceiros, salvo e mediante ato do Prefeito autorizado pela Câmara Municipal, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, entidade competente de sua Administração Pública Indireta ou Sociedade Civil sem fins lucrativos.

Art. 136 - O Município poderá realizar obras, serviços e atividades de interesse comum, mediante convênio com entidades públicas ou particulares, bem como através de consórcios intermunicipais, com o Estado ou a União, utilizando-se dos meios e instrumentos adequados à sua execução.

Art. 137 - Os bens imóveis de domínio Municipal conforme sua destinação, são de uso comum do povo, de uso especial ou dominicais.

Art. 138 - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto aqueles utilizados em seus serviços.

Art. 139 - Todos os bens imóveis municipais deverão ser tombados e os bens móveis cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficarão sob a responsabilidade do Chefe da Secretaria ou Diretoria a que forem distribuídos.

Art. 140 - Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

I. Pela sua natureza;

II. Em relação a cada serviço.

Parágrafo Único - Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial dos bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído obrigatoriamente, o inventário de todos os bens municipais.

Art. 141 - A aquisição de bens pelo Município será realizada, obrigatoriamente, mediante prévia licitação ou tomada de preços, ou concorrência, conforme cada caso, nos termos da legislação federal pertinente.

Art. 142 - A alienação de bens municipais, subordinada à existência do interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá as seguintes normas:

I. Quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação ou permuta;

II. Quando imóveis dependerá de autorização legislativa e de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante justificado pelo Executivo.

Art. 143 - O Município, preferentemente à venda ou doação de seus imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública.

§ 1º - A concorrência poderá ser dispensada, por lei, quando o uso se destinar à concessionária de serviço público, a entidades assistenciais ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2º - A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificações, resultantes de obras públicas, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação. As áreas resultantes de modificações de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições, que sejam aproveitáveis ou não.

Art. 144 - A aquisição de bens municipais, subordinada à existência de interesse público e necessidade justificada, será sempre precedida de avaliação e obedecerá as seguintes normas:

I. Quando imóveis, por compra ou permuta, depende de prévia avaliação e autorização legislativa;

II. Quando móveis, por compra ou permuta, depende de dotação orçamentária própria e, não havendo, dependerá de autorização legislativa.

Art. 145 - É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou largos públicos, salvo pequenos espaços destinados à venda de jornais e revista ou refrigerantes.

Art. 146 - O uso de bens municipais, por terceiros, só poderá ser feito mediante concessão, ou permissão a título precário e por tempo determinado, conforme o interesse público o exigir.

§ 1º - A concessão de uso de bens públicos de uso especial e dominicais dependerá de lei e concorrência e será feita mediante contrato, sob pena de nulidade do ato, ressalvada a hipótese § 1º do artigo 143, desta Lei Orgânica.

§ 2º - A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

§ 3º - A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, a título precário, por ato unilateral do Prefeito, através de Decreto, o qual assumirá as responsabilidades pela destinação dos bens.

Art. 147 - Poderão ser cedidos a particulares para serviços transitórios, maquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízo para os trabalhos do Município e o interessado recolha, previamente, a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.

Art. 148 - A utilização e administração dos bens públicos de uso especial, como mercados, matadouros, estações, recintos de espetáculos e campos de esportes, serão feitas na forma da lei e regulamentos respectivos.

CAPÍTULO V

Das Obras e Serviços Municipais

Art. 149 - Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual, obrigatoriamente, conste:

I. A viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;

II. Os pormenores para a sua execução;

III. Os recursos para o atendimento das respectivas despesas;

IV. Os prazos para o seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação.

§ 1º - Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo casos de extrema urgência, será executada sem prévio orçamento de seu custo.

§ 2º - As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta, e, por terceiros, mediante licitação.

Art. 150 - A permissão de serviço público a título precário, será outorgada por Decreto do Prefeito, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato, precedido de concorrência pública.

§ 1º - Serão nulas de pleno direito as permissões, as concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos, em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º - Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo, aos que os executem, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

§ 3º - O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em conformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4º - As concorrências para a concessão de serviço público deverão ser precedidas de ampla publicidade, em jornais e rádios locais, inclusive em órgãos da imprensa da capital do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.

Art. 151 - As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo-se em vista a justa remuneração.

Art. 152 - Nos serviços, obras e concessões do Município, bem como nas compras e alienações, será adotada a licitação, nos termos da lei.

Art. 153 - O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem assim, através de consórcios, com outros municípios.

CAPÍTULO VI

Da Administração Tributária e Financeira

SEÇÃO I

Dos tributos Municipais

Art. 154 - São tributos municipais os impostos, as taxas e as contribuições de melhorias, decorrentes de obras públicas, instituídos por lei municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas gerais de direito tributário.

ART. 155 - São de competência do Município os impostos sobre:

I - Propriedade Predial e Territorial Urbana;

II - Transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - Vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;

IV - Serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, definidos na lei complementar prevista no artigo 146 da Constituição Federal.

§ 1º - O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos da lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O imposto previsto no inciso II:

I - Não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II - Compete ao Município da situação do bem.

§ 3º - O imposto previsto no inciso III não exclui a incidência do imposto estadual previsto no artigo 155, I, b, da Constituição Federal, sobre a mesma operação.

§ 4º - Cabe à lei complementar:

I - Fixar as alíquotas máximas dos impostos previstos nos incisos III e IV;

II - Excluir da incidência do imposto previsto no inciso IV exportações de serviços para o exterior

§ 5º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos previstos nos incisos III e IV, deste artigo.

Art. 156 - As taxas só poderão ser instituídas por lei, em razão do exercício do Poder de Polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à disposição pelo Município.

Art. 157 - A contribuição de melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 158 - Sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identifica, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Parágrafo Único - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 159 - O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

Art. 160 - A concessão de isenção e de anistia de tributos municipais dependerá de autorização legislativa, aprovada por maioria de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal.

Art. 161 - A remissão de crédito tributário somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública ou notória pobreza do contribuinte, devendo a lei que a autorize ser aprovada por maioria de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal.

Art. 162 - A concessão de isenção, anistia ou moratória não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para sua concessão.

Art. 163 - É de responsabilidade do órgão competente da Prefeitura Municipal a inscrição em dívida ativa dos créditos provenientes de impostos, taxas, contribuição de melhorias e multas de qualquer natureza, decorrentes de infrações à legislação tributária, com prazo de pagamento fixado pela legislação ou por decisão proferida em processo regular de fiscalização.

Art. 164 - Ocorrendo a decadência do direito de constituir o crédito tributário ou a prescrição da ação de cobrá-lo, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

Parágrafo Único - A autoridade Municipal, qualquer que seja seu cargo, emprego ou função, e independentemente do vínculo que possuir com o Município, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição ou decadência ocorrida sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos créditos prescritos ou não lançados.

SEÇÃO II

Dos Preços Públicos

Art. 165 - Para obter o ressarcimento da prestação de serviços de natureza comercial ou industrial ou de sua atuação na organização e exploração de atividades econômicas o Município poderá cobrar preços públicos.

Parágrafo Único - Os preços devidos pela utilização de bens e serviços municipais deverão ser fixados de modo a cobrir os custos dos respectivos serviços a ser reajustados quando se tornarem deficitários.

Art. 166 - Lei Municipal estabelecerá outros critérios para a fixação de preços públicos.

SEÇÃO III

Da Receita e da Despesa

Art. 167 - A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos.

Art. 168 - Pertencem ao Município:

I - O produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados;

III - Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território;

IV - Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e Intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo Único - As parcelas de receita pertencentes ao Município, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - Três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seu território;

II - Até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual.

Art. 169 - A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo Prefeito mediante edição de Decreto, obedecido o disposto na Seção anterior.

Art. 170 - Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura, sem prévia notificação.

§ 1º - Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da legislação federal pertinente.

§ 2º - Do lançamento do tributo cabe recurso ao Prefeito, assegurado para sua interposição o prazo de quinze (15) dias, contados da notificação.

Art. 171 - A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e às normas de direito financeiro.

Art. 172 - Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso disponível e crédito votado pela Câmara Municipal, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.

Art. 173 - Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será executada sem que dela conste a indicação de recurso para atendimento do correspondente cargo.

Art. 174 - As disponibilidades de caixa do Município, de suas autarquias e fundações e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo nos casos previsto em lei.

SEÇÃO IV

Do Orçamento

Art. 175 - A elaboração e execução da lei orçamentária anual e plurianual de investimentos obedecerá às regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, nas normas de Direito Financeiro e nos preceitos desta lei orgânica.

Parágrafo Único - O Poder Executivo publicará, até trinta (30) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 176 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual e ao orçamento anual e os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças à qual caberá:

I - Examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II - Examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais Comissões da Câmara.

§ 1º - As emendas serão apresentadas na Comissão, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas na forma regimental.

§ 2º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem podem ser aprovados caso:

I - Sejam compatíveis com o plano plurianual ;

II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) Dotações para pessoal e seus encargos;

b) Serviço de dívida; ou

III - Sejam relacionados:

a) Com a correção de erros ou omissões; ou

b) Com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes

poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 177 - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - O orçamento fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta;

II - O orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos instituídos pelo Poder Público.

Art. 178 - O Prefeito enviará a Câmara Municipal, no prazo designado na lei complementar federal, a proposta de orçamento anual do Município para o exercício seguinte.

§ 1º - O não cumprimento do disposto no "caput" deste artigo implicará a elaboração pela Câmara Municipal, independentemente do envio da proposta, da competente Lei de Meios, tomando por base a lei orçamentária em vigor.

§ 2º - O Prefeito poderá enviar a mensagem à Câmara Municipal, para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação da parte que deseja alterar.

Art. 179 - A Câmara Municipal não enviando, no prazo consignado na lei federal, o projeto de lei orçamentária à sanção, será promulgada como lei, pelo Prefeito, o projeto originário do Executivo.

Art. 180 - Rejeitado pela Câmara Municipal o projeto de lei orçamentária anual, prevalecerá para o ano seguinte, o orçamento do exercício em cursos, aplicando-lhe a atualização dos valores.

Art. 181 - Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que contrariar o disposto nesta seção, as regras do processo legislativo.

Art. 182 - O Município, para execução de projeto, programas, obras, serviços ou despesas cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, deverá elaborar orçamentos plurianuais de investimentos.

Parágrafo Único - As dotações anuais dos orçamentos plurianuais deverão ser incluídas no orçamento de cada exercício, para utilização do respectivo crédito.

Art. 183 - O orçamento será uno, incorporando-se obrigatoriamente, na receita, todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se, discriminadamente, na despesa, as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços municipais.

Art. 184 - O orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita, nem à fixação da despesa anteriormente autorizada. Não se incluem nesta proibição a:

I - Autorização para abertura de créditos suplementares;

II - Contratação de operadores de crédito ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Art. 185 - São vedados:

I - O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual:

II - A realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - A realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizada mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade preciosa, aprovados pela Câmara Municipal por maioria absoluta.

IV - A vinculação de receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas, ressalvados a repartição do produto de arrecadação dos impostos a que se referem os artigos 158 e 159 da Constituição Federal, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo artigo 236 desta Lei Orgânica e a prestação de garantias às operações de créditos por antecipação de receita, previstas no artigo 184, II desta Lei Orgânica.

V - Abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - A transposição, o remanejamento ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - A concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - A utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no artigo 177 desta Lei Orgânica;

IX - A instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salve se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de utilidade pública.

Art. 186 - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, ser-lhes-ão, obrigatoriamente, entregues até o dia 20 de cada mês.

Art. 187 - As despesas com pessoal ativo e inativo do Município não poderão exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrente, e se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Art. 188 - O projeto de lei orçamentária anual será enviado pelo Prefeito à Câmara até 30 de setembro de cada exercício anterior ao que deverá vigir; e a Câmara deverá remetê-lo ao Prefeito, para sanção até o dia 1º de Dezembro seguinte ao recebimento do projeto.

Parágrafo Único - Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária as demais normas relativas à elaboração legislativa, no que não contrariem o disposto neste capítulo e na seção correspondente ao mesmo, no que for aplicável, da Constituição Federal.

Art. 189 - Nos créditos suplementares ou especiais abertos em favor da Câmara Municipal, o respectivo numerário será posto à disposição desta em parcelas iguais correspondentes ao meses de vigência do crédito, sendo a primeira, obrigatoriamente, até 15 dias após a promulgação da respectiva lei autorizatória.

Art. 190 - Os pagamentos devidos pela Fazenda Municipal, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.

§ 1º - É obrigatória a inclusão, no orçamento de verba necessária ao pagamento dos débitos do Município, constante de precatórios judiciários, apresentados até primeiro de Julho.

§ 2º - As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição municipal competente. E os respectivos pagamentos serão efetuados, segundo as possibilidades de depósito, à vista de precatório expedido pelo Presidente do Tribunal competente, ao qual também caberá, ouvido o chefe do Ministério Público junto ao mesmo, autorizar, a requerimento do credor preterido em seu direito de precedência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito

art. 191 - As receitas e as despesas orçamentárias serão movimentadas através de caixa única, regularmente instituída.

Parágrafo Único - A Câmara Municipal poderá ter a sua própria tesouraria, por onde movimentará os recursos que lhe forem liberados.

Art. 192 - Poderá ser constituído regime de adiantamento em cada uma das unidades da administração direta, nas autarquias, nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e na Câmara Municipal para prover às despesas miúdas de pronto pagamento definidas em lei.

SEÇÃO V

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.

Art. 193 - A fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em lei.

§ 1º - O controle externo da Câmara será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão Estadual a que for atribuída essa incumbência, e compreenderá a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, a acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2º - As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de sessenta (60) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.

§ 3º - Somente por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou órgão Estadual incumbido dessa missão.

§ 4º - As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado, serão prestadas na forma da Legislação Federal e Estadual em vigor, podendo o Município suplementar essas contas nas condições estatuídas na presente lei.

Art. 194 - Os poderes executivo e legislativo manterão, de forma integrada, um sistema de controle interno, apoiado nas informações contábeis, com o objetivo de:

I - Criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesas;

II - Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de Governo Municipal;

III - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas entidades da Administração Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos municipais por entidades de direito privado;

IV - Exercer o controle dos empréstimos e dos financiamentos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.

Art. 195 - até sessenta (60) dias após o início da Seção Legislativa de cada ano, o Prefeito Municipal encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente as contas do Município, que se comporão de:

I - Demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras da administração direta e indireta, inclusive dos fundos especiais e das fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público;

II - Demonstrações contábeis, orçamentárias e financeira consolidadas dos órgãos da administração direta com as dos fundos especiais, das fundações e das autarquias, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal;

III - Demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas das empresas municipais;

IV - Notas explicativas às demonstrações de que trata este artigo;

V - Relatório circunstanciado da gestão dos recursos públicos municipais no exercício demonstrado.

Art. 196 - São sujeitos à tomada ou à prestação de contas os agentes da administração municipal responsável por bens e valores pertencentes ou confiados à Fazenda Pública Municipal.

§ 1º - O tesoureiro do Município, ou servidor que exerça a função, fica obrigado à apresentação do boletim diário de tesouraria, que será afixado em local próprio na sede da Prefeitura Municipal.

§ 2º - Os demais agentes municipais apresentarão, obrigatoriamente, as suas respectivas prestações de contas até o dia quinze (15) do mês subsequente àquele em que o valor tenha sido recebido.

Art. 197 - As contas do Município ficarão durante sessenta (60) dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

Parágrafo Único - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

TÍTULO IV

Da Ordem Econômica e Social

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 198 - O Município, dentro de sua competência, organizará a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade.

Art. 199 - A intervenção do Município, no domínio econômico, terá por objetivo estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e solidariedade sociais.

Art. 200 - O trabalho é obrigação social, garantindo a todos o direito ao emprego e à justa remuneração, que proporcione a existência digna na família e na sociedade.

Art. 201 - O município considerará o capital não apenas como instrumento produtor de lucro, mas também como meio de expansão econômica e de bem-estar. Coletivo.

Art. 202 - O município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde e bem-estar social.

Parágrafo Único - São isentas de impostos as respectivas cooperativas.

Art. 203 - O município manterá órgãos especializados, incumbidos de exercer ampla fiscalização dos serviços públicos por ele concedidos e da revisão de suas tarifas.

Parágrafo Único - A fiscalização de que trata este artigo, compreende o exame contábil e as perícias necessárias à apuração das inversões de capital e dos lucros auferidos pelas empresas concessionárias..

Art. 204 - O município dispensará à microempresa e à empresa de pequeno porte, assim definidos em lei federal, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, providenciarias e creditícias ou pela eliminação ou redução destas, por meio de lei.

CAPÍTULO II

Da Previdência e Assistência Social

Art. 205 - O Município, dentro de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que visem a este objetivo.

§ 1º - Caberá ao Município promover e executar as obras que, por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado.

§ 2º - O plano de assistência social do município nos termos que a lei estabelecer, terá por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social e a recuperação dos elementos desajustados, visando a um desenvolvimento social harmônico, consoante previsto no artigo 203 da Constituição Federal.

Art. 206 - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da Sociedade, assegurada mediante políticos sociais, econômicas, ambientais e assistenciais, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

§ 1º - O Município é responsável solidariamente com os Poderes Públicos para orientar a seguridade social, em seu território, de acordo, com os objetivos estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual e nesta Lei Orgânica.

§ 2º - A seguridade social será financiada nos termos do artigo 195 da Constituição Federal.

§ 3º - O Município, inclusive por convênio, assegurará aos servidores e aos seus agentes políticos, sistema próprio de seguridade social, podendo cobrar-lhes contribuições.

§ 4º - O sistema municipal de seguridade social será gerido com a participação dos trabalhadores contribuintes, na forma da lei.

Art. 207 - Compete ao Município suplementar, se for o caso, os planos de previdência social, estabelecidos na lei federal.

Art. 208 - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social e tem por objetivo:

I - a proteção à família, à maternidade, a infância e à velhice;

II - o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

III - garantir a todo cidadão o acesso ao mercado de trabalho;

IV - assegurar o exercício dos direitos da mulher, através de programas sociais voltados para as suas necessidades específicas, nas várias etapas evolutivas;

V - a proteção de assistência aos diversos segmentos excluídos do processo de desenvolvimento sócio-econômico;

VI - a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

VII - ao trabalhador adolescente devem ser assegurados os seguintes direitos especiais:

a) - acesso a escola em turno compatível com seus interesses, atendidos as peculiaridades locais;

b) - horário especial de trabalho compatível com à freqüência à escola.

Art. 209 - O Município assegurará às pessoas portadoras de deficiências, instrumentos para inserção na vida econômica e social para o desenvolvimento de suas potencialidades, especialmente:

I - o direito à assistência desde o nascimento, à educação de primeiro grau, gratuita e sem limites de idade;

II - o direito a habilitação e a reabilitação com todos os equipamentos necessários;

III - a permissão para a construção de novos edifícios públicos, de particulares, de freqüência aberta ao público e logradouros públicos, que possuem condições de pleno acesso a todas as suas dependências para os portadores de deficiências físicas, assegurando essas mesmas modificações nos demais estabelecimentos e logradouros dessa natureza já construídas;

IV - a permissão para a entrada em circulação de novos ônibus apenas quando estes estiverem adaptados para o livre acesso e circulação das pessoas portadoras de deficiência física, motora;

V - garantindo a formação de recursos humanos em todos os níveis, especializados no tratamento, na assistência e na educação dos portadores de deficiência;

IV - garantindo o direito à informação e à comunicação, considerando-se as adaptações necessárias;

VII - criando programas de prevenção e atendimento especializado aos portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como a de integração social do adolescente portador de deficiência mediante treinamento para o trabalho e convicência e a fiscalização do acesso aos bens e serviços coletivos, com eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

Art. 210 - O Município deverá juntamente com o Estado assumir, prioritariamente, o amparo e a proteção às crianças e os jovens em situação de risco e os programas devem atender as características culturais e sócio-econômicas locais.

Art. 211 - O Município e o Estado, prestarão em regime de convênios, apoio técnicos - financeiro a todas as entidades beneficentes e de assistência que executarem programas sócio - educativos destinados às crianças e aos adolescentes carentes, na forma da lei.

CAPÍTULO III

Da Saúde

Art. 213 - A saúde é direito de todos e dever do Município, solidariamente com os Poderes Públicos, assegurada mediante políticos sociais, econômicas e ambientais que visem á eliminação de risco de doença e outros agraves e ao aceso universal às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo Único - Entende-se como saúde a resultantes das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde.

Art. 214 - As ações e serviços de saúde do Município são de natureza pública, cabendo aos Poderes Públicos disporem, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle de serviços públicos e supletivamente, através de serviços de terceiros, contratos ou convencionados com estes.

Art. 215 - As ações e os serviços de saúde integram uma rede regionalizada, constituindo-se em um sistema de saúde, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera do governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

Art. 216 - O sistema Único de Saúde será financiado na forma do parágrafo único do artigo 198 da constituição federal e pelo que for estabelecido no código de Saúde.

Art. 217 - No nível municipal, o sistema Único de Saúde é integrado por:

I - todas instituições públicas federais, estaduais e municipais de prestação de serviços e ações aos indivíduos e `s coletividades, de promoção, proteção, recuperação e reabilitação de saúde;

II - todas as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade na área de saúde, pesquisa, produção de insumos e equipamentos para a saúde, desenvolvimento de recursos humanos em saúde e os hemocentros;

III - todos os serviços privados de saúde, exercidos por pessoa física ou jurídica;

IV - pelo Conselho Municipal de Saúde.

§ 1º - Os serviços referidos nos incisos I e II deste artigo constituem um rede integrada.

§ 2º - A decisão sobre a contratação ou Convênio de serviços privados cabe aos Conselhos Municipais de Saúde, quando o serviço for de abrangência municipal.

Art. 218 - O Sistema Único de Saúde terá Conselhos de Saúde Municipais, como instâncias deliberativas.

Parágrafo Único - Os Conselhos de Saúde, composto paritariamente por um terço de entidades representativas de usuários, um terço de representantes de trabalhadores do setor da saúde e um terço de representantes de prestadores de serviços de saúde de saúde, serão regulamentos pelo Código de Saúde.

Art. 219 - Compete aos Conselhos de Saúde:

I - propor a política de saúde elaborada por conferência de saúde, convocada pelo respectivo Conselho;

II - propor, anualmente, com base nas políticas de saúde, o orçamento do Sistema Único de Saúde, no nível respectivo;

III - deliberar sobre questões de coordenação, gestão, normatização e acompanhamento das ações e serviços de saúde.

Art. 220 - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Parágrafo Único - São vedados quaisquer incentivos fiscais e a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 221 - Compete ao Sistema Único de Saúde:

I - organizar e manter, com base no perfil Epidemiológico do Município, uma rede de serviços de saúde com capacidade de atuação em promoção de saúde, prevenção da doença, diagnósticos, tratamento e reabilitação dos doentes;

II - garantir total cobertura assistencial à saúde, mediante a expansão da rede pública com serviços próprios dos órgãos do setor público, preservadas as condições de qualidade e acessibilidade nos vários níveis;

III - organizar e manter registro sistemático de informações de saúde e vigilância sanitária, ambiental, da saúde do trabalhador, epidemiológica, visando ao conhecimento dos fatores de riscos da saúde da coletividade;

IV - abastecer a rede pública de saúde, fornecimento, repondo, mantendo os insumos e equipamentos necessários aos seus funcionamento;

V - desenvolver a produção de medicamentos, vacinas, soros e equipamentos estratégicos para a autonomia tecnológica e produtiva;

VI - organizar a atenção odontológica, prioritariamente, para crianças de seis a quatorze anos de idade, visando a prevenção de cárie dentária;

VII - estabelecer normas mínimas de engenharia sanitária, para a edificação de estabelecimentos de saúde de qualquer natureza;

VIII - estabelecer normas mínimas de vigilância e fiscalização de estabelecimentos de saúde de qualquer natureza em todo o Estado.

Art. 222 - O Município promoverá:

I - formação de consciência sanitária individual nas primeiras idades, através do ensino primário;

II - serviços hospitalares e dispensários, cooperando com a União e o Estado, bem como com as iniciativas particulares e filantrópicas, na forma estabelecida no artigo anterior;

III - combate às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

IV - combate ao uso do tóxico;

V - serviço de assistência à maternidade e à infância;

VI - serviço e atendimento médico, adontológico e laboratorial nas comunidades rurais.

Parágrafo Único - Compete ao Município suplementar, se necessário, a legislação federal e a estadual que disponham sobre a regulamentação, fiscalização e controle das ações e serviços de saúde, que constituem um sistema único.

Art. 223 - A inspeção médica, nos estabelecimentos de ensino municipal terá caráter obrigatório.

Parágrafo Único - Constituirá exigência indispensável a apresentação, no ato de matrícula, de atestado de vacina contra moléstia infecto-contagiosas.

Art. 224 - O Município cuidará do desenvolvimento das obras e serviços ao saneamento e urbanismo, com a assistência da União e do Estado, sob as condições estabelecidas na Lei Complementar Federal.

Art. 225 - A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Político nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

CAPÍTULO IV

Da Família, da Educação, da Cultura e do Desporto

Art. 226 - O município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.

§ 1º - Serão proporcionadas aos interessados todas as facilidades para celebração do casamento.

§ 2º - A lei disporá sobre a assistência aos idosos, à maternidade e aos excepcionais.

§ 3º - Para execução do previsto neste artigo, serão adotados, entre outras, as seguintes medidas:

I - amparo às famílias numerosas e sem recursos;

II - ação conta os males que são instrumentos da dissolução da família;

III - estímulo aos pais e as organizações sociais para formação moral, cívica, física e intelectual da juventude;

IV - colaboração com as entidades assistenciais que visem à proteção e educação da criança;

V - amparo às pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar garantido-lhe o direito a vida;

VI - colaboração com a União, com o Estado e com outros Municípios para a solução do problema dos menores desamparados ou desajustados, através de processos adequados de permanentes recuperação.

Art. 227 - O Município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, observado o disposto na Constituição Federal.

§ 1º - Ao Município compete suplementar, quando necessário, a legislação federal e a estadual dispondo sobre a cultura.

§ 2º - A Lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas e alta significação para o município.

§ **3º -** A administração municipal cabe, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 4º - Ao Município cumpre proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

Art. 228 - O dever do Município com a educação será efetuado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para o que a ele não tiverem acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 (zero) a 06 (seis) anos de idade;

V - acesso aos níveis da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado as condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência a saúde.

§ 1º - o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, acionável mediante mandado de injunção.

§ 2º - o não oferecimento de ensino obrigatório pelo município, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - compete ao Poder Público recensear os educandos do ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência a escola.

Art. 229 - O Sistema de Ensino Municipal assegurará aos alunos necessitados condições de eficiências escolares.

Art. 230 - O Ensino oficial do Município será gratuito de todos os graus e atuará prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituem disciplina dos horários das escolas oficiais do município e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestado por ele se for capaz, ou por seu representante legal ou responsável.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa.

§ 3º - O Município orientará e estimulará, por todos os meios, a educação física, que será obrigatória nos estabelecimentos municipais de ensino e nos particulares que recebam auxílio do Município.

Art. 231 - O ensino é livre a iniciativa privada, atendidas, as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais de educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade que nos órgãos competentes;

Art. 232 - Os recursos do Município serão destinados as escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei federal, que:

I - comprove finalidade não - lucrativas e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Município no caso de encerramento de suas atividades.

Parágrafo Único - Os recursos de que trata este artigo serão destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiências de recursos, quando houver faltas de vagas e recursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, fincando o Município obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

Art. 233 - O Município auxiliará, pelos meios ao seu alcance as organizações beneficentes, culturais e amadorísticas, nos termos da lei, sendo que as amadorísticas e as colegionais terão prioridades no uso de estágio, campos em instalações de propriedades do município.

Art. 234 - O Município manterá a valorização dos profissionais de ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira par magistério público, com piso salarial profissional, jornada de trabalho, no máximo, 40 (quarenta) horas, sendo metade destinada a planejamento e estudos extra-classe e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pelo município.

Parágrafo Único - O trabalho será princípio educativo em todos os níveis e sistema de ensino.

Art. 235 - A Lei regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 236 - O Município aplicará, anualmente 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 237 - É da competência comum da União, do Estado e do Município proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência.

Art. 238 - É dever do Município fomentar práticas desportivas, formais e não formais, como direito de cada um observados;

I - a autonomia das entidades desportivas, dirigentes de associações, quanto á sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos humanos, financeiros e materiais para a promoção de desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto amador;

III - é vedado ao Município o critério de despesas para o desporto profissional.

Art. 239 - A ação do Poder Público Municipal e a destinação de recursos para o Setor, dará prioridade;

I - o esporte amador e educacional;

II - lazer popular;

III - a criação e manutenção de instalação, moradia popular e nas unidades educacionais, exigindo igual participação de iniciativa privada.

Parágrafo Único - Caberá ao Município, juntamente com o Estado, estabelecer e desenvolver planos e programas de construção e manutenção de equipamentos esportivos comunitários e escolares com alternativas de utilização para os portadores de deficiência física.

Art. 240 - A promoção, o apoio e o incentivo aos esportes e ao lazer serão garantidos mediante:

I - o incentivo e a pesquisa no campo da educação física e do lazer social;

II - programas de construção, preservação e manutenção de áreas para a prática esportiva e o lazer comunitário;

III - provimento, por profissionais habilitados na área específica, dos cargas atinentes à educação físicas e ao esporte, tanto nas instituições públicas como nas privadas.

Art. 241 - O Poder Público garantirá aos portadores de deficiência o atendimento especializado para a prática desportiva, sobretudo no âmbito escolar.

TÍTULO V

Dos Recursos Naturais

CAPÍTULO I

Do Meio Ambiente

Art. 242 - Todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente, equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incube ao Poder Público Municipal:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistema;

II - preservar a diversidade e a integridade de patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação do material genético;

III - definir espaço territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através da lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos tributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obras em atividade potencialmente causadora de significativa degradação do Meio Ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, aqui se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substancias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o Meio Ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino através das disciplinas que disponham de instrumental o conteúdo para estudos ambientais, para conscientização pública na preservação do Meio Ambiente;

VII - protegera fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

VIII - incentivar, pelos meios adequados os reflorestamento e recuperação de áreas ambientais degradadas;

IX - combater a poluição e erosão, fiscalizando as atividades degradadoras;

X - definir espaços territoriais e seus componentes, a serem especialmente projetados pela criação de unidades de preservação ambiental e tomamento dos bens de valor cultural.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais ficam obrigado a recuperar o Meio Ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao Meio Ambiente sujeitaram os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, com aplicação de multas diárias e progressivas no caso de continuidade ou reincidências, na forma do artigo 298, da Constituição Estadual.

Art. 243 - A licença ambiental para instalação de equipamentos nucleares somente será outorgada mediante consulta popular.

Parágrafo Único - Os equipamentos nucleares destinados as atividades de pesquisa ou terapêuticas terão seus critérios de instalação e funcionamento definidos em lei.

Art. 244 - As pessoas físicas, jurídicas, públicas ou privadas, que exercem atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que possam causar danos ambientais, são obrigadas a:

I - responsabilizar-se pelo coleta e tratamento dos resíduos e poluentes por elas gerados;

II - auto-monitorar suas atividades de acordo com o requerido pelo órgão ambiental competente, sob pena de suspensão do licenciamento.

Art. 245 - Se o município tiver ou vier a ter parte de seu território integrando unidade de conservação ambiental será assegurado, na forma da lei, especial tratamento quanto ao crédito das parcelas de receita referidas no artigo 158, IV da Constituição Federal.

Art. 246 - O Município conjuntamente com o Estado exercerá o Poder de Polícia com reciprocidade de informações e colaboração efetiva, impedindo toda atividade que possam degradar o Meio Ambiente e exigir estudo prévio de impacto ambiental para licenciar aquelas que potencialmente possam causar risco ou prejuízo ambiental ou a qualidade de vida.

Art. 247 - São indisponíveis as terras públicas patrimonial ou devolutas, necessárias a proteção dos ecossistemas naturais, devendo ter destinação exclusiva para esse fim.

CAPÍTULO II

Dos Recursos Hídricos

Art. 248 - A administração pública manterá atualizado Plano Municipal de Recursos Hídricos e instituirá, por lei, sistema de gestão dos recursos financeiros e mecanismos institucionais necessários para garantir:

I - a utilização racional e armazenamento das águas, superficiais e subterrâneas;

II - o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos e o roteiro das respectivas obras, na forma da lei;

III - a proteção das águas contra os regimes que possam comprometer o seu uso, atual ou futuro;

IV - a defesa contra os eventos críticos, que oferecem riscos à saúde, à segurança pública e prejuízos econômicos ou sociais.

Art. 249 - A gestão dos recursos hídricos deverá:

I - propiciar o uso múltiplo das águas e reduzir seus efeitos adversos;

II - ser descentralizada, participativa e integrada em relação aos demais recursos hídricos naturais;

III - adotar a bacia hidrográfica como fonte potencial de abastecimento e considerar o ciclo hidrológico, em todas suas fases.

Art. 250 - As diretrizes da Política Municipal de Recursos Hídricos serão estabelecidas por lei.

Art. 251 - O Município celebrará convênios com o Estado para a gestão, por estes, das águas de interesses exclusivamente local, condicionada às políticas e diretrizes estabelecidas a nível de planos estaduais de bacias hidrográficas, em cuja elaboração participará a municipalidade.

Art. 252 - No aproveitamento das águas superficiais e subterrâneas, será considerado prioritário o abastecimento das populações.

Art. 253 - A vegetação das áreas das águas marginais dos cursos d ‘águas, nascentes, margens de lagos e topos de morro numa extensão que será definida em lei, respeitadas as normas da legislação federal, é considerada de preservação permanente, sendo obrigatória a recomposição onde for necessário.

Art. 254 - Constará do Plano Diretor disposições relativas ao uso, à conservação, à proteção e ao controle dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, no sentido:

I - de serem obrigatórios a conservação e proteção da águas, das áreas de preservação para abastecimento das populações, inclusive através da implantação de metas ciliares;

II - de fazer o zoneamento das áreas inundáveis com restrições à edificação em áreas sujeitas a inundações, frequentar e evitar maior velocidade de escoamento a montante por retenção superficial para evitar inundações;

III - da implantação de sistemas de alerta da defesa civil, par garantir a segurança e a saúde pública, quando de eventos hidrológicos indesejáveis;

IV - da implantação dos programas permanentes visando á racionalização do uso das águas para abastecimento público industrial, e para irrigação.

Art. 255 - O Município e o Estado estabelecerão programas conjuntos, visando o tratamento de despejos urbanos e industriais e de resíduos sólidos, de proteção de utilização racional das águas, assim como de combate as inundações e a erosão.

Art. 256 - A irrigação deverá ser desenvolvida após a instalação da Política de Recursos Hídricos e energéticos e dos programas par a conservação e das águas.

Art. 257 - O Município poderá ser consorciar com outro município objetivando a solução de problemas comuns relativos ao saneamento básico e a preservação dos recursos hídricos.

Art. 258 - As empresas que utilizam recursos hídricos ficam obrigadas a restaurar e a manter numa faixa marginal de 100 (cem) metros dos reservatórios, os ecossistemas naturais.

Art. 259 - o Município aplicará 5 (cinco por cento) do que investir em obras de recursos hídricos, no estudo de controle de poluição das águas, de preservação de inundações, do assoreamento e recuperação das áreas degradas.

TÍTULO VI

Dos Planos de Desenvolvimento

CAPÍTULO I

Da Política Urbana

SESSÃO I

Das Disposições Gerais

Art. 260 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

§ 1º - O Plano Diretor aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbano.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende ás exigências fundamentais de ordenação de cidade, expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 261 - O direito à propriedade é inerente á natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social.

Parágrafo Único - O Município poderá, mediante lei específica, para área incluída no Plano Diretor, exigir, nos termos da Lei Federal do proprietário do solo urbano não edificada, subtilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsória;

II - imposto sobre propriedade predial e territorial urbano progressiva no tempo; e

III - desapropriação, na forma da Constituição Federal.

Art. 262 - São isentos de tributos os veículos de tração animal e os demais instrumentos de trabalho do pequeno agricultor, empregados nos serviços da própria lavoura ou no transporte de seus produtos.

Art. 263 - Aqueles que possuírem como sua área urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-se para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

Art. 264 - No estabelecimento de normas e diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano, o Município assegurará:

I - Política de uso e ocupação do solo que garanta:

a) Controle da expansão urbana;

b) Controle de vazios urbanos;

c) Manutenção de características do ambiente natural;

d) Estudos permanentes do meio ambiente urbano, objetivando o monitoramento da qualidade de vida urbana;

II - Organização das vilas e sedes distritais;

III - A urbanização, a regularização fundiária e os atendimentos aos problemas decorrentes de áreas ocupadas por população de baixa renda;

IV - IV - criação de área de especial interesse social, ambiente, turístico ou de utilização pública;

V - Participação de entidades comunitárias na elaboração de planos, programas e projetos e no encaminhamento de soluções para os problemas urbanos;

VI - Eliminação de obstáculos arquitetônicos às pessoas portadoras de deficiência física;

VII - Integração, racionalização e otimização da infra-estrutura urbana-regional básica;

VIII - Melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 265 - A política urbana consubstanciando as funções sociais da cidade, visará ao acesso de todo o cidadão à moradia, ao transporte público, ao saneamento, à energia elétrica, à iluminação pública, à comunicação, à educação, à saúde, ao lazer, ao abastecimento e à segurança, assim à preservação ambiental e cultural.

Art. 266 - Para assegurar as funções sociais da cidade e da propriedade, o Poder Público poderá utilizar os seguintes instrumentos:

I - Tributários financeiros:

a) Imposto predial e territorial urbano progressivo e diferenciado por zonas ou outros critérios de ocupação e uso do solo;

b) Taxas e tarifas diferenciadas por zonas, segundo os serviços públicos oferecidos;

c) Contribuição de melhoria;

d) Incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

II - institutos jurídicos, tais como:

a) Discriminação de terras públicas;

b) Desapropriação na forma da Constituição Federal;

c) Parcelamento ou edificação compulsórios;

d) Servidões administrativas;

e) Restrição administrativa;

f) Tombamento de imóveis e/ou áreas de ou proteção ambiental;

g) Declaração de áreas de preservação ou proteção ambiental;

h) Cessão ou concessão de uso.

§ 1º - As terras públicas não utilizadas ou sub-utilizadas, serão prioritariamente destinadas a assentamentos urbanos de população de baixa renda obedecendo s diretrizes fixadas no Plano Diretor.

§ 2º - As propriedades particulares que estejam ou estiverem em completo abandono e em desacordo com as normas de limpeza instituídas pelo Poder público, se sujeitarão à adequada limpeza efetuada pelos serviços públicos, o qual cobrará as despesas do proprietário, juntamente com o imposto predial e territorial urbano (I.P.T.U).

Art. 267 - No processo de uso e ocupação do território municipal serão reconhecidos os caminhos e servidões como logradouros de uso da população.

Art. 268 - O Município deverá instituir um Plano Diretor, através de lei, que será o instrumentos basco da política de desenvolvimento e expansão urbana, bem como espessara as exigências de ordenação da cidade.

§ 1º - O Plano Diretor á a parte integrante de um processo contínuo de planejamento a ser conduzido pela Prefeitura Municipal, abrangendo a totalidade do território do Município e contendo diretrizes de uso e ocupação do solo, zoneamento, índice urbanístico, área de interesse especial e social, diretrizes econômico-financeiras e administrativas.

§ 2º - É atribuído exclusivamente à Prefeitura Municipal, através de seu órgão técnico, a elaboração do Plano Diretor e a condução de sua posterior implementação, podendo, solicitar assistência técnica do Estado, quando não possuir quadro técnico especializado para elaboração de seu Plano Diretor.

§ 3º - É garantida a participação popular através de entidades representativas da comunidade, nas fases de elaboração e implementação do Plano Diretor, em Conselho Municipal deliberativo, a ser definido em lei, inclusive através da iniciativa popular de projetos de leis.

Art. 269 - Através de lei específica o Município instituirá critérios e os requisitos mínimos para a definição e a delimitação de área urbana, diretrizes gerais, normas de parcelamento do solo urbano situados no território municipal, respeitando para o parcelamento os dispositivos de lei estadual.

SEÇÃO II

Da Habitação e do Saneamento

Art. 270 - O Município se incumbe de promover e executar programas de construção de moradias populares e garantir condições habitacionais e infra-estrutura urbana em geral as de saneamento básico e transporte, assegurando-se sempre um nível compatível com a dignidade da pessoa humana.

Parágrafo Único - O Poder Público Municipal dará à criação de cooperativas e outras formas de organização que tenham por objetivo a realização de programas de habitação popular.

Art. 271 - A lei estabelecerá a Política municipal de Habitação e Saneamento, que se deverá prever a articulação e integração das ações do Poder Público e a participação das comunidades organizadas, através de suas entidades representativas, bem como os instrumentos institucionais e financeiros de sua execução.

§ 1º - A distribuição de recursos públicos assegurará a prioridade ao atendimento das necessidades sociais, nos termos da política municipal de habitação e saneamento, e será prevista no Plano Plurianual de Investimentos do Município e no Orçamento Municipal, o qual destinará recursos específicos para programas de habitação de interesse social e saneamento básico.

§ 2º - As medidas de saneamento serão estabelecidas de forma integrada com as demais atividades da Administração Pública, visando a assegurar a ordenação especial das atividades públicas e privadas para a utilização racional de água, solo e do ar, de modo compatível com os objetivos de preservação e melhoria da qualidade da saúde pública e do meio ambiente.

§ 3º - Deverão ser instituídos sistemas de funcionamento habitacional diferenciados para atender à demanda dos segmentos menos favorecidos da população.

§ 4º - O Município apoiará e estimulará a pesquisa que vise à melhoria das condições habitacionais.

Art. 272 - O Município, com a colaboração da sociedade, promoverá e executará programas de interesse social que visem prioritariamente, à:

I - Regularização fundiária;

II - Dotação de infra-estrutura básica e de equipamentos sociais;

III - Solução do “déficit” habitacional e dos problemas da sub-habitação.

Art. 273 - O Conselho Municipal de Habitação com caráter deliberativo, com representação do Poder Público dos representantes dos mutuários, dos inquilinos, da indústria, da construção das entidades afins, inclusive dos movimentos de luta pela moradia, será regulamentado por lei.

CAPÍTULO II

Dos Transportes

Art. 274 - Os sistemas viários e os meios de transportes, subordinar-se-ão à preservação da vida humana, à segurança e ao conforto dos cidadãos, à defesa da ecologia e do patrimônio arquitetônico e paisagístico e as diretrizes de uso do solo.

Art. 275 - São isentos de pagamentos de tarifas nos transportes coletivos urbanos:

I - Pessoas maiores de sessenta e cinco anos de idade, mediante apresentação de documento oficial de identificação;

II - Pessoas de qualquer idade, portadoras de deficiência física, sensorial ou mental com reconhecida dificuldade de locomoção e seu acompanhante.

Art. 276 Compete ao Município, com a participação das entidades representativas da população, o planejamento do transporte.

§ 1º - O Poder executivo municipal definirá, sendo os critérios do Plano Diretor, percurso, fluxo e tarifa transporte coletivo local.

§ 2º - A execução do Sistema será feita de forma direta, ou por concessão, nos termos da lei municipal.

Art. 277 - O transporte sob a responsabilidade do Estado, localizado no meio urbano deve ser planejado e operado com o respectivo Plano Diretor.

Parágrafo Único - O Planejamento e as condições de operação dos serviços de transporte com itinerários intermunicipais são de responsabilidade do estado e dos Municípios envolvidos em cada caso, que poderão conveniar-se para o exercício desta competência, na forma da lei.

Art. 278 - As áreas contíguas, as estradas terão tratamento específico através de disposições urbanísticas defesa, da segurança dos cidadãos e do patrimônio paisagístico e arquitetônico das cidades.

§ 1º - Fica a Prefeitura Municipal através de secretaria competente, obrigada, a implantar nas áreas contíguas às estradas e nas áreas de maior fluxo de trânsito, sonorizadores e obstáculos de redução de velocidade, devendo tais obstáculos nunca ultrapassar a altura de 10 (dez) centímetros.

§ 2º - Fica também a Prefeitura, através de sua secretaria obrigada, a implantar placas de sinalização de trânsito no sistema viário municipal, inclusive nas ruas e avenidas, definindo o sentido obrigatório do tráfego.

Art. 279 - O transporte coletivo de passageiros rodoviários e urbanos realizado no Município, é um serviço de caráter essencial, e de sua responsabilidade, incluindo-se também o transporte individual de passageiros.

§ 1º - O Poder público estabelecerá as seguintes condições para a execução dos serviços:

a) Valor da tarifa;

b) Freqüência;

c) Tipo de veículo;

d) Itinerário;

e) Padrões de segurança e manutenção;

f) Formas de proteção relativas á poluição sonora e atmosférica;

g) Normas relativas ao conforto e à saúde dos passageiros e operares de veículos.

§ 2º - As concessões mencionadas no "caput" deste artigo somente serão renovadas se atendidas as condições estabelecidas no parágrafo anterior.

§ 3º - As informações referentes às condições mínimas mencionadas nos parágrafos 1º e 2º, serão acessíveis à consulta pública.

§ 4º - A regra geral para adjudicação dos serviços de exploração do transporte coletivo é a licitação pública.

CAPÍTULO III

Da Política Agrícola

Art. 280 - As terras e outros bens públicos do Município não poderão ser locados ou arrendadas, salvo mediante autorização legislativa.

Art. 281 - Os proprietários rurais que tiverem suas terras valorizadas por projeto do Poder Público, pagarão a correspondente contribuição de melhoria, cumprindo o disposto no artigo 145, III e § 1º, da Constituição Federal.

Art. 282 - Os agricultores que tiverem suas terras atingidas pela execução de projetos do Poder Público Municipal, como parques ecológicos, vias de transportes ou barragens, serão indenizados mediante a outorga definitiva de imóvel de características e valor equivalente, ou em dinheiro, se o preferirem, no valor do mercado imobiliário regional, com o pagamento no ato da escritura de transferência, ou até dois anos após o início das obras.

Art. 283 - A todo proprietário, cujo prédio não seja adjacente a águas públicas, cabe o direito de uso das mesmas para abastecimento de suas moradias ou para fins agrícolas, ficando os proprietários das áreas intermediárias obrigados a dar servidão de passagem aos respectivos encanamentos ou canais.

Art. 284 - Se houver interesse social, o Município poderá mediante prévia indenização em dinheiro, promover desapropriação para o fim de fomentar a produção agropecuária, e organizar o abastecimento alimentar.

Art. 285 - Nos limites de sua competência o Município colaborará na execução do Plano Nacional de Reforma Agrária com os meios instrumentos e recursos de seu alcance.

Art. 286 - Observados os limites de sua competência, o Município planejará, através de lei específica, sua própria política agrícola, em que serão atendidas as peculiaridades da agricultura regional ou municipal.

§ 1º - Será assegurada a participação de produtores rurais, de trabalhadores rurais, de engenheiros agrônomos e florestais, de técnicos agrícolas, de médicos veterinários e zootecnistas, representados por associações de classe, na elaboração do planejamento e execução da Política Agrícola do Município.

§ 2º - Incluem-se no planejamento da Política Agrícola, as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras, florestais e sociais.

§ 3º - Serão compatibilizadas as ações de Política Agrícola, do Meio Ambiente.

Art. 287 - Na formulação da Política Agrícola serão levada em conta, especialmente:

I - Os instrumentos creditícios e fiscais;

II - A política de preços e custos da produção, e comercialização, armazenagem e estoques reguladores;

III - O incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV - A assistência técnica e extensão rural;

V - O cooperativismo, o sindicalismo ou o associativismo;

VI - A habilitação, educação e saúde para o trabalhador rural;

VII - A pesquisa agropecuária e a proteção do Meio Ambiente;

VIII - A recuperação, proteção e a exploração dos recursos naturais;

IX - A formação profissional e educação rural;

X - O apoio à agroindústria;

XI - A desenvolver a propriedade em todas as suas potencialidades a partir do zoneamento agro-ecológico;

XII - A eletrificação rural e irrigação;

XIII - o incentivo à produção de alimentos de consumo interno;

XIV - a classificação de produtos e sub-produtos de origem vegetal e animal;

XV - a diversificação e rotação de culturas;

XVI - áreas que cumprem a função social da propriedade.

Art. 288 - O Conselho de Desenvolvimento Agrícola do Município, com caráter normativo-deliberativo, com representação do Poder Público, dos produtores rurais, dos trabalhadores rurais e das entidades afins do sistema cooperativista, será regulamentado em lei municipal.

Art. 289 - A lei orçamentária do Município fixará, anualmente, as metas físicas a serem atingidas pela Política Agropecuária, alocando os recursos necessários à sua execução.

Art. 290 - Compete ao Município através de ações e de dotação específica, prevista na lei orçamentária anual e/ou Plurianual, garantir:

I - Geração, difusão e apoio à implantação de tecnologias adaptadas às condições do Município, sobretudo da pequena produção, através de seus órgãos de assist6encia técnica e extensão rural, pesquisa e fomento agrícola;

II - Mecanismos de proteção e recuperação dos solos agrícolas;

III - Construção e manutenção de infra-estrutura física e social que viabilize a produção agrícola e crie condições de permanência do homem do campo, tal como eletrificação, estradas, irrigação, drenagem, habitação, saúde, lazer, educação e ao desporto.

Art. 291 - No âmbito de sua competência o Município, através de órgão especial controlará e fiscalizará a produção, a comercialização, o uso, o transporte e a propaganda de agrotóxicos e biocidas em geral, visando à preservação do meio ambiente e à saúde dos trabalhadores rurais e consumidores.

Art. 292 - Compete ao Poder Legislativo promover a avaliação periódica dos resultados e abrangência social dos programas de apoio à produção agropecuária e de reforma agrária favorecidos com recursos públicos.

Art. 293 - As águas públicas destinadas e utilizadas para qualquer fim, será regulamentada pelo Código de Águas.

Art. 294 - O exercício da atividade de extensão ou exploração florestal do Município, fica condicionado à observação das normas da legislação federal pertinente, sendo vedada a saída de madeiras em toras.

Parágrafo Único - A vedação a que se refere este artigo, aplica-se também ao pescado “in natura”, na forma da lei.

Art. 295 - O Município, em consonância com o Estado e a União definirá, nos termos da lei, política para o setor florestal, nos termos da lei, política para o setor florestal, priorizando a utilização dos seus recursos, observado as normas de preservação e conservação dos mesmos.

Art. 296 - Poderá também o Município fazendas coletivas ou hortas comunitárias, orientadas ou administradas pelo Poder Público, destinadas à horticultura para abastecimento municipal e à formação de elementos aptos às atividades agrícolas.

Art. 297 - A política de desenvolvimento rural do Município, será integrada com a organização do sistema de assist6encia técnica e extensão rural oficial a nível de Estado e da União.

Art. 298 - A assistência técnica e extensão rural de que trata o “caput” do artigo anterior, será mantida com recursos financeiros municipais, salvo os recursos humanos que são mantidos pelo Estado, de forma complementar aos recursos estadual e federal.

Parágrafo Único - Os recursos de que trata o “caput” deste artigo, fará parte do orçamento anual do Município.

CAPÍTULO IV

Da Política Industrial e Comercial

Art. 299 - O Município, através de lei, elaborará sua Política Industrial e Comercial.

Art. 300 - O Município concederá especial proteção às microempresas, como tais definidas em lei, receberão tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação, preservação e desenvolvimento, através da eliminação, redução ou simplificação, conforme o caso, de suas obrigações administrativas e tributárias nos termos da lei.

Parágrafo Único - O Município apoiará e incentivará, também, as empresas produtoras de bens e serviços, instaladas com sede e foro jurídico, em seu território.

Art. 301 - As isenções tributárias industriais só serão permitidas àqueles que estiverem em fase de produção e por período de tempo determinado em lei.

§ 1º - O Município priorizará, na concessão de incentivos, as empresas que beneficiarem seus produtos dentro de seus limites territoriais.

§ 2º - As isenções tributárias, de qualquer natureza, obedecerão, necessariamente, às disposições contidas neste artigo.

CAPÍTULO V

Do Cooperativismo

Art. 302 - O Município apoiará o cooperativismo como instrumento de desenvolvimento e eliminação das diferenças sociais.

Art. 303 - O Município planejará e executará a sua Política Agrária e Fundiária com efetiva participação do sistema cooperativo.

TITULO VII

Ato das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 304 - Incumbe aos Poderes do Município:

I. Auscultar permanentemente , a opinião publica; para isso, sempre que o interesse publico não aconselhar o contrario, os Poderes Executivo e Legislativo divulgarão, com a devida antecedência, os projetos de lei para o recebimento de sugestões;

II. Adotar medidas para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo, disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos;

III. Facilitar, no interesse educacional do povo, a difusão de jornais e outras publicações periódicas, assim como das transmissões pelo radio e pela televisão;

IV. Facilitar aos servidores municipais, quando for estritamente necessário, sua participação em cursos, seminários, congressos e conclaves semelhantes que lhes propiciem aperfeiçoar seus conhecimentos, para melhor desempenho das respectivas funções .

Art. 305 - Dentro de trinta (30) dias a contar da promulgação da presente lei, o Município providenciará para que todos quantos exerçam cargos de direção ou sejam responsáveis pela guarda e manipulação de dinheiros públicos, ou bens pertencentes ao patrimônio municipal, apresentem, declaração de todos os seus bens e valores.

§ 1º - Na forma do “caput” deste artigo, os servidores deverão, na entrega ou extinção de seus cargos, fazerem, obrigatoriamente, nova declaração de todos os seus bens e valores.

§ 2º - A obrigatoriedade exigida na forma do seu “caput” deste artigo, bem como o § anterior, se estende aos novos servidores contratados, seja em que tempo for.

Art. 306 - É vedada qualquer atividade política partidária, nas hora e locais de trabalho, a quantos prestem serviços ao Município, sob pena de exoneração.

Art. 307 - Aos funcionários municipais é vedada qualquer participação direta e indireta, no produto da receita do Município.

Art. 308 - Ë licito a qualquer cidadão obter informações e certidões sobre assuntos referentes a administração municipal.

Art. 309 - Qualquer cidadão será parte legitima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio municipal.

Art. 310 - O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Parágrafo Único - Para fins deste artigo, somente após um ano de falecimento poderá ser homenageada qualquer pessoa, salvo personalidades marcantes que tenham desempenhados funções na vida administrativa do Município, do Estado ou do País.

Art. 311 - Os cemitérios, no Município , terão sempre caráter secular, e serão administrados pela autoridade municipal, sendo permitido a todas as confissões religiosas praticar neles seus ritos.

Parágrafo Único - As associações religiosas e os particulares poderão, na forma da lei, manter cemitérios próprios, fiscalizados, porém, pelo Município.

Art. 312 - Os projetos da lei iniciativas popular, de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros deverão ser subscritos por no mínimo de cinco por cento (5%) do eleitorado municipal.

Art. 313 - Compete privativamente a Câmara Municipal autorizar, por dois terços (2/3) de seus membros, processo contra o Prefeito e o Vice-prefeito, proceder a sua tomada de contas sessenta (60) dias após a abertura da Sessão Legislativa e fixar os seus vencimentos.

Art. 314 - O julgamento do Prefeito se fará, por crime de responsabilidade, perante o Tribunal de Justiça.

Art. 315 - O planejamento econômico e sociocultural do Município será elaborado e acompanhado por um colegiado composto pelo Prefeito, que o presidirá, Vice-Prefeito, Presidente de Câmara, lideres da Maioria da Oposição e dois (2) representantes de associações municipais.

§ 1º - A participação das associações no planejamento municipal se fará pela apresentação e exame de preposições em sessões realizadas quadrimestralmente e convocados pelo Prefeito.

§ 2º - O prefeito deverá encaminhar à Câmara Municipal, sob a forma de projetos, as propostas apresentadas nessas reuniões, podendo vetá-las parcial, ou totalmente, ou aprová-las.

Art. 316 - Os projetos de lei de iniciativa popular terão o mesmo tratamento previsto no § 2º do artigo anterior.

Art. 317 - A remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores será fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subsequente, na última sessão ordinária que antecede as eleições municipais, observando como limite máximo os valores percebidos como remuneração em espécie, pelo Prefeito.

Art. 318 - O Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e Pré-Escolar, aplicando vinte e cinco por cento (25%), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, consoante o artigo 212, da Constituição Federal.

Art. 319 - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas à Câmara Municipal, inclusive os créditos suplementares e especiais, ser-lhe-ão entregues até o dia vinte (20) de cada mês, na forma que dispuser a lei complementar a que se refere o artigo 165, § 9º, da Constituição Federal.

Art. 320 - Até a entrada em vigor da lei complementar federal, o projeto do plano Plurianual, para vigência até o final do mandato em curso do Prefeito, e o projeto de lei orçamentária anual, serão encaminhados à Câmara Municipal até 30 de Setembro de cada exercício anterior ao que deverá vigir, e devolvido para sanção até o dia 1º de Dezembro seguinte ao recebimento dos projetos.

Art. 321 - Fica o Prefeito, juntamente com a Câmara Municipal, obrigados a criarem o Conselho Municipal do Meio Ambiente, o qual promoverá o Município, a sua demarcação, regularização dominial e efetiva implantação no prazo de dois (02) anos, consignando-se, nos próximos orçamentos as verbas para tanto necessárias.

Parágrafo Único - A criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente, de que trata o "caput" deste artigo, bem como o seu funcionamento e suas atribuições, será regulamentado por lei.

Art. 322 - O Município no prazo de seis (06) meses, a partir da promulgação desta Lei Orgânica, deverá iniciar os processos discriminatórios e/ou de arrecadação, que estarão condicionados, sob pena de nulidade dos atos translativos da propriedade, a observância das disposições contida nesta lei.

Parágrafo Único - No tocante a revisão far-se-á com base exclusivamente, no da operação.

Art. 323 - Dentro de seis (06) meses, a contar da promulgação da presente lei, o Governo Municipal através de Comissão integrada por representantes da Fazenda Pública Municipal, Procuradoria Municipal e de outra secretaria, apresentara um cadastro de todas as terras que foram vendidas ou concedidas deste Município.

Parágrafo único- De posse do cadastro de que trata o "caput" deste artigo, será constituída Comissão Especial na Câmara Municipal para que no prazo de doze (12) meses, a contar da promulgação desta lei, proceda a revisão das concessões, vendas, doações de terras públicas, observado os seguintes preceitos:

de:

I. No tocante às vendas, a revisão será feita com base, exclusivamente, no critério de legalidade da operação ;

II. No caso de concessão de doações, a revisão obedecerá aos critérios de legalidade e de conveniência do interesse público.

III. Nas hipóteses previstas nos incisos anteriores, comprovada a ilegalidade, ou havendo interesse público justificado, as terras reverterão ao Patrimônio Municipal.

Art. 324 - Dentro de cento e oitenta (180) dias, contados da promulgação desta lei, o Governo Municipal proceder-se-á a revisão dos direitos dos servidores públicos do Município, inativos e pensionistas e, a atualização dos proventos e pensões a eles devidos, a fim de ajustá-los ao nela disposto.

Art. 325 - Na liquidação dos débitos fiscais devidos ao Município até 30 de Dezembro de 1989, pelas pequenas e microempresas urbanas e rurais, ainda que ajuizadas, haverá remissão da multa e dos juros de mora e redução da correção, monetária calculada a época da concessão deste benefício, obedecido os seguintes critérios:

I. Para pagamento à vista, redução de cinquenta por cento (50%);

II. Para pagamento em seis (06) parcelas mensais, consecutivas e iguais, redução de trinta por cento (30%);

III. Para pagamento em doze (12) parcelas mensais, iguais e consecutivas, redução de dez por cento (10%).

§ 1º - Os benefícios de que trata este artigo só serão concedidos se requeridos no prazo de sessenta (60) dias, a contar da promulgação desta lei.

§ 2º - Descumpridas quaisquer das condições estabelecidas para a concessão do parcelamento, o débito remanescente será considerado vencido em sua totalidade, restabelecendo-se multa inicial, os juros de mora e a correção monetária plena, sujeitando-se à cobrança judicial.

§ 3º - Os benefícios de que trata este artigo não estendem aos débitos já quitados e aos devedores que tenham constituintes como sócios.

Art. 326 - Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais dos servidores públicos, bem como os proventos da aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com esta lei orgânica, serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes.

Art. 327 - Os servidores públicos não considerados estáveis, conforme artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, prestarão, obrigatoriamente, concurso público no prazo de seis (06) meses, a contar da promulgação desta lei.

Parágrafo Único - A não realização de concurso público, no referido prazo, implicará em vacância dos cargos e na extinção dos mesmos.

Art. 328 - O Poder Executivo assegurará a formação em serviço do professor leigo.

Art. 329 - Até a promulgação da lei complementar referida no artigo 169, da Constituição Federal, o Município não poderá responder com pessoal mais do que sessenta e cinco por cento (65%) do valor das receitas correntes.

Parágrafo Único - Se a respectiva despesa de pessoal do Município estiver excedendo o limite previsto neste artigo, deverão atingir aquele limite, reduzindo o percentual excedente à razão de um quinto (1/5) por ano.

Art. 330 - A Câmara Municipal elaborará seu regimento interno no prazo de noventa (90) dias, a contar da promulgação desta lei.

Art. 331 - A Prefeitura Municipal fica obrigada a elaborar a sua nova Estrutura Administrativa Municipal, também no prazo de noventa (90) dias, a contar da promulgação desta lei.

Parágrafo Único - A Estrutura Administrativa que se refere o "caput" deste artigo deverá ser elaborada sob a forma de projeto e encaminhada à Câmara Municipal para discussão e votação.

Art. 332 - O Município mandará imprimir esta Lei Orgânica Municipal para distribuição nas Escolas e Entidades representativas da Comunidade, gratuitamente, de modo que se faça a mais ampla divulgação do seu conteúdo.

Art. 333 - Esta Lei Orgânica, votada e aprovada pela Câmara Municipal, obedecidos os preceitos da constituição federal e estadual, será por ela promulgada e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Denise - MT, 05 de Abril de 1990.

VEREADORES CONSTITUINTES: JOSÉ MARIA RIBEIRO LOURENÇO - PRESIDENTE DA CÂMARA, MOACIR APARECIDO GRECO MENDES - VICE PRESIDENTE DA CÂMARA E PRESIDENTE CONSTITUINTE, EXPEDITO FLORENTINO DA SILVA - 1º SECRETÁRIO DA CÂMARA, WALDENOR DA SILVA - 2º SECRETÁRIO DA CÂMARA, MÁRIO LEMOS DE ALMEIDA 1º SECRETÁRIO CONSTITUINTE, LOURDES FURLAN DE MORAES - RELATORA CONSTITUINTE, LOURIVALDO FERREIRA BRITO, ANÍSIO PEREIRA DE ALMEIDA E MIGUEL SOLITO.

PARTICIPANTES: DR. MAX ANTÔNIO FERREIRA e JOSÉ CARLOS DE MACEDO

[MC1]

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 006-17

PORTARIA Nº. 006/2017.

EMENTA: NOMEIA A SENHORA “CARMESILVA FERREIRA DE SANTANA”, PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS.

A SenhorA **ELIANE LINS DA SILVA**, PrefeitA Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Senhora **CARMESILVA FERREIRA DE SANTANA**, brasileira, portadora da CI - RG nº 2327919-2 - SSP/MT, cadastrada no CPF sob o nº 654.311.201-82, residente e domiciliada a Rua Trinta, 1448, Jardim Califórnia, na cidade de Tangará da Serra-MT, para o cargo de provimento em comissão de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** lotada no SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, em virtude do cargo vago, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 02 (dois) dias do mês de Janeiro de 2017.

Registrado e publicado, na data supra, na forma da lei.

ELIANE LINS DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 005-17

PORTARIA N.º 005/2017.

EMENTA: NOMEIA PREGOEIRO OFICIAL E COMISSÃO DA EQUIPE DE APOIO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS.

A SenhorA **ELIANE LINS DA SILVA**, PrefeitA Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E CONSONANTE COM A LEI FEDERAL N.º 10520 DE 17/07/2002 E DECRETO MUNCIPAL N.º 008/2008 DE 20/05/2008, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia o Pregoeiro Oficial do Município de Denise, bem como a Comissão de Equipe e Apoio do Pregoeiro, nomeada por força da Portaria N.º 004/2017.

Art. 2º - Em decorrência do que dispõe o artigo 1º desta Portaria, fica reconstituída a Equipe de Apoio do Pregoeiro Oficial do Município de Denise-MT, na forma do que dispõe a Lei Federal Nº. 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal N.º 008/2008 de 20/05/2008, da seguinte maneira:

I – Pregoeiro Oficial: JOÃO CARLOS CARNEIRO DA SILVA

II – Equipe de Apoio: ALEXSANDRO OLIVEIRA ARAGÃO

ROBERTO DE ARRUDA ALMEIDA

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se, na data supra, na formada lei.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 02(dois) dias do mês de Janeiro de 2017.

ELIANE LINS DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 004-17

PORTARIA N.º 004/2017.

EMENTA: NOMEIA E CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

A SenhorA **ELIANE LINS DA SILVA**, PrefeitA Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CUMPRIMENTO ÀS NORMAS CONSTITUCIONAIS VIGENTES QUE LHE CONFERE O CARGO,

NOMEIA:

Art. 1º - Nomeiade acordo com a Lei N.º 8.666/93, com as alterações dadas pelas leis N.ºs 8.883/94, 8.648/98 e 9.854/99, a nova **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, da Prefeitura Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2017, composta dos seguintes membros.

Presidente: JOÃO CARLOS CARNEIRO DA SILVA - CPF: 503.735.521-49;

Relator: ALEXSANDRO OLIVEIRA ARAGÃO - CPF: 732.746.581-20;

Membro: ROBERTO DE ARRUDA ALMEIDA – CPF: 010.701.161-14.

Art. 2º - Compete à Comissão Permanente de Licitação todas as atividades relacionadas ao processo licitatório que deverá instruir, processar e julgar as licitações em quaisquer de suas modalidades, cumprindo os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficácia, da imparcialidade e da probidade administrativa, bem como todas as normas prescritas nas Leis 4.320/64 e Lei 8.666/93 e com as alterações posteriores que lhe foram dadas em atendimento ao interesse público.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 02 (dois) dias do mês de Janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se, na data supra, na forma da lei.

ELIANE LINS DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE
PORTARIA Nº 017/2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. **JEANNY CRISTINA DA SILVA BOTELHO CAPISTRANO,** brasileira, casada, portadora do RG N. º 13180630 SSP/MT

e CPF N.º 003.064.271-09 para o Cargo de Chefe de Licitação, onde desempenharásuas funções junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - A remuneração será a de DAS 09, conforme o anexo V da Lei Municipal n.º 1.042/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Janeiro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 026/2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. **ANA FLÁVIA FERREIRA MENDES,** brasileira, casada, portadora do RG N. º 5311286 SSP/GO e CPF N.º 039.681.261-90 para o Cargo de Assessor de Secretaria I, onde desempenharásuas funções junto a Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - A remuneração será a de DAS 06, conforme o anexo V da Lei Municipal n.º 1.042/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Janeiro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 023/2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **MARCUS VINICIUS DE SOUZA COELHO,** brasileiro, solteiro, portador do RG N. º 8787782 SSP/MG e CPF N.º 012.172. 026- 84 para o Cargo de Assessor de Comunicação e Cerimonial, onde desempenharásuas funções junto a Secretaria Municipal de Gabinete.

Art. 2º - A remuneração será a de DAS 07, conforme o anexo V da Lei Municipal n.º 1.042/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Janeiro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 014/2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. **JUÇARA RAMOS MAGALHÃES,** brasileira, casada, portadora do RG N. º 887.175 SSP/MT e CPF N.º 652.238.701-82 para o Cargo de Assessor de Secretaria II, onde desempenharásuas funções junto a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - A remuneração será a de DAS 07, conforme o anexo V da Lei Municipal n.º 1.042/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Janeiro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 021/2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **EVANDRO ROSSI,** brasileiro, solteiro, portador do RG N. º 23149574 SSP/MT e CPF N.º 046.232.121-57 para o Cargo de Assistente de Secretaria II, onde desempenharásuas funções junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - A remuneração será a de DAS 04, conforme o anexo V da Lei Municipal n.º 1.042/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Janeiro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 018/2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **MARCOS SIDNEI GATTI,** brasileiro, casado, portador do RG N. º 7452062 SSP/SP e CPF N.º 042.368.388-85 para o Cargo de Assessor de Secretaria II, onde desempenharásuas funções junto a Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º - A remuneração será a de DAS 08, conforme o anexo V da Lei Municipal n.º 1.042/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Janeiro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 016/2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **HAMILTON BANDEIRA ALENCAR JUNIOR,** brasileiro, casado, portador do RG N. º 15234215 SSP/MT e CPF N.º 018.593.

521-46, para o Cargo de Assistente de Secretaria II, onde desempenharásuas funções junto ao Gabinete.

Art. 2º - A remuneração será a de DAS 04, conforme o anexo V da Lei Municipal n.º 1.042/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Janeiro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 020/2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **LUIZ JOSÉ FARIA,** brasileiro, casado, portador do RG N. º 13726609 SSP/MT e CPF N.º 946.111.061-87 para o Cargo de Chefe do Departamento de Compras, onde desempenharásuas funções junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - A remuneração será a de DAS 09, conforme o anexo V da Lei Municipal n.º 1.042/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Janeiro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 025/2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr .**MOACYR JOSÉ RODRIGUES,** brasileiro, casado, portador do RG N. º 570.594 SSP/MT e CPF N.º 411.838.941- 04 para o Cargo de Assessor de Secretaria I, onde desempenharásuas funções junto a Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - A remuneração será a de DAS 05, conforme o anexo V da Lei Municipal n.º 1.042/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Janeiro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 019/2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **JOÃO PEDRO DE LIMA,** brasileiro, casado, portador do RG N. º 0121850-6 SSP/MT e CPF N.º 174.750.901-91 para o Cargo de Assessor de Secretaria II, onde desempenharásuas funções junto a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - A remuneração será a de DAS 09, conforme o anexo V da Lei Municipal n.º 1.042/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Janeiro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 024/2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **ROBERTO CAMILO DE SOUZA,** brasileiro, casado, portador do RG N. º 05.030.331 SSP/MT e CPF N.º 384.628.771- 72 para o Cargo de Assessor de Secretaria II, onde desempenharásuas funções junto a Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º - A remuneração será a de DAS 07, conforme o anexo V da Lei Municipal n.º 1.042/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Janeiro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CAMARA MUNICIPAL
CONTRATO Nº 001/2017

CONTRATO Nº 001/2017

CONTRATO Nº 001/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A CÂMARA MUNICIPAL

DE DOM AQUINO – MT, E DE OUTRO ELIANE VIEIRA DE JESUS, NAS CONDIÇÕES ABAIXO E SEGUINTES:

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO, com sede na avenida Pedro Celestino n° 127, CEP 78830-000, Dom Aquino, MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.975.051/0001-00, neste ato representado pelo Presidente, Sra. **HOSANA TEIXEIRA DO CARMO**, CPF nº 952.200. 891-53 e RG nº 1437811-6 SSP/MT, residente na Rua Tiradentes s/m beirro Beira Rio, Dom Aquino-MT, Cep. 78.830-000, doravante denominado, simplesmente, **CONTRATANTE**,

CONTRATADO: ELIANE VIEIRA DE JESUS, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, CPF nº 964.267.721-00 e RG nº 14267810 SSP/MT, residente na Rua Luiz Coelho de Campos nº 46 – centro – Dom Aquino-MT, Cep. 78.830-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto da presente contratação é o serviço de Cargas e validação do Aplic, devendo ser enviados nas datas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, sendo 9 (nove) cargas: (dezembro/ 2016, orçamento, carga inicial, janeiro a junho de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

Pelo serviço prestado a CONTRATANTE, pagará a importância de R$ 4. 860,00 (quatro mil e oitocentos e sessenta reais), sendo R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) por envio. O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal de Serviços a qual será paga sempre após o envio do aplic, devendo o comprovante do envio ser anexado a NFS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O presente contrato terá inicio em 05/01/2017 e termino 30/07/2017, podendo ser prorrogado por meio de aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

01.001.01.031.001.2001 – 3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA FÍSICA.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕS DA CONTRATANTE.

- Auxiliar em todos os sentidos a boa execução do contrato, disponibilizando a contratada meios para o fiel cumprimento do objetivo.

- Cumprir todas as cláusulas aqui avençadas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕS DA CONTRATADA

- Enviar o aplic nos moldes estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

- Enviar o aplic dentro dos prazos estabelecidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato pode ser rescindido a qualquer momento por comum acordo, e/ou por interesse publico.

CLÁUSULA OITAVA – DO FISCAL DE CONTRATO

O acompanhamento e a fiscalização do presente contrato será realizado pelo fiscal de contrato servidor Sr. Jucimar Oliveira Campos.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Dom Aquino-MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas ao presente contrato que de outra forma não sejam solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham ter por mais privilegiado que seja.

E assim por estarem justos e contratados, na forma acima, assina o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas idôneas que tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais o fiel cumprimento de todos os dispositivos.

Dom Aquino-MT, em 05 de janeiro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

HOSANA TEIXEIRA DO CARMO

Presidente

ELIANE VIEIRA DE JESUS

Contratada

Testemunhas:

01)_____ 2)_____-_____

Adelsom Martins Coimbra Maria Aparecida Vilto da Silva

CPF..: 667.062.891-91 CPF. 255.052.621-04

CAMARA MUNICIPAL
CARTA CONTRATO 001/2017

CARTA CONTRATO 001/2017

CONTRATANTE:

Câmara Municipal de Dom Aquino-MT, Estado de Mato Grosso, com sede à avenida Pedro Celestino nº 127, CNPJ nº 01.975.051/0001-00, representada pelo chefe do Poder Legislativo, senhora HOSANA TEIXEIRA DO CARMO, residente e domiciliado nesta Cidade de Dom Aquino, portadora do CPF nº 952.200.891-53.

CONTRATADO

NOEMIA SATELES DE SOUZA, brasileira, casada, portadora do RG nº 06657079 SSP/MT e CPF nº 256.074.721-91, residente e domiciliada a Rua Campos Sales, nº 37 – Vila Planaltina em Dom Aquino-MT, resolvem ajustar a Prestação se serviço, sob as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO DO CONTRATO

O presente tem como objeto, a contratação de serviços de Limpeza geral nas dependências da Câmara Municipal de Dom Aquino, situada a avenida Pedro Celestino nº 127, sendo duas vezes por semana, com duração de doze meses, de janeiro a dezembro de 2017.

DO VALOR

O valor global a ser pago a contratada pelo serviço será de R$ 4. 800,00 (quatro mil e oitocentos reais) , sendo R$ 400,00 (quatrocentos reais) ao mês.

FORMA DE PAGAMENTO

O valor acima citado será pago mensalmente, mediante apresentação de Nota Fiscal de serviço, devendo o pagamento ser realizado entre os dias 25 a 30 de cada mês.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas da presente Carta Contrato, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01.001.01.031.0001.2001 3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – PF

E por estarem justos e acordados, contratante e contratada, assinam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

Dom Aquino-MT, 05 de janeiro de 2017.

_____

_____

Câmara Municipal Noemia Sateles de Souza

Hosana Teixeira do Carmo Contratada

Contratante

Testemunhas:

01)_____
2)_____

Adelson Martins Coimbra Maria Aparecida Vilto da Silva

CPF..: 667.062.891-91 CPF. 255.052.621-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA/LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 017/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 017/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATO Nº: 017/2016 – PRIMEIRO ADITIVO

DATA ASSINATURA: 01 DE DEZEMBRO DE 2016

CREDOR: MOTOR MT SERVICES PUBLICITARIOS LTDA-ME

VIGÊNCIA: 31/03/2017

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2016

OBJETO: ADITIVAR O VALOR DO CONTRATO 017/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N° 01/2015

EDITAL 01

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N° 01/2015

O Município da Gaúcha do Norte – MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Brasil n° 1298, centro, cidade de Gaúcha do Norte-MT, inscrita no CNPJ sob o n° 01.614.539/0001-01, representada por seu prefeito municipal, o senhor Voney Rodrigues Goulart, brasileiro, solteiro, pecuarista, portador da cédula de identidade RG n°

e do CPF n°, residente e domiciliado a Rua Santo Antônio S/N centro, Gaúcha do Norte-MT, com base na Lei orgânica municipal e na prerrogativa de suas funções;

Considerando o resultado do concurso público 01/2015 o qual foi devidamente homologado e publicado 02 de dezembro de 2015:

Considerando a necessidade de contratação de servidores públicos municipais para suprirem as vagas necessárias mantendo o funcionamento do poder executivo municipal e o atendimento aos interesses públicos.

CONVOCA (a) as pessoas relacionadas no anexo (I), para se apresentarem no **prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, contados da data do dia 06 de Janeiro de 2017, junto a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, localizada na Avenida Brasil, n° 1298, centro, cidade de Gaúcha do Norte, no departamento de recursos humanos, com a finalidade de habilitação, mediante a apresentação da documentação requerida no anexo (II), além de outros que se fizerem necessários assim como a realização de exames pré-admissionais que engloba a realização de inspeção médica mediante apresentação de laudo médico de sanidade física e mental, além dos exames laboratoriais e complementares, que ocorrerão as expensas dos candidatos.

Para os critérios de convocação será seguido criteriosamente o resultado homologado, respeitando-se a classificação de cada cargo.

O não comparecimento e/ou a não entrega dos documentos e exames requeridos, fora do prazo supracitado, acarretará na eliminação e a perda da vaga do referido cargo.

Gaúcha do Norte, 06 de Janeiro de 2017.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

ANEXO I

Nome	Inscrição	Média Final	Classificação
	ASSISTENTE SOCIAL-SEC. EDUCAÇÃO		
NEIRY SILVA FREITAS	104	21,00	2º
FISIOTERAPEUTA - SEC. SAÚDE			
LEOSMAR FERREIRA LUZ	615	20,00	3º

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL
LEIS 2017

LEI Nº 842/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de General Carneiro– MT para o Exercício de 2017, e dá outras providências.".

Marcelo de Aquino Prefeito Municipal de General Carneiro Mato Grosso faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a Seguinte Lei:

Artigo 1º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade de General Carneiro– MT, para o exercício de 2017 estima a receita liquida de **R$ 22.925.000,00** (Vinte e Dois Milhões Novecentos e Vinte e Cinco Mil Reais), e a Despesa Fixada em **R$ 22.925.000,00** (Vinte e Dois Milhões Novecentos e Vinte e Cinco Mil Reais), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Artigo 2º - A receita será realizada mediante as fontes arrecadação de tributos, rendas e receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, com o seguinte desdobramento:

01 RECEITAS CORRENTES	**R$ 20.688.000,00**
Receitas Tributarias	R$ 1.395.000,00
Receitas de Contribuições	R$ 396.000,00
Receitas Patrimonial	R$ 226.900,00
Receitas de Serviços	R$ 3.000,00
Transferências Correntes	R$ 20.686.600,00
Outras Receitas Correntes	R$ 141.700,00
Receitas de Contribuições RPPS	R$591.200,00
Outras Receitas Correntes Intra-orçamentários	R$ 200,00
(-) Deduções do FUNDEB	R$ 2.818.000,00
(-) Outras Deduções	R$ 7.000,00

02 Receitas de Capital	**R$ 2.237.000,00**
Alienação de Bens	R$ 132.000,00

Transferência de Capital	R$ 2.105.000,00

Total	**R$22.925.000,00**

Artigo 3º- A Despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação dos quadros Função de Governo, Programa de Trabalho e Natureza de Despesa, integrantes desta Lei. POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
01 Legislativa	R$ 1.182.000,00
04 Administração	R$ 3.434.320,00
08 Assistência Social	R$ 1.592.000,00
09 Previdência Social	R$ 897.000,00
10 Saúde	R$ 4.978.000,00
12 Educação	R$ 4.877.000,00
13 Cultura	R$ 270.000,00
15 Urbanismo	R$ 2.567.000,00
17 Saneamento	R$ 284.000,00
20 Agricultura	R$ 103.000,00
26 Transporte	R$ 2.595.000,00
99 Reserva de Contingência	R$ 145.680,00
Total da Administração Direta	**R$ 22.925.000,00**

POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO

01 Câmara Municipal de General Carneiro	R$	1.182.000,00
02 Gabinete do Prefeito	R$	500.000,00
03 Secretaria Municipal de Administração	R$	21.243.000,00
Total	**R$**	**22.925.000,00**

POR ÓRGÃO/UNIDADE

01 Poder Legislativo 01 Câmara	R$	1.182.000,00
02 Poder Executivo 01 Gabinete do Prefeito	R$	500.000,00
02 Poder Executivo 03 Secretaria de Administração	R$	21.243.000,00
Total	**R$**	**22.925.000,00**

Artigo 4º - A Despesa fixada, observará a programação constante dos quadros que integram esta lei, apresentando o seguinte desdobramento.

DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

Despesas Correntes R$ 18.753.820,00

Despesas de Capital R$ 3.893.500,00

Reserva de Contingência R$ 277.680,00

Total R$ 25.925.000,00

Artigo 5º - O Orçamento de Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da administração direta, seus órgãos e fundos, estima a Receita e Fixa a Despesa em R$ 9.554.000,00(Nove Milhões Quinhentos e Cinquenta e Quatro Mil Reais).

08 Assistência Social	*R$1.105.000,00*
10 Saúde	*R$* 3.572.000,00
12 Educação	*R$* 4.877.000,00
TOTAL	***R$ 9.554.000,00***

Artigo 6º - Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de que trata esta lei:

I- Abrir créditos suplementares até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do total da Despesa fixada no art. 1º, observado o disposto no parágrafo 1º incisos I,II e IV, do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1.964.

II- Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar e transpor recursos entre órgãos e categorias econômicas, nos termos do artigo 167, VI a Constituição Federal.

III- Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar o orçamento quando apurados, conforme artigo 43, Inciso I e II da Lei Federal nº 4.320/64

A- Superávit Financeiro apurado em Balanço patrimonial do exercício anterior;

B- Os provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias e recursos vinculados.

IV- Fica os Poderes Executivos e Legislativo autorizados a proceder remanejamentos de valores entre fontes de recursos de um mesmo elemento de despesa, dentro de um mesmo projeto ou atividade.

Artigo 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro-MT, 02 de Janeiro de 2017.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

LEI Nº 843/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"Dispõe sobre revisão, atualização e alterações nos anexos do Plano Plurianual para o Exercício 2017.".

Marcelo de Aquino Prefeito Municipal de General Carneiro Mato Grosso faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a Seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a revisar, atualizar e alterar, incluindo metas e ações na Lei Municipal nº 706/2013, eu dispõe sobre Plano Plurianual de 2014/2017, do município de General Carneiro/MT, no tocante as metas orçamentárias e financeiras para o **exercício de 2017**.

Art. 2º - As alterações compreendem as metas financeiras para o exercício de 2017, constando inclusões de programas, ações e adequações conforme especificados nos anexos constantes desta Lei.

Art.3º - Fica compatibilizado a inclusão de ações e metas nos instrumentos de planejamento exigidos pela **Lei nº 101/00 (PPA/LDO/LOA).**

Art. 4º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro-MT, 02 de Janeiro de 2017.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

PORTARIA N.º 11 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO**, Prefeito Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e tendo em vista o que dispõe o Artigo 84 da Lei Orgânica do Município, e ainda, de acordo com o Decreto 673 de 30 de Junho de 2016, que Homologou os resultados do Concurso Público 01/2016;

R E S O L V E:

Artigo I – **NOMEAR,** para prover o Cargo de Provimento Efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (MASCULINO)** o Senhor **VANDERLEI SABATINO BEJAS,** portador da Cédula de Identidade RG N.º 0957694-0 SSP/MT e do CPF N.º 631.178.601-00 à partir desta data.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE – SE,

PUBLIQUE – SE

CUMPRA – SE.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 04 DE JANEIRO DE 2017.

PAULO REMÉDIO

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO - CAMARA MUNICIPAL DE GLORIA D`OESTE/MT - EXTRATOS DE ADITIVOS CONTRATUAIS

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2014.

Partes: Contratante **Câmara Municipal de Glória D´Oeste**,

Contratado (a): **ETCA Consultoria e Assessoria Ltda,**

Objeto: *Execução de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil, bem como no assessoramento no processamento e envio das informações do sistema de auditoria pública de contas – APLIC.*

Valor*:* R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Vigência*: 02-01-2017 a 31-10-2017.*

Dotação Orçamentaria: 01.01.01.01.131.0001.2001-33.90.39.00

Data Assinatura: 29/12/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2016.

Partes: Contratante Câmara Municipal de Glória D´Oeste,

Contratado (a): JUSSEMAR REBULI PINTO – ME,

Objeto:Contratação de empresa para aquisição de licenças de uso ou cessão de uso, suporte e manutenção dos softwares: Contabilidade pública e execução orçamentaria, gerenciamento de folha de pagamento, protocolo, almoxarifado, compras, Licitação, patrimônio, frotas, prestação de serviço na orientação dos atos contábeis, administrativos e acompanhamento dos trabalhos envolvendo os sistemas locados.

Valor: R$ 46.800,00 (Quarenta e seis mil e oitocentos reais)

Vigência: 02-01-2017 a 31-12-2017.

Dotação Orçamentaria: 01.01.01.01.131.0001.2001-33.90.39.00

Data Assinatura: 29/12/2016

PORTARIA N.º 07 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO**, Prefeito Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e tendo em vista o que dispõe o Artigo 84 da Lei Orgânica do Município, e ainda, de acordo com o Decreto 673 de 30 de Junho de 2016, que Homologou os resultados do Concurso Público 01/2016;

R E S O L V E:

Artigo I – **NOMEAR,** para prover o Cargo de Provimento Efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO)** a Senhora **ELISANDRA ANZORENA SEVERO**, portadora da Cédula de Identidade RG N.º 9101728047 SJS/RS e do CPF N.º 023.491.840-30 à partir desta data.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE – SE,

PUBLIQUE – SE

CUMPRA – SE.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 03 DE JANEIRO DE 2017.

PAULO REMÉDIO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 08 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORA COMO COORDENADORA DO CRAS DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO**, Prefeito Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e tendo em vista o que dispõe o Artigo 84 da Lei Orgânica do Município, e ainda, de acordo com o Decreto 673 de 30 de Junho de 2016, que Homologou os resultados do Concurso Público 01/2016;

R E S O L V E:

Artigo I – **DESIGNAR,** a Senhora **SILVIA MARTINS DE ALMEIDA**, servidora Publica Municipal, que exerce o Cargo em Provimento Efetivo de ORIENTADOR SOCIAL, portadora da Cédula de Identidade RG N.º 10951059 SSP/MT e do CPF N.º 966.748.901-97 para desempenhar as funções de **COORDENADORA DO CRAS** do Município de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, à partir desta data, sem ônus para a municipalidade.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE – SE,

PUBLIQUE – SE

CUMPRA – SE.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

PAULO REMÉDIO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 09 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

EXONERA CHEFE DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO**, Prefeito Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e tendo em vista o que dispõe o Artigo 84 da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Artigo I – **EXONERAR,** o Senhor **VANDERLEI SABATINO BEJAS**, brasileiro, portador do RG n.º 0957694-0 SSP/MT e do CPF 631.178.601-00 que exerce as funções inerentes ao Cargo de Provimento em Comissão CC - 10, de **Chefe da Agência Municipal de Transito** desta municipalidade à partir desta data.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE – SE,

PUBLIQUE – SE

CUMPRA – SE.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

PAULO REMÉDIO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 10 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"NOMEIA GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE GLÓRIA D´OESTE/MT - GLÓRIA-PREVI".

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO**, Prefeito Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e tendo em vista o que dispõe o Artigo 84 da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Artigo 1º - NOMEAR o Senhor **SIDINEI DA SILVA**, portador da cédula de identidade n° 10665439 SSP/MT e do CPF-MF n° 615.800.151-15, **para desempenhar as funções de GESTOR do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE GLÓRIA D´OESTE/MT - GLÓRIA-PREVI**, desta municipalidade à partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial a Portaria 044 de 06 de Maio de 2016.

REGISTRE – SE,

PUBLIQUE – SE

CUMPRA – SE.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

PAULO REMÉDIO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

PORTARIA Nº 003/2017

DESIGNA PREGOEIRO E ALTERA EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NAS MODALIDADES DE PREGÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL DE INDIAVAÍ – MT.

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º - Designa Pregoeiro e Altera Equipe de Apoio para atuarem em Licitações nas modalidades de pregão no âmbito Municipal de Indiavaí – MT, os Servidores:

PREGOEIRO:

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

EQUIPE:

CLAUDIO ROGÉRIO RIBEIRO

ILSON GOMES BARROS

ALEX DA SILVA SANTOS

Parágrafo Único: O Edital indicará os Membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Indiavaí, aos dois (02) dia do mês de janeiro (01) de dois mil de dezessete (2017).

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi publicada e fixada no átrio do Executivo Municipal.

PORTARIA Nº 02/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI.

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **CLAUDIO ROGÉRIO RIBEIRO,** como Secretário de Saúde da Prefeitura Municipal de Indiavaí.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3.º - Comunique-se a Secretaria de Administração e Finanças, para que faça as devidas anotações e registros.

Art. 4.º - Registra-se, publica-se, e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Indiavaí, aos dois (02) do mês de janeiro (01) de dois mil de dezessete (2017).

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi publicada e fixada no átrio do Executivo Municipal.

PORTARIA Nº 004/2017

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA O EXERCICIO DE 2017.

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1.º - Nomear a composição à **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, para receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às Licitações e ao cadastramento de licitantes, de conformidade com o inciso XVI do artigo 6º da Lei Federal 8.666/93 no âmbito do Poder Executivo Municipal, como segue:

PRESIDENTE: **CLEBER PEREIRA DOS SANTOS**

SECRETÁRIO**: ILSON GOMES BARROS**

MEMBRO: **ALEX DA SILVA SANTOS**

Art. 2.º - Fica o Presidente desta comissão de conformidade com o art. 32 da Lei Federal 8.666/93 e alterações para autenticar os documentos relativos à habilitação jurídica e fiscal apresentando à comissão de licitação, desde que em fotocópia acompanhada de original.

Parágrafo Único: O Edital indicará os Membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Indiavaí, ao (02) dia do mês de janeiro (01) de dois mil de dezessete (2017).

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi publicada e fixada no átrio do Executivo Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 16/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Concede 01 mês (30 dias) de licença prêmio por assiduidade referente ao qüinqüênio de 2011/2016 a servidora Elisiane Facco dos Santos.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o disposto no artigo 80 da Lei Complementar nº. 032 de 14 de dezembro de 2015 (Novo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ipiranga do Norte – MT), e demais dispositivos legais pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º. Concede o direito a Licença Prêmio da servidora **Elisiane Facco dos Santos,** matrícula n° 238, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a **LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE**, com inicio em 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/01/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 05 de janeiro de 2017.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 11/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a nomeação da Senhora Francielly Aparecida Gonçalves Wisenfad, no cargo em comissão de Supervisor de Área da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, e dá outras providências".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa, resolve:

Art. 1º - Nomear a Senhora **Francielly Aparecida Gonçalves Wisenfad**, brasileira, portadora do RG sob n°. 26766426 SSP MT e CPF sob n° 058. 899.501.00 residente em Ipiranga do Norte/MT, para exercer a função em Comissão de Supervisor de Área, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Ipiranga do Norte/MT, 04 de janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 14/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Concede 01 mês (30 dias) de licença prêmio por assiduidade referente ao qüinqüênio de 2009/2014 a servidora Lucimar dos Santos Bonfim de Abreu.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o disposto no artigo 80 da Lei Complementar nº. 032 de 14 de dezembro de 2015 (Novo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ipiranga do Norte – MT), e demais dispositivos legais pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º. Concede o direito a Licença Prêmio da servidora **Lucimar dos Santos Bonfim de Abreu,** matrícula n° 498, ocupante do cargo efetivo de

Assistente Odontológico – 40H, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a **LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE**, com inicio em 05/01/2017 á 03/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 05 de janeiro de 2017.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 15/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Concede 01 mês (30 dias) de licença prêmio por assiduidade referente ao qüinqüênio de 2010/2015 a servidora Loreni Perondi.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o disposto no artigo 80 da Lei Complementar nº. 032 de 14 de dezembro de 2015 (Novo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ipiranga do Norte – MT), e demais dispositivos legais pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º. Concede o direito a Licença Prêmio da servidora **Loreni Perondi,** matrícula n° 699, ocupante do cargo efetivo de Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a **LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE**, com inicio em 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/01/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 05 de janeiro de 2017.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 05/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

SÚMULA: "Dispõe sobre a exoneração a pedido do Senhor Junior Rodrigo Zordan, do cargo em comissão de Chefe de Divisão da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, e dá outras providências".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa, resolve:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Senhor **Junior Rodrigo Zordan,** do cargo em comissão de **Chefe de Divisão**, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, nomeado através da Portaria nº. 093/2013 de 04 de fevereiro de 2013.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº. 093/2013.

Gabinete do Prefeito, Ipiranga do Norte/MT, 04 de janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 10/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a exoneração da Senhora Francielly Aparecida Gonçalves Wisenfad, do cargo de Encarregado de Sertor da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, e dá outras providências".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa, resolve:

Art. 1º - Exonerar a Senhora **Francielly Aparecida Gonçalves Wisenfad**, do cargo de **Encarregado de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Obras**, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, nomeado através da Portaria nº. 100/2016 de 16 de março de 2016.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº. 100/2016.

Gabinete do Prefeito, Ipiranga do Norte/MT, 04 de janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 09/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA SENHORA CRIS MEURI DA SILVA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".

O Senhor **Pedro Ferronatto**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Transferir a Senhora Cris Meuri da Silva, lotada na Secretaria Municipal de Aaaiatencia Social, para a Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 04 Janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 013 /2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

SÚMULA: "Dispõe sobre a nomeação do Senhor Pedro Domingos Dela Pria, para o cargo Diretor de Departamento, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, e dá outras providências".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando opedido, resolve:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Pedro Domingos Dela Pria**, portador do C. P. F. sob nº. 394.675.030-34 E R.G. Nº. 1027190337 SSPPC/RS, para o cargo de **Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Ipiranga do Norte/MT, 05 de Janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 08/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SENHOR ADISONIR SCHNEIDERS DE PAULA, DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR CONTABIL PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO".

O Senhor **Pedro Ferronatto**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Transferir o Senhor Adisonir Schneiders de Paula, lotado na Secretaria Municipal de Coordenação Geral, do cargo em comissão de Assessor Contábil para o cargo em comissão de Chefe de Divisão, junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 04 Janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 006/2017.

"NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE PATRIMÔNIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Sr. Eleandro Cesar Cassol, Presidente da Câmara Municipal de Itanhangá, Estado do Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas no Regimento Interno em seu Art. 25 – Parágrafo VII Alínea (b).

RESOLVE

Art. 1º - Nomear os Membros da Comissão Permanente de Patrimônio da Câmara Municipal de Itanhangá, composta, **pelas Servidoras Celeni Gehm, Luzia de Oliveira, e o Vereador Marcel Menezes Meurer**, para o exercício do ano de 2017, sendo a Presidência exercida pelo primeiro nomeado.

Art. 2° - Os membros integrantes da Comissão de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário na Portaria de nº 03 de 15 de janeiro de 2015.

Câmara Municipal de Itanhangá – MT, aos 06 dias do mês de Janeiro de 2017.

Registre–se

Publique-se

Cumpra-se.

ELEANDRO CESAR CASSOL

Presidente

Câmara Municipal de Itanhangá.

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 003/2017.

"Exonera Servidora que menciona e da outras providências."

O Sr. Eleandro Cesar Cassol, Presidente da Câmara Municipal de Itanhangá, Estado do Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas no Regimento Interno em seu Art. 25 – Parágrafo VII Alínea (b).

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora **Senhora Elaine Carla da Silva**, do cargo em Comissão de Assessoria Jurídica, lotado no Padrão 09 Classe "G", do Plano de Cargos, Funções e Vencimentos da Câmara Municipal de Itanhangá, instituídos pela Lei Municipal Nº. 002/2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário na Portaria n 04 de 18 de janeiro de 2013.

Câmara Municipal de Itanhangá – MT, aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

Registre–se

Publique-se

Cumpra-se.

ELEANDRO CESAR CASSOL

Presidente

Câmara Municipal de Itanhangá.

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 008/2017.

SUMULA "DESIGNA RESPONSÁVEL PARA RESPONDER PELA OUVIDORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Sr. Eleandro Cesar Cassol, Presidente da Câmara Municipal de Itanhangá, Estado do Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas no Regimento Interno em seu Art. 25 – Parágrafo VII Alínea (b).

RESOLVE:

Art. 1º - Fica o Senhor Vereador **BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX,** designado responsável para responder pela **OUVIDORIA** da Câmara Municipal de vereadores de Itanhangá.

Art. 2º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário na Portaria n 05 de 10 de fevereiro de 2014.

Câmara Municipal de Itanhangá – MT, aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

Registre–se

Publique-se

Cumpra-se.

ELEANDRO CESAR CASSOL

Presidente

Câmara Municipal de Itanhangá.

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 007/2017.

"RESOLVE NOMEAR FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Sr. Eleandro Cesar Cassol, Presidente da Câmara Municipal de Itanhangá, Estado do Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas no Regimento Interno em seu Art. 25 – Parágrafo VII Alínea (b).

RESOLVE

Art.1º - Nomeia o Vereador, **Sr. Bruno Henrique Ascari Felix,** para atuar como **Fiscal de Contratos da Câmara Municipal**, com observância da legislação vigente.

Art. 2º - O fiscal será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento dos Contratos firmados, bem como atestar as notas Fiscais dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário na Portaria 10 de 08 de junho de 2015.

Câmara Municipal de Itanhangá – MT, aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

Registre–se

Publique-se

Cumpra-se.

ELEANDRO CESAR CASSOL

Presidente

Câmara Municipal de Itanhangá.

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 005/2017.

"NOMEIA COMISSÃO DE REAVALIZAÇÃO E DEPRECIAÇÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Sr. Eleandro Cesar Cassol, Presidente da Câmara Municipal de Itanhangá, Estado do Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas no Regimento Interno em seu Art. 25 – Parágrafo VII Alínea (b).

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão de Baixa de Bens Patrimoniais do Poder Legislativo Municipal de Itanhangá/MT, composta pelas Servidoras, Luzia de Oliveira, Celeni Gehm e pela Vereadora Luiza Francisca da Rocha, para o exercício financeiro do ano de 2017, sendo a Presidência exercida pela primeira nomeada.

Art. 2° - A Comissão de Reavaliação e depreciação de Bens do Patrimônio Público de que trata esta Portaria, será responsável pela Reavaliação e depreciação de todos os bens sujeitos a reavaliação ou depreciação, conforme for o caso dos bens patrimoniais do Poder Legislativo deste Município de Itanhangá/MT, na forma da Lei.

Art. 3° - Os membros integrantes da Comissão de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 4° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário, na Portaria de nº 04 de 15 de janeiro de 2015.

Câmara Municipal de Itanhangá – MT, aos 06 dias do mês de Janeiro de 2017.

Registre–se

Publique-se

Cumpra-se.

ELEANDRO CESAR CASSOL

Presidente

Câmara Municipal de Itanhangá.

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 004/2017.

"NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Sr. Eleandro Cesar Cassol, Presidente da Câmara Municipal de Itanhangá, Estado do Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas no Regimento Interno em seu Art. 25 – Parágrafo VII Alínea (b).

RESOLVE

Art. 1º - Nomear os Membros da **Comissão Permanente de Licitação** da Câmara Municipal de Itanhangá para o exercício do ano de 2017, sendo assim composta pelas **Servidoras, Celeni Gehm, Noemildes Arruda e Silva,** e o senhor **Vereador Leandro Martins Pinto** sendo a Presidência exercida pelo primeiro nomeado.

Art. 2° - A Comissão de Licitação de que trata esta Portaria, será responsável pela elaboração, supervisão e julgamento dos procedimentos licitatórios, a serem realizado pelo Poder Legislativo Municipal, no decorrer deste Exercício de 2017, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial as regras e determinações instituídas pela Lei de Licitações (Lei 8.666/93), consoante as alterações que lhe forem dadas.

Art. 3° - Os membros integrantes da Comissão de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário, na Portaria de nº 01 de 18 de janeiro de 2015, e Portaria de nº 08 de 07 de novembro de 2016.

Câmara Municipal de Itanhangá – MT, aos 06 dias do mês de Janeiro de 2017.

Registre–se

Publique-se

Cumpra-se.

ELEANDRO CESAR CASSOL

Presidente

Câmara Municipal de Itanhangá.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIAS

PORTARIA N° 022/2017

SÚMULA: “Nomeia servidor ao cargo em comissão que menciona e da outras providencias.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais amparado pelo Art. 18, II, da Lei Complementar 002/2005, Lei Complementar 027/2010, bem como pela Lei Complementar 024/2009 e suas alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr°. João dos Santos Ferreira, portador do CPF n° 023.363.359-64 e RG n° 73611156 SSP/PR, ao cargo em comissão de Diretor do DAE, lotado na secretaria de Saúde e Saneamento do Município de Itanhangá-MT.

Art. 2° - O servidor ora nomeado será responsável pelas atribuições e encargos do Departamento de Saneamento municipal

Art. 3° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de Janeiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 023/2017

SÚMULA: “Atribui responsabilidades ao servidor que menciona e da outras providencias.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Atribuir ao Servidor Emersom Ferron Carneiro, portador do CPF n° 000.285.731-61 e RG n° 1414782-3 SSP/MT a responsabilidade pelas atividades inerentes Departamento de Tributação e Fiscalização do Município de Itanhangá-MT.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de Janeiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 024/2017

SÚMULA: “Atribui responsabilidades ao servidor que menciona e da outras providencias.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designa a Servidora Cindy Gabrieli Lara da Silva, portadora do CPF nº 045.638.551-70 e RG nº 2001164-4 SSP/MT, efetiva no cargo de Agente Administrativo 40h, para responder pelas atribuições de *Ouvidor Municipal e Sistema de Informação ao Cidadão – SIC*, com base na Lei 298/2013.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de Janeiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 026/2017

SÚMULA: “Atribui poderes ao servidor que menciona e da outras providencias.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Atribui ao Srº. Emerson Sabatine, portador do CPF n° 555.836.521-87 e RG n° 251362309 SSP/SP, servidor nomeado através da portaria 001/2017, os poderes abaixo mencionados, perante ao Banco do Brasil, assinando as contas do Fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, CNPJ 17.921.523/0001-73, bem como do Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ 13.738.493/0001-03, em conjunto com Prefeito Municipal.

Ø Abrir e encerrar contas

Ø Solicitar e retirar Cheques

Ø Solicitar e retirar saldos, extratos e comprovantes bancários

Ø Efetuar transferências e pagamentos por qualquer meio.

Ø Emitir cheques

Ø Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro.

Ø Recebimento de cobranças

Ø Consignação em folha

Ø Assinar apólices de seguros

Ø Sustar, contra ordenar, baixar cheques

Ø Efetuar aplicações financeiras

Ø Solicitar saldo e extrato de operações financeiras

Ø Assinar instrumentos de convênio e contratos de prestação de serviços

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de Janeiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 192 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

Concede férias referente ao mês de dezembro de 2016, aos servidores públicos que especifica, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

R E S O L V E:

Art. 1° - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo nominados, relativo ao período aquisitivo que menciona como segue:

NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	RETORNO
ADEMIR BASTOS	CONSULTOR E ASSESSOR TECNICO III	02/12/2015 a 02/12/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
ADYENNE ELZITA ORTIZ PAIVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	11/04/2015 a 11/04/2016	31/12/2016 a 29/01/2017	30/01/2017
AGRIPINO CORRERA DA SILVA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	15/07/2015 a 15/07/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
AILTON NEVES DA MAIA	MOTORISTA	02/04/2014 a 02/04/2015	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
ALAIR ROCHA DA SILVA	RECEPCIONISTA	05/03/2015 a 05/03/2016	04/12/2016 a 02/01/2017	03/01/2017
ALEX ALVES DA SILVA	SECRETARIO DE FINANÇAS	02/01/2014 a 02/01/2015	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
AVERALDO VELASCO DOS SANTOS	PEDREIRO	08/07/2014 a 08/07/2015	06/12/2016 a 04/01/2017	05/01/2017
BENEDITO PEREIRA DE MATOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/04/2014 a 01/04/2015	30/12/2016 a 28/01/2017	29/01/2017
CAMILA DA SILVEIRA FRAGERRI	PSICÓLOGO	14/10/2015 a 14/10/2016	31/12/2016 a 29/01/2017	30/01/2017
CINTIA LOURENÇO DA MATA	AGENTE ADMINISTRATIVO	03/09/2014 a 03/09/2015	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
CLAUDELINO DA SILVA LANGUE	GERENTE DE VIGILÂNCIA DO TRABALHADOR	06/09/2014 a 06/09/2015	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
CREUZANTINA BATISTA DE MENEZES	GARI	25/04/2014 a 25/04/2015	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016

DAIANE CAMARGO LUZIO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	18/09/2014 a 18/09/2015	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
DAVINA INACIO DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	29/04/2014 a 29/04/2015	06/12/2016 a 04/01/2017	05/01/2017
DENIR JOÃO ANICÉSIO	MOTORISTA	09/03/2015 a 09/03/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
DIONISIO BOIKO	MOTORISTA	15/01/2015 a 15/01/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
EDIVALDO PEREIRA SILVEIRA	FISCAL DE TRIBUTOS	29/04/2013 a 29/04/2014	31/12/2016 a 29/01/2017	30/01/2017
ELIANE NEUBERT	COORDENADOR DE RH	26/02/2014 a 26/02/2015	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
ELIZANGELA CESAR DE ALMEIDA TARLEI	GUARDA	18/03/2015 a 18/03/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
EMERSON MORALES VARGAS	COLETOR DE ENTULHO/LIXO	02/07/2015 a 02/07/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
EVA ALVES DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	10/03/2015 a 10/03/2016	03/12/2016 a 01/01/2017	02/01/2017
FERNANDA JAQUELINE DE MELO	ASSISTENTE SOCIAL	08/06/2015 a 08/06/2016	03/12/2016 a 01/01/2017	02/01/2017
FRANCISCO EDICARLOS MOREIRA DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO	29/08/2015 a 29/08/2016	09/12/2016 a 07/01/2017	08/01/2017
GERALDO ALVES RIBEIRO	MOTORISTA	04/03/2015 a 04/03/2016	02/12/2016 a 31/12/2016	01/01/2017
GERALDO CABRAL DE SOUZA	OPERADOR DE MAQUINAS	29/04/2015 a 29/04/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
GLAUCIA PINHEIRO	GERENTE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE	07/01/2015 a 07/01/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
GLÊNIO FABIO VIEIRA FERNANDES	SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	01/06/2014 a 01/06/2015	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
GUMERCINO DE SOUZA	GARI	04/02/2014 a 04/02/2015	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
JANE GOBBI	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02/04/2013 a 02/04/2014	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
JESUS CARLOS RIBEIRO	MOTORISTA	02/04/2012 a 02/04/2013	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
JHONATAN PRESOTO	ASSESSOR DE PLANEJAMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS	02/01/2014 a 02/01/2015	21/11/2016 a 20/12/2016	21/12/2016
JOANIL ALVES SANTANA	GUARDA	28/08/2015 a 28/08/2016	26/12/2016 a 24/01/2017	25/01/2017
JOÃO BATISTA EVARISTO DA SILVA	PEDREIRO	15/07/2015 a 15/07/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
JOÃO DA SILVA FILHO	OPERADOR DE MAQUINAS	02/04/2013 a 02/03/2014	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
JOAQUIM BATISTA NETO	GERENTE DE DESENVOLVIMENTO DE RH	01/03/2015 a 01/03/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
JOEL DE SOUZA CRUZ	MOTORISTA	04/03/2015 a 04/03/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
JOSANE BEATRIZ DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	25/03/2015 a 25/03/2016	12/12/2016 a 10/01/2017	11/01/2017
JOSÉ APARECIDO SOUZA OLIVEIRA	OPERADOR DE MAQUINAS	01/04/2014 a 01/04/2015	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
JOSÉ FRANCISCO NETO	GUARDA	02/04/2015 a 02/04/2016	19/12/2016 a 17/01/2016	18/01/2016
LAURINA CAMPOS GONZAGA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	26/04/2015 a 26/04/2016	20/12/2016 a 18/01/2017	19/01/2017
LUCIANA DALLA COSTA	GUARDA	05/09/2015 a 05/09/2016	02/12/2016 a 31/12/2016	01/01/2017
LUCIANO SILVA GONZAGA	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA	01/06/2015 a 01/06/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
MANOEL DOURADO MARQUES	SECRETARIO DE CULTURA	29/04/2015 a 29/04/2016	01/12/2016 a 30/01/2016	31/12/2016
MARCIA DOS SANTOS	GARI	28/02/2014 a 28/02/2015	15/12/2016 a 13/01/2017	14/01/2017
MARIA DIRCE ALVES DE SOUZA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICAS	24/02/2015 a 24/02/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
MARIA JOSÉ ALVES RODRIGUES	GUARDA	27/08/2015 a 27/08/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
MARINA TUNES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	23/04/2015 a 23/04/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
MARIO CONCEIÇÃO CAVALCANTE	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITARIA	29/04/2015 a 29/04/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
MICHELE BORTOLE	GARI	07/03/2015 a 07/03/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
MOISÉS ABRAÃO CABRAL FERREIRA	MOTORISTA	21/01/2015 a 21/01/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
OLIANE MATOS BARBOSA	GARI	19/03/2014 a 19/03/2015	20/12/2016 a 18/01/2017	19/01/2017
REGINALDO GONÇALVES COSTA	MOTORISTA	10/02/2013 a 10/02/2014	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
ROGERIO SOARES DOS SANTOS	COORDENADOR DE SERVIÇOS URBANOS	02/01/2015 a 02/01/2016	01/12/2016 a 31/12/2016	31/12/2016
ROSEVANI FLEIRIA GOES	ENFERMEIRO	14/04/2014 a 14/04/2015	19/12/2016 a 17/01/2017	18/01/2017
SALVANI SIMPLICIO DOS SANTOS	MOTORISTA	02/04/2015 a 02/04/2016	14/12/2016 a 12/01/2017	13/01/2017
SEBASTIÃO DA SILVA ARAUJO	SERVENTE DE PEDREIRO	21/07/2015 a 21/07/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
SEBASTIAO GONÇALVES DA SILVA	GERENTE DE CONTROLE E CONSERVAÇÃO	04/09/2013 a 04/09/2014	01/12/2016 a 31/12/2016	31/12/2016
SÉRGIO VITORIO DO REGO	GERENTE DE PATRIMÔNIO DE DIFUSÃO CULTURAL	15/10/2015 a 15/10/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
SILVANA MARIA ROSSONI	GERENTE ORÇAMENTO	04/02/2012 a 04/02/2013	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
SIOELEN CARPENA MARIA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	27/08/2015 a 27/08/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016

SIRLENE CARDOSO PEREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	25/04/2010 a 25/04/2011	03/12/2016 a 01/01/2017	02/01/2017
TERESA JANJACOMO DOS REIS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	28/02/2015 a 28/02/2016	03/12/2016 a 01/01/2017	02/01/2017
UARLA SAMARA GALDINO BATISTA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	21/07/2015 a 21/07/2016	15/12/2016 a 13/01/2017	14/01/2017
VALDINÉIA VELASCO DE MATOS WINK	RECEPCIONISTA	11/04/2014 a 11/04/2015	02/12/2016 a 31/12/2016	01/01/2017
VANDERLANE SOCORRO DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	03/07/2015 a 03/07/2016	03/12/2016 a 01/01/2017	02/01/2017
WALDERSON SANTOS SOUZA	GUARDA	05/04/2014 a 05/04/2015	05/12/2016 a 03/01/2017	04/01/2017
ZÉLIA GIONGO	COORDENADOR	01/04/2015 a 01/04/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
ZELITO JOSÉ DO CARMO	OPERADOR DE MÁQUINAS	30/04/2014 a 30/04/2015	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 02 de dezembro de 2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 008, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

"Nomeia os médicos que menciona para comporem a Junta Médica Oficial do Município de Itiquira e designa dentre os mesmos o Coordenador da referida Junta".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 89 da Lei Municipal nº 675, de 18 de março de 2010, segundo o qual o Prefeito Municipal instituirá a Junta Médica.

CONSIDERANDO o previsto no Decreto nº 041, de 8 de agosto de 2013 que dispõe sobre a Criação da Junta Médica Oficial do Município de Itiquira, estabelece Regramentos e dá outras providências.

R E S O L V E:

Art. 1° - Ficam nomeados **médicos peritos**os profissionais de medicina a seguir identificados e qualificados, para comporem a **Junta Médica Oficial** do Município de Itiquira:

I. Dr. Paulo Cesar Stefani. CRM 1.992-MT. II. Dr. Jairo André Both Silveira. CRM 3963-MT.

III. Marcelo Henrique Coutinho Tiago. CRM 4883-MT

IV. Dr. Abel Diego CacerezAzad. CRM 7745-MT

Parágrafo único. Nos termos do artigo 4º do Decreto nº 041, de8 de agosto de 2013, esta Portaria vigerá pelo período de 06 (seis) meses a partir de sua publicação.

Art. 2º A Coordenadoria da Junta Médica Oficial do Município de Itiquira terá como Coordenador o Dr. **Jairo André Both Silveira**. CRM **3963**-MT.

Art. 3ºEsta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 04 de janeiro de 2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº 005 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

"Regulamenta forma e prazos para pagamento do IPTU e Taxas de Serviços Públicos do exercício de 2017 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar as formas e prazos, em uma única vez ou parceladamente, o pagamento do IPTU, correspondentes ao Exercício de 2017, nos termos do art. 17, "caput" e § 1º da Lei Municipal nº 247 de 08 de novembro de 1991 (Código Tributário Municipal) e suas alterações.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Finanças, Gerência de Arrecadação e Fiscalização a conceder o desconto de 20% (vinte por cento) ao contribuinte que efetuar o pagamento do IPTU do Exercício de 2017, em parcela única até o dia 17/11/2017, conforme art. 17, § 1º da Lei Municipal nº 247, de 08 de novembro de 1991.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Finanças está autorizada a parcelar o IPTU e as Taxas de Serviços Públicos do Exercício de 2017 em até seis (06) parcelas, desde que o contribuinte interessado procure a Gerência de Arrecadação e Fiscalização até o dia 17/05/2017.

§ 1º Fica definido como prazo para pagamento das parcelas IPTU do Exercício de 2017, com a 1ª Parcela com vencimento até 17/05/2017 e as demais na mesma data sucessivamente até a última parcela que deverá ser 17/11/2017, após decorrido este prazo o contribuinte ficará sujeito ao pagamento em parcela única.

§ 2º As parcelas do parcelamento do IPTU do Exercício de 2017 não poderão ser inferiores à importância de R$ 32,80 (trinta e dois reais e oitenta centavos), considerando o princípio da razoabilidade e da economicidade para o erário público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 06 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 004, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

"Dispõe sobre horário de expediente externo do Paço Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DO MATO GROSSO, no uso das competências e atribuições que lhe conferem a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO a necessidade de prestar serviços de interesse público aos munícipes, com eficiência e a celeridade exigidas para o cumprimento dos princípios que norteiam a Administração Pública, indispensáveis para compatibilizar, harmoniosamente, os serviços de rotina internos e externos da Prefeitura Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado o horário de expediente externo para funcionamento e atendimento ao público da Prefeitura Municipal/Sede da Administração será das 07 h 00 min às 11 h 00 min, e das 13 h 00 min às 17 h 00 min de segunda-feira à sexta-feira.

Parágrafo único. O horário de funcionamento das demais repartições públicas municipais, órgãos e/ou Secretarias do Poder Executivo permanecerão em funcionamento no horário das 07 h 00 min às 11 h 00 min, e das 13 h 00 min às 17 h 00 min de segunda-feira à sexta-feira; com exceção das áreas da Saúde e da Educação as quais serão regulamentadas posteriormente individualmente conforme necessidade da Administração e cumprimento de suas atribuições legais.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor a partir do dia 09 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 05 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
AVISO DE LANÇAMENTO DO IPTU E TAXAS DE 2017.

EDITAL Nº 002 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais**,** atendendo o disposto no art. 37, *caput,* da Constituição da República (CRFB/1988 e alterações) c/c art. 95, *caput* da Lei Orgânica do Município (LOM) e em cumprimento ao que determina o art. 142 do Código Tributário Nacional – CTN, em conjunto com os arts. 2º, 92, 86, 116 e 117 da Lei Municipal nº. 247 de 08 e novembro de 1991, torna público o seguinte **AVISO DE LANÇAMENTO do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e das Taxas de Serviços Públicos e de Licenças** relativos ao exercício de 2017.

I - Ficam os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores de imóveis localizados na zona urbana do Município de Itiquira, bem como os proprietários de estabelecimentos comerciais, industriais ou de serviços, notificados respectivamente, do lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e das TAXAS, de Serviços Públicos e de Licenças, referentes ao exercício de 2017, conforme Relação de Cadastros Imobiliários anexa ao presente Edital.

II- A data de vencimento em **cota única com 20% de desconto no IPTU inspira em 17 de novembro de 2017**, conforme Decreto Municipal nº 005 de 06 de janeiro de 2016, este poderá ser prorrogado de acordo com a o interesse da Administração Pública.

III - Na hipótese em que o valor do IPTU for igual ou superior a R$ 65,60 (sessenta e cinco reais e sessenta centavos), o pagamento poderá ser efetuado parceladamente, as parcelas serão iguais e sucessivas, não podendo cada uma ser inferior a R$ 32,80 (trinta e dois reais e oitenta centavos), excetuada a última que incorporará o valor residual, se for o caso, conforme Decreto Municipal nº 005 de 06 de janeiro de 2016.

IV - A ausência do recebimento do carnê ou da DAM (Documento de Arrecadação Municipal) não desobriga o sujeito passivo do pagamento dos tributos no respectivo vencimento, devendo os contribuintes que não tiverem recebido os referidos documentos, retirarem as segundas-vias da DAM na Gerência de Arrecadação e Fiscalização de Itiquira que está situada no seguinte endereço Avenida Lúcio Mendonça Primo nº 621, Conj. Habitacional Arco Íris, CEP: 78.790-000 – Itiquira-MT e no Centro Administrativo em Ouro Branco do Sul que está situado na Rua Zenaide Avena de Oliveira, s/n.

V – Para obtenção do benefício da isenção do IPTU, cujo titular tenha os seguintes requisitos:

1- Ter mais de sessenta anos;

2- Receber até dois salários mínimos mensais,

3- Utiliza o imóvel como sua residência e;

4- Não seja possuidor de outro imóvel.

VI - O tributo não pago até a data de vencimento constante neste Edital sofrerá atualização mensal, sobre o valor principal incidirá:

a) Multa de mora de 20%, 30% e 50% (vinte, trinta e cinquenta por cento) de acordo com o art. 130 do Código Tributário Municipal;

b) Juros de mora equivalente a 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, aplicados por capitalização simples, a partir do mês subsequente ao do vencimento.

VII – O imposto e taxas com vencimento em feriados ou finais de semana poderá ser pago no primeiro dia útil subsequente ao dia do vencimento.

VIII - O contribuinte que não concordar com o lançamento dos tributos poderá protocolar reclamação até 30 (trinta) dias contados da data de publicação deste Edital na Gerência de Arrecadação e Fiscalização, relacionadas no item I, devidamente fundamentada e com as provas que entender serem necessárias.

IX – Na hipótese de o contribuinte apresentar reclamação contra o lançamento em relação a um dos tributos referidos neste Edital, o pagamento do outro obedecerá aos prazos e condições fixados nos itens precedentes.

X – Para obtenção de maiores informações o contribuinte poderá ligar para 65-3491-1061, ou enviar pedido para o e-mail: **tributos.itiquira@bol.com.br** ou comparecer à Gerência de Arrecadação e Fiscalização ou Sub Prefeitura em Ouro Branco do Sul, no horário compreendido das 07h00 min às 11h00 min e 13h00 min às 17h00min.

O presente Edital será afixado em locais de fácil acesso no Mural da Prefeitura e publicado no Jornal Oficial dos Municípios na Associação Matogrossense dos Municípios (AMM, *site* do Município (www.itiquira.mt.gov.br).

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 06 de janeiro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 193, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2016.

Suspende o gozo das férias concedidas pela Portaria nº 192/2016, dos servidores públicos que especifica, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, o interesse público e a necessidade de serviço;

R E S O L V E:

Art. 1° - Suspender o gozo de 30 (trinta) dias das férias concedidas pela Portaria nº 192/2016, dos Servidores abaixo relacionados.

NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	RETORNO
ELIANE NEUBERT	COORDENADOR DE RH	26/02/2014 a 26/02/2015	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016

JANE GOBBI	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02/04/2013 a 02/04/2014	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016
SILVANA MARIA ROSSONI	GERENTE ORÇAMENTO	04/02/2012 a 04/02/2013	01/12/2016 a 30/12/2016	31/12/2016

Parágrafo Único – O período suspenso será gozado em momento oportuno a ser acordado entre as partes.

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 01 de agosto de 2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 073, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

A Comissão de Avaliação de Desenvolvimento Funcional do Plano de Cargo e Carreiras dos Servidores Profissionais da Educação, visando atender os princípios norteadores da Administração Pública, da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, bem como em cumprimento as Leis Municipais nº 379/1999 e 684/2010 e ainda em atendimento ao disposto no Artigo 15 do Decreto Municipal 075/2015 e,

Considerando a apreciação do recurso oferecido contra a Avaliação de Desempenho.

RESOLVE:

I – Divulgar o Resultado do Julgamento do Recursos apresentados pelos servidores, conforme segue abaixo:

Candidato	Cargo	Fundamentação do Recurso	Julgamento do Recurso
CELSO APARECIDO DE OLIVEIRA	ProfessorNível II	Requer a reavaliação das notas ofertadas na ficha de avaliação de desempenho,nos itens VI e VIII, por não estarem condizentes com suas atividades e competências diárias.	**Recurso sem Provimento**, Permanecendo inalterados as notas obtidas nos itens objeto do recurso, por falta de consistência nos argumentos apresentados

II – Comunicar que não mais será concedido prazo para a apresentação de novos recursos contra a Avaliação de Desempenho já julgadas neste Edital.

Itiquira-MT, 29 de dezembro de 2016.

MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DOS SERVIDORES PROFISIONAIS DA EDUCAÇÃO
Nome : Monica Eliza Gobbi Assinatura:
Nome : Solange Garcia Gimenes Assinatura:
Nome :Nelcira Machado de Oliveira Assinatura:
Nome : Marcos Célio de Freitas Assinatura:
Nome : Maria Clara Carvalheiro Marques Assinatura:
Nome: Rosangela de Carvalho Frederico Assinatura:
Nome: Jane Gobbi Assinatura:

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL Nº. 001/2017 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

EDITAL Nº 001 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Itiquira, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com § 3º, inciso II do artigo 198, da Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, combinado com o art. 168 da Lei Municipal nº 247 de 08 de novembro de 1.991, torna público o seguinte **AVISO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA** relativos ao exercício de 2016.

I - Ficam os contribuintes relacionados nos Anexos I, II, III e IV (Livros de Inscrição em Dívida Ativa nºs. 42, 43, 44 e 45 respectivamente), da inscrição em dívida ativa referente aos créditos tributários e não tributários vencidos e inscritos no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016, referentes aos seguintes Tributos: IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (Taxas e Contribuições lançadas juntamente com o imposto), ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, ISSQN, TLLF - Taxas de Licença para Localização e Funcionamento, OR – Outras Receitas.

II- Os créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa constante neste Edital sofrerão atualizações mensais sobre o valor principal onde incidiu:

a) Multa de mora de 20%, 30% e 50% (vinte, trinta e cinquenta por cento) de acordo com o art. 130 do Código Tributário Municipal;

b) Juros de mora equivalente a 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, aplicados por capitalização simples, a partir do mês subsequente ao do vencimento.

III - Fica estipulado o prazo de 20 (vinte) dias para que os responsáveis ou interessados em apresentar defesa, possam exercer seu direito. Vencido este, ficam os créditos tributários constantes desta relação definitivamente constituídos e sujeitos a Execução.

IV - Os Contribuintes poderão comparecer a Gerência de Arrecadação e Fiscalização, situado na Rua Lucio Mendonça Primo, nº. 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II ou no Centro Administrativo de Ouro Branco do Sul, situado na Rua Zenaide Avena de Oliveira, s/n, para receber o documento de arrecadação e efetuar o pagamento nas agências bancárias ou nas casas lotéricas.

V - Solicitamos também, que caso os débitos já tenham sido quitados, apresentar os comprovantes na repartição competente, antes do prazo retro citado.

VI - Para obtenção de maiores informações o contribuinte poderá ligar para 65- 3491-1061, ou enviar pedido para o e-mail: tributos.itiquira@bol.com.br, tributos@itiquira.mt.gov.br ou comparecer à Gerência de Arrecadação e Fiscalização ou Sub Prefeitura em Ouro Branco do Sul, no horário compreendido das 07h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00 horas. O presente Edital será afixado em locais de fácil acesso no Mural da Prefeitura e publicado no Jornal Oficial dos Municípios na Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM, site do Município (www.itiquira.mt.gov.br).

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 06 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 011, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Concede Licença Maternidade às servidoras que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o atestado médico, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade as servidoras abaixo relacionadas:

1. JAYNE PACHECO FERREIRA, servidora pública do quadro de servidores permanente do Poder Executivo, no Cargo de RECEPCIONISTA, admitida por meio de Concurso Público, lotada na Secretaria Municipal de Administração pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sendo o período de gozo de 31/12/2016 à 28/06/2017, devendo retornar ao trabalho no dia 29/06/2017. **2. DENISE APARECIDA VARUSA,** servidora pública do quadro de servidores temporários do Poder Executivo, no Cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, admitida por meio de Processo Seletivo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sendo o período de gozo de 16/12/2016 à 13/06/2017, devendo retornar ao trabalho no dia 14/06/2017.

Art. 2º -Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo às providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 05 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005/2016 DIVULGA O LOCAL DAS PROVAS

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005/2016

DIVULGA O LOCAL DAS PROVAS

A Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, no uso de suas atribuições legais conferidas no Edital de Abertura nº 002/2016, visando atender os princípios norteadores da Administração Pública, da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

CONSIDERANDO a aplicação das provas objetivas e práticas, que serão realizadas no dia 15 de janeiro de 2017;

RESOLVE:

I – Divulgar o local das provas aos candidatos regularmente inscritos no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016.

II – Informar aos candidatos que as provas objetivas serão realizadas no **período matutino das 08h00min às 11h00min (horário local de Itiquira-Mt), na Escola Municipal Anfilófio de Souza Campos**, sito á Avenida Lúcio de Mendonça Primo nº 1233- Bairro: João de Barro- Itiquira-MT, **conforme listagem contida no Anexo I deste edital**. Os candidatos deverão comparecer com antecedência mínima de 60 (minutos) no recinto de realização das provas, portando documento original de identificação, caneta esferográfica azul ou preta transparente e alertando que se chegarem após o horário especificado, não adentrará para se submeter ao processo seletivo simplificado;

III –Comunicar aos candidatos inscritos para os cargos de Motoristas que a prova prática será realizada no período vespertino às 13h00min na Garagem Municipal, antiga CASEMAT, sito a Avenida 21- Itiquira-MT, os mesmos deverão comparecer no local acima citado com no mínimo 01 (uma) hora de antecedência e no caso do cargo de Motorista o mesmo deverá apresentar a CNH categoria "D" ou superior, sob pena de ser impedido de realizar a prova.

IV – Informar que o candidato não poderá portar e fazer uso de aparelhos celulares ou similares eletrônicos, no recinto da realização das provas objetivas e práticas e de aptidão física.

Itiquira-MT, 06 de janeiro de 2017.

.....

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 002/2016

ANEXO 01

RELAÇÃO DE INSCRITOS POR CARGO

SALA 01			
	CARGO 01	**VAGAS**	**1**
Nº	**NOME**	**FISIOTERAPEUTA**	**LOCAL**
1	TAINA ANITA FURTADA MARTINS	FISIOTERAPEUTA	ITIQUIRA
2	KATYBELLE FRANCYELLE OLIVEIRA DE SOUZA	FISIOTERAPEUTA	ITIQUIRA
3	RENATA DOS SANTOS FELBEK	FISIOTERAPEUTA	ITIQUIRA
	CARGO 02	**VAGAS**	**1**
Nº	**NOME**	**FONOAUDIÓLOGO**	**LOCAL**
1	JHONATTA ALVES MOREIRA	FONOAUDIÓLOGO	ITIQUIRA
	CARGO 03	**VAGAS**	**2**
Nº	**NOME**	**MÉDICO PSF/HOSPITAL**	**LOCAL**
1	ABDEL DIEGO CACERES AZAD	MÉDICO PSF/HOSPITAL	ITIQUIRA
2	ADRIANA FERREIRA COSTA	MÉDICO PSF/HOSPITAL	ITIQUIRA
3	RAYLLA NABILA DOS SANTOS	MÉDICO PSF/HOSPITAL	ITIQUIRA
4	VICTOR FRANCO SILVEIRA FERNANDES	MÉDICO PSF/HOSPITAL	ITIQUIRA
N.	**CARGO 03**	**VAGAS**	**1**
	NOME	**MEDICO PSF/HOSPITAL**	**LOCAL**
1	TATIANA DENISE SCHAKOFSKI	MEDICO PSF/HOSPITAL	OURO BRANCO
2	MARCELO NUNES MORENO	MEDICO PSF/HOSPITAL	OURO BRANCO
	CARGO 04	**VAGAS**	**1**
Nº	**NOME**	**PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS**	**LOCAL**
1	GILSON MENDONÇA BATISTA	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS	ITIQUIRA
2	CRISTIANE PEREIRA MARTINS	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS	ITIQUIRA
	CARGO 04	**VAGAS**	**2**
N.	**NOME**	**PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS**	**LOCAL**
1	DEJUNHO CAMPOS DA COSTA	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS	OURO BRANCO
2	NORMANDO JOSE DA SILVA	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS	OURO BRANCO
3	ADAO PEREIRA DOS REIS	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS	OURO BRANCO
4	EDIMARCIO MUNIZ PEREIRA	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS	OURO BRANCO
5	ANGELA MARIA DA SILVA CLEMENTE	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS	OURO BRANCO
6	POLLIANE DE AAQUINO SÁ	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS	OURO BRANCO
7	MONICA DA COSTA SANCHO	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS	OURO BRANCO
	CARGO 05	**VAGAS**	**4**
Nº	**NOME**	**PROFESSOR NÍVEL II – ÁREA DE LINGUAGEM**	**LOCAL**
1	JAQUELINE DOS SANTOS	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM	ITIQUIRA
2	WELIDA PEREIRA DE SOUZA	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM	ITIQUIRA

3	LIDIMAR DA SILVA AFONSO	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM	ITIQUIRA
4	SIDCLEI CORDEIRO DA SILVA	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM	ITIQUIRA
5	EZEQUIEL DA CRUZ MACHADO	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM	ITIQUIRA
6	JANAINA CABRAL DA SILVA	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM	ITIQUIRA
7	SAULO OLIVEIRA NETO	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM	ITIQUIRA
8	ALLYNE SANTANA SILVA	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM	ITIQUIRA
9	LEONOR RODRIGUES DA SILVA	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM	ITIQUIRA
10	RAFAELA DA SILVA CORTES	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM	ITIQUIRA
11	ELZA PINHEIRO DA SILVA	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM	ITIQUIRA
TOTAL 30			
SALA 02			
	CARGO 05	**VAGAS**	**1**
N.	**NOME**	**PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM**	**LOCAL**
01	CECILE MARIA DO ESPIRITO SANTO	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM	OURO BRANCO
02	MARIO LUIZ ASSIS	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM	OURO BRANCO
03	SANDRA CRISTINA ALMEIDA CAMPOS	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM	OURO BRANCO
04	ROSIMIRIAM ACUNHA TELES MARQUES	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM	OURO BRANCO
05	MARINES MARIN	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM	OURO BRANCO
	CARGO 06	**VAGAS**	**1**
	NOME	**PROFESSOR NÍVEL II – ÁREA DE MATEMÁTICA**	**LOCAL**
1	MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA CAMPOS	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE MATEMÁTICA	ITIQUIRA
2	WEVERTON SODRE TOMASI	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE MATEMÁTICA	ITIQUIRA
3	GRACIELE FERNANDES CABRERA	PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE MATEMÁTICA	ITIQUIRA
	CARGO 06	**VAGAS**	**1**
N.	**NOME**	**PROFESSOR NÍVEL II – ÁREA DE MATEMÁTICA**	**LOCAL**
1	RAIMUNDA MARIA DE ARAUJO GUIMARAES	PROFESSOR NÍVEL II – ÁREA DE MATEMÁTICA	OURO BRANCO
	CARGO 07	**VAGAS**	**6**
N.	**NOME**	**PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL**	**LOCAL**
1	ROSELY COLETTI	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	ITIQUIRA
2	JOANA D` ARC BARBOSA	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	ITIQUIRA
3	ANGELA DA SILVA CESAR	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	ITIQUIRA
4	CREUZELIA MORAIS ASSEF DE SOUZA	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	ITIQUIRA
5	ROSILVA SEVERIANA DAS NEVES MAIA	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	ITIQUIRA
6	JUSCILEIDE DO CARMO CASTELO BRANCO DOS ANJOS	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	ITIQUIRA
7	LUZENILDE CAMPOS DANIEL	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	ITIQUIRA
8	ZIRLENE ROSA DA SILVA	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	ITIQUIRA
9	VILMA PARREIRA DE SOUZA	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	ITIQUIRA
10	BEATRIZ DA SILVA PUTAROV	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	ITIQUIRA
11	FABIANA OLIVEIRA CARVALHO	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	ITIQUIRA
12	CRISTIANE COIADO RAYSARO	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	ITIQUIRA
13	ANGELA LUCIA DA SILVA OLIVEIRA	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	ITIQUIRA
14	ANA ROSA MIRANDA VELASCO	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	ITIQUIRA
	CARGO 07	VAGAS	**3**
N.	**NOME**	**PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL**	**LOCAL**
01	SONIA GONCALVES DA SILVA	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	OURO BRANCO
02	MELCA NIVIA DE CAMPOS	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	OURO BRANCO
03	SILVANA ALVES DA SILVA DINIZ	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	OURO BRANCO
04	NILDECI DA SILVA MARTINS	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	OURO BRANCO
05	MAURINETE GALDINA DE JESUS	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	OURO BRANCO
06	LILIAN DOS SANTOS GUIMARAES	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	OURO BRANCO
07	TANIA MARIN	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL	OURO BRANCO
TOTAL 32			
SALA 03			
	CARGO 08	**VAGAS**	**8**
N.	**NOME**	**PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO**	**LOCAL**
1	EVANE SANTOS SARET VIEIRA	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
2	TALYANA MARIA CASTELLAR	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
3	DIONE SALETE RECH	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
4	SANDRA LUZIA ROSA	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
5	SANDRA MARIA DE JESUS FREITAS	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
6	DANIELE PEREIRA MORAES	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
7	ELIANA SOARES CAMPOS	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
8	MARIA DILEUZA DE OLIVEIRA	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
9	GEOVANIA PEREIRA MARTINS	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
10	MARIA DO CARMO MARQUES AVELAR	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
11	IRANY FRANCISCA MELO DE SOUZA	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
12	SAMARA LIMA DE OLIVEIRA SOUZA	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
13	FERNANDA BENITEZ DE SOUZA MOREIRA	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
14	MARIA JOSE FREITAS FERREIRA MIRANDA	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
15	ROSIDETE APARECIDA FELIZ	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
16	MARCIA JANJACOMO	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
17	ROSEMEIRE APARECIDA DO NASCIMENTO	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
18	THAIS POLINATI LOPES	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
19	CLAUDIA VENZEL RODRIGUES	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	ITIQUIRA
	CARGO 08	**VAGAS**	**3**
N.	**NOME**	**PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO**	**LOCAL**
1	MARIA LUZIA BORDIN	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	OURO BRANCO
2	FLAVIA CRISLAINE PINHO FERREIRA	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	OURO BRANCO
3	MARIA APARECIDA MORAIS DE ALMEIDA	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	OURO BRANCO

4	LUCIANA RODRIGUES ARAGAO	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	OURO BRANCO
5	GENESIO FIDELIS DE LIMA	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	OURO BRANCO
6	JANE MEIRE DE SOUZA DIAS	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	OURO BRANCO
7	ALINE MUNIZ DOS SANTOS	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO	OURO BRANCO
TOTAL 26			
SALA 04			
	CARGO 09	**VAGAS**	**4**
N.	**NOME**	**PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA**	**LOCAL**
1	MANOEL OLIVEIRA DE JESUS	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	ITIQUIRA
2	EDINA PEREIRA DE ANICESIO	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	ITIQUIRA
3	IRACEMA LACERDA FERRAZ	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	ITIQUIRA
4	KEILA ADRIANA RIBEIRO ELMO	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	ITIQUIRA
5	MARCOS OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	ITIQUIRA
6	ANTONINA PEREIRA RANGEL	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	ITIQUIRA
7	ATILANEI ALVES RODRIGUES	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	ITIQUIRA
8	NAIR PEREIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	ITIQUIRA
9	MAURA LIMA PEREIRA	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	ITIQUIRA
10	KELLY CRISTINA RUS CABRAL	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	ITIQUIRA
11	CRISTIANE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	ITIQUIRA
12	IELITA MARIA TEODORO VELASCO	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	ITIQUIRA
13	LUCIENE GONCALVES RIBEIRO	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	ITIQUIRA
14	TANIA CESAR FURTADA MARTINS	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	ITIQUIRA
15	CARLOS ALBERTO TAVARES DUARTE	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	ITIQUIRA
16	MARIA DE FATIMA SODRE DE OLIVEIRA	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	ITIQUIRA
17	VANIA APARECIDA RIBEIRO RABAIOLI	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	ITIQUIRA
	CARGO 09	**VAGAS**	**1**
N.	**NOME**	**PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA**	**LOCAL**
1	PATRICIA SILVA DE MOURA	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	OURO BRANCO
2	CRISLAINE FERNANDES DE ANDRADE	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	OURO BRANCO
3	LUZIA APARECIDA DOS SANTOS	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	OURO BRANCO
4	LAURENA PEIXOTO DE AZEVEDO	PROFESSOR NÍVEL II- ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA	OURO BRANCO
TOTAL 21			
SALA 05			
	CARGO 10	**VAGAS**	**1**
Nº	**NOME**	**AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**	**LOCAL**
1	DELMA GEISHI RODRIGUES MESQUITA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
2	DANIELA FERREIRA ALVES ORTIZ	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
3	IGOR ALMEIDA DOS SANTOS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
4	VIVIANE ARRUDA MACEL	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
5	LUCIELI GONCALVES RIBEIRO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
6	LUCELIA PEIXOTO LIRA RUFINO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
7	THAIS REGINA MACHADO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
8	VALDERSON FERREIRA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
9	NAIARA MARIA CURSINO DE SOUZA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
10	HANNA KARLLA MENDES LOPES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
11	THAIANY RODRIGUES PEREIRA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
12	MAURICEIA VERISSIMO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
13	KALINI FERNANDES PRADO TOFFANELLI	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
14	ROBERTA CAMILO DE ASSIS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
15	QUELI CRISTINA MOREIRA LEITE	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
16	SAMILLA RODRIGUES MESQUITA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
17	NILDA LUIZ DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
18	KARINA PEREIRA PACHECO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
19	DAYANE BARBOSA MASCARENHAS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
20	ANDRESSA MEIRA DOS SANTOS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
21	ANA PAULA DOS SANTOS CARVALHO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
22	LUCINHA LINS DE SOUZA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
23	JANETE DAHMER GARCIA CHAVES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
24	ANNY GABRIELLE VIEIRA DOS SANTOS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
25	LISLIANE ARAUJO DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
26	FERNANDA APARECIDA CANDEIA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
27	ANDERSON CARLOS DA SILVA SOUZA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
28	WELIDO PEREIRA DE SOUZA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
29	JOANA DARQUE FRANÇA DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
30	PATRICIA GASPAR DE BARROS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
TOTAL 30			
SALA 06			
	CARGO 10	**VAGAS**	**1**
Nº	**NOME**	**AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**	**LOCAL**
31	AUXILIADORA GONZAGA DE ALMEIDA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
32	PATRICIA VIEIRA DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
33	CAROLINE RAMOS DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
34	VIVIANE CRISTINA DAMASCENA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
35	ESTEFANY DOS SANTOS RODRIGUES MIRANDA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
36	VALDECLEIA DURAN ALONSO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
37	TEREZA PARECIDA CORREA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
38	JESSICA LARISSA GERLACH	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
39	REGIANE RIBEIRO DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
40	EDILAINE FARIAS DE SOUZA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
41	JULIANA SOARES FRAGA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA

42	FLAVIA MARIA DAMACENA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
43	MONICA APARECIDA BORGES DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
44	MARLI ALMEIDA DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
45	BRENA RODRIGUES PESOTTO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
46	DIANA EVELYN SILVEIRA BORGES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
47	MARCIA ANDREA GALDINO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
48	KEVILEN APARECIDA MORENO DOS SANTOS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
49	LINDOMAR TEIXEIRA CAMPOS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
50	MIRIAM CORVALN DE MIRANDA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
51	NELY VICENTE DE MELO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
52	JESSICA FARIAS OURIVES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
53	JULIANA DOS SANTOS RODRIGUES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
54	MARCELO CANDIDO PANIAGO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
55	BEATRIZ BORGES RUFINO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
56	ARYANE LUIZ DA CUNHA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
57	ANDRESSA CAMPOS DANIEL	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
58	NUBIA LIMA DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
59	WELLIGTON JOSE DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
60	IZALTINA OLIVEIRA CAMPOS TUNES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
TOTAL 30			
SALA 07			

	CARGO 10	**VAGAS**	**1**
Nº	**NOME**	**AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**	**LOCAL**
61	FELIPE AUGUSTO TUNNERMANN DE ARAUJO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
62	LUCIANA CARVALHO DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
63	LUCIANA QUEIROZ FORENTINI	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
64	DANUBIA JANJACOMO BOZO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
65	PATRICIA CARLA MARQUES RODRIGUES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
66	FERNANDA MORAES DA CUNHA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
67	RITA MARTINS DE SOUZA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
68	MARIA SOCORRO RODRIGUES DE ARAGAO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
69	SAMARA MELO BARBOSA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
70	DIONNE RAMOS DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
71	CRISTIANE GAUTO DE SOUZA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
72	MARIA EMANUELA OLIVEIRA DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
73	KETLEEN JANE PEREIRA RODRIGUES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
74	AMANDA MARIANE DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
75	DEUSA ALVES DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
76	CARLOS ALBERTO NEPOMUCENO COLOMBO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
77	DORCELIA FARIAS DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
78	TAINA VANSAN RODRIGUES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
79	AMANDA OLIVEIRA QUEIROZ	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
80	JESSIKA CAROLINA VIEIRA DE MOURA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
81	JUCELI APARECIDA GONCALVES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
82	BEATRIZ SILVA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
83	VALERIA COIMBRA MARQUES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
84	REVERSON MADUREIRA DE SOUZA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
85	JOELMA APARECIDA ARAUJO REZENDE	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
86	LUCIA HELENA RODRIGUES CATARINO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
87	MICAELA DOS SANTOS MORAES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
88	LUCIANA ALVES DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
89	JOELMA PEREIRA DOS SANTOS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
90	LUANA OLIVEIRA BATISTA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
91	KAYRON HENRIQUE MARTINS DE SOUZA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
92	PATRICIA VALERIO STRALIOTTO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
93	ROSENI APARECIDA DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
94	MARLUCE IZAURA VIEIRA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA
TOTAL 34			
SALA 08			

	CARGO 11	**VAGAS**	**10**
Nº	**NOME**	**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**	**LOCAL**
1	ROSALI FERNANDES FERREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
2	ANASTACIO DE OLIVEIRA MATOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
3	JAQUELINE PATRICIA TUNES SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
4	NEUZA PEREIRA CARDOSO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
5	VIVIANE ROSA PIRES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
6	ADEMERIA CABRAL DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
7	ITALENA FARIAS CAMPOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
8	EDEMIR CARLOS CAMPOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
9	POLIANA ANDREIA FORTE DE MORAES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
10	UARLA SAMARA GALDINO BATISTA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
11	VANUZA VELASCO DE SOUZA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
12	IZIS NAYARA RIBEIRO VALERIO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
13	LU CINETE TUPINA DA SILVA BASTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
14	ALEXANDRA APARECIDA NOGUEIRA MINELA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
15	SIOELEN CARPENA MARIA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
16	CLABIANA SOUSA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
17	ROSELI DINIZ DOS REIS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
18	DAIANE MACHADO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
19	ELIZANDRA SILVA PORTELA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
20	EUGENIA GRACIA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
21	GEISY CAROLINA MAMORE DE FREITAS TUNES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
22	SUENILIA OLIVEIRA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
23	SEILI JANE LEMES DE FREITAS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
24	DENISE APARECIDA VARUSSA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
25	MARIZETE PARREIRA FRAGA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA
26	MEIRE REGINA RODRIGUES ARAGAO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ITIQUIRA

	CARGO 11	VAGAS	4
N.	NOME	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LOCAL
1	LUCIANA GUIMARAES SOBRINHO MARIANO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	OURO BRANCO
2	MARIVALDO BISPO GONCALVES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	OURO BRANCO
3	VANDERLANE SOCCORO DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	OURO BRANCO
4	CLAUDIANA GARCIA DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	OURO BRANCO
5	CINTIA ARAUJO DE SOUZA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	OURO BRANCO
6	LAURA REGINA MARTINS DUARTE	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	OURO BRANCO
7	MARIA DIVINA FERREIRA DE ASSIS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	OURO BRANCO
8	ANA MARIA DE SOUZA SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	OURO BRANCO
9	MARCIA LUNELLI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	OURO BRANCO
10	DILENE SANTOS SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	OURO BRANCO
TOTAL 36			
SALA 09			

	CARGO 12	VAGAS	1
	NOME	AUXILIAR DE LABORATÓRIO	LOCAL
1	DELMA CINTIA ASSIS DE ALENCAR TAVARES	AUXILIAR DE LABORATÓRIO	ITIQUIRA
2	DALVA CAVALCANTE CORTEZ	AUXILIAR DE LABORATÓRIO	ITIQUIRA
3	LETICIA ALMEIDA CARVALHO	AUXILIAR DE LABORATÓRIO	ITIQUIRA

	CARGO 13	VAGAS	1
Nº	NOME	TÉCNICO EM RAIO X	LOCAL
1	SILVANA CARVALHO	TECNICO EM RAIO X	ITIQUIRA
2	ALEX VAZ DA SILVA	TÉCNICO EM RAIO X	ITIQUIRA
3	JONATHAN ALMEIDA DA SILVA	TÉCNICO EM RAIO X	ITIQUIRA

	CARGO 13	VAGAS	1
N.	NOME	TÉCNICO EM RAIO X	LOCAL
1	DEISIELY FERREIRA DE SOUZA	TÉCNICO EM RAIO X	OURO BRANCO
2	PAULO CESAR GABINESKI	TÉCNICO EM RAIO X	OURO BRANCO

	CARGO 14	VAGAS	8
Nº	NOME	MOTORISTA	LOCAL
1	GILBERTO MAMORE DE FREITAS	MOTORISTA	ITIQUIRA
2	SIDNEY OLIVEIRA DE JESUS	MOTORISTA	ITIQUIRA
3	EDNALDO AMARO DA SILVA	MOTORISTA	ITIQUIRA
4	GEAN PEREIRA BORGES	MOTORISTA	ITIQUIRA
5	ELISANDRO DE VARES QUIRINO	MOTORISTA	ITIQUIRA
6	JOÃO BATISTA DIAS	MOTORISTA	ITIQUIRA
7	SAMMIA DANIELLEN BERNADES	MOTORISTA	ITIQUIRA
8	ROBERTO CANAVERDE COSTA	MOTORISTA	ITIQUIRA
9	WALMIR DE OLIVEIRA CABRAL	MOTORISTA	ITIQUIRA
10	ODIRLEI ALVES LIMA	MOTORISTA	ITIQUIRA
11	ALEX DORNEL DE CARVALHO	MOTORISTA	ITIQUIRA
12	JAIRO DA SILVA	MOTORISTA	ITIQUIRA
13	MARCOS ANTONIO DE REZENDE DOS SANTOS	MOTORISTA	ITIQUIRA
14	LUZIA ALVES DE FREITAS	MOTORISTA	ITIQUIRA
15	ADRIANO TAVARES DA SILVA	MOTORISTA	ITIQUIRA
16	ANTONIO FERNANDES FILHO	MOTORISTA	ITIQUIRA
17	MAILSO MOREIRA DOS SANTOS	MOTORISTA	ITIQUIRA
18	MICHAEL FRENK AMORIM DE OLIVEIRA	MOTORISTA	ITIQUIRA
19	ENIVALDO DA SILVA PANIAGO	MOTORISTA	ITIQUIRA
20	ILIDIO SOBRINHO BRASILEIRO	MOTORISTA	ITIQUIRA
21	ROMULO NEVES DE SOUZA	MOTORISTA	ITIQUIRA
22	VITOR DURAN SECOTTI	MOTORISTA	ITIQUIRA
23	VALMOR MARI	MOTORISTA	ITIQUIRA
24	VAGNER ILARIO MARIANO	MOTORISTA	ITIQUIRA
TOTAL 32			
SALA 10			

	CARGO 14	VAGAS	8
Nº	NOME	MOTORISTA	LOCAL
25	SERGIO FERREIRA DE SOUZA	MOTORISTA	ITIQUIRA
26	ANTONIO CARLOS DORNEL DE CARVALHO	MOTORISTA	ITIQUIRA
27	MARCELO MOREIRA LIMA	MOTORISTA	ITIQUIRA
28	JOACY RODRIGUES DA SILVA	MOTORISTA	ITIQUIRA
29	VALDEMIR SOARES DE FREITAS	MOTORISTA	ITIQUIRA
30	EVAIR SOARES DE SOUZA	MOTORISTA	ITIQUIRA
31	SHANCERLIU OLIVEIRA SILVA	MOTORISTA	ITIQUIRA
32	ADRIANO ALECHANDRE DE SOUZA	MOTORISTA	ITIQUIRA
33	EDIMAR SOARES FERREIRA	MOTORISTA	ITIQUIRA
34	ANTONIO CONCEICAO DE MENEZES	MOTORISTA	ITIQUIRA
35	MOISES ABRAO CABRAL FERREIRA	MOTORISTA	ITIQUIRA
36	ADEMILSON FERREIRA DOS SANTOS	MOTORISTA	ITIQUIRA
37	WILLIAN BARBOSA DIAS	MOTORISTA	ITIQUIRA
38	ARCENIO SANTOS DE LIMA	MOTORISTA	ITIQUIRA
39	LIANDRO SANTOS DA SILVA	MOTORISTA	ITIQUIRA
40	HERNANE JOSE OLIVEIRA RORIZ DE ALMEIDA	MOTORISTA	ITIQUIRA
4	FERNANDO ANTONIO PAULO DE SOUZA	MOTORISTA	ITIQUIRA
1	ADEMAR JOSE DE ALENCAR	MOTORISTA	ITIQUIRA
42	MARTINHO MAIA DE CARVALHO JUNIOR	MOTORISTA	ITIQUIRA
43	FERNANDO BONISSONI	MOTORISTA	ITIQUIRA
44	EDINALDO CLEMENTE DA SILVA RIBEIRO	MOTORISTA	ITIQUIRA
45	WANDERLEY OLIVEIRA COSTA	MOTORISTA	ITIQUIRA
46	CLAUDIO APARECIDO LICERAS	MOTORISTA	ITIQUIRA
47	CARLOS ROBERTO POYER	MOTORISTA	ITIQUIRA
48	MAYCON REGIS DE AMORIN	MOTORISTA	ITIQUIRA
49	FRANCISCO SOARES CAMPOS FILHO	MOTORISTA	ITIQUIRA
50	MANOEL MESSIA ALVES DE OLIVEIRA	MOTORISTA	ITIQUIRA
51	JADIR ALVES DE OLIVEIRA	MOTORISTA	ITIQUIRA
52	ALCINDO RAIMUNDO MARIN	MOTORISTA	ITIQUIRA
53	FABIANO DE OLIVEIRA EVANGELISTA	MOTORISTA	ITIQUIRA
54	GREGORIO DE SOUZA BENITEZ	MOTORISTA	ITIQUIRA
55	VALDEIR JOSE JOAQUIM	MOTORISTA	ITIQUIRA
TOTAL 30			
SALA 11			

	CARGO 14	VAGAS	8
Nº	NOME	MOTORISTA	LOCAL

56	ALESSANDRA DE ALMEIDA FREIRE	MOTORISTA	ITIQUIRA
57	VINICIOS DA SILVA BARBOSA	MOTORISTA	ITIQUIRA
58	JURANDYR ALVES MARTINS	MOTORISTA	ITIQUIRA
59	ERICO RODRIGUES CARVALHO	MOTORISTA	ITIQUIRA
60	VANDERLEI RODRIGUES DA ROCHA	MOTORISTA	ITIQUIRA
61	ADAUTO DE SOUZA SILVA	MOTORISTA	ITIQUIRA
62	DANILO PEREIRA CAMPOS	MOTORISTA	ITIQUIRA
63	NATALICIO RODRIGUES PORTO	MOTORISTA	ITIQUIRA
64	TIAGO TEXEIRO CAMPOS	MOTORISTA	ITIQUIRA
65	FREDGIL LUCIANO DE OLIVEIRA	MOTORISTA	ITIQUIRA
66	UENDRE CAMPOS DE CARVALHO	MOTORISTA	ITIQUIRA
67	CARLOS ANDRE DE SOUZA MACHADO	MOTORISTA	ITIQUIRA
68	ADAIR ANTONIO DA SILVA	MOTORISTA	ITIQUIRA
69	AILTO CARVALHO CARNEIRO	MOTORISTA	ITIQUIRA
70	JOCEMAR DA SILVA	MOTORISTA	ITIQUIRA
71	IZAIAS ALVES FONTES	MOTORISTA	ITIQUIRA
72	JOSEMAR MARQUES MACHADO	MOTORISTA	ITIQUIRA
73	ANTONIO JOSE SANTANA	MOTORISTA	ITIQUIRA
74	JEFERSON ALVES DE ALMEIDA	MOTORISTA	ITIQUIRA
75	JONIEL DA SILVA OLIVEIRA	MOTORISTA	ITIQUIRA
76	ALEXANDER TEXEIRA NOGUEIRA	MOTORISTA	ITIQUIRA
77	ALECIO FRANCISCO SECOTTI	MOTORISTA	ITIQUIRA
78	JORGAN FRANCO BRASIL	MOTORISTA	ITIQUIRA
79	CLAUDIMAR ARANTES BARROS	MOTORISTA	ITIQUIRA
80	NICANOR DAVID RODRIGUES	MOTORISTA	ITIQUIRA
TOTAL 25			
SALA 12			
	CARGO 14	**VAGA**	**2**
N.	**NOME**	**MOTORISTA**	**LOCAL**
1	FATIMA DA SILVA RONDON	MOTORISTA	OURO BRANCO
2	DANIEL GARCIA RODRIGUES	MOTORISTA	OURO BRANCO
3	RONE ALBERTO TOLDO	MOTORISTA	OURO BRANCO
4	GENILSON CEZA BARBOSA	MOTORISTA	OURO BRANCO
5	CAMAR PLAUT DA SILVA	MOTORISTA	OURO BRANCO
6	EMERSON DA GAMA LEITE	MOTORISTA	OURO BRANCO
7	ADRIANO DE FARIAS SILVA	MOTORISTA	OURO BRANCO
8	OTONIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA	MOTORISTA	OURO BRANCO
9	CHARLES D AN DE LIMA	MOTORISTA	OURO BRANCO
10	VANIA DA ROCHA DE MELO BARBOSA	MOTORISTA	OURO BRANCO
11	VAGNER SILVA DOS SANTOS	MOTORISTA	OURO BRANCO
12	JANIELTON FERREIRA DA COSTA	MOTORISTA	OURO BRANCO
13	VALDEIR ALEXANDRE DOS SANTOS	MOTORISTA	OURO BRANCO
14	ALEXANDRE VALERIO DIAS PASSOS	MOTORISTA	OURO BRANCO
15	ARI FRANCISCO DE ARAUJO	MOTORISTA	OURO BRANCO
16	ANTONIO CARLOS	MOTORISTA	OURO BRANCO
17	CLEONE SILVA REIS	MOTORISTA	OURO BRANCO
18	ROSIMAR DA SILVA	MOTORISTA	OURO BRANCO
19	BENEDITO ALVES PINTO	MOTORISTA	OURO BRANCO
20	MAYCON SOUZA ALMEIDA	MOTORISTA	OURO BRANCO
21	JOELSON MENDES DA SILVA	MOTORISTA	OURO BRANCO
22	DIONISIO BOIKO	MOTORISTA	OURO BRANCO
23	JOÃO PAULO NOGUEIRA NARESSI	MOTORISTA	OURO BRANCO
24	LUCIMEIRE RODRIGUES	MOTORISTA	OURO BRANCO
25	ANTONIO PLINIO DE SOUZA	MOTORISTA	OURO BRANCO
26	ARACILDO LEONCIO DE ALENCAR	MOTORISTA	OURO BRANCO
27	EDSON MARQUES DE SOUZA	MOTORISTA	OURO BRANCO
28	CESOSTE DE OLIVEIRA VIEIRA	MOTORISTA	OURO BRANCO
29	DORIVAL DO NASCIMENTO	MOTORISTA	OURO BRANCO
TOTAL 29			

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP 763/2016

PORTARIA GP/Nº 763/2016.

DISPÔE SOBRE A REVOGAÇÃO DA

PORTARIA GP Nº 688/2015 QUE DESIGNOU

A SERVIDORA JULIANE CRISTINA NEVES

DA SILVA PARA RESPONDER PELA

RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO

DST/HIV/AIDS.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de

Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a

Lei Orgânica lhe confere;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria GP nº 688/2015 que

designou a servidora Juliane Cristina Neves da Silva, brasileira, maior, residente e

domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº

13560034 - SSP/MT e do CPF nº 923.208.721.91, Enfermeiro, para exercer a função

de Coordenadora pela Responsabilidade Técnica, ao Programa de DST/HIV/AIDS,

junto a Secretaria Municipal de Saúde/Coordenaçao Integral a Saúde/Setor de

Assistência ao Portadores de DST/AIDS, retornando a mesma ao cargo de origem

Enfermeiro, junto a Secretaria Municipal de Saúde/ Coordenação Integral a

Saúde/Divisão de Saúde Mental e Dependência Química, a partir desta data até

posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de

sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 30 de dezembro de

2016.

EDSON MIGUEL PIOVESAN

Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

ATA N° 002/2017

ATA Nº 002/2017

SESSÃO DE ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LUCIARA PARA O BIÊNIO 2017 - 2018, 14ª LEGISLATURA.

As nove horas do primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, no Plenário Deliberativo da Câmara Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, reúnem-se os vereadores do município de Luciara, sob a presidência do vereador Nazirio Oliveira Santos, para eleição e possa da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Luciara, para o biênio 2017 - 2018, cumprindo-se o que determina os artigos 13 e 14 da Lei Orgânica do Município de Luciara e artigo 16 do Regime Interno da Câmara Municipal. Verificado quorum regimental, conforme assinaturas dos senhores vereadores constantes das folhas 27 do livro de ponto de vereadores, o senhor presidente declara aberta a presente sessão. A seguir faz a leitura da única chapa por nome renovação que irá concorrer a eleição, assim composta: Presidente - Tatiane Fernandes Santana, Vice-Presidente: Claudio Werikina Karaja, 1º Secretário: Raimundo Nonato Lopes Brito, 2º Secretário: Santa Pereira Gomes Barbosa. Em votação, a chapa apresentada é eleita por aclamação, pela unanimidade dos vereadores. A seguir o Senhor Presidente declara eleita e empossada a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Luciara para o biênio de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, autorizando a leitura e lavratura do termo de posse, que é assinado pelos eleitos e demais vereadores. Após deseja sucessos à nova Mesa Diretora, da qual também é integrante, o presidente da sessão parabeniza a composição da nova Mesa Diretora e comunica que a atual presidenta é a 1ª mulher eleita a compor a Mesa Diretora desta Casa, tendo como seu Vice-Presidente também um primeiro indígena ao longo da historia a ocupar esse cargo na câmara. Em seguida passa a palavra a presidenta eleita, vereadora Tatiane Fernandes Santana, que se emocionada agradece a confiança de todos que a elegeram vereadora e presidente desta Câmara Municipal de Luciara, aos seus familiares e amigos presentes neste ato, especialmente seus pais. Renovou compromisso de fazer o melhor para e pelo povo de Luciara, e convoca a todos os vereadores para sessão composição das comissões permanentes da Câmara Municipal de Luciara, a realizar-se as 20 horas do dia 03 de janeiro de 2017 e declara encerrada a presente sessão às nove horas e trinta minutos. Plenário Deliberativo da Câmara Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 1º de janeiro de 2017.

TERMO DE POSSE N° 001/2017

TERMO DE POSSE Nº 001/2017

TERMO DE POSSE DOS ILUSTRISSIMOS SENHORES VEREADORES DO MUNICIPIO DE LUCIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ELEITOS EM 02 DE OUTRUBRO DE 2016, PARA A 14ª LEGISLATURA 2017 - 2020.

As dez horas do dia primeiro de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário Deliberativo da Câmara Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, localizado à Avenida Lucio Pereira Luz, 472 - Centro, Cep. 78. 660-000, nesta cidade, em cumprimento ao que determina o artigo 22, parágrafo terceiro da Lei Orgânica do Município de Luciara/MT e Artigo 6º do Regimento Interno desta Casa Legislativa, em sessão solene de posse presidida pelo vereador mais votado nas eleições municipais de 02 de outubro de 2016, senhor Nazirio Oliveira Santos, compareceram, além do já nominado, os ilustríssimos senhores: Raimundo Nonato Lopes Brito, Hiago Campos Feitosa, Santa Pereira Gomes Barbosa, Celso dos Anjos Feitoza, Charles Menezes Martins, Claudio Werikina Karaja, Adriano Lopes Santos e Tatiane Fernandes Santana, vereadores eleitos em 02 de outubro de 2016 para a legislatura de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020. Cumpridas as formalidades regimentais, os eleitos, juntos e de pé, prestaram o seguinte compromisso de posse: "**Prometo Exercer, com dedicação e lealdade o meu mandato, respeitando a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município de Luciara**." Isto feito, e cumpridas as demais disposições legais, o presidente da sessão declara empossados todos os vereadores eleitos em 02 de outubro de 2016 pelo município de Luciara-MT, para a Legislatura de 2017 a 2020, lavrando-se o presente termo de posse, que vai assinado pelos empossados, autoridades e populares que o desejarem. Salão dos Plenário Deliberativo da Câmara Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 1º de janeiro de 2017.

Vereadores Empossados:

Nazirio Oliveira Santos - PSB:

Raimundo Nonato Lopes Brito - PTB:

Hiago Campos Feitosa - PR:

Santa Pereira Gomes Barbosa - PMDB:

Celso dos Anjos Feitoza - PDT:

Charles Menezes Martins - PR:

Claudio Werikina Karaja - SD:

Adriano Lopes Santos - PR:

Tatiane Fernandes Santana - PSD:

TERMO DE POSSE N° 002/2017

TERMO DE POSSE Nº 002/2017

TERMO DE POSSE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO E DA EXCELENTÍSSIMA SENHORA ELIZETH NUNES DE SOUSA, PARA OS CARGOS DE PREFEITO E VICE PREFEITA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT, RESPECTIVAMENTE, COMO ABAIXO SE DECLARA.

No primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, no Plenário Deliberativo da Câmara Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, localizado à Avenida Lucio Pereira Luz, 472, Centro, Cep. 78.660-000, nesta cidade, perante o Poder Legislativo do Município de Luciara-MT, composto pelos vereadores empossados para a Legislatura 2017 - 2020, presidido pelo vereador Nazirio Oliveira Santos, compareceram, em sessão solene, o senhor Fausto Aquino de Azambuja Filho, eleito Prefeito Municipal de Luciara e a senhora Elizeth Nunes de Sousa, eleita Vice-Prefeita Municipal de Luciara, para o mandato de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020. Cumpridas as formalidades legais, em postura solene, o Prefeito e a Vice-Prefeita prestaram o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município de Luciara. Em seguida, o presidente da sessão declara empossado no cargo de Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Gros-

so, para o mandato de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, o excelentíssimo senhor Fausto Aquino de Azambuja Filho, e no cargo de Vice-Prefeita Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, para o mandato de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, a excelentíssima senhora Elizeth Nunes de Sousa, lavrando-se o presente Termo de Posse, que vai assinando pelos empossados, vereadores, autoridades e populares que o desejarem. Salão do Plenário Deliberativo da Câmara Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 1º de janeiro de 2017.

Fausto Aquino de Azambuja Filho - PR - Prefeito: _____

Elizeth Nunes de Sousa - PSD - Vice- Prefeita: _____

Ver. Nazirio Oliveira Santos - PSB: _____

Ver. Raimundo Nonato Lopes Brito - PTB: _____

Ver. Hiago Campos Feitosa - PR: _____

Ver. Santa Pereira Gomes Barbosa - PMDB: _____

Ver. Celso dos Anjos Feitoza - PDT: _____

Ver. Charles Menezes Martins - PR: _____

Ver. Claudio Werikina Karaja - SD: _____

Ver. Adriano Lopes Santos - PR: _____

Ver. Tatiane Fernandes Santana - PSD: _____

TERMO DE POSSE N° 003/2017

TERMO DE POSSE Nº 003/2017

TERMO DE POSSE DA MESA DIRETORA DA CAMARA MUNICIPAL DE LUCIARA, ESTADO DE MATO GROSSO PARA O BIÊNIO 2017 - 2018.

Em cumprimento ao determinado pelo artigo 14 da Lei Orgânica do Município de Luciara, combinado com o artigo 13 do regimento interno, as dez (10) horas do dia primeiro de janeiro do ano de dois mil e dezessete, em sessão plenária, reuniu-se a Câmara Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, sob a presidência do vereador Nazirio Oliveira Santos, para eleição e posse da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Luciara para o biênio 2017-2018. Após consulta aos vereadores eleitos deu se inicio a votação que foi aberta, apos concluída a votação o presidente declara eleita por unanimidade e empossada a Mesa Diretora para o biênio de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, assim constituída: Presidente - Tatiane Fernandes Santana, Vice-Presidente: Claudio Werikina Karaja, 1º Secretário: Raimundo Nonato Lopes Brito, 2º Secretário: Santa Pereira Gomes Barbosa. Oficialmente empossada a Mesa Diretora, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai assinado pelos empossados e demais vereadores. Salão do Plenário Deliberativo da Câmara Municipal de Luciara, em 1º de Janeiro de 2017.

Presidente - Tatiane Fernandes Santana - PSD: _____

Vice-Presidente: Claudio Werikina Karaja - SD: _____

1º Secretário: Raimundo Nonato Lopes Brito - PTB: _____

2º Secretário: Santa Pereira Gomes Barbosa - PMDB: _____

Nazirio Oliveira Santos - PSB: _____

Hiago Campos Feitosa - PR: _____

Celso dos Anjos Feitoza - PDT: _____

Charles Menezes Martins - PR: _____

Adriano Lopes Santos - PR: _____

ATA Nº 001/2017

ATA Nº 001/2017

SESSÃO SOLENE DA CAMARA MUNICIPAL DE LUCIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, PARA ABERTURA DA 14ª LEGISLATURA, POSSE DOS VEREADORES, PREFETO E VICE-PREFEITA MUNICIPAL DE LUCIARA PARA O MANDATO DE 2017 A 2020.

Às oito horas do primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, no Plenário Deliberativo da Câmara Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, localizado à Avenida Lucio Pereira Luz, 472, Centro, Cep.: 78.660-000, nesta cidade, em conformidade com o artigo 6º do Regimento Interno desta Casa, reunem-se os vereadores eleitos pelo município de Luciara, em sessão solene de instalação da décima quarta Legislatura, posse dos vereadores, prefeito e vice-prefeita eleitos em 02 de outubro de 2016 para o mandato de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020. Tendo todos os eleitos ocupado seus respectivos lugares à Mesa desta Sessão Solene de Posse, verificado quorum regimental, conforme assinatura dos senhores vereadores, registradas as folhas 27 do livro de ponto de Vereadores, o senhor Nazirio Oliveira Santos, vereador mais votado nas ultimas eleições municipais, dando cumprimento ao que determina o artigo 6º do Regimento Interno e artigo 22 da Lei Orgânica do Município, declara aberta a presente sessão e instalada oficialmente a décima quarta Legislatura da Câmara Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso e convida a Senhora Marília Irineu Cunha para fazer a leitura de um versículo da Bíblia. Após a execução do Hino Nacional Brasileiro, tendo cumpridas as demais formalidades regimentais, legais, para este ato, o senhor presidente convida todos os vereadores eleitos para ficarem de pé, e, em postura solene, repitam com ele o seguinte compromisso de posse de vereadores: "Prometo Exercer, com dedicação e lealdade o meu mandato, respeitando a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município de Luciara". Em seguida, declara empossados os ilustríssimos senhores vereadores do município de Luciara, Estado de Mato Grosso, eleitos em 02 de outubro de 2016, para a Legislatura de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, determinando a lavratura do respectivo Termo de Posse, que é assinado por todos os vereadores empossados e autoridades presentes. Concluída a posse dos vereadores, o senhor Presidente passa à cerimônia de posse do Prefeito e da Vice- Prefeita eleitos, que tendo cumprido todas as formalidades legais para este ato, de pé, e em postura solene, prestam o seguinte compromisso: "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município de Luciara, observar e cumpriras leis e promover o bem geral do município de Luciara". A seguir, em nome do povo que a Câmara Municipal de Luciara representa, o Presidente declara empossados o Prefeito Municipal de Luciara, excelentíssimo senhor Fausto Aquino de Azambuja Filho e a Vice- Prefeita Municipal de Luciara, excelentíssima senhora Elizeth Nunes de Sousa, para o mandato de

1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, autorizando a lavratura do respectivo Termo de Posse, que é assinado pelos empossados, vereadores e autoridades presentes. Em seguida o senhor Presidente passa a palavra a senhora Vice-Prefeita Elizeth Nunes de Sousa, onde cumprimentou a mesa de honra e aos demais presentes com bom dia! diz que é com grande honra e satisfação que mais uma vez esta sendo empossada para mais quatro (4) anos, e que Deus venha abençoar e conduzir os trabalhos por mais quatro anos, e sabe que muitos desafios terão, mas Deus esta a frente desse trabalho e crê que as palavras tem poder e se somos filhos luciarenses e se faz necessário todos profetizarem mudanças para o município, através do povo reivindicando, cobrando, dialogando e por isso esta agradecendo a Deus por mais uma oportunidade concedida para Faustinho e Elizeth, e tem certeza que Deus está a frente deste trabalho juntamente com os vereadores dessa casa legislativa, que seja um mandato de harmonia, confraternização, de respeito uns pelos outros, sabe que muitas acontecerão e temos que conversar, buscar, fazer as coisas acontecerem no município com otimismo, não fazer somente criticas destrutivas, mas também construtivas, pois somos filhos luciarenses, aqui nascemos e aqui crescemos, temos que ir a prefeitura e reivindicar as coisas que não estão corretas, sabe que houveram difíceis e falhas na gestão anterior, mas por que não melhorar? porque não mudar? e depende também de vocês, vamos abençoar nossa cidade com respeito com palavras que venham trazer harmonia, que venha trazer trabalho e desenvolvimento para o município, e agradeceu. O senhor Prefeito Municipal, Fausto Aquino de Azambuja Filho, cumprimentou a todos, parabenizou aos vereadores reeleitos e eleitos e os nominou um a um. Em seguida agradeceu a Deus pela oportunidade de esta mais uma vez a frente do poder executivo deste município, a população que o respeitamos e que vamos comandar conforme juramento que acabamos de fazer. Agradeceu presença de todos e diz que no dia primeiro de janeiro de dois mil e dezessete, que poderiam estar com seus familiares em confraternização, mas aproveitaram de certa forma nos homenagear além do dia dois de outubro que foi a eleição. Mas como a Elizeth falou, temos que se aproximar muito ao povo, ao respeito, a sabedoria e principalmente a Deus, pois como me pronunciei no culto aqui o Senhor é o Meu Pastor e nada me faltará, então temos que se apegar nesse versículo aqui e colocar Deus a frente e o povo ao lado do legislativo e do executivo, então eu prometo assim como escoteiro, onde tinha um juramento que fazíamos que era assim: "Prometo o melhor possível, para cumprir meu dever para com Deus e a Pátria, neste instante faço esse compromisso com Deus, a Pátria, e o povo que nós representamos. Agradeço mais uma vez a presença de cada um de você e assim como nós e os vereadores pretendemos melhorar cada dia mais esse município que vocês acreditem na gente e que cobrem muito, mas que não sejam cobranças de esquina, mas ir ao vereador, ao secretário, conversar com o prefeito, vice-prefeita, pois temos esse compromisso, tanto a prefeitura como a câmara de abrir mais esse dialogo, agradeceu a Deus por esse momento e enfatizou que a população luciarense não vai se arrepender com esse trabalho nosso e dessa nova câmara de vereadores. Que Deus continue nos abençoando cada vez mais como ele tem feito. O presidente da sessão, vereador Nazirio Oliveira Santos, agradece as presenças de todos, desejando sucesso aos empossados e acredita que todos juntos, tendo como meta as prioridades do povo, com certeza farão o melhor por Luciara. Destaca a juventude, que necessita de apoio institucional para enfrentar os problemas do desemprego e dos vícios e maior apoio à UNEMAT. Agradeceu à sua família e companheiros de luta, que o tornaram mais uma vez o vereador mais votado do Município de Luciara, comunica que dentro de quinze minutos será realizada sessão de eleição e posse da Mesa Diretora para o Biênio 2017 - 2018 e declara encerrada a presente sessão solene de posse, as oito horas e quarenta minutos. Plenário Deliberativo da Câmara Municipal de Luciara-MT, em 1º de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 006/2016.

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o prazo de execução mencionado na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo de Execução de Obra nº 006/2016, que tem como o objeto a Execução da obra de construção da casa do artesão no município conforme planilhas orçamentárias, memorial descritivo e projeto planta da tomada de preços nº 002/2016, conforme planilhas orçamentárias, memorial descritivo e projeto planta.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA – MT

CONTRATADO: LEANDRO FAGNER MARCHIORO - ME

NOVO PRAZO EXECUÇÃO: 15/03/2017

DATA ASSINTAURA: 06/01/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 024/2013

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **MARIA MICHELE DA SILVA**

OBJETO: **Locação de um imóvel localizado no Lote 04, Quadra 09, Zona Industrial -003, destinado a instalação e funcionamento do Pátio de Obras,** em atendimento a Secretaria Municipal de Obras do município de Matupá/MT**."** De acordo com o termo de referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do **Edital 019/2013 da respectiva Dispensa de Licitação 03/2013, conforme Lote 01.**

Onde se Lê:

OBJETIVO: Aditar o prazo de vigência do contrato a partir de seu vencimento até **31 DE DEZEMBRO DE 2017,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Leia–se:

OBJETIVO: Aditar o prazo de vigência do contrato a partir de seu vencimento até **15 DE MARÇO DE 2017,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

PREFEITURA DE MATUPÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2017

CONTRATO DE RATEIO N° 001/2017.

CONTRATO DE RATEIO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MATUPÁ E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O MUNICIPIO DE MATUPÀ – ESTADO DE MATO GROSSO, entidade de direito publico interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, n° 101, Zona Especial 022, na Cidade de Matupá/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, pecuarista, portador da CIRG n° 2.113.320-SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 368.573.949-20, residente e domiciliado na Avenida Interlagos, n° 1.005, Bairro ZH-001, na Cidade de Matupá/MT, denominado de CONCEDENTE, e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SÁUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO,** associação pública sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n° 02.997.711/0001-08, com sede a Travessa Bartolomeu Dias, n° 269, Bairro Alvorada, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo Presidente, o Sr. ERICO STEVAN GONÇALVES, brasileira, casada, empresário, portador da CIRG

n° 5.800.341-7-SSP/MT, inscrito no CPF sob n° 003.944.799-55, residente e domiciliado na Avenida Mato Grosso, nº 104, Bairro Jardim Araguaia, na Cidade de Guarantã do Norte/MT, denominado de PROPONENTE, resolvem celebrar o presente Contrato de Rateio, que integra o presente Contrato de Rateio, nos moldes da Portaria n° 087/2008 /GBSES e Decreto n° 1328, de 14 de Maio de 2008, e Lei Federal nº 11.107/2005.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato de Rateio a consecução das ações previstas em Lei, que autorizou o ingresso no Consórcio, e no termo de compromisso PAICI/2017, a ser firmado com a SES de Mato Grosso.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

A fixação do valor mensal será baseado por per capta de ***1,50 (UM REAL E CINQUENTA CENTAVOS),*** perfazendo um valor mensal de ***R$ 23. 481,00 (VINTE E TRÊS MIL E QUATROCENTOS E OITENTA E UM REIAS),*** perfazendo um total de ***R$* 281.772,00 *(DUZENTOS E OITENTA E UM MIL E SETECENTOS E SETENTA E DOIS REAIS*),** podendo ser alterado através de termo aditivo ao presente Contrato de Rateio.

Parágrafo Primeiro – O proponente informará à Concedente do valor correspondente do mês juntamente com a planilha de utilização.

Parágrafo Segundo – Fica o Município obrigado a repassar o montante do recurso do PAICI/2017 a ser depositado pelo Estado ao Município referente a cota do consórcio até dois dias após o recebimento do crédito.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor do presente Contrato de Rateio, constante na clausula segunda, será pago em parcelas mensais de acordo com a utilização, até o ultimo dia útil do mês vigente.

PARAGRAFO PRIMEIRO: O valor das parcelas mensais, conforme consta nesta clausula segunda, ***será depositado na conta corrente n° 8.993-1, agência 5916-1 do Banco do Brasil S.A de titularidade do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto.***

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO

O valor a ser pago mensalmente pelo concedente ao Proponente correrá à conta da dotação orçamentária n° **08.080.0.2.10.302.0020.1.071.3.3.71. 41.00.00**

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Contrato de Rateio será de 12 (doze) meses contados a partir de **02 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DEZEMBRO DE 2017**, sendo renovável, mediante Termo Aditivo, devidamente acordado e aceito entre as partes conveniadas tal alteração faz-se de acordo com as normas da portaria 087/2008/GBSES e lei 11.107/2005 regulamentado pelo decreto 1328 de 14/05/2008.

CLÁUSULA SEXTA: DA INADIMPLÊNCIA

As partes signatárias acordam que em caso de inadimplência da Concedente, passados 20 (vinte) dias da data do pagamento do valor mensal e continuando este impacto, haverá incidência de multa mensal de 2% (dois por cento) sobre o valor inadimplente.

Havendo inadimplência de 02 (dois) meses seguidos, além da aplicação da multa precitada o proponente poderá suspender o atendimento médico-hospitalar aos usuários oriundos do município Concedente; sem prejuízo de eventual exclusão da concedente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, ou responsabilização judicial, ouvido o Conselho Diretor respectivo, conforme estatuto Social do Consórcio.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES

7.1- Compete à concedente:

a) Efetuar o pagamento do valor mensal, conforme consignado na cláusula segunda, até o último dia do mês de sua competência, impreterivelmente; sob pena de sofrer as sanções previstas na Cláusula Sexta.

b) Acompanhar e fiscalizar a consecução do presente Termo de Compromisso através da Secretária Municipal de Saúde.

7.2 – Compete ao Proponente:

a) Aplicar os valores financeiros, pagos pela Concedente, no limite das finalidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, e em estreita obediência ao estatuto Social do Consórcio.

b) Fazer prestação de contas conforme estabelece o estatuto Social do Consórcio .

c) movimentar contas especificas para valores ora conveniados em instituições financeiras oficiais.

d) Enviar relatório mensal da consecução financeira do presente Convênio à Concedente na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, Sr. Secretários de Saúde e a Secretária de Estado da Saúde .

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES

Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários, do presente Convênio.

CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO

O PRESENTE Convênio poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação da Concedente ao Proponente, com prazo nunca inferior a 120(cento e vinte) dias antes do exercício seguinte, como estabelece o art. 29 do estatuto Social do Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA; DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Matupá/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Convênio.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Convênio em 03 (três), vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Matupá/MT, 05 de Janeiro de 2017.

_____ _____

VALTER MIOTTO FERREIRA ERICO STEVAN GONÇALVES

Prefeito Municipal de Matupá Presidente do CISVP

Testemunhas:

_____

_____

Nome: **Ivo da Silva e Silva** Nome: **Renato Fernandes de Souza**

CPF: 912.756.521-15 CPF: 852.055.831-34

PREFEITURA DE MATUPÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 2365

DECRETO N º 2365 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"ATUALIZA O VALOR VENAL DOS IMÓVEIS URBANOS DE MATUPÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e Considerando o previsto no Artigo 16, da Lei Complementar 030, de 13 de dezembro de 2005 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL;

Art. 1°. Fica atualizada a **TABELA IX – PLANTA GENÉRICA DE VALORES**, da Lei Complementar 030, de 13 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar Nº 093 de 05 de dezembro de 2014, em conformidade com o previsto no artigo 16 da mesma Lei.

Art. 2°. Faz parte como anexo único do presente Decreto a Tabela mencionada no Artigo 1º.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MATUPÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2017

TERMO DE CONVÊNIO N° 001/2017

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICIPIO DE MATUPA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O MUNICIPIO DE MATUPÀ – ESTADO DE MATO GROSSO, entidade de direito publico interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, n° 101, Zona Especial 022, na Cidade de Matupá/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, pecuarista, portador da CIRG n° 2.113.320-SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 368.573.949-20, residente e domiciliado na Avenida Interlagos, n° 1.005, Bairro ZH-001, na Cidade de Matupá/MT, denominado de CONCEDENTE, e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SÁUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO,** associação pública sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n° 02.997.711/0001-08, com sede a Travessa Bartolomeu Dias, n° 269, Bairro Alvorada, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo Presidente, o Sr. ERICO STEVAN GONÇALVES, brasileira, casada, empresário, portador da CIRG n**°** 5.800.341-7-SSP/MT, inscrito no CPF sob n° 003.944.799-55, residente e domiciliado na Avenida Mato Grosso, nº 104, Bairro Jardim Araguaia, na Cidade de Guarantã do Norte/MT, denominado de PROPONENTE, resolvem celebrar o presente Convênio conforme as clausulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente Convênio a consecução das ações previstas em Lei, que ingressa no Consórcio, bem como das demais normas estatuaria aos serviços de assistência a saúde a ser realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, do qual ser refere a ***CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA TRASBORDO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇAO FINAL DE RESIDUOS DE SAUDE E SERVIÇOS LABORATORIAIS NA ESPECIALIDADE DE MICROBIOLOGIA DA ÁGUA***.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

Parágrafo Primeiro - A fixação do valor total será de ***R$ 52.275,36 (CINQUENTA E DOIS MIL, DUZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS),*** isso correspondente a ***12 (doze) parcelas*** mensais de R***$ 4.356,28 (QUATRO MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS).***

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor do presente Convênio, constante na clausula segunda, será pago até o ultimo dia de cada mês impreterivelmente.

PARAGRAFO ÚNICO: O valor das parcelas mensais, conforme consta na clausula segunda, ***será depositado na conta corrente n° 8993-1, agência 5916-1, do Banco do Brasil S/A de titularidade do Consorcio Intermunicipal de Saúde a Região do Vale do Peixoto.***

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO

O valor a ser pago mensalmente pela concedente ao Proponente correrá à conta da dotação orçamentária n° **08.080.0.2.10.302.0020.1.071.3.3.71.41.00.00**

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

O presente Convênio terá sua vigência a partir de **02 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017.**

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES

7.1- Compete à concedente:

a) Efetuar o pagamento do valor mensal, conforme consignado na cláusula segunda, até o ultimo dia de cada mês, impreterivelmente.

7.2 – Compete ao Proponente:

a) Aplicar os valores financeiros, pagos pela Concedente, no limite das finalidades de contratação de pessoal para atendimento especializado na área mencionada na clausula primeira.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS ALTERAÇÕES

Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários, do presente Convênio.

CLÁUSULA OITAVA: DA EXTINÇÃO

O PRESENTE Convênio poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação da Concedente ao Proponente, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA; DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Matupá /MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Convênio.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Convênio em 02 (duas) vias de iguais teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Matupá-MT, 05 de Janeiro de 2017.

_____

O MUNICIPIO DE MATUPÁ

VALTER MIOTTO FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONCEDENTE:

_____

CONSÓRCIO INTERMUNICPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

ERICO STEVAN GONÇALVES

PRESIDENTE

PROPONENTE:

Testemunhas:

_____ _____

Nome: **Ivo da Silva e Silva** Nome: **Renato Fernandes de Souza**

CPF: 912.756.521-15 CPF: 852.055.831-34

PLANO DE TRABALHO 1/3

1 - DADOS CADASTRAIS

Nome da Entidade Proponente	CNPJ da Entidade			
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO	02.997.711/0001-00			
Endereço da Entidade				
Travessa Bartolomeu Dias, nº 169, Bairro Alvorada				
Cidade	UF	C.E.P.	DDD/Telefone/Fax	E. A.
Peixoto de Azevedo	MT	78.530-000	66-3575-2489	Municipal
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento	
8.993-1	BRASIL	5916-1	Peixoto de Azevedo	
Nome do Dirigente da Entidade Proponente	C.P.F. do Dirigente			
Erico Stevan Gonçalves	003.944.799-55			
C.I./Órgão Expedidor/Data	Cargo	Função	Matrícula	
5.800.341-7-SSP/PR	Presidente			
Endereço	CEP			
Rua Mato Grosso, nº 104, Bairro Jardim Araguaia	78.520-000			

2 - OUTROS PARTÍCIPES

Nome do Dirigente da Entidade Proponente	C.P.F. do Dirigente		
C.I./Órgão Expedidor/Data	Cargo	Função	Matrícula
Endereço	CEP		

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Consecução das ações prevista na Lei, que autoriza o ingresso no Consórcio de Saúde Vale do Peixoto, bem como as demais normas estatuaria aos serviços de assistência sócia a saúde a ser realizada pelo CISVP.	INÍCIO **Janeiro/2017**	TÉRMINO **Dezembro/2017**
Identificação do Objeto: O presente Termo de convenio tem como objeto: I- Objetivando o repasse de recursos para pagamento de serviços de coleta, transporte, tratamento e destino final, onde tal coleta será realizada nos Municípios de Guarantã do Norte, Matupá, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte, com suas respetivas quantidades definidas por quilos para cada município consorciado; e serviços laboratoriais, na especialidade de Microbiologia da Água a serem prestados no Laboratório Municipal de Água de Referência Regional de Terra Nova do Norte – MT. II- Promover formas articuladas de planejamento e execução de ações e serviços de saúde, realizando coleta de resíduos de alta periculosidade, os resíduos de saúde destacam-se como fontes de disseminação de moléstias infectam-contagiosas, fazendo-se necessário um maior controle preventivo, sendo que atualmente os resíduos provenientes dos serviços de saúde envolvem uma problemática no que se refere às ações preventivas, principalmente no manejo do material; **III-** E o serviços de monitoramento da qualidade da água para consumo humano, dos municípios da Regional do Vale do Peixoto com vista ao cumprimento dos princípios de integridade, equidade e universalidade do atendimento do Plano Amostral da **Vigilância em Saúde Ambiental relacionada à qualidade da água para consumo humano – VIGIAGUA.** Parágrafo Único- Considera-se Laboratório Municipal de Água de Referencia Regional, os serviços assistenciais de monitoramento da qualidade da água para consumo humano estabelecidos na Lei MS 2914/12, aos habitantes do município de Terra Nova do Norte e aos municípios que integram o consórcio.		
Justificativa da Proposição: O presente convenio visa o desenvolvimento de atividades relacionadas a prestação de serviços de coleta, armazenamento, transporte e destinação final de resíduos de saúde, através de empresa terceirizada com licenças autorizativa para a realização de suas atividades em leis, e desenvolvimento também na área de Vigilância Ambiental em Saúde, para o Laboratório Municipal de Água de Referência Regional na especialidade de Microbiologia da Água, assim atender a população dos municípios deste regional de saúde e fazer com que o município consiga arcar financeiramente com os custos e manutenção.		

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO 2/3

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (meta, etapa ou fase)

Meta	Etapa	Especificação	Indicador Físico	Duração		
	Fase		Unidade	Quant.	Início	Término
1.0	**1.0**	***Contratação de serviços de coleta trasbordo, armazenamento, transporte e destinação final de resíduos de saúde e serviços laboratoriais na especialidade de microbiologia da água***.	**Un**	**Un**	**Jan. /2017**	**Dez. /2017**

5- PLANO DE APLICAÇÃO (EM R$)

Natureza da Despesa	1 = (2 + 3)	2	3	
Código	Especificação	Total Geral	Concedente	Proponente
3370.41 3190.13 3390.14 3390.30 3390.36 3390.39 4490.52	**Contribuições**	**52.275,36**	**00**	**52.275,36**
TOTAL GERAL	**52.275,36**	**00**	**52.275,36**	

6 – PLANO DE APLICAÇÃO POR MUNICIPIO (per capita)

Municípios Contribuintes		
(%)	**Contribuições**	**Total Geral**
33,70	**Guarantã do Norte**	**9.526,71**
15,41	**Matupá**	**4.356,28**
8,42	**Novo Mundo**	**2.380,27**
32,80	**Peixoto de Azevedo**	**4.827,58**
9,67	**Terra Nova do Norte**	**2.733,62**
100	**TOTAL GERAL**	***23.824,46***

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO 3/3

6 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (EM R$)

Concedente

Meta	Jan./2017	Fev./2017	Mar./2017	Abr./2017	Mai./2017	Jun./2017
I	**4.356,28**	**4.356,28**	**4.356,28**	**4.356,28**	**4.356,28**	**4.356,28**

Jul./2017	Ag/2017	Set/2017	Out/2017	Nov/2017	Dez/2017
4.356,28	**4.356,28**	**4.356,28**	**4.356,28**	**4.356,28**	**4.356,28**

Proponente

Meta	Jan./2017	Fev./2017	Mar./2017	Abr./2017	Mai./2017	Jun./2017
I	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**

Jul./2017	Ag/2017	Set/2017	Out/2017	Nov/2017	Dez/2017
00	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**

7 – DECLARAÇÃO

Na Qualidade de representante do Proponente, DECLARO, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotação consignados no orçamento da União, na forma deste Plano de Trabalho.
Matupá - MT, 05 de Janeiro de 2017.

_____
Assinatura do Proponente

8 – APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado

_____ _____
Local e Data Concedente

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 01/2017 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 20 de JANEIRO de 2017 às 10h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS E PORTAS EM EUCATEX A SEREM INSTALADAS NA SECRETARIA DE SAÚDE". Maiores informações através do Edital nº. 02/2017, que esta disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 06 de Janeiro de 2017. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 052/2013

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **CLARO S.A.**

OBJETO: **Contratação empresa especializada na prestação de Serviço de telefonia Móvel Pessoal pós-pago com solução de conectividade sem fio, área de registro em todo território Nacional, para acesso**

à Internet, correio eletrônico, por meio de aparelhos móveis fornecidos em regime de comodato na modalidade SMP, para comunicação de voz, dados e serviço PTT (Push To Talk), com características de serviços pós-pagos, via rede móvel, com tecnologia digital.

OBJETIVO: Ficam alteradas as *Cláusulas Quinta* – *Valor e Pagamento; Cláusula Sétima — Dotação Orçamentária.*

Valor Aditivado: R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), que serão pagos conforme a utilização dos serviços.

Dotação Orçamentária:

Cód. Geral: 04.040.0.1.04.122.0005.2007.339039 – Fonte e destinação de Recursos: 0100000000

Assinatura: **02/01/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 019/2013

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA - EPP**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIDO PARA TRABALHAR EM AMBIENTE MULTIUSÁRIO EM PLATAFORMA WINDOWS COM MÓDULO WEB (INTERNET) E SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE MATUPÁ"** de acordo com Termo de Referencia, anexo I do presente Edital do **PREGAO PRESENCIAL Nº. 004/2013.**

OBJETIVO: Ficam alteradas as Cláusulas Terceira e Quarta– Valor e Dotação Orçamentária.

Valor Aditivado: **R$ 38.161,60** (Trinta e oito mil cento e sessenta e um reais e sessenta centavos).

Dotação Orçamentária:

Código Geral: 04.040.0.1.04.122.0005.2007.339039.000 – Fonte e destinação de Recursos - 0100000000 –R$ 19.081,60

08.080.0.1.10.301.0022.2042.339039.000 - Fonte e destinação de Recursos - 0100000000 –R$ 6.360,00

07.070.0.1.12.361.0015.2027.339039.000 – Fonte e destinação de Recursos - 0100000000 – R$ 6.360,00

09.090.0.1.08.244.0028.2054.339039.000 – Fonte e destinação de Recursos - 0100000000 – R$ 6.360,00

Assinatura: **02/01/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 047/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **GILVAN OTAVIO MERETI**

OBJETO:"**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS VETERINÁRIOS PARA INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DE MATO GROSSO E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ"** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 086/2015 do respectivo **Pregão Presencial nº 055/2015.**

OBJETIVO: Ficam alteradas as ***Cláusulas Quinta –*** *Do Valor e Pagamento e Clausula Oitava – Dos Recursos Orçamentários*

Valor Aditivado: **119.467,44 (Cento e doze mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta e quatro reais)**

Dotação Orçamentaria:

Código Geral – 06.060.0.1.20.606.0011.2011 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura – 3390.36.000 – Outros Serviços de Pessoa Física - Fonte e destinação de Recursos - 0100000000 – R$ 119.467,44

Assinatura: **02/01/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 016/2013

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **GEXTEC GESTÃO EM TECNOLOGIA LTDA-EPP**

OBJETO ***Contratação de Empresa visando à aquisição de licença de uso de sistema, que possibilite o acompanhamento e gerenciamento das informações necessárias para apuração do índice de participação – IPM, integrado ao sistema de Controle e Gerenciamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, relativo aos contribuintes do município de Matupá – MT*** de acordo com Termo de Referencia, anexo I do Edital **nº 009/2013** do **PREGAO PRESENCIAL Nº. 008/2013".**

OBJETIVO: Ficam alteradas as Cláusulas Terceira e Quarta – Valor e Dotação Orçamentária.

Valor Aditivado: **R$ 64.296,00** (Sessenta e quatro mil, duzentos e noventa e seis reais)

Dotação Orçamentária:

Cód. Geral: 05.050.0.1.04.123.0009.2009.339039 – Fonte e destinação de Recursos: 100000000 – R$ 64.296,00

Assinatura: **02/01/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 021/2013

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **ANTONIO VANDERLAN SCARTEZENI**

OBJETO: **Locação de Imóveis localizados no lote 06, quadra 01, Bairro ZI-001, destinados à instalação e funcionamento da sede da Secretaria de Educação e Almoxarifado Central,** em atendimento a Secretaria Municipal de Administração e Educação do município de Matupá/MT**."** De acordo com o termo de referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do **Edital 019/2013 da respectiva Dispensa de Licitação 03/2013, lotes 07 e 08.**

OBJETIVO: Ficam alteradas as Cláusulas Terceira e Quarta – Valor e Dotação Orçamentária.

Valor Aditivado: **19.508,52** (Dezenove mil quinhentos e oito reais e cinquenta e dois centavos) e Dotação Orçamentária:

Cód. Geral: 04.040.0.1.04.122.0005.2007.339036.000 – Fonte e destinação de Recursos: 0100000000 – R$ 5.852,40

Cód. Geral: 07.070.0.1.12.361.0015.2027.339036.000 – Fonte e destinação de Recursos: 0100000000 – R$ 13.656,12

Assinatura: **02/01/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 090/2016

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato "**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 20.000 KMS RODADOS COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FABRICA DO VEÍCULO S-10 QBX 7924 ADQUIRIDO NA ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 06/2016**",de acordo com o termo de referencia e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes da respectiva **Dispensa de Licitação 013/2016.**

CONTRATADA: BRESSAN, LAMONATTO & CIA LTDA

Valor/Global: R$ 1.195,39 (hum mil, cento e noventa e cinco reais e trinta e nove centavos)

Assinatura: 28/12/2016 Vigência: 31/12/2016

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0020.2038 – Man. E Encargos com Hospital Municipal – 3390.30.000 – Material de Consumo - Fonte 0142000 – R$ 758,39

Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0020.2038 – Man. E Encargos com Hospital Municipal – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte 0142000 – R$ 437,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 029/2016

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **DIOGO TENEDINI SURIANO - MEI**

OBJETO:**"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE COMPUTADORES, ROTEADORES E PERIFÉRICOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** conforme descrição especificada no Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 032/2016 do respectivo **Pregão Presencial nº 023/2016.**

OBJETIVO: Ficam alteradas as ***Cláusulas Quinta –*** *Do Valor e Pagamento e Clausula Oitava – Dos Recursos Orçamentários*

Valor Aditivado: **R$ 12.441,00** (Dezenove mil quinhentos e oito reais e cinquenta e dois centavos).

Dotação Orçamentaria:

Código Geral: 04.040.0.1.04.122.0005.2007 – Manutenção e Encargos da Sec. De Administração – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 1.650,00Código Geral: 06.060.0.1.20.606.0011.2011 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - R$ 60,00Código Geral: 07.070.0.1.12.361.0015.2027 – Manutenção e Encargos da Secretaria de Educação – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - R$ 6.210,00Código Geral: 08.080.0.1.10.301.0022.2042 – Manutenção e Encargos da Secretaria de Saúde – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - R$ 516,00Código Geral: 08.080.0.2.10301.0017.2031 – Man. E Enc. Na USFs e P. de Saúdes Rurais – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - R$ 930,00Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0020.2038 – Man. E Encargos do Hospital Municipal – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - R$ 780,00Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0018.2034 – Man. E Encargos do CRDO – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - R$ 210,00Código Geral: 09.090.0.1.08.244.0028.2054 – Manutenção das Atividades da Sec. de Assistência Social – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - R$ 1.764,00Código Geral: 13.130.0.1.13.122.0042.2069 – Manutenção das Atividades da Sec. de Cultura e Lazer – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - R$ 210,00Código Geral: 15.150.0.1.22.665.0044.2072 – Manutenção da Secretaria de Indústria, Comercio e Turismo – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - R$ 111,00

Assinatura: **02/01/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 027/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: J N CABRAL & CIA LTDA – ME

OBJETO: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INTERNET ATRAVÉS DE LINKS DEDICADOS, INCLUINDO INSTALAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL"** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 006/2015 do respectivo **Pregão Presencial nº 003/2015.**

OBJETIVO: Ficam alteradas as Cláusulas Quinta – *Valor e Pagamento* e Cláusula Oitava – *Dos Recursos Orçamentários*.

Valor Aditivado: **57.600,00 (Cinquenta e sete mil e seiscentos reais)**

Dotação Orçamentária:

Código Geral: 04.040.0.1.04.122.0005.2007 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – Fonte e destinação de Recursos – 0100000000 - R$ 38.400,00

Código Geral: 08.080.0.1.10.301.0022.2042 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – Fonte e destinação de Recursos – 0100000000 - R$ 19.200,00

Assinatura: **02/01/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 100/2014

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: J N CABRAL & CIA LTDA – ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INTERNET VIA RÁDIO URBANA E RURAL, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL" de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 082/2014 do respectivo Pregão Presencial nº 054/2014**.**

OBJETIVO: Ficam alteradas as Cláusulas Quinta – Valor e Pagamento; Cláusula Sexta – Dos Serviços e Cláusula Oitava – Dotação Orçamentária**.**

Valor Aditivado: **R$ 19.404,00 (Dezenove mil quatrocentos e quatro reais).**

Dotação Orçamentária:

Código Geral: 07.070.0.6.12.361.0013.2017 – Manutenção das Escolas Municipais Salário Educação – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos – 0115000000 - R$ 8.184,00

Código Geral: 07.070.5.27.812.0012.2012 – Manutenção do Departamento de Esportes – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos – 0100000000 - R$ 1.320,00 Código Geral: 07.070.0.1.12.364.0013.2021 – Apoio Manutenção do Ensino Superior – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos – 0100000000 - R$ 1.320,00

Código Geral: 08.080.0.2.10.301.0017.2031 – Manutenção das USFs e Programa de Saúde Rural – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos – 0102000000 - R$ 924,00

Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0033.2059 – Manutenção do Programa IGD – PBF – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - R$ 2.244,00 - Fonte e destinação de Recursos - 0129000000

Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0028.2054 – Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 2.244,00 Fonte e destinação de Recursos - 0100000000

Código Geral: 13.130.0.1.13.392.0041.2067 – Manutenção da Biblioteca, Banda, Videoteca e Secretaria de Cultura – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos - 0100000000R$ 2.244,00

Código Geral: 13.130.0.1.13.122.0042.2069 – Manutenção das Atividades da Secretaria e Departamentos – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos - 0100000000R$ 924,00

Assinatura: **02/01/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA 018/2017

PORTARIA Nº 018 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA ASSESSOR JURIDICO PARA SAEMI-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Interina do Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições e, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Complementar nº 045 de 07 de dezembro de 2005, resolve baixar a seguinte:

P O R T A R I A

Artigo 1º- Fica nomeado a partir desta data o Sr. JERFERSON SANTANA DA SILVA, brasileiro, solteiro, advogado, residente e domiciliado nesta cidade à Rua 28 de outubro, 3222, centro, Mirassol D'Oeste, portador do CPF nº 017.497.621-61 e do RG nº 1725940-1 SSP/MT, OAB nº, 1215846, para o Cargo de Provimento em Comissão de **ASSESSOR JURIDICO – DAS-4** da SAEMI-Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D´Oeste, percebendo o subsídio constante do Anexo I da Lei Complementar nº 045/2005.

Artigo 2º- Compete ao Assessor Jurídico dentre outras atribuições:

I - Representar a SAEMI em juízo ou em processos administrativos contenciosos;

II - Cobrar amigável e judicial créditos da SAEMI junto dos usuários, encaminhando as não recebidas no exercício para inscrição na divida ativa do município;

III - Defender, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, atos e prerrogativas do Diretor Geral da SAEMI e do Chefe do Poder Executivo Municipal, nas ações relacionadas ao órgão;

IV - Controlar a legalidade e efetuar a consultoria jurídica da SAEMI, emitindo pareceres, inclusive sobre a constitucionalidade e sobre a interpretação a ser adotada pela SAEMI acerca de leis ou atos administrativos, resguardados os controles que não sejam de natureza jurídica, incumbidos a outros órgãos;

V - Responder a consultas formuladas pelos demais Poderes ou Entes da Federação, em ambos os casos por determinação do Diretor Geral da SAEMI, quando este tenha recebido solicitação neste sentido das autoridades competentes destes Poderes ou Entes;

VI - Elaborar minuta de informações a serem prestadas ao Poder Judiciário, inclusive em mandados de segurança, pelo Diretor da SAEMI;

VII - Assessorar o Diretor da SAEMI e o Chefe do Poder Executivo Municipal na elaboração de projetos de lei e no trâmite dos processos legislativos, referentes ao órgão;

VIII - Propor ao Diretor Geral da SAEMI, a edição de normas legais, regulamentares e outras medidas jurídicas recomendadas pelo interesse público, ou para a aplicação da Constituição e das leis vigentes;

IX - Promover as medidas correcionais, inclusive auditorias, quando verificadas irregularidades nos Órgãos da SAEMI, remetendo cópia das apurações ao Chefe do Poder Executivo Municipal, ao Ministério Público e a outros órgãos eventualmente competentes;

X - Opinar sobre a elaboração, por parte da Comissão Permanente de Licitação - CPL, de minutas-padrão de instrumentos convocatórios de licitações, contratos, convênios e outros atos jurídicos de relevância patrimonial, a serem observadas pela SAEMI e publicadas oficialmente;

XI - Opinar sobre as consultas a serem formuladas pela SAEMI ao Tribunal de Contas;

XII – Opinar quanto ao cumprimento de decisões judiciais e à extensão dos efeitos de julgados a quem não tenha sido parte no respectivo processo;

XIII - Opinar, além dos casos em que a sua oitiva é necessária, sempre que solicitada, acerca de questões jurídicas;

XIV – Elaborar contratos a serem firmados, nos quais a SAEMI seja parte interessada;

XV – Assessorar o Diretor Geral e demais órgãos da SAEMI nos assuntos de natureza jurídica submetidos à sua apreciação;

XVI - Desempenhar outras atribuições que lhe forem expressamente cometidas pelo Diretor Geral.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 03 de janeiro de 2017.

Marinez de Campos

Prefeita Interina

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

PUBLICADO EM 04 DE JANEIRO DE 2017, AMM, ANO XII, N° 2.639, PÁG. 129

ONDE SE LÊ:

4° ADITIVO CONTRATO 20/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa FACILITA GESTÃO PÚBLICA BRASIL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.286.917/0001-05.

LEIA-SE:

4° ADITIVO CONTRATO 42/2014 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa FACILITA GESTÃO PÚBLICA BRASIL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.286.917/0001-05.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES/DPTO INFORMÁTICA
PORTARIA N°. 009/2017

O Vereador, ***Adelian Pereira Messias da Silva***, Presidente da Câmara Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

O Presidente da Câmara Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais no que rege a Constituição Federal dentre

elas a Lei nº 8.429 /92 que dispõe dos Atos de Improbidade Administrativa, edita a presente portaria, nos seguintes termos:

Art. 1º - Compete ao Presidente, na qualidade de Gestor e Ordenador de Despesas e a quem este indicar como Tesoureiro para juntos movimentarem as contas Bancárias desta Casa de Leis, os seguintes poderes:

EMITIR CHEQUES

ABRIR CONTAS DE DEPOSITO

AUTORIZAR COBRANCA

SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES

AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES

RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

EFETUAR TRANSFERENCIAS/PAGAMENTOS.

SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

CANCELAR CHEQUES

BAIXAR CHEQUES

EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS

CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO

EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO

CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS E REPASSES

SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS, INVESTIMENTO

SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CREDITO

EMITIR COMPROVANTES

EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE

Art. 2º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando todas as portarias em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 05 de Janeiro de 2017.

ADELIAN PEREIRA MESSIAS DA SILVA

Presidente da Mesa Diretora Biênio 2017/2018

LICITAÇÃO
RETIFICAÇAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

A Prefeitura Municipal de Nobres - MT, através do Prefeito Municipal Sr. Leocir Hanel, torna público para conhecimento dos interessados que decide tornar sem efeito a Publicação do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM), Ano XII, N° 2.639, Pagina 134 e no Jornal Diário de Cuiabá (Classidiario A-11) do dia 04 de Janeiro de 2017, referente ao Edital de Concurso de Projetos n° 001/2017 - Objeto: Processo de seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, para formação de vínculo de cooperação, por meio de Termo de Parceria, visando o fomento e a realização de atividades, eventos, consultoria, cooperação técnica, serviços e assessoria de interesse público e no desenvolvimento de programas de governo, através do desenvolvimento, acompanhamento e execução de programas de governo, nos limites legais, com ações que possibilitem a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população, em conformidade com os preceitos das Leis: nº 8.666/93, em seus artigos 3º, 6º, 9º, 11, 12, e nº. 9.790/99, Decreto n.º 3.100/99, bem como as condições estabelecidas no Edital. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4215 ou pelo site http://www.nobres.mt.gov.br/.

Nobres, 06 de Janeiro de 2017.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2017

A Srª. **MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPAT,** Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Designar a servidora**, Ana Cácia Alves,** portadora do RG nº 15144208 SSP/MT, CPF nº 985.421.921-68, admitida em 23/12/2005, a exercer suas funções, na "**Secretaria Municipal de Saúde"**,a partir desta data.

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo de 02 de janeiro de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 6º dia do mês de janeiro de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa.06.01.2017

MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2017

A Srª. **MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPAT,** Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Designar a servidora**, Graziele Gubert da Silva,** portadora do RG nº 16741480 SJSP/MT, CPF nº 024.603.881-01, admitida em 23/12/2005, a exercer suas funções, na "**Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças"**, a partir desta data.

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo de 02 de janeiro de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 6º dia do mês de janeiro de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa.06.01.2017

MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
PORTARIA Nº 020, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 020, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia a Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, e dá outras providencias.

O Senhor JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, e decretos Municipais 006/2007 e 010/2007,

Considerando o disposto no art. 51 da Lei 8.666/93, que determina o critério de formação da comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3

(três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo nominados para compor a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nortelândia, para julgar as propostas e habilitação das empresas, bem como adjudicar a licitante vencedora:

I. Presidente: Thiago José dos Santos

II. 1º Membro: Almir de Almeida Branco

III. 2º Membro: Geisiane de Campos Melo

IV. 1º Suplente: Grasiele Gubert

V. 2º Suplente: Emanuele Cardoso da Silva

§ 1º Na ausência do presidente da Comissão, o primeiro membro assumirá a função de presidente, e será convocado um membro suplente, para recompor a Comissão;

§ 2º Nas ausências do 1º ou do 2º membro, serão convocados suplentes, na ordem da suplência.

Art. 2º Designar os servidores abaixo nominados para compor a Equipe Técnica responsável pelas licitações na modalidade Pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Nortelândia:

I. Pregoeiro Oficial: Bruna Beato de Micheli

II. Equipe de Apoio: a. Geisiane de Campos Mello; b. Grasiele Gubert.

Art. 3º São atribuições do Pregoeiro Oficial:

I. Aprovar e/ou retificar o edital de licitação, após o parecer especializado da Assessoria Jurídica, submetendo-o à nova análise jurídica toda vez que houver alteração substancial nos seus termos;

II. Promover a publicidade da licitação, nos termos da legislação;

III. Receber, examinar e decidir, dentro de sua competência, sobre esclarecimentos e impugnações, com o apoio da Assessoria Jurídica, quando necessário;

IV. Estabelecer e coordenar os trabalhos da equipe de apoio;

V. Realizar a abertura, o exame e a classificação das propostas de preços;

VI. Promover análises e diligências referentes ao cumprimento do objeto licitado, sendo-lhe facultado solicitar ao Prefeito Municipal, o apoio especializado para auxiliar sua decisão;

VII. Conduzir os procedimentos de disputa de lances e de julgamento da proposta ou do lance de menor valor apresentado;

VIII. Analisar a documentação, para fins de habilitação ou inabilitação dos licitantes;

IX. Responder aos questionamentos relativos aos seus atos e ao procedimento licitatório e adotar as providências necessárias;

X. Adjudicar o objeto do certame ao vencedor, desde que não haja manifestação de interposição de recursos;

XI. Propor penalização do licitante, durante a sessão pública de licitação, caso ocorra descumprimento de legislação ou ato grave;

XII. Determinar a elaboração da ata da sessão de licitação e assinar em conjunto com a equipe de apoio, técnicos especializados convocados e participantes;

XIII. Fazer o juízo de admissibilidade dos recursos manifestados durante a sessão pública de licitação;

XIV. Encaminhar ao Prefeito Municipal, para subsidiar sua decisão final, as razões de recursos interpostos no prazo legal, as contrarrazões de recursos de qualquer interessado e o relatório da comissão de licitação;

XV. Coordenar a completa instrução do processo.

Art. 4º São atribuições da Equipe de Apoio:

I. Cumprir as determinações do pregoeiro;

II. Instruir o processo licitatório com os documentos e anexos necessários;

III. Operacionalizar o sistema da modalidade Pregão;

IV. Responsabilizar-se pelos materiais de expedientes utilizados para a realização do pregão;

V. Lavrar a ata da sessão e colher as assinaturas dos licitantes presentes;

VI. Responsabilizar-se, após a sessão pública, pela juntada dos documentos, confecção de documentos para instrução, se necessário e pela numeração e rubricas das páginas do processo;

VII. Levar ao conhecimento do pregoeiro qualquer ato ou informação que possa alterar os procedimentos do certame.

Art. 5º Todos os procedimentos licitatórios, no âmbito da Prefeitura Municipal de Nortelândia, deverão ser autorizados prévia e expressamente pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º Fica autorizada a substituição do pregoeiro designado para o certame, por outro pregoeiro oficial, desde que devidamente justificado o impedimento e ou ausência.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigência a partir de 05 de Janeiro de 2017, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 5º dia do mês de Janeiro de 2017, 63º da Emancipação Político-Administrativa. 5.1.2017.

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

Marlene Júlia de Oliveira Scarpat

Secretário de Administração Finanças e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017. PROCESSO: 05/2017

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017.

Processo: **05/2017**

Assunto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Combustível para atender o abastecimento de toda frota da Prefeitura Municipal em todas as Secretarias Municipais em seus diversos programas sendo 303.400 litros de Óleo Diesel, 23.100 Litros de Etanol e 44. 000 litros de Gasolina.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para a Contratação direta junto a **Empresa COMERCIAL COCAIS DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ 37.467.735/0001-30**, para **Contratação de empresa especializada para fornecimento de Combustível para atender o abastecimento de toda frota da Prefeitura Municipal em todas as Secretarias Municipais em seus diversos programas sendo 303.400 litros de Óleo Diesel, 23.100 Litros de Etanol e 44.000 litros de Gasolina**". O valor total contratado será de **R$ 1.253.025,00 (um milhão duzentos e cinqüenta e três mil e vinte e cinco reais)**, despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentária:

18 – Programa, Projeto/Atividade, Natureza da Despesa, Fonte e Valor.					
Programa	**Projeto/Atividade**	**Natureza da Despesa**	**Fonte**	**Reduzido**	**Valor (R$)**
	EDUCAÇÃO				
2102	Manut. do Transporte Escolar/FUNDEB 40%	33.90.30.00	119	050101	69.495,00
2264	Manut. do Transporte Escolar/Salário Educação	33.90.30.00	119	050030	89.835,00
2265	Manut. do Transporte Escolar/PNATE	33.90.30.00	119	050032	99.666,00
2216	Manut. do Transporte Escolar/Gestão	33.90.30.00	100	050028	149. 160,00
2045	Manut. Encargos da Educação	33.90.30.00	100	050016	90.285,00
TOTAL					**R$ 498. 441,00**
	SAUDE				
2067	Manut. das Ativ. Hosp/Ambulatorial-MAC	33.90.30.00	100	070046	29.520,00
2030	Manut. Encargos da Saúde	33.90.30.00	100	070010	18.450,00
1305	Manut. da Atenção Básica	33.90.30.00	114	070019	16.950,00
TOTAL					**R$ 64. 920,00**
	ADMINISTRAÇÃO				
2089	Manut. das Ativ. de Adm e Planejamento	33.90.30.00	100	040020	16.140,00
2089	Manut. das Ativ. de Adm e Planejamento	33.90.30.00	100	040020	7.380,00
TOTAL					**R$ 23. 520,00**
	DESENVOLVIMENTO				
2036	Manut. e Encargos da Secretaria	33.90.30.00	100	100005	9.684,00
2036	Manut. e Encargos da Secretaria	33.90.30.00	100	100005	27.120,00
TOTAL					**R$ 36. 804,00**
	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
2022	Manut. da Sec. de Assistência Social	33.90.30.00	100	060006	16.140,00
TOTAL					**R$ 16. 140,00**
	OBRAS E INFRA ESTRUTURA				
2278	Rec. e Manut. e Construção de Estradas Vicinais	33.90.30.00	130	080032	525. 450,00
2074	Projeto Ativ/2074- Recup. Man. E Encargos e Salários	33.90.30.00	100	080006	87.750,00
TOTAL					**R$ 613. 200,00**
VALOR TOTAL ESTIMADO (R$)		**R$ 1.253.025,00**			

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ **1.253.025,00(um milhão duzentos e cinqüenta e três mil e vinte e cinco reais)**, em favor da **Empresa COMERCIAL COCAIS DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ 37.467.735/0001-30**, cujo pagamento far-se-á conforme o Termo de Referencia **nº. 01/2017**, de acordo com a proposta de preços considerada compatível com o interesse público.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica Parecer nº. 002/2017, deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento – MT. 06 de janeiro de 2016.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO, VICE-PREFEITO DE NOVA BRASILÂNDIA-MT.

Ata daSessão Solene de Posse dos Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito de Nova Brasilândia para a Nona Legislatura do Município de Nova Brasilândia. Ao primeiro dia do mês de Janeiro de dois mil e dezessete no recinto da Câmara Municipal de Nova Brasilândia sito a Avenida Brasil número novecentos e cinquenta e sete. Deu início a Sessão Solene de Posse, para empossar os vereadores, Antomar Christian de Souza Cardoso, Eutimio Francisco de Campos, Cristóvão Catarino da Costa, Flavio dos Santos Magalhaes, Idete de Lara,Marcelo Benetti, Nilton Arlindo da Silva Filho,Rosimare da Silva Almeida, Valdomiro de Souza, Prefeita Mauriza Augusta deOliveira e Vice-Prefeito Vanilson Arruda Barroso, do Município de Nova Brasilândia-MT. Com a palavra o Orador Cerimonial Senhor Mariano Silva que cumprimentou a todas as pessoas presentes, bem como todos os ouvintes da rádio Continental FM agradeceu primeiramente a Deus e de imediato convidou em ordem alfabética todos os vereadores eleitos para assumirem seus lugares no plenário, sendo eles: Antomar Christian de Souza Cardoso,Cristóvão Catarino da Costa, Eutimio Francisco de Campos, Flavio dos Santos Magalhaes, Idete de Lara,Marcelo Benetti, Nilton Arlindo da Silva Filho, Rosimare da Silva Almeida, Valdomiro de Souza.

Assim como, convidou também para compor o dispositivo de honra, o excelentíssimo senhor Hélio Cruz Da Silva, vice prefeito do Município de Nova Brasilândia, que deixa o cargo juntamente com o ilustre prefeito Jamar da Silva Lima, que ao termino de seu mandato compõe o recinto, logo após, o Orador convocou a presença do Senhor Vanilson Arruda Barroso, vice prefeito eleito do Município para o quadriênio de dois mil e dezessete a dois mil e vinte, acompanhado da Excelentíssima Senhora, Mauriza Augusta De Oliveira, Prefeita Eleita do Município de Nova Brasilândia-MT. Logo depois, na condição de vereador mais votado entre os presentes, e assumindo o posto de presidente de acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Brasilândia o Excelentíssimo Senhor Antomar Christian Souza Cardoso, declarou oficialmente aberta a sessão solene de posse de vereadores, Prefeita e Vice-Prefeito Municipal. Em ato continuo o senhor Presidente convidou o excelentíssimo senhor Nilton Arlindo Da Silva Filho para secretariar a presente sessão solene em companhia da Senhora Rosimare Da Silva Almeida, que na posição de segunda secretária efetuou a leitura do texto bíblico sendo ele o salmo 133, na sequencia o Orador Mariano Silva convidou a Orquestra Sinfônica do Projeto Reviver, para a execução do Hino Nacional Brasileiro. Após todos honorificarem o

hino nacional o Exmo. pastor Jonas conduziu um momento ecumênico desejando que Deus abençoasse todo o mandato dos eleitos. Posteriormente o secretario mediante suas funções executou a chamada nominal dos Vereadores, Prefeito, e Vice-Prefeito para apresentação dos Diplomas que ortogam poderes para a posse do cargo. Após a apresentação dos Diplomas que ortogam poderes, o Vereador Nilton Arlindo da Silva Filho efetuou a leituras das declarações de bens de cada componente da mesa conforme apresentados. Em ato continuo fez a leitura do termos de Compromisso de posse dos vereadores, Prefeita Vice-Prefeito que se comprometem formalmente aos respectivos cargos.

Em continuidade da cerimonia o Orador retorna a palavra ao Presidente Antomar Christian de Souza Cardoso para tomar posse da palavra. Onde o mesmo convida aos nobres Edis que se posicione para fazer o Juramento Público, onde todos comprometem publicamente e formalmente através do termo a desempenhar fielmente com dedicação, respeito e honestidade para com a causa pública e a coisa pública, prometendo cumprir e respeitar as leis do País, do Estado do Município e também desta Augusta Casa de Leis. Em ato sequente o Senhor Presidente convida o vereador Cristóvão Catarino da Costa que cumprimentou a todos os presentes e agradeceu a população e todos os familiares pelo apoio, bem como, José Faustino Lobo, o Ex-Prefeito e toda família lima, finalizando relatou a Prefeita eleita que ela pode contar com seu apoio. Em sequência o Vereador Eutimio Francisco de Campos que tomou palavra cumprimentando o presidente de honra Antomar Christian de Souza Cardoso em nome do atual presidente cumprimentou toda a mesa, disse que é uma grande responsabilidade da Prefeita, Vice-Prefeito e vereadores resolver os problemas do município e agradeceu a todos pela confiança. Com a palavra o vereador Flavio dos Santos Magalhães cumprimentou todos presente e agradeceu primeiramente a Deus por tudo, bem como a população presente, a Prefeita, ao Vice Prefeito, amigos e familiares pelo apoio agradeceu ao Ex-Prefeito Jamar da Silva Lima e disse que o mesmo está saindo vitorioso dessa administração. O senhor vereador Idete de Lara foi até a tribuna e cumprimentou todos presentes agradeceu a Deus e toda a população por ter colocado sua pessoa nesse Poder Legislativo, agradeceu ao Ex-Prefeito Jamar da Silva Lima e toda a sua família. Logo após o senhor Marcelo Benetti cumprimentou todos presentes desejando um feliz ano novo a todos agradeceu a todos os eleitores por ter votado em sua pessoa, agradeceu a toda a sua família pelo apoio falando ainda para a Prefeita eleita pode contar com o apoio dele. Em seguida o Senhor Vereador Nilton Arlindo da Silva Filho tomou o poder da fala agradecendo a todos os presentes, os eleitores, bem como toda a torcida que teve antes e depois da campanha, colocou-se à disposição dos colegas vereadores e desejou um ótimo mandato a todos os empossados. A Senhora Rosimare da Silva Almeida que em nome de seu pai o Ex-Vice Prefeito Senhor Heloi Cruz da Silva cumprimentou todos da mesa, e em nome de seu filho cumprimentou todos do plenário, agradeceu todos de sua família pelo apoio e desejou um feliz ano novo a todos. Toma a palavra o senhor Valdomiro de Souza que cumprimentou todos presentes agradeceu a toda a sua família e leitores pelo apoio dizendo que está disposto a ajudar o município no que for preciso, parabenizou em seguida o ex-Prefeito Jamar da Silva Lima pelo brilhante serviço prestado. Com a palavra o presidente de Honra agradeceu a todos em nome de seu pai cumprimentando os funcionários públicos, agradeceu a sua família em especial sua mãe e sua esposa e toda família Cardoso pelo apoio recebido, agradeceu o Ex-Prefeito Jamar da Silva Lima e parabenizou pelo excelente trabalho desempenhado nos últimos anos. Em seguida com a palavra o senhor Vice-Prefeito Vanilson Arruda Barroso cumprimentou a todos presentes agradecendo a todos da região de Nova Brasilândia, bem como, sua família, esposa, amigos e vizinhos, alegou estar pronto para ajudar o município no que for preciso agradecendo ao Ex-Prefeito e o Ex-Vice Prefeito pelo belo trabalho à frente da administração. Sendo assim o Ex-Prefeito Jamar da Silva Lima foi à tribuna e cumprimentou a todos presentes e parabenizou a prefeita e o Vice Prefeito e desejou uma boa administração aos mesmos, disse ainda que esteve oito anos à frente da administração, agradeceu aos ex-vereadores que lhe apoiaram durante sua gestão à frente da prefeitura, logo após fez uma pequena prestação de contas afirmando que a prefeitura encontra-se em saldo positivo. O Senhor Hélio Cruz da Silva Cumprimentou a todos agradeceu a todos de coração que sempre lhe apoiaram, disse que teve cinco mandatos de vereador e está encerrando seu mandato de vice com orgulho, agradeceu a Prefeita e ao Vice-Prefeito desejando que eles possam desempenhar um bom trabalho à frente do Executivo. Logo em seguida a Prefeita Mauriza Augusta de Oliveira Cumprimentou a todos do plenário em nome do presidente de honra depois reafirmou seus compromissos para com o povo, agradeceu a sua família e toda a população. Ao termino Ex-Prefeito Jamar da Silva Lima foi convidado para passar a chave da Prefeitura a Prefeita empossada Senhora Mauriza Augusta de Oliveira. Após ter passado a chave a Prefeita em ato solene diante da população. Com a palavra o Presidente senhor Antomar Christian de Souza Cardoso, onde o mesmo suspende a sessão para lavratura da Ata da Sessão Solene de Posse. Dando continuidade a Sessão em ato sequente coloca a Ata em votação sendo aprovada por unanimidade. E não havendo mais nada a tratar o Presidente de honra faz as considerações finais, deseja sucesso declara encerrada a Sessão Solene de posse.

Para constar lavrei a presente ata que lida achada conforme vai ser assinada pelos presentes

Antomar Christian de Souza Cardoso_____

Cristóvão Catarino da Costa_____

Eutímio Francisco de Campos_____

Flávio dos Santos Magalhães_____

Idete de Lara_____

Marcelo Benetti_____

Nilton Arlindo da Silva Filho_____

Rosimare da Silva Almeida_____

Valdomiro de Souza_____

Mauriza Augusta de Oliveira_____

Vanilson Arruda Barroso_____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
REPUBLICAR PORTARIA N° 007/2017, DE 01 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N° 007/2017, DE 01 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Infra Estrutura.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no inciso I, do art.61, da Lei Orgânica do Município de Nova Brasilândia, de 05 de abril de 1990 e em consonância com o art. 22 e 23, da Lei n° 002, de 06 de abril de 1993,

RESOLVE

Art.1° Nomear o senhor **SÉRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA**, portador da RG de n° 658179, SSP/MT e do CPF de n° 582.015.721-49, para exercer o

cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 01 de janeiro de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
REPUBLICAR PORTARIA N° 008/2017, DE 01 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA N° 008/2017, DE 01 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia ocupante do cargo em comissão de Diretora Presidenta do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, de Nova Brasilândia.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que confere o disposto na Lei n° 059, de 29 de julho de 1998,

RESOLVE

Art.1° Nomear a senhora **SANDRA PINHEIRO DE SÁ**, portadora da RG de n° 855096, SSP/MT e do CPF de n° 570.221.801-44, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora Presidenta do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, de Nova Brasilândia.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 01 de janeiro de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
4°TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 009/2014.

Contratado: A. ANDRE MILESKI - ME

Aditamento: O presente Termo Aditivo trata da prorrogação do contrato de origem para o exercício financeiro de 2017, passando a viger a partir do dia 01 de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.

Data: 29/12/2016.

ADMINISTRAÇÃO
4°TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 010/2013.

Contratada: AGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA

Aditamento: 1 -O presente Termo Aditivo trata da inclusão junto ao objeto do presente contrato, sem qualquer tipo de acréscimo financeiro, do Sistema de Emissão de Nota Fiscal Eletrônica.

2 – O presente Termo Aditivo trata também da prorrogação do contrato de origem para o exercício financeiro de 2017, passando a viger a partir do dia 01 de janeiro de 2017 até o dia 31 de março de 2017.

Data: 29/12/2016.

ADMINISTRAÇÃO
4°TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 019/2013.

Contratado: A. KLAFFKE & LTDA - ME

Aditamento: O presente Termo Aditivo trata da prorrogação do contrato de origem para o exercício financeiro de 2017, passando a viger a partir do dia 01 de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.

Data: 29/12/2016.

ADMINISTRAÇÃO
4°TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 015/2013.

Contratado: M. MANHAGUANHA E CIA LTDA - ME

Aditamento: O presente Termo Aditivo trata da prorrogação do contrato de origem para o exercício financeiro de 2017, passando a viger a partir do dia 01 de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.

Data: 29/12/2016.

ADMINISTRAÇÃO
3°TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 042/2014.

Contratado: A. KLAFFKE & LTDA - ME

Aditamento: O presente Termo Aditivo trata da prorrogação do contrato de origem para o exercício financeiro de 2017, passando a viger a partir do dia 01 de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.

Data: 29/12/2016.

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 002/17/SMA/PMNG.

PRAZO: 03/01/17 A 31/12/17

CONTRATADO: MP DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB-ME**.**

OBJETO: OS SERVIÇOS PRESTADOS CONSISTIRÃO NA HOSPEDAGEM, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ADMINISTRADOR DE WEBSITE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA-MT COM AS SUB-PÁGINAS.

VALOR: R$ 7.800,00 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 04.122.0001.2040.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
REFERENTE AO PROCESSO Nº. 003/2017.

Objeto	Este contrato tem por objetivo a prestação de serviços de mão de obra para Construção de 03 (três) bueiros, no Município de Nova Guarita, conforme as especificações e localidades constantes do Projeto de Engenharia (Anexo 01).
Favorecido	ALBERTINO FRANCISCO GONÇALVES - CNPJ Nº. 25. 050.861/0001-05
Prazo de execução	03/01/17 A 03/03/17
Valor global	R$ 12.000,00 (doze mil reais)

Fundamento Legal	Artigo 24, Inciso I da Lei nº 8.666/93
Justificativa	Anexa aos autos do processo.

Ratificamos a Dispensa de Licitação referente ao Processo Nº 003/2017 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico.

Nova Guarita – MT, 03 de janeiro de 2017.

_____

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO N º 031/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADA: J. FELISBERTO FILHO COMÉRCIO EIRELI - ME;

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FUNILARIA E PINTURA, NA REFORMA DO VEÍCULO GYV-6074, CAMINHONETE SILVERADO DE PROPRIEDADE PARTICULAR ENVOLVIDA EM ACIDENTE DE TRÂNSITO COM ÔNIBUS ESCOLAR NA ESTRADA RURAL DA GLEBA RIO NOVO, constantes no procedimento de Dispensa de Licitação 14/2016 e no Boletim de Ocorrência 2006.248276 (fls. 06/07).

VALOR:R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

VIGÊNCIA: 31/12/2016;

Nova Lacerda - MT, 20 de outubro de 2016

–

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO N º 034/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADA: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA;

OBJETO:O objeto do presente Contrato é a aquisição de transporte escolar diário de estudantes, denominado de **Ônibus Rural Escolar (ORE)**, **para compor a frota da Nova Lacerda,** conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição;

VALOR: R$ 230.210,00 (duzentos e trinta mil duzentos e dez reais);

VIGÊNCIA: 12 meses;

Nova Lacerda - MT, 21 de novembro de 2016

–

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO N º 033/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADA: FEDERAÇÃO DE MOTOCICLISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO;

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DA 9ª ETAPA ESTADUAL DE MOTOCROSS 2016, A SER REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2016, constantes no procedimento de inexigibilidade nº 005/2016.

VALOR:R$ 36.340,00 (trinta e seis mil trezentos e quarenta reais);

VIGÊNCIA: até 31/12/2016;

Nova Lacerda - MT, 10 de novembro de 2016.

–

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO N º 032/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADA: DIAS ALEIXO & SILVA LTDA - ME;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RETIFICA DE MOTORES VEÍCULO PESADO, DIESEL, ENGLOBANDO NESTES SERVIÇOS DESMONTAGEM, MONTAGEM, RETÍFICA E FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO MERCEDES BENS 1318, PLACA LHO-4281, ATENDENDO A SECRETARIA DE OBRAS, constantes no procedimento de Tomada de Preço 001/2016.

VALOR:R$ 23.201,50 (vinte e três mil duzentos e um reais e cinquenta centavos reais);

VIGÊNCIA: 31/12/2016;

Nova Lacerda - MT, 09 de novembro de 2016

–

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO N º 037/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADA: ACPI INFORMÁTICA LTDA - ME;

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO DE BENS CADASTRADOS E OS NÃO CADASTRADOS, conforme justificativa técnica constante da Carta Convite 001/2016;

VALOR:de R$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais);

PRAZO: até 31/03/2017;

Nova Lacerda - MT, 28 de dezembro de 2016

–

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO N º 036/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADA: ROSIVALDO PEREIRA DA SILVA - ME**;**

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de BANDA FORRÓ FALA SÉRIO para realização do show da Virada REVEILLON 2016/2017 do município de Nova Lacerda/MT, no dia 31 de dezembro de 2016, atendendo a pedido do Departamento de Cultura do Município de Nova Lacerda/MT.

VALOR: R$ 12.000,00 (doze mil reais);

PRAZO: até 01/01/2017;

Nova Lacerda - MT, 28 de dezembro de 2016

–

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda-MT, em cumprimento a Lei Orgânica do Município e demais Legislações pertinentes, torna público para todos os interessados, a abertura do Processo Seletivo Simplificado destinado a seleção de pessoal visando a contratação por **prazo determinado**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e na legislação pertinente, conforme abaixo discriminado:

1. DAS DISPOSIÇOES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital será organizado e executado pela KLC – CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA.

1.1 NOMENCLATURA, CARGA HORÁRIA, VAGAS, VENCIMENTOS, TAXA DE INSCRIÇÃO, REQUISITOS E DEMAIS VANTAGENS.

Nomenclatura	C/H	Vagas	Vencimento (R$)	Requisitos Especiais
Agente de Serviços Gerais – Centro de Educação Infantil	40	01	965,10	Alfabetizado.
Agente de Serviços Gerais – EM Getúlio Vargas	40	01	965,10	Alfabetizado.
Agente de Serviços Gerais – EM Vale do Guaporé	40	01	965,10	Alfabetizado.
Assistente Social – Programa Equipe Volante	30	01	2.025,97	Curso superior em Serviço Social e registro no conselho.
Auxiliar Administrativo	40	04	965,10	Ensino Fundamental concluído.
Educador Físico	40	01	1.638,53	Curso Superior em Educação Física e registro no conselho.
Engenheiro Civil	40	01	5.987,42	Curso Superior em Engenharia Civil e registro no conselho.
Instrutor de Curso de Artesanatos em Geral (costura, projetos para gestantes e oficinas de artesanato).	40	01	965,10	Ensino Médio completo com habilidades artesanais, bordado e corte e costura.
Instrutor de Música	40	01	2.025,97	Ensino Médio concluído
Médico	40	CR	15.925,66	Curso Superior em Medicina e registro no Conselho.
Monitor de Creche – Centro de Educação Infantil	40	02	965,10	Ensino Médio completo.
Motorista Nível II/EM 15 de Setembro	40	01	1.496,96	Ensino Fundamental incompleto + CNH categoria “D” ou “E”.
Motorista Nível II/EM Vale do Guaporé	40	01	1.496,96	Ensino Fundamental incompleto + CNH categoria “D” ou “E”.
Motorista Nível II/Linha Rio Novo	40	01	1.496,96	Ensino Fundamental incompleto + CNH categoria “D” ou “E”.
Professor de Educação Infantil – Centro de Educação Infantil *	20	CR	1.481,10	Ensino superior completo – Licenciatura Plena com habilitação em Educação Infantil.
Professor de Ensino Fundamental Nível I – Sede *	20	CR	1.481,10	Ensino superior completo – Licenciatura Plena.
Professor de Ensino Fundamental Nível I/Letras/ EM 15 de Setembro *	20	01	1.481,10	Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.
Professor de Ensino Fundamental Nível I/Matemática/ EM 15 de Setembro *	20	01	*1.481,10 1.139,38	Licenciatura Plena em Matemática.
Professor de Ensino Fundamental Nível I/Médio/ EM 15 de Setembro *	20	01	*1.481,10 1.139,38	Ensino superior completo – Licenciatura Plena ou Ensino Médio completo.
Professor de Ensino Fundamental Nível I/Médio/ EM Ângelo Tripoloni *	20	01	*1.481,10 1.139,38	Ensino superior completo – Licenciatura Plena ou Ensino Médio completo.
Professor de Ensino Fundamental Nível I/Médio/ EM Barra Mansa	20	01	*1.481,10 1.139,38	Ensino superior completo – Licenciatura Plena ou Ensino Médio completo.
Professor de Ensino Fundamental Nível I/Médio/ EM Garimpo *	20	01	*1.481,10 1.139,38	Ensino superior completo – Licenciatura Plena ou Ensino Médio completo.
Professor de Ensino Fundamental Nível I/Médio/ EM Vale do Guaporé *	20	02	*1.481,10 1.139,38	Ensino superior completo – Licenciatura Plena ou Ensino Médio completo.
Professor de Ensino Fundamental Nível I/Médio/ Escola Indígena Parecis Uirapuru *	20	01	*1.481,10 1.139,38	Ensino superior completo – Licenciatura Plena ou Ensino Médio completo.
Professor de Ensino Fundamental Nível I/Médio/ Escola Indígena Wuassussu Bacurizal *	20	01	*1.481,10 1.139,38	Ensino superior completo – Licenciatura Plena ou Ensino Médio completo.
Professor de Ensino Fundamental Nível I/Médio/ Escola Indígena Wuassussu São Francisco *	20	01	*1.481,10 1.139,38	Ensino superior completo – Licenciatura Plena ou Ensino Médio completo.
Psicólogo – Equipe Volante	40	01	2.025,97	Curso Superior em Psicologia e registro no conselho
Técnico Administrativo – Equipe Volante	40	02	965,10	Ensino Médio concluído
Vigia	40	08	965,10	Ensino Fundamental Incompleto

*** - O valor do vencimento será de acordo com a titulação acadêmica apresentada no momento da admissão.**

2.1. As inscrições ficarão abertas:

Entre às **09 horas do dia 09 de janeiro de 2017 até às 23 horas e 59 minutos do dia 18 de janeiro de 2017, através do endereço eletrônico www.klcconcursos.com.br**. **(horário local).**

2.2. Maiores informações junto ao endereço eletrônico **www.klcconcursos.com.br**,

2.3. O valor da Taxa de Inscrição constante deste edital são as seguintes:

ESCOLARIDADE	VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO EM R$
Alfabetizado / Ensino fundamental / Ensino Médio	20,00
Ensino Superior	30,00

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Lacerda - MT, 06 de janeiro de 2017.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO N º 030/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADA: JOÃO ANTÔNIO TOSTI - ME;

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, NA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2017, ATENDENDO ÀS DETERMINAÇÕES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI 4320/64, PCSP, TCE/MT E OS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS, INCLUINDO REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, constantes no procedimento de Dispensa de Licitação 13/2016;

VALOR:R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais);

VIGÊNCIA: 31/12/2016;

Nova Lacerda - MT, 05 de outubro de 2016

–

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO N º 035/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADA: GEOPOÇOS HIDROCONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBO PVC DE REVESTIMENTO GEOMECÂNICO NERVURADO STANDARD, DN = 154 MM COM DOIS METROS DE COMPRIMENTO, de acordo com as normas voltadas ao setor público, conforme justificativa técnica constante da Dispensa de Licitação 015/2016.

VALOR:R$ 11.580,06 (onze mil quinhentos e oitenta reais e seis centavos);

PRAZO: até 31/03/2017;

Nova Lacerda - MT, 28 de dezembro de 2016

–

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
PREGÃO PRESENCIAL 01/2017

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 01/2017

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna publico que farra realizar Pregão Presencial 01/2017

Data da realização: 18/01/2017 às 08:30 horas;

Horário para Credenciamento: 08:00 as 08:30 horas;

OBJETO:**Registro de Preço para futura e eventual aquisição parcelada de material químico e aparelhos medidores, destinados para ações de controle da água distribuída para população de Nova Lacerda-MT**

Local: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT, Sala de Licitações,com sede na Rua 16 de Julho, nº 815, Centro, Nova Lacerda-MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 ou no site www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 06 de janeiro de 2017.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - 2016 - CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2016 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES							
RECEITA TRIBUTARIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
(-)Dedução da Receita Tributaria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
(-)Dedução da Receita de Contribuições							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas							
(-)Dedução da Receita Patrimonial							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
(-)Dedução da Receita Agropecuária							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
(-)Dedução da Receita Industrial							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fomte							
(-) Dedução para foemação do FUNDEB							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multa de Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Diversas							
(-) Dedução de Outras Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	696.000,00	696.000,00	64.000,00	9,19	768.000,00	110,34	-72.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	696.000,00	696.000,00	64.000,00	9,19	768.000,00	110,34	-72.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	696.000,00	696.000,00	64.000,00	9,19	768.000,00	110,34	-72.000,00
DÉFICIT/SUPERÁVIT (VI)		72.000,00	12.008,22	16,67			72.000,00
TOTAL(VII) = (V + VI)	696.000,00	768.000,00	76.008,22	9,89	768.000,00	100,00	

Emissão: 06/01/2017 16:44:06

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2016 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Superávit Financeiro Reabertura de Créditos Adicionais							

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2016 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)							
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)							
DÉFICIT (IV)	6.000,00	8.908,40	1.377,76	15,46	8.908,40	100,00	
TOTAL (V) = (III + IV)	6.000,00	8.908,40	1.377,76	15,46	8.908,40	100,00	

VALMIR SILVA LEITE
PRESIDENTE

JONATAS PRATES LIMA
CONTADOR CRC-MT 016899/O-0

DAMIAO BONETTI DO NASCIMENTO
1° SECRETARIO

Emissão: 06/01/2017 16:44:06

Página 3

Homologado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO Nº 012/2016

3º ADITIVO DO CONTRATO 012/2016– ASS- 28/12/2016 –VCTO DE EXECUÇÃO 28/01/2017 - VCTO DE VIGENCIA 16/10/2017 - ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO - Contratado (a): **TOTTAL CONSTRUTORA LTDA - ME** – CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NA CONSTRU-

ÇÃO DE PRAÇA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT, ATRAVÉS DO CONVENIO 109/2015 DA SECID.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 06 DE JANEIRO DE 2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO Nº 069/2011

9º ADITIVO DO CONTRATO 069/2011 – ASS- 29/12/2016 –Vcto 30/06/2017- ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO - Contratado (a): **GUAXE CONSTRUTORA LTDA** – OBJ: EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 0335968-87/2010-MINISTÉRIO DAS CIDADES / CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-PROGRAMAS SOCIAIS, CONFORME RESPECTIVO PROJETO APROVADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 06 DE JANEIRO DE 2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
OFÍCIO FAZENDA Nº 003/2017

OFÍCIO FAZENDA Nº 003/2017

Nova Marilândia – MT, em 06 de Janeiro de 2017.

Para: **BANCO DO BRASIL S/A**

Prezado (a) gerente;

Vimos através do presente, determinar os poderes concedidos a Secretária Municipal de Assistência Social de Nova Marilândia e juntamente com o Prefeito Municipal, responsáveis pelas contas bancárias de titularidade do **Fundo Municipal de Assistência Social** cadastrado sob o CNPJ Nº 11.328.918/0001-31abaixo qualificados:

Marluce Helena de Geos Possobom Mafa, portador do RG 6.579.407-1 SSP/PR e CPF 000.232.781-37, **Juvenal Alexandre da Silva,** portador do RG 3141561-6 SSP/MT e CPF 459.368.209-63**,** residentes e domiciliados neste município de Nova Marilândia- MT.

Segue relação dos poderes:

045 – AMPLOS PODERES 009 – EMITIR CHEQUES 010 – ABRIR CONTAS DE DEPOSITO 011 – AUTORIZAR COBRANÇA 018 – UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES 020 – RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO 026 – SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES 027 – REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES 031 – AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES 036 – RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS 038 – ENDOSSAR CHEQUE 094 – SUSTAR / CONTRA-ORDENAR CHEQUES 095 – CANCELAR CHEQUES 096 – BAIXAR CHEQUES 098 – EFETUAR RESGATES / APLICAÇÕES FINANCEIRAS 099 – CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS 100- EFETUAR SAQUES – CONTA CORRENTE 102 – EFETUAR SAQUES – POUPANÇA 104 – EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO 105 – EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO 118 – CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECU 119 – LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER.FINANC 124 – SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS 125 – SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇOES DE CRED 126 – EMITIR COMPROVANTES 128 – EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE 133 – ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO 137 – CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DEBITO DIRETO AUTORIZ 150 – ATUALIZAR FATURAMENTO PELO GERENCIADOR FINANC 049 – AVALIZAR CHEQUES 062 – ASSINAR ORÇAMENTO 063 – ASSINAR MENÇAO ADICIONAL 064- ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE 023 – REIVINDICAR DIREITOS 028 – RECEBER GRATIFICAÇÕES, DIARIAS, PENSOES, SALARIO 073 – ASSINAR APOLICE DE SEGURO 113 – RECEBER ORDENS DE PAGAMENTO 145 – FECHAR OPERAÇÕES A TERMO 146 – FECHAR OPERAÇÕES DE OPÇÕES 160 – CONSULTAR RELATORIOS DE SERVIÇOS DE ADMINISTR

Sendo o que nos apresenta para o momento reiteramos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente;

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal de Nova Marilândia – MT

MARLUCE HELENA DE GEOS POSSOBOM MAFA

Secretária Municipal de Assistência Social de Nova Marilândia - MT

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - 2016 - CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**768.000,00**	**696.000,00**
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**768.000,00**	**696.000,00**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	768.000,00	696.000,00

Emissão: 06/01/2017 17:06:05 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2016

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**776.739,08**	**696.434,90**
PESSOAL E ENCARGOS	**496.487,69**	**479.546,64**
REMUNERACAO A PESSOAL	422.939,46	400.804,17
ENCARGOS PATRONAIS	73.548,23	78.742,47
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**279.842,70**	**216.864,63**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	46.082,94	39.501,47
SERVICOS	219.686,02	173.228,26
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	14.073,74	4.134,90
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**408,69**	**23,63**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	408,69	23,63
Resultado Patrimonial do Período	**-8.739,08**	**-434,90**

Emissão: 06/01/2017 17:06:05 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	5.334,66	3.700,00

VALMIR SILVA LEITE
PRESIDENTE

JONATAS PRATES LIMA
CONTADOR CRC-MT 016899/O-0

DAMIAO BONETTI DO NASCIMENTO
1° SECRETARIO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
OFICIO PREVINOM Nº 002/2017 - NOVA MARILÂNDIA – MT, EM 06 DE JANEIRO DE 2017.

OFICIO PREVINOM Nº 002/2017 - Nova Marilândia – MT, em 06 de Janeiro de 2017.

Para: **COPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI**

NOVA MARILÂNDIA - MT

Prezado (a) gerente;

Vimos através do presente, determinar os poderes concedidos aos responsáveis pelas contas bancárias de titularidade do **Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Nova Marilândia – PREVINOM,** cadastrado sob o CNPJ Nº 13.715.755/0001-14 abaixo qualificados:

MARTA REGINA WAIANDT DA SILVA, portadora do RG 0740800-5 – SSP/MT, e CPF 468.444.141-53 e **REGINALDO SANTOS DA SILVA**, portador do RG 1073968-8 SEJUSP/MT e CPF 830.358.181-34, ambos residentes e domiciliados neste município de Nova Marilândia- MT.

Sendo o que nos apresenta para o momento, reiteramos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente;

MARTA REGINA WAIANDT DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

REGINALDO SANTOS DA SILVA

Presidente do Conselho Curador - PREVINOM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO Nº 054/2011

11º ADITIVO DO CONTRATO 054/2011 – ASS- 02/12/2016 –Vcto 03/07/2017- ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - Contratado (a): **CONSTRUTORA E INCORPORADO GUEDES LTDA** – OBJ: EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NAS RUAS: ACRE, BAHIA, SANTA CATARINA E AVENIDA TIRADENTES, COM UM TOTAL DE 3965,90 M, NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA MT.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 06 DE JANEIRO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO Nº 025/2016

1º ADITIVO DO CONTRATO 025/2016– ASS- 29/12/2016 –Vcto 31/12/2017- ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA - Contratado (a): **MENDONÇAS ADVOGADOS –** OBJ: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA DEFESA DOS DIREITOS E INTERESSES DO MUNICÍPIO, NO ÂMBITO DA PRIMEIRA INSTANCIA DO PODER JUDICIÁRIO COM O OBJETIVO DE INGRESSAR COM A AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA EM DESFAVOR DA UNIÃO FEDERAL E OU/ CAIXA ECONÔMICA REPASSE Nº 1016679-35/2014, MINISTERIO DAS CIDADES.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 06 DE JANEIRO DE 2017.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

BALANÇO FINANCEIRO - 2016 - CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA
CAMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2016

Data de emissão: 06/01/2017

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária			**Despesa Orçamentária**	**767.591,31**	**695.976,37**
Ordinárias			Ordinárias		
			Ordinária	767.591,31	695.976,37
Transferências Financeiras Recebidas	**768.000,00**	**696.000,00**	**Transferencias Financeiras Concedidas**	**408,69**	**23,63**
Transferências Financeiras Recebidas	768.000,00	696.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	408,69	23,63
Recebimentos Extra-Orçamentários	**121.255,95**	**116.665,55**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**121.255,95**	**116.665,55**
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período			Pagos no período		
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	121.255,95	116.665,55	Outras movimentações extra-orçamentárias	121.255,95	116.665,55
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias			Outras movimentações extra-orçamentárias		
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho			**Ajuste de Investimentos - Perda**		
Ajuste de Investimentos - Ganho			Ajuste de Investimentos - Perda		
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior			**Saldo em espécie do exercício seguinte**		
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento			Bancos conta movimento		
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras - RPPS			Aplicações financeiras - RPPS		
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		

Emissão 06/01/2017 17:15:11 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA
CAMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2016

Data de emissão: 06/01/2017

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TOTAL	**889.255,95**	**812.665,55**	**TOTAL**	**889.255,95**	**812.665,55**

VALMIR SILVA LEITE
PRESIDENTE

JONATAS PRATES LIMA
CONTADOR CRC-MT 016899/O-0

DAMIAO BONETTI DO NASCIMENTO
1° SECRETARIO

Emissão 06/01/2017 17:15:11 Página 2

Homologado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE SUSPENSÃO CONTRATO Nº 008/2016

TERMO DE SUSPENSÃO CONTRATO 008/2016– ASS- 17/12/2016 À 31/12/2016- ASSUNTO: SUSPENSÃO (CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) - CONTRATADO (A): **DAYANE OLEGÁRIO DE MENEZES -ME –** OBJ: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE 01 MEDICO (CLINICO GERAL) PARA O ATENDIMENTO NO PSF DO MUNICÍPIO E PROCEDER A AUTORIZAÇÃO DAS AIHS E ATENDIMENTO DE URGÊNCIAS DA SAÚDE BÁSICA DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 06 DE JANEIRO DE 2017.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 030/2017 DATA: 06 DE JANEIRO 2017.
EMENTA: NOMEIA O SRª -MARLUCE HELENA DE GEOS POSSOBOM MAFA PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE "SECRETARIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL" DO

EMENTA: NOMEIA O Srª -**MARLUCE HELENA DE GEOS POSSOBOM MAFA** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE "**SECRETARIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"**DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º - Nomeia a partir do dia 06 de janeiro de 2017 o Srª **MARLUCI HELENA DE GEOS PASSOBOM MAFA**, portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº **6.579.407-1 SSP/PR** cadastrado no CPF nº **000.232. 781-37**, residente e domiciliado na Fazenda Mafa, km 12 , neste município de Nova Marilandia - MT, para exercer o cargo em comissão de **SECRETARIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** lotado na secretaria municipal de Assistência Social de Nova Marilândia-MT.

Art. 2º - As atribuições do cargo são previstas em Lei e restritas a elas, devendo o nomeado agir com total dedicação e responsabilidade de suas funções.

Art. 3º - A remuneração do funcionário ora nomeado será de acordo com fulcro nas Leis Nº **725/2016**.

Art. 4º - O nomeado tomará posse imediatamente após registro e a publicação da presente Portaria.

Parágrafo Único - O ocupante do cargo, de que trata esta Portaria no ato de sua posse fará a entrega ao setor Administrativo de Pessoal a sua declaração de bens e valores, para fins de direito.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 06/01/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA - MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO Nº 008/2016

1º ADITIVO DO CONTRATO 008/2016– ASS- 29/12/2016 –Vcto 31/10/2017- ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - Contratado (a): **DAYANE OLEGÁRIO DE MENEZES -ME – OBJ:** CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE 01 MEDICO (CLINICO GERAL) PARA O ATENDIMENTO NO PSF DO MUNICÍPIO E PROCEDER A AUTORIZAÇÃO DAS AIHS E ATENDIMENTO DE URGÊNCIAS DA SAÚDE BÁSICA DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 06 DE JANEIRO DE 2017.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO Nº 033/2016

1º ADITIVO DO CONTRATO 033/2016– ASS- 27/12/2016 –Vcto 02/06/2017- ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA - Contratado (a): **PAULINI CONSTRUÇÕES EIRELI-ME** – OBJ: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT, ATRAVÉS DO CONVENIO 0449/2016 - SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADE – SECID.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 06 DE JANEIRO DE 2017.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO Nº 054/2013

7º ADITIVO DO CONTRATO 054/2013– ASS- 23/12/2016 –Vcto 03/03/2017- ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO Contratado (a): **MANANCIAL CONSULTORIA, INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES - ME** – OBJ: EXECUCAO DE OBRAS E SERVIÇOS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT, DE ACORDO COM O TERMO DE COMPROMISSO Nº TC/PAC-0164/2012, PROVENIENTE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE (FUNASA).

NOVA MARILANDIA – MT EM 06 DE JANEIRO DE 2017.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO - 2016 - CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA
CAMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2016 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL						

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais					
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes					
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL					

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

VALMIR SILVA LEITE
PRESIDENTE

JONATAS PRATES LIMA
CONTADOR CRC-MT 016899/O-0

DAMIAO BONETTI DO NASCIMENTO
1° SECRETARIO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA - 2016 - CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2016 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	690.000,00	69.091,60	759.091,60	74.630,46	758.682,91	758.682,91	758.682,91	99,94	408,69
DESPESAS CORRENTES	597.000,00	156.756,94	753.756,94	69.735,80	753.348,25	753.348,25	753.348,25	99,94	408,69
Pessoal e Encargos Sociais	341.000,00	146.579,29	487.579,29	49.028,90	487.579,29	487.579,29	487.579,29	100,00	
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes	256.000,00	10.177,65	266.177,65	20.706,90	265.768,96	265.768,96	265.768,96	99,84	408,69
DESPESAS DE CAPITAL	93.000,00	-87.665,34	5.334,66	4.894,66	5.334,66	5.334,66	5.334,66	100,00	
Investimentos	93.000,00	-87.665,34	5.334,66	4.894,66	5.334,66	5.334,66	5.334,66	100,00	
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	6.000,00	2.908,40	8.908,40	1.377,76	8.908,40	8.908,40	8.908,40	100,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	696.000,00	72.000,00	768.000,00	76.008,22	767.591,31	767.591,31	767.591,31	99,94	408,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	696.000,00	72.000,00	768.000,00	76.008,22	767.591,31	767.591,31	767.591,31	99,94	408,69
SUPERÁVIT (XIII)					408,69				-408,69
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	696.000,00	72.000,00	768.000,00	76.008,22	768.000,00	767.591,31	767.591,31	100,00	

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)	6.000,00	2.908,40	8.908,40	1.377,76	8.908,40	8.908,40	8.908,40	100,00	
Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	2.908,40	8.908,40	1.377,76	8.908,40	8.908,40	8.908,40	100,00	
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	6.000,00	2.908,40	8.908,40	1.377,76	8.908,40	8.908,40	8.908,40	100,00	
SUPERÁVIT (IV)									
TOTAL (V) = (III + IV)	6.000,00	2.908,40	8.908,40	1.377,76	8.908,40	8.908,40	8.908,40	100,00	

Emissão: 06/01/2017 16:44:06

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2016 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

VALMIR SILVA LEITE PRESIDENTE	JONATAS PRATES LIMA CONTADOR CRC-MT 016899/O-0	DAMIAO BONETTI DO NASCIMENTO 1° SECRETARIO

Emissão: 06/01/2017 16:44:06

Homologado

BALANÇO PATRIMONIAL - 2016 - CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA
CAMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro/2016

Data de emissão: 06/01/2017

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE			**PASSIVO CIRCULANTE**		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**175.344,00**	**184.083,08**	**PATRIMÔNIO LIQUIDO**		
IMOBILIZADO	175.344,00	184.083,08	**TOTAL DO PASSIVO**		
BENS MOVEIS	193.552,64	188.217,98	**PATRIMÔNIO LIQUIDO**		
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-18.208,64	-4.134,90	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
			RESULTADOS ACUMULADOS	175.344,00	184.083,08
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	-8.739,08	
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	184.083,08	184.083,08
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**175.344,00**	**184.083,08**
TOTAL	**175.344,00**	**184.083,08**	**TOTAL**	**175.344,00**	**184.083,08**

ATIVO FINANCEIRO			**PASSIVO FINANCEIRO**		
ATIVO PERMANENTE	**175.344,00**	**184.083,08**	**PASSIVO PERMANENTE**		
SALDO PATRIMONIAL				**175.344,00**	**184.083,08**

VALMIR SILVA LEITE
PRESIDENTE

JONATAS PRATES LIMA
CONTADOR CRC-MT 016899/O-0

DAMIAO BONETTI DO NASCIMENTO
1° SECRETARIO

Emissão: 06/01/2017 17:10:56 Página 1

Homologado

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LIQUIDO - 2016 - CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA
CAMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Dezembro/2016

Data de emissão: 06/01/2017

Exercício: 2016

P. Contas: PCASP-MT

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimônial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Ex. Anterior							**184.517,98**		**184.517,98**
Ajustes de Exercícios Anteriores									
Aumento de Capital									
Resultado do Exercício							184.517,98		184.517,98
Constituição/ Reversão de Reservas									
Dividendos									
Saldo Final Ex. Anterior Saldo Inicial Ex. Atual							**184.083,08**		**184.083,08**
Ajustes de Exercícios Anteriores									
Aumento de Capital							-8.739,08		-8.739,08
Resultado do Exercício							175.344,00		175.344,00
Constituição / Reversão de Reservas									
Dividendos									
Saldo Final Ex. Atual							**175.344,00**		**175.344,00**

VALMIR SILVA LEITE
PRESIDENTE

JONATAS PRATES LIMA
CONTADOR CRC-MT 016899/O-0

DAMIAO BONETTI DO NASCIMENTO
1° SECRETARIO

Emissão: 06/01/2017 17:04:26 Página 1

Homologado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
OFICIO PREVINOM Nº 001/2017 - NOVA MARILÂNDIA – MT, EM 06 DE JANEIRO DE 2017.

Para: **BANCO DO BRASIL S/A**

Prezado (a) gerente;

Vimos através do presente, determinar os poderes concedidos aos responsáveis pelas contas bancárias de titularidade do **Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Nova Marilândia – PREVINOM,** cadastrado sob o CNPJ Nº 13.715.755/0001-14 abaixo qualificados:

MARTA REGINA WAIANDT DA SILVA, portadora do RG 0740800-5 – SSP/MT, e CPF 468.444.141-53 e **REGINALDO SANTOS DA SILVA**, portador do RG 1073968-8 SEJUSP/MT e CPF 830.358.181-34, ambos residentes e domiciliados neste município de Nova Marilândia- MT.

Segue relação dos poderes:

045 – AMPLOS PODERES

009 – EMITIR CHEQUES

010 – ABRIR CONTAS DE DEPOSITO

011 – AUTORIZAR COBRANÇA

018 – UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES

020 – RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO

026 – SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

027 – REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES

031 – AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES

036 – RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

038 – ENDOSSAR CHEQUE

094 – SUSTAR / CONTRA-ORDENAR CHEQUES

095 – CANCELAR CHEQUES

096 – BAIXAR CHEQUES

098 – EFETUAR RESGATES / APLICAÇÕES FINANCEIRAS

099 – CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

100- EFETUAR SAQUES – CONTA CORRENTE

102 – EFETUAR SAQUES – POUPANÇA

104 – EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO

105 – EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO

118 – CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECU

119 – LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER.FINANC

124 – SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS

125 – SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇOES DE CRED

126 – EMITIR COMPROVANTES

128 – EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE

133 – ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

137 – CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DEBITO DIRETO AUTORIZ

150 – ATUALIZAR FATURAMENTO PELO GERENCIADOR FINANC

049 – AVALIZAR CHEQUES

062 – ASSINAR ORÇAMENTO

063 – ASSINAR MENÇAO ADICIONAL

064- ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE

023 – REIVINDICAR DIREITOS

028 – RECEBER GRATIFICAÇÕES, DIARIAS, PENSOES, SALARIO

073 – ASSINAR APOLICE DE SEGURO

113 – RECEBER ORDENS DE PAGAMENTO

145 – FECHAR OPERAÇÕES A TERMO

146 – FECHAR OPERAÇÕES DE OPÇÕES

160 – CONSULTAR RELATORIOS DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO

Sendo o que nos apresenta para o momento reiteramos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente;

MARTA REGINA WAIANDT DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

REGINALDO SANTOS DA SILVA

Presidente do Conselho Curador - PREVINOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 015/2016. PREGÃO PRESENCIAL 007/2016.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços da **EMPRESA NOVA MARINGÁ COMBUSTIVEL LTDA**, inscrito no **CNPJ 37.436.110/0002-91**, representado pelo Sr. **ZELMIR JOÃO SEELENT** portador do CPF 170.371.319.-20, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 001/2010 e Decreto Municipal nº. 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E ÓLEO DIESEL PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS E MAQUINAS DAS SECRETARIAS DO DISTRITO DE BRIANORTE E MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,**conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no edital e seus anexos.

2. DOS PREÇOS

2.1. Os novos preços, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados neste Aditivo, encontram-se indicados na Ata de registro de Preços conforme tabela abaixo:

EMPRESA AUTO POSTO VILLA LTDA - inscrito no **CNPJ 37.436.110/0002-91**. (filial I).

LOTE 03 - Óleo Diesel BS500; Óleo Diesel S-10; Gasolina e Etanol – Para abastecimento em "**BOMBA"** no **Município de Nova Maringá-MT**. O prazo de entrega é imediato após a ordem de fornecimento e mediante requisição.

VALOR ANTERIOR:

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	UNID.	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. TOTAL
03	62.100	Gasolina BOMBA	Litro	Petrobras	4,06	252.126,00

VALOR ATUAL:

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	UNID.	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. TOTAL
03	62.100	Gasolina BOMBA	Litro	Petrobras	4,10	254.610,00

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. O reequilíbrio é justificável, pois o Art. 65, Inc. II permite o reestabelecimento, conforme o anuncio do governo federal a empresa detentora da Ata de registro de Preços nº 015/2016 resolve reajustar seu preço na venda de Gasolina Comum conforme o ajuste da refinaria distribuidora de petróleo no qual sãos seus fornecedores. Portanto se faz necessário o reequilíbrio econômico.

Reajuste do valor para o licitante:

- Reajuste 1,1% por cento, Gasolina Comum (item 03 - lote 03).

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Os demais itens e cláusulas da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 015/2016, PREGÃO PRESENCIAL 007/2016 permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 06 de Janeiro de 2017.

_____

Município de Nova Maringá

JOÃO BRAGA NETO

Contratante

_____

AUTO POSTO VILLA LTDA (filial I)

CNPJ 37.436.110/0002-91

ZELMIR JOÃO SEELENT

Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

MANOEL DA COSTA CAMPOS

Secretario Geral de Administração

_____

WELDER SOUZA CUNHA

CPF: 037.865.001-77

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

RECURSOS HUMANOS
LEI N.º 708/2014.

SÚMULA: "Estabelece regras para composição e funcionamento do CONSELHO MUNICIPAL dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do CONSELHO TUTELAR dos Direitos da Criança e do Adolescente, reinstitui o FUNDO MUNICIPAL dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD), revoga as disposições da Lei nº 540/2012 e demais disposições anteriores em contrário, e dá outras providências".

A Câmara Municipal aprovou e ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecendo normas para sua adequada aplicação, bem como sobre a regulamentação do sistema institucional de apoio à sua formulação e execução.

§ 1º. Esta Lei aplica-se, no âmbito público, aos órgãos e entidades municipais da Administração Direta, Indireta, fora dele, à população e entes representativos da sociedade civil organizada e às entidades de atendimento arroladas pela Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

§ 2º. Considera-se criança, para efeitos desta Lei, a pessoa com até 12 anos de idade incompletos e adolescentes aquelas entre 12 e 18 anos de idade.

Art. 2º. A proteção integral à criança e ao adolescente prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente será assegurada através das ações de todos os órgãos da Administração Pública Municipal de Nova Monte Verde, por meio de programas, projetos e atividades regulares e especiais, mobilização da comunidade, da sociedade civil organizada, das entidades filantrópicas, dos governos Estadual e Federal e de qualquer cidadão.

Art. 3º. O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Nova Monte Verde será precedido da elaboração de programas específicos, com a respectiva previsão dos recursos necessários.

Art. 4º. Aos que dela necessitarem será prestada assistência social em caráter supletivo, cabendo à Administração Municipal viabilizar os meios para torná-la efetiva.

Art. 5º. O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no município de Nova Monte Verde será feito através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar comunitária.

§ 1º. São linhas de ação da Política de Atendimento:

Políticas Sociais Básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, segurança, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente em condições de liberdade e dignidade;

Serviços Especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligencia, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

Serviços de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;

Proteção Jurídico Social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

Políticas e Programas de Assistência Social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;

Políticas e Programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar;

Campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores e adolescentes com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

§ 2º. O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, para efeito de agilização, será efetuado de forma integrada entre os órgãos do Poder Público e a comunidade.

Capítulo II

DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 6º. A Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito do Município de Nova Monte Verde, será efetivada através dos seguintes órgãos e providências:

a) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

b) Conselho Tutelar dos Diretos da Criança e do Adolescente - CT;

c) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA;

d) da integração no orçamento municipal de todas as dotações destinadas ao atendimento à criança e ao adolescente.

Parágrafo Único. São diretrizes da Política de Atendimento:

Municipalização do atendimento;

Criação e manutenção do CMDCA;

Criação e Manutenção do CT;

Criação e Manutenção do FMDCA;

Criação e Manutenção de Programas Específicos, observada a descentralização política-administrativa;

Integração operacionais de órgãos do Poder Judiciário; Ministério Público; Defensoria Pública; Conselho Tutelar e encarregados da execução de Po-

líticas Sociais Básicas e de Assistência Social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e adolescentes inseridos em serviços de acolhimento (familiar ou institucional), com vistas na sua rápida reintegração à família natural ou substituta, em quaisquer das modalidades previstas no artigo 28 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;

Mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

Seção II

DO APOIO FINANCEIRO À DA VIABILIZAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 7º. Os recursos destinados às políticas relacionadas aos direitos da criança e do adolescente serão claramente identificados nas dotações dos órgãos e entidades municipais integrantes do Orçamento Anual do Município de Nova Monte Verde.

Capítulo III

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

Seção I

DA NATUREZA

Art. 8º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Nova Monte Verde – CMDCA é órgão deliberativo da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente; controlador das ações, em todos os níveis de implementação desta mesma política e responsável por fixar critérios de utilização e planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Incumbe ao CMDCA, ainda, zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme previsto no art. 4º, caput, e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, e artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, da Lei nº 8069/90, e no art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 9º. Haverá, nos limites do Município de Nova Monte Verde, um único Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, composto, paritariamente, de representantes do governo municipal e da sociedade civil organizada, garantindo-se a participação popular no processo de discussão, deliberação e controle da política de atendimento integral dos direitos da criança e do adolescente, que compreende as políticas sociais básicas e demais políticas necessárias à execução das medidas projetivas e socioeducativas previstas nos artigos 87, 101 e 112, da Lei nº 8069/90.

§ 1º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA integra a estrutura básica do Governo Municipal, vinculando-se à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, tendo autonomia decisória sobre as matérias de sua competência.

§ 2º. As decisões do CMDCA, no âmbito de suas atribuições e competências, tomadas por voto de maioria absoluta de seus membros, materializadas em resoluções, vinculam as ações governamentais e da sociedade civil organizada, em respeito aos princípios constitucionais da participação popular e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º. Em caso de infringência de suas deliberações, o CMDCA representará ao Ministério Público visando a adoção de providências cabíveis, bem assim aos demais órgãos legitimados no art. 210, do ECA, para que demandem em Juízo mediante ação mandamental ou ação civil pública.

Art. 10. Nos termos do art. 89, do ECA, a função de membro do CMDCA é considerada de interesse público relevante e não será remunerada em nenhuma hipótese.

Parágrafo único. Cabe à administração municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, o custeio ou reembolso das despesas decorrentes de transporte, alimentação e hospedagem dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, titulares ou suplentes, para que possam se fazer presentes a reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como a eventos e solenidades nos quais devam representar oficialmente o Conselho.

Art. 11. A representação do CMDCA será exercida por seu Presidente, eleito por maioria absoluta de seus integrantes, conforme disposto no Regimento Interno respectivo, cabendo-lhe dirigir todos os atos inerentes ao exercício de suas funções, bem como representá-lo perante os órgãos, entidades e pessoas a quem se dirigir.

Parágrafo único. O exercício da função junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA na qualidade de titular ou de suplente requer disponibilidade para efetivo desempenho de suas atividades, em razão do interesse e da prioridade absoluta assegurado à criança e ao adolescente

Seção II

DA ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA FUNCIONAMENTO

Art. 12. Compete ao Poder Executivo Municipal fornecer instalações físicas, pessoal e estrutura técnica, administrativa e institucional necessárias ao adequado funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, devendo, para tanto, instituir dotação orçamentária específica que não onere o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD.

Seção III

DA PUBLICAÇÃO DOS ATOS DELIBERATIVOS

Art. 13. Os atos deliberativos do CMDCA deverão ser publicados no órgão de imprensa oficial do Município ou imprensa local, seguindo as mesmas regras de publicação dos demais atos do Poder Executivo.

Seção IV

DA COMPOSIÇÃO E MANDATO

Art. 14. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde - CMDCA será composto por 08 (oito) membros, sendo:

I. 04 (quatro) representantes do Governo Municipal;

II. 04 (quatro) representantes de organizações da sociedade civil que desenvolvam atividades voltadas, direta ou indiretamente à proteção aos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º. O CMDCA terá mandato de 02 (dois) anos, com direito a uma recondução.

§ 2º. O mandato dos membros do CMDCA será considerado extinto antes do término, nos seguintes casos:

Morte;

Renúncia;

Ausência injustificada por mais de 03 (três) reuniões consecutivas;

Doença superior há 01 (um) ano de tratamento;

Procedimento incompatível com as das funções;

Condenação por crime comum ou de responsabilidade;

Mudança de residência do município.

Subseção I

DOS REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Art. 15. Os representantes do Governo Municipal junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão designados pelo Chefe do Executivo, no prazo máximo de 30 dias após o início do mandato, dentre servidores integrantes de setores responsáveis pelas políticas sociais básicas, direitos humanos, finanças e planejamento.

Parágrafo Único. Para cada titular será indicado um suplente, que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o Regimento Interno do Conselho respectivo.

Art. 16. A duração do mandato do representante governamental no CMDCA está condicionada à expressa manifestação contida no ato designatório da autoridade competente.

§ 1º. O afastamento de qualquer dos representantes do Governo Municipal junto ao CMDCA deverá ser previamente comunicado e justificado para que não haja prejuízo às atividades do Conselho.

§ 2º. A autoridade competente deverá designar o novo conselheiro governamental no máximo cinco dias antes da próxima assembleia geral ordinária subsequente ao afastamento, enviando o ato designatório ao Conselho para registro.

Subseção II

DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Art. 17. A representação da sociedade civil visa garantir a plena participação da população por meio de organizações representativas escolhidas em fórum próprio.

§ 1º. Poderão participar do processo de escolha as organizações da sociedade civil constituídas há pelo menos dois anos e com atuação no âmbito territorial do Município de Nova Monte Verde, com atividades voltadas, direta ou indiretamente, à proteção dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º. A representação da sociedade civil no CMDCA, deverá ser previamente estabelecida pela diretoria da entidade, devendo submeter-se periodicamente a processo democrático de escolha.

§ 3º. O processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao CMDCA seguirá os seguintes moldes:

Será expedido Edital de Convocação pelo presidente do CMDCA pelo menos 15 (quinze) dias úteis da data da Assembleia Geral, convocada especificamente para esse fim, onde as entidades poderão apresentar os representantes titulares e suplentes.

As entidades da sociedade civil que manifestarem interesse em participar da escolha e que ainda não possuam registro no CMDCA, poderão participar da escolha, desde que em 10 (dez) dias, a partir da publicação do Edital, o requeiram na forma regulamentada.

A escolha das entidades da sociedade civil está sujeita à fiscalização permanente do Ministério Público.

Art. 18. O mandato no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA pertence à organização da sociedade civil eleita, que indicará um de seus membros para atuar como seu representante.

Parágrafo Único. O mandato a que se refere este artigo será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição uma única vez, através do mesmo processo seletivo.

Art. 19. A eventual substituição de qualquer dos representantes das organizações da sociedade civil no CMDCA deverá ser previamente comunicada e justificada pela direção da entidade, para que não ocorra prejuízo às atividades do Conselho.

Art. 20. Os representantes da sociedade civil junto ao CMDCA serão empossados no prazo máximo de 30 dias após a proclamação do resultado da eleição, com a publicação dos nomes das organizações e respectivos representantes, titulares e suplentes.

Parágrafo único. A posse será dada pelo Executivo Municipal em sessão pública e solene, amplamente divulgada pelos meios de comunicação mais acessíveis à população local.

Seção V

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 21. Não poderão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

I. Membros de conselhos de políticas públicas;

II. Representantes de órgãos de outras esferas governamentais;

III. Ocupantes de cargo de confiança ou função comissionada do poder público, na qualidade de representante de organização da sociedade civil;

IV. Membros do Conselho Tutelar;

V. Membros e serventuários do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Legislativo, da Defensoria Pública, com atuação no âmbito do Município de Nova Monte Verde.

VI. Aquele que não preencha os seguintes requisitos:

a) gozar de idoneidade moral;

b) ter idade igual ou superior a 21 anos;

c) residir no município há pelo menos 02 (dois) ano;

d) ser eleitor no Município respectivo e estar em pleno e regular gozo dos seus direitos políticos;

e) ser alfabetizado;

Seção VI

DA COMPETÊNCIA

Art. 22. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde - CMDCA:

I. Formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, captação e aplicação dos recursos a esse fim destinados;

II. Zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhanças e dos bairros ou de zona urbana ou rural onde convivam ou residam;

III. Apresentar as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo o que se refere ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV. Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se executa no Município, que possa afetar as suas deliberações;

V - Registrar as entidades não-governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

VI - Registrar as entidades governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII - Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e Conselhos Tutelares do Município;

VIII - Requisitar assessoramento e apoio técnico especializado junto aos órgãos da Administração Municipal, em petição escrita e fundamentada;

IX - Acompanhar e fiscalizar o emprego de todas e quaisquer verbas obtidas pelo Município para aplicação direta ou indireta na política municipal de atendimento da criança e do adolescente, bem como a administração e prestação de contas de recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FUMCAD.

Seção VII

DO FUNCIONAMENTO

Art. 23. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA estabelecerá regras para seu funcionamento através de regimento interno, prevendo, dentre outras questões:

I - A estrutura funcional mínima composta por plenário, presidência, comissões e secretaria, definindo suas respectivas atribuições;

II - A forma de escolha dos membros da Presidência e demais cargos da Diretoria, assegurando-se o direito a alternância entre representantes do Governo e da Sociedade Civil;

III - A forma de substituição dos membros da presidência, na falta ou impedimento dos mesmos;

IV – A forma de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias, com comunicação aos integrantes do órgão, titulares e suplentes, de modo que se garanta a presença de todos os seus membros e a participação da população em geral;

V - A forma de inclusão das matérias em pauta de discussão e deliberações, com a obrigatoriedade de sua prévia comunicação aos conselheiros;

VI - A possibilidade de discussão de temas que não tenham sido previamente incluídos em pauta;

VII - O quorum mínimo necessário à instalação das sessões ordinárias e extraordinárias;

VIII - As situações em que o quorum qualificado deve ser exigido no processo de tomada de decisões com sua expressão indicação quantitativa;

IX - A criação de comissões e grupos de trabalho, que deverão ser compostos de forma paritária;

X - A forma como ocorrerá a discussão das matérias em pauta;

XI - A forma como se dará a participação dos presentes na assembléia ordinária;

XII - A garantia de publicidade das assembléias ordinárias, salvo os casos expressos de obrigatoriedade de sigilo;

XIII - A forma como serão efetuadas as deliberações e votações das matérias, com a previsão de solução em caso de empate;

XIV - A forma como será deflagrado e conduzido o procedimento administrativo com vista à exclusão de organização da sociedade civil ou de seu representante, quando da reiteração de faltas injustificadas ou prática de ato incompatível com a função;

XV - A forma como será deflagrada a substituição do representante do órgão público, quando tal se fizer necessário.

Seção VIII

DO REGISTRO DAS ENTIDADES E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO

Art. 24. Na forma do disposto nos artigos 90, parágrafo único e 91, da Lei nº 8.069/90, cabe ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA:

Efetuar o registro das organizações da sociedade civil sediadas no Município de Nova Monte Verde que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o art. 90, caput, e, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, todos da Lei nº 8.069/90;

Efetuar a inscrição dos programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, no Município de Nova Monte Verde, por entidades governamentais e organizações da sociedade civil;

Cabe ao CMDCA o registro e a fiscalização das entidades sem fins lucrativos e inscrição dos Programas não governamentais e governamentais que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, conforme o disposto na Resolução CONANDA nº164/2014;

Registrar entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional nos termos do artigo 91 do ECA;

Inscrever os programas de aprendizagem no CMDCA da localidade onde estão sendo desenvolvidos de acordo com o artigo 90 do ECA;

Comunicar o registro da entidade e inscrições de programas governamentais e não governamentais ao Conselho Tutelar e à autoridade Judiciária.

Parágrafo único. A cada 2 (dois) anos, o CMDCA promoverá o recadastramento das entidades e dos programas em execução no Município, certificando-se de sua contínua adequação à política de promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 25. Através de Resolução, votada por maioria absoluta de seus membros, o CMDCA indicará a relação de documentos a serem apresentados pelas entidades a que se refere o artigo anterior para fins de registro, considerando o disposto no art. 91, do ECA.

Parágrafo único. Os documentos exigidos visarão, exclusivamente, comprovar a capacidade da entidade de garantir a política de atendimento compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 26. Quando do registro ou renovação, o CMDCA, com o auxílio de outros órgãos e serviços públicos, deverá certificar-se da adequação da entidade ou do programa às normas e princípios pertinentes, bem como a outros requisitos específicos que venham justificadamente a exigir por meio de resolução própria.

§ 1º. Será negado o registro à entidade, nas hipóteses relacionadas no art. 91, parágrafo único, da Lei nº 8069/90, e em outras situações definidas em resolução do CMDCA.

§ 2º. Será negado registro e inscrição do programa que não respeite os princípios estabelecidos na Lei nº 8069/90, ou quando for incompatível com a política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada pelo CMDCA.

§ 3º. O CMDCA não concederá registros para funcionamento de entidades nem inscrição de programas que desenvolvam somente atendimento em modalidades educacionais formais de educação infantil, ensino fundamental e médio.

§ 4º. Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, será cassado o registro concedido à entidade ou programa, comunicando-se o fato à autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Art. 27. Caso alguma entidade ou programa esteja comprovadamente atendendo crianças ou adolescentes sem o devido registro no CMDCA, deverá o fato ser levado de imediato ao conhecimento da autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar, para adoção das medidas previstas nos artigos 95, 97, 191, 192 e 193 da Lei nº 8069/90.

Art. 28. O CMDCA expedirá ato próprio dando publicidade ao registro das entidades e programas que preencherem os requisitos exigidos, sem prejuízo de sua imediata comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, conforme previsto nos artigos 90, parágrafo único, e 91, caput, da Lei nº 8069/90.

Seção IX

DOS DEVERES E VEDAÇÕES

Art. 29. São deveres do membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

I - Manter ilibada conduta pública e particular;

II - Zelar pela dignidade de suas funções, por suas prerrogativas e pelo respeito às autoridades constituídas;

III - Desempenhar com zelo e presteza as suas funções;

IV - Residir no Município;

V - Comparecer regularmente às sessões ordinárias e extraordinárias;

VI - Guardar sigilo sobre assuntos que venha a ter conhecimento em razão do cargo, relativos à conduta de membros do Conselho Tutelar ou de criança ou adolescente alvo de sua atuação;

VII - Não praticar atos de improbidade administrativa;

VIII - Zelar pela economia de material de expediente e pela conservação do patrimônio público;

IX - Manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

Art. 30. Aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA aplicam-se as seguintes vedações:

I - Receber, em razão do cargo, honorários, gratificações, ou qualquer outra forma de recompensa;

II - Extrair cópia, retirar ou divulgar, sem autorização do Presidente, qualquer documento arquivado ou em trâmite pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Valer-se do cargo para lograr proveito próprio ou alheio, em detrimento da dignidade da função pública;

Seção X

DAS FALTAS E PENALIDADES

Art. 31. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA são passíveis das seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Censura;

III - Suspensão por até 90 dias;

IV - Cassação do mandato.

Art. 32. A penalidade de advertência será aplicada, reservada e verbalmente, no caso de negligência no cumprimento dos deveres inerentes ao cargo, mantendo-se o evento em registro em livro ou arquivo eletrônico próprio.

Art. 33. A penalidade de censura será aplicada, de forma reservada, por escrito, no caso de reincidência em falta já punida com advertência.

Art. 34. A penalidade de suspensão será aplicada nos casos de reincidência de falta já punida com censura e no caso de violação às vedações previstas nesta lei.

Art. 35. A penalidade de cassação do mandato será aplicada nos casos de:

I - Reincidência em falta já punida com a pena de suspensão;

II - Prática de conduta que caracterize crime ou contravenção penal;

III – Prática de conduta que atente contra os deveres previstos no artigo 29 desta lei, independentemente do trânsito em julgado do processo respectivo;

IV - Falta por 3 vezes consecutivas ou 5 alternadas a sessões deliberativas do CMDCA, sem justificativa aceita pelo Conselho;

V - For constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidas pelo art. 4º, da Lei Federal nº 8.429/92.

VI - Incontinência pública ou conduta escandalosa;

VII - Ofensa física em serviço, a membro do Conselho, servidor público ou a particular;

VIII - Revelação de assunto sigiloso relativo a criança e adolescente, do qual teve ciência em razão do cargo;

IX - Quando for determinada a suspensão cautelar de dirigente de entidade da sociedade civil que atua no CMDCA, de conformidade com o art. 191, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90, ou aplicada alguma das sanções previstas no art. 97 da mesma lei, após procedimento de apuração de irregularidade cometida em entidade de atendimento, nos termos dos arts. 191 a 193 do mesmo diploma legal.

X - Deixar de pertencer à instituição que o indicou como representante no Conselho;

XI - Perder a função no órgão público que o indicou.

§ 1º. Na hipótese do inciso III, deste artigo, havendo decisão judicial condenatória transitada em julgado, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, independentemente da instauração de processo administrativo, por decisão de maioria de seus membros, com quorum de metade mais um de seus integrantes, declarará vago o cargo, dando posse imediata ao primeiro suplente.

§ 2º. Na hipótese do inciso IX, o CMDCA, por decisão de maioria de seus membros, com quorum de metade mais um, poderá determinar o afastamento cautelar do integrante enquanto perdurar a suspensão cautelar no processo judicial, seguindo-se a cassação do mandato, quando for aplicada, no processo judicial, as medidas de afastamento definitivo do dirigente, fechamento da unidade ou programa ou cassação do registro da entidade, previstas no art. 97, do ECA.

§3º. Nas situações do parágrafo 2º deste artigo, quando ocorrer o afastamento definitivo do dirigente, será a entidade notificada a indicar outro representante no CMDCA, ou nomeado o suplente; quando ocorrer o fechamento da unidade ou programa ou a cassação do registro, a entidade será excluída do CMDCA, promovendo-se novo processo de seleção para preenchimento da vaga aberta.

Art. 36. O afastamento ou cassação de membro do CMDCA será imediatamente comunicado ao chefe do Poder Executivo ou à entidade não governamental que o indicou, para que nomeie, com urgência, outro representante, evitando prejuízos às atividades do Conselho.

Art. 37. A cassação do mandato dos representantes do governo municipal e das organizações da sociedade civil junto ao CMDCA, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo, conforme rito previsto nos artigos 91 a 126 desta lei, com garantia de contraditório e ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta dos votos dos integrantes do mesmo Conselho.

Capítulo IV

DO CONSELHO TUTELAR

Seção I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 38. O Conselho Tutelar, órgão de Defesa dos direitos da criança e do adolescente do Município de Nova Monte Verde, criado pela Lei nº 943, de 20.9.1993, reger-se-á pela legislação federal e estadual pertinente, pelo disposto nesta lei, por seu regimento interno e deliberações do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA.

§ 1º. Observados os parâmetros e normas definidas pela Lei nº 8069/90 (ECA) e por esta Lei Municipal, compete ao Conselho Tutelar – CT a elaboração e aprovação do seu Regimento Interno.

§ 2º. A proposta do Regimento Interno do CT deverá ser encaminhada ao CMDCA para apreciação, sendo-lhe facultado o envio de propostas de alteração.

§ 3º. Uma vez aprovado o Regimento Interno do CT será publicizado, afixado em local visível na se do órgão e encaminhado ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

Art. 39. O Conselho Tutelar é órgão permanente, não jurisdicional, integrante da Administração Pública Municipal, vinculado, para fins de execução orçamentária, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos em lei.

Parágrafo único. A função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, sendo vedada a acumulação com qualquer outro cargo, emprego ou função remunerada, excetuada a função de magistério (art. 37, XVI, alínea “b”, da Constituição Federal), quando houver absoluta compatibilidade de horários, inclusive com os plantões.

Art. 40. Constará obrigatoriamente da Lei Orçamentária Municipal a previsão dos recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, inclusive para:

I - O custeio com mobiliário, água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, fac-símile e outros;

II - Proporcionar formação continuada para os membros do Conselho Tutelar;

III - O custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições, como diárias, passagens, serviços de terceiros, e outros semelhantes;

IV - Garantir espaço físico adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição de prédio de uso exclusivo, seja por locação;

V - Garantir transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção;

VI - Garantir a segurança e manutenção de todo o seu patrimônio;

VII - O custeio de despesas com subsídios e capacitação dos conselheiros, bem como outras despesas necessárias ao bom funcionamento dos serviços que lhe são confiados.

§ 1º. Cabe ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria à qual o Conselho Tutelar está vinculado, fornecer, quando necessário, equipe administrativa de apoio.

§ 2º. O Conselho Tutelar poderá requisitar serviços e assessoria nas áreas de educação, saúde, assistência social, dentre outras, com a devida urgência, de forma a atender o disposto nos artigos 4º, parágrafo único, e 136, inciso III, alínea “a”, da Lei 8069/90.

§ 3º. É vedado o uso de recurso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde – FUMCA para qualquer dos fins previstos neste artigo, exceto para a formação e qualificação dos Conselheiros Tutelares (Res. 139/2010/Conanda, art. 4º, § 6º).

§ 4º. O Conselho Tutelar encaminhará, até o mês de novembro de cada ano, ao CMDCA, previsão das despesas necessárias para o seu pleno funcionamento durante o ano seguinte, incumbindo ao Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente adotar as providências necessárias junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania para que tais despesas sejam previstas no orçamento global do Município.

Art. 41. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até definitivo julgamento.

Seção II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 42. Em cada Município haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 1º. Haverá número de suplentes igual ao de membros eleitos.

§ 2º. O outorgado à recondução deverá disputar a vaga em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao mesmo processo de avaliação técnica, psicológica e de escolha por votação, sendo dispensado apenas da apresentação de documentação comprobatória dos requisitos enumerados no artigo seguinte 47 desta lei.

Seção III

DOS REQUISITOS PARA INGRESSO

Art. 43. Poderão concorrer ao processo de escolha para composição do Conselho Tutelar de Nova Monte Verde os interessados que, na data da inscrição, preencherem cumulativamente os seguintes requisitos:

Ter reconhecida idoneidade moral, comprovada mediante a apresentação de certidões negativas cíveis e criminais da Justiça Comum Estadual e Federal da Comarca ou Região pelas quais o Município esteja compreendido;

Ter idade mínima de 21(vinte e um) anos;

Residir no Município de Nova Monte Verde há pelo menos 02(dois) anos;

Comprovar conclusão do Ensino Médio;

Comprovar a aprovação em prova seletiva prévia, de caráter eliminatório, realizada pelo CMDCA sob a fiscalização do Ministério Público;

Ser eleitor do Município e estar em pleno e regular exercício de seus direitos políticos;

Não exercer atividades político–partidárias, função em órgão de partido político ou direção de entidades sindicais;

Não exercer cargo ou mandato público eletivo;

Não ocupar cargo efetivo ou em comissão junto à Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, ressalvada a exceção prevista no artigo 37, inciso XVI, alínea “b”, da CF, quando houver compatibilidade de horários;

Comprovar capacitação específica sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

Possuir carteira de habilitação, no mínimo, categoria B;

Ter noções básicas em informática.

§ 1º. Os requisitos previstos nos incisos VII, VIII e IX, deste artigo, serão comprovados mediante declaração assinada pelo próprio candidato, no momento da inscrição.

§ 2º. Verificado, a qualquer tempo, o descumprimento de qualquer dos requisitos mencionados neste artigo, a inscrição do candidato, ainda que já deferida, e todos os atos dela decorrentes, inclusive de nomeação, serão cancelados.

Seção IV

DA RECONDUÇÃO E PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 44. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá conforme a data unificada em todo território nacional a cada 4 (quatro) anos no 1º (primeiro) domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 1º. A posse dos conselheiros titulares ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro ao ano subsequente ao processo de escolha.

§ 2º. Os 05 (cinco) candidatos mais votados serão nomeados Conselheiros Tutelares titulares e os demais serão considerados suplentes, pela ordem decrescente de votação.

§ 3º. O mandato será de 04 (quatro) anos permitida uma recondução mediante novo processo de escolha.

§ 4º. O Conselheiro Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

Art. 45. Havendo ou não recondução, será constituída, no CMDCA uma Comissão Especial Eleitoral, composta de no mínimo três membros, incumbida de realizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cabendo-lhe ordenar o registro dos candidatos, decidir sobre as impugnações e publicar o resultado final da eleição com o nome dos eleitos e a votação obtida.

§1º. O registro dos candidatos far-se-á através de requerimento endereçado ao Presidente da Comissão Eleitoral, a ser protocolado no local e no prazo previsto em edital, devidamente acompanhado dos documentos que comprovem o cumprimento dos requisitos exigidos por esta lei.

§2º. O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será também o Presidente da Comissão Eleitoral.

§3º. Todos os atos praticados pela comissão de seleção serão comunicados imediatamente ao Promotor de Justiça da Comarca.

§4º. Estará impedido de integrar a Comissão Especial Eleitoral o membro que tenha laços de parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer dos inscritos no certame, devendo o presidente do CMDCA promover a sua substituição.

§ 5º. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Subseção I

DA DIVULGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 46. Caberá ao CMDCA, com a antecedência devida, regulamentar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante Resolução específica observada as disposições contidas na Lei nº 8069/90, na legislação municipal respectiva e nas Resoluções mais recentes do CONANDA.

§1º. A Resolução do CMDCA, regulamentadora do processo de escolha, deverá prever, dentre outras disposições:

a - o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie, no mínimo, seis meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar em exercício;

b - a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no art. 133, da Lei nº 8069/90 e nesta Lei Municipal;

c - as regras de campanha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções, de modo a evitar o abuso do poder político, econômico, religioso, familiar, institucional e dos meios de comunicação, dentre outros; e

d - a criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha.

§2º. A resolução de que trata o parágrafo anterior não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei Federal 8069/90 e por esta lei.

§3º. O processo de escolha deverá se iniciar e ser concluído, preferencialmente, dentro do primeiro semestre do ano, de modo a evitar coincidência com as eleições gerais ou municipais.

§4º. O processo eleitoral de que trata este artigo deverá estar concluído pelo menos 30 (trinta) dias antes do término do mandato dos Conselheiros Tutelares.

§5º. Cabe ao Município de Nova Monte Verde o custeio de todas as despesas para realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 47. Cabe ao CMDCA dar ampla publicidade ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante publicação de edital de convocação do pleito na imprensa oficial, página oficial do Município na internet, nos meios de comunicação disponíveis no território do Município, afixação de edital em locais de amplo acesso ao público, chamadas de rádio, televisão, jornais impressos e outros meios de divulgação disponíveis.

§1º. O edital conterá, dentre outros, os requisitos à candidatura, a relação de documentos a serem apresentados pelos candidatos, as regras de campanha e calendário de todas as fases do certame.

§2º. A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre o papel do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e juventude, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei nº 8069/90.

Art. 48. Compete, ainda, ao CMDCA tomar, com a antecedência devida, as seguintes providências para a realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar:

Obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como o software respectivo, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso.

Em caso de impossibilidade do fornecimento de urnas eletrônicas, obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento de listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente; e

Garantir o fácil acesso aos locais de votação, preferindo-se aqueles que já sejam utilizadas como sessões eleitorais pela Justiça Eleitoral ou espaços públicos comunitários.

Art. 49. O CMDCA deverá delegar à Comissão Especial Eleitoral, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, a condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observados os mesmos impedimentos impostos por esta lei para composição do Conselho Tutelar.

§ 1º. A composição, assim como as atribuições da Comissão Eleitoral prevista no caput deste artigo, devem constar da resolução regulamentadora do processo de escolha.

§ 2º. A Comissão Eleitoral ficará encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e de dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, os candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§ 3º. Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à Comissão Eleitoral:

Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

Realizar reunião para decidir acerca da impugnação, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências parar apurar a verdade dos fatos.

§ 4º. Das decisões da Comissão eleitoral caberá recurso à plenária do CMDCA, que se reunirá, em caráter extraordinário, para julgá-los.

§ 5º. Esgotada a fase recursal, a comissão especial eleitoral fará publicar a relação dos candidatos habilitados, enviando cópia ao Ministério Público para ciência e acompanhamento.

§ 6º. Cabe, ainda, à Comissão Especial Eleitoral:

Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados no pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição de sanções previstas na legislação local;

Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

Providenciar, em sendo necessário, a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

Escolher e divulgar os locais de votação;

Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da Resolução regulamentadora do pleito;

Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar local a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança nos locais de votação e apuração;

Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação; e,

Resolver os casos omissos por decisão da maioria absoluta de seus membros.

§ 7º. O Ministério Público será pessoalmente notificado de todas as reuniões deliberativas realizadas pela Comissão Eleitoral e pelo CMDCA, bem como de todas as decisões nelas proferidas e incidentes verificados no decorrer do certame.

Art. 50. O CMDCA deverá envidar todos os esforços possíveis para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opões de escolha pelos eleitores e de obter o número de titulares e suplentes exigidos por lei, sem a realização de processo de escolha suplementar.

§ 1º. A votação deverá ocorrer no dia previsto na Resolução regulamentadora do processo de escolha publicada pelo CMDCA.

§ 2º. O resultado do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá ser publicado no Diário Oficial do município, ou meio equivalente, com a indicação do dia, hora e local da nomeação e posse dos conselheiros tutelares e suplentes.

Subseção II

DA AVALIAÇÃO SOBRE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Art. 51. Os candidatos que tiverem a inscrição deferida submeter-se-ão a avaliação técnica através de prova escrita, com questões objetivas e discursivas, com abordagens de situações práticas, sobre o direito da criança e do adolescente e língua portuguesa, compreendendo-se a interpretação da Constituição Federal (artigos 227 a 229), da Lei nº 8069/90 e da legislação municipal pertinente.

Parágrafo único. A prova de que trata este artigo terá caráter eliminatório, somente sendo considerado aprovado para participar da etapa seguinte (psicológica) os candidatos que obtiverem pelo menos nota 60% (sessenta por cento), numa avaliação variável de 0 a 100 pontos.

Subseção III

DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Art. 52. Após o resultado da prova escrita, os candidatos aprovados serão submetidos a avaliação psicológica, a ser realizada por profissionais indicados pelo CMDCA, que, após a aplicação dos exames técnicos devidos, os identificará como “aptos” ou “inaptos” para o exercício da função.

Subseção IV

DA ESCOLHA POR ELEIÇÃO

Art. 53. Os candidatos que forem considerados “aptos” no exame psicológico, submeter-se-ão, em seguida, ao processo de escolha por votação, sendo considerados membros do Conselho Tutelar titulares os cinco mais votados (1º ao 5º lugar) e suplentes os cinco seguintes (6º ao 10º).

Art. 54. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

Eleição mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Nova Monte Verde, em processo a ser regulamentado e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

Candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas; e,

Fiscalização pelo Ministério Público.

Art. 55. Na hipótese de ocorrer empate na votação, será considerado eleito o candidato que:

Obtiver nota superior na avaliação técnica (prova escrita);

Apresentar maior tempo de atuação na área da infância e adolescência, comprovada por meio de documentação a ser apresentada após a verificação do empate;

Residir a mais tempo no Município; e,

Tiver maior idade.

Art. 56. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o CMDCA poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir o prazo para inscrição de novos candidatos, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato.

Subseção V

DA POSSE

Art. 57. Encerrado o processo eleitoral, divulgada a lista dos escolhidos (titulares e suplentes), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA dará posse aos eleitos, em ato público e solene, a ser realizado pelo menos 30 dias antes do término do mandato do Conselho Tutelar,

Parágrafo único. Durante o mês seguinte à data da posse, todos os membros e suplentes eleitos executarão trabalhos junto ao Conselho Tutelar, acompanhando e inteirando-se dos serviços desenvolvidos e em andamento.

Seção V

DA COMPETENCIA E FUNCIONAMENTO

Art. 58. Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo respeito aos direitos da criança e do adolescente definidos em lei, cumprindo as atribuições previstas na Lei nº 8069, de 13 de julho de 1.990, e nas disposições desta Lei Municipal.

Parágrafo Único. A autoridade do Conselho Tutelar para tomar providências e aplicar medidas de proteção decorre da lei, sendo efetivada em nome da sociedade para que cesse a ameaça ou a violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 59. O Conselho Tutelar do Município de Nova Monte Verde funcionará, todos os dias úteis (segunda a sexta feira) no horário das 8 às 12 e das 14 às 18 horas, em prédio exclusivo, com salas adequadas para a execução dos serviços, localizado na área central da cidade, visando proporcionar fácil acesso aos usuários.

§ 1º. Para atendimento fora do horário previsto no caput deste artigo, bem como aos finais de semana e feriados, será mantido plantão permanente constituído de pelo menos dois Conselheiros, cujos telefones e endereços deverão constar em local visível à entrada do prédio do Conselho Tutelar.

§ 2º. Durante os horários de expediente, dentre os membros do Conselho Tutelar que estiverem em atividade, deverão permanecer na sede do Conselho Tutelar, para atendimento ao público, pelo menos dois conselheiros.

§ 3º. O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de diligências externas, atendimentos em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades, programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas.

§ 4º. A escala de plantões e serviços do Conselho Tutelar será elaborada pelo colegiado e apresentada ao CMDCA para ciência e possíveis sugestões de mudanças.

Art. 60. A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos conselheiros e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

Placa identificativa da sede do Conselho, em local de ampla visibilidade, voltada para a via pública;

Sala reservada para a recepção ao público e espera de atendimento;

Sala reservada para o atendimento privativo das ocorrências de sua competência;

Sala reservada para os serviços administrativos; e,

Banheiros para o público e de uso dos conselheiros e funcionários.

Parágrafo único. O número de salas deverá ser proporcional ao volume da demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à celeridade e presteza do serviço, bem como à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

Art. 61. O Conselho Tutelar zelará para que seja preservada a identidade da criança ou adolescente atendido, abstendo-se de pronunciar publicamente sobre os casos trazidos ao seu conhecimento.

§ 1º. O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar ou manusear no exercício de sua função.

§ 2º. A responsabilidade pelo uso e divulgação indevidos de informações referentes ao atendimento de crianças e adolescentes se estende aos funcionários e auxiliares a serviço do Conselho Tutelar.

Art. 62. No caso de atendimento de crianças e adolescentes de comunidades remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais, inclusive indígenas, o Conselho Tutelar deverá:

Submeter a ocorrência à análise de organizações sociais reconhecidas por essas comunidades, bem como a representantes de órgãos públicos especializados, quando couber; e

Considerar e respeitar, na aplicação das medidas de proteção, a identidade sócio-cultural, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição e pela Lei nº 8069/90.

Art. 63. As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, por decisão de maioria absoluta de seus membros.

§1º. As medidas de caráter emergencial, tomadas durante os plantões ou durante a execução de atividades externas, serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou retificação.

§2º. As decisões do Conselho Tutelar serão proferidas de forma escrita e motivada, em procedimento próprio, a ser mantido em arquivo físico ou eletrônico, na sede do Conselho.

§3º. As decisões proferidas serão comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de 48 horas.

§4º. Se não localizado o interessado será intimado através de publicação do extrato da decisão na sede do Conselho Tutelar, admitindo-se outras formas de publicação, de acordo com o disposto no Regimento Interno.

§5º. É garantido ao Ministério Público e a autoridade Judiciária o acesso irrestrito aos registros do Conselho Tutelar, resguardado o sigilo perante terceiros.

§6º. Os demais interessados ou procuradores legalmente constituídos terão acesso às atas das sessões deliberativas e registros do Conselho Tutelar que lhes digam respeito, ressalvados as informações que coloquem em riso a imagem ou a integridade física ou psíquica da criança eou adolescente, em como a segurança de terceiros.

§7º. Para efeitos deste artigo, são considerados interessados os pais ou responsável legal da criança ou adolescente atendido, bem como os destinatários das medidas aplicadas e das requisições de serviço efetuadas.

Art. 64. Quando estiverem sendo realizadas, no município, eventos festivos de grande expressão, abertos ao público, o Conselho Tutelar manterá posto de atendimento, realizando trabalho ostensivo e preventivo, com o apoio da Polícia Militar e Civil, previamente entabulado pelo CMDCA.

Parágrafo único. Nos eventos de menor expressão, bem como nas festividades realizadas em locais fechados, nos estabelecimentos que comercializem bebidas alcoólicas, explorem jogos e diversões eletrônicas, bem como em outros locais públicos ou acessíveis ao público, onde se tenha a presença de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar deverá realizar visitas e inspeções de rotina, visando zelar para que sejam respeitados os direitos da criança e do adolescente, adotando as providências previstas no art. 194, 101, I, VII c/c 93 e 129, VII, do ECA.

Art. 65. Para o exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

Nas salas de sessões do CMDCA;

Nas salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública;

Nas entidades de atendimento, nas quais se encontrem crianças e adolescentes; e

Em qualquer recinto público ou privado acessível ao público, no qual se encontrem crianças ou adolescentes, ressalvada a garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio.

§1º. A casa, bem como os compartimentos de qualquer estabelecimento utilizado para moradia, é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, exceto em caso de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro, ou, ainda, durante o dia, por determinação judicial.

§2º. Sempre que necessário, o membro do Conselho Tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública, observados os princípios constitucionais de proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§3º. As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo municipal serão cumpridas de forma gratuita e prioritária, respeitando-se os princípios da razoabilidade e legalidade.

Art. 66. O Conselho Tutelar, tomando conhecimento de qualquer violação a direito da criança ou do adolescente ou de qualquer ato infracional que venha a ser praticado por criança, deslocar-se-á até o lugar de sua ocorrência, adotando as providências de sua alçada, inclusive as definidas nos artigos 101, I a VIII, e 129, I a VII, da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1.990.

Art. 67. Um dos Membros do Conselho Tutelar poderá ser indicado pelo colegiado para representá-lo em todos os atos e perante as autoridades e pessoas a que se dirigir.

Art. 68. Somente em casos de menor complexidade e de extremada urgência poderá atuar um único membro do Conselho Tutelar, ficando a validade de sua decisão condicionada à confirmação por maioria absoluta de seus membros.

Art. 69. As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas por maioria absoluta, em reunião ordinária, a ser realizada ao menos uma vez por quinzena, ou extraordinária, a ser realizada sempre que houver urgência na deliberação.

Art. 70. Todas as ocorrências atendidas pelo Conselho Tutelar serão registradas em livro próprio, com folhas numeradas, ou através de sistema eletrônico, e os fatos inseridos em sua esfera de atribuições serão apurados em procedimento instaurado mediante portaria, com numeração controlada pela coordenadoria, sendo, ao final, submetido à decisão na reunião ordinária subsequente ou extraordinária.

§ 1º. Os conselheiros que atuarem no procedimento elaborarão relatório a ser submetido a julgamento na reunião ordinária ou extraordinária, sugerindo a medida aplicável, dentre as previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º. Os procedimentos que resultarem na aplicação de medidas de competência do próprio Conselho Tutelar, como nas hipóteses do art. 101, I a VI e VIII, e art. 129, I a VII, do ECA, após a decisão colegiada, desenvolver-se-á a fase de execução da medida, após a qual será novamente submetido ao órgão colegiado para homologação e arquivamento, ou adoção de outras providências que se revelarem adequadas.

§ 3º. Nas hipóteses em que couber o encaminhamento do procedimento ao Ministério Público, ao Juiz da Infância e da Adolescência ou a qualquer outra Instituição prevista no ECA, ou em casos de aplicação de qualquer medida estabelecida pela autoridade judiciária, será mantida cópia do feito em arquivo no Conselho Tutelar, para fins estatísticos e informativos.

§ 4º. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, ou sistema equivalente.

§ 5º. Cabe ao CMDCA a definição do Plano de Implantação do SIPIA para o Conselho Tutelar.

§ 6º. Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes com atuação no município auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relataivas às demandas e deficiências das políticas públicas ao CMDCA.

Art. 71. A atuação do Conselho Tutelar deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e dos adolescentes, ressalvado o disposto no art. 136, inciso III, alínea “b”, IV, V, X e XI, da Lei nº 8.069, de 1990.

Parágrafo Único. O caráter resolutivo da intervenção do Conselho Tutelar não impede que o Poder Judiciário seja informado das providências tomadas ou acionado sempre que necessário.

Art. 72. As decisões do Conselho Tutelar proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas as formalidades legais têm eficácia plena e exequibilidade imediata.

§1º. Cabe ao destinatário da decisão, em caso de discordância, ou a qualquer interessado, requerer ao Poder Judiciário sua revisão, na forma prevista pelo art. 137, da Lei nº 8069, de 1990.

§2º. Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão proferida pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pelo seu destinatário, sob pena da prática de infração administrativa prevista no art. 249, da Lei nº 8069, de 1990.

Art. 73. O Poder Executivo Municipal em sendo necessário colocará à disposição do Conselho Tutelar o número de funcionários que forem necessários ao bom desempenho de suas atividades.

Parágrafo único. Disponibilizará ainda o Poder Executivo Municipal os equipamentos e materiais de expediente necessários ao bom desempenho de suas atividades.

Art. 74. O Conselho Tutelar encaminhará Relatório Trimestral ao CMDCA, ao Ministério Público e ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das Políticas Públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes.

Seção VI

DOS PRINCÍPIOS A SEREM OBSERVADOS

Art. 75. No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar deverá observar as normas e princípios contidos na Constituição Federal, na Lei nº 8069/90, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, promulgada pelo Decreto nº 99.710/90, bem como nas Resoluções do Conanda, especialmente:

A condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;

A proteção integral e prioritária dos direitos da criança e do adolescente;

A responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade em geral, e do Poder Público, pela plena efetivação dos direitos assegurados a criança e ao adolescente;

A municipalização da política de atendimento às crianças e aos adolescentes;

O respeito à intimidade e à imagem da criança e do adolescente;

A intervenção precoce, logo que a situação de perigo seja conhecida;

A intervenção mínima das autoridades e instituições na promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente;

A proporcionalidade e atualidade da intervenção tutelar;

A intervenção tutelar que incentive a responsabilidade parental com a criança e com o adolescente;

A prevalência das medidas que mantenham ou reintegrem a criança e o adolescente na sua família natural ou extensiva ou, se isto não for possível, em família substituta;

A obrigatoriedade da informação à criança e ao adolescente, respeitada sua idade e capacidade de compreensão, assim como aos seus pais ou responsável, acerca dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como se processa; e,

A oitiva obrigatória da criança e do adolescente em separado ou na companhia de seus pais ou responsável, ou de pessoa por ele indicada, nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, de modo que sua opinião seja devidamente considerada pelo Conselho Tutelar.

Seção VII

ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Art. 76. O Conselho Tutelar exercerá exclusivamente as atribuições previstas no artigo 136 da Lei 8.069/90 (ECA), não podendo ser criadas novas atribuições por ato de quaisquer outras autoridades do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Legislativo ou do Poder Executivo Municipal.

Art. 77. São atribuições do Conselho Tutelar e obrigações dos conselheiros Atender às crianças e aos adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105 do ECA, aplicando as medidas previstas nos incisos I a VII, do art. 101, do ECA;

Atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando-lhes as medidas previstas nos incisos I a VII do art. 129, do ECA;

Promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

Requisitar serviços públicos nas áreas da saúde, educação, assistência e previdência social, trabalho e segurança;

Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas nos incisos I a VI do artigo 101 do ECA, para o adolescente autor de ato infracional;

Expedir notificações;

Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança e adolescente, quando necessário;

Assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e adolescente;

Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II da Constituição Federal;

Representar ao Ministério Público para fins de ações de perda e suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;

Elaborar e apresentar representação junto ao Juiz da Infância e da Adolescência para apuração de irregularidade em entidade de atendimento (art. 191 do ECA);

Elaborar e apresentar representação junto ao Juiz da Infância e da Adolescência para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente (art. 194 do ECA);

Elaborar e aprovar o seu regimento interno;

Articular-se com outros órgãos públicos e entidades privadas, participar de mobilizações, campanhas, operações rotineiras e operações especiais, mutirões, realizados por órgãos públicos com o objetivo de prestar atendimento ao público, fiscalizar, coibir violações e garantir os direitos da criança e do adolescente;

Operar e manter atualizado o sistema informatizado de informações para a infância e adolescência do Município;

Manter registro dos atendimentos e providências adotadas pelo Conselho Tutelar;

Encaminhar, quando solicitado, dados estatísticos e relatórios gerenciais aos órgãos competentes; e

Executar outras atividades que estejam relacionadas a sua área de atuação, ou que venham a ser previstas em lei.

§1º. Se, no exercício de suas atribuições, em virtude da gravidade da situação de risco, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, comunicará imediatamente o fato ao Ministério Público por escrito, encaminhando-lhe toda a documentação disponível, para que sejam buscadas, por via judicial, a medida prevista no art. 101, VII ou IX, do ECA, prestando-lhe informações sobre o motivo de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família atendida.

§2º. Na hipótese do parágrafo anterior, quando houver parente que possa acolher a criança ou adolescente, o Conselho Tutelar buscará a concordância dos pais ou responsável para o afastamento familiar, lavrando termo de entrega e responsabilidade e tomando assinatura do parente recebedor, encaminhando, imediatamente em seguida, toda a documentação produzida ao Ministério Público para regularização, por via judicial, da guarda da criança ou adolescente.

§3º. Somente em situações de absoluta excepcionalidade e urgência poderá o Conselho Tutelar encaminhar a criança ou o adolescente diretamente a entidade que mantenha programa de acolhimento institucional, devendo, em casos tais, ser feita, no prazo de 24 horas, a comunicação ao Juiz da Infância e Adolescência e ao Ministério Público (art. 93, ECA).

§ 4º. É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas ao órgão ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade no processo democrático sendo nulos os atos por elas praticados.

Art. 78. À exceção das situações excepcionais previstas nos parágrafos do artigo anterior, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e resultará da deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual seja garantido aos pais ou responsável legal o exercício do contraditório e ampla defesa (art. 101, §2º, ECA).

Parágrafo Único. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade Judiciária a pedido de quem lhe tenha legítimo interesse.

Art. 79. É vedado ao Conselho Tutelar executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas.

§ 1º. O Conselho Tutelar articulará ações para o estrito cumprimento de suas atribuições de modo a agilizar o atendimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais encarregados da execução das Políticas de Atendimento de crianças e adolescentes e suas respectivas famílias.

§ 2º. Articulação similar será também efetuada junto às Polícias Civil e Militar; Ministério Público; Judiciário e CMDCA, de modo que seu acionamento seja efetuado com o máximo de urgência, sempre que necessário.

§ 3º. No exercício de suas atribuições o Conselho Tutelar não se subordina ao CMDCA, com o qual deve manter uma relação de parceria, essencial ao trabalho conjunto dessas duas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 4º. Na hipótese de atentado à autonomia do Conselho Tutelar, deverá o órgão noticiar ao CMDCA e às autoridades responsáveis para a apuração da conduta do agente violador para o conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

§ 5º. O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado, ou seja, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, conforme previsão legal.

Seção VIII

DAS PRERROGATIVAS E GARANTIAS

Art. 80. No exercício de sua função, o membro do Conselho Tutelar, além das prerrogativas e garantias conferidas pela Lei nº 8069/90:

Usará credencial, confeccionada em tamanhos e cores facilmente visíveis, contendo nome completo e fotografia, expedida e assinada pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Promotor de Justiça da Comarca;

Terá livre acesso a entidades governamentais e não governamentais referidas no art.90 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1.990, bem como a todos os locais públicos e particulares acessíveis ao público, respeitada a inviolabilidade do domicílio.

§ 1º. A entrada no domicílio, sem a permissão do morador, só é possível durante o dia, com mandado judicial.

§ 2º. O CMDCA em conjunto com o Conselho Tutelar deverão promover ampla e permanentemente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 81. A Administração Municipal, sempre que solicitado pelo Conselho Tutelar, colocará à sua disposição serviços técnicos especializados, cujos profissionais se deslocarão ao encontro da Criança ou do adolescente que deles necessitem, adotando as medidas que se revelarem necessárias.

Art. 82. Os membros do Conselho Tutelar, no exercício de suas funções, receberão gratificação equivalente ao cargo de coordenador de Departamento, conforme a Lei 650/2014 (PCCS).

§ 1º. São garantidos aos membros do Conselho Tutelar os mesmos direitos sociais conferidos aos servidores públicos municipais que exerçam, em comissão, cargo de confiança, vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, tais como:

Cobertura previdenciária;

Licença maternidade;

Licença paternidade;

Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 do valor da remuneração mensal.

§ 2º. Em todos e quaisquer casos de afastamento, por período igual ou superior a 15 dias, inclusive em virtude de férias ou licença, o conselheiro tutelar será substituído pelo suplente, o qual será convocado obedecendo-se a ordem de classificação e perceberá gratificação igual ao titular, proporcional aos dias trabalhados.

§ 3º. No tocante aos afastamentos e licenças, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições do Estatuto dos Servidores do Município de Nova Monte Verde.

§ 4º. É garantido aos membros do Conselho Tutelar (titulares e suplentes) o estímulo e o fornecimento dos meios necessários para adequada formação e atualização funcional, o que inclui, dentre outros, a disponibilização de material informativo, realização de encontros com profissionais que atuam na área da infância e juventude, cursos e palestras sobre o tema, como forma de Política de Qualificação profissional permanente.

§ 5º. Cabe ao CMDCA, com o apoio do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, estabelecer em conjunto com o Conselho Tutelar a Política de Qualificação Profissional Permanente voltada à correta identificação e atendimento das demandas inerentes ao Conselho Tutelar.

Seção IX

IMPEDIMENTOS

Art. 83. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Art. 84. São, também, impedidos de exercer o mandato de conselheiro tutelar, os membros e suplentes de conselhos deliberativos das políticas públicas do Município, assim como os mandatários de qualquer cargo eletivo e titulares de cargo efetivo ou em comissão, que não se enquadrem na exceção prevista no artigo 37, XVI, alínea “b”, da Constituição Federal.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar, titular ou suplente, que pretender se candidatar a qualquer cargo público eletivo, deverá se desincompatibilizar da função no prazo exigido pela legislação eleitoral, e, sendo eleito, será declarado vago o seu cargo, dando-se posse definitiva ao suplente mais votado.

Art. 85. O membro do Conselho Tutelar será declarado impedido de atuar no procedimento de atendimento quando:

A ocorrência atendida envolver cônjuge, companheiro, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

For amigo íntimo ou inimigo de qualquer dos interessados;

Algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

Tiver interesse na solução do caso em favor de um dos envolvidos;

§1º. Nas situações mencionadas nos incisos deste artigo, se o conselheiro não se declarar impedido, o seu afastamento do procedimento poderá ser arguido e requerido ao colegiado por qualquer pessoa legitimamente interessada, devendo, o impasse, ser resolvido pelo CMDCA, em decisão proferida por maioria simples de seus membros.

§2º. O membro do Conselho Tutelar poderá, também, declarar a suspeição por motivo de foro íntimo.

Seção X

VACÂNCIA DO CARGO

Art. 86. A vacância do cargo de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

Renúncia;

Posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada, considerada incompatível com o exercício da função de conselheiro;

Aplicação de sanção administrativa de destituição da função;

Falecimento; ou

Condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa a sua idoneidade moral.

§ 1º. Perderá o mandato o conselheiro que:

For condenado pela prática de crime doloso, contravenção penal ou pela prática de infrações administrativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

Sofrer penalidade administrativa de perda de mandato conforme sanção prevista nesta lei;

Recusar-se, injustificadamente, a prestar atendimento;

Omitir-se quanto ao exercício de suas atribuições;

Exercer outra atividade, incompatível com o exercício do cargo.

§ 2º. O conselheiro tutelar, a qualquer tempo, pode ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de comprovado descumprimento de suas atribuições, prática de atos considerados ilícito, ou, comprovada conduta incompatível com a confiança e outorga pela comunidade.

Art. 87. Ocorrendo vacância do cargo de Conselheiro Tutelar, o CMDCA convocará o suplente mais votado para o preenchimento da vaga.

§1º. Quando, por desvinculação voluntária ou compulsória, não existir pelo menos dois suplentes, caberá ao CMDCA realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas disponíveis.

§2º. O suplente, uma vez convocado, deverá apresentar-se para o exercício da função no prazo máximo de 03 (três) dias, contados a partir do ato de convocação, sob pena de ser considerado desistente, dando ensejo ao chamamento do próximo na ordem de classificação.

§ 3º. Os Conselheiros Tutelares suplentes serão convocados de acordo com a ordem de votação e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

Seção XI

DOS DEVERES E VEDAÇÕES

Art. 88. Sem prejuízo das disposições específicas contidas nesta Lei, são deveres dos membros do Conselho Tutelar, além de outros previstos em lei:

Manter ilibada conduta pública e particular;

Zelar pelo prestígio da instituição à qual pertence;

Indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;

Obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;

Comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do CMDCA, conforme dispuser o Regimento Interno;

Desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;

Declarar-se suspeito ou impedido, nos termos desta Lei;

Adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e familiares;

Tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

Residir no Município;

Prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;

Identificar-se em suas manifestações funcionais;

Atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

Cumprir os horários de expediente previstos nesta lei, bem como os plantões para o qual for designado, além de outras tarefas confiadas pela coordenação do Conselho Tutelar;

Guardar sigilo sobre os casos submetidos ao Conselho Tutelar;

Aplicar a medida de proteção em conformidade com a decisão colegiada do Conselho Tutelar;

Levar ao conhecimento do colegiado as irregularidades funcionais que tiver ciência;

Zelar pela economia de material de expediente e pela conservação do patrimônio público; e

Manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

Art. 89. Aos membros do Conselho Tutelar aplicam-se as seguintes vedações:

Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza;

Exercer qualquer outra atividade no horário fixado nesta lei para o funcionamento do Conselho Tutelar;

Utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, exceto quando em diligências ou por necessidade do serviço;

Opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

Delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;

Valer-se da função para lograr vantagem em favor de si próprio ou de outrem;

Receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

Proceder de forma desidiosa no exercício de sua atividade;

Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

Exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições;

Deixar de submeter ao colegiado as decisões individuais referentes à aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsável, previstas nos artigos 101 e 129 da Lei nº 8069 de 1990;

Descumprir os deveres funcionais mencionados nesta lei;

Exercer atividade político-partidária ou cargo de direção em partidos ou sindicatos;

Extrair cópia ou retirar qualquer documento arquivado ou em trâmite pelo Conselho Tutelar.

Seção XII

DAS FALTAS E PENALIDADES

Art. 90. Os membros do Conselho Tutelar são passíveis das seguintes penalidades:

Advertência;

Censura;

Suspensão sem remuneração, por até 90 dias;

Suspensão do exercício da função; e

Destituição da função.

§1º. A penalidade de advertência será aplicada, reservada e verbalmente, no caso de negligência no cumprimento dos deveres inerentes ao cargo.

§ 2º. A penalidade de censura será aplicada, de forma reservada, por escrito, no caso de reincidência em falta já punida com advertência.

§ 3º. A penalidade de suspensão será aplicada nos casos de reincidência de falta já punida com censura e no caso de violação às proibições previstas nesta lei.

§ 4º. A penalidade de destituição da função será aplicada nos casos de:

Reincidência em falta já punida com a pena de suspensão;

Prática de conduta que caracterize crime ou contravenção penal e que atente contra os deveres previstos no art. 89 desta lei;

Abandono do cargo;

inassiduidade habitual;

Improbidade administrativa;

Incontinência pública ou conduta escandalosa;

Ofensa física em serviço, a servidor ou a particular;

Revelação de segredo do qual teve ciência em razão do cargo;

acumulação ilegal de cargos ou funções públicas.

§ 5º. Na aplicação das penalidades administrativas, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes previstos no Código Penal.

§ 6º. As penalidades de suspensão do exercício da função e de destituição do mandato poderão ser aplicadas ao conselheiro tutelar nos casos de descumprimento de suas atribuições, prática de crimes que comprometam sua idoneidade moral ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade.

Seção XIII

PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Subseção I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 91. As situações de afastamento ou cassação de mandato de Conselheiro Tutelar deverão ser precedidas de sindicância e processo administrativo assegurando-se a imparcialidade dos responsáveis pela apuração e o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§1º. A apuração de faltas puníveis com penas de advertência e censura se dará através de sindicância.

§2º. A apuração de faltas puníveis com penas de suspensão e de destituição da função se dará através de procedimento administrativo, a ser instaurado por deliberação de maioria simples do CMDCA, exigido o quorum mínimo de metade mais um de seus membros.

§3º. Durante o processo administrativo, poderá o CMDCA, por voto da maioria absoluta de seus membros, afastar o indiciado do exercício do cargo, por prazo não superior a 90 dias, computando-se esse afastamento preventivo na pena de suspensão eventualmente aplicada.

Art. 92. No ato que determinar a instauração de procedimento administrativo disciplinar deverão constar, além do nome, a qualificação do indiciado, a exposição dos fatos que lhe são imputados e a designação da Comissão Processante, indicando os nomes do presidente e de seus membros e auxiliares.

Parágrafo único. A Comissão Processante, de que trata este artigo, será composta de pelo menos 03 (três) membros, sendo dois integrantes do CMDCA, preferencialmente um dentre os indicados pela sociedade civil e outro dentre os indicados pelo governo municipal, e um integrante do Conselho Tutelar, indicado pelo respectivo Coordenador.

Art. 93. Os autos dos processos disciplinares e sindicâncias, após a execução da decisão, serão arquivados na secretaria do CMDCA.

Art. 94. Quando se verificar, pela sindicância ou procedimento administrativo, que o indiciado praticou fato tipificado como crime, a Comissão Processante enviará cópia dos autos ao Ministério Público.

Subseção II

DA SINDICÂNCIA

Art. 95. Instaurar-se-á sindicância:

Como preliminar do processo administrativo, sempre que a infração não for evidente ou não estiver suficientemente caracterizada;

Quando, não sendo obrigatório o processo administrativo, a infração deva ser apurada por meio sumário.

Art. 96. A sindicância será instaurada por decisão de maioria simples dos membros do CMDCA e presidida por um membro do mesmo conselho, indicado na mesma sessão, o qual poderá solicitar a designação de mais um membro e de servidores para auxiliá-lo nos trabalhos.

Art. 97. A sindicância, que terá caráter reservado, será concluída no prazo de 30 dias, a contar da data da instauração, podendo esse prazo ser prorrogado justificadamente por mais 15 dias, mediante requerimento da autoridade sindicante ao presidente do CMDCA.

Art. 98. Colhidos os elementos necessários à comprovação da materialidade e autoria dos fatos imputados, será ouvido o sindicado, que poderá, pessoalmente, no ato do interrogatório ou no prazo subseqüente de cinco dias, indicar provas de seu interesse, as quais serão deferidas a juízo da autoridade sindicante.

Art. 99. Concluída a produção de provas, o sindicado será intimado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, oferecer defesa escrita, pessoalmente ou por procurador, permanecendo os autos à sua disposição.

Art. 100. Decorrido o prazo de que trata o artigo anterior, o sindicante elaborará o relatório, em que examinará todos os elementos da sindicância e proporá as medidas cabíveis, encaminhando-o, juntamente com os autos, ao presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, o qual submeterá ao plenário, que decidirá por voto de maioria simples, exigido o quorum mínimo de metade mais um de seus membros, pela aplicação das penalidades previstas no artigo 90, incisos I e II, desta lei, ou pela instauração de procedimento administrativo, se tratar de infração punível com as penalidades previstas nos incisos III e IV do mesmo dispositivo.

Subseção III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 101. A instauração de processo administrativo disciplinar será obrigatória para a apuração de fatos que, em tese, desafiam a aplicação das penas de suspensão e de destituição da função.

§1º. A apuração dos fatos será realizada por uma comissão constituída por três membros, sendo dois integrantes do CMDCA - um dentre os indicados pela sociedade civil e outro dentre os indicados pelo governo municipal - e um integrante do Conselho Tutelar, designados pelo mesmo Conselho, por votação de maioria simples, exigido quorum mínimo de metade mais um de seus membros, na mesma sessão em que se decidir pela instauração do processo.

§2º. A Comissão Processante dissolver-se-á automaticamente 10 (dez) dias depois do julgamento, permanecendo os seus integrantes, no período entre a entrega do relatório e a dissolução, à disposição da autoridade que determinou a instauração do processo, para quaisquer diligências ou esclarecimentos que se fizerem necessários.

§3º. À Comissão Processante serão propiciados todos os meios necessários ao desempenho de sua função, inclusive a disponibilização de funcionários para auxiliá-la nos trabalhos do processo.

Art. 102. O processo terá início dentro do prazo de 05 (cinco) dias após a constituição da comissão e deverá estar concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de instalação dos trabalhos, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, por decisão de maioria simples do CMDCA, mediante proposta fundamentada do presidente da Comissão Processante.

Parágrafo único. Da instalação dos trabalhos será lavrado termo, que será assinado em reunião dos membros da comissão e anexado aos autos.

Art. 103. O indiciado será cientificado do processo através de notificação escrita, que conterá os termos da portaria de instauração e o teor da acusação, bem como a designação de dia, hora e local da audiência de interrogatório.

§ 1º - A notificação deverá ser feita pessoalmente, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação a data designada.

§ 2º - Quando houver denunciante e/ou vítima, serão estas pessoas ouvidas antes do interrogatório do indiciado, o qual, entretanto, será cientificado do ato, a ele podendo fazer-se presente, pessoalmente ou por intermédio de advogado legalmente constituído, com direito a reperguntas.

Art. 104. Após o interrogatório, o indiciado terá 03 (três) dias para apresentar defesa prévia, arrolar testemunhas, até o máximo de 05 (cinco), e requerer a produção de provas de seu interesse, que serão indeferidas se não forem pertinentes ou tiverem caráter meramente protelatório, a juízo da comissão.

Parágrafo único. Para viabilizar a defesa preliminar, os autos ficarão à disposição do indiciado, a partir do interrogatório e pelo prazo legal, na Secretaria da Comissão Processante.

Art. 105. Se o indiciado estiver ausente do lugar do processo, mas, em endereço conhecido, será notificado por carta registrada, e, se, em lugar ignorado, por edital, publicado uma vez no Diário Oficial do Estado, com prazo mínimo de 15 (quinze) dias.

Art. 106. Feita a notificação, sem que haja comparecimento do indiciado, será este declarado revel, prosseguindo-se o processo com o defensor que lhe for nomeado pelo presidente da Comissão, de preferência Advogado no exercício regular da atividade.

Art. 107. Apresentada a defesa preliminar, será designada data para audiência das testemunhas de acusação e de defesa, que serão intimadas com antecedência de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, notificando o indiciado e seu defensor para o ato.

Parágrafo único. Não sendo possível concluir-se no mesmo dia a produção da prova testemunhal, o presidente da Comissão designará data para a continuação, em uma ou mais vezes, notificando o indiciado e as testemunhas presentes.

Art. 108. Concluída a instrução, inclusive com a realização de perícia, diligências e outras provas que houverem sido requeridas e deferidas, o presidente saneará o processo, por despacho, reparando as irregularidades porventura existentes ou determinando a complementação de provas, se necessário, o que deverá ser feito no prazo máximo de 05 (cinco) dias, e, a seguir, mandará dar vista dos autos ao indiciado para, em igual prazo, oferecer alegações finais.

Parágrafo único. A vista será dada na Secretaria da Comissão, guardadas as devidas cautelas, e o prazo será em dobro, caso haja mais de um indiciado no mesmo processo.

Art. 109. Encerrado o prazo de que trata o artigo anterior, a comissão apreciará todos os elementos do processo, apresentando relatório no qual pro-

porá, fundamentadamente, a absolvição ou a punição do indiciado, apontando, nesta última hipótese, a pena que lhe parecer cabível e o fundamento legal.

§ 1º. Havendo divergências nas conclusões, ficarão constando do relatório as razões de cada um dos votos ou do voto vencido.

§ 2º. Juntado o relatório, serão os autos e todos os documentos do processo remetidos, imediatamente, ao presidente do CMDCA, para que seja submetido a julgamento na próxima sessão.

Art. 110. Ao indiciado será assegurada ampla defesa, podendo reinquirir testemunhas e formular quesitos, pessoalmente ou através de defensor, e fazer-se representar nos atos e termos em que sua presença for dispensável.

Art. 111. As testemunhas serão obrigadas a comparecer às audiências, quando regularmente notificadas, e, se não o fizerem, poderão ser conduzidas pela autoridade policial, mediante solicitação do presidente da comissão.

Parágrafo único. As testemunhas poderão ser inquiridas por todos os integrantes da comissão e reinquiridas pelo presidente, após as reperguntas do indiciado.

Art. 112. A Comissão poderá deslocar-se de sua sede a fim de praticar algum ato ou diligência julgados convenientes para a instrução do processo.

Art. 113. Aos casos omissos neste Capítulo e Sessão, aplicam-se as regras pertinentes do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Monte Verde.

Subseção IV

DO JULGAMENTO

Art. 114. De posse do processo disciplinar, contendo o relatório da Comissão Processante, o presidente do CMDCA o incluirá para julgamento na próxima sessão ordinária ou extraordinária, caso aquela não se realize no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento do processo.

§1º. Se os membros do CMDCA não se sentirem habilitados a proferir julgamento, poderão converter o feito em diligências, devolvendo-o à Comissão Processante, para os fins que indicarem, com prazo não superior a 10 (dez) dias.

§2º. Retornando os autos, será designada sessão extraordinária, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, para julgamento.

Art. 115. O CMDCA decidirá o processo pelo voto de maioria absoluta de seus membros.

Art. 116. Das decisões que impuserem penalidade administrativa, caberá recurso voluntário, com efeito suspensivo, ao Plenário do CMDCA.

Art. 117. O recurso será interposto pelo indiciado ou seu procurador, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data em que o interessado tiver conhecimento da decisão, por petição fundamentada dirigida ao presidente do CMDCA.

Art. 118. Recebida a petição, o presidente do CMDCA determinará a sua juntada ao processo, se tempestiva, procedendo-se ao sorteio de um relator, dentre os componentes do mesmo Conselho, e convocará uma reunião desse órgão para, no máximo, 15 dias depois, proferir julgamento.

§1º. O recurso será decidido por votação de maioria absoluta dos membros do CMDCA, excluídos aqueles que fizeram parte do primeiro julgamento.

§2º. O indiciado será comunicado da decisão, pessoalmente ou por seu procurador, no prazo de 05 dias, ou, verificando estar em lugar incerto e não sabido, através da imprensa oficial, mediante edital.

Art. 119. A penalidade aplicada, inclusive a perda do mandato, deverá ser convertida em ato administrativo do Chefe do Poder Executivo Municipal, cabendo ao CMDCA expedir Resolução declarando vago o cargo quando for o caso, dando posse ao suplente mais votado.

Subseção V

REVISÃO

Art. 120. Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão do processo administrativo de que tenha resultado imposição de penalidade, sempre que forem aduzidos fatos novos ou circunstâncias ainda não apreciadas, suscetíveis de provar a inocência ou de justificar a imposição de penalidade mais branda, ou, ainda, no caso de constatação de vícios insanáveis no curso do procedimento.

§ 1º. Da revisão não pode resultar a agravação da penalidade aplicada.

§ 2º. A simples alegação de injustiça da decisão não será considerada como fundamento para a revisão.

§ 3º. Não será admitida a reiteração do pedido pelo mesmo motivo.

Art. 121. A revisão poderá ser requerida pelo próprio interessado ou seu procurador, e, se falecido ou interdito, pelo cônjuge, descendente ou irmão.

Art. 122. O pedido será dirigido ao presidente do CMDCA, que determinará a sua atuação e apensamento ao processo disciplinar respectivo, e designará comissão revisora, composta de 03 membros, na forma prevista no art. 101, §1º, desta lei.

§ 1º. A petição será instruída com as novas provas que o requerente possuir ou indicará aquelas que pretende produzir.

§ 2º. Não poderá integrar a comissão revisora aqueles que tenham funcionado na sindicância ou no processo administrativo.

Art. 123. Concluído o procedimento, o requerente, no prazo de 05 dias, será notificado para, querendo, apresentar alegações finais.

Art. 124. Exaurido esse prazo, com ou sem alegações finais, a comissão processante emitirá relatório conclusivo e enviará o processo ao presidente do CMDCA para julgamento.

Parágrafo único. O pedido revisional será julgado por maioria absoluta dos membros do CMDCA.

Art. 125. Julgada procedente a revisão, o presidente do CMDCA, conforme o caso, providenciará:

A renovação do processo disciplinar, nos casos de anulação;

O cancelamento, modificação ou substituição da penalidade, se julgada procedente.

Art. 126. O requerente será comunicado da decisão, pessoalmente ou por seu procurador, no prazo de 05 dias, ou, verificando estar em lugar incerto e não sabido, através da imprensa oficial, mediante edital

CAPÍTULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NOVA MONTE VERDE – FMDCA

Seção I

DOS OBJETIVOS

Art. 127. Fica reinstituído o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde– FMDCA, o qual será gerido de acordo com as regras previstas na Lei nº 8069, de 1990, nesta Lei e em Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

§ 1º. O FMDCA, do Município de Nova Monte Verde, vincula-se ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, cabendo porém, ao Secretário Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania gerir os recursos a ele carreados, desde que fixados e estabelecidos os critérios para sua utilização e aplicação, conforme o disposto no artigo 260, §2º, da Lei nº 8069/90.

§ 2º. No município deve haver um único e respectivo FMDCA conforme estabelece o artigo 88, inciso IV da Lei nº8.069/90 (ECA).

Art. 128. O FMDCA tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e as aplicações dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

§1º. As ações de que trata o caput deste artigo referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente, expostos à situação de risco pessoal e social, cuja necessidade de atenção extrapole o âmbito da atuação das políticas sociais básicas.

§2º. Os recursos do FMDCA poderão destinar-se a capacitação de recursos humanos, desde que este seja aprovado pelo CMDCA, por maioria absoluta;

§3º Apenas em caráter excepcional, por decisão de maioria absoluta dos membros do CMDCA, os recursos do FMDCA poderão destinar-se à pesquisa e estudo;

§4º. Os recursos do FMDCA serão administrados pelo Secretário Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania segundo o programa definido pelo CMDCA, que integrará o orçamento do Município e será aprovado pela Câmara Municipal.

§5º. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA deve constituir unidade orçamentária própria e ser parte integrante do orçamento público, tendo CNPJ próprio.

§ 6º. É vedada a aplicação de recursos do FMDCA para pagamentos de atividades do CMDCA e Conselho Tutelar.

Seção II

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO FMDCA

Art. 129. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Nova Monte Verde– FMDCA, fica operacionalmente vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Cidadania, sendo, o Secretário respectivo, o ordenador das despesas e responsável pela prestação de contas, observadas as regras da legislação que regula a matéria.

Art. 130. São atribuições do Conselho Municipal – CMDCA em relação ao Fundo – FMDCA – de que trata este Capítulo:

Elaborar e deliberar sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente no seu âmbito de ação;

Promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito de sua competência;

Elaborar planos de ação anuais ou plurianuais, contendo os programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário;

Elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação;

Elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

Dar publicidade aos projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio de balancetes trimestrais, relatório financeiro e o balanço anual do fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicização dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica;

Monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelos próprios Conselhos, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo; e

Mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas atribuições, o Poder Executivo deverá garantir ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o suficiente e necessário suporte organizacional, estrutura física, recursos humanos e financeiros.

Art. 131. Compete ao Secretário Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania em relação ao Fundo:

Coordenar a execução do Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Emitir empenhos, cheques e ordens de pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o número de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o Presidente do CMDCA, para dar a quitação da operação;

Encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil do mês de março, em relação ao ano calendário anterior;

Comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste, obrigatoriamente o nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valor destinado;

Apresentar, trimestralmente ou quando solicitada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de balancetes e relatórios de gestão;

Manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização;

Observar, quando do desempenho de suas atribuições, o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alínea b, da Lei n° 8.069 de 1990 e art. 227, caput, da Constituição Federal;

Fornecer ao Ministério Público, quando solicitada, demonstração de aplicação dos recursos do Fundo.

Parágrafo único. Deverá ser emitido um comprovante para cada doador, mediante a apresentação de documento que comprove o depósito bancário em favor do Fundo, ou de documentação de propriedade, hábil e idônea, em se tratando de doação de bens.

Seção III

DAS RECEITAS E DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 132. São receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA:

Recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive mediante transferências do tipo “fundo a fundo” entre essas esferas de governo, desde que previsto na legislação específica;

Doações de pessoas físicas e jurídicas, sejam elas de bens materiais, imóveis ou recursos financeiros;

Destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda, com incentivos fiscais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislação pertinente;

Contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais;

O resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente; e

Recursos provenientes de multas, concursos de prognósticos, dentre outros que lhe forem destinados.

Art. 133. Os recursos consignados no orçamento do Município de Nova Monte Verde devem compor o orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma a garantir a execução dos planos de ação elaborados pelo CMDCA.

Art. 134. O nome do doador ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente só poderá ser divulgado mediante sua autorização expressa, respeitado o que dispõe o Código Tributário Nacional.

Seção IV

DAS CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 135. A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo CMDCA, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não governamentais relativas a:

Desenvolvimento, por tempo determinado, não superior a 03 (três) anos, de programas e serviços complementares ou inovadores da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

Acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei n° 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

Programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

Ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 136. É vedada a utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei, mediante deliberação por maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Parágrafo único. Além das condições estabelecidas no caput, é vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA:

Sem a deliberação do respectivo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Para pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

Para manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

Para o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e para

Investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

Art. 137. O financiamento de projetos pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA condiciona-se à previsão orçamentária e à disponibilidade financeira dos recursos.

Art. 138. O saldo financeiro positivo apurado no balanço do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser transferido para o exercício subseqüente, a crédito do mesmo fundo, conforme determina o art. 73 da Lei n° 4.320 de 1964.

Art. 139. Nos processos de seleção de projetos nos quais as entidades e os órgãos públicos ou privados representados nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA figurem como beneficiários de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, os seus representantes junto ao CMDCA estarão impedidos de atuar em comissão de avaliação e de proferir qualquer decisão que se referida direta ou indiretamente à escolha de tais entidades.

Art. 140. Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA utilizados para o financiamento, total ou parcial, de projetos desenvolvidos por entidades governamentais ou não governamentais devem estar sujeitos à prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e aos Conselhos de Direitos, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Art. 141. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deve utilizar todos os meios ao seu alcance para divulgar amplamente:

As ações prioritárias das políticas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

Os prazos e os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;

A relação dos projetos aprovados em cada edital, o valor dos recursos previstos e a execução orçamentária efetivada para implementação;

O total das receitas previstas no orçamento do Fundo para cada exercício; e

Os mecanismos de monitoramento, de avaliação e de fiscalização dos resultados dos projetos beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 142. Nos materiais de divulgação das ações, projetos e programas que tenham recebido financiamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD deve ser obrigatória a referência ao Conselho e ao Fundo como fonte pública de financiamento.

Parágrafo único. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, diante de indícios de irregularidades, ilegalidades ou improbidades em relação ao Fundo ou suas dotações nas leis orçamentárias, dos quais tenha

ciência, deve imediatamente apresentar representação junto ao Ministério Público para as medidas cabíveis.

Art. 143. A celebração de convênios com os recursos do Fundo para a execução de projetos ou a realização de eventos deve se sujeitar às exigências da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação que regulamenta a formalização de convênios no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 144. Constituem ativos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde - FMDCA:

Disponibilidade monetária em bancos, oriunda das receitas específicas previstas no artigo anterior;

Os direitos que vier a constituir;

Bens móveis e imóveis destinados à execução dos programas e projetos do Plano de Aplicação.

Art. 145. No prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da promulgação da Lei Orçamentária do Município, o Secretário Municipal responsável pela administração do Fundo apresentará ao CMDCA, para análise e acompanhamento, o quadro de aplicação dos recursos do Fundo, para apoiar os programas e projetos contemplados no Plano de Aplicação.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 146. Aplicam-se, nas omissões desta Lei, as regras do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Monte Verde no que for pertinente, e, nas omissões deste, o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso.

Art. 147. A criação de outros Conselhos Tutelares no Município de Nova Monte Verde será promovida por Lei Municipal, observados os seguintes critérios:

Reivindicação da população do local;

Índice de infrações aos direitos da criança e do adolescente;

Facilidade de acesso à população menos favorecida;

Número de habitantes do lugar a ser instalado;

Extensão da área de abrangência da atuação do Conselho.

Art. 148. Revogam-se todas as disposições anteriores editadas com o fim de regular o funcionamento do Conselho Municipal de Direitos de Nova Monte Verde– CMDCA, do Conselho Tutelar e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.

Art. 149. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 540/2012.

Prefeitura de Nova Monte Verde - MT, 24 de Novembro de 2014

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
LEI Nº 884/2017

SÚMULA: "ALTERA A LEI Nº 715/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu, FRANCISCO ANTONIO SEVALLO, Vereador Presidente, para efeitos do disposto no Artigo 66, Parágrafo 4º da Lei Orgânica Municipal e do Artigo 184, Parágrafo 2º do Regimento Interno, Promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o artigo 2º e seu respectivo parágrafo único, da Lei nº 715/2014:

"Art. 2º - Revogado

Paragráfo Único – Revogado"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.017.

Nova Monte Verde-MT, 05 de Janeiro de 2.017.

LICITAÇÕES
CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO- Resumo dos Contratos Dezembro 2016.

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que fica CANCELADA A PUBLICAÇÃO do Resumo dos Contratos Dezembro 2016 referente aos Contratos 049/2016, 050/2016,051/2016, 052/2016,053/2016 e 054/2016 vinculada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 06 de Janeiro de 2017 na página nº. 243 e 244 por erro de digitação no texto da mesma.

Nova Monte Verde-MT, 06 de Janeiro de 2017.

Departamento de Licitação e Contratos.

LICITAÇÕES
RESUMO DOS CONTRATOS DEZEMBRO 2016

CONTRATO Nº. 49/2016/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e A. G.A. GARCIA EIRELLI

2.OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE VEICULO AUTOMOTOR, TIPO ÔNIBUS URBANO, MOTOR MERCEDES –BENZ 1722, 4 CILINDROS, DIANTEIRO, ANO 2005 A 2008, CARROCERIA COMIL OU CAIO, COM CAPACIDADE PARA NO MINIMO DE 37 A 40 LUGARES**.**

3. DATA ASSINATURA: 16 de Dezembro de 2016

4.VIGÊNCIA: 16 de Dezembro de 2016 á 31 de Dezembro de 2016.

5.VALOR GLOBAL: R$ 45.000,00(Quarenta e cinco mil reais).

6.LICITAÇÃO: Pregão Presencial 54/2016

CONTRATO Nº. 50/2016/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e AMBROZINO MARCON

2.OBJETO: É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/ PNAE, durante o período de doze meses, de acordo com a Chamada Pública nº. 01/2016, a qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

3. DATA ASSINATURA: 22 de Dezembro de 2016

4.VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do respectivo contrato.

5.VALOR GLOBAL: R$ 19.831,03 (Dezenove mil Oitocentos e Trinta e um Mil e três centavos)

6.LICITAÇÃO: Chamada Publica 01/2016/ Dispensa de Licitação 18/2016

CONTRATO Nº. 51/2016/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e APARECIDO DONIZETI MARCON

2.OBJETO: É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/ PNAE, durante o período de doze meses, de acordo com a Chamada Pú-

blica nº. 01/2016, a qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

3. DATA ASSINATURA: 22 de Dezembro de 2016

4.VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do respectivo contrato

5.VALOR GLOBAL: R$ 19.942,35 (Dezenove mil novecentos e quarenta e dois mil e trinta e cinco centavos)

6.LICITAÇÃO: Chamada Publica 01/2016/ Dispensa de Licitação 18/2016

CONTRATO Nº. 52/2016/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e EDVALDO ONOFRE

2.OBJETO: É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/ PNAE, durante o período de doze meses, de acordo com a Chamada Pública nº. 01/2016, a qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

3. DATA ASSINATURA: 22 de Dezembro de 2016

4.VIGÊNCIA: 12(doze) meses a contar da data de assinatura do respectivo contrato

5.VALOR GLOBAL: R$ 17.768,02 (Dezessete mil setecentos e sessenta e oito reais e dois centavos).

6.LICITAÇÃO: Chamada Publica 01/2016/ Dispensa de Licitação 18/2016

CONTRATO Nº. 53/2016/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e MARCIA MOREIRA DE ALMEIDA

2.OBJETO: É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/ PNAE, durante o período de doze meses, de acordo com a Chamada Pública nº. 01/2016, a qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

3. DATA ASSINATURA: 22 de Dezembro de 2016

4.VIGÊNCIA: 12(doze) meses a contar da data de assinatura do respectivo contrato

5.VALOR GLOBAL: R$ 19.100,42 (Dezenove mil e cem reais e quarenta e dois centavos).

6.LICITAÇÃO: Chamada Publica 01/2016/ Dispensa de Licitação 18/2016

CONTRATO Nº. 54/2016/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e NEUZA GONÇALVES DA FONSECA

2.OBJETO: É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/ PNAE, durante o período de doze meses, de acordo com a Chamada Pública nº. 01/2016, a qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

3. DATA ASSINATURA: 22 de Dezembro de 2016

4.VIGÊNCIA: 12(doze) meses a contar da data de assinatura do respectivo contrato.

5.VALOR GLOBAL: R$ 7.895,79 (Sete mil reais e oitocentos e noventa e cinco mil e setenta e nove centavos).

6.LICITAÇÃO: Chamada Publica 01/2016/ Dispensa de Licitação 18/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PORTARIA Nº 1225 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"Dispõe sobre a nomeação ao cargo em gestora do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências".

O Senhor ***João Teodoro Filho*** Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que dispõe o art. 67 da Lei n° 8666/93,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a servidora ***SECRETARIA DE SAÚDE GERONI BUENO CAMARGO*****,** inscrita sobo CPF **n° 168.167.221-91como responsável pelo fundo Municipal de Saúde ,inscrito sob o CNPJ:11.394.499/0001-85.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2.017.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 026/2017

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar o senhor**ELANTIAGO CAVALCANTE DE MORAIS**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.832.437-1 SSP/MT e do CPF nº. 029.627.161-64, do Cargo de Chefe de Departamento de Agricultura, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 02 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 02/01/2017 à 02/02/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 037/2017

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o senhor**ANTONIO MARCOS DE LIMA**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 0.911.466-1 SSP/MT e do CPF nº. 179.105. 928-76, para exercer o Cargo de Assessor de Comunicação Social, com efeitos retroativos a 02/01/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 05 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 05/01/2017 à 05/02/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 036/2017

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o senhor**ELDER APARECIDO VIEIRA DE MIRANDA**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.359.169-0 SSP/MT e do CPF nº. 005.552.541-51, para exercer o Cargo de Assessor de Gabinete, com efeitos retroativos à 02/01/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 05 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 05/01/2017 à 05/02/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 035/2017

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o senhor**MARCIO JOSÉ DE SOUSA**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.070.048-0 SSP/MT e do CPF nº. 899.609.711-04, para exercer o Cargo de Chefe de Departamento de Planejamento e Gestão, com efeitos retroativos à 02/01/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 05 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 05/01/2017 à 05/02/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 034/2017

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o senhor**WAGNER ANTONIO DO NASCIMENTO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 9077702661 SSP/RS e do CPF nº. 813.352.100-91, para exercer o Cargo de Chefe de Departamento de Agricultura, com efeitos retroativos à 02/01/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 05 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 05/01/2017 à 05/02/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 029/2017

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a senhora**MARLENE TEODORO DE SOUZA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 0786761-1 SSP/MT e do CPF nº. 522.147.371-20, do Cargo de Chefe de Departamento de Desporto e Lazer, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 02 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 02/01/2017 à 02/02/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 030/2017

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a senhora**NADIR PAVANI DE OLIVEIRA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 46302045 SSP/PR e do CPF nº. 663.463.049-68, do Cargo de Chefe de Divisão da Central de Regulação, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 02 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 02/01/2017 à 02/02/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 040/2017

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a senhora**CELIA FERREIRA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.221.499-0 SSP/MT e do CPF nº. 908.515.951-20, para exercer o Cargo de Chefe de Divisão de Conselhos e Cidadania, com efeitos retroativos a 02/01/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 05 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 05/01/2017 à 05/02/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 039/2017

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o senhor**ELIAS LOPES DE ARAÚJO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.524.075-7 SSP/MT e do CPF nº. 299.303. 081-72, para exercer o Cargo de Chefe de Divisão de Fiscalização, com efeitos retroativos a 02/01/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 05 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 05/01/2017 à 05/02/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 038/2017

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a senhora**NÁDIA CRISTHINA JUNQUEIRA SCHROEDER DA CUHA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.723.259-7 SSP/MT e do CPF nº. 019.315.131-63, para exercer o Cargo de Chefe de Departamento de Serviços e Saúde, com efeitos retroativos à 02/01/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 05 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 05/01/2017 à 05/02/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 028/2017

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a pedido a senhora**TALITA MARIA PEREIRA MARCONDES**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 93546377 SSP/PR e do CPF nº. 056.860.989-13, do Cargo de Chefe de Divisão de Cultura, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 02 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 02/01/2017 à 02/02/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 033/2017

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a senhora**SIMARA JUNG MATHEUS**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2007080-2 SSP/MT e do CPF nº. 030.652. 791.00, para exercer o Cargo de Secretária Adjunta de Ação Social, com efeitos retroativos à 02/01/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 05 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 05/01/2017 à 05/02/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 031/2017

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar o senhor**ANDRÉ EDUARDO ESQUIÇATO DIAS**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.302.845-6 SSP/MT e do CPF nº. 713.925.481-87, do Cargo de Assessor de Comunicação Social, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 02 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 02/01/2017 à 02/02/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 027/2017

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a pedido a senhora**LEILA PIMENTA ZANETI**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 868.150 SSP/MT e do CPF nº. 899. 047.701-82, do Cargo de Chefe Departamento de Educação, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 02 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 02/01/2017 à 02/02/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 032/2017

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar o senhor**VANDO DA SILVA AZEVEDO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 15463320 SSP/MT e do CPF nº. 009.070. 921.79, do Cargo de Chefe de Divisão de Meio Ambiente, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 02 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 02/01/2017 à 02/02/2017.

RESOLUÇÃO 001/2017 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT

RESOLUÇÃO Nº. 001/2017

Súmula: "Prorroga o Mandato do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente até dia 31 de janeiro de 2017".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições legais de acordo com o disposto na Lei Municipal n°.700/ 2015, na reunião ordinária realizada no dia 05 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - "Prorroga o Mandato do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente até dia 31 de janeiro de 2017".

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Registra –se, Cumpra –se e Publica-se.

Nova Santa Helena - MT, 05 de janeiro de 2017.

Suelen Andreia Doleys Paulatti

Presidente do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO 002/2017 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT

RESOLUÇÃO Nº. 002/2017

Súmula: "Aprova o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Nova Santa Helena – MT".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições legais de acordo com o disposto na Lei Municipal n°.700/2015, na reunião ordinária realizada no dia 05 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - "Aprova o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Nova Santa Helena – MT para os anos de 2016 á 2026".

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Registra –se, Cumpra –se e Publica-se.

Nova Santa Helena - MT, 05 de janeiro de 2017.

Suelen Andreia Doleys Paulatti

Presidente do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 016/2016 PP 027/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL: N° 027/2016 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 016/2016

VALIDADE: 12(doze) meses oficiais

VIGÊNCIA: 06 de julho de 2017.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTAS E EXAMES CARDIOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ITENS RELACIONADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

EMPRESA VENCEDORA: ADRIANA DA SILVA ARANTES – ME inscrita no CNPJ nº. 10.764.248/00001-82						
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QTDE	PR. UNIT.	PR. TOTAL
1	8961	CONSULTA CARDIOLOGICA	UN	250,00	R$ 223,00	R$ 55. 750,00
2	15613	ELETROCARDIOGRAMA	UN	50,00	R$ 90,00	R$ 4. 500,00
3	15614	HOLTER	UN	50,00	R$ 233,30	R$ 11. 665,00

Valor Total R$ 71.915,00 (setenta e um mil novecentos e quinze reais)

Nova Santa Helena - MT, 06 de julho de 2016.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 043/2017

Prefeita passa a responder temporariamente pela pasta da Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer do Município de Nova Santa Helena – MT.

TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° Responder temporariamente pela pasta da Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer do Município de Nova Santa Helena – MT, com efeitos retroativos à 02/01/2017.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 05 de janeiro de 2017.

Terezinha Guedes Carrara

- Prefeita Municipal -

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 05/02/2017 à 05/02/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 025/2017

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º Exonerar a pedido o senhor**ADRIANO BORTOLIN**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.315.434-9 SSP/MT e do CPF nº. 042.184.551-12, do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, a partir desta data.

Artigo 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 02 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 02/01/2017 à 02/02/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 042/2017

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o senhor**ADRIANO BORTOLIN**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.315.434-9 SSP/MT e do CPF nº. 042.184.551.12, para exercer o Cargo de Chefe de Divisão da Central de Regulação, com efeitos retroativos a 02/01/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 05 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 05/02/2017 à 05/02/2017.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 017/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO: N° 001/2016 – PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 020/2016 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2016

VALIDADE: 12(doze) meses oficiais

VIGÊNCIA: 07 de julho de 2017.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA SANTA HELENA – MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NESTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CENTERMEDI - COM DE PROD HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ n° 03.652.030/0001-70

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	8771	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE ADULTO 120 ML	UNIDADE	R$5,00	100,00	R$500,00
2	4079	ACIDO ACETIL SALICILICO CPR 100MG	UNIDADE	R$0,02	60.000,00	R$1.200,00
3	24511	ACIDO FOLICO COMPRIMIDO 5MG	UNIDADE	R$0,05	7.000,00	R$350,00
4	24513	ACIDO VALPROICO 50mg/ML XAROPE 100ML	UNIDADE	R$2,20	250,00	R$550,00
5	3904	ALBENDAZOL SUSP 40MG 10ML	UNIDADE	R$1,05	2.000,00	R$2.100,00
6	24625	ALPRAZOLAN 1,0MG CPR	UNIDADE	R$0,15	1.200,00	R$180,00
7	24516	AMIODARONA 200MG COMPRIMIDO	UNIDADE	R$0,28	3.000,00	R$840,00
8	24517	AMITRIPTILINA CLORIDRATO 25MG COMPRIMIDO	UNIDADE	R$0,03	12.000,00	R$360,00
9	24519	AMOXICILINA 50MG/ML PO SUSP ORAL 150ML	UNIDADE	R$4,00	2.000,00	R$8.000,00
10	12390	ANLODIPINO BESILATO 10MG	UNIDADE	R$0,05	5.000,00	R$250,00
11	24520	ATENOLOL 50MG COMPRIMIDO	UNIDADE	R$0,04	40.000,00	R$1.600,00
12	4501	BENZOATO DE BENZILA 25% EMULCAO TOPICA 60ML	UNIDADE	R$3,50	24,00	R$84,00
13	11619	BIPERIDENO 2MG (POR COMPRIMIDO)	UNIDADE	R$0,18	4.000,00	R$720,00
14	15841	BROMOPRIDA 10MG CPS	UNIDADE	R$0,15	3.000,00	R$450,00
15	19920	CAPTOPRIL 25MG	UNIDADE	R$0,02	60.000,00	R$1.200,00
16	24530	CARBIDOPA ASSOCIADO A LEVODOPA 250MG + 25MG	UNIDADE	R$0,21	1.500,00	R$315,00
17	24531	CARBONATO DE CALCIO ASSOCIADO COM VITAMINA D3 500 MG + 200U	UNIDADE	R$0,09	15.000,00	R$1.350,00
18	24536	CEFALEXINA 50MG/ML PO P/ SUSP ORAL 100ML	UNIDADE	R$8,00	700,00	R$5.600,00
19	18948	CICLOBENZAPRINA 10 MG CPR	UNIDADE	R$0,28	2.000,00	R$560,00
20	24203	CIPROFIBRATO 100MG CPR	UNIDADE	R$0,45	1.000,00	R$450,00
21	14128	CITALOPRAN 20 MG	UNIDADE	R$0,14	3.500,00	R$490,00
22	24590	CITRATO DE SODIO ASSOCIADO COM CLORETO DE POTASSIO CLORETO	UNIDADE	R$0,55	1.000,00	R$550,00
23	9991	CLONAZEPAM 2MG CPR	UNIDADE	R$0,05	10.000,00	R$500,00
24	9945	CLONAZEPAN 2,5 MG/ML SOL OR GOTAS 20ML	UNIDADE	R$1,54	250,00	R$385,00
25	23929	CLOPIDROGEL 75 MG	UNIDADE	R$0,50	720,00	R$360,00
26	26976	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG	UNIDADE	R$0,02	25.000,00	R$500,00
27	24608	COMPLEXO B CPR	UNIDADE	R$0,04	10.800,00	R$432,00
28	24609	COMPLEXO B SOL INJ 2,5ML	UNIDADE	R$0,75	1.000,00	R$750,00
29	24546	DIGOXINA 0,25MG CPR	UNIDADE	R$0,04	5.000,00	R$200,00
30	24613	DIMETICONA 40MG CPR	UNIDADE	R$0,09	2.600,00	R$234,00
31	24615	DIOSMINA ASSOCIADA COM HESPERIDINA 450MG + 50MG	UNIDADE	R$0,43	35.000,00	R$15.050,00
32	24547	DIPIRONA SODICA 500MG	UNIDADE	R$0,08	50.000,00	R$4.000,00
33	24551	ENALAPRIL MALEATO 10MG	UNIDADE	R$0,04	25.000,00	R$1.000,00
34	24557	FENOBARBITAL 100MG CPR	UNIDADE	R$0,09	10.000,00	R$900,00
35	24636	GABAPENTINA 300MG CPR	UNIDADE	R$0,33	1.500,00	R$495,00
36	13077	GLIBENCLAMIDA 5MG CPR	UNIDADE	R$0,03	45.000,00	R$1.350,00
37	3931	HIDROCLOROTIAZIDA cpr 25mg	UNIDADE	R$0,02	60.000,00	R$1.200,00
38	26968	HIDROCORTISONA 500MG	UNIDADE	R$6,20	20,00	R$124,00
39	3932	HIDROXIDO DE ALUMINIO 61,5MG/ML SUSP ORAL 100ML	UNIDADE	R$1,80	2.000,00	R$3.600,00
40	12841	IBUPROFENO 600mg CPR	UNIDADE	R$0,07	25.000,00	R$1.750,00
41	24599	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25MG CPR	UNIDADE	R$0,25	8.000,00	R$2.000,00
42	9989	LORATADINA 10MG CPR	UNIDADE	R$0,05	7.000,00	R$350,00
43	10361	LOSARTANA POTASSICA 50MG	UNIDADE	R$0,04	60.000,00	R$2.400,00
44	10008	MEBENDAZOL 100MG CPR	UNIDADE	R$0,05	10.000,00	R$500,00
45	26975	METFORMINA CLORIDRATO 850MG	UNIDADE	R$0,05	60.000,00	R$3.000,00
46	26966	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL 50G + 10 C/APLICADOR	UNIDADE	R$3,75	2.000,00	R$7.500,00
47	2626	METRONIDAZOL CPR 250 MG	UNIDADE	R$0,10	15.000,00	R$1.500,00

48	26977	MICONAZOL; NITRATO DE MICONAZOL 20MG/G CREME VAGINAL +	UNIDADE	R$4,70	20,00	R$94,00
49	24621	NIFEDIPINO 20MG	UNIDADE	R$0,04	26.000,00	R$1.040,00
50	26973	NITROFURANTOINA 100MG	UNIDADE	R$0,15	3.000,00	R$450,00
51	9977	NORFLOXACINO 400MG CPR	UNIDADE	R$0,15	8.000,00	R$1.200,00
52	22180	NORTRIPTILINA CLORIDRATO 25MG CPS	UNIDADE	R$0,31	350,00	R$108,50
53	6474	OMEPRAZOL 20mg CPS	UNIDADE	R$0,04	60.000,00	R$2.400,00
54	26953	OXCARBAZEPINA 300MG CPR	UNIDADE	R$0,39	1.000,00	R$390,00
55	1352	PARACETAMOL 750 MG CPR	UNIDADE	R$0,06	5.000,00	R$300,00
56	10029	PERMETRINA 10MG/ML LOCAO 100ML	UNIDADE	R$1,29	500,00	R$645,00
57	24602	PETIDINA CLORIDRATO 50MG/ML SOL INJ 2ML	UNIDADE	R$1,69	20,00	R$33,80
58	16881	PROMETAZINA CLORIDRATO 25MG CPR	UNIDADE	R$0,08	6.000,00	R$480,00
59	24573	RANITIDINA CLORIDRATO 25MG/ML SOL INJ 2ML	UNIDADE	R$0,44	600,00	R$264,00
60	4517	RANITIDINA cpr 150mg	UNIDADE	R$0,08	5.000,00	R$400,00
61	13298	RISPERIDONA 1MG CPR	UNIDADE	R$0,25	10.000,00	R$2.500,00
62	11623	RISPERIDONA 2MG	UNIDADE	R$0,28	15.000,00	R$4.200,00
63	12100	SERTRALINA CLORIDRATO 50MG	UNIDADE	R$0,22	11.000,00	R$2.420,00
64	3953	SULFATO FERROSO 40MG DE FERRO II	UNIDADE	R$0,04	15.000,00	R$600,00
65	24624	TIABENDAZOL 50MG/G POMADA 30G	UNIDADE	R$4,30	30,00	R$130,50
66	15871	TOPIRAMATO 50MG CPR	UNIDADE	R$0,14	750,00	R$105,00
67	24606	TRAMADOL CLORIDRATO 50MG CPS	UNIDADE	R$0,14	2.000,00	R$280,00

TOTAL DO VENCEDOR: R$ 95.819,80 (noventa e cinco mil oitocentos e dezenove reais e oitenta centavos)

FARMACIA SUPER POPULAR LTDA EPP, inscrita no CNPJ n° 17.717.382/0002-52

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	24581	ACICLOVIR 400MG CPR	UNIDADE	R$2,15	2.000,00	R$4.300,00
2	26955	ALENDRONATO DE SODIO; COLECALCIFEROL 70MG +2800UI	UNIDADE	R$49,00	50,00	R$2.450,00
3	24523	BECLOMETASONA DIPROPIONATO SPRAY ORAL 250MCG/DOSES FRASCO	UNIDADE	R$56,99	20,00	R$1.139,80
4	24526	BENZIPENCILINA POTASSICA ASSOCIADA A PENICILINA PROCAIDA 100.000	UNIDADE	R$9,99	100,00	R$999,00
5	24528	BETAMETASONA ACETATO, ASSOCIADO COM BETAMETASONA FOSFATO	UNIDADE	R$5,37	200,00	R$1.074,00
6	24627	BRIMONIDINA TARTARATO ASSOCIADO COM TIMILOL MALEATO 2,0MG/ML +	UNIDADE	R$60,00	20,00	R$1.200,00
7	24628	BRINZOLAMIDA 10MG/ML SUS OFT 5ML	UNIDADE	R$78,90	20,00	R$1.578,00
8	26964	CANFORA; MENTOL; SALICILATO DE METILA POMADA 20G	UNIDADE	R$7,24	10,00	R$72,40
9	24587	CARBONATO DE LITIO 450MG CPR	UNIDADE	R$1,62	1.500,00	R$2.430,00
10	24595	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO ASSOCIADO COM DEXAMETASONA	UNIDADE	R$13,80	20,00	R$276,00
11	24591	CLIOQUINOL ASSOCIADO COM SULFATO DE GENTAMICINA, TOLNAFTATO E	UNIDADE	R$8,10	100,00	R$810,00
12	26959	CLOBAZAM(FRISIUM) 20MG	UNIDADE	R$0,91	1.200,00	R$1.092,00
13	24592	CLORAFENICOL ASSOCIADO A LIDOCAINA CLORIDRATO ,25MG + 30MG/ML	UNIDADE	R$12,35	100,00	R$1.235,00
14	24614	DIMETICONA ASSOCIADO COM METLBROMETO DE HAMATROPINA 80MG/ML	UNIDADE	R$6,49	80,000	R$519,20
15	24630	DORZOLAMIDA CLORIDRATO 2% SOL OFT	UNIDADE	R$19,99	15,000	R$299,85
16	24631	FAMOTIDINA 40MG CPR	UNIDADE	R$3,88	1.500,00	R$5.820,00
17	26957	FONOXIMETILPENICILINA POTASSICA 80.000 UI/ML PO SOL ORAL CT FR VD	UNIDADE	R$29,99	100,00	R$2.999,00
18	24633	FORMOTEROL FUMARATO 12MCG CAP PO INAL COM FRASCO INALADOR	UNIDADE	R$1,70	2.000,00	R$3.400,00
19	24634	FORMOTEROL FUMARATO ASSOCIADO COM BUDESONIDA 12 MCG +	UNIDADE	R$1,93	1.000,00	R$1.930,00
20	24635	FOSFOMICINA TROMETAMOL 3G GRANULADO 8G	UNIDADE	R$48,99	220,00	R$10.777,80
21	26970	GENFIBROZILA 600MG CPR	UNIDADE	R$0,84	10.000,00	R$8.400,00
22	24637	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA EM SAIS SULFATOS 500MG	UNIDADE	R$2,54	1.000,00	R$2.540,00
23	24618	GLIMEPIRIDA 1MG	UNIDADE	R$0,24	2.000,00	R$480,00
24	12427	HIDROXICLOROQUINA SULFATO 400MG	UNIDADE	R$2,69	750,00	R$2.017,50
25	24566	METRONIDAZOL 400MG	UNIDADE	R$0,26	5.000,00	R$1.300,00
26	26972	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 5MG	UNIDADE	R$0,39	1.000,00	R$390,00
27	15933	RIVASTIGMINA 1,5MG CPR	UNIDADE	R$2,44	3.000,00	R$7.320,00
28	24641	SOTALOL CLORIDRATO 160MG CPR	UNIDADE	R$1,69	36,00	R$60,84
29	24642	TRAVOPROTA 0,04MG/,L SOL OFT 2,5ML	UNIDADE	R$30,99	24,00	R$743,76
30	24643	TROMETAMOL SAL CETOROLACO 10MG SUB - LING	UNIDADE	R$3,74	24,00	R$89,76

TOTAL DO VENCEDOR: R$ 67.743,91 (sessenta e sete mil setecentos e quarenta e três reais e noventa e um centavos)

RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARE EIRELI ME, inscrita no CNPJ n° 06.696.359/0001-21

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	4492	ACIDO VALPROICO 500mg cpr	UNIDADE	R$0,70	7.000,00	R$4.900,00
2	24512	ACIDO VALPROICO 250mg CAPSULA	UNIDADE	R$0,26	2.000,00	R$520,00
3	24524	BENZIPENCILINA BENZATINA 1.200.000 UI INJ	UNIDADE	R$4,58	300,00	R$1.374,00
4	24533	CARVEDILOL 25MG CPR	UNIDADE	R$0,15	5.000,00	R$750,00
5	13075	CEFALEXINA 500MG CAPSULA	UNIDADE	R$0,50	70.000,00	R$35.000,00
6	3921	DICLOFENACO DE POTASSIO cpr 50mg	UNIDADE	R$0,06	20.000,00	R$1.200,00
7	24548	DIPIRONA SODICA 500MG/ML SOL INJ 2ML AMPOLA	UNIDADE	R$0,45	200,00	R$90,00
8	24585	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA	UNIDADE	R$1,44	2.000,00	R$2.880,00
9	24597	ETILEFRINA CLORIDRATO 10MG/ML INJ 1ML	UNIDADE	R$1,04	20,00	R$20,80
10	24554	FENITOINA SODICA 100MG CPR	UNIDADE	R$0,21	5.000,00	R$1.050,00
11	9948	FLUCONAZOL 150MG CPS	UNIDADE	R$0,21	5.000,00	R$1.050,00
12	3962	FUROSEMIDA 10MG/ML SOL INJ 2ML AMPOLA	UNIDADE	R$0,47	600,00	R$282,00
13	24564	LIDOCAINA CLORIDRATO 2 % INJ SEM VASO 5ML	UNIDADE	R$2,75	80,00	R$220,00
14	24570	PETROLATO LIQUIDO LAXATIVO ORAL 100ML	UNIDADE	R$2,20	200,00	R$440,00

TOTAL DO VENCEDOR: R$ 49.776,80 (quarenta e nove mil setecentos e setenta seis reais e oitenta centavos)

DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ n° 02.520.829/0001-40

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	11882	ALENDRONATO DE SODIO 70MG COMPRIMIDO	UNIDADE	R$0,32	1.800,00	R$576,00
2	24515	ALOPURINOL 300MG COMPRIMIDO	UNIDADE	R$0,12	3.000,00	R$360,00
3	24521	AZITROMICINA 500MG COMPRIMIDO	UNIDADE	R$0,46	6.000,00	R$2.760,00
4	24527	BENZOILMETRONIDAZOL 40MG/ML SUSP ORAL 100ML	UNIDADE	R$1,90	800,00	R$1.520,00
5	6650	CARBAMAZEPINA 200MG CPR	UNIDADE	R$0,07	18.000,00	R$1.260,00
6	8003	CIPROFLOXACINA CLORIDRATO 500MG CPR	UNIDADE	R$0,15	15.000,00	R$2.250,00
7	3919	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10G	UNIDADE	R$0,70	1.000,00	R$700,00
8	24544	DIAZEPAM 10MG	UNIDADE	R$0,04	10.000,00	R$400,00
9	24611	DICLOFENACO SAL RESINATO 15MG/ML SUS ORAL GOTAS 20ML	UNIDADE	R$2,44	400,00	R$976,00
10	24549	DIPIRONA SODICA 500MG/ML SOL ORAL GOTAS 10ML	UNIDADE	R$0,58	3.500,00	R$2.030,00
11	24552	ENALAPRIL MALEATO 20MG	UNIDADE	R$0,05	30.000,00	R$1.500,00
12	12407	ESPIRONOLACTONA 100mg CPR	UNIDADE	R$0,30	2.000,00	R$600,00
13	12435	ESPIRONOLACTONA 25MG	UNIDADE	R$0,10	5.000,00	R$500,00
14	9992	FLUOXETINA 20MG CPS	UNIDADE	R$0,05	15.000,00	R$750,00
15	24560	FUROSEMIDA 40MG CPR	UNIDADE	R$0,03	25.000,00	R$750,00
16	12405	LEVOTIROXINA SODICA CPR 100MCG	UNIDADE	R$0,13	4.000,00	R$520,00
17	9993	LEVOTIROXINA SODICA CPR 25MCG	UNIDADE	R$0,12	5.000,00	R$600,00
18	9994	LEVOTIROXINA SODICA CPR 50MCG	UNIDADE	R$0,15	5.000,00	R$750,000
19	4507	MEBENDAZOL 20MG/ML SUS ORAL 30ML	UNIDADE	R$1,09	1.000,00	R$1.090,00
20	4509	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 5MG/ML SOL INJ 2ML	UNIDADE	R$0,29	2.000,00	R$580,00
21	24569	NEOMICINA ASSOCIADA COM BACITRACINA 5MG/G + 250UI/G POMADA 10G	UNIDADE	R$1,0	1.000,00	R$1.000,00
22	24576	SINVASTATINA 20MG CPR	UNIDADE	R$0,06	50.000,00	R$3.000,00

TOTAL DO VENCEDOR: R$ 24.472,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e dois reais)

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ n° 04.217.590/0001-60

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	24514	ALBENDAZOL COMPRIMIDO 400MG	UNIDADE	R$0,54	2.000,00	R$1.080,00
2	24525	BENZIPENCILINA BENZATINA 600.000 UI S INJ	UNIDADE	R$3,95	150,00	R$592,50
3	24529	BUPROPIONA CLORIDRATO 150MG CPR	UNIDADE	R$0,55	2.500,00	R$1.375,00
4	24532	CARVEDILOL 12,5MG CPR	UNIDADE	R$0,15	4.000,00	R$600,00
5	24534	CARVEDILOL 3,125MG CPR	UNIDADE	R$0,14	4.000,00	R$560,00
6	24535	CARVEDILOL 6,25MG CPR	UNIDADE	R$0,14	3.000,00	R$420,00
7	24539	CLOMIPRAMINA 25MG CPR	UNIDADE	R$0,75	1.000,00	R$750,00
8	12393	DEXAMETASONA 4MG/ML SOL INJ 2,5ML AMPOLA	UNIDADE	R$0,80	1.000,00	R$800,00
9	24550	DOXAZOSINA MESILATO 2MG CPR	UNIDADE	R$0,15	2.700,00	R$405,00
10	24586	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA 6,67	UNIDADE	R$4,05	4.000,00	R$16.200,00
11	24601	PAROXETINA CLORIDRATO 20MG	UNIDADE	R$0,20	2.500,00	R$500,00
12	24575	SINVASTATINA 10MG CPR	UNIDADE	R$0,07	4.000,00	R$280,00

TOTAL DO VENCEDOR: R$ 23.562,50(vinte e três mil quinhentos e sessenta e dois reais e cinqüenta centavos)

DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ n° 08.835.955/0001-70

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	24518	AMOXICILINA 500MG CAPSULA	UNIDADE	R$0,13	25.000,00	R$3.250,00
2	26962	CLORIDRATO DE AMBROXOL 6MG/ML FR 100ML	UNIDADE	R$1,56	100,00	R$156,00
3	26967	COLAGENASE 0,6U/G POMADA DERM 30G	UNIDADE	R$11,98	30,00	R$359,40
4	12863	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 0,4MG/ML SOL ORAL 100ML	UNIDADE	R$1,06	1.000,00	R$1.060,00
5	24610	DICLOFENACO SAL POTASSICO 25MG/ML SOL INJ 3ML	UNIDADE	R$0,54	2.000,00	R$1.080,00
6	26961	DIMENIDRINATO DE PIRIDOXINA CLORIDRATO; 50MG/ML + 50MG/ML SOL	UNIDADE	R$1,44	50,00	R$72,00
7	26969	DIMETICONA; SIMETICONA 75MG/ML GOTAS 10ML	UNIDADE	R$0,79	100,00	R$79,00
8	24629	DIVALPROATO DE SODIO 500MG CPR	UNIDADE	R$0,71	1.000,00	R$710,00
9	24584	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20MG/ML SOL INJ 1ML	UNIDADE	R$1,02	50,00	R$51,00
10	24559	FENOBARBITAL SODICA 40MG/ML SOL ORAL GOTAS 20ML	UNIDADE	R$3,28	25,00	R$82,00
11	24638	HALOPERIDO SAL DECANOATO 50MG/ML SOL INJ 1ML	UNIDADE	R$8,69	30,00	R$260,70
12	12481	IBUPROFENO 50MG/ML SUS ORAL 30ML	UNIDADE	R$1,05	1.000,00	R$1.050,00
13	24562	IPRATROPIO, BROMETO 0,25MG/ML SOL INAL 20ML	UNIDADE	R$0,67	250,00	R$167,50
14	26956	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO 20MG	UNIDADE	R$0,09	1.000,00	R$90,00
15	24563	LEVOTIROXINA SODICA CPR 75MCG	UNIDADE	R$0,17	1.000,00	R$170,00
16	2867	LIDOCAINA CLORIDRATO GELEIA 2 % BISNAGA 30G	UNIDADE	R$1,77	130,00	R$230,10
17	9576	LOSARTANA POTASSICA 100MG	UNIDADE	R$0,21	1.000,00	R$210,00
18	1011	METILDOPA 250MG CPR	UNIDADE	R$0,15	8.000,00	R$1.200,00
19	9947	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 4MG/ML SOL ORAL 10ML	UNIDADE	R$0,52	800,00	R$416,00
20	24568	MORFINA SULFATO 30MG CPR	UNIDADE	R$1,66	300,00	R$498,00
21	26965	NISTATINA 100.000UI/4G CREME VAGINAL 60G	UNIDADE	R$2,42	2.000,00	R$4.840,00
22	10021	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSAO ORAL 50ML	UNIDADE	R$2,75	100,00	R$275,00
23	10011	PARACETAMOL 500 mg CPR	UNIDADE	R$0,03	35.000,00	R$1.050,00
24	15908	POLIVITAMINICO + POLIMINERAIS SUSPENSAO ORAL 120ML	UNIDADE	R$3,75	800,00	R$3.000,00
25	24577	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME 100GR	UNIDADE	R$12,80	20,00	R$256,00
26	24579	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 400 +80MG/10ML SUSP	UNIDADE	R$0,94	500,00	R$470,00
27	10032	SULFATO FERROSO 25 MG/ML DE FERRO SOLUCAO ORAL 30ML	UNIDADE	R$0,79	200,00	R$158,00

TOTAL DO VENCEDOR: R$ 21.240,70 (vinte e um mil duzentos e quarenta reais e setenta centavos)

PRO-REMEDIOS DIST DE PROD FARM E COSM EIRELI – ME, inscrito no CNPJ n° 05.159.591/0001-68

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	13711	ACEBROFILINA 5MG/ML XPE INFANTIL 120ML	UNIDADE	R$2,54	50,00	R$127,00
2	6479	AMINOFILINA 24MG/ML SOL INJ 10ML	UNIDADE	R$0,90	30,00	R$27,00
3	995	AMINOFILINA CPR 100MG	UNIDADE	R$0,05	2.000,00	R$100,00
4	24588	CETOCONAZOL 20MG POMADA 30G	UNIDADE	R$1,32	400,00	R$528,00
5	24589	CILOSTAZOL 50MG CPR	UNIDADE	R$0,35	5.100,00	R$1.785,00
6	16916	CINARIZINA 75MG CPR	UNIDADE	R$0,14	12.000,00	R$1.680,00
7	24594	CLORETO DE BENZALCONIO ASSOCIADO COM CLORETO DE SODIO 9,0MG	UNIDADE	R$0,88	500,00	R$440,00
8	24541	CLORETO DE POTASSIO 19,1% SOL INJ 10ML AMPOLA	UNIDADE	R$0,36	50,00	R$18,00
9	11776	CLORETO DE SODIO 20% SOL INJ 10ML AMP.	UNIDADE	R$0,36	50,00	R$18,00
10	26963	CLORIDRATO DE AMBROXOL 3MG/ML FR 100ML	UNIDADE	R$1,53	100,00	R$153,00
11	3914	CLORIDRATO DE CLOPROMAZINA cpr 100mg	UNIDADE	R$0,20	2.000,00	R$400,00
12	24545	DIAZEPAM 5MG/ML SOL INJ 2ML AMPOLA	UNIDADE	R$0,69	200,00	R$138,00
13	9952	EPINEFRINA 1MG/ML SOL INJ 1ML	UNIDADE	R$3,20	10,00	R$32,00
14	24553	ETINILESTRADIOL ASSOCIADO COM LEVONORGESTREL 0,15MG + 0,03MG	UNIDADE	R$0,06	500,00	R$30,00
15	24558	FENOBARBITAL SODICA 100MG/ML SOL INJ 2ML AMPOLA	UNIDADE	R$1,92	10,00	R$19,20
16	4527	FENOTEROL BROMIDRATO 5MG/ML SOL ORAL 20ML	UNIDADE	R$2,47	150,00	R$370,50
17	24632	FITOMENADIONA 10MG/ML SOL INJ 1,0ML	UNIDADE	R$1,66	60,00	R$99,60
18	24617	GLICOSE 25% SOL INJ 10ML	UNIDADE	R$0,26	500,00	R$130,00
19	2618	GLICOSE 50% SOL INJ 10ML	UNIDADE	R$0,26	100,00	R$26,00
20	11622	HALOPERIDOL 5MG	UNIDADE	R$0,12	8.500,00	R$1.020,00
21	24561	IODETO DE POTASSIO 20MG/ML SOLUCAO ORAL 100ML	UNIDADE	R$2,42	100,00	R$242,00
22	15925	LORATADINA 1ML/ML XPE 100 ML	UNIDADE	R$1,94	120,00	R$232,80
23	24567	MORFINA SULFATO 100MG CPS	UNIDADE	R$0,82	200,00	R$164,00
24	8823	NIMESULIDA 100MG	UNIDADE	R$0,06	15.000,00	R$900,00
25	12853	NORETISTERONA 0,35MG BLISTER CALENDARIO 35UN	UNIDADE	R$0,38	50,00	R$19,00
26	24639	PIRACETAM ASSOCIADO COM DIIDROERGOTAMINA MESILATO 400MG + 1MG	UNIDADE	R$1,60	4.000,00	R$6.400,00
27	24571	PREDNISONA 20MG CPR	UNIDADE	R$0,16	2.000,00	R$320,00
28	3946	PREDNISONA 5,0MG CPR	UNIDADE	R$0,08	2.500,00	R$200,00
29	24574	SALBUTAMOL 0,4mg/ML 120ml XPE	UNIDADE	R$1,27	100,00	R$127,00
30	22765	SECNIDAZOL 1000MG CPR	UNIDADE	R$0,44	300,00	R$132,00
31	24578	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 400MG +80MG	UNIDADE	R$0,08	4.000,00	R$320,00

TOTAL DO VENCEDOR: R$ 16.198,10 (dezesseis mil cento e noventa e oito reais e dez centavos)

PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE – LTDA, inscrita no CNPJ n° 10.749.915/0001-58

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	24582	ACIDO TRANEXAMICO 50MG/ML SOL INJ 5ML	UNIDADE	R$2,00	5,00	R$10,00
2	15930	BACLOFENO 10MG CPR	UNIDADE	R$0,18	5.000,00	R$900,00
3	24626	BAMIFILINA CLORIDRATO 300MG	UNIDADE	R$1,47	1.000,00	R$1.470,00
4	4502	CARBAMAZEPINA 20mg/ml SUSP ORAL 100ML	UNIDADE	R$6,24	50,00	R$312,00
5	24537	CEFTRIAXONA SODICA 1G ENDOVENOSO AMPOLA	UNIDADE	R$2,77	230,00	R$637,10
6	24623	GENTAMICINA 80MG/ML SOL INJ 2ML	UNIDADE	R$0,50	200,000	R$100,00
7	11621	PARACETAMOL 200MG/ML SOL ORAL 20ML	UNIDADE	R$0,99	4.000,000	R$3.960,00
8	24572	PROMETAZINA CLORIDRATO 25MG/ML SOL INJ 2ML	UNIDADE	R$1,52	50,000	R$76,00
9	24607	TRAMADOL CLORIDRATO 50MG/ML INJ 2ML	UNIDADE	R$1,05	100,000	R$105,00

TOTAL DO VENCEDOR: R$ 7.570,10 (sete mil quinhentos e setenta reais e dez centavos)

J D DE ANDRADE DROGARIA - ME, inscrita no CNPJ n°18.175.769/0001-06

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	24596	DILTIAZEN CLORIDRATO 60MG	UNIDADE	R$0,29	1.000,00	R$290,00
2	26954	HIDRALAZINA CLORIDRATO 50MG	UNIDADE	R$0,43	1.000,00	R$430,00
3	12842	ISOSSORBIDA SAL DINITRATO 5MG SUB LINGUAL	UNIDADE	R$0,38	40,00	R$15,20
4	24598	METILFENIDATO CLORIDRATO 10MG	UNIDADE	R$1,30	2.500,00	R$3.250,00
5	24605	PROXIMETACAINA CLORIDRATO 0,5% COLIRIO 5ML	UNIDADE	R$10,60	7,00	R$74,20

TOTAL DO VENCEDOR: R$ 4.059,40(quatro mil cinqüenta e nove reais e quarenta centavos)

TOTAL GERAL: R$ 310.443,31(trezentos e dez mil quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e um centavos)

Nova Santa Helena - MT, 07 de julho de 2016.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 041/2017

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o senhor**SIDNEI JOSÉ STROHSCHEIN**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 4.769.987-8 SSP/PR e do CPF nº. 676.159. 299-20, para exercer o Cargo de Chefe de Departamento de Compras, com efeitos retroativos a 02/01/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 05 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 05/01/2017 à 05/02/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 16/2017

"Autoriza a afastar-se das funções, servidora do quadro de Pessoal de provimento efetivo, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições,

R e s o l v e:

Artigo 1º - Fica autorizado a afastar-se das funções por 20 (vinte) dias em razão de casamento, no período de 06/01/2017 a 25/01/2017, o servidor **Afonso Silva Fernandes,** lotado naSecretaria Municipal de Infraestrutura, no cargo de Gari.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 06 de janeiro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 14/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor: **Claudemir Antonio de Oliveira,** brasileiro, maior, portador do RG: nº 3.247.648-1 SSP/PR e do CPF:nº 467.842.849-68 lotado na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Motorista I,** referente ao período de 2015/2016, a partir do dia 08/01/2017 a 06/02/2017, com retorno no dia 07/02/2017

Artigo 2º - Esta Portaria passa a vigorar a partir do dia 08/01/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 06 de janeiro de 2017.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 13/2017

"Designa servidor responsável pela Gestão do Portal da Transparência do Município de Novo Horizonte do Norte/MT".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

R e s o l v e:

Artigo 1º - Fica designado o servidor **Altair Barbosa da Silva,** portador da Cédula de Identidade RG: nº 11566230- SJ/MT devidamente inscrito no CPF: sob nº 951.633.951-49, ocupante do cargo em Comissão de **Secretário Adjunto de Administração e Planejamento,** como responsável pela gestão do Portal da Transparência, pelo SIG físico e pelo Canal de Ouvidoria, deste Município.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 06 de janeiro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 15/2017

"Autoriza a afastar-se das funções, servidora do quadro de Pessoal de provimento efetivo, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições,

R e s o l v e:

Artigo 1º - Fica autorizada a afastar-se das funções por 20 (vinte) dias em razão de casamento, no período de 06/01/2017 a 25/01/2017, a servidora **Magda da Silva,** lotada naSecretaria Municipal de Saúde, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 06 de janeiro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

CONVENIOS E CONTRATOS
3º ADITIVO CONTRATO 05/2014

EXTRATO DE ADITIVO

DE CONTRATO

CONTRATO Nº 05/2014

3º Termo Aditivo

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**Sr. FRANCISCO ALVES DA SILVA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n° 486.450 SSP/MA e inscrito no CPF Nº 157.293.113-20**
Objeto	**Prorrogar os prazos de VIGÊNCIA do contrato de locação do imóvel construído em alvenaria, medindo 129,45 m², situado na Av. Ayrton Senna, s/n°, Lote n° 4A, da quadra n° 15, Setor II, centro Novo Mundo/MT, por 12 (doze) meses, a partir da data de termino do contrato de origem, ou seja, de 01/01/2017 a 31/12/2017, em razão da necessidade para funcionamento da Secretaria de Agricultura, Agência Fazendária e Setor de Tributação durante o ano de 2017.**
Prazo de Aditivo	Prorrogação por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2017 a 31/12/2017

Novo Mundo/MT, 26 de Dezembro 2016.

Jose Helio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
5º ADITIVO CONTRATO 010/2014

EXTRATO DE ADITIVO

DE CONTRATO

CONTRATO Nº 010/2014

5º Termo Aditivo

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT
Contratada	**ÁGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA**, pessoa jurídica de direito privado, regulamente inscrita no CNPJ sob o n. º 26. 804.3777/0001-97, situada à Avenida Natalino João Brescansin, n. º 499, Centro, no município de Sorriso – Mato Grosso, neste ato representado por sua representante legal a Sra. **EUNICE URIAS**, brasileira, divorciada, gerente de negócios, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.396. 702-0 SSP/PR e devidamente inscrita no CPF sob o nº 405. 421.301-49, residente e domiciliada na Av. Madre Leônia Milito, 1170, Apto 303, Gleba Palhano. Londrina/PR
Objeto	Prorrogar os prazos de **VIGÊNCIA e EXECUÇÃO**, por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2017 a 31/12/2017, do fornecimento de licenças de uso de softwares de gestão pública
Prazo de Aditivo	Prorrogação por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2017 a 31/12/2017

Novo Mundo/MT, 26 de Dezembro 2016.

Jose Helio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
4º ADITIVO CONTRATO 031/2013

EXTRATO DE ADITIVO

DE CONTRATO

CONTRATO Nº 031/2013

4º Termo Aditivo

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT
Contratada	**SVIERK E CIA LTDA-ME**, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 09.424.015/0001-51 e Inscrição Estadual sob o № 51201054321, estabelecida na Rua Tapirapés, nº 277, esq. Presidente Dutra, Centro, CEP 78.500-000, Colider/MT, representada neste ato pelo seu Diretor e Sócio Proprietário Senhor **JANDIR SVIERK**, brasileiro, casado, empresário, residente na Rua Tapirapés, nº 277, esq. Presidente Dutra, Centro, CEP 78.500-000, Colider/MT. portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 2028778492 SSP/RS e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 251.094.489-49,
Objeto	Prorrogar os prazos de **VIGÊNCIA e EXECUÇÃO**, por 01(um) mês, ou seja, de 01/01/2017 a 31/01/2017.

Novo Mundo/MT, 26 de Dezembro 2016.

Jose Helio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
3º ADITIVO CONTRATO 08/2014

EXTRATO DE ADITIVO

DE CONTRATO

CONTRATO Nº 08/2014

3º Termo Aditivo

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT
Contratada	Sr. **JULIO RODRIGUES DA SILVA**, doravante denominado simplesmente **LOCADOR**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1080974 e do CPF sob o nº 160.679.839-15, residente e domiciliado na Av. Ayrton Senna, s/nº, nesta cidade de Novo Mundo/MT
Objeto	Prorrogar os prazos de **VIGÊNCIA** do contrato de locação de um imóvel **construído em alvenaria, alvenaria, medindo 300 m², situado na Av. Ayrton Senna, s/n°, Centro, Novo Mundo/MT,** por **12 (doze) meses,** a partir da data de termino do contrato de origem, ou seja, de 01/01/2017 a 31/12/2017, em razão da necessidade para funcionamento da **Centro de Reabilitação, durante o ano de 2017.**
Prazo de Aditivo	Prorrogação por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2017 a 31/12/2017

Novo Mundo/MT, 26 de Dezembro 2016.

Jose Helio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
3º ADITIVO CONTRATO 07/2014

EXTRATO DE ADITIVO

DE CONTRATO

CONTRATO Nº 07/2014

3º Termo Aditivo

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT
Contratada	Sr. **JULIO RODRIGUES DA SILVA**, doravante denominado simplesmente **LOCADOR**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1080974 e do CPF sob o nº 160.679.839-15, residente e domiciliado na Av. Ayrton Senna, s/nº, nesta cidade de Novo Mundo/MT
Objeto	Prorrogar os prazos de **VIGÊNCIA** do contrato de locação de um imóvel **construído em alvenaria, com cobertura externa para vistoria de veículos, e pátio para estacionamento de veículos apreendidos, localizado na Av. Ayrton Senna, s/n°, Setor II, centro, Novo Mundo/MT, para funcionamento do posto do DETRAN em Novo Mundo – MT,** por **12 (doze) meses,** a partir da data de termino do contrato de origem, ou seja, de 01/01/2017 a 31/12/2017, em razão da necessidade para funcionamento da **Agencia de Transito – DETRAN durante o ano de 2017.**
Prazo de Aditivo	Prorrogação por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2017 a 31/12/2017

Novo Mundo/MT, 26 de Dezembro 2016.

Jose Helio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
3º ADITIVO CONTRATO 06/2014

EXTRATO DE ADITIVO

DE CONTRATO

CONTRATO Nº 06/2014

3º Termo Aditivo

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT
Contratada	Srª. **ODETE DE AZEVEDO**, brasileira, do CPF N° 344.438. 781-49, residente e domiciliada neste município
Objeto	**Prorrogar os prazos de VIGÊNCIA do contrato de locação do imóvel construído em alvenaria e madeira, situado na Rua Fortaleza, localizado neste Município de Novo Mundo – MT, com cobertura externa para realização de concertos em ônibus e veículos desta administração, como também almoxarifado, rampa, lavador, tampa para combustível, e pátio para estacionamento dos veículos que compõe ou venham a compor a frota municipal, para funcionamento do da sede da Secretária de Obras e Transportes deste município de Novo Mundo-MT, por 12 (doze) meses, a partir da data de termino do contrato de origem, ou seja, de 01/ 01/2017 a 31/12/2017, em razão da necessidade para funcionamento da Secretaria de Obras e Transportes durante o ano de 2017.**
Prazo de Aditivo	Prorrogação por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2017 a 31/12/2017

Novo Mundo/MT, 26 de Dezembro 2016.

Jose Helio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
5º ADITIVO CONTRATO 022/2014

EXTRATO DE ADITIVO

DE CONTRATO

CONTRATO Nº 022/2014

5º Termo Aditivo

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT
Contratada	empresa **VITOR HUGO PEREIRA - 90653742134,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 20.615.716/0001-00, NIRE 51-8-0094595-8, com sede na Av. Ayrton Senna, s/nº, Centro, na cidade de Novo Mundo/MT, neste ato representada pelo **Sr. Vitor Hugo Pereira,** portador da Carteira de Identidade RG nº 10847138 SSP/MT e inscrito no CPF nº 906.537. 421-34, residente e domiciliado, na cidade de Novo Mundo/ MT
Objeto	Prorrogar os prazos de **VIGÊNCIA e EXECUÇÃO**, por 12(doze) meses, ou seja, de 16/12/2016 a 31/12/2016 **prestação de serviços técnicos para preparação de documentos de apoio administrativo em atendimento a Lei 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal na Prefeitura Municipal de Novo Mundo – MT.**

Novo Mundo/MT, 08 de Dezembro 2016.

Jose Helio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
PORTARIA Nº 012/2017

De 02 de Janeiro de 2017.

"Dispõe sobre concessão de Férias, e dá outras providências".

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o artigo 69 e 70 da LC n.º 004/2001 para o período de 01/01/2017 a 30/01/2017 aos servidores:

AMARILDO SANCHES inscrito no CPF sob o nº. 419.405.392-34, servidor no cargo de PROFESSOR, devidamente matriculado sob a matrícula 920, referente ao período aquisitivo de 01/10/2014 a 30/09/2015.

CLEBER ALLAN VICENTE, inscrito no CPF sob o nº 913.004.101.59, servidor no cargo de MOTORISTA, devidamente matriculado sob a matrícula 299, referente ao período aquisitivo de 01/04/2015 a 30/03/2016.

CHAIANE SQUENA VICENTE, inscrita no CPF sob o nº. 015.045.231. 48, servidora no cargo de PROFESSORA, devidamente matriculada sob a matrícula 2276, referente ao período aquisitivo de 04/02/2016 a 03/02/ 2017.

CRISTINA APARECIDA DA SILVA, inscrita no CPF: 003.730.391.07, Servidora no cargo APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO, devidamente matriculada sob a matrícula 1119, referente ao período aquisitivo de 01/05/2015 a 30/04/2016

DIRCE APARECIDA DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº. 862.606.851. 49, servidora no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO, devidamente matriculada sob a matrícula 08, referente ao período aquisitivo de 01/07/2015 a 30/06/2016.

ENEUZA JOAQUINA SILVA MENEZES, inscrita no CPF sob o nº. 414. 101.305.68, servidora no cargo de PROFESSORA, devidamente matriculada sob a matrícula 146, referente ao período aquisitivo de 03/03/2016 a 02/03/2017.

GEISA QUITERIA RODRIGUES ALVES NITSCHI, inscrita no CPF sob o nº 571.321.271.87, servidora no cargo de PROFESSORA, devidamente matriculada sob a matrícula 869, referente ao período aquisitivo de 03/11/ 2015 a 02/11/2016.

JOAQUIM GOMES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº. 410.800.929.00, servidor no cargo de PROFESSOR, devidamente matriculado sob a matrícula 145, referente ao período aquisitivo de 03/03/2016 a 02/03/2017.

LUCIA LIDIA DOCIAT, inscrita no CPF sob o nº. 829.053.809.00, servidora no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO, devidamente matriculada sob a matrícula 114, referente ao período aquisitivo de 04/03/2015 a 03/03/2016.

LUCIMAR DE FATIMA GABRIEL DE ARAUJO, inscrita no CPF sob o nº. 411.389.451.53, servidora no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO, devidamente matriculada sob a matrícula 845, referente ao período aquisitivo de 03/09/2015 a 02/09/2016.

MARIA CONSOLACAO TEIXEIRA DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº. 010.279.901.69, servidora no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO, devidamente matriculada sob a matrícula 846, referente ao período aquisitivo de 03/09/2015 a 02/09/2016.

SIMONE PEREIRA DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 767.023.911. 53 servidora no cargo de PROFESSORA, devidamente matriculada sob a matrícula 867 referente ao período aquisitivo de 03/09/2015 a 02/09/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2017.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
PORTARIA Nº 013/2017

De 02 de Janeiro de 2017.

"Dispõe sobre concessão de Férias, e dá outras providências".

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o artigo 69 da LC n. º 004/2001 para o período de 01/01/2017 a 30/01/2017 aos servidores:

LUIZ AFONSO MALLMANN, inscrito no CPF: sob o n°019.273.518.71, servidor no cardo de PROFESSOR, devidamente matriculado sob a matricula 23, referente ao período aquisitivo de 01/02/2016 a 31/01/2017.

MARIA SONIA DA CRUZ SILVA DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº. 905.958.901.72, servidora no cargo de APOIO ADMNISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (MERENDEIRA), devidamente matriculada sob a matrícula 1023, referente ao período aquisitivo de 13/02/2016 a 12/02/2017.

ROSELI FAVA MALLMANN, inscrita no CPF sob o nº. 366.114.681.53, servidora no cargo de PROFESSORA devidamente matriculada sob a matrícula 107, referente ao período aquisitivo de 03/03/2016 a 02/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2017.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
1º ADITIVO CONTRATO 037/2016

EXTRATO DE ADITIVO AO

CONTRATO 037/2016

1º ADITIVO

(EXECUÇÃO E VIGÊNCIA)

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**CONSTRUTORA GLOBAL E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 11.056.755/0001-24, com sua sede na Rua dos Tuiuiús, 450, Cotrel, Guarantã do Norte/MT, neste ato representada pela sua Sócia proprietária Sra. ELAINE RODRIGUES PINTO, portadora da Cédula de Identidade RG nº 0721305-0 SSP/MT e do CPF nº 036.414.126-33**
Objeto	**Prorrogação do prazo de VIGENCIA e EXECUÇÂO por um período de 120(cento e vinte) dias**
Prazos	* **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 30/04/2017 a contar de 31/12/2016; * **PRAZO DE EXECUÇÃO**: 19/04/2017 a contar de 20/12/2016
Dotação Orçamentária	***187 - 09001267820012106344905***1 **Recursos de convênio nº 0674 e 0673 ambos de 2016 Concedente SECID**
Origem	**Tomada de Preços 004/2016.**

Novo Mundo/MT, 09 de Dezembro de 2016.

Jose Helio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
6º ADITIVO CONTRATO 022/2014

EXTRATO DE ADITIVO

DE CONTRATO

CONTRATO Nº 022/2014

6º Termo Aditivo

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	Empresa **VITOR HUGO PEREIRA - 90653742134,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 20.615.716/0001-00, NIRE 51-8-0094595-8, com sede na Av. Ayrton Senna, s/nº, Centro, na cidade de Novo Mundo/MT, neste ato representada pelo **Sr. Vitor Hugo Pereira,** portador da Carteira de Identidade RG nº 10847138 SSP/MT e inscrito no CPF nº 906.537.421-34, residente e domiciliado, na cidade de Novo Mundo/MT
Objeto	* Prorrogar os prazos de **VIGÊNCIA e EXECUÇÃO**, por 12(doze) meses, ou seja, de 02/01/2017 a 31/12/2017 **para a prestação de serviços técnicos para preparação de documentos de apoio administrativo em atendimento a Lei 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal na Prefeitura Municipal de Novo Mundo – MT.** *** Suprimir do valor contratual a quantia de R$ 870,00 (oitocentos e setenta reais) mensais, ou seja, passara o presente contrato ter o valor global de R$ 51.600,00(cinquenta e um mil e seiscentos reais) divididos em 12 pagamentos mensais e iguais de R$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais) cada, a serem pagos até o 5º dia útil de cada mês, subsequente a prestação dos serviços.**

Novo Mundo/MT, 26 de Dezembro 2016.

Jose Helio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
8º ADITIVO CONTRATO 036/2016

EXTRATO DE ADITIVO

DE CONTRATO

CONTRATO Nº 067/2012

8º Termo Aditivo

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratado	**Raphael Dutra Lopes,** brasileiro, médico, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.588.574 SSP/ES e do CPF sob o nº 115.961.487-30
Objeto	Prorrogar os prazos de **VIGÊNCIA e EXECUÇÃO**, por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2017 a 31/12/2017.
Prazo de Aditivo	Prorrogação por 12(doze) meses, ou seja, de 01/01/2017 a 31/12/2017

Novo Mundo/MT, 26 de Dezembro 2016.

Jose Helio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
1º ADITIVO CONTRATO 036/2016

EXTRATO DE ADITIVO AO

CONTRATO 036/2016

1º ADITIVO

(EXECUÇÃO E VIGÊNCIA)

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**PANTANAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA -ME, CNPJ nº. 13.508.359/0001-16, com sede na Av. Caio nº 268, centro, na cidade de Arenápolis-MT, neste ato representado pelo seu sócio proprietário Sr. Luiz Carlos Marconi, portador da CI/RG nº. 2845075-2 SSP/MT e CPF/MF nº. 206.631.021-20, residente e domiciliado na cidade de Arenápolis-MT**
Objeto	**Prorrogação do prazo de VIGENCIA e EXECUÇÂO**
Prazos	Prorrogar o prazo de **VIGÊNCIA e EXECUÇÃO** do contrato, nas seguintes condições: * **PRAZO DE VIGÊNCIA**: Em 178(CENTO E SETENTA E OITO) dias, a contar de 06/12/2016 com encerramento em **04/06/2017**; * **PRAZO DE EXECUÇÃO**: Em 150(CENTO E OITENTA) dias, a contar de 06/12/2016 com encerramento em **04/06/2017**;

Novo Mundo/MT, 01 de Dezembro de 2016.

Jose Helio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO 01

ESTADO DE MATO GROSSO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ANEXO 1 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
EXERCICÍO DE 2016
Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Adendo II à Portaria SOF/SEPLAN/PR n° 08, de 04 de Fevereiro de 1985 — R$ 1,00

RECEITA	R$	R$	DESPESA	R$	R$
RECEITAS CORRENTES			**DESPESAS CORRENTES**		**985.919,20**
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	682.347,51	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	303.571,69	
Déficit		**985.919,20**			
Total		**985.919,20**	**Total**		**985.919,20**
			Déficit do Orçamento Corrente		**985.919,20**
RECEITAS DE CAPITAL			**DESPESAS DE CAPITAL**		**11.646,00**
			INVESTIMENTOS	11.646,00	
Déficit		**997.565,20**			
Total		**997.565,20**	**Total**		**997.565,20**

RESUMO - COM TRANSFERÊNCIAS

Receitas Correntes		Despesas Correntes	985.919,20
Receitas de Capital		Despesas de Capital	11.646,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	997.565,20		
	997.565,20		
TOTAL	997.565,20	TOTAL	997.565,20

SEMILDO ROGERIO HOBOLD
PRESIDENTE

NELCIMAR ALVES LIMA
PRIMEIRO SECRETARIO

ROSANA MARIA BIAZOTTO
CRC MT 011183/0-O

Agili Softwares para Area Publica - (66)545-4100

Página 1

CONVENIOS E CONTRATOS
2º ADITIVO CONTRATO 017/2016

EXTRATO 2ª ADITIVO

DE PRAZO

CONTRATO Nº 017/2016

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**R. RIMER H. GUAYAO - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o CNPJ n° 22.575.803/0001-07, com sede na Travessa dos Engazeiros, nº 36, Centro, município de Guarantã do Norte/MT**
Objeto	**Prorrogação de prazo de vigência e execução por um período de 02 (dois) meses a contar de 01/01/2017 a 28/02/2017.**

Novo Mundo/MT, 26 de Dezembro 2016.

Jose Helio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO 02

ESTADO DE MATO GROSSO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DESPESAS POR ÓRGÃO/CONSOLIDAÇÃO GERAL
EXERCÍCIO DE 2016
Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

(Adendo **III**, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) R$ 1,00

DESPESAS POR ÓRGÃO

Órgão: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

				NATUREZA DA DESPESA
CÓDIGO	***ESPECIFICAÇÃO***	***ELEMENTO***	***GRUPO DE DESPESA***	***CATEGORIA ECONÔMICA***
3000.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			985.919,20
3100.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		682.347,51	
3190.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS			
3190.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	587.994,82		
3190.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	58.035,16		
3191.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS			
3191.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	36.317,53		
3300.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		303.571,69	
3390.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS			
3390.14.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	150,00		
3390.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	92.380,12		
3390.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO			
3390.36.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	88.845,33		
3390.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	122.196,24		
4000.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			11.646,00
4400.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		11.646,00	
4490.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS			
4490.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES			
4490.52.00.00.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	11.646,00		
			TOTAL	**997.565,20**

RESUMO:

ORGÃO	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**
01	CAMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO	997.565,20
	Interferencias Financeiras	0,00
	TOTAL GERAL	**997.565,20**

SEMILDO ROGERIO HOBOLD
PRESIDENTE

NELCIMAR ALVES LIMA
PRIMEIRO SECRETARIO

ROSANA MARIA BIAZOTTO
CRC MT 011183/0-O

Agili Softwares para Area Publica - (66)545-4100

Página 1
Homologado

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO 06

ESTADO DE MATO GROSSO -

CNPJ: 01.623.513/0001-11

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2016

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) em R$

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 01 CAMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

CÓDIGO	*ESPECIFICAÇÃO*	*PROJETOS*	*ATIVIDADES*	*ESPECIAIS*	*TOTAL*
01	LEGISLATIVA	11.646,00	985.919,20		997.565,20
01 031	ACAO LEGISLATIVA	11.646,00	985.919,20		997.565,20
01 031 0001	PROCESSO LEGISLATIVO	11.646,00	985.919,20		997.565,20
01 031 0001 1001	AQUISICAO EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	11.646,00			11.646,00
01 031 0001 1002	CONSTRUCAO PREDIO CAMARA MUNICIPAL				
01 031 0001 2001	MANUTENCAO DO GAB. PRESIDENTE		985.919,20		985.919,20
	TOTAL	11.646,00	985.919,20		997.565,20

TOTAL	997.565,20
TOTAL INTERFERENCIAS FINANCEIRAS (EGRESSO)	
TOTAL GERAL	997.565,20

SEMILDO ROGERIO HOBOLD
PRESIDENTE

NELCIMAR ALVES LIMA
PRIMEIRO SECRETARIO

ROSANA MARIA BIAZOTTO
CRC MT 011183/0-O

Emissão: 06/01/2017 14:20:04 Página 1

Homologado

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO 07

ESTADO DE MATO GROSSO -
CNPJ: 01.623.513/0001-11
ANEXO 7 DA LEI 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2016

(Adendo VI, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) em R$

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETO E ATIVIDADE

CÓDIGO	*DESCRIÇÃO*	*PROJETOS*	*ATIVIDADES*	*ESPECIAIS*	*TOTAL*
01	LEGISLATIVA	11.646,00	985.919,20		997.565,20
01 031	ACAO LEGISLATIVA	11.646,00	985.919,20		997.565,20
01 031 0001	PROCESSO LEGISLATIVO	11.646,00	985.919,20		997.565,20
01 031 0001 1001	AQUISICAO EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	11.646,00			11.646,00
01 031 0001 1002	CONSTRUCAO PREDIO CAMARA MUNICIPAL				
01 031 0001 2001	MANUTENCAO DO GAB. PRESIDENTE		985.919,20		985.919,20
	TOTAL	**11.646,00**	**985.919,20**	**0,00**	**997.565,20**
	TOTAL INTERFERENCIAS FINANCEIRAS (EGRESSO)				**0,00**
	TOTAL GERAL				**997.565,20**

SEMILDO ROGERIO HOBOLD
PRESIDENTE

NELCIMAR ALVES LIMA
PRIMEIRO SECRETARIO

ROSANA MARIA BIAZOTTO
CRC MT 011183/0-O

Emissão: 06/01/2017 14:20:51

Agili Softwares para Area Publica - (66)545-4100

Página 1

CAMARA MUNICIPAL
MUTACOES DO PATRIMONIO

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO
CAMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Dezembro/2016

Data de emissão: 06/01/2017

Exercício: 2016

P. Contas: PCASP-MT

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimônial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Ex. Anterior							**518.601,00**		**518.601,00**
Ajustes de Exercícios Anteriores									
Aumento de Capital							70.020,62		70.020,62
Resultado do Exercício							588.621,62		588.621,62
Constituição/ Reversão de Reservas									
Dividendos									
Saldo Final Ex. Anterior Saldo Inicial Ex. Atual							**588.621,62**		**588.621,62**
Ajustes de Exercícios Anteriores									
Aumento de Capital									
Resultado do Exercício							588.621,62		588.621,62
Constituição / Reversão de Reservas									
Dividendos									
Saldo Final Ex. Atual							**588.621,62**		**588.621,62**

SEMILDO ROGERIO HOBOLD
PRESIDENTE

NELCIMAR ALVES LIMA
PRIMEIRO SECRETARIO

ROSANA MARIA BIAZOTTO
CRC MT 011183/0-O

Emissão: 06/01/2017 14:23:01 Página 1

Homologado

CAMARA MUNICIPAL
VARIACOES PATRIMONIAIS

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO

CAMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**997.565,20**	**894.600,00**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		
IMPOSTOS		
TAXAS		
CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUIÇÕES		
CONTRIBUICOES SOCIAIS		
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO		
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA		
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		
VENDA DE MERCADORIAS		
VENDA DE PRODUTOS		
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA		
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**997.565,20**	**894.600,00**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	997.565,20	894.600,00
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS		
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS		
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS		
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS		
REAVALIACAO DE ATIVOS		
GANHOS COM ALIENACAO		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR NASCIMENTOS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS APREENDIDOS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR PRODUCAO		
OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS		
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES		
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS		
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		

Emissão: 06/01/2017 14:24:51 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO

CAMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2016

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**1.013.464,16**	**824.579,38**
PESSOAL E ENCARGOS	**682.347,51**	**616.953,78**
REMUNERACAO A PESSOAL	587.994,82	533.929,69
ENCARGOS PATRONAIS	94.352,69	83.024,09
BENEFICIOS A PESSOAL		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		
APOSENTADORIAS E REFORMAS		
PENSOES		
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA		
BENEFICIOS EVENTUAIS		
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA		
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS		
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**331.114,96**	**207.625,60**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	92.380,12	
SERVICOS	211.189,88	181.192,13
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	27.544,96	26.433,47
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**1,69**	
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	1,69	
JUROS E ENCARGOS DE MORA		
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS		
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS		
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS		
PERDAS COM ALIENACAO		
PERDAS INVOLUNTARIAS		
INCORPORACAO DE PASSIVOS		
DESINCORPORACAO DE ATIVOS		
TRIBUTÁRIAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUICOES		
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS		
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS		
CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PREMIACOES		
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES		
INCENTIVOS		
SUBVENCOES ECONOMICAS		
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES		
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES		

Emissão: 06/01/2017 14:24:51 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO

CAMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2016

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**1.013.464,16**	**824.579,38**
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Resultado Patrimonial do Período	**-15.898,96**	**70.020,62**

Emissão: 06/01/2017 14:24:51 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO

CAMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	11.646,00	13.179,74
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		

SEMILDO ROGERIO HOBOLD
PRESIDENTE

NELCIMAR ALVES LIMA
PRIMEIRO SECRETARIO

ROSANA MARIA BIAZOTTO
CRC MT 011183/0-O

Emissão: 06/01/2017 14:24:51 Página 4

Homologado

CONVENIOS E CONTRATOS
2º ADITIVO CONTRATO 041/2016

EXTRATO 2º ADITIVO

prazo de

VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

CONTRATO Nº 041/2016

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**

Contratada	***BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n° 18. 093.163/0001-21, com sede na Rod. BR 376, KM 188, S/Nº, Jardim Santa Izabel, Marialva/PR, CEP 86.990-000, neste ato representada pelo seu sócio proprietário Sr. FRANK SIELD SIDNEY BELLAN, portador da carteira de identidade n° 9.551.829-0 SSP/PR, e do CPF sob o n° 054.975.109-22***
Objeto	**Prorrogar o prazo de VIGÊNCIA e EXECUÇÃO do contrato por mais 25(vinte e cinco) dias, ou seja, de 05/12/2016 a 29/12/2016.**

Novo Mundo/MT, 01 de Dezembro 2016.

Jose Helio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
2º ADITIVO CONTRATO 05/2016

EXTRATO DE ADITIVO

DE CONTRATO

CONTRATO Nº 05/2016

2º Termo Aditivo

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**NILSON L. RODRIGUES TURISMO ME**, CNPJ/MF sob o nº 17. 634.543/0001-63, Inscrição Estadual sob nº 13.479.739-6, Rua da Saudade, s/nº, Setor Industrial, Guarantã do Norte/ MT, Representada neste ato por seu proprietário Sr. NILSON LINHARES RODRIGUES, portador do CPF nº 406.992. 501-53
Objeto	**O presente TERMO ADITIVO tem como objetivo, prorrogar a VIGÊNCIA e EXECUÇÂO do presente contrato administrativo, a fim de prosseguir com os serviços para TRANSPORTE ESCOLAR DURANTE O 1º SEMESTRE do ANO LETIVO DE 2017, ou seja, de 10/02/2017 a 10/08/2017.**
Prazo de Aditivo	de **10/02/2017 a 10/08/2017.**

Novo Mundo/MT, 16 de Dezembro 2016.

Jose Helio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
PORTARIA Nº 011/2017

De 02 de Janeiro de 2017.

"Dispõe sobre concessão de Férias, e dá outras providências".

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o artigo 69 e 70 da LC n.º 004/2001 para o período de 01/01/2017 a 30/01/2017 aos servidores:

SEBASTIAO EDGAR OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 312.556.982. 68, servidor no cargo de PROFESSOR, devidamente matriculado sob a matrícula 41, referente ao período aquisitivo de 01/07/2015 a 30/06/2016.

LAUCILIA PEREIRA DUTRA, inscrita no CPF sob o nº. 167.017.278.32, servidora no cargo de PROFESSORA, devidamente matriculada sob a matrícula 127, referente ao período aquisitivo de 03/03/2016 a 02/03/2017.

DARLENE ZAMBIASI, inscrita no CPF sob o nº. 458.891.041.87, servidora no cargo de PROFESSORA, devidamente matriculada sob a matrícula 07, referente ao período aquisitivo de 01/07/2016 a 30/06/2017.

DIRLENE INES VUADEM, inscrita no CPF sob o nº. 581.621.351.20, servidora no cargo de PROFESSORA, devidamente matriculada sob a matrícula 77, referente ao período aquisitivo de 03/03/2016 a 02/03/2017.

VALDEMIR BARANOSKI, inscrito no CPF sob o nº. 667.580.251.87, servidor no cargo de PROFESSOR, devidamente matriculado sob a matrícula 45, referente ao período aquisitivo de 01/07/2015 a 30/06/2016.

LUCILENE SOBOLESKI DAROS, inscrita no CPF sob o nº. 005.136. 151.56, servidora no cargo de APOIO ADMNISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO,, devidamente matriculada sob a matrícula 887, referente ao período aquisitivo de 12/09/2014 a 11/09/2015.

LUCIANA MARTINELLO, inscrita no CPF sob o nº975.206.241.53, servidora Efetiva no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO, devidamente matriculada sob a matrícula 123, referente ao período aquisitivo de 05/03/2016 a 04/03/2017.

MARIA EDIME DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº. 862.783.981.68, servidora no cargo de APOIO ADMNISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO, devidamente matriculada sob a matrícula 29, referente ao período aquisitivo de 01/07/2016 a 30/06/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2017.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
PORTARIA Nº. 018/2017.

De 02 de Janeiro de 2017.

"Dispõe sobre transferência de lotação de servidores para adequação de fontes de recursos, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º. TRANSFERIR de lotação os servidores abaixo relacionados para adequação das fontes de recursos segundo normas do STN:

Mat.	Servidor	Da:	Para:
023	Luiz Afonso Mallmann	Secretaria de Administração	Secretaria de Educação

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 02 de Janeiro de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
PORTARIA Nº 014/2017

De 02 de Janeiro de 2017.

"Dispõe sobre concessão de Férias, e dá outras providências".

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o artigo 69 e 70 da LC n.º 004/2001 para o período de 01/01/2017 a 30/01/2017 aos servidores:

EDNA RODRIGUES DA SILVA PEDRETE, inscrita no CPF sob o nº 667. 740.632.68, servidora no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO, devidamente matriculada sob a matrícula 1141, referente ao período aquisitivo de 02/06/2015 a 01/06/2016.

HELTER ALEXANDRE BORGA DE MELLO, inscrito no CPF sob o nº. 941.619.091.87, servidor no cargo de PROFESSOR, devidamente matriculado sob a matrícula 2213, referente ao período aquisitivo de 05/07/2015 a 04/07/2016.

FRANCISCO VIEIRA NASCIMENTO, inscrito no CPF sob o nº. 939.933. 661.15, servidor no cargo de PROFESSOR, devidamente matriculado sob a matrícula 213, referente ao período aquisitivo de 01/01/2016 a 31/12/ 2016..

NAIR PEZZINI , inscrita no CPF sob o nº. 295.880.491.72, servidora no cargo de PROFESSORA, devidamente matriculada sob a matrícula 34, referente ao período aquisitivo de 03/03/2016 a 02/03/2017.

WENDEL CARVALHO MARQUES, inscrito no CPF sob o nº. 187.583. 628.43, servidor no cargo de PROFESSOR, devidamente matriculado sob a matrícula 956, referente ao período aquisitivo de 01/11/2015 a 31/10/ 2016.

NEUZA BERNARDO DA SILVA VILCZAK, inscrita no CPF sob o nº. 514. 544.241.68, servidora no cargo de PROFESSSORA, devidamente matriculada sob a matrícula 150, referente ao período aquisitivo de 03/03/2016 a 02/03/2017.

MARIA APARECIDA FERREIRA BESSA, inscrita no CPF sob o nº. 703. 557.701.72, servidora no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO, devidamente matriculada sob a matrícula 903, referente ao período aquisitivo de 26/09/2015 a 25/09/2016.

JILQUIMBERGUE HOLSBAK MOREIRA, inscrito no CPF sob o nº. 650. 616.831.53, servidor no cargo de PROFESSOR, devidamente matriculada sob a matrícula 15, referente ao período aquisitivo de 01/07/2016 a 30/06/ 2017.

JOSE EUZEBIO SANTANA, inscrito no CPF sob o nº488.702.261.1 servidor no cargo de PROFESSOR, devidamente matriculada sob a matrícula 018, referente ao período aquisitivo de 01/07/2015 a 30/06/2016.

MARISA SANCHES, inscrita no CPF sob o nº. 390.181.802.20, servidora no cargo de PROFESSSORA, devidamente matriculada sob a matrícula 84, referente ao período aquisitivo de 03/03/2016 a 02/03/2017.

NAIR MARIA NONNEMACHER POSSEBON, inscrita no CPF sob o nº. 979.892.661.72, servidora no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO, devidamente matriculada sob a matrícula 128, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017.

SILEIDE OLIVEIRA DE MATOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 768. 437.691.87, servidora cargo de professora, devidamente matriculada sob o nº 042, eferente ao período aquisitivo de 02/08/2016 á 01/07/2017.

RUTH FERREIRA BORGA, inscrita no CPF sob o nº. 176.903.741.15, servidora no cargo de PROFESSOR, devidamente matriculado sob a matrícula 153, referente ao período aquisitivo de 03/03/2016 a 02/03/2017.

JAQUELINE MORENO, inscrita no CPF sob o nº. 877.938.811.68, servidora no cargo de PROFESSOR, devidamente matriculado sob a matrícula 013, referente ao período aquisitivo de 14/02/2016 a 13/02/2017.

MARISA FATIMA GROSS inscrita no CPF sob o nº. 535.887.031.87, servidora no cargo de PROFESSSORA, devidamente matriculada sob a matrícula 32, referente ao período aquisitivo de 13/02/2016 a 12/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2017.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
PORTARIA Nº 015/2017

De 02 de Janeiro de 2017.

"*Dispõe sobre concessão de Férias, e dá outras providências".*

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o artigo 69 da LC n. º 004/2001 para o período de 01/01/2017 a 30/01/2017 aos servidores:

BEATRIZ APARECIDA MARIANI, inscrita no CPF sob o nº. 899.695.961. 87, servidora no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO, devidamente matriculada sob a matrícula 848, referente o período aquisitivo 03/09/2015 a 02/09/2016.

EVANGELISTA PEREIRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 089.108. 552.1578, no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO (VIGIA), matriculado sob o nº 1095, referente o período aquisitivo de 03/ 03/2015 á 02/03/2016.

DENISE BORTOLOZZO DALAZEN, inscrita no CPF sob o nº. 534.183. 109-82, servidora no cargo de Técnico Administrativo Educacional, devidamente matriculada sob a matrícula 75, referente ao período aquisitivo de 03/03/2015 A 02/03/2016

JOZENETTE DE FATIMA FIGUEIREDO RODRIGUES, inscrita no CPF sob o nº. 021.426.223.56, servidora no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, devidamente matriculada sob a matrícula 978, referente ao período aquisitivo de 01/01/2016 a 31/12/2016.

ROSINETE FERREIRA MARTINS, inscrita no CPF nº 899.925.631-68, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO,** matriculada sob o nº 88, referente ao período aquisitivo de 04/03/2015 a 03/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2017.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
PORTARIA Nº 016/2017

De 02 de Janeiro de 2017.

"*Dispõe sobre concessão de Férias, e dá outras providências".*

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o artigo 69 da LC n. º 004/2001 para o período de 01/01/2017 a 30/01/2017 aos servidores:

APARECIDA DA SILVA ANANIAS, portadora do CPF nº 848.786.221-72, nomeada para o cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO,** matriculado no DRH sob o nº 49, referente ao período aquisitivo de 01/05/2015 a 30/04/2016.

ALINE DE SOUZA BARBOSA, portadora do CPF nº 650.770.241-20, nomeada para o cargo de Professora matriculada no DRH sob o nº 933, referente ao período aquisitivo de 01/10/2015 a 30/09/2016.

ANTONIO ALVES DE LIMA, portador do CPF nº 011.575.541.13, servidor no cargo de MOTORISTA, devidamente matriculado sob a matrícula 2217, referente ao período aquisitivo de 11/07/2015 a 10/07/2016.

AZONILTON FERNANDES DIAS,portador do CPF nº 260.751.878-47, nomeada para o cargo de Motorista matriculado no DRH sob o nº 2216, referente ao período aquisitivo de 02/07/2015 a 01/07/2016.

BERNADETE DAUFENBACH,portadora do CPF nº 688.815.849-72, nomeada para o cargo de Professora, matriculado no DRH sob o nº 868, referente ao período aquisitivo de 03/09/2015 a 02/09/2016.

CILVANE DE FATIMA CABRAL, portadora do CPF nº 811.640.179-34, nomeada para o cargo de Apoio Administrativo Educacional Profissionalizante, matriculada no DRH sob o nº 921, referente ao período aquisitivo de 01/10/2015 a 30/09/2016

DARLI SIQUEIRA MARTINS BALBINO portadora do CPF nº 828.647. 561-53, nomeada no cargo de Apoio Administrativo Educacional Profissionalizado, matriculada no DRH sob o nº 893, referente ao período aquisitivo de 17/09/2015 a 16/09/2016.

ELOIZA DE BARROS COELHO,portadora do CPF nº 534.463.646-68, nomeado (a) para o cargo de Professora, matriculada no DRH sob o nº 2257, referente ao período aquisitivo de 24/10/2015 a 22/10/2016.

EDIR SALETE BENINCA SAVEGNAGO,portadora do CPF nº 325.698. 310-34, nomeada para o cargo de **Professora,** matriculada no DRH sob o nº 934, referente ao período aquisitivo de 01/10/2015 a 30/09/2016.

EDNEUSA DUARTE DOS SANTOS DE MORAIS, portadora do CPF nº. 523.268.291.15, nomeada no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, devidamente matriculada sob a matrícula 904, referente ao período aquisitivo de 26/09/2015 a 25/09/2016.

ELISANGELA MACHADO ,portadora do CPF nº 531.785.991-34, nomeada para o cargo de **Professora,** matriculada no DRH sob o nº970, referente ao período aquisitivo de 26/11/2015 a 25/11/2016.

IVONETE MARIA ANTONIO portadora do CPF nº 255.202.332-53, nomeada para o cargo de **Professora,** matriculado no DRH sob o nº 011, referente ao período aquisitivo de 14/02/2016 A 13/02/2017.

INES MARIA MARMITT ENGELMANN, portadora do CPF nº 977.702. 050-34, nomeada para o cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO** matriculado no DRH sob o nº 189, referente ao período aquisitivo de 02/05/2016 a 01/05/2017.

ISMAEL MACHADO, portador do CPF nº 035.822.781-07, nomeado para o cargo de Motorista matriculada no DRH sob o nº 925, referente ao período aquisitivo de 20/09/2016 a 19/09/2017.

LUIS CARLOS SANCHES, portador do CPF: n° 355.696.202.06, nomeado no cargo de **PROFESSOR,** matriculado no DRH sob o n° 24, referente ao período aquisitivo de 15/08/2015 a 14/08/2016.

LUZIA SOBOLESKI, portadora do CPF nº 001.612.371-93, nomeada no cargo **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO,** matriculada no DRH sob o nº 886, referente ao período aquisitivo de 01/01/2016 A 31/12/2016.

LENIR DE FATIMA PAIVA , portadora do CPF nº 005.685. 901-55,nomeada para o cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO,** matriculada no DRH sob o nº 195, referente ao período aquisitivo de 01/05/2015 a 30/04/2016.

JUSTINA SALETE ZAMBIASI, Portadora do CPF sob o nº 895.877.741. 91, nomeada no cargo de **Apoio Administrativo Educacional Profissionalizado**, devidamente matriculada sob o nº 19, referente o período aquisitivo de 01/07/2016 Á 30/06/2017.

JOELMA FEITOSA DE SOUZA, portadora do CPF nº 914.584.391-00, nomeada para o cargo de **TÉCNCO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL** matriculada no DRH sob o nº 927, referente ao período aquisitivo de 01/ 10/2015 a 30/09/2016.

JOEL FRATA,portador do CPF nº950.278.821-49, nomeado para o cargo de Motorista matriculado no DRH sob o nº2207, referente ao período aquisitivo de 02/07/2015 a 01/07/2016.

JOSÉ ADALBERTO RIBEIRO SANTOS,portador do CPF nº 241.017. 371-34, nomeado para o cargo de Motorista matriculado no DRH sob o nº 2215, referente ao período aquisitivo de 02/07/2015 a 01/07/2016.

MARCELIO JOSE ACOSTA MONTES,portador do CPF nº 604.41.. 901-49, nomeado para o cargo de Motorista matriculado no DRH sob o nº 929, referente ao período aquisitivo de 01/10/2015 a 30/09/2016

MARIA CECÍLIA SCONHETZKI MAGNANI, portadora do CPF nº 004.564. 489-69, nomeada para o cargo de **Professora,** matriculada no DRH sob o nº 866, referente ao período aquisitivo de 03/09/2015 A 02/09/2016.

MARIA ELISANGELA DE ALMEIDA, portadora do CPF nº 949.630. 371-49, nomeada para o cargo de **Professora** matriculada no DRH sob o nº 1091, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 A 28/02/20017.

MARIA ROSA LEITE, portadora do CPF nº 537.919.831-72, nomeada para o cargo de **Professora,** matriculada no DRH sob o nº 083, referente ao período aquisitivo de 03/03/2016 a 02/03/2017.

MARLEI MARTELO SOBOLESKE, portadora do CPF nº 814.599.471-34, nomeada para o cargo de **Professora,** matriculada no DRH sob o nº 124, referente ao período aquisitivo de 03/03/2016 A 02/03/2017.

ODETE MARTINS BALBINO, portadora do CPF: 724.004.719.91, nomeada para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional Profissionalizado**, devidamente matriculada sob o nº 852 referente ao período aquisitivo de 03/09/2014 a 02/09/2015.

RONALDO FAUSTINO DA SILVA,portador do CPF nº 005.016.841-07, nomeado para o cargo de Apoio Administrativo Educacional Profissionalizante matriculado ,no DRH sob o nº 2219, referente ao período aquisitivo de 17/07/2015 A 16/07/2016.

SILVANA PEREIRA DA SILVA, portadora do CPF nº 559.886.001-20, nomeada para o cargo de **Professora,** matriculada no DRH sob o nº 043, referente ao período aquisitivo de 14/02/2016 a 13/02/2017.

SEBASTIANA SILVIA PININGA, portadora do CPF nº 002.868.081-29, nomeada para o cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO** matriculado no DRH sob o nº 849, referente ao período aquisitivo de 03/09/2015 a 02/09/2016.

TARCISIO JOSE REICHERT,portador do CPF nº 144.620.280-15, nomeado para o cargo de Apoio Administrativo Educacional Profissionalizado/ Motorista matriculado /no DRH sob o nº44 referente ao período aquisitivo de 01/07/2016 A 30/06/2017

TERESINHA APARECIDA ALVES FERREIRA, portadora do 497.792. 222.00 nomeada para o cargo de **Professora,** matriculada no DRH sob o nº097, referente ao período aquisitivo de 03/03/2013 a 02/03/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2017.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
PORTARIA Nº. 017/2017

De 2 de Janeiro de 2017.

"Exoneração á pedido de servidor em cargo de comissão e dá outras providências".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E:

Art. 1º EXONERAR, a Sr. **DAIANI LEITE DA SILVA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2257095-0 SSP/MT e devidamente inscrito no CPF sob nº. 039.882.351.05, do cargo de **COORDENADOR DE TRATAMENTO DE ÁGUA**, de provimento em comissão, símbolo DAS V, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e criado através da Lei Complementar nº 023/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 189/2016

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 11 de Agosto de 2016.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 08/2017

PORTARIA N.º 08, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação do Assessor Especial do Gabinete, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, **resolve**:

Art. 1º Nomear o Senhor GENIVALDO DOS SANTOS SILVA, portador do RG nº. 132.536.54/SSP-MT e CPF nº. 890.459.471-53,para exercer a função comissionada de Assessor Especial de Gabinete, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 02 de janeiro de 2017.

Adão Soares Nogueira - Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 09/2017

PORTARIA N.º 09, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação do Assessor Especial, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, **resolve**:

Art. 1º Nomear o Senhor ZILVAN FERNANDES COSTA, portador do RG nº. 455159/SSP-TO e CPF nº. 003.399.311-40,para exercer a função comissionada de Assessor Especial, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 02 de janeiro de 2017.

Adão Soares Nogueira - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 072 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 072 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a **Sra. LEDE CAITANO DE ARAÚJO**, inscrita no CPF sob o número 003.965.741-81 e portadora do RG de número 1472114-7, SSP/MT, para responder pelo cargo de **INSTRUTOR ESPORTIVO**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 04 de janeiro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01/2017. EDITAL DE RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **por meio da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado**, instituída através da Portaria nº 440/2016 de 29/12/2016, e, visando atender os princípios norteadores da Administração Pública, da legalidade, publicidade e impessoalidade, e, **CONSIDERANDO** que foram detectadas algumas inconformidades presentes no Edital de Abertura Nº 01/2017 do referido processo de seleção, torna público o que segue:

1 - RETIFICA-SE NA INTEGRA O ITEM 4 DO EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2017, CONFORME SEGUE:

4. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO E NOMEAÇÃO

4.1 O candidato, ao efetuar a inscrição, deverá ter ciência dos requisitos exigidos a seguir: a) Ter nacionalidade brasileira na forma estabelecida na Constituição Federal; b) Estar quite com as obrigações militares (quando sexo masculino); c) Estar quite com as obrigações eleitorais; d) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data de nomeação; e) Possuir escolaridade/requisitos exigida para o cargo que concorre; f) Não receber remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os

cargos acumuláveis previstos no artigo 37, inciso XVI da C.F; g) Não ter sido demitido ou exonerado do serviço público em consequência de processo administrativo. h) Apresentar Certidão de Antecedentes Criminais, emitida por Órgão competente; 4.2 No prazo de até **05 (cinco) dias** a contar da publicação da Nomeação na Imprensa Oficial, o candidato deverá apresentar original e fotocópia dos seguintes documentos: a) Cédula de Identidade – (RG); b) Cadastro de Pessoa Física (CPF). c) Certidão de Casamento ou Nascimento; d) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos (se for o caso); e) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 06 anos (se for o caso); f) Título de Eleitor; g) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino); h) Comprovante de Escolaridade de acordo com a vaga pretendida; i) Cartão do PIS/PASEP (se houver); j) Comprovante de residência atualizado em nome do candidato ou declaração de residência; k) 01 (uma) foto 3x4 recente; l) Certidão de antecedentes criminais (www.dpf.gov.br – Federal); m) Certidão de nada consta (www.tjmt.jus.br – Estadual); n) Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho; o) Número de conta corrente do Banco do Brasil; 4.3 O candidato que, na nomeação, não reunir os requisitos enumerados nos dois itens acima perderá o direito de nomeação. Pedra Preta, 06 de janeiro de 2017. **Eleine Carrijo Machado de Melo Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2017**

DECRETO Nº. 001/2017. DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a **CONVALIDAÇÃO** do ato de posse de Candidatos Aprovados no CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2016, para admissão ao Serviço Público Municipal, e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, **PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2016 ATRAVÉS DO DECRETO Nº. 045/2016 DE 29 DE ABRIL DE 2016;

CONSIDERANDO que a nomeação é o ato administrativo que precede a posse dos servidores públicos aprovado em concurso público e devidamente convocado, consoante Art. 14, §1° da Lei Municipal 075/1998;

CONSIDERANDO que os servidores discriminados no Art. 1° do presente decreto foram empossados e iniciaram efetivo exercício sem a publicação das respectivas nomeações, o que figura como uma irregularidade administrativa reparável;

CONSIDERANDO que ao passo que a legalidade, Art, 37, *caput* da CF/88, rege a atividade administrativa mas que também não se olvida que os atos enrustidos de vícios formais sanáveis podem, e devem, ser convalidados consoante entendimento unânime da jurisprudência e doutrina, com vistas principalmente à evitar prejuízos maiores à Administração Pública;

CONSIDERANDO que o princípio da segurança jurídica atua em favor da preservação dos efeitos dos atos administrativos, quando, por este meio, conferir-se mais estabilidade às relações jurídicas estabelecidas pelo Estado – pessoa jurídica que, dente outras prerrogativas, carrega a presunção de legitimidade de seus atos.

CONSIDERANDO que os servidores já empossados se encontram em efetivo exercício e atentos aos seus deveres e subordinados a Lei Municipal 075/1998, não se apresentando como razoável revogar-lhes a posse tendo em vista a necessidade premente de preencher os cargos ocupados.

DECRETA:

ARTIGO 1º **- Ficam convalidadas a posse e o exercício dos servidores, aprovados no Concurso Público Municipal 001/2016 e devidamente convocados, discriminados abaixo:**

ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEDE

CLASSF	Nº INSCRIÇÃO	NOME DOS CANDIDATOS	LOTAÇÃO
1º	0019540	Fabiana Ferreira de Souza Oliveira	Secretaria Municipal de Assitência Social
2º	001310	Tatiane Coelho Antunes	Secretaria Municipal de Assistência Social

ENGENHEIRO CIVIL - SEDE

CLASSF	Nº INSCRIÇÃO	NOME DOS CANDIDATOS	LOTAÇÃO
1º	001220	Thiago Junior Moreira Lima	Secretaria Municipal Viação e Obras Públicas

TÉCNICO EM RADIOLOGIA - SEDE

CLASSF	Nº INSCRIÇÃO	NOME DOS CANDIDATOS	LOTAÇÃO
2º	0013120	Edson Carpena Bertinetti	Secretaria Municipal de Saúde

ARTIGO 2º**- Fica considerada a data da posse como sendo o início do vínculo dos servidores com o Município de Pedra Preta-MT para todos os fins, servindo o presente decreto como nomeação.** ***ARTIGO 3º*** **-Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.**

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS 05 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PORTARIA Nº 051/2017. DE 05 DE JANEIRO DE 2.017.

Dispõe sobre nomeação das Professores para exercerem o cargo de Coordenadores Pedagógicos P*ró Tempore* e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, prefeito do município de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Nomear os Professores para exercerem a função de Coordenador Pedagógico para o Biênio de 2017/2018, nas Escolas Municipais abaixo relacionadas.

Antonia Aparecida Garcia

Raika Pereira dos Santos

Escola Dulce Meiry Silva Sabini

Claudionora Batista da Silva Alves

Centro de Educação Infantil Adriana Susi Milhomem Figueiredo da Silva

Lucélia dos Santos Soares

Escola Municipal Campos Sales I

Alisson Brito Lopes

Coordenadora Pedagógica Municipal de Projetos e Programas da SME.

Eleine Carrijo Machado de Melo

ART. 2º **-** Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 2.017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PORTARIA Nº 052/2017. DE 05 DE JANEIRO DE 2.017.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO do Servidor Público Municipal, e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica **NOMEADO** o Servidor Público Municipal o Senhor **JOÃO MARCOS CARRIJO AMORIM**, para ocupar o cargo em comissão de Chefe Departamento de Cultura, Esporte e Lazer, do Município de Pedra Preta - MT.

***ART.2º* -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 2.017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

ATA POSSE

Ata da Primeira Sessão Solene da Câmara Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, da Décima Legislatura, realizada ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, na Sede do Poder Legislativo, sito a Avenida Noda Guenko, n° 338, centro, com início às oito horas, para dar posse ao Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores eleitos para a gestão de dois mil e dezessete a dois mil e vinte. Para dar início a solenidade, o Senhor Laudir Martarello, até então, Presidente da Mesa Diretora, convidou para compor a Mesa: os Vereadores Lenildo Augusto da Silva e Semy Mendes de Freitas, membros da Mesa Diretora que ora finda; o Senhor Hernane Carneiro Gomes, representante do Executivo Municipal; o Senhor Sebastião Correia Sobrinho, Pastor da Igreja Assembleia de Deus local. Composta a Mesa, o Vereador Laudir Martarello declarou aberta a presente solenidade, e, amparado no disposto no parágrafo único do Artigo 85 do Regimento Interno da Casa, o Pastor Sebastião efetuou uma Mensagem bíblica. Na sequência, todos acompanharam a execução do Hino Nacional Brasileiro, seguido do Hino do Município de Pedra Preta. Em continuidade a solenidade, o Presidente declarou a tribuna livre para os Vereadores que terminaram o mandato fazer uso da palavra, momento em que fizeram uso da tribuna os Senhores: Fábio Trindade, Maria da Cruz Martins de Arruda. Na sequência, os Vereadores eleitos para o pleito que ora se inicia foram convidados nominalmente a ocuparem suas cadeiras, pela ordem: Antônio Ribeiro da Silva, Edson Deolindo Lima, Hélio de Farias, Iraci Ferreira de Souza, Laudir Martarello, Lenildo Augusto da Silva, Luciana Melo Heitor Duarte, Nancy Konno Tosta Bereta, Semy Mendes de Freitas, Valteir Rodrigues Gomes e Vanderlei Roberto Sartori. Assim sendo, de conformidade com os dispositivos regimentais e constitucionais, o Vereador Hélio de Farias foi convidado a assumir provisoriamente a Presidência frente aos trabalhos da presente Sessão. Assim sendo, o então Presidente declarou a tribuna livre ao ex-Presidente e Vereador Reeleito, Senhor Laudir Martarello, que fez uso da palavra e fez seus agradecimentos e felicitações. A sequir, o Presidente convidou para compor a, os Vereadores eleitos: Lenildo Augusto da Silva, Semy Mendes de Freitas e Antônio Ribeiro da Silva, sendo este para Secretariar os trabalhos. Composta a Mesa, o Presidente solicitou do Secretário Legislativo de Administração os Diplomas e as Declarações de Bens dos Vereadores eleitos a serem empossados. De posse dos documentos solicitados o Presidente convidou os Vereadores eleitos para, de pé, procederem ao compromisso regimental, assim sendo: “Prometo exercer com dedicação e lealdade o meu mandato, respeitando as Leis e promovendo o bem estar do povo de Pedra Preta”. Em seguida, o Presidente declarou empossados, para a Décima Legislatura, de dois mil e dezessete a dois mil e vinte, os onze Vereadores eleitos, pela ordem: Antônio Ribeiro da Silva, Edson Deolindo Lima, Hélio de Farias, Iraci Ferreira de Souza, Laudir Martarello, Lenildo Augusto da Silva, Luciana Melo Heitor Duarte, Nancy Konno Tosta Bereta, Semy Mendes de Freitas, Valteir Rodrigues Gomes e Vanderlei Roberto Sartori. Logo após, o Vereador Antônio Ribeiro da Silva procedeu a leitura do Termo de Posse e colheu as assinaturas dos Senhores Vereadores empossados. Em continuidade aos trabalhos, o Presidente solicitou ao Secretário de Administração os originais das Chapas concorrentes à eleição da nova Mesa Diretora. Assim sendo, o Secretário da Mesa apresentou a Chapa única “União Democrática”. Em seguida o momento foi destinado para a eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pedra Preta, para o Biênio dois mil e dezessete a dois mil e dezoito. E assim, pela ordem nominal os onze Vereadores proferiram verbalmente seus votos na tribuna. Terminada a votação, o Presidente declarou eleita a Chapa “União Democrática”, por unanimidades dos votos dos Senhores Vereadores da Câmara municipal, composta pelos Vereadores: Lenildo Augusto da Silva – Presidente; Valteir Rodrigues Gomes – Vice-Presidente; Antônio Ribeiro da Silva – Primeiro Secretário e Hélio de Farias – Segundo Secretário. A seguir, convidou o Presidente eleito, Vereador Lenildo Augusto da Silva, para assumir o seu lugar frente a Mesa Diretora. Assim sendo, o então Presidente convidou o Vice-Presidente, Vereador Valteir Rodrigues Gomes; o Primeiro Secretário, Vereador Antônio da Silva; e o Segundo Secretário, Vereador Hélio de Farias, a assumirem seus lugares de direito junto à Mesa Diretora. Concluídos os trabalhos relativos à posse e eleição da Mesa Diretora, o momento foi destinado para posse dos Prefeito e Vice-Prefeito. Sendo assim, os Vereadores: Laudir Martarello e Semy Mendes de Freitas conduziram o Prefeito eleito, Senhor Juvenal Pereira Brito e seu substituto legal, Senhor Luiz Cândido Rodrigues, ao recinto da Sessão, e estes entregaram ao Presidente seus Diplomas e suas Declarações de Bens. Em seguida o Presidente convidou a todos os presentes para, de pé, ouvirem o compromisso do Prefeito Eleito e de seu Vice, assim expresso: “Prometo cumprir e fazer cumprir a Lei Orgânica Municipal, as Leis da União, do estado, do Município, e exercer meu cargo sob a inspiração do Patriotismo, da Legalidade e da Honra”. Em seguida, O Presidente declarou empossados o Prefeito Municipal, Senhor Juvenal Pereira Brito, e seu Vice, Senhor Luiz Cândido Rodrigues, para a Décima legislatura, no período de dois mil e dezessete a dois mil e vinte. Assim sendo, o Secretário da Mesa efetuou a leitura do Termo de Posse do Prefeito e do seu Vice e colheu as respectivas assinaturas. A seguir, o Presidente declarou a tribuna livre, pela ordem, aos Vereadores: Antônio Ribeiro da Silva, Iraci Ferreira de Souza, Hélio de Farias, Laudir Martarello, Edson Deolindo Lima, Luciana Melo Heitor Duarte, Vanderlei Roberto Sartori, Nancy Konno Tosta Bereta, Valteir Rodrigues Gomes, Semy Mendes de Freitas e Lenildo Augusto da Silva; ao Vice-Prefeito, Luiz Cândido Rodrigues e, por fim, ao Prefeito Municipal, Senhor Juvenal Pereira Brito. Não havendo mais oradores, cumprida a finalidade da presente solenidade e não havendo nada mais a tratar, o

Presidente declarou encerrada a presente Sessão. E eu, Maria Aparecida Mendes de Freitas, digitei a presente Ata que segue assinada pelas autoridades e público presente. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
TERMO DE JURAMENTO E POSSE DOS VERADORES

TERMO DE JURAMENTO E POSSE

Ao primeiro dia do mês de Janeiro de dois mil e dezessete, as 10h00min (dez horas) nas dependências da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, situada nesta Cidade, na Avenida Lions Internacional Oeste nº 2021, nos termos das leis que regem a matéria, sob a presidência o vereador mais votado Sr. Alexsandro Manhaguanha, portador do Rg 1106953-8 SJ/MT e CPF nº 621.567.721-34, tomou posse PARA GESTÃO 2017/2020, Os Vereadores Senhores: Raimundo Irael Pires Oliveira, portador do Rg nº 120.360.56SJ/MT e CPF nº 593..086.641-49**,** Flavio Gomes da Silva, portador do Rg nº 1.143.248 SSP/TO e CPF nº 535.824.111-68, Joranir José Soares, portador do Rg nº 473.027SSP/MT. e CPF nº340.216.551.-15, Gilmar Santos de Sousa, portador do Rg nº 742.513 SSP/MT e CPF nº 559.152.641-15, Paulo Cezar Dendena, portador do Rg nº 946861 SSP/MT e CPF nº 593.678.221-20, Ambrósio Pereira Carvalho, Portador do Rg nº 182.0167-9 SSP/MT e do CPF nº 770.695.441-20, Nilmar Nunes de Miranda, portador do Rg nº 196.9299-4 SSP/MT e do CPF nº 734.936.943-34, Elizabeth dos Santos Costa, portadora do Rg nº 2408929-0 SSP/MT e CPF nº 922960501-82, Rosangela de Matos Dias, portadora do Rg nº542.441 SSP/MT e CPF nº 393.982.771/15, José Manoel da Silva, portador do Rg nº 0260128-1 SSP/MT e CPF nº 199.901.039-68, eleitos em 02 de outubro de 2016, diplomados pela Justiça Eleitoral em 07 de Dezembro de 2016. Neste ato os mesmos passam a cumprir o mandato de vereador, prestando o seguinte compromisso de juramento e posse. "**Prometo exercer com dignidade e dedicação o meu mandado popular que me foi confiado, zelando pelo engrandecimento de Peixoto de Azevedo – Mato Grosso, e para o bem geral de seus habitantes. Prometo respeitar, fielmente com dignidade e decoro parlamentar a Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal e demais Leis em vigor".**"Assim Prometo" E para constar, foi lavrado o presente termo, que será assinado pelos vereadores empossados.

Câmara Municipal do Município de Peixoto de Azevedo, em 01 de Janeiro de 2017.

Vereadores empossados:

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
ATA DE POSSE Nº 031/2017

Ata de Posse nº 031/2017

Ata de Cerimonia de Posse do Prefeito, Vice Prefeita e Vereadores eleitos para o Pleito de 2017 a 2020, no primeiro dia do mês de Janeiro do ano de 2017, nas dependências do Plenário da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo-MT, com inicio às dez horas, em obediência ao Regimento Interno, com a finalidade única de empossar os Vereadores, Prefeito e Vice Prefeita do Município e Comarca de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, sob a Presidência do Candidato eleito com o maior numero de votos no pleito. Sr. Alexsandro Manhaguanha,. Assumindo a Presidência dos trabalhos o Presidente convidou o vereador para auxiliar os trabalhos. Logo em seguida sob a proteção de Deus, o Presidente declarou aberto os trabalhos da presente Sessão Solene de Posse, agradecendo a presença de todos os munícipes presentes, representantes da justiça e sociedade Organizada, dando prosseguimento a esta solenidade foi chamado pelo cerimonial, para adentrar ao auditório da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo os vereadores eleitos em (02/10/2016) dois de outubro do ano de dois mil e dezesseis, diplomados em (07/12/2016) sete de Dezembro do ano de dois mil e dezesseis, eleitos para o pleito de (2017/2020) dois mil e dezessete a dois mil e vinte, Senhores Alexsandro Manhaguanha, portador do Rg 110.6953-8 SJ/MT e CPF nº 621.567.721-34, tomou posse para Gestão de 2017/2020, Os Vereadores Senhores: Raimundo Irael Pires Oliveira, portador do Rg nº 120.360.56SJ/MT e CPF nº 593.086.641-49**,** Flavio Gomes da Silva, portador do Rg nº 1.143.248 SSP/TO e CPF nº 535.824.111-68, Joranir José Soares, portador do Rg nº 473.027SSP/MT. e CPF nº340.216.551.-15, Gilmar Santos de Sousa, portador do Rg nº 742.513 SSP/MT e CPF nº 559.152.641-15, Paulo Cezar Dendena, portador do Rg nº 946861 SSP/MT e CPF nº 593.678.221-20, Ambrósio Pereira Carvalho, Portador do Rg nº 182.0167-9 SSP/MT e do CPF nº 770.695.441-20, Nilmar Nunes de Miranda, portador do Rg nº 196.9299-4 SSP/MT e do CPF nº 734.936.943-34, Elizabeth dos Santos Costa, portadora do Rg nº 2408929-0 SSP/MT e CPF nº 922960501-82, Rosangela de Matos Dias, portadora do Rg nº542.441 SSP/MT e CPF nº 393.982.771/15, José Manoel da Silva, portador do Rg nº 0260128-1 SSP/MT e CPF nº 199.901.039-68, então o presidente determinou ao mestre de cerimonia que faça a leitura de um texto bíblico, em seguida solicitou aos presentes para que em pé executasse o hino nacional, após a execução do hino nacional o Presidente determinou aos Senhores vereadores a dirigirem-se um a um em ordem alfabética até a mesa, para entrega dos envelopes contendo cópia do Diploma e declaração de bens, o Presidente satisfeito em todas as formalidades legais dos documentos, convidou os Vereadores para prestar o juramento de forma unanime com o seguinte teor "**Prometo exercer com dignidade e dedicação o meu mandado popular que me foi confiado, zelando pelo o engrandecimento de Peixoto de Azevedo – Mato Grosso, e para o bem geral de seus habitantes. Prometo respeitar, fielmente e com dignidade e decoro parlamentar a Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal e demais Leis em vigor".** Assim prometo, após o juramento, dos Nobres Vereadores, o Presidente dentro de suas atribuições legais declarou empossados os vereadores deste município para legislatura 2017 – 2020. Ato continuo Presidente iniciou o processo para escolha da mesa diretora para o biênio 2017-2018, onde o Presidente determinou ao mestre de cerimonia que proceda com a leitura das chapas inscritas e protocolada junto a Secretaria da Câmara Municipal, sendo constatado a **chapa 1** Presidente o Vereador Paulo Cezar Dendena, Vice Presidente Raimundo Irael Pires de Oliveira, Segundo Vice Presidente José Manoel da Silva, Primeiro (a) Secretári (o) (a) Elizabeth dos Santos Costa e Segundo Secretário Nilmar Nunes de Miranda, **e Chapa 2**, da seguinte forma: **Presidente** Ver. Flávio Gomes da Silva, **Vice Presidente** Ver. Joranir José Soares, **Segundo Vice Presidente** Ver. Rosangela de Matos Dias, **Primeiro Secretário** Ver. Gilmar Santos de Souza. e **Segundo Secretário** Ver. Ambrósio Pereira Carvalho, ato continuo o Presidente declarou que o voto seria aberto, em prosseguimento iniciou-se o Processo de Votação, a chapa I foi eleita com sete votos a favor, ficando eleito Presidente o Vereador Paulo Cezar Dendena, Vice Presidente Raimundo Irael Pires de Oliveira, Segundo Vice Presidente José Manoel da Silva, primeira secretária Elizabeth dos Santos Costa e segundo secretário Nilmar Nunes de Miranda, A mesa diretora eleita foi declarada empossada, Ato continuo o Presidente passou a palavra ao Presidente eleito Vereador Paulo Cezar Dendena, o qual convidou o Prefeito eleito Senhor **Mauricio Ferreira de Souza**, portador do Rg nº 3.462.335 0 SSP/PR e CPF nº 408.557.409-49, e Vice Prefeita **Benta Noleto de Brito Borges**, portadora do Rg nº 121.4571-8 SSP/MT e CPF nº 001.052.921-76, para entrega do Diploma Eleitoral e Declaração de bens, ato continuo deu inicio ao processo de Juramento de Posse. Em seguida o Presidente declarou empossado o Prefeito Municipal e a Vice Prefeita para o pleito 2017-2020. E determinou a assinatura do Termo de Posse. Processo de troca de faixa do ex Prefeito Sr. Sinvaldo Santos Brito ao atual Prefeito eleito Sr. Mauricio Ferreira de Souza. Logo em seguida o Presidente eleito deixou a tribuna livre para que o Prefeito e Vereadores ora empossados fizessem uso da palavra. Em prosseguimento o Presidente constatando nada mais a relatar determinou a Secretaria designada Ma-

ria Rosa da Fonseca, que procedesse com a lavratura da ata, dando por encerrada a presente Cerimonia de Posse, com uma oração ecumênica. Peixoto de Azevedo/MT, em 01 de Janeiro de 2017.

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
TERMO DE JURAMENTO E POSSE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

TERMO DE JURAMENTO E POSSE

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, as 10h00min (dez horas) nas dependências da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, situada nesta cidade, na Avenida Lions Internacional Oeste nº 2021, nos termos das leis que regem a matéria, sob a Presidência o vereador **Paulo Cesar Dendena**, tomou posse para Gestão 2017/2020, O Prefeito eleito Sr. **Mauricio Ferreira de Souza**, portador do Rg nº 3.462.335 0 SSP/PR e CPF nº 408.557.409-49, e Vice Prefeita **Benta Noleto de Brito Borges**, portadora do Rg nº 121.4571-8 SSP/MT e CPF nº 001.052. 921-76, diplomados pela Justiça Eleitoral em 07 de Dezembro de 2016. Neste ato os mesmos passam a cumprir o mandato, prestando o seguinte compromisso de juramento e posse. "**Prometo exercer com dignidade e dedicação o meu mandado popular que me foi confiado, zelando pelo o engrandecimento de Peixoto de Azevedo – Mato Grosso, e para o bem geral de seus habitantes. Prometo respeitar, fielmente e com dignidade e decoro parlamentar a Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal e demais Leis em vigor".**"Assim Prometo" E para constar, foi lavrado o presente termo, que será assinado pela Vice Prefeita e Prefeito Municipal empossado.

Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, em 01 de Janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.° 1695/2017

DECRETO N.º 1695/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"Dispõe sobre transferência de servidores de Folha de Pagamento para recebimento de remuneração e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, **Sr. Gerson Rosa de Moraes**, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica autorizado o Setor de Recursos Humanos a proceder a transferência de servidores de Folha de Pagamento conforme abaixo, para recebimento de remuneração:

RE	NOME	DA FOLHA	PARA A FOLHA
0094	Divina Maria da Silva Oda	2.1.1	6.1.1

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, devendo ser publicado nos Órgãos Oficiais dos Municípios, nos Órgãos Oficiais do Estado de Mato Grosso e no site da Prefeitura Municipal, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia - MT, 02 de Janeiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 007/GP/2017

PORTARIA Nº 007/GP/2017 Em 02 de Janeiro de 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidor comissionado e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º Nomear, o Sr. **Helion Clemente dos Santos,** portador do RG n.º 1155097 SSP/GO e CPF n.º 323.287.611-00, para exercer o cargo comissionado de **Secretário Municipal de Agricultura e Assuntos Fundiários - CC-1,** desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal n° 661/2013 de 21/03/2013.

Art. 2.º- O Secretário nomeado no artigo primeiro desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 02 de janeiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 006/GP/2017

PORTARIA Nº 006/GP/2017 Em 02 de Janeiro de 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidor comissionado e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º Nomear, a Srª. **Eliana Aparecida Borges da Rosa,** portadora do RG n.º 1030535-1 SJ/MT e CPF n.º 632.370.591.53, para exercer o cargo comissionado de **Secretária Municipal de Assistência Social - CC-1,** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2.º- A Secretária nomeada no artigo primeiro desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 02 de janeiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 004/GP/2017

PORTARIA Nº 004/GP/2017 Em 02 de Janeiro de 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidor comissionado e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º Nomear, a Srª. **Elismar de Jesus Nogueira,** portadora do RG n.º 0548030-2 SJ/MT e CPF n.º 378.252.161.72, para exercer o cargo comissionado de **Secretária Municipal de Educação e Cultura - CC-1,** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2.º- A Secretária nomeada no artigo primeiro desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 02 de janeiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 008/GP/2017

PORTARIA Nº 008/GP/2017 Em 02 de Janeiro de 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidor comissionado e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º Nomear, a Srª. **Joice de Moura Lima,** portadora do RG n.º 20960000 SSP/MT e CPF n.º 025.133.811.81, para exercer o cargo comissionado de **Secretária Municipal de Saúde - CC-1,** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2.º- A Secretária nomeada no artigo primeiro desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 02 de janeiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 010/GP/2017

PORTARIA Nº 010/GP/2017 Em 02 de Janeiro de 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidor comissionado e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º Nomear, o Sr. **Gessi Lourenço Issler,** portador do RG n.º 8027408189 SSP/RS e CPF n.º 450.516.580-91, para exercer o cargo comissionado de **Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos – CC-1,** conforme Lei Municipal n° 507/2008 de 09/12/2008.

Art. 2.º- O Secretário nomeado no artigo primeiro desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 02 de janeiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RREO 5º BIMESTRE 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO/2016

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.151.800,00	15.151.800,00	2.435.591,92	16,07	13.776.690,19	90,92	1.375.109,81
RECEITAS CORRENTES	14.716.800,00	14.716.800,00	2.435.591,92	16,54	13.747.335,19	93,41	969.464,81
RECEITA TRIBUTARIA	1.693.400,00	1.693.400,00	398.551,96	23,53	2.430.134,33	143,50	-736.734,33
Impostos	1.581.000,00	1.581.000,00	373.194,85	23,60	1.417.701,78	89,67	163.298,22
Taxas	112.400,00	112.400,00	25.357,11	22,55	1.012.432,55	900,74	-900.032,55
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	60.000,00	60.000,00			56.710,02	94,51	3.289,98
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas	60.000,00	60.000,00			56.710,02	94,51	3.289,98
RECEITA PATRIMONIAL	79.700,00	79.700,00	16.658,03	20,90	111.446,06	139,83	-31.746,06
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	79.700,00	79.700,00	16.658,03	20,90	111.446,06	139,83	-31.746,06
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	370.000,00	370.000,00	51.035,00	13,79	251.788,94	68,05	118.211,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.302.700,00	12.302.700,00	1.941.002,79	15,77	10.719.916,43	87,13	1.582.783,57
Transferências Intergovernamentais	12.182.700,00	12.182.700,00	1.909.470,09	15,67	10.296.237,56	84,51	1.886.462,44
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	120.000,00	120.000,00	31.532,70	26,27	423.678,87	353,06	-303.678,87
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	211.000,00	211.000,00	28.344,14	13,43	177.339,41	84,04	33.660,59
Multa de Juros de Mora	36.000,00	36.000,00	10.478,33	29,10	63.746,46	177,07	-27.746,46
Indenizações e Restituições	25.000,00	25.000,00	200,00	0,80	4.097,55	16,39	20.902,45
Receita da Dívida Ativa	150.000,00	150.000,00	17.665,81	11,77	109.495,40	72,99	40.504,60
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	435.000,00	435.000,00			29.355,00	6,74	405.645,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	15.000,00	15.000,00			29.355,00	195,70	-14.355,00
Alienação de Bens Móveis	5.000,00	5.000,00			29.355,00	587,10	-24.355,00
Alienação de Bens Imóveis	10.000,00	10.000,00					10.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	420.000,00	420.000,00					420.000,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	420.000,00	420.000,00					420.000,00
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	15.151.800,00	15.151.800,00	2.435.591,92	16,07	13.776.690,19	90,92	1.375.109,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.151.800,00	15.151.800,00	2.435.591,92	16,07	13.776.690,19	90,92	1.375.109,81
DÉFICIT (VI)		370.346,36			1.710.144,01	461,76	-1.339.797,65
TOTAL(VII) = (V + VI)	15.151.800,00	15.522.146,36	2.435.591,92	15,69	15.486.834,20	99,77	35.312,16
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos A							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

Emissão: 06/01/2017 12:31:31

Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO/2016

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.794.625,00	1.009.179,36	14.803.804,36	1.567.158,63	14.772.393,39	2.325.930,12	13.648.666,73	92,19	1.155.137,63
DESPESAS CORRENTES	12.972.075,00	635.416,00	13.607.491,00	1.624.404,71	13.577.848,52	2.308.691,42	13.117.417,92	96,39	490.073,08
Pessoal e Encargos Sociais	7.121.215,00	-200.405,00	6.920.810,00	1.365.660,35	6.903.356,42	1.365.845,15	6.903.541,22	99,75	17.268,78
Juros e Encargos da Dívida	70.000,00	-18.000,00	52.000,00	10.626,65	50.277,42	10.626,65	50.277,42	96,68	1.722,58
Outras Despesas Correntes	5.780.860,00	853.821,00	6.634.681,00	248.117,71	6.624.214,68	932.219,62	6.163.599,28	92,89	471.081,72
DESPESAS DE CAPITAL	772.550,00	423.763,36	1.196.313,36	-57.246,08	1.194.544,87	17.238,70	531.248,81	44,40	665.064,55
Investimentos	612.550,00	496.763,36	1.109.313,36	-74.484,78	1.108.351,38		445.055,32	40,11	664.258,04
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	160.000,00	-73.000,00	87.000,00	17.238,70	86.193,49	17.238,70	86.193,49	99,07	806,51
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	-50.000,00							
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	624.575,00	93.767,00	718.342,00	142.998,23	714.440,81	142.998,07	714.440,63	99,45	3.901,37
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	14.419.200,00	1.102.946,36	15.522.146,36	1.710.156,86	15.486.834,20	2.468.928,19	14.363.107,36	92,53	1.159.039,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.419.200,00	1.102.946,36	15.522.146,36	1.710.156,86	15.486.834,20	2.468.928,19	14.363.107,36	92,53	1.159.039,00
SUPERÁVIT (XIII)	732.600,00			725.435,06					
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.151.800,00	1.102.946,36	15.522.146,36	2.435.591,92	15.486.834,20	2.468.928,19	14.363.107,36	92,53	1.159.039,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)	624.575,00	93.767,00	718.342,00	142.998,23	714.440,81	142.998,07	714.440,63	99,45	3.901,37
Pessoal e Encargos Sociais	624.575,00	93.767,00	718.342,00	142.998,23	714.440,81	142.998,07	714.440,63	99,45	3.901,37
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	624.575,00	93.767,00	718.342,00	142.998,23	714.440,81	142.998,07	714.440,63	99,45	3.901,37
SUPERÁVIT (IV)									
TOTAL (V) = (III + IV)	624.575,00	93.767,00	718.342,00	142.998,23	714.440,81	142.998,07	714.440,63	99,45	3.901,37

Emissão: 06/01/2017 12:29:41

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE SETEMBRO a OUTUBRO de 2016

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.794.625,00	14.803.804,36	1.567.158,63	14.772.393,39	2.325.930,12	13.648.666,73	95,02	92,19	1.155.137,63
LEGISLATIVA									
JUDICIÁRIA									
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO									
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	2.331.500,00	2.307.711,00	243.507,95	2.308.367,93	372.354,28	2.191.917,05	15,26	94,98	115.793,95
ADMINISTRACAO GERAL	1.019.325,00	635.649,00	-24.976,15	619.891,22	75.920,51	571.072,21	3,97	89,84	64.576,79
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA									
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	117.000,00	99.247,00	14.626,10	99.006,16	14.626,10	99.006,16	0,68	99,75	240,84
ASSISTENCIA COMUNITARIA	1.007.000,00	856.725,00	103.449,44	854.736,62	145.446,01	832.805,25	5,79	97,20	23.919,75
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
SAÚDE									
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	99.000,00	112.000,00		108.678,36	10.790,00	97.888,36	0,68	87,40	14.111,64
ATENCAO BASICA	3.052.510,00	2.816.431,00	432.970,82	2.808.921,34	509.716,55	2.773.951,94	19,31	98,49	42.479,06
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA		96.800,00		96.500,00		96.500,00	0,67	99,69	300,00
VIGILÂNCIA SANITARIA	30.000,00	22.733,00	110,00	21.426,09	110,00	21.426,09	0,14	94,25	1.306,91
TRABALHO									
EDUCAÇÃO									
EDUCACAO INFANTIL	387.500,00	315.950,00	44.308,45	315.395,14	44.308,45	315.395,14	2,19	99,82	554,86
ENSINO FUNDAMENTAL	2.311.550,00	3.309.209,00	314.712,24	3.298.764,50	587.103,71	3.098.594,71	21,57	93,63	210.614,29
CULTURA									
DIREITOS DA CIDADANIA									
URBANISMO									
HABITACAO URBANA	20.000,00	10,00							10,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	25.000,00	66.910,00		66.751,56					66.910,00
PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL	87.800,00	78.482,00	8.286,70	78.158,13	8.286,70	78.158,13	0,54	99,58	323,87
SERVICOS URBANOS	1.985.850,00	2.770.833,36	342.735,01	2.785.893,40	442.020,21	2.251.117,61	15,67	81,24	519.715,75
HABITAÇÃO									
SANEAMENTO									
SANEAMENTO BASICO URBANO	351.500,00	120.860,00	11.343,01	119.324,17	12.977,76	119.324,17	0,83	98,72	1.535,83
GESTÃO AMBIENTAL									
PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	55.000,00	34.421,00	4.249,74	34.387,74	4.249,74	34.387,74	0,23	99,90	33,26
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA									
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
INDÚSTRIA									
COMÉRCIO E SERVIÇOS									
TURISMO	195.000,00	302.201,00	8.721,45	301.820,11	8.721,45	301.820,11	2,10	99,87	380,89
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA									

Emissão: 06/01/2017 12:32:12

Homologado

GOVERNO FEDERAL;ESTADO DE MATO GROSSO;MUNICIPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA;
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

RREO - ANEXO III (LRF, art. 53, Inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	NOV/15	DEZ/15	JAN/16	FEV/16	MAR/16	ABR/16	MAI/16	JUN/16	JUL/16	AGO/16	SET/16	OUT/16		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.358.010,03	2.049.612,18	1.475.129,45	1.413.702,13	1.338.430,78	1.664.295,67	1.747.595,50	1.713.010,56	1.835.448,34	1.376.923,89	1.300.453,68	1.442.459,96	18.715.072,17	16.589.800,00
Receita Tributaria	192.429,31	156.882,85	72.072,67	112.055,66	272.115,51	428.210,54	350.983,49	270.958,95	312.647,91	212.537,64	305.566,61	92.985,35	2.779.446,49	1.693.400,00
IPTU	11.353,84	32.598,97	12.059,07		7.152,39	15.657,77	11.097,17	31.520,67	31.789,27	2.434,03	1.565,79	1.112,63	158.341,60	80.000,00
ISS	63.995,71	24.848,72	21.130,22	41.173,47	22.620,45	42.384,54	42.703,10	57.397,38	76.665,85	75.084,56	73.934,25	36.029,57	577.967,82	800.000,00
ITBI	26.200,00	17.500,00	10.525,00	13.691,46	30.782,80	113.150,00	71.807,00	35.801,81	73.867,79	20.221,59	184.618,13	15.528,80	613.694,38	541.000,00
IRRF	16.028,06	13.270,81	18.968,86	19.540,37	16.284,09	20.039,43	23.139,90	32.551,76	32.992,13	20.273,00	33.240,35	27.165,33	273.494,09	160.000,00
Outras Receitas Trib.	74.851,70	68.664,35	9.389,52	37.650,36	195.275,78	236.978,80	202.236,32	113.687,33	97.332,87	94.524,46	12.208,09	13.149,02	1.155.948,60	112.400,00
Receita Contribuicoes	11.721,06		16.874,06	13.903,80	11.202,84		14.693,30			36,02			68.431,08	60.000,00
Receita Patrimonial	6.067,47	8.644,99	14.127,91	12.983,76	11.795,22	11.583,96	12.174,87	11.328,34	10.257,78	10.536,19	8.777,03	7.881,00	126.158,52	79.700,00
Receita Agropecuaria														
Receita Industrial														
Receita Servicos	25.292,23	26.243,52	25.030,58	26.203,86	24.267,84	23.749,16	24.980,13	25.639,05	26.720,27	24.163,05	24.140,30	26.894,70	303.324,69	370.000,00
Transf. Correntes	1.101.808,73	1.816.844,03	1.339.629,81	1.237.737,75	999.834,83	1.179.535,92	1.322.465,95	1.382.918,45	1.461.613,11	1.107.970,87	943.742,20	1.304.582,31	15.198.683,96	14.175.700,00
Cota-Parte do FPM	455.204,85	769.721,39	495.913,76	620.547,89	376.557,30	447.645,78	595.260,83	491.781,88	545.320,79	442.168,49	359.571,32	436.481,83	6.036.176,11	6.300.000,00
Cota-Parte do ICMS	204.759,87	285.182,88	370.575,43	178.445,84	212.999,86	228.364,55	221.047,36	260.576,14	238.647,60	186.198,56	219.026,41	192.828,73	2.798.653,23	2.700.000,00
Cota-Parte do IPVA	10.743,83	8.388,16	15.617,32	16.083,86	30.443,72	28.148,26	29.023,93	18.968,50	24.202,10	32.058,18	9.572,06	8.090,14	231.340,06	170.000,00
Cota-Parte do ITR	40.703,27	40.126,03	31.006,54	3.210,76	10.757,72	4.009,29	1.835,13	9.275,83	3.202,64	1.371,49	11.328,13	267.533,66	424.460,49	180.000,00
Transf. LC 87/1996	1.099,86	1.099,86	1.045,29	1.045,29	1.045,29	1.045,29	1.045,29	1.045,29	1.045,29	1.045,29	1.045,29	1.045,29	12.652,62	15.000,00
Transf. LC 61/1989														
Transferencias FUNDEB	128.457,20	166.599,54	215.825,31	149.065,38	146.467,57	161.343,98	185.508,76	134.657,00	166.465,70	156.626,31	142.694,96	123.874,51	1.877.586,22	1.700.000,00
Outras Transf. Corr.	260.839,85	545.726,17	209.646,16	269.338,73	221.563,37	308.978,77	288.744,65	466.613,81	482.728,99	288.502,55	200.504,03	274.528,15	3.817.815,23	3.110.700,00
Outras Receitas Corr.	20.691,23	40.996,79	7.394,42	10.817,30	19.214,54	21.216,09	22.297,76	22.165,77	24.209,27	21.680,12	18.227,54	10.116,60	239.027,43	211.000,00
DEDUCOES (II)	141.854,96	171.273,42	182.831,56	163.572,62	126.078,94	141.842,54	169.642,40	156.329,43	124.728,97	132.568,32	120.108,55	181.215,83	1.812.047,54	1.873.000,00
Cont.Pla.Seg.Soc.Serv.														
Comp.Financ.Reg.Prev.														
Ded.Rec.p/Form.FUNDEB	141.854,96	171.273,42	182.831,56	163.572,62	126.078,94	141.842,54	169.642,40	156.329,43	124.728,97	132.568,32	120.108,55	181.215,83	1.812.047,54	1.873.000,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	1.216.155,07	1.878.338,76	1.292.297,89	1.250.129,51	1.212.351,84	1.522.453,13	1.577.953,10	1.556.681,13	1.710.719,37	1.244.355,57	1.180.345,13	1.261.244,13	16.903.024,63	14.716.800,00

Emissão: 06/01/2017 12:33:12 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: 5º BIMESTRE - EXERCÍCIO DE 2016

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) **R$ 1,00**

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Período 2016	Até o Período 2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	510.500,00	510.500,00	1.822.365,62	1.173.731,99
RECEITAS CORRENTES	510.500,00	510.500,00	1.822.365,62	1.173.731,99
Receitas de Contribuições dos Segurados	410.000,00	410.000,00	356.581,91	448.914,16
Pessoal Civil	410.000,00	410.000,00	356.581,91	448.914,16
Ativo	410.000,00	410.000,00	356.581,91	448.914,16
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	100.000,00	100.000,00	1.463.885,63	724.817,83
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	100.000,00	100.000,00	1.463.885,63	724.817,83
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	500,00	500,00	1.898,08	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	100,00	100,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	400,00	400,00	1.898,08	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	537.400,00	537.400,00	560.335,72	662.111,71
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.047.900,00	1.047.900,00	2.382.701,34	1.835.843,70

(Continua)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: 5º BIMESTRE - EXERCÍCIO DE 2016

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) — R$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Período 2016	Até o Período 2015	Até o Período 2016	Até o Período 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	847.700,00	947.700,00	549.961,96	465.697,06	533.455,60	450.857,20
ADMINISTRAÇÃO	157.700,00	147.700,00	102.400,16	91.132,01	85.893,80	76.292,15
Despesas Correntes	150.700,00	140.700,00	99.300,16	89.212,01	82.793,80	74.372,15
outros benefícios assistenciais	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
salário-família	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
obrigações patronais	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
diárias - civil	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
material de consumo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
passagens e despesas com locomoção	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
outros serviços de terceiros - pessoa física	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	142.000,00	132.000,00	99.300,16	0,00	82.793,80	0,00
despesas de exercícios anteriores	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
indenizações e restituições	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	7.000,00	7.000,00	3.100,00	1.920,00	3.100,00	1.920,00
equipamentos e material permanente	7.000,00	7.000,00	3.100,00	0,00	3.100,00	0,00
PREVIDÊNCIA	690.000,00	800.000,00	447.561,80	374.565,05	447.561,80	374.565,05
Pessoal Civil	689.800,00	799.800,00	447.561,80	374.565,05	447.561,80	374.565,05
Aposentadorias	230.000,00	340.000,00	232.934,16	141.309,50	232.934,16	141.309,50
aposentadorias, reserva remunerada e reformas	230.000,00	340.000,00	232.934,16	0,00	232.934,16	0,00
Pensões	99.000,00	99.000,00	79.848,10	51.798,94	79.848,10	51.798,94
pensões	99.000,00	99.000,00	79.848,10	0,00	79.848,10	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	360.800,00	360.800,00	134.779,54	181.456,61	134.779,54	181.456,61
outros benefícios previdenciários	360.800,00	360.800,00	134.779,54	0,00	134.779,54	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
aposentadoria e reformas	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
pensões	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	848.200,00	948.200,00	549.961,96	465.697,06	533.455,60	450.857,20
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	199.700,00	99.700,00	1.832.739,38	1.370.146,64	1.849.245,74	2.382.701,34

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: 5º BIMESTRE - EXERCÍCIO DE 2016

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) — R$ 1,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recurso para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recurso para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recurso para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recurso para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	100.000,00

(Continua)

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	16.780,04	58.119,51
INVESTIMENTOS	9.317.611,03	7.955.688,79
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Período 2016	Até o Período 2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	537.400,00	537.400,00	560.335,72	662.111,71
Receitas de Contribuições	537.200,00	537.200,00	510.058,30	610.552,30
Patronal	512.000,00	512.000,00	480.596,80	526.848,49
Pessoal Civil	512.000,00	512.000,00	480.596,80	526.848,49
Ativo	512.000,00	512.000,00	480.596,80	526.848,49
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	200,00	200,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	25.000,00	25.000,00	29.461,50	83.703,81
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	200,00	200,00	50.277,42	51.559,41
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: 5º BIMESTRE - EXERCÍCIO DE 2016

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) — R$ 1,00

	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX)	537.400,00	537.400,00	560.335,72	662.111,71

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS REALIZADAS	
			Até o Período 2016	Até o Período 2015	Até o Período 2016	Até o Período 2015
ADMINISTRAÇÃO (XI)	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XI)	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	Em 31/DEZ/2015(a)	Em 31/AGO/2016 (b)	Em 31/OUT/2016 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA (I)	551.699,53	481.256,74	464.018,04
DEDUCOES (II)	1.682.253,28	1.751.362,69	1.842.838,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.166.043,87	1.344.715,06	1.415.330,04
Demais Haveres Financeiros	502.786,99	499.445,26	502.154,65
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatorios)	986.577,58	92.797,63	74.646,03
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (III) = (I - II)	-1.130.553,75	-1.270.105,95	-1.378.820,62
RECEITA DE PRIVATIZACOES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	551.699,53	481.256,74	464.018,04
DIVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.682.253,28	-1.751.362,69	-1.842.838,66

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-91.475,97	-160.585,38

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	Em 31/DEZ/2015(a)	Em 31/AGO/2016 (b)	Em 31/OUT/2016 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIARIA (VII)			
Passivo Atuarial			
Demais Dividas			
DEDUCOES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA PREVIDENCIARIA (IX) = (VII-VIII)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

Emissão: 06/01/2017 12:34:23 Page 1 de 1
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SUGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2016	ATÉ O BIMESTRE 2015
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (I)	14.637.100,00	2.418.933,89	13.635.889,13	11.592.438,82
Receitas Tributarias	1.693.400,00	398.551,96	2.430.134,33	1.542.467,67
IPTU	80.000,00	2.678,42	114.388,79	47.905,93
ISS	800.000,00	109.963,82	489.123,39	447.435,60
ITBI	541.000,00	200.146,93	569.994,38	701.889,15
IRRF	160.000,00	60.405,68	244.195,22	140.217,93
Outras Receitas Tributarias	112.400,00	25.357,11	1.012.432,55	205.019,06
Receitas de Contribuicoes	60.000,00		56.710,02	75.770,54
Receitas Previdenciarias				
Outras Receitas de Contribuicoes	60.000,00		56.710,02	75.770,54
Receita Patrimonial Liquida				
Receita Patrimonial	79.700,00	16.658,03	111.446,06	59.875,88
(-) Aplicacoes Financeiras	79.700,00	16.658,03	111.446,06	59.875,88
Transferencias Correntes	12.302.700,00	1.941.002,79	10.719.916,43	9.554.608,96
FPM	6.300.000,00	796.053,15	4.811.249,87	4.704.520,64
ICMS	2.700.000,00	411.855,14	2.308.710,48	2.150.474,74
Convenios	120.000,00	31.532,70	423.678,87	610.437,50
Outras Transferencias Correntes	3.182.700,00	701.561,80	3.176.277,21	2.089.176,08
Demais Receitas Correntes	581.000,00	79.379,14	429.128,35	419.591,65
Divida Ativa	150.000,00	17.665,81	109.495,40	74.582,04
Diversas Receitas Correntes	431.000,00	61.713,33	319.632,95	345.009,61
RECEITAS DE CAPITAL (II)	435.000,00		29.355,00	26.200,00
Operacoes de Credito (III)				
Amortizacao de Emprestimos (IV)				
Alienacao de Bens (V)	15.000,00		29.355,00	26.200,00
Transferencias de Capital	420.000,00			
Convenios	420.000,00			
Outras Transferencias de Capital				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PRIMARIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	420.000,00			
RECEITA PRIMARIA TOTAL (VII) = (I + VI)	15.057.100,00	2.418.933,89	13.635.889,13	11.592.438,82

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2016	ATÉ O BIMESTRE 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.325.833,00	2.244.028,02	14.292.289,33	11.349.410,00
Pessoal e Encargos Sociais	7.639.152,00	1.517.294,52	7.617.797,23	6.270.409,33
Juros e Encargos da Divida (IX)	52.000,00	10.626,65	50.277,42	51.559,41
Outras Despesas Correntes	6.634.681,00	716.106,85	6.624.214,68	5.027.441,26
DESPESAS PRIMARIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.273.833,00	2.233.401,37	14.242.011,91	11.297.850,59
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.196.313,36	17.238,70	1.194.544,87	436.773,70
Investimentos	1.109.313,36		1.108.351,38	299.279,77
Inversoes Financeiras				
Concessao de Emprestimos (XII)				
Aquisicao de Titulo de Capital ja Integralizado (XIII)				
Demais Inversoes Financeiras				
Amortizacao da Divida (XIV)	87.000,00	17.238,70	86.193,49	137.493,93
DESPESAS PRIMARIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.109.313,36		1.108.351,38	299.279,77
RESERVA DE CONTIGENCIA (XVI)				
RESERVA DO RPPS (XVII)				
DESPESA PRIMARIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XIV)	15.383.146,36	2.233.401,37	15.350.363,29	11.597.130,36

RESULTADO PRIMARIO (XIX) = (VII - XVIII)	-326.046,36	185.532,52	-1.714.474,16	-4.691,54
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES				

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERENCIA	0,00

Emissão: 06/01/2017 12:35:12 PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA Page 1 de 1

Homologado

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015			
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO	140.577,55	842.970,56		908.902,08	74.646,03	760.255,32	1.092.468,75		695.789,74	1.156.934,33
RESTOS A PAGAR(INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
EXECUTIVO		3.029,47		3.029,47						
TOTAL (III) = (I + II)	140.577,55	846.000,03	0,00	911.931,55	74.646,03	760.255,32	1.092.468,75	0,00	695.789,74	1.156.934,33

Emissão: 06/01/2017 12:35:45

Agili Cuiaba (65) 3641-1295

Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo X (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.547.000,00	1.547.000,00	339.982,74	1.309.679,18	84,66%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	180.000,00	180.000,00	16.408,95	194.336,75	107,96%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	80.000,00	80.000,00	2.678,42	114.388,79	142,99%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	0,00	10,37	0,07%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	80.000,00	80.000,00	8.157,12	64.404,01	80,51%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	5.000,00	5.000,00	5.573,41	40.521,71	810,43%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	(24.988,13)	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	548.000,00	548.000,00	200.146,93	570.024,76	104,02%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	541.000,00	541.000,00	200.146,93	569.994,38	105,36%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	30,38	3,04%
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	819.000,00	819.000,00	123.426,86	545.317,67	66,58%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	800.000,00	800.000,00	109.963,82	489.123,39	61,14%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.000,00	2.000,00	1.449,95	4.817,99	240,90%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	15.000,00	15.000,00	8.923,69	37.248,09	248,32%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	3.311,71	14.552,10	727,61%
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	(222,31)	(423,90)	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4°, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.370.000,00	9.370.000,00	1.509.214,72	7.697.742,29	82,15%
2.1- Cota-Parte FPM	6.300.000,00	6.300.000,00	796.053,15	4.811.249,87	76,37%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.300.000,00	6.300.000,00	796.053,15	4.811.249,87	76,37%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	2.700.000,00	2.700.000,00	411.855,14	2.308.710,48	85,51%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	15.000,00	15.000,00	2.090,58	10.452,90	69,69%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	5.000,00	5.000,00	2.591,86	11.489,78	229,80%
2.5- Cota-Parte ITR	180.000,00	180.000,00	278.961,79	343.631,19	190,91%
2.6- Cota-Parte IPVA	170.000,00	170.000,00	17.662,20	212.208,07	124,83%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.917.000,00	10.917.000,00	1.849.197,46	9.007.421,47	82,51%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO					
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	207.800,00	207.800,00	42.716,93	254.102,48	122,28%
5.1- Transferências do Salário-Educação	105.000,00	105.000,00	18.442,56	96.192,27	91,61%
5.2- Outras Transferências do FNDE	102.800,00	102.800,00	24.274,37	157.910,21	153,61%
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE					
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	120.000,00	120.000,00	31.532,70	84.110,87	70,09%
6.1- Transferência de Convênios	120.000,00	120.000,00	31.532,70	84.110,87	70,09%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios					
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	145.000,00	145.000,00	9.939,44	72.868,91	50,25%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	472.800,00	472.800,00	84.189,07	411.082,26	86,95%

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.873.000,00	1.873.000,00	301.324,38	1.498.919,16	80,03%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.260.000,00	1.260.000,00	159.210,56	924.495,04	73,37%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	540.000,00	540.000,00	82.371,00	461.209,97	85,41%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	418,10	2.440,60	81,35%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)					
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	36.000,00	36.000,00	55.792,33	68.332,27	189,81%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	34.000,00	34.000,00	3.532,39	42.441,28	124,83%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.700.000,00	1.700.000,00	266.569,47	1.582.529,48	93,09%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.700.000,00	1.700.000,00	266.569,47	1.582.529,48	93,09%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB					
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB					
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-173.000,00	-173.000,00	-34.754,91	83.610,32	-48,33%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					
13.1- Com Educação Infantil					
13.2- Com Ensino Fundamental					
14- OUTRAS DESPESAS					
14.1- Com Educação Infantil					
14.2- Com Ensino Fundamental					
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR

Emissão: 06/01/2017 12:36:20 Page 1 de 2
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE JANEIRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (d)	RECEITAS EXECUTADAS até o bimestre (b)	SALDO NÃO EXECUTADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTAS até o bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d – (e+f))
		Liquidadas (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.196.313,36	531.248,81		665.064,55
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE				
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	1.196.313,36	531.248,81		665.064,55
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.196.313,36	-531.248,81		-665.064,55

Fonte:

2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Emissão: 06/01/2017 12:37:19 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE JANEIRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	419.591,65		419.591,65	419.591,65
2016	429.128,35		429.128,35	848.720,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

Emissão: 06/01/2017 12:38:54 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016

RREO – ANEXO XIV(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a – b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	15.000,00	29.355,00	-14.355,00
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	5.000,00	29.355,00	-24.355,00
ALIENACAO D BENS IMOVEIS	10.000,00		10.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTAS até o bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d – (e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
Despesas de Capital				
Investimentos				
Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida				
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência				
Regime Próprio dos Servidores Públicos				

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2015 (h)	2016 (i) = (Ib – (IIe + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)		29.355,00	29.355,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Emissão: 06/01/2017 12:40:19 Page 1 de 1
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

JANEIRO A OUTUBRO/2016 - Bimestre SETEMBRO/OUTUBRO

RREO - ANEXO XVI(ADCT, art. 77) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA E TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	7.538.000,00	7.538.000,00	6.348.796,21	84,22
Impostos	701.000,00	701.000,00	814.189,60	116,15
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	22.000,00	22.000,00	55.084,18	250,38
Divida Ativa dos Impostos	150.000,00	150.000,00	101.980,40	67,99
Receitas de Transferencias Constitucionais e Legais	6.665.000,00	6.665.000,00	5.377.542,03	80,68
Da Uniao	6.495.000,00	6.495.000,00	5.165.333,96	79,53
Do Estado	170.000,00	170.000,00	212.208,07	124,83
TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE-SUS (II)	76.000,00	76.000,00	96.931,41	127,54
Da Uniao para o Municipio				
Do Estado para o Municipio	76.000,00	76.000,00	96.931,41	127,54
Demais Municipios para o Municipio				
Outras Receitas do SUS				
RECEITAS DE OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS A SAUDE (III)				
OUTRAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	95.000,00	95.000,00	72.540,61	76,36
(-) DEDUCAO PARA O FUNDEB				
TOTAL	**7.709.000,00**	**7.709.000,00**	**6.518.268,23**	**84,55**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/c) x 100
DESPESAS CORRENTES				
Pessoal e Encargos Sociais				
Juros e Encargos da Divida				
Outras Despesas Correntes				
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos				
Inversoes Financeiras				
Amortizacao da Divida				
TOTAL (IV)				

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)	DESPESAS LIQUIDADAS % (e/V e) x 100
DESPESAS COM SAÚDE(V) = (IV)				100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS A SAUDE				
Recursos de Transferencias do Sistema Unico de Saude - SUS				
Recursos de Operacoes de Credito				
Outros Recursos				
(-) RP INSCRITOS NO EXERCICIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE				
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)				**100,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2016 (f)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE DAÚDE (VII)	0,00	0,00

PARTICIPACAO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS	
CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00% ** [(VI - VII f) / I]	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (g/total g)
Atencao Basica				
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial				
Suporte Profilatico e Terapeutico				
Vigilancia Sanitaria				
Vigilancia Epidemiologica				
Alimentacao e Nutricao				
Outras Subfuncoes				
TOTAL				

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

² Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

Emissão: 06/01/2017 12:41:12 Page 1 de 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
CNPJ: 33000670000167
RUA0000002CENTRO
Telefone 06634017450
pmpa_mt@hotmail.com

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2016 - 5º Bimestre - Setembro/Outubro

RREO – Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS Direitos Futuros Ativos Contabilizados na SPE Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (I) Obrigações Não Relacionadas a Serviços Contrapartida para Ativos da SPE Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I – II)				
PASSIVOS CONTINGENTES Contraprestações Futuras Riscos Não Provisionados Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES Serviços Futuros Outros Ativos Contingentes				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2016)	2017	2018	2019	2020
Do Ente Federado						
Das Estatais Não-dependentes						
TOTAL DAS DESPESAS						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	14.746.808,53	16.903.024,63				
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)						

DESPESAS DE PPP	2021	2022	2023	2024	2025
Do Ente Federado					
Das Estatais Não-dependentes					
TOTAL DAS DESPESAS					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)					
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)					

Nota:

Emissão: 06/01/2017 12:41:49 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

JANEIRO A OUTUBRO de 2016

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial da Receita		15.151.800,00
Previsão Atualizada da Receita		15.151.800,00
Receitas Atualizadas	2.435.591,92	13.776.690,19
Déficit Orçamentário		586.417,17
Saldos de Exercícios Anteriores		
Despesas		
Dotação Inicial		14.419.200,00
Créditos Adicionais		1.102.946,36
Dotação Atualizada		15.522.146,36
Despesas Empenhadas	1.710.156,86	15.486.834,20
Despesas Liquidadas	2.468.928,19	14.363.107,36
Superávit Orçamentário		

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	1.710.156,86	15.486.834,20
Despesas Liquidadas	2.468.928,19	14.363.107,36

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	16.813.070,48

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		
Resultado Previdenciário (IV) = (IV - V)		

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-3.549.938,72	0,00%
Resultado Primário		-1.714.474,16	0,00%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	986.577,58		911.931,55	74.646,03
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	1.852.724,07		695.789,74	1.156.934,33
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	**2.839.301,65**		**1.607.721,29**	**1.231.580,36**

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais: % Mínimo à Aplicar no Exercício	Limites Constitucionais Anuais: % Aplicado até o Bimestre
Min. Anual de 25% das Imp. na Manut. e Desenv do Ens.	-83.610,32	25,00	-0,90
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ens. Fund. Med.		0,00	0,00
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ed. Inf/Ens. Fund.		60,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	531.248,81	665.064,55

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	30º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdenciário(I - II)				
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(IV)	429.128,35			
Despesas Previdenciárias(V)				
Resultado Previdenciário(IV - V)	429.128,35			

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	29.355,00	-14.355,00
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais: % Mínimo à Aplicar no Exercício	Limites Constitucionais Anuais: % Aplicado até o Bimestre
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos		15,00	0,00

DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas / RCL (%)	

Emissão: 06/01/2017 12:44:17 — Page 1 de 1 — Homologado

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 001/GP/2017

PORTARIA Nº 001/GP/2017 Em 02 de Janeiro de 2017.

"Altera cargo de servidor comissionado e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º Alterar o cargo da servidora comissionada Sr.ª **Daiany Cassimiro Batista Brito,** portadora do RG n.º 1708855-0 SSP/MT e CPF n.º 017.924. 481-71, em forma de ascensão, para exercer o cargo de **Gerente Municipal de Convênios (GMC) - CC-1**.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 02 de janeiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.° 1696/2017

DECRETO N.º 1696/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"Dispõe sobre transferência de servidores de Folha de Pagamento para recebimento de remuneração e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, **Sr. Gerson Rosa de Moraes**, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica autorizado o Setor de Recursos Humanos a proceder a transferência de servidores de Folha de Pagamento conforme abaixo, para recebimento de remuneração:

RE	NOME	DA FOLHA	PARA A FOLHA
0064	Maria Antônia Oliveira Gomes	7.1.3	5.3.4

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, devendo ser publicado nos Órgãos Oficiais dos Municípios, nos Órgãos Oficiais do Estado de Mato Grosso e no site da Prefeitura Municipal, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia - MT, 02 de Janeiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 009/GP/2017

PORTARIA Nº 009/GP/2017 Em, 02 de Janeiro de 2017.

"Autoriza servidores a usufruírem dias de Férias".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º - Autoriza o servidor **Carlos Silva de Sousa** à usufruir **20 (vinte) dias de férias** nos dias **09 a 28/01/2017**, referente ao período aquisitivo de 03/01/2015 a 02/01/2016, pago no mês de 05/2016 conforme Portaria n° 074/2016.

Art. 2º - Autoriza a servidora **Maylla Ferreira Vasconcelos** à usufruir **05 (cinco) dias de férias** nos dias **09 a 13/01/2017**, referente ao período aquisitivo de 02/05/2015 a 01/05/2016, pago no mês de 06/2016 conforme Portaria n° 081/2016, restando 05 dias à serem usufruidos, referente ao período aquisitivo citado acima.

Art. 3º - Autoriza a servidora **Valéria Tamara Neres Borges** à usufruir **14 (quatorze) dias de férias** nos dias **09 a 22/01/2017**, sendo 04 (quatro) dias referente ao período aquisitivo de 25/06/2014 a 24/06/2015, pago no mês de 06/2015 conforme Portaria n° 079/2015, e 10 (dez) dias referente ao período aquisitivo de 25/06/2015 a 24/06/2016, pago no mês de 07/2016 conforme Portaria n° 098/2016, restando 10 dias à serem usufruidos, referente ao período aquisitivo 25/06/2015 a 24/06/2016.

Art. 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 02 de janeiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 005/GP/2017

PORTARIA Nº 005/GP/2017 Em 02 de Janeiro de 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidor comissionado e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º Nomear, o Sr. **Valmir Martins de Faria,** portador do RG n.º 880. 615 SSP/MT e CPF n.º 495.758.051.00, para exercer o cargo comissionado de **Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento - CC-1,** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2.º- O Secretário nomeado no artigo primeiro desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 02 de janeiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 137/2017

Dispõe sobre nomeação da servidora, Srª. Alessandra Moraes Hauer de Souza para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe da Divisão de Reabilitação e da outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 136/2017

Dispõe sobre nomeação da servidora, Srª. Maria José Alvares da Silva para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Setor Especialidades Médicas e da outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 135/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidora, Srª. Giselle da Cunha Vilela para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Setor de Atendimento e Assistência Farmacêutica e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 134/2017

Dispõe sobre nomeação da servidora, Srª. Elaine Aparecida Lopes Silva para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Setor de Controle de Endemias e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 133/2017

Dispõe sobre nomeação da servidora, Srª. Nilva de Paula Borges para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Departamento de Vigilância em Saúde e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 132/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidora, Srª. Jovina Paulina da Silva Guedes para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Departamento de Atenção Primária e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 131/2017

Dispõe sobre nomeação do servidor, Sr. Luciano Gonçalves de Brito para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe da Divisão Apoio Logístico e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 130/2017

Dispõe sobre nomeação do servidor, Sr. Clébio Ramos de Souza para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Setor de Transporte de Pacientes e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 129/2017

Dispõe sobre nomeação da servidora, Srª. Rosineia Conceição Leite para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Departamento Administrativo e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 128/2017

Dispõe sobre nomeação da servidora, Srª. Kássia Falconi para exercer, o cargo, em comissão, de Secretária Adjunto de Saúde e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 127/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidora, Srª. Noeli Alves Rodrigues Piva para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Departamento de Cultura e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 126/2017

Dispõe sobre a nomeação da servidora, Srª. Maria de Fátima Moreira da Silva para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Departamento Pedagógico e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 125/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidora, Srª. Leila Cristina de Oliveira Souza para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Setor de Nutrição Escolar e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 124/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidor, Sr. Thiago Francis Pereira Carpes, para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Setor de Tecnologia Educacional e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 123/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidor, Sr. Cleudes Tavares da Silva para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Departamento Administrativo e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 122/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidora, Srª. Cristiane Moreira Barbosa do Carmo para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Departamento Administrativo e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 121/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidora, Sra. Eliane Lucélia da Silva Dutra, para exercer, o cargo, em comissão, de Assistente de Gabinete da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 120/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidor, Sr. Renato Ribeiro de Melo, para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe da Divisão GEO OBRAS e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 119/2017

Dispõe sobre nomeação de servidora, Srª. Cristiane Maria Garcia Fonseca para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Departamento de Cidade e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 118/2017

Dispõe sobre nomeação de servidor, Sr. Milton Cezar Bittencourt de Souza, para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Departamento de Gestão Estratégica e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 117/2017

Dispõe sobre nomeação de servidor, Sr. Samir Gilberto Castro, para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Departamento de Planejamento e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 116//2017

Dispõe sobre a nomeação de servidor, Sr. Alexandre Rocha, para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Setor de Cadastro e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 115/2017

Dispõe sobre nomeação de servidor Sr. Vinicius Vanderli Neves de Carvalho para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe da Divisão de Controle de Programas e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 114/2017

Dispõe sobre nomeação de servidora, Srª. Jaqueline Alves Sobrinho para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Setor de Tesouraria e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 113/2017

Dispõe sobre nomeação de servidor, Sr. Arnaldo Cáceres para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Setor de Fiscalizações e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 112/2017

Dispõe sobre nomeação de servidora, Srª. Taciane Nayara Nascimento Bezerra para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Setor de Gestão de Pessoas e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 111/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidor, Sr. Valdemir Alves da Silva, para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Setor de Patrimônio e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 110/2017

Dispõe sobre nomeação de servidora, Srª. Thais Moreira Hoinaski de Jesus para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Departamento de Administração e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 109/2017

Dispõe sobre nomeação de servidora, Srª. Kelly Christina Rolim Garbim Sampaio e Silva, para exercer, o cargo, em comissão de Chefe do APLIC e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 108/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidora, Srª. Lucélia Martos Alves, para exercer, o cargo, em comissão, de Pregoeiro e Administrador de Compras e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 107/2017

Dispõe sobre nomeação de Chefe do Departamento de Procuradoria Jurídica, Srª. Maria Silvana da Silva e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 106/2017

Dispõe sobre a nomeação do Sr. Luiz Carlos de Souza França, para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe da Junta de Serviço Militar e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 104/2017

Dispõe sobre a nomeação de Controlador Interno, Sr. Fernando Coelho Benício e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 103/2017

Dispõe sobre a nomeação da Sra. Beatriz Souza Medeiros, para exercer, o cargo, em comissão, de Assistente de Gabinete e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 105/2017

Dispõe sobre nomeação de Ouvidor Municipal, Srª. Lellis Cardoso Movaes Jesus e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 145/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidor, Sr. Ananias Ferreira da Silva, para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe da Divisão de Administração e Controle de Pátio, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOB e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 144/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidor, Sr. Robert Tuneca Soares, para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Setor Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOB e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 143/2017

Dispõe sobre nomeação da servidora, Srª. Irlana Regina Gajardoni para exercer, o cargo, em comissão, de Assistente de Gabinete, lotada da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho – SEMAS e da outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 142/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidora, Srª. Maira de Melo Rodovalho para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Departamento de Agropecuária e dá outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 141/2017

Dispõe sobre nomeação da servidora, Srª. Crislaine Moreira Barbosa para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe da Divisão de Hemoderivados e da outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 140/2017

Dispõe sobre nomeação da servidora, Srª. Iara Franco Nunes Riza para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Setor do Laboratório Municipal e da outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 139/2017

Dispõe sobre nomeação da servidora, Srª. Silvana Paglarini Davela para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe do Setor de Agendamento e da outras providências

Data: 03/01/2017

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JANEIRO/2017

PORTARIA Nº. 138/2017

Dispõe sobre nomeação do servidor, Sr. Will Robson Soares de Souza para exercer, o cargo, em comissão, de Chefe da Divisão de Saúde Mental e dá outras providências

Data: 03/01/2017

CANCELAMENTO TOMADA DE PREÇOS N.010/2016- PMPL

(PROCESSO N.351/2016-PMPL)

O Município de Pontes e Lacerda, através do Presidente da Comissão de Licitação Srta. PATRICIA MARIA GONÇALVES SILVA , torna publico, para conhecimento de interessados, o Cancelamento da Tomada de Preços n.010/2016, por ser deserta. Pontes e Lacerda/MT, 06 de janeiro de 2017.

PATRICIA MARIA GONÇALVES SILVA – Presidente CPL

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA JANEIRO/2017

Decreto nº 03/2017

Designa servidores para comporem a equipe responsável por licitação na modalidade pregão e define atribuições

Data: 06/01/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2016

PREGÃO PRESENCIAL – SRP n.º 042/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2016

PROCESSO Nº. 066/2016

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte, de um lado o município de PORTO ALEGRE DO NORTE /MT por intermédio da Prefeitura Municipal de PORTO ALEGRE DO NORTE inscrita no CNPJ nº 03.238.672/0001-28, situado na situada à Rua Tocantins, 1.173 – Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT. neste ato representado neste ato representado pela seu Prefeito, **Sr.** Emival Gomes de Freitas, brasileiro, casado, portador do RG n. 0354759-0 SSP-MT e CPF n. 405.483. 251-20, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a Empresa L.R DA SILVA BERNARDI, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.015.532/0001-81, Estabelecida a Avenida Oswaldo Tomassi, s/nº, Lt. 08, Qd. 04, CEP. 78.335-000, Colniza/MT, neste ato Representada pelo Sr. Luiz Rodrigo da Silva Bernardi, portador da Cédula de Identidade RG n.º 001193899 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o n.º 955.898.721-20, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520/2002, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 042/2016**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de Empresa ou Sociedade de Contabilistas para a Prestação de Serviços de Assessoria na Área de Contabilidade, sem Responsabilidade Técnica, abrangendo as Áreas de Contabilidade Pública, Financeira, Orçamentária E Patrimonial,conforme especificações constantes no **Anexo I**, Termo de Referência, parte Integrante do Edital.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 042/2016, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Emival Gomes de Freitas, disposta no processo nº. **066/2016.**

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A sociedade de advogados detentora do registro deverá realizar a prestação dos serviços, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 042/2016 e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DETENTORA DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora:

Razão Social: L.R DA SILVA BERNARDI-ME	
Nome de Fantasia: L.L.B GESTAO PUBLICA	
CNPJ: 12.015.532/0001-81	**Optante pelo SIMPLES? (Sim)**
Endereço: AV OSWALDO TOMASSI, S/N, LT 08 Q 04	
Bairro: CENTRO	**Cidade: COLNIZA**
CEP: 78.335-000	**E-MAIL: Rodrigo.atf@hotmail.com**
Telefone: (66) 8448-1315	**Fax:**
Representante Legal: Luiz Rodrigo da Silva Bernardi	
RG: 001193899 SSP/MS	**CPF: 995.898.721-20**

PREÇO:

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	R$ UNIT. (mês)	R$ TOTAL (ano)
1	SERVIÇOS CONFORME APUARAÇAO	MÊS	12	14.900,00	178.800,00
Valor Global/Total (12 meses/ano)	R$ 178.800,00				

4.3. Para efeitos gerais, o valor global do presente Instrumento é de R$ 178.800,00(cento e setenta e oito mil e oitocentos reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.2. Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município Contratante. No caso de subcontratação autorizada pelo Gerenciador, a Detentora continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.4. Fornecer a mão de obra qualificada para o trabalho proposto, dentro das técnicas em trabalhos deste gênero, nos termos da proposta;

5.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município;

5.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.7. Responder por todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à prestação dos serviços, objeto deste edital;

5.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

6. DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

6.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

6.5. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.6. Acompanhar os serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações do Edital;

6.7. **Atestar nas Notas Fiscais e/ou faturas a efetiva entrega dos serviços desta Ata/Contrato, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho**

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta Ata de Registro de Preço terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas e ou Jornal Oficial do Municípios – AMM/MT.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A gerência da Ata de Registro ficará a cargo do Prefeito, Sr. Emival Gomes de Freitas.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após a efetiva prestação mensal dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, até o quinto dia útil do mês subseqüente ao mês de referência, mediante depósito na conta bancária da licitante.

9.1.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

9.1.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços executados.

9.3. O Município de Porto Alegre do Norte não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring*

9.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado

9.5. A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, deverão vir acompanhada(s) dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

b) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

c) Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

9.6. No caso de cobrança indevida, a (Detentora) será notificada, devendo proceder à correção e reapresentação da nota fiscal/fatura, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

9.7. Não haverá em nenhuma hipótese pagamento antecipado.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

10.1.1. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

10.2. Por iniciativa do Município de Porto Alegre do Norte - MT, o registro será cancelado:

10.2.1. Quando o proponente:

10.2.1.1. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

10.2.1.2. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

10.2.1.2. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Serviço/Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços;

10.2.2. O Município de Porto Alegre do Norte - MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

11. DAS PENALIDADES

11.1. A execução dos serviços fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso, até o limite de 1,0% (um por cento), sobre o valor contratado, conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Porto Alegre do Norte - MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas.

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços acordados, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa de 0,3 % (três décimos por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias na execução do objeto;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Porto Alegre do Norte - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n.

10.520/2002;

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: Secretaria de Finanças

Fonte: Gabinete do Prefeito.

Projeto/Atividade: 2.087- Manutenção e Encargo com a Secretaria de Finanças.

Elemento de Despesa: (339) 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial n. 042/2016, seus anexos e as propostas da contratada.

III. é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Porto Alegre do Norte - MT.

14. DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Porto Alegre do Norte – MT, providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial de Contas e ou Jornal Oficial dos Municípios – AMM/MT, conforme Lei n. 10.520/02.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Porto Alegre do Norte - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (vias) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Porto Alegre do Norte - MT, 26 de Dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE - MT

EMIVAL GOMES FREITAS

L.R. DA SILVA BERNARDI-MT

DETENTOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE ERRATA

PUBLICAÇÃO DE ERRATA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 52/2016

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO PRESENCIAL 01/2016

A prefeitura Municipal de Porto através da Comissão Permanente de licitação, torna público para conhecimento dos interessados a publicação de Errata do edital de abertura do Diário Oficial de Contas –TCE-MT, publicado no dia 16 de dezembro de 2016. Página 51.

ONDE SE LÊ: DATA: 17 DE JANEIRO DE 2017

LEIA-SE: DATA: 18 DE JANEIRO DE 2017

Porto Esperidião-MT, 06 DE JANEIRO DE 2017.

JOSÉ GALVÃO DA SILVA SEBALHO- PRESIDENTE DA CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 028/2017

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº. 058/2014 (Dispõe sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº. 024/ 2009, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º) Fica nomeado o **Srº. NILSON DE FARIAS**,Portador da Cédula de Identidade **RG Nº. 634.961 SSP/MT e CPF Nº. 483.066.229-87**, para exercer o cargo comissionado de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO,** na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 03 de Janeiro de 2017.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 04 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 010/2017

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº. 058/2014 (Dispõe sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº. 024/ 2009, Decreto Municipal nº. 013/ 2016, e outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º) Fica nomeado o **Srº. VINÍCIUS IGNÁCIO DE BORJA SANTOS**,Portador da Cédula de Identidade **RG Nº. 33832833-6 SSP/SP e CPF Nº. 054.439.691-02**, para exercer a função comissionada de **ASSESSOR DE LICITAÇÃO,** na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 03 de Janeiro de 2017.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 04 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 031/2017

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SRº. EZEQUIEL DO CARMO FERREIRA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº. 058/2014 (Dispõe sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº. 024/ 2009, Decreto Municipal nº. 013/ 2016, Lei Complementar nº. 024/2009, Lei Complementar nº. 051/2014, e de outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º) Fica nomeado o **Srº. EZEQUIEL DO CARMO FERREIRA**,Portador da Cédula de Identidade **RG Nº. 12335657 SSP/MT e CPF Nº. 655. 215.791-68**, para exercer o cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO.**

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 02 de Janeiro de 2017.

Artigo 3º) Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 04 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 011/2017

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº. 058/2014 (Dispõe sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº. 024/ 2009, Decreto Municipal nº. 013/ 2016, e outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º) Fica nomeado o **Srº. ALUIRSON FIGUEIREDO NETO JUNIOR**,Portador da Cédula de Identidade **RG Nº. 18769489 SSP/MT e CPF Nº. 021.282.031-12**, para exercer a função comissionada de **ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS,** na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 03 de Janeiro de 2017.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 04 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 012/2017

(DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE REDE ELÉTRICA SRº CINEZIO SENE DE OLIVEIRA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º) Exonerar da função comissionada o **SRº. CINEZIO SENE DE OLIVEIRA**,Portador da Cédula de Identidade **RG Nº. 595.657 SSP/MT e CPF Nº. 396.010.301-82**, do cargo comissionado de **COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE REDE ELÉTRICA**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir desta data.

Artigo 3º) Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 02 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 013/2017

(DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO O SRº. CORIVALDO CANDIDO FERREIRA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º) Exonerar da função comissionada o **SRº. CORIVALDO CANDIDO FERREIRA**,Portador da Cédula de Identidade **RG Nº. 402.687 SSP/MT e CPF Nº. 080.947.131-00**, do cargo comissionado de **COORDENADOR DE DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Infra Estrutura e Serviços Urbanos.

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir desta data.

Artigo 3º) Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 02 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 017/2017

(DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS O SRº. GILMAR ZANELIA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º) Exonerar da função comissionada o **SRº. GILMAR ZANELIA**,Portador da Cédula de Identidade **RG Nº. 953.897 SSP/MT e CPF Nº. 616.514.001-72**, do cargo comissionado de **ASSESSOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir desta data.

Artigo 3º) Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 02 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 018/2017

(DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE INFORMAÇÃO DE SISTEMA DE SAÚDE O SRº. JEAN CARLOS MAGALHÃES DA SILVA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º) Exonerar da função comissionada o **SRº. JEAN CARLOS MAGALHÃES DA SILVA**,Portador da Cédula de Identidade **RG Nº. 1.078. 238-9 SSP/MT e CPF Nº. 843.445.801-25**, do cargo comissionado de **COORDENADOR DE INFORMAÇÃO DE SISTEMA DE SAÚDE**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir desta data.

Artigo 3º) Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 02 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 014/2017

(DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADORA DE TESOURARIA SRª ELAINE CRISTINA MAGALHÃES CARDOSO).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º) Exonerar da função comissionada a **SRª. ELAINE CRISTINA MAGALHÃES CARDOSO**,Portadora da Cédula de Identidade **RG Nº. 1. 111.421-5 SSP/MT e CPF Nº.621.064.491-00**, do cargo comissionado de **COORDENADORA DE TESOURARIA**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir desta data.

Artigo 3º) Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 02 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 015/2017

(DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADORIA DE CONTABILIDADE O SRº. FABIO NOGUEIRA DE ALMEIDA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º) Exonerar da função comissionada o **SRº. FABIO NOGUEIRA DE ALMEIDA**,Portador da Cédula de Identidade **RG Nº. 1.250.781-4 SSP/MT e CPF Nº. 865.796.491-00**, do cargo comissionado de **COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir desta data.

Artigo 3º) Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 02 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 026/2017

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADORA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº. 058/2014 (Dispõe sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº. 024/2009, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º) Fica nomeada a **Srª. SWELEN LUCENA CERQUEIRA CALDAS DE MELO**,Portadora da Cédula de Identidade **RG Nº. 1319424-0 SSP/MT e CPF Nº. 010.505.071-77**, para exercer o cargo comissionado de **COORDENADORA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL,** na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 03 de Janeiro de 2017.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 04 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 016/2017

(DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADORA DE SALA DE VACINA A SRª. FÁTIMA TEREZA BARROS).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º) Exonerar da função comissionada a **SRª. FÁTIMA TEREZA BARROS**,Portadora da Cédula de Identidade **RG Nº. 1.292.695-7 SSP/MT e CPF Nº. 621.065.111-91**, do cargo comissionado de **COORDENADORA DE SALA DE VACINA**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir desta data.

Artigo 3º) Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 02 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 024/2017

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ASSESSOR DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº. 068/2016 (Dispõe sobre alteração, do anexo I da Lei Complementar nº. 044/2013, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º) Fica nomeado o **Srº. GILMAR ZANELIA**,Portador da Cédula de Identidade **RG Nº. 953.897 SSP/MT e CPF Nº. 616.514.001-72**, para exercer o cargo comissionado de **ASSESSOR DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS,** na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 03 de Janeiro de 2017.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 04 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 023/2017

(DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADORA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL SRª SWELEN LUCENA CERQUEIRA CALDAS).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º) Exonerar da função comissionada a **SRª. SWELEN LUCENA CERQUEIRA CALDAS**,Portadora da Cédula de Identidade **RG Nº. 1319424-0 SSP/MT e CPF Nº.010.505.071-77**, do cargo comissionado de **COORDENADORA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir desta data.

Artigo 3º) Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 02 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 022/2017

(DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO SRº NILSON DE FARIAS).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º) Exonerar da função comissionada o **SRº. NILSON DE FARIAS**,Portador da Cédula de Identidade **RG Nº. 634.961 SSP/MT e CPF Nº. 483.066.229-87**, do cargo comissionado de **DIRETOR DO DEPARTAMENRO DE FISCALIZAÇÃO**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir desta data.

Artigo 3º) Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 02 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 021/2017

(DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS O SRº. LUCAS PASTOR DOS SANTOS).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º) Exonerar da função comissionada o **SRº. LUCAS PASTOR DOS SANTOS**,Portador da Cédula de Identidade **RG Nº. 13845748 SSP/MT e CPF Nº. 013.035.301-98**, do cargo comissionado de **COORDENADOR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS**, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Infra Estrutura e Serviços Urbanos.

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir desta data.

Artigo 3º) Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 02 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 020/2017

(DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO SRº LOURIVAL MAGALHÃES COSTA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º) Exonerar da função comissionada o **SRº. LOURIVAL MAGALHÃES COSTA**,Portador da Cédula de Identidade **RG Nº. 1.238.793-2 SSP/MT e CPF Nº. 003.978.481-96**, do cargo comissionado de **COORDENADOR DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir desta data.

Artigo 3º) Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 02 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 019/2017

(DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DIVISÃO DO SETOR ADMINISTRATIVO SRª LAURA LISANDRA MOREIRA DE MELO MASIERI).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º) Exonerar da função comissionada a **SRª. LAURA LISANDRA MOREIRA DE MELO MASIERI**,Portadora da Cédula de Identidade **RG Nº. 1125676-1 SSP/MT e CPF Nº.568.520.291-15**, do cargo comissionado de **CHEFE DE DIVISÃO DO SETOR ADMINISTRATIVO**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir desta data.

Artigo 3º) Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 02 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 027/2017

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADORA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº. 058/2014 (Dispõe sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº. 024/2009, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º) Fica nomeada a **Srª. SUELY CAMPOS ALVES**,Portadora da Cédula de Identidade **RG Nº. 10360573 SSP/MT e CPF Nº. 781.881.641-00**, para exercer o cargo comissionado de **COORDENADORA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL,** na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 03 de Janeiro de 2017.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 04 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 030/2017

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADOR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº. 058/2014 (Dispõe sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº. 024/2009, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º) Fica nomeado o **Srº. LUCAS PASTOR DOS SANTOS**,Portadora da Cédula de Identidade **RG Nº. 13845748 SSP/MT e CPF Nº. 013.035.301-98**, para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS,** na Secretaria Municipal de Obras, Infra Estrutura e Serviços Urbanos**.**

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 03 de Janeiro de 2017.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 04 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 029/2017

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADOR DE INFORMAÇÃO DE SISTEMA DE SAÚDE).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº. 058/2014 (Dispõe sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº. 024/2009, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º) Fica nomeado o **Srº. JEAN CARLOS MAGALHÃES DA SILVA**,Portador da Cédula de Identidade **RG Nº. 1.078.238-9 SJ/MT e CPF Nº. 843.445.801-25**, para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR DE INFORMAÇÃO DE SISTEMA DE SAÚDE,** na Secretaria Municipal de Saúde**.**

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 03 de Janeiro de 2017.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 04 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 007/2017

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ASSESSOR TÉCNICO DO APLIC).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº. 058/2014 (Dispõe sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº. 024/2009, e outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º) Fica nomeado o **Srº. ROOSEVELT DA GUIA ORTEGA**,Portador da Cédula de Identidade **RG Nº. 1.505.545-0 SSP/MT e CPF Nº. 896.212.552-87**, para exercer o cargo comissionado de **ASSESSOR TÉCNICO DO APLIC,** na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 03 de Janeiro de 2017.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 04 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 009/2017

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ASSESSOR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº. 058/2014 (Dispõe sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº. 024/2009, e outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º) Fica nomeado o **Srº. EDSON ANTUNES**,Portador da Cédula de Identidade **RG Nº. 1311888-9 SSP/MT e CPF Nº. 998.156.641-15**, para

exercer o cargo comissionado de **ASSESSOR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS,** naSecretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 03 de Janeiro de 2017.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 04 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

PORTARIA Nº. 034/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

"Nomeia Alessandro Isernhagen Hydalgo e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 13 Inciso II da Lei 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Alessandro Isernhagen Hydalgo**inscrito no CPF 039. 367.331-63 a partir de 02 de Janeiro de 2017 no cargo comissionado de **Chefe do Departamento de Planejamento Integrado,** lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Tecnologia e Informática.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 005/2017

De: 03 de Janeiro de 2017

*"Nomeia **Joao Manoel Cavalieri** no cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT; no uso de suas prerrogativas legais, em conformidade com inciso I, do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal;

D E C R E T A

Artigo 1º - Nomeia ***Joao Manoel Cavalieri*** inscrito no CPF 362.244. 801-68 a partir de 03 de Janeiro de 2017, no cargo de **Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável, lotado na Secretaria Municipal de** Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável.

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos/MT, em 03 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 006/2017

De: 03 de Janeiro de 2017

*"Nomeia **Angela Aparecida Piovesan** no cargo de Secretária Municipal de Assistência Social e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT; no uso de suas prerrogativas legais, em conformidade com inciso I, do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal;

D E C R E T A

Artigo 1º - Nomeia ***Angela Aparecida Piovesan*** *inscrita no CPF nº 793. 095.341-68* a partir de 03 de Janeiro de 2017, no cargo de **Secretária Municipal de *Assistência Social,* lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.**

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos/MT, em 03 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 003/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

"Exonera a pedido Dirce Fulber e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais com fulcro no Art. 54 da Lei 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido **Dirce Fulber** a partir de 02 de Janeiro de 2017 do cargo efetivo de **Recepcionista,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos M/T, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 004/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

"Exonera a pedido Altamirando Pinheiro Figueiredo e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais com fulcro no Art. 55 da Lei 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido **Altamirando Pinheiro Figueiredo** a partir de 02 de Janeiro de 2017 do cargo comissionado de **Chefe do Setor de Água e Esgoto em São João,** lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos M/T, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 005/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

"Concede Licença Para Tratamento de Interesse Particular ao servidor Aparecido Prudêncio de Amorim e dá outras providências"

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no artigo 124° da Lei Municipal n° 018/1991 e Lei Complementar nº 011/2002.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder **Licença Para Tratamento de Interesse Particular** sem remuneração,**ao servidorAparecido Prudêncio de Amorim,** nomeado no cargo efetivo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde durante o período de 02 (dois) anos, compreendido de **02 de Janeiro de 2017 a 02 de Janeiro de 2019.**

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 006/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

"Exonera Leniana Heinen Feitosa da função de Coordenadora Pedagógica e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 55 da Lei 018/1991 e Art. 24 da Lei 011/2002;

Resolve:

Art. 1º Exonerar **Leniana Heinen Feitosa** da função de **Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação** a partir de 01 de Janeiro de 2017**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único: Será atribuído uma única indenização correspondente a dois terços do vencimento pela perda da função.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 008/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

"Concede Licença Especial a servidora ***Oclecia Thomas Bertogna*** *e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no Artigo 120 da Lei 018/1991 e Lei Complementar Municipal 002/2003;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Especial, a servidora **Oclecia Thomas Bertogna,** nomeada no cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para usufruir no mês de **Janeiro de 2017**, referente ao quinquênio de 04/05/2010 a 03/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 009/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

"Concede Licença Especial a servidora ***Ada Keller Aparecida Rocha*** *e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Artigo 120 da Lei 018/1991 e Lei Complementar Municipal 002/2003;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Especial, a servidora **Ada Keller Aparecida Rocha,** nomeada no cargo efetivo de Técnico em Radiologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para usufruir no mês de **Janeiro de 2017**, referente ao quinquênio de **09/08/2010 a 08/08/2015.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 010/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

"Concede Férias a servidora ***Viviane Dominhaki de Almeida*** *e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Viviane Dominhaki de Almeida** nomeada no cargo efetivo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 03/02/2015 a 02/02/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 011/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

"Concede Férias a servidora ***Francielle Mendes da Silva*** *e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Francielle Mendes da Silva** nomeada no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 02/06/2015 a 31/05/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 012/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Férias a servidora **Marcia Selzler de Oliveira** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Marcia Selzler de Oliveira** nomeada no cargo efetivo de Técnico em Laboratório, lotada na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 28/02/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 013/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Férias a servidora **Ivani Souza Nascimento** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 02/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Ivani Souza Nascimento** nomeada no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 17/06/2015 a 16/06/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 014/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Férias a servidora **Cleonice de Almeida Costa Azovedi** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Cleonice de Almeida Costa Azovedi** nomeada no cargo efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 04/05/2015 a 03/05/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 015/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Férias a servidora **Solange Tonhon Rosa** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Solange Tonhon Rosa** nomeada no cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 11/03/2015 a 10/03/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 016/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Férias a servidora **Rosangela Talaridi Santos Nascimento** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 02/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Rosangela Talaridi Santos Nascimento**nomeada no cargo efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 04/05/2015 a 03/05/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 017/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Valmir Almeida Angelo** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário,** ao servidor**Valmir Almeida Angelo**nomeado no cargo efetivo de Bioquímico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 11/03/2014 a 10/03/2015.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 032/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

"Exonera Allan Vinicius Duarte Scariot e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 55 da Lei 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **Allan Vinicius Duarte Scariot** inscrito no CPF 016.785. 161-63 a partir de 02 de Janeiro de 2017 do cargo comissionado de **Chefe do Departamento de Planejamento Integrado,** lotado junto a Secretaria Municipal de Planejamento, Tecnologia e Informática.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 031/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

"Exonera Renata Evelyn Antoniassi do Nascimento** da função de **Secretaria Escolar da Creche Municipal Pequeno Príncipe, e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT; no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 55 da Lei Municipal 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora efetiva **Renata Evelyn Antoniassi do Nascimento** inscrita no CPF nº 003.325.591-14 da função de **Secretaria Escolar da Creche Municipal Pequeno Príncipe,** a partir de 02 de Janeiro de 2017, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único: Será atribuído uma única indenização correspondente a dois terços do vencimento pela perda da função c.c Art. 24 da Lei 011/ 2002.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos/MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 018/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Férias a servidora **Natalia Vitale Fiorillo Gama de Souza** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário,** a servidora**Natalia Vitale Fiorillo Gama de Souza**nomeada no cargo efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 08/10/2015 a 07/10/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 029/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

"Exonera Iluine Frenzel de Souza do cargo comissionado de Ouvidor Geral do Município de Porto dos Gaúchos MT e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT; no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 55 da Lei Municipal 018/1991 e na Lei Municipal 426/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora efetiva **Iluine Frenzel de Souza** inscrita no CPF nº 021.550.021-06 das funções do cargo comissionado de Ouvidor Geral do Município de Porto dos Gaúchos/MT, a partir de 02 de Janeiro de 2017.

Parágrafo Único: Será atribuído uma única indenização correspondente a dois terços do vencimento pela perda da função c.c Art. 24 da Lei 011/ 2002.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos/MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 033/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Exonera **João Manoel Cavalieri** e da outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 55 da Lei 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **João Manoel Cavalieri** inscrito no CPF 362.244.801-68 a partir de 02 de Janeiro de 2017 do cargo comissionado de **Chefe do Departamento de Agricultura Familiar**, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 028/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Rodrigo Marques Domingos** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Rodrigo Marques Domingos**nomeado no cargo efetivo de Operador de Saneamento, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 04/05/2015 a 03/05/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 027/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Edevaldo de Souza Arcanjo** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Edevaldo de Souza Arcanjo**nomeado no cargo efetivo de Técnico Esportivo, lotado na Secretaria Municipal de Esportes, referente ao período aquisitivo de 01/12/2015 a 30/11/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 019/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Romulo Arantes Raimundo de Souza** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário,** ao servidor**Romulo Arantes Raimundo de Souza**nomeado no cargo efetivo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 04/05/2015 a 03/05/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 020/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Férias a servidora **Monica Stainer Bronner** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Monica Stainer Bronner** nomeada no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 01/10/2015 a 30/09/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 021/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Férias a servidora **Isabel dos Reis Maria** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Isabel dos Reis Maria**nomeada no cargo efetivo de Zelador, lotada na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 28/02/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 026/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Férias a servidora **Vanea Aparecida Cupaioli** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Vanea Aparecida Cupaioli**nomeada no cargo efetivo de Biólogo, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura referente ao período aquisitivo de 24/02/2015 a 23/02/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 025/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Vilmar Weirich** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Vilmar Weirich**nomeado no cargo efetivo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo de 06/03/2015 a 05/03/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 035/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Nomeia **Silvano de Oliveira Rezer** e da outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 13 Inciso II da Lei 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Silvano de Oliveira Rezer** inscrito no CPF 881.170. 811-72 a partir de 03 de Janeiro de 2017 no cargo comissionado de **Chefe do Departamento de Agricultura Familiar**, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 024/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Lourival Gomes Guerra** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Lourival Gomes Guerra**nomeado no cargo efetivo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 09/09/2015 a 08/09/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 023/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Jose Carlos Olivato** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Jose Carlos Olivato**nomeado no cargo efetivo de Operador de Trator de Pneu, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável referente ao período aquisitivo de 11/03/2015 a 10/03/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 022/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Férias a servidora **Iluine Frenzel de Souza** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário,** a servidora **Iluine Frenzel de Souza**nomeada no cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Finanças referente ao período aquisitivo de 05/03/2015 a 04/03/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 036/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Exonera **Daiana Talaridi do Nascimento** e da outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 55 da Lei 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **Daiana Talaridi do Nascimento** inscrita no CPF nº 056. 154.301-17 do cargo de **Chefe do Setor de Esporte em Novo Paraná**, a partir de 02 de Janeiro de 2017 lotada na Secretaria Municipal de Esporte.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo n° 2 Termo do contrato nº.10/2016, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA 181 (CENTO E OITENTA E UM) DIAS LETIVOS. decorrente de Pregão n° 8/2016, que entre si celebram PRE-

FEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU e a J DE JESUS DE SOUZA ME inscrita no CNPJ sob nº. 10.873.233/0001-52. termíno 30/1/2017, aditivam o contrato na importância de R$ 3.862,80 (três mil, oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos) As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93. Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.

POXOREU 22 de dezembro de 2016.

PREFEITA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo n°1 Termo do contrato nº.8/2016, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA 181 (CENTO E OITENTA E UM) DIAS LETIVOS. decorrente de Pregão n° 8/2016, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU e a ELISABETE ALVES LEITE MOURA inscrita no CNPJ sob nº. 14.836.838/0001-24.termíno 31/1/2017, aditivam o contrato na importância de R$ 16.182,00 (dezesseis mil, cento e oitenta e dois reais) As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93. Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93

POXOREU 22 de dezembro de 2016

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 1.661/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1661/2016

DE QUARTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

PROVIDÊNCIAS.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de

QUERENCIA, Estado de MATO GROSSO, no uso de

atribuições legais, especialmente a Lei Municipal

n.º 1020/2016, e em consonância com a Lei

4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

QUERENCIA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.065.905,00 (UM MILHAO E

SESSENTA E CINCO MIL E NOVECENTOS E CINCO REAIS), nas dotações orçamentárias:

02 GABINETE DO PREFEITO

001.04.122.0003.2005 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 20.300,00

001.04.122.0003.2160 VERBAS INDENIZATÓRIAS - GABINETE DO PREFEITO

3390930000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 21.500,00

SUBTOTAL 41.800,00

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

001.04.122.0003.2009 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.260,00

SUBTOTAL 2.260,00

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, ESTRADAS DE RODA

003.26.782.0101.2024 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE OBRAS E ESTRADAS

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 500,00

SUBTOTAL 500,00

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, LAZER E CULT

001.04.122.0003.2026 MANUTENÇÃO E ENC.COM O GABINETE DO SEC.DE EDUCAÇÃO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 2.000,00

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 30.000,00

008.12.361.0097.2043 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUND.

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 224.000,00

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 300,00

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 168.500,00

009.12.361.0097.2045 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUND

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 900,00

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 79.700,00

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 1 / 13

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 91.800,00

SUBTOTAL 597.200,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.10.122.0079.2054 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DA SEC.DE SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 12.000,00

002.10.301.0079.2055 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 20.000,00

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 12.000,00

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 272.400,00

003.10.301.0079.2060 MANUTENCAO COM OS AGENTES COMUNITARIOS RURAIS DE SAUD

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 250,00

003.10.301.0079.2063 MANUTENCAO DA VIGILANCIA EM SAUDE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 400,00

003.10.301.0079.2121 MANUTENÇÃO COM PROTESES DENTARIAS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 2.500,00

SUBTOTAL 319.550,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001.08.244.0090.2065 MANUTENCAO COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E PROM

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 27.500,00

SUBTOTAL 27.500,00

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO, AGRICULTURA

001.20.606.0003.2076 MANUTENCAO DA SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E M

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 21.300,00

SUBTOTAL 21.300,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

001.04.123.0003.2088 MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SEC. DE FINANCAS E SETOR DE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 1.650,00

SUBTOTAL 1.650,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVICOS URBANOS

001.04.122.0080.2143 MANUTENCAO COM O GABINETE DO SANEAMENTO E SERV URBANO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 25.585,00

002.17.512.0080.2128 MANUTENÇÃO E ENC.COM O SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 15.780,00

003.15.452.0060.2131 MANUTENÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS URBANOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 12.780,00

SUBTOTAL 54.145,00

TOTAL 1.065.905,00

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será

coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02 GABINETE DO PREFEITO

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 2 / 13

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

001.04.122.0003.2004 DESPESAS COM PUBLICIDADE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 1.275,00

001.04.122.0003.2005 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 4.014,72

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.481,53

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 3.188,37

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 902,60

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 68,09

SUBTOTAL 14.930,31

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

001.04.122.0003.1006 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 0,80

001.04.122.0003.2007 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 175,35

001.04.122.0003.2009 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 14,39

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 4.244,19

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 16,48

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 170,88

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 4.485,66

001.04.122.0003.2010 MANUTENÇÃO E ENC.COM A ASSESSORIA JURÍDICA

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 250,00

SUBTOTAL 9.357,75

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, ESTRADAS DE RODA

001.04.122.0003.1003 AQUISIÇÃO DE EQUIP.E MAT.PERM.P/GAB. SEC.DE VIAÇÃO E OBRAS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 160,00

001.04.122.0003.2017 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SEC.DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.948,49

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 31,10

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 3.719,54

003.26.782.0101.1032 AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS PARA O SETOR DE OBRAS E ESTRADA

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 100,00

003.26.782.0101.2024 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE OBRAS E ESTRADAS

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 3.133,42

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 2.169,77

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 2.823,57

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 28,25

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 14,29

003.26.782.0101.2094 MANUTENÇÃO E REFORMA DE PONTES

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 1.210,47

003.26.782.0236.1096 MANUTENÇÃO DE ESTRADAS ESTADUAIS NÃO PAVIMENTADAS - FET

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 3 / 13

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 67,65

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 29,67

003.26.782.0236.1097 MANUTENÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS VICINAIS - FETHAB

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 213,77

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 4.526,08

SUBTOTAL 24.176,07

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, LAZER E CULT

001.04.122.0003.1033 AQUIS.EQUIP.E MAT.PERMANENTE P/GAB. SEC.DE EDUCAÇÃO

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 40,99

001.04.122.0003.2026 MANUTENÇÃO E ENC.COM O GABINETE DO SEC.DE EDUCAÇÃO

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 19,84

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 267,92

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 2,22

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 96,80

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 195,01

001.04.122.0003.2151 FÓRUM MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 16,78

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 234,70

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 385,00

002.12.306.0036.2028 MANUTENÇÃO COM A MERENDA ESCOLAR - CRECHE E PRÉ ESCOLA

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 2.692,44

002.12.365.0039.1034 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHE

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 32,43

002.12.365.0039.1035 AQUIS.DE EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE P/ SETOR PRÉ-ESCOLAR

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 523,00

002.12.365.0039.2027 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO PRÉ-ESCOLAR E CRECHE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 14.626,48

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 245,02

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5,14

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 20,76

002.12.365.0039.2144 MANUTENCAO DO BRASIL CARINHOSO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 3,92

003.12.361.0035.2031 LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 88,54

003.12.361.0035.2033 MANUTENÇÃO E ENC.COM O PROGRAMA ESTADUAL DO TRANSPORT

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 49.274,75

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 323,64

003.12.361.0035.2034 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PROG. NACIONAL DO TRANSPOR

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 405,79

003.12.361.0035.2170 MANUTENÇÃO COM O TRANSPORTE ESCOLAR

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 21.860,87

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 4 / 13

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 50,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 436,75

003.12.361.0040.1036 AQUIS.DE EQUIP.E MAT.PERM.P/PORTADORES DE NEC.ESPECIAIS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.000,00

003.12.361.0040.1037 AQUIS.DE EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE P/ SETOR DE ENSINO FU

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 3.954,09

003.12.361.0040.1038 AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS MUNICIPAIS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 118,55

003.12.361.0040.1160 CONSTRUÇÃO DA ESCOLA FAZENDA TANGURO

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.660,33

003.12.361.0040.1161 CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PARQUE IMPERIAL

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 439,20

003.12.361.0040.1174 CONSTRUÇÃO DO MURO DA ESCOLA ASSENT. PINGO D´AGUA

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.659,60

003.12.361.0040.1176 AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - PROINFÂNCIA

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 9.114,80

003.12.361.0040.1178 ADITIVO PARA CONCLUSÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA NO P.A PI

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 283,56

003.12.361.0040.2029 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE ENSINO FUNDAMENT

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 3.249,68

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 457,83

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 791,33

3390350000 SERVIÇOS DE CONSULTORIA 1.000,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 3.526,77

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 5,30

003.12.361.0040.2165 MANUT.E ENCARGOS COM A CONSULTORIA PEDAGÓGICA - FUNDAM

3390350000 SERVIÇOS DE CONSULTORIA 100,00

003.12.366.0045.2030 AUXÍLIO À EDUCANDOS

3390180000 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES 5.275,00

004.12.306.0036.2035 MANUTENÇÃO COM A MERENDA ESCOLAR - PNAE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 16,81

005.12.361.0035.2036 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO SALÁRIO EDUCAÇÃO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5,72

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1.000,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 179,23

006.12.361.0040.2037 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PROGRAMA DE DINHEIRO DA ES

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 950,50

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1.000,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 1.000,00

007.27.812.0035.2171 REALIZAÇÃO DO MOLEQUE BOM DE BOLA

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 58,00

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 5 / 13

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

3390310000 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES 408,00

007.27.812.0044.1042 CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE LAZER

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 24,79

007.27.812.0044.1180 AQUISIÇÃO DE EQUIP.E MAT.PERM.MÓVEIS E UTENSILIOS P/SETOR

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 326,00

007.27.812.0044.2038 MANUTENÇÃO E ENC.COM O SETOR DE DESPORTO E LAZER

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 36,26

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 331,94

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 534,09

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1.843,90

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 16.421,21

007.27.812.0044.2041 MANUTENÇÃO DO ESTÁDIO, GINÁSIO E QUADRAS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.544,33

007.27.812.0044.2154 INCENTIVO A CAPOEIRA

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 45,00

007.27.812.0044.2172 INCENTIVO AOS JOGOS ESCOLARES ESTADUAIS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 62,00

007.27.812.0044.2173 REALIZAÇÃO DOS JOGOS ESCOLARES DO INTERIOR

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 44,69

3390310000 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES 545,00

007.27.812.0044.2174 MANUTENÇÃO COM ARBITRAGEM

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1.000,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 12.462,00

008.04.365.0097.2044 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA INFAN

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 12.676,98

010.13.392.0046.1046 AQUISIÇÃO DE MAT.PERMANENTE P/BIBLIOTECA MUNICIPAL

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 109,60

010.13.392.0046.2047 MANUTENÇÃO COM A BANDA ESTUDANTIL

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 3.440,96

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 13,60

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 37,50

010.13.392.0046.2048 MANUTENÇÃO COM A BIBLIOTECA MUNICIPAL

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 45,12

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 13,19

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 43,96

010.13.392.0046.2049 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EVENTOS E FESTIVIDADES CULTU

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 11,42

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 42,10

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 39,92

010.13.392.0046.2053 INCENTIVO À GINCANA MUNICIPAL

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 445,84

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 6 / 13

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 53,90

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 505,00

010.13.392.0046.2166 INCENTIVO A FESTIVIDADES JUNINAS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 2. 454,40

010.13.392.0046.2180 INCENTIVO AO DIA DO EVANGÉLICO

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 963,00

SUBTOTAL 189.220,79

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.10.122.0079.1047 AQUISIÇÃO DE EQUIP.E MAT.PERMANENTE - GAB.SEC,.DE SAÚDE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 69,12

001.10.122.0079.2054 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DA SEC.DE SAÚDE

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 997,32

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 451,99

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 1.578,84

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 11,98

002.10.301.0079.1049 AQUIS.DE EQUIP.MAT.PERMANENTE, MOV.E UTENSILIOS P/SETOR D

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 575,44

002.10.301.0079.1182 ADITIVO NO CONTRATO DE CONSTRUÇÃO DA UBS DO BRASIL NOVO

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 65,14

002.10.301.0079.2055 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE SAÚDE

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 11,70

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 25.598,48

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 45,07

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 73,99

002.10.301.0079.2178 VERBAS INDENIZATÓRIAS - SETOR DE SAÚDE

3390930000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 4.050,00

003.10.301.0079.1051 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 811,90

003.10.301.0079.1057 AQUIS.DE EQUIP.MATERIAL PERM.MÓVEIS E UTENSÍLIOS - SAÚDE D

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 539,10

003.10.301.0079.1058 AQUISICAO DE EQUIP MATERIAL PERMANENTE, MOVEIS E UTENSIL

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 36,00

003.10.301.0079.1059 AQUIS DE EQUIP MATERIAL PERMANENTE, MOVEIS E UTENSILIOS -

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 408,00

003.10.301.0079.1100 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ VIGILANCIA EM SAUDE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.006,66

003.10.301.0079.1101 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ PMAQ

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 59,56

003.10.301.0079.1135 AQUISIÇÃO EQUIP.MÓV.E UTENSILIOS P/PROTESES DENTÁRIAS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 30,00

003.10.301.0079.1139 AQUISIÇÃO DE EQUIP.MAT.PERMANENTE P/ FARMÁCIA BÁSICA

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 7 / 13

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 439,69

003.10.301.0079.2057 MANUTENCAO COM OS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 103,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 1. 000,00

003.10.301.0079.2058 MANUTENCAO COM A FARMACIA BASICA

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 11.268,50

003.10.301.0079.2059 MANUTENCAO DA SAUDE BUCAL

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 2.638,21

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 1. 399,50

003.10.301.0079.2061 MANUTENCAO COM O PISO DE ATENCAO BASICA - PAB

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 2.759,45

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1. 000,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 6. 001,20

003.10.301.0079.2062 MANUTENCAO COM O PROG DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO - PA

3371410000 CONTRIBUIÇÕES 14.379,95

003.10.301.0079.2063 MANUTENCAO DA VIGILANCIA EM SAUDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 66,43

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 760,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 5. 377,75

003.10.301.0079.2119 MANUTENÇÃO COM A ALTA E MEDIA COMPLE-XIDADE - AMCO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 3.873,50

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 244,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 267,55

003.10.301.0079.2121 MANUTENÇÃO COM PROTESES DENTARIAS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 2. 970,00

003.10.301.0079.2122 MANUTENCAO DO PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUA

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 37,04

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 4. 396,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 6. 657,23

003.10.301.0079.2145 MANUT.PROGRAMA DE NUCLEO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.656,22

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1. 400,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 755,00

SUBTOTAL 110.870,51

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001.04.122.0003.1131 AQUISICAO DE EQUTOS MAQ.MOV. P\ CONSE-LHO TUTELAR

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 30,00

001.08.241.0090.2068 MANUTENCAO COM O APOIO AOS IDOSOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.318,27

001.08.243.0090.2125 MANUTENÇÃO COM O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIAN

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 6.908,00

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 8 / 13

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 2. 500,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 23,90

001.08.244.0090.1061 AQUISICAO DE EQUP MATERIAL PERMANEN-TE, MOVEIS E UTENSILI

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 20,96

001.08.244.0090.1163 AQUISIÇÃO DE EQUIP.MAT.PERMANENTE P/ PROTEÇÃO ESPECIAL

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00

001.08.244.0090.2065 MANUTENCAO COM A SECRETARIA DE DE-SENVOLVIMENTO E PROM

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 2.082,69

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 13.348,87

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 2.282,79

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5. 681,85

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 5. 096,10

001.08.244.0090.2066 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE ACAO SO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 0,70

001.08.244.0090.2176 MANUTENÇÃO COM PROTEÇÃO ESPECIAL

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 1.000,00

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 1.000,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1. 000,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 1. 000,00

001.14.422.0003.2150 MANUTENCAO COM O CONSELHO TUTELAR

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 796,72

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 1.017,80

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 1.213,43

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 8. 203,48

002.08.244.0090.1071 AQUISICAO DE EQUP.E MAT PERMANENTE, MOV.E UTENSILIOS PAR

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 30,04

002.08.244.0090.2069 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O PROGRA-MA DE ATENCAO INTEG

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.803,13

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 1. 439,50

002.08.244.0090.2071 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O PISO BA-SICO VARIAVEL III

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 2.182,51

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1. 000,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 4,00

002.08.244.0090.2072 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O INDICE DE GESTAO DESCENTRA

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 1.846,76

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 7.306,68

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5. 800,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 1. 741,40

002.08.244.0090.2074 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O FUNDO PARTILHADO DE INVEST

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 2.955,30

002.08.244.0090.2126 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O IGD SUAS

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 9 / 13

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 4.476,04

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 2.667,87

002.08.244.0090.2127 MANUTENÇÃO COM O PROGRAMA SERV CONVIVENCIA E FORTALECI

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 6,82

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 5.200,00

002.08.244.0090.2146 MANUT.COM O PROGRAMA DE BENEFÍCIO PRESTAÇÃO CONTINUAD

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 500,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 500,00

002.20.606.0090.2155 MANUTENÇÃO COM O COFINANCIAMENTO ESTADUAL

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 3.388,50

SUBTOTAL 115.374,11

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO, AGRICULTURA

001.20.605.0018.1166 CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO NO P.A COUTINHO UNIÃO

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 675,04

001.20.606.0003.1073 AQUIS. DE EQUP.MAT. PERMANENTE PARA A SEC. DE AGRICULTURA

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 12.302,00

001.20.606.0003.1165 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS - SEC.DE AGRICULTURA

4590610000 AQUISICAO DE IMOVEIS 280.000,00

001.20.606.0003.2076 MANUTENCAO DA SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E M

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 3.690,92

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 2.492,23

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 8.914,86

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1.979,49

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 8.866,78

001.20.606.0015.1075 AQUISICAO DE INCREMENTOS PARA AS PATRULHAS MECANIZADAS.

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 16.500,00

001.20.606.0015.1179 CONCLUSÃO NA CONSTRUÇÃO DO BARRACÃO PARA FEIRA LIVRE

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 504,90

001.20.606.0015.2078 MANUTENCAO E ENCARGOS COM PALESTRAS, TECNICAS AGROPECU

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 113,13

001.20.606.0015.2080 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 4.421,45

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 2.000,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 2.000,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 3.400,00

001.20.606.0015.2081 INCENTIVO PARA EXPOSIÇÃO AGROPECUARIA-EXPOQUER

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 22,15

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 4.725,50

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 352,73

001.20.606.0015.2082 INSUMOS NECESSARIOS PARA INCENTIVO A CADEIA PRODUTIVA DA

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 4.358,90

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 10 / 13

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5.000,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 12.000,00

001.20.606.0015.2083 INSUMOS NECESSARIOS PARA INCENTIVOS A CADEIA PRODUTIVA D

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 9.937,93

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 2.398,40

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 778,10

001.20.606.0015.2084 INSUMOS NECESSARIOS PARA INCENTIVOS A CADEIA PRODUTIVA D

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 61,80

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1.000,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 4.000,00

001.20.606.0015.2087 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 2.500,00

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5.000,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 4.000,00

001.20.606.0015.2179 MANUT.COM A ASSOC.COMUNIT.AGROC.ESTRELA DA PAZ

3350430000 SUBVENÇÕES SOCIAIS 3.600,00

SUBTOTAL 412.596,31

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

001.04.123.0003.2088 MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SEC. DE FINANCAS E SETOR DE

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 7.699,38

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 1.891,70

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 313,03

3390350000 SERVIÇOS DE CONSULTORIA 300,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 3.916,14

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 47.992,20

3390930000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 31,95

001.04.123.0003.2156 PROGRAMA DE ESTÍMULO AO AUMENTO DA ARRECADAÇÃO

3390310000 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES 5.355,00

001.04.846.0006.2089 SENTENCAS JUDICIAIS

3390910000 SENTENÇAS JUDICIAIS 7.570,29

001.28.841.0033.2091 RESGATE E PARCELAMENTO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA

4690710000 PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO 37,38

SUBTOTAL 75.107,07

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVICOS URBANOS

001.04.122.0080.2143 MANUTENCAO COM O GABINETE DO SANEAMENTO E SERV URBANO

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 1,26

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 240,00

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 36,09

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 1.217,73

002.17.512.0080.1104 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 11 / 13

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 880,93

002.17.512.0080.1106 AQUIS.EQUIP.MÁQ.MÓVEIS E UTENSÍLIOS P/ SETOR DE SANEAMENT

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 360,88

002.17.512.0080.2128 MANUTENÇÃO E ENC.COM O SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 63,99

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10,70

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 20,01

003.15.451.0060.1111 ASFALTAMENTO E MANUTENÇÃO COM RUAS E AVENIDAS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 11.823,21

003.15.451.0060.1113 CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS E PASSEIOS PUBLICOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 72,50

003.15.451.0060.1167 ASFALTAMENTO DE VIAS URBANAS NO P.A PINGO D´AGUA

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 80,73

003.15.451.0060.2130 MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL E SERVIÇOS FUNERAIS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 62,27

003.15.452.0060.2131 MANUTENÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS URBANOS

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 1.685,70

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 3.964,70

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 358,99

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 91,13

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 33,81

003.15.452.0060.2132 SINALIZAÇÃO DO TRANSITO

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 4.380,00

003.25.752.0057.1108 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 253,67

003.25.752.0060.2133 MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 47,71

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 14.793,38

003.26.782.0236.1183 ASFALTAMENTO E MANUTENÇÃO COM RUAS E AVENIDAS - FETHAB

4490519900 OUTRAS OBRAS E INSTALACOES 11.782,69

003.26.782.0236.2181 MANUTENÇÃO COM RUAS E AVENIDAS - FETHAB

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 62.010,00

SUBTOTAL 114.272,08

TOTAL 1.065.905,00

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua

publicação, revogando-se as disposições em contrário:

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 12 / 13

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO QUERENCIA - MT.

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

GILMAR REINOLDO WENTZ

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 13 / 13

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 1.652/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1652/2016

DE SEGUNDA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

PROVIDÊNCIAS.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de

QUERENCIA, Estado de MATO GROSSO, no uso de

atribuições legais, especialmente a Lei Municipal

n.º 1013/2016, e em consonância com a Lei

4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

QUERENCIA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 875.991,22 (OITOCENTOS E

SETENTA E CINCO MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E UM REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS), nas dotações

orçamentárias:

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, LAZER E CULT

001.04.122.0003.2026 MANUTENÇÃO E ENC.COM O GABINETE DO SEC.DE EDUCAÇÃO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 52.000,00

008.04.365.0097.2044 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA INFAN

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 110.000,00

008.12.361.0097.2043 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUND.

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 245.000,00

009.12.361.0097.2045 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUND

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 120.000,00

SUBTOTAL 527.000,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.10.301.0079.2055 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 315.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 33.991,22

SUBTOTAL 348.991,22

TOTAL 875.991,22

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será

coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

TOTAL 0,00

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua

publicação, revogando-se as disposições em contrário:

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 1 / 2

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO QUERENCIA - MT.

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

GILMAR REINOLDO WENTZ

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 2 / 2

ADMINISTRATIVO
LEI COMPLEMENTAR N° 095/2016

LEI COMPLEMENTAR N° 095/2016

DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016

"Criação do Brasão do Poder Legislativo Municipal de Querência"

O Prefeito Municipal de Querência/MT, Sr. Gilmar Reinoldo Wentz, faz saber que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1° Fica instituído o brasão de armas do Poder Legislativo Municipal de Querência, com desenhos e símbolo heráldicos.

Art. 2° O brasão de armas do Poder Legislativo terá as seguintes características:

I – Escudo em formato português que atende às nossas origens históricas, uma vez que nosso País foi descoberto e colonizado pelos portugueses.

II – Colheitadeira simbolizando claramente o cultivo de grãos em nossa região, como soja e milho que também são simbolizadas dentro do brasão.

III – Caminhão em rodovia, simbolizando o transporte em nosso município, devido a grande produção de grãos.

IV – Gado, simbolizando a atividade pecuária existente em nosso município;

V – Seringueira, representando a extração de látex no município;

VI - Dísticos para informar a data de emancipação do município de Querência e identificação do Poder Legislativo.

Art. 3° Nas dependências e nos papéis oficiais da Câmara, figurará doravante, o brasão de armas do Legislativo de Querência.

Art. 4° É obrigatório o uso do Brasão do Legislativo Municipal de Querência:

I - Nos uniformes dos servidores da área administrativa e de limpeza;

II - Nos papéis de expedientes e em todas as publicações oficiais o uso é obrigatório.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 07 de Novembro de 2016.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2016

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2016

Processo n° 099/2016

Detentora: Auto Posto Mega Ltda.

Objeto: Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de Óleo Combustível, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência-MT

Objeto do Aditamento: Revisão de Preços

A Prefeitura do Município de Querência, neste ato representada pelo senhor FERNANDO GORGEN, Prefeito Municipal, doravante designada simplesmente Órgão Gerenciador e a empresa MEGA AUTO POSTO LTDA., CNPJ nº 36.963.270/0001-45, situada na Av. Sul, Esquina com a Rua E-8, s/n, Quadra 08, Lote 01 e 02, Querência – MT, representada pelo senhor ANTENOR EMÍLIO GALLE, portador do RG nº 1453280-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 30.208.280-72, doravante denominada simplesmente DETENTORA, resolvem firmar o presente termo de aditamento à Ata de Registro de Preços nº 114/2016 para revisão de preço com fundamento no art. 17 do Decreto Federal nº 7.892/2013 e art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, na Cláusula Décima Primeira, item 01 e 02 da referida Ata, conforme parecer jurídico e despacho autorizatório constantes do processo licitatório nº 99/2016, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica consignada a REVISÃO do preço registrado na Cláusula Décima Primeira da Ata de RP nº 114/2016, para o item nº 01 e 02, óleo diesel BS10, passando a vigorar a partir da assinatura do presente Termo de Aditamento, conforme segue:

Preço Atual: R$3,61 (três reais e sessenta e um centavos) por litro.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Todos os demais termos constantes da Ata de Registro de Preços ora aditada ficam ratificados e, para constar, lavrou-se o presente TERMO DE ADITAMENTO, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor.

Querência, 04 de janeiro de 2017.

_____

FERNANDO GORGEN

PREFEITO MUNICIPAL

_____

ANTENOR EMILIO GALLE

Representante do AUTO POSTO MEGA LTDA

TESTEMUNHAS:

_____

Nome:

RG:

CPF:

_____

Nome:

RG:

CPF:

LICITAÇÕES
TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 146/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 112/2016

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Cuiabá, quadra 01, lote 09, Setor C, Querência - MT, devidamente inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 37.465.002/0001-66, neste ato representado, pelo Prefeito Municipal Sr. Fernando Gorgen, e de outro lado à empresa MEGA AUTO POSTO LTDA, inscrita no CNPJ nº. 36.963.270/0001-45, com endereço à Avenida Sul, Esq. Com rua E8, Lote 01 e 02, nº. 1.560, Setor E, Querência – MT, doravante denominada DETENTORA, neste ato representada pelo Sr. Antenor Emilio Galle,firmam o presente Termo de Cancelamento da Ata de Registro de Preços nº. 146/2016, nos termos do art. 19 do Decreto Federal nº. 7.892/2013, e Clausula décima segunda da ata de registro de preços nº. 146/2016.

Tendo em vista a solicitação da detentora, fica cancelada, a partir da data da assinatura do presente termo.

E assim por estarem as partes ajustadas, dão se por mutuamente quitadas de forma ampla, geral e irrevogável, firmando o presente termo em 2(duas) vias de igual teor e forma.

Querência – MT, 06 de janeiro de 2017.

_____

Fernando Gorgen

Prefeito Municipal

_____

MEGA AUTO POSTO LTDA

Representante Legal - Antenor Emilio Galle

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 1.653/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1653/2016

DE TERÇA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

PROVIDÊNCIAS.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de

QUERENCIA, Estado de MATO GROSSO, no uso de

atribuições legais, especialmente a Lei Municipal

n.º 1003/2016, e em consonância com a Lei

4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

QUERENCIA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 487.400,00 (QUATROCENTOS E

OITENTA E SETE MIL E QUATROCENTOS REAIS), nas dotações orçamentárias:

02 GABINETE DO PREFEITO

001.04.122.0003.2005 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 4.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.100,00

SUBTOTAL 5.100,00

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

001.04.122.0003.2009 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 91.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.000,00

SUBTOTAL 93.000,00

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, LAZER E CULT

001.04.122.0003.2026 MANUTENÇÃO E ENC.COM O GABINETE DO SEC.DE EDUCAÇÃO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 12.000,00

008.04.365.0097.2044 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA INFAN

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 20.000,00

008.12.361.0097.2043 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUND.

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 100,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 34.000,00

009.12.361.0097.2045 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUND

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 11.000,00

010.13.392.0046.2050 MANUTENÇÃO DO SETOR DE CULTURA

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3. 200,00

SUBTOTAL 80.300,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.10.301.0079.2055 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE SAÚDE

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 1 / 3

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 200,00

003.10.301.0079.2056 MANUTENCAO COM A SAUDE DA FAMILIA

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 48.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.300,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 4.600,00

003.10.301.0079.2058 MANUTENCAO COM A FARMACIA BASICA

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 500,00

003.10.301.0079.2059 MANUTENCAO DA SAUDE BUCAL

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 5. 000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.000,00

003.10.301.0079.2060 MANUTENCAO COM OS AGENTES COMUNITARIOS RURAIS DE SAUD

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 7. 000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.500,00

003.10.301.0079.2121 MANUTENÇÃO COM PROTESES DENTARIAS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 4. 200,00

SUBTOTAL 74.300,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001.08.244.0090.2065 MANUTENCAO COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E PROM

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 12.000,00

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 30.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 6.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.600,00

001.14.422.0003.2150 MANUTENCAO COM O CONSELHO TUTELAR

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 4. 200,00

002.08.244.0090.2069 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O PROGRAMA DE ATENCAO INTEG

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3. 600,00

SUBTOTAL 58.400,00

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO, AGRICULTURA

001.20.606.0003.2076 MANUTENCAO DA SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E M

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 300,00

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 26.000,00

SUBTOTAL 26.300,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

001.04.123.0003.2088 MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SEC. DE FINANCAS E SETOR DE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 800,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 4.000,00

SUBTOTAL 4.800,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVICOS URBANOS

001.04.122.0080.2143 MANUTENCAO COM O GABINETE DO SANEAMENTO E SERV URBANO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 2. 000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.600,00

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 2 / 3

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

003.15.452.0060.2131 MANUTENÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS URBANOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 9. 200,00

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 120.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 8.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 200,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.200,00

SUBTOTAL 145.200,00

TOTAL 487.400,00

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será

coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO, AGRICULTURA

001.20.606.0015.1075 AQUISICAO DE INCREMENTOS PARA AS PATRULHAS MECANIZADAS.

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 487.400,00

SUBTOTAL 487.400,00

TOTAL 487.400,00

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua

publicação, revogando-se as disposições em contrário:

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO QUERENCIA - MT.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

GILMAR REINOLDO WENTZ

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 3 / 3

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 1.655/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1655/2016

DE TERÇA-FEIRA, 20 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

PROVIDÊNCIAS.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de

QUERENCIA, Estado de MATO GROSSO, no uso de

atribuições legais, especialmente a Lei Municipal

n.º 1018/2016, e em consonância com a Lei

4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

QUERENCIA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.245.000,00 (UM MILHAO E

DUZENTOS E QUARENTA E CINCO MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

02 GABINETE DO PREFEITO

001.04.122.0003.2005 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 42.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 15.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.000,00

SUBTOTAL 60.000,00

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

001.04.122.0003.2009 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 120.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 7.000,00

SUBTOTAL 127.000,00

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, ESTRADAS DE RODA

003.26.782.0101.2024 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE OBRAS E ESTRADAS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 100.000,00

SUBTOTAL 100.000,00

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, LAZER E CULT

001.04.122.0003.2026 MANUTENÇÃO E ENC.COM O GABINETE DO SEC.DE EDUCAÇÃO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 60.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 6.000,00

008.04.365.0097.2044 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA INFAN

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 160.000,00

008.12.361.0097.2043 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUND.

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 38.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 18.000,00

009.12.361.0097.2045 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUND

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 1 / 6

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 22.000,00

009.12.365.0097.2046 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA - INFA

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 40.000,00

010.13.392.0046.2050 MANUTENÇÃO DO SETOR DE CULTURA

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 20.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.000,00

SUBTOTAL 365.000,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.10.122.0079.2054 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DA SEC.DE SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 5.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.000,00

002.10.301.0079.2055 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE SAÚDE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 40.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 25.000,00

003.10.301.0079.2056 MANUTENCAO COM A SAUDE DA FAMILIA

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 73.700,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 6.000,00

003.10.301.0079.2057 MANUTENCAO COM OS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 35.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 7.000,00

003.10.301.0079.2058 MANUTENCAO COM A FARMACIA BASICA

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 500,00

003.10.301.0079.2059 MANUTENCAO DA SAUDE BUCAL

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 12.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.000,00

003.10.301.0079.2060 MANUTENCAO COM OS AGENTES COMUNITARIOS RURAIS DE SAUD

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 10.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.000,00

003.10.301.0079.2061 MANUTENCAO COM O PISO DE ATENCAO BASICA - PAB

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 5.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 400,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 400,00

003.10.301.0079.2121 MANUTENÇÃO COM PROTESES DENTARIAS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 7.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.000,00

SUBTOTAL 241.000,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001.08.244.0090.2065 MANUTENCAO COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E PROM

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 75.000,00

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 2 / 6

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 12.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 4.500,00

001.14.422.0003.2150 MANUTENCAO COM O CONSELHO TUTELAR

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 10.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.000,00

002.08.244.0090.2069 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O PROGRAMA DE ATENCAO INTEG

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 5.000,00

SUBTOTAL 108.500,00

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO, AGRICULTURA

001.20.606.0003.2076 MANUTENCAO DA SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E M

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 35.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.000,00

SUBTOTAL 39.000,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

001.04.123.0003.2088 MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SEC. DE FINANCAS E SETOR DE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 55.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 4.000,00

SUBTOTAL 64.000,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVICOS URBANOS

001.04.122.0080.2143 MANUTENCAO COM O GABINETE DO SANEAMENTO E SERV URBANO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 15.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.000,00

002.17.512.0080.2128 MANUTENÇÃO E ENC.COM O SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.500,00

003.15.452.0060.2131 MANUTENÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS URBANOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 95.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 21.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.000,00

SUBTOTAL 140.500,00

TOTAL 1.245.000,00

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será

coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02 GABINETE DO PREFEITO

001.04.122.0003.2004 DESPESAS COM PUBLICIDADE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 25.000,00

001.04.122.0003.2005 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 5.000,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 8. 000,00

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 3 / 6

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

SUBTOTAL 38.000,00

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

001.04.122.0003.1006 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 26.915,00

001.04.122.0003.1154 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO P/SEC.ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 700,00

001.04.122.0003.2009 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 13.000,00

SUBTOTAL 50.615,00

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, ESTRADAS DE RODA

001.04.122.0003.2017 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SEC.DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 2.000,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 10.000,00

003.26.782.0101.2024 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE OBRAS E ESTRADAS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 149.200,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 13.425,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 134.000,00

003.26.782.0236.1097 MANUTENÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS VICINAIS - FETHAB

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 119.000,00

003.26.782.0236.1157 AQUISIÇÃO DE VEÍC.MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - FETHAB

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 98.260,00

SUBTOTAL 525.885,00

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, LAZER E CULT

001.04.122.0003.1033 AQUIS.EQUIP.E MAT.PERMANENTE P/GAB. SEC.DE EDUCAÇÃO

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 8.600,00

001.04.122.0003.2026 MANUTENÇÃO E ENC.COM O GABINETE DO SEC.DE EDUCAÇÃO

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 8.800,00

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 7.200,00

001.04.122.0003.2151 FÓRUM MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 3.400,00

002.12.365.0039.2027 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO PRÉ-ESCOLAR E CRECHE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00

003.12.361.0035.2033 MANUTENÇÃO E ENC.COM O PROGRAMA ESTADUAL DO TRANSPORT

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 90.000,00

003.12.361.0040.1038 AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS MUNICIPAIS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 30.000,00

003.12.361.0040.1178 ADITIVO PARA CONCLUSÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA NO P.A PI

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 9.000,00

003.12.361.0040.2164 INCENTIVO E PREMIAÇÕES PARA CONCURSO E FEIRAS DE CIÊNCIAS

3390310000 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES 20.000,00

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 4 / 6

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

007.27.812.0044.1042 CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE LAZER

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 9.400,00

007.27.812.0044.1145 AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS CAMPOS DOS SETORES E , F

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 131.200,00

007.27.812.0044.1169 CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA DA FAZEND

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 50.000,00

007.27.812.0044.2038 MANUTENÇÃO E ENC.COM O SETOR DE DESPORTO E LAZER

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 4.300,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 30.000,00

007.27.812.0044.2042 INCENTIVO À PREMIAÇÃO DOS JOGOS MUNICIPAIS

3390310000 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES 25.000,00

007.27.812.0044.2154 INCENTIVO A CAPOEIRA

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 8.800,00

007.27.812.0044.2172 INCENTIVO AOS JOGOS ESCOLARES ESTADUAIS

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 12.000,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 5.200,00

010.13.392.0046.1150 AQUISIÇÃO DE EQUIP.P/BANDA MUNICIPAL

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 4.850,00

010.13.392.0046.2047 MANUTENÇÃO COM A BANDA ESTUDANTIL

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5.400,00

010.13.392.0046.2048 MANUTENÇÃO COM A BIBLIOTECA MUNICIPAL

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 6.000,00

010.13.392.0046.2049 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EVENTOS E FESTIVIDADES CULTU

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 13.300,00

010.13.392.0046.2052 INCENTIVO AO FESTIVAL DA CANÇÃO

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 3.000,00

010.13.392.0046.2166 INCENTIVO A FESTIVIDADES JUNINAS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 20.000,00

010.13.392.0046.2180 INCENTIVO AO DIA DO EVANGÉLICO

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 17.000,00

SUBTOTAL 557.450,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.10.301.0079.2055 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00

003.10.301.0079.1051 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 10.500,00

003.10.301.0079.1058 AQUISICAO DE EQUIP MATERIAL PERMANENTE, MOVEIS E UTENSIL

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.000,00

003.10.301.0079.1135 AQUISIÇÃO EQUIP.MÓV.E UTENSILIOS P/PROTESES DENTÁRIAS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.550,00

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 5 / 6

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

003.10.301.0079.2175 VERBAS INDENIZATÓRIAS - PROG.NAC.MELHORIA DO ACESSO E QU

3390930000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 10.000,00

SUBTOTAL 53.050,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001.08.244.0090.1061 AQUISICAO DE EQUP MATERIAL PERMANENTE, MOVEIS E UTENSILI

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 9.300,00

002.08.244.0090.2074 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O FUNDO PARTILHADO DE INVEST

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 7.000,00

SUBTOTAL 16.300,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVICOS URBANOS

002.17.512.0080.1104 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 3.700,00

SUBTOTAL 3.700,00

TOTAL 1.245.000,00

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua

publicação, revogando-se as disposições em contrário:

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO QUERENCIA - MT.

AOS VINTE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

GILMAR REINOLDO WENTZ

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 6 / 6

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 1.650/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1650/2016

DE SEXTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

PROVIDÊNCIAS.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de

QUERENCIA, Estado de MATO GROSSO, no uso de

atribuições legais, especialmente a Lei Municipal

n.º 1012/2016, e em consonância com a Lei

4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

QUERENCIA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.171.200,00 (UM MILHAO E

CENTO E SETENTA E UM MIL E DUZENTOS REAIS), nas dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, ESTRADAS DE RODA

003.26.782.0101.2024 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE OBRAS E ESTRADAS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 210.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 20.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 20.000,00

SUBTOTAL 250.000,00

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, LAZER E CULT

001.04.122.0003.2026 MANUTENÇÃO E ENC.COM O GABINETE DO SEC.DE EDUCAÇÃO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 45.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 10.000,00

007.27.812.0044.2038 MANUTENÇÃO E ENC.COM O SETOR DE DESPORTO E LAZER

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 8.500,00

008.04.365.0097.2044 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA INFAN

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 150.000,00

008.12.361.0097.2043 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUND.

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 342.700,00

009.12.361.0097.2045 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUND

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 50.000,00

009.12.365.0097.2046 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA - INFA

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 50.000,00

SUBTOTAL 656.200,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.10.301.0079.2055 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 175.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 40.000,00

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 1 / 4

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

003.10.301.0079.2057 MANUTENCAO COM OS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 30.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 20.000,00

SUBTOTAL 265.000,00

TOTAL 1.171.200,00

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será

coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02 GABINETE DO PREFEITO

001.04.122.0003.1004 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.775,00

001.04.122.0003.2004 DESPESAS COM PUBLICIDADE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 350.000,00

001.04.122.0003.2005 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 20.000,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 35.000,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 80.000,00

SUBTOTAL 486.775,00

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

001.04.122.0003.2009 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 15.000,00

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 15.000,00

SUBTOTAL 60.000,00

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, ESTRADAS DE RODA

003.26.782.0101.2024 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE OBRAS E ESTRADAS

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 60.000,00

003.26.782.0236.1096 MANUTENÇÃO DE ESTRADAS ESTADUAIS NÃO PAVIMENTADAS - FET

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 10.000,00

003.26.782.0236.1097 MANUTENÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS VICINAIS - FETHAB

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 10.000,00

SUBTOTAL 80.000,00

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, LAZER E CULT

001.04.122.0003.2026 MANUTENÇÃO E ENC.COM O GABINETE DO SEC.DE EDUCAÇÃO

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 10.000,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 8.000,00

002.12.365.0039.1035 AQUIS.DE EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE P/ SETOR PRÉ-ESCOLAR

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 7.225,00

002.12.365.0039.2027 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO PRÉ-ESCOLAR E CRECHE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 10.000,00

003.12.361.0035.2033 MANUTENÇÃO E ENC.COM O PROGRAMA ESTADUAL DO TRANSPORT

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 2 / 4

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 10.000,00

003.12.361.0040.1037 AQUIS.DE EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE P/ SETOR DE ENSINO FU

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 30.000,00

003.12.361.0040.1038 AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS MUNICIPAIS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 3.000,00

007.27.812.0044.1132 AQUISIÇÃO DE EQUIP.E MAT.PERMANENTE P/ INCENTIVO A CAPOEIR

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 9.300,00

007.27.812.0044.2172 INCENTIVO AOS JOGOS ESCOLARES ESTADUAIS

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 12.000,00

007.27.812.0044.2174 MANUTENÇÃO COM ARBITRAGEM

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 4.000,00

010.13.392.0046.1046 AQUISIÇÃO DE MAT.PERMANENTE P/BIBLIOTECA MUNICIPAL

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 19.000,00

010.13.392.0046.2047 MANUTENÇÃO COM A BANDA ESTUDANTIL

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5.000,00

SUBTOTAL 127.525,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.10.122.0079.1047 AQUISIÇÃO DE EQUIP.E MAT.PERMANENTE - GAB.SEC,.DE SAÚDE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.900,00

002.10.301.0079.1049 AQUIS.DE EQUIP.MAT.PERMANENTE, MOV.E UTENSILIOS P/SETOR D

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 40.000,00

002.10.301.0079.2055 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 115.000,00

002.10.301.0079.2178 VERBAS INDENIZATÓRIAS - SETOR DE SAÚDE

3390930000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 50.000,00

SUBTOTAL 207.900,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001.08.243.0090.2125 MANUTENÇÃO COM O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIAN

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 5.000,00

001.08.244.0090.2065 MANUTENCAO COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E PROM

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 12.000,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 15.000,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 30.000,00

001.08.244.0090.2148 MANUTENÇÃO COM O CONSELHO MUNIC.ASSISTÊNCIA SOCIAL

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 5.000,00

002.08.244.0090.2126 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O IGD SUAS

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 5.000,00

002.08.244.0090.2127 MANUTENÇÃO COM O PROGRAMA SERV CONVIVENCIA E FORTALECI

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 40.000,00

002.20.606.0090.2155 MANUTENÇÃO COM O COFINANCIAMENTO ESTADUAL

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 10.000,00

GABINETE DO PREFEITO

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 10.000,00

SUBTOTAL 132.000,00

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO, AGRICULTURA

001.20.606.0015.2081 INCENTIVO PARA EXPOSIÇÃO AGROPECUARIA-EXPOQUER

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5.000,00

001.20.606.0015.2082 INSUMOS NECESSARIOS PARA INCENTIVO A CADEIA PRODUTIVA DA

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00

SUBTOTAL 25.000,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

001.04.123.0003.1076 AQUISICAO DE EQUIP. E MAT.PERMANENTES PARA A SEC. DE FINAN

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 8.000,00

001.04.123.0003.2088 MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SEC. DE FINANCAS E SETOR DE

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 10.000,00

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 5.000,00

001.28.841.0033.2091 RESGATE E PARCELAMENTO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA

3290210000 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO 4.000,00

SUBTOTAL 27.000,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVICOS URBANOS

003.15.452.0060.2132 SINALIZAÇÃO DO TRANSITO

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 25.000,00

SUBTOTAL 25.000,00

TOTAL 1.171.200,00

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua

publicação, revogando-se as disposições em contrário:

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO QUERENCIA - MT.

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

GILMAR REINOLDO WENTZ

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 4 / 4

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 1.662/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1662/2016

DE QUARTA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

PROVIDÊNCIAS.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de

QUERENCIA, Estado de MATO GROSSO, no uso de

atribuições legais, especialmente a Lei Municipal

n.º 1003/2016, e em consonância com a Lei

4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

QUERENCIA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 278.580,59 (DUZENTOS E

SETENTA E OITO MIL E QUINHENTOS E OITENTA REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS), nas dotações

orçamentárias:

02 GABINETE DO PREFEITO

001.04.122.0003.2005 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 2.400,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 1.200,00

SUBTOTAL 3.600,00

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

001.04.122.0003.2009 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 17.986,20

SUBTOTAL 17.986,20

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, ESTRADAS DE RODA

001.04.122.0003.2017 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SEC.DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 257,69

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 1.804,12

003.26.782.0101.2024 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE OBRAS E ESTRADAS

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 855,00

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 731,32

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 12.056,26

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 4.825,00

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 1.036,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1.555,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 27.352,89

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 94.042,20

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 649,32

003.26.782.0236.1096 MANUTENÇÃO DE ESTRADAS ESTADUAIS NÃO PAVIMENTADAS - FET

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 1 / 7

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 960,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 10.007,93

SUBTOTAL 156.132,73

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, LAZER E CULT

001.04.122.0003.2026 MANUTENÇÃO E ENC.COM O GABINETE DO SEC.DE EDUCAÇÃO

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 1.800,00

003.12.361.0035.2170 MANUTENÇÃO COM O TRANSPORTE ESCOLAR

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 370,50

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 370,50

007.27.812.0044.2038 MANUTENÇÃO E ENC.COM O SETOR DE DESPORTO E LAZER

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 40,40

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 19.998,00

009.12.361.0097.2045 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUND

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 100,00

010.13.392.0046.2048 MANUTENÇÃO COM A BIBLIOTECA MUNICIPAL

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1.226,09

010.13.392.0046.2049 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EVENTOS E FESTIVIDADES CULTU

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 6.000,00

SUBTOTAL 29.905,49

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.10.301.0079.2055 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 710,00

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 468,34

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 442,57

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 5. 559,89

003.10.301.0079.2061 MANUTENCAO COM O PISO DE ATENCAO BASICA - PAB

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 191,00

003.10.301.0079.2063 MANUTENCAO DA VIGILANCIA EM SAUDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 116,83

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 1.077,00

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 399,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 738,15

003.10.301.0079.2119 MANUTENÇÃO COM A ALTA E MEDIA COMPLEXIDADE - AMCO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 2.033,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 14.700,20

003.10.301.0079.2145 MANUT.PROGRAMA DE NUCLEO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 194,00

SUBTOTAL 26.629,98

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001.08.244.0090.2065 MANUTENCAO COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E PROM

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.614,16

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 2 / 7

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 60,72

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 222,37

002.08.244.0090.2072 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O INDICE DE GESTAO DESCENTRA

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 703,63

SUBTOTAL 3.600,88

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO, AGRICULTURA

001.20.606.0003.2076 MANUTENCAO DA SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E M

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 532,50

SUBTOTAL 532,50

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

001.04.123.0003.2088 MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SEC. DE FINANCAS E SETOR DE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 5. 000,00

3390930000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 800,00

SUBTOTAL 5.800,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVICOS URBANOS

002.17.512.0080.1104 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 25.080,00

002.17.512.0080.2128 MANUTENÇÃO E ENC.COM O SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 280,00

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 950,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 3. 000,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 480,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 550,00

003.25.752.0060.2133 MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 3.246,21

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 806,60

SUBTOTAL 34.392,81

TOTAL 278.580,59

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será

coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02 GABINETE DO PREFEITO

001.04.122.0003.2005 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 15,67

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 581,95

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.041,67

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 0,04

SUBTOTAL 1.639,33

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

001.04.122.0003.2009 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 398,93

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 3 / 7

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.652,08

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 0,05

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 0,01

SUBTOTAL 2.051,07

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, ESTRADAS DE RODA

001.04.122.0003.2017 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SEC.DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 7.505,32

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.389,11

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.000,00

003.26.782.0101.2024 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE OBRAS E ESTRADAS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 5.369,95

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 31,51

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.566,69

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.556,32

SUBTOTAL 26.418,90

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, LAZER E CULT

001.04.122.0003.2026 MANUTENÇÃO E ENC.COM O GABINETE DO SEC.DE EDUCAÇÃO

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 6.596,62

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.769,13

002.12.365.0039.2027 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO PRÉ-ESCOLAR E CRECHE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 0,05

003.12.361.0035.2170 MANUTENÇÃO COM O TRANSPORTE ESCOLAR

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 370,50

003.12.361.0040.2029 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE ENSINO FUNDAMENT

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 0,98

003.12.367.0049.2149 MANUTENÇÃO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL

3350430000 SUBVENÇÕES SOCIAIS 12.000,00

007.27.812.0044.2038 MANUTENÇÃO E ENC.COM O SETOR DE DESPORTO E LAZER

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 2.702,06

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 168,84

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.337,44

008.04.365.0097.2044 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA INFAN

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 10.078,53

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 10.041,92

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 11.693,76

008.12.361.0097.2043 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUND.

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.348,09

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.051,59

009.12.361.0097.2045 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUND

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.959,91

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.520,77

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 4 / 7

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

009.12.365.0097.2046 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA - INFA

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.795,49

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.624,80

010.13.392.0046.2050 MANUTENÇÃO DO SETOR DE CULTURA

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 2.639,88

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 355,87

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 415,01

SUBTOTAL 83.471,24

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.10.122.0079.2054 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DA SEC.DE SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 796,16

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 761,20

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 0,58

002.10.301.0079.2055 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE SAÚDE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 6.555,61

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.861,01

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 7.778,55

003.10.301.0079.1102 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ ATENÇÃO BASICA

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 3,86

003.10.301.0079.2056 MANUTENCAO COM A SAUDE DA FAMILIA

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 17.324,71

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.214,70

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 382,68

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 699,30

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 50,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 1.204,53

003.10.301.0079.2057 MANUTENCAO COM OS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 539,55

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.314,16

003.10.301.0079.2058 MANUTENCAO COM A FARMACIA BASICA

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 2.646,56

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 110,30

003.10.301.0079.2059 MANUTENCAO DA SAUDE BUCAL

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 1.813,75

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.478,36

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 775,06

003.10.301.0079.2060 MANUTENCAO COM OS AGENTES COMUNITARIOS RURAIS DE SAUD

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 43,27

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 14,62

003.10.301.0079.2061 MANUTENCAO COM O PISO DE ATENCAO BASICA - PAB

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 5 / 7

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 1.350,47

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 77,97

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 102,34

003.10.301.0079.2063 MANUTENCAO DA VIGILANCIA EM SAUDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 25.210,65

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 22,64

003.10.301.0079.2121 MANUTENÇÃO COM PROTESES DENTARIAS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 284,26

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 569,94

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 6.286,61

003.10.301.0079.2145 MANUT.PROGRAMA DE NUCLEO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 11.684,16

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 603,70

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 4.484,28

SUBTOTAL 103.045,54

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001.08.244.0090.2065 MANUTENCAO COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E PROM

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 43,73

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 689,33

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 580,86

001.14.422.0003.2150 MANUTENCAO COM O CONSELHO TUTELAR

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 2.229,79

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 687,63

002.08.244.0090.2069 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O PROGRAMA DE ATENCAO INTEG

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 442,68

002.08.244.0090.2071 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O PISO BASICO VARIAVEL III

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 4.284,88

SUBTOTAL 8.958,90

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO, AGRICULTURA

001.20.606.0003.2076 MANUTENCAO DA SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E M

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 995,06

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 559,16

SUBTOTAL 1.554,22

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

001.04.123.0003.1076 AQUISICAO DE EQUIP. E MAT.PERMANENTES PARA A SEC. DE FINAN

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 82,80

001.04.123.0003.2088 MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SEC. DE FINANCAS E SETOR DE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 735,30

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.315,46

001.99.999.0000.9999 RESERVA DE CONTINGENCIA

9999990000 RESERVA DE CONTINGENCIA 4.448,00

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 6 / 7

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

SUBTOTAL 6.581,56

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVICOS URBANOS

001.04.122.0080.2143 MANUTENCAO COM O GABINETE DO SANEAMENTO E SERV URBANO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 409,33

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 955,12

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 96,75

002.17.512.0080.1104 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 25.080,00

002.17.512.0080.2128 MANUTENÇÃO E ENC.COM O SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 11.378,45

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 415,21

003.15.452.0060.2131 MANUTENÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS URBANOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 116,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 4.805,50

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.600,47

SUBTOTAL 44.859,83

TOTAL 278.580,59

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua

publicação, revogando-se as disposições em contrário:

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO QUERENCIA - MT.

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

GILMAR REINOLDO WENTZ

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 7 / 7

ADMINISTRATIVO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02/2017

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02/2017

O (A) PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE QUERÊNCIA – CMDCA/MT, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 744 de 15 de Julho de 2013; Lei Municipal 800 de 08 de abril de 2014, visando atender ao princípio da publicidade:

RESOLVE:

I- A COMISSÃO ORGANIZADORA constituída na forma da Resolução nº 01/2015:

II- Torna público o desligamento da Conselheira Tutelar: Neusirene Dias da Silva, no período de férias (30 dias) a contar do dia 10 de janeiro de 2017 até 08 de fevereiro de 2017.

III- Fica desde já convocado o conselheiro suplente na sequência de votação para ocupar a vaga de Conselheiro Tutelar no Município de Querência-MT até o fim do período de férias.

IV- Conforme votação popular dos suplentes segue abaixo relacionada bem como a quantidade de votos:

1- CLEUSA MOURA WATTE, ficando em 7º lugar com 52 votos.

V - Este Edital entrará em vigor, a partir da data de sua publicação.

Querência – MT 05 de janeiro de 2017.

_____

Elis Carlos Dias Torres Braga

Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 1.636/2016

DECRETO Nº 1636/2016

DE TERÇA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

PROVIDÊNCIAS.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de

QUERENCIA, Estado de MATO GROSSO, no uso de

atribuições legais, especialmente a Lei Municipal

n.º 968/2015, e em consonância com a Lei Federal

4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

QUERENCIA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 335.630,00 (TREZENTOS E

TRINTA E CINCO MIL E SEISCENTOS E TRINTA REAIS), nas dotações orçamentárias:

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

001.04.122.0003.2009 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 200,00

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 1.400,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 5.000,00

SUBTOTAL 6.600,00

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, ESTRADAS DE RODA

003.26.782.0236.1096 MANUTENÇÃO DE ESTRADAS ESTADUAIS NÃO PAVIMENTADAS - FET

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 41.500,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 158.240,00

SUBTOTAL 199.740,00

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, LAZER E CULT

002.12.306.0036.2028 MANUTENÇÃO COM A MERENDA ESCOLAR - CRECHE E PRÉ ESCOLA

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

003.12.361.0035.2033 MANUTENÇÃO E ENC.COM O PROGRAMA ESTADUAL DO TRANSPORT

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 59.000,00

003.12.361.0040.2029 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE ENSINO FUNDAMENT

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 40,00

007.27.812.0044.2173 REALIZAÇÃO DOS JOGOS ESCOLARES DO INTERIOR

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 50,00

010.13.392.0046.2049 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EVENTOS E FESTIVIDADES CULTU

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 7.000,00

SUBTOTAL 81.090,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 1 / 3

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

002.10.301.0079.2055 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE SAÚDE

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 10.000,00

003.10.301.0079.2061 MANUTENCAO COM O PISO DE ATENCAO BASICA - PAB

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 15.000,00

003.10.301.0079.2119 MANUTENÇÃO COM A ALTA E MEDIA COMPLEXIDADE - AMCO

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 14.320,00

SUBTOTAL 39.320,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVICOS URBANOS

003.15.451.0060.1119 AQUIS.DE EQUIP.E MAT.PERMANENTES P/ SERV.URBANOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 180,00

003.15.452.0060.2131 MANUTENÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS URBANOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 5.000,00

003.25.752.0060.2133 MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 3.700,00

SUBTOTAL 8.880,00

TOTAL 335.630,00

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será

coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, ESTRADAS DE RODA

003.26.782.0236.1156 CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS - FETHAB

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 150.000,00

003.26.782.0236.1157 AQUISIÇÃO DE VEÍC.MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - FETHAB

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 49.740,00

SUBTOTAL 199.740,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.10.301.0079.2055 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 20.710,00

SUBTOTAL 20.710,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

001.99.999.0000.9999 RESERVA DE CONTINGENCIA

9999990000 RESERVA DE CONTINGENCIA 115.180,00

SUBTOTAL 115.180,00

TOTAL 335.630,00

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua

publicação, revogando-se as disposições em contrário:

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 2 / 3

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO QUERENCIA - MT.

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

GILMAR REINOLDO WENTZ

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 1.649/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1649/2016

DE SEXTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

PROVIDÊNCIAS.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de

QUERENCIA, Estado de MATO GROSSO, no uso de

atribuições legais, especialmente a Lei Municipal

n.º 968/2015, e em consonância com a Lei Federal

4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

QUERENCIA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 697.900,00 (SEISCENTOS E

NOVENTA E SETE MIL E NOVECENTOS REAIS), nas dotações orçamentárias:

02 GABINETE DO PREFEITO

001.04.122.0003.2005 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.000,00

SUBTOTAL 2.000,00

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, LAZER E CULT

008.12.361.0097.2043 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUND.

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 29.000,00

009.12.361.0097.2045 REMUN.DOS PROFISSIONAIS DO MAG.DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUND

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 10.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 20.000,00

SUBTOTAL 59.000,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.10.122.0079.2054 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DA SEC.DE SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 30.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.000,00

002.10.301.0079.2055 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 290.000,00

003.10.301.0079.2056 MANUTENCAO COM A SAUDE DA FAMILIA

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 65.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 4.000,00

003.10.301.0079.2057 MANUTENCAO COM OS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 35.000,00

003.10.301.0079.2059 MANUTENCAO DA SAUDE BUCAL

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 1 / 5

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 14.000,00

003.10.301.0079.2121 MANUTENÇÃO COM PROTESES DENTARIAS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 9.000,00

SUBTOTAL 454.000,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001.08.244.0090.2065 MANUTENCAO COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E PROM

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 30.000,00

001.14.422.0003.2150 MANUTENCAO COM O CONSELHO TUTELAR

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.000,00

002.08.244.0090.2069 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O PROGRAMA DE ATENCAO INTEG

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 1.000,00

SUBTOTAL 36.000,00

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO, AGRICULTURA

001.20.606.0003.2076 MANUTENCAO DA SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E M

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 25.000,00

SUBTOTAL 25.000,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

001.04.123.0003.2088 MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SEC. DE FINANCAS E SETOR DE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 5.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.200,00

SUBTOTAL 8.200,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVICOS URBANOS

003.15.452.0060.2131 MANUTENÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS URBANOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 90.500,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 23.000,00

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 200,00

SUBTOTAL 113.700,00

TOTAL 697.900,00

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será

coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02 GABINETE DO PREFEITO

001.04.122.0003.2005 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 2.000,00

SUBTOTAL 2.000,00

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

001.04.122.0003.2009 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 130.000,00

SUBTOTAL 130.000,00

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, LAZER E CULT

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 2 / 5

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

003.12.361.0035.2031 LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 30.000,00

003.12.361.0035.2033 MANUTENÇÃO E ENC.COM O PROGRAMA ESTADUAL DO TRANSPORT

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 19.000,00

003.12.361.0040.2029 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE ENSINO FUNDAMENT

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 10.000,00

007.27.812.0044.2038 MANUTENÇÃO E ENC.COM O SETOR DE DESPORTO E LAZER

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 60.000,00

SUBTOTAL 119.000,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.10.301.0079.1049 AQUIS.DE EQUIP.MAT.PERMANENTE, MOV.E UTENSILIOS P/SETOR D

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00

002.10.301.0079.2055 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SETOR DE SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 100.000,00

002.10.301.0079.2178 VERBAS INDENIZATÓRIAS - SETOR DE SAÚDE

3390930000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 10.000,00

003.10.301.0079.1051 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 20.000,00

003.10.301.0079.1060 AQUISICAO DE EQUIP. MATERIAL PEMANENTE, MOVEIS E UTENSILI

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.000,00

003.10.301.0079.2119 MANUTENÇÃO COM A ALTA E MEDIA COMPLEXIDADE - AMCO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00

003.10.301.0079.2121 MANUTENÇÃO COM PROTESES DENTARIAS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 10.000,00

003.10.301.0079.2122 MANUTENCAO DO PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUA

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 10.000,00

003.10.301.0079.2145 MANUT.PROGRAMA DE NUCLEO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 4.000,00

003.10.301.0079.2161 VERBAS INDENIZATÓRIAS - AGENTES COMUNITÁRIOS RURAIS DE S

3390930000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 23.000,00

003.10.301.0079.2175 VERBAS INDENIZATÓRIAS - PROG.NAC.MELHORIA DO ACESSO E QU

3390930000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 10.000,00

SUBTOTAL 219.000,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001.08.244.0090.2176 MANUTENÇÃO COM PROTEÇÃO ESPECIAL

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 40.000,00

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.000,00

002.08.244.0090.1072 AQUIS. DE EQUIP.E MAT. PERMANENTE, MOVEIS E UTENSILIOS PAR

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00

002.08.244.0090.2069 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O PROGRAMA DE ATENCAO INTEG

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 2.000,00

002.08.244.0090.2126 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O IGD SUAS

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5.000,00

002.08.244.0090.2127 MANUTENÇÃO COM O PROGRAMA SERV CONVIVENCIA E FORTALECI

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 3.000,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5.000,00

002.08.244.0090.2146 MANUT.COM O PROGRAMA DE BENEFÍCIO PRESTAÇÃO CONTINUAD

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 1.000,00

SUBTOTAL 81.000,00

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO, AGRICULTURA

001.20.606.0015.2081 INCENTIVO PARA EXPOSIÇÃO AGROPECUARIA-EXPOQUER

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 2.000,00

001.20.606.0015.2085 INSUMOS NECESSARIOS PARA INCENTIVOS A CADEIA PRODUTIVA D

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5.000,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 5.000,00

001.20.606.0015.2086 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 3.000,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 2.500,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 2.500,00

SUBTOTAL 25.000,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

001.04.123.0003.2088 MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SEC. DE FINANCAS E SETOR DE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD. 8.200,00

SUBTOTAL 8.200,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVICOS URBANOS

002.17.512.0080.1106 AQUIS.EQUIP.MÁQ.MÓVEIS E UTENSÍLIOS P/ SETOR DE SANEAMENT

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 3.000,00

003.15.451.0060.1111 ASFALTAMENTO E MANUTENÇÃO COM RUAS E AVENIDAS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 49.000,00

003.25.752.0057.1108 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 61.700,00

SUBTOTAL 113.700,00

TOTAL 697.900,00

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua

publicação, revogando-se as disposições em contrário:

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 4 / 5

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA MT

GABINETE DO PREFEITO

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO QUERENCIA - MT.

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

GILMAR REINOLDO WENTZ

AV. CUIABA, Nº 335, SETOR C, QUERENCIA - MATO GROSSO Página: 5 / 5

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ERRATA DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016

NO OBJETO DO EDITAL ONDE SE LÊ: **SISTN**

NÃO SE LÊ NADA UMA VEZ QUE ESTÁ DENTRO SISTEMA SICONFI.

Reserva do Cabaçal-MT, 05 de janeiro de 2017

AMARILDO RODRIGUES GOMES

Presidente/CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
DECRETO N. 1645/2017

DATA: 03 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando, a necessidade de adotar medidas visando à contenção de despesas e economizar de uma forma geral.

Considerando que o Governo do Estado também adotou uma medida de contenção de gastos. Tendo atendimento somente no período vespertino;

DECRETA

Art. 1º - O horário de funcionamento da Prefeitura Municipal, a partir do dia 09 de janeiro de 2017, deverá estar compreendido no período de 12:00 às 18:00 (doze as dezoito) horas, de segunda a sexta-feira, sem prejuízo da jornada de trabalho a que estão subordinados os servidores.

Parágrafo Único - Excepcionalmente, as unidades de prestação de serviços direto à população, observada a conveniência do serviço ao público e a peculiaridade de sua atividade, sendo:

I - Divisão de Cadastro e Tributação estará estabelecido no horário de funcionamento de 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, (sete às onze e das treze às dezessete) horas, de segunda a sexta-feira.

II - Detran, estará estabelecido no horário de funcionamento de 13:00 hs às 18:00 hs, (das treze as dezoito horas) horas, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º - Os servidores municipais ficam sujeitos ao regime de dedicação ao serviço, ou seja, podendo ser convocados sempre que presente o interesse público ou necessidade.

Art. 3º - Caberá às chefias imediatas controlar o horário dos servidores na respectiva unidade, observado o interesse da administração, de modo a garantir a continuidade dos serviços, passagem ordenada das tarefas e zelar pela fiel observância dessas disposições.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 03 DE JANEIRO DE 2017

REYNALDO FONSECA DINIZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO JURÍDICO
ERRATA AO DECRETO Nº 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

O Departamento Jurídico de Salto do Céu/MT, vem por meio da presente, ratificar a publicação do Decreto nº 001, de 05 de Janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 05 de Janeiro de 2017, em virtude do erro no corpo do supracitado Decreto Municipal.

Diante disso, com a presente ratificação, o Decreto nº 001, de 05 de Janeiro de 2017, passa a ter a seguinte redação:

DECRETO Nº 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

DIVULGA OS DIAS DE FERIADO NACIONAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E PONTO FACULTATIVO, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU/MT, DO ANO DE 2017.

O Prefeito do Município de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Excelentíssimo Senhor Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Divulgam-se os dias de Feriado Nacional, Estadual, Municipal e Ponto Facultativo no ano de 2017, para cumprimento nas repartições públicas municipais, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

I – 27 de Fevereiro (Segunda-feira), ponto facultativo;

II - 28 de Fevereiro (Terça-feira), Carnaval, feriado nacional;

III – 01 de Março (Quarta-feira), Quarta-feira de Cinzas, ponto facultativo até as 13:00 horas;

IV – 22 de Março (Quarta-feira), Dia Municipal das Águas, feriado municipal, Lei nº 303/2008;

V – 14 de Abril (Sexta-feira), Paixão de Cristo, feriado nacional;

VI – 21 de Abril (Sexta-feira), Tiradentes, feriado nacional;

VII – 01 de Maio (Segunda-feira), Dia do Trabalho, feriado nacional;

VIII – 15 de Junho (Quinta-feira), Corpus Christi, feriado nacional;

IX – 16 de Junho (Sexta-feira), ponto facultativo;

X – 28 de Agosto (Segunda-feira), Dia da Padroeira da Cidade de Salto do Céu/MT, feriado municipal, Lei nº 293/2007;

XI – 01 de Setembro (Sexta-feira), Aniversário da Cidade de Salto do Céu/MT, feriado municipal, Lei nº 88/1994;

XII – 07 de Setembro (Quinta-feira), Independência do Brasil, feriado nacional;

XIII – 08 de Setembro (Sexta-feira), ponto facultativo;

XIV – 12 de Outubro (Quinta-feira), Nossa Senhora Aparecida, feriado nacional;

XV – 13 de Outubro (Sexta-feira), ponto facultativo;

XVI – 02 de Novembro (Quinta-feira), Finados, feriado nacional;

XVII – 03 de Novembro (Sexta-feira), ponto facultativo;

XVIII – 15 de Novembro (Quarta-feira), Proclamação da República, feriado nacional;

XIX – 20 de Novembro (Segunda-feira), Consciência Negra, feriado nacional;

XX – 11 de Dezembro (Segunda-feira), Dia do Cristão Evangélico, feriado municipal, Lei nº 350/2009.

XXI – 25 de Dezembro (Segunda-feira), Natal, feriado nacional.

Art. 2º. Ficam mantidos os serviços nas unidades administrativas responsáveis pelas áreas de **Saúde**, que por sua natureza não possa sofrer paralisação, bem como o **Conselho Tutelar**, ambos de acordo com o disposto no Decreto nº 005/2011, de 20 de Janeiro de 2011, que *"Estabelece a prestação de serviços essenciais no município de Salto do Céu/MT, nos feriados e pontos facultativos, e dá outras providências".*

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo em Salto do Céu/MT, 05 de Janeiro de 2017.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

Gestão 2017/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022-2015

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu – MT. CONTRATADA: SÍLVIA DE ALMEIDA SANTOS COLBEK - EPP, CNPJ nº 22.542.204/0001-97.

DO OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviços médicos, clínico geral para atendimento de urgências, emergências, inclusive plantões nos finais de semana e feriados, serviços de assessoria e consultoria em saúde pública no Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo de alterar a cláusula quinta (Da Vigência do contrato)... A vigência do presente Contrato terá seu prazo prorrogado de 01 de Janeiro de 2017 até 31 de Dezembro de 2017. A presente prorrogação de prazo ao contrato nº 022/2015, justifica-se, considerando que SÍLVIA DE ALMEIDA SANTOS COLBEK - EPP, inscrita no CNPJ sob o número 22.542.204/0001-97, empresa contratada, vem realizando serviço de qualidade, cumprindo com suas obrigações contratuais, atendendo desta maneira as necessidades deste município, como também é mais vantajosa à prorrogação deste, devido ser um processo ágil e, considerando que os serviços em comento, por ser classificado como serviços contínuos, irão suprir as necessidades deste município. DAS CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES E DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: Alteram-se o item 3.14 e seu subitem referente a Cláusula Terceira **(DAS CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES)** e a Cláusula Quarta **(DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO)** do contrato original, suprimindo 20% do valor global de R$ 510.654,48 (quinhentos e dez mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) para o valor global de R$ 408.523,56 (quatrocentos e oito mil quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos), alterando o valor mensal de R$ 42.554,54 (quarenta e dois mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) para o valor mensal de R$ 34.043,63 (trinta e quatro mil e quarenta e três reais e sessenta e três centavos), a serem pagas até o dia 15 do mês subseqüente pela Tesouraria Municipal, conforme disponibilidade financeira. Conforme demonstrativo abaixo:

Data da assinatura do contrato original	Prazo inicial de vigência do contrato original	Valor Total Atual Mensal Exercício 2016	Valor anual Exercício 2016	Supressão no valor global do contrato Exercício 2017	Valor referente a Supressão (mensal) Exercício 2017	Valor Suprimido anual Exercício 2017	Valor Mensal após a Supressão Exercício 2017	Valor anual de 01 de Janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017	Total de Meses aditivos até 31/12/2016
07/08/2015	07/08/2015	R$ 42.554,54	R$ 510.654,48	20%	R$ 8.510,91	R$ 102.130,92	R$ 34.043,63	R$ 408.523,56	16 meses e vinte e 25 dias (505 dias)

A supressão no valor global do contrato da referida contratada justifica-se devido a redução do número de dias trabalhados, porém com aumento da carga horária diária e o acréscimo de mais um serviço a ser prestado pela contratada, alterando dessa maneira as condições e obrigações desta, em que a contratada se responsabilizará pelos seguintes serviços:

Realizar atendimento de urgência e emergência (Atendimento presencial/plantões de sobreaviso) inclusive finais de semanas, feriados e pontos facultativos, durante 20 dias mensais, do dia 1 ao dia 20 de cada mês, aumentando a jornada diária de atendimento presencial na unidade de 04 (quatro) horas para 08 (oito) horas; serviços de visitas nas enfermarias, conforme pacientes em observação, atendimento de demanda espontânea de clínica médica e pequenas cirurgias em dias úteis. Cumprir 04 (quatro) dias mensais, cumprindo uma jornada de 04 (quatro) horas diárias em dias úteis à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, prestando serviços de assessoria em saúde pública, dando suporte na execução das políticas de saúde. Planejar e executar plano de educação continuada para a equipe de profissionais do Pronto Atendimento, capacitando-os ao atendimento de urgência.

DA RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57 inciso II, § 2° da Lei 8.666/93, Artigo 65, alínea "b" do inciso I, inciso II e § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666/93.

Santa Cruz do Xingu – MT. Marcos de Sá Fernandes da Silva – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **030/2015**

Contratado: **GESUEL RODRIGUES DA SILVA**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS**

Data de Encerramento: 19/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADO**.**

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **063/2015**

Contratado: **APARECIDA MIRANDA DE SOUZA**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **MERENDEIRA**

Data de Encerramento: 19/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADO.

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **019/2015**

Contratado: **AURIANE CRISTINA DE LIMA**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **PROFESSORA LIC. PLENA**

Data de Encerramento: 16/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADOR.

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **022/2015**

Contratado: **GENICI ZAHARKO**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **PROFESSORA LIC. PLENA**

Data de Encerramento: 16/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADOR.

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **041/2016**

Contratado: **GILVANIO DA SILVA LIMA**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **PROFESSOR LIC. PLENA**

Data de Encerramento: 16/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADOR.

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **024/2015**

Contratado: **LIDIA ARACELI GRILO**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **PROFESSORA LIC. PLENA**

Data de Encerramento: 16/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADOR.

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **023/2015**

Contratado: **LORENI RODRIGUES RAMOS**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Data de Encerramento: 16/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADO.

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **073/2016**

Contratado: **LUCIMAR SILVEIRA LIMA BARROS**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **TECNICO DE ENFERMAGEM**

Data de Encerramento: 30/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADOR.

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **018/2015**

Contratado: **MARIANA DE MATOS**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **AGENTE DE SAUDE AMBIENTAL**

Data de Encerramento: 16/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADOR.

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **016/2015**

Contratado: **NELI TEREZINHA DE OLIVEIRA BITENCOURT**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **PROFESSORA LIC. PLENA**

Data de Encerramento: 16/12/2015

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADOR.

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **076/2016**

Contratado: **NILMA PIRES DE CAMARGO SERAFIM**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **PROFESSORA LIC. PLENA**

Data de Encerramento: 16/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADOR.

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **011/2016**

Contratado: **NILZA GUEDES M DE OLIVEIRA**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **PROFESSORA LIC. PLENA**

Data de Encerramento: 16/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADOR.

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **023/2015**

Contratado: **NIVIS VANE RODRIGUES DE JESUS**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **PROFESSORA LIC. PLENA**

Data de Encerramento: 16/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADOR**.**

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **011/2015**

Contratado: **PATRICIA VIEIRA DOS SANTOS CUNHA**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **MERENDEIRA**

Data de Encerramento: 12/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADO**.**

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **019/2016**

Contratado: **REGIANE FRANCIELI BONINI**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **PROFESSORA LIC. PLENA**

Data de Encerramento: 16/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADOR**.**

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **012/2016**

Contratado: **RODRIGO DE FRANÇA SANTANA**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **PROFESSOR LIC. PLENA**

Data de Encerramento: 16/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADOR**.**

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **046/2016**

Contratado: **ROSALINA DE SOUZA**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **ZELADORA**

Data de Encerramento: 01/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADO**.**

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **021/2015**

Contratado: **SILVANA HELENA ALVES DE ARRUDA**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **PROFESSORA LIC. PLENA**

Data de Encerramento: 16/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADOR**.**

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **060/2015**

Contratado: **SUELI MARTINELLI TABORDA**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **PROFESSORA LIC. PLENA**

Data de Encerramento: 16/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADOR**.**

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **079/2016**

Contratado: **VANDERLE ROEDER**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA**

Data de Encerramento: 19/12/2016

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADO**.**

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS 2016 DE DEZEMBRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº:**062/2015**

Contratado: **VIVIANE DA SILVA VARGAS**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **MONITORA DE CRECHE**

Data de Encerramento: 14/12/2016

Motivo: TERMINO DE CONTRATO**.**

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 005/2017. 06 DE JANEIRO DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA **ALINE DE JESUS AZARIAIS FERRON** DO CARGO EM COMISSÃO DE **ASSESSORADE GABINETE** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **João Francisco Batistela**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em exercício, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Casa.

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar, a pedido da servidora **ALINE DE JESUS AZARIAIS FERRON,** portadora do RG 1600406-0 SSP-MT, emitida em 14/05/2015, inscrita no CPF N°732.054.511-04, do cargo em comissão de **ASSESSOR DE GABINETE** da Câmara, nomeada pela portaria nº 001/2017 de 03 de janeiro de 2017.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se a portaria nº 001/2017 e as demais disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, 06 de Janeiro de 2017.

João Francisco Batistela

Presidente

Registre-se, Publique-se e afixe-se.

Na data supra de 06.01.2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO CÂMARA MUNICIPAL

TITULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DAS FUNÇÕES DA CÂMARA

Art. 1º. O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções legislativas, de fiscalização financeira e de controle externo do executivo, de julgamento político administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Art. 2º. As funções legislativas da Câmara Municipal, constituem na elaboração de Emendas à Lei Orgânica Municipal, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções sobre quaisquer matérias de competência do Município, bem como a apreciação de Medidas Provisórias.

Art. 3º. As funções de fiscalização financeira consistem no exercício do controle de Administração local, principalmente quanto a execução orçamentária e ao julgamento das contas apresentadas pelo Prefeito, integradas estas aquelas da própria Câmara, sempre mediante o auxílio do tribunal de Contas do Estado.

Art. 4º. As funções de controle externo da Câmara implicam a vigilância dos negócios do Executivo em geral, sob os prismas de legalidade, impessoalidade, moralidade e da ética político-administrativa, com a tomada das medidas senatorias que se fizerem necessárias.

Art. 5º. As funções julgadoras ocorrem nas hipóteses em que é necessário julgar os Vereadores, quando tais agentes políticos cometem, infrações político-adminitrativas previstas em Lei.

Art. 6º. As funções de assessoramento consistem em sugerir medidas de interesse público ao Executivo, mediante indicações.

Art. 7º. A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionamento e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

CAPÍTULO II

DA SEDE DA CÂMARA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

Art. 8º. A Câmara Municipal tem sua sede e recinto normal de seus trabalhos no prédio próprio situado à Rua 23 s/n Centro da Cidade de Santa Terezinha.

Parágrafo Único – Poderá ser realizado Sessões Itinerantes, fora do recinto normal de trabalhos e fora da sede do município, em distritos, glebas, comunidades, etc., e cumprindo os procedimentos legais para a realização das mesmas.

Art. 9º. No recinto de reuniões do Plenário não poderão ser afixados quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem propaganda político-partidária, ideológica, religiosa ou de cunho promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza.

Parágrafo único – O disposto neste Artigo não se aplica à colocação de Brasão ou Bandeira do País, do Estado e do Município, na forma da Legislação aplicável, bem como de obras artísticas.

Art.10. Somente mediante prévia autorização do Presidente e quando o interesse público o exigir, poderá o recinto de reuniões da Câmara ser utilizado para fins estranhos à sua finalidade.

Art.11. A Câmara Municipal instalar-se á no dia 1º de janeiro de cada legislatura, às 10:00hs., em sessão Solene, independente de número, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, que designará um de seus pares para secretariar os trabalhos.

Parágrafo Único- A direção dos trabalhos caberá ainda em ordem sucessiva:

I – Ao vereador mais votado ;

II- Ao Presidente da Câmara Municipal do período anterior, se reeleito Vereador;

III -Ao Vereador que tenha exercido mais recentemente a função de Vice-Presidente ou Secretário da Mesa;

IV - Ao Vereador mais idoso dentre os reeleitos; ou

V - Ao mais idoso dos Vereadores presentes.

Art.12. O prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores eleitos deverão apresentar seus diplomas à Secretaria Administrativa da Câmara antes da Sessão de instalação.

Parágrafo único. Os vereadores também neste ato comunicarão seu nome parlamentar e legenda partidária O nome parlamentar será composto de dois elementos, podendo o vereador, se necessário, para individualizá-lo, utilizar três elementos.

Art.13. Na Sessão Solene de instalação observar-se-á o seguinte procedimento:

1º - O Presidente e os Vereadores deverão apresentar, no ato da posse, documento comprobatório de desincompatibilização, sob pena de extinção do mandato.

2º - Na mesma ocasião, deverão apresentar Declaração Pública de seus Bens, a qual será transcrita em livro próprio, constando de ata e seu resumo.

3º - O Vice-Prefeito remunerado desincompatibilizar-se-á e fará declaração pública de seus bens no ato da posse.

4º - Os vereadores presentes, regularmente diplomados, serão empossados após prestarem o compromisso, lido pelo presidente, nos seguintes termos:

“PROMETO EXERCER, COM DEDICAÇÃO E LEALDADE, O MEU MANDATO, RESPEITANDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO SO ESTADO E A LEI ORGÂNICA DO UM NICÍPIO, DEFENDENDO OS INTERESSES DO MUNICÍPIO E BEM ESTAR DE MEU POVO”.

Art. 14. Prestado o compromisso pelo Presidente, o Vereador ad hoc fará a chamada nominal de cada “vereador”, que declarará:

“ASSIM PROMETO”.

Parágrafo Único- Após sessão solene de posse será publicado nominata de todos os vereadores com seu nome parlamentar e legenda partidária.

Art. 15. O vereador que não tomar posse na Sessão prevista no Artigo 12, deverá faze-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo e aceito pela Câmara Municipal, e prestará compromisso individualmente utilizando a fórmula do artigo 12.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

Art. 16. Cumprindo o disposto no Artigo 13, o Presidente convidará a seguir , o Prefeito e o Vice-Prefeito eleitos e regularmente diplomados a prestarem compromisso a que se refere o artigo 12, e os declarará empossados.

Art. 17. Poderão fazer uso da palavra, pelo prazo de 05 (cinco) minutos, um Vereador representante de cada bancada, o Prefeito, O Vice-Prefeito, o Presidente da Câmara e um representante das demais autoridades presentes ou um elemento do povo.

Art.18. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, conforme artigos anteriores, o Prefeito ou Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior aceito pela Câmara, não tiver assumido o cargo este será declarado vago.

Art. 19. Seguir-se às orações de Mesa (ver Art.20) na qual somente poderão votar ou ser votados os Vereadores empossados.

Art. 20. O Vereador que não se empossar no prazo previsto no Art. 14, não mais poderá fazê-lo, aplicando-se-lhe o disposto no Artigo 246, Inciso II.

TITULO II

DA MESA DA CÂMARA

DA ELEIÇÃO DA MESA

Art.21. Logo após a posse dos Vereadores,Prefeito e Vice-Prefeito, proceder-se-á ainda sob a presidência do vereador mais votado dentre os presentes, a eleição dos membros da Mesa e do cargo de Vice-Presidente. (Art. 28 LOM).

Parágrafo único – O Presidente em exercício tem o direito a voto.

Art. 22 A Mesa da Câmara Municipal será eleita para um mandato de dois anos consecutivos e se comporá do Presidente, vice presidente e dos 1º e 2º Secretários. (Const. Fed. Art. 57 § 4º e Art. 28 da LOM).

Parágrafo Único- A eleição da mesa poderá ser realizada:

a) Por votação secreta; b) Por aclamação;

Art. 23 – A eleição da Mesa e do Vice-Presidente observar-se-á o seguinte procedimento:

I – realização por ordem do Presidente, da chamada regimental para verificação do “quorum”;

II – indicação dos candidatos aos cargos da Mesa e ao cargo de Vice-Presidente;

III – preparação das cédulas, que serão impressas, mimeografadas, manuscritas ou datilografadas, com a indicação dos nomes dos candidatos e respectivos cargos, e rubricadas pelo Presidente;

IV – preparação da folha de votação e colocação da urna;

V – chamada dos vereadores, que irão colocando em urna seus votos, depois de terem assinado a folha de votação;

VI – apuração mediante a leitura dos votos pelo presidente, que determinará a sua contagem;

VII – realização de segundo escrutínio, com os vereadores mais votados que tenham igual número de votos. Persistindo o empate, os candidatos disputarão os cargos por sorteio;

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

VIII – maioria simples para o primeiro e segundo escrutínios;

IX – proclamação do resultado pelo presidente;

X – posse automática dos eleitos.

Art. 26 -Na hipótese de não se realizar a Sessão ou a eleição, por falta de número legal, quando do início da legislação, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na presidência e convocará Sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art. 27- Na constituição da Mesa e de cada Comissão é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

Art. 28- A eleição para a renovação da Mesa, para o biênio subseqüente, realizar-se-á na última Sessão Ordinária do segundo ano legislativo, devendo observar o mesmo procedimento, considerando-se automaticamente empossados os eleitos, que deverão assinar o respectivo termo de posse ou Ata.

Parágrafo Único- Caberá ao Presidente cujo mandato se finda, ou a seu substituto legal, proceder à eleição para a renovação da Mesa convocando Sessões Ordinárias, se ocorrer na hipótese do Artigo 25 deste Regimento Interno.

Art. 29- Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:

I – extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou se este o perder;

II – licenciar-se o membro da Mesa do mandato de Vereador por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias;

III – houver renúncia do cargo da Mesa pelo seu titular com aceitação do Plenário;

IV – for o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário.

Art. 30- A renúncia pelo Vereador ao cargo da Mesa será feita mediante justificativa escrita apresentada ao Plenário.

Art. 31 – Para o preenchimento do cargo vago na Mesa, haverão eleições suplementares na primeira Sessão Ordinária seguinte àquela na qual se verificar a vaga, observando o disposto nos Artigos 23 e 25.

CAPÍTULO II

DA COMPETENCIA DA MESA E DE SEUS MEMBROS

SEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES DA MESA

Art. 32 – Compete à Mesa:

I - Propor Projetos de Lei disponham sobre abertura de créditos suplementares ou especiais através de anulação parcial ou total de dotação da Câmara.

II – Propor Projetos de Decretos Legislativos, dispondo sobre:

a) licença ao Prefeito para afastamento do cargo;

b) autorização ao Prefeito para, por necessidade de serviço,

Ausentar-se do município por mais de 15 (quinze) dias. (Art. 52 da LOM).

c) fixação do subsídio e verba de representação do Prefeito para o mandato seguinte, sem prejuízo da iniciativa de qualquer Vereador na matéria, até 60 (sessenta dias antes das eleições municipais, no último ano da legislatura).

IV – elaborar e expedir Atos sobre:

a) a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como sua alteração quando necessária;

b) suplementação das dotações do Orçamento da Câmara, observando o limite de autorização constante da Lei Orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes da anulação, total ou parcial, de suas dotações orçamentárias;

d). abertura de sindicâncias e processos administrativos e aplicação de penalidades.

V – devolver à tesouraria da prefeitura o saldo existente na Câmara ao final do exercício;

VI – elaborar até o dia 30 de julho, conforme a lei das Diretrizes Orçamentárias, a previsão de despesa do Poder Legislativo a ser incluída na proposta orçamentária do Município:

VIII – enviar ao Prefeito até o dia 01 de março de cada ano, as Contas do Estado;

VIII - assinar as Atas das Sessões da Câmara;

IX – promulgar a Lei Orgânica do Município e suas alterações;

Parágrafo Único – Os atos Administrativos da Mesa serão numerados em ordem cronológica, com renovação a cada legislatura;

X – declarar a perda de mandato de Vereador, de ofício ou de provocação de qualquer dos membros da Câmara, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal, assegurada ampla defesa;

XI – encaminhar pedidos escritos de informações aos Secretários Municipais;

XII – deliberar sobre convocação de Sessões Extraordinárias na Câmara;

XIII – deliberar sobre realização de Sessões Extraordinárias Solenes da sede da Edilidade;

XIV – determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior. (ver art. 140)

XV- Organização dos serviços administrativos; XVI- Criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Câmara Municipal e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; XVII - Apresentar ao Plenário, na sessão de encerramento do ano legislativo, relatório dos trabalhos realizados no exercício; XVIII - Representar a Câmara Municipal, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente; XIX - Propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo Municipal ou estadual, ou por omissão, de ofício ou por deliberação do Plenário; XX - Expedir atos referentes a pessoal, podendo delegar competência aos Superintendentes; XXI - Expedir Resolução de Mesa com vistas a regulamentar o funcionamento dos serviços administrativos do Poder Legislativo; XXII - Decidir, em grau de recurso, as questões relativas a pessoal e aos serviços administrativos da Câmara Municipal; XXIV - Aprovar a proposta orçamentária da Câmara Municipal; XXV - Indicar os ordenadores de despesas; XXVI - Autorizar a celebração de convênios; XXVII - Requisitar ao Tribunal de Contas do Estado informações. XXVIII - Fixar as diretrizes para divulgação das atividades do Poder Legislativo; XXIX - Estabelecer a denominação dos espaços físicos da Câmara Municipal. § 1º Cabe à Superintendência-Geral a coordenação e a orientação das atividades das Superintendências da Câmara Municipal, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Mesa. § 2º Nos termos de delegação conferida pela Mesa, compete ao Superintendente Legislativo a direção dos serviços legislativos, ao Superintendente de Comunicação Social, a divulgação institucional da Câmara Municipal e, ao Superintendente Administrativo e Financeiro, a direção dos serviços administrativos.

Art. 33 – A Mesa deliberará sempre por maioria de seus membros.

Parágrafo Único – A recusa injustificada de assinatura aos Atos da Mesa ensejará o processo de destituição do membro faltoso.

SESSÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 34 - O Presidente é o representante legal da Câmara nas suas relações externas, cabendo-lhes as funções administrativas e diretivas das atividades internas, competindo-lhe privativamente:

I-quando às atividades legislativas:

a). determinar, por requerimento do autor, a retirada da proposição ainda não incluída na Ordem do Dia;

b). recusar recebimento a substitutivos ou emendas que não sejam pertinentes à proposição inicial;

c). declarar prejudicada a proposição, em face de rejeição ou aprovação de outra com o mesmo objetivo, salvo requerimento que consubstanciar reiteração de pedido não atendido ou resultante de modificação de situação de fatos anteriores;

d). fazer publicar os Atos da Mesa e da Presidência, Portarias bem como as Resoluções, Decretos Legislativos e as Leis que tiver Promulgado;

e). votar nos seguintes casos:

1. na eleição da Mesa;

2. quando a matéria exigir para sua aprovação, o voto favorável de 2/3 (dois terços) ou da maioria absoluta dos membros da Câmara;

3. quando houver empate qualquer votação do Plenário.

f). promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos, bem como as leis com Sansão tácita, ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário;

g). expedir Decreto Legislativo de cassação do mandato de Prefeito e Resolução de cassação do mandato de Vereadores;

h). apresentar proposição à consideração do Plenário, devendo afastar-se da presidência para discuti-la.

II – Quanto às atividades administrativas:

a). comunicar a cada Vereador, por escrito, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a convocação de Sessões Extraordinárias durante o período normal, ou de Sessões Extraordinárias durante o recesso, quando esta ocorrer fora de sessão, sob pena de submeter-se a processo de destituição;

b). autorizar o desarquivamento de proposições;

c). encaminhar processos às Comissões de Assuntos Relevantes, criados por deliberação da Câmara e designar-lhes substitutos;

d). zelar pelos prazos de processo legislativo bem como dos concedidos às Comissões Permanentes e ao Prefeito;

e). nomear os membros das Comissões de Assuntos Relevantes, criados por deliberação de Câmara e designar-lhes substitutos;

f). declarar a destituição de membro das Comissões Permanentes nos casos previstos no Art. 75 deste Regimento;

g). organizar o Ordem do Dia, pelo menos quarenta e oito horas antes da Sessão respectiva, fazendo dela constar obrigatoriamente, com ou sem parecer das Comissões e antes do término do prazo, os Projetos de Lei com prazo de apreciação;

h). providenciar, no prazo máximo de quinze dias, a expedição de certidões que lhe forem solicitadas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações, relativas a decisões Atos e Contratos (CF Art. 5º, inc. XXXIV, alíneas “B” e Art. 133 da LOM);

i). convocar a Mesa da Câmara;

j). executar as deliberações do Plenário;

l). assinar as Atas das Sessões, os Editais, as Portarias e o expediente da Câmara;

m). dar andamento legal aos recursos interpostos contra Atos seus, da Mesa, ou do Presidente da Comissão;

n). dar posse ao Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores que não foram empossados no primeiro dia da legislatura e aos suplentes de Vereadores nos casos previstos em Lei;

o). convocar os suplentes.

III – quanto às Sessões;

a).presidir, abrir, encerrar, suspender, prorrogar as Sessões observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações do presente Regimento;

b). determinar ao Secretário a leitura da Ata e das comunicações dirigidas à Câmara;

c). determinar de ofício, ou a requerimento de qualquer Vereador, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação de presença;

d). declarar a hora destinada ao Expediente, à Ordem do dia à explicação Pessoal e Palavra Livre os prazos facultados aos oradores;

e). anunciar a Ordem do Dia e submeter à discussão e votação a matéria dela constante;

f) conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste Regimento, e não permitir divagações ou apartes estranhos ao assunto em discussão;

g). interromper o orador que se desviar da questão em debate ou falar sem o respeito devido à Câmara, ou a qualquer de seus membros, advertindo-o, chamando-o à ordem e, em caso de insistência, cassando-lhe a palavra, podendo, ainda suspender a Sessão, quando não atendido e as circunstâncias assim o exigirem;

h). chamar a atenção do orador, quando se esgotar o tempo a que tem direito;

i).estabelecer a ordem das matérias que devem ser votadas;

j). anunciar as discussões e proclamar os resultados das votações;

l). resolver, quando omisso o Regimento;

m). anunciar ao término das Sessões, avisando antes, aos Vereadores sobre a Sessão seguinte;

n). anunciar ao Plenário a declaração de extinção do mandato de Vereador, nos casos previstos no Art. 25 da LOM, na primeira Sessão subseqüente a apuração do fato, fazer constar de Ata a declaração e convocar imediatamente o respectivo suplente;

o). presidir a Sessão ou Sessões de eleições da Mesa do período seguinte.

IV) – quanto aos servidores da Câmara:

a). remover e readmitir funcionários da Câmara, conceder-lhes férias e abonos de faltas;

b). superintender o serviço da Secretaria da Câmara, autorizar nos limites do Orçamento, as suas despesas e requisitar o numerário ao Executivo;

c). apresentar ao Plenário, até o dia 20 de cada mês, o balancete relativo às verbas recebidas e às despesas do mês anterior;

d). proceder as licitações para compras, obras e serviços, de acordo com a legislação pertinente;

e). rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara e de sua Secretaria, exceto os livros destinados às Comissões Permanentes;

f). fazer, ao fim de sua gestão, relatório dos trabalhos da Câmara;

g). determinar a apuração de responsabilidades administrativas civil e criminal de servidores faltosos e aplicando-lhes penalidades;

v – quanto à relação externa da Câmara:

a). realizar audiência pública com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;

b). representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades Federais, estaduais e, perante entidades privadas em geral;

c). conceder audiências ao público, a seu critério, em dias e horas préfixadas;

d). encaminhar ao Prefeito os pedidos de informações formulados pela Câmara;

e). exercer, em substituição, à Chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em Lei;

f). representar sobre inconstitucionalidade de Lei ou Ato Municipal;

g). solicitar a intervenção no Município, nos casos admitidos pela Constituição do Estado;

h). interpelar judicialmente, no prazo legal, as quantias requisitadas ou a parcela correspondente ao duodécimo das dotações orçamentárias;

i). declarar extinto o mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito nos casos previstos em lei;

VI – quanto à polícia interna:

a). policiar o recinto da Câmara com o auxilio de seus funcionários, podendo requisitar elementos de corporação civis ou militares para manter a ordem interna;

b). permitir que qualquer cidadão assista às Sessões da Câmara, na parte do recinto que lhe é reservada, desde que:

1. apresente-se decentemente trajado;

2. não portar armas;

3. conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

4. não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em Plenário;

5. respeite os vereadores;

6. atenda as determinações da Presidência;

7. não interpele os Vereadores.

c). obrigar a se retirar do recinto, sem prejuízo de outras medidas, os assistentes que não observarem esses deveres;

d). determinar a retirada de todos os assistentes, se a medida for julgada necessária;

e). se, no recinto da Câmara, for cometida qualquer infração penal, efetuar a prisão em flagrante, apresentando o i infrator à autoridade competente, para lavratura o auto e instalação do processo-crime

Correspondente: se não houver flagrante, comunicar o fato à autoridade policial competente, para a apuração do inquérito.

SUBESEÇÃO ÚNICA

DA FORMA DOS ATOS DO PRESIDENTE

Art. 35 – Os Atos do Presidente observarão a seguinte forma:

I – ato, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

a) regulamentação dos serviços administrativos;

b) nomeação de membros das diversas Comissões;

c) assuntos de caráter financeiro;

d) designação de substitutos nas Comissões;

e) outros casos de competência da Presidência e que não estejam enquadrados como Portaria;

II – portaria, nos seguintes casos:

a) remoção, readmissão, férias, abono de faltas dos funcionários da Câmara;

b) outros casos determinados em Lei ou, Resolução.

III – instruções, para expedir determinações aos servidores da Câmara.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS SECRETARIOS

Art. 36 – Compete ao 1º Secretário:

I – constatar a presença dos Vereadores ao se abrir a Sessão confrontado-a com o livro ao final da Sessão;

II – fazer a chamada dos Vereadores, nas ocasiões determinadas pelo Presidente;

III – ler a Ata e a matéria de expediente, bem como as proposições e demais papéis que devem ser do conhecimento do Plenário;

IV – fazer a inscrição de oradores;

V – redigir ou superintender a redação da Ata, resumindo os trabalhos da Sessão, assinando-a juntamente com o Presidente e o 2º Secretário;

VI – assinar, com o Presidente e o 2º Secretário os Atos da Mesa;

VII – auxiliar a presidência na inspeção dos serviços da secretaria da Câmara e na observância deste Regimento;

VIII – fiscalizar a organização do livro de freqüência dos Vereadores e assiná-lo;

IX – colaborar na execução do Regimento Interno.

Art. 37 –Compete ao 2º Secretário:

I – assinar, juntamente com o Presidente e 1º Secretário, os atos da Mesa, as Atas das Sessões;

II – substituir o 1º Secretário nas suas ausências, licenças e impedimentos;

III – auxiliar o 1º Secretário no desempenho de suas atribuições, quando da realização das Sessões Plenárias;

IV – anotar o tempo que o orador ocupar a Tribuna quando for o caso, bem como, as vezes que desejar utilizá-la;

V – colaborar na execução do Regimento Interno.

CAPÍTULO III

DA SUBSTITUIÇÃO DA MESA

Art. 38 – Para suprir a falta ou impedimento do Presidente em Plenária, haverá um Vice-Presidente, eleito juntamente com os membros da Mesa, Estando ambos ausentes, serão substituídos pelos Secretários

Parágrafo Único – Ao Vice-Presidente compete, ainda, substituir o Presidente, fora do Plenário, em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças, ficando, nas duas últimas hipóteses, investido na plenitude das respectivas funções.

Art. 39 – Ausentes, em Plenário, os Secretários, o Presidente convidará qualquer Vereador para substituição em caráter eventual.

Art. 40 –Na hora determinada pra o início da Sessão, verificada a ausência dos membros da Mesa e de seus substitutos, assumirá a Presidência o Vereador mais votado dentre os presentes, que escolherá entre seus pares um secretário.

Parágrafo Único – A Mesa, composta na forma deste Artigo, dirigirá os trabalhos até o comparecimento de algum membro titular ou de seus substitutos legais.

CAPÍTULO IV

DA DESTITUIÇÃO DA MESA

Art. 41 – Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, e o Vice-Presidente, quando em exercício da Presidência, poderão ser destituídos de seus cargos, mediante Resolução aprovada por 2/3 (dois terços) no mínimo, dos membros da Câmara, assegurando o direito de ampla defesa.

Parágrafo Único – É passível de destituição o membro da Mesa quando faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, ou exorbite das atribuições a ele conferidas por este Regimento.

Art. 42 – O processo de destituição terá início por denúncia, subscrita necessariamente por um dos Vereadores, dirigida ao Plenário e lida pelo seu autor em qualquer fase da Sessão, independentemente de prévia inscrição ou autorização da Presidência.

§ 1º - Na denúncia, deve ser mencionado o membro faltoso, descritas circunstancialmente as irregularidades que tiver praticado e especificadas as provas que se pretende produzir.

§ 2º - Lida a denúncia, será imediatamente submetida ao Plenário pelo Presidente,

salvo se este for envolvido nas acusações, caso em que essa providência e as demais relativas ao procedimento de destituição, competirão ao Vice-Presidente e, se este também for envolvido, ao Vereador mais votado entre os presentes.

§ 3º - O Membro da Mesa, envolvido nas acusações, não poderá presidir nem secretariar os trabalhos, quando e enquanto estiver sendo discutido ou deliberado qualquer ato relativo ao processo de sua constituição.

§ 4º - Se o acusado for o Presidente, será substituído na forma do § 2º e, se for um dos secretários, será substituído por qualquer Vereador, convidado por quem estiver exercendo a presidência.

§ 5º - O denunciante e o denunciado ou denunciados são impedidos de votar na denúncia, não sendo necessária a convocação de suplentes para o ato.

§ 6º - Considerar-se-á recebida a denúncia, se for aprovada pela maioria dos vereadores presentes.

Art. 43 – Recebida a denúncia serão sorteados três Vereadores dentre os desimpedidos, para compor a Comissão Processante.

§ 1º - Da Comissão não poderão fazer parte o denunciante e o denunciado ou denunciados.

§ 2º - Constituída a Comissão Processante, seus membros elegerão um deles para Presidente, que marcará reunião a se realizar dentro das quarenta e oito horas seguintes.

§ 3º - Reunida a Comissão, o denunciado ou denunciador serão notificados dentro de três dias, para apresentação, por escrito, de defesa prévia, no prazo de dez dias.

§ 4º - Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a Comissão, de posse ou não da defesa prévia, procederá as diligências que entender necessárias, emitindo, ao final, de vinte dias, seu parecer.

§ 5º - O denunciado ou denunciados poderão acompanhar todas as diligências da Comissão.

Art. 44 – Findo o prazo de vinte dias e concluído pela procedência das acusações, a Comissão deverá apresentar, na primeira Sessão Ordinária subseqüente, Projeto de Resolução propondo a destituição do denunciado ou denunciados.

§ 1º - O Projeto de Resolução será submetido a discussão e votação únicas, convocando-se os suplentes do denunciante e do denunciado ou dos denunciados para efeitos de “quorum”.

§ 2º - Os vereadores e o Relator da Comissão Processante e o denunciado ou denunciados terão cada um trinta minutos, para a discussão do Projeto de Resolução, vedada a cessão de tempo.

§ 3º - Terão preferências, na ordem de inscrição, respectivamente, o relator da Comissão processante e o denunciado ou denunciados, obedecida, quanto aos denunciados, a ordem.

Art. 45 – Concluído pela improcedência das acusações, a Comissão Processante deverá apresentar seu Parecer, na Primeira Sessão Ordinária subseqüente, para ser lido, discutido e votado em turno único, na fase do expediente.

§ 1º - Cada Vereador terá o prazo máximo de quinze minutos para discutir o Parecer da Comissão Processante, cabendo ao Relator e ao denunciado ou denunciados, respectivamente, o prazo de trinta minutos,

§ 2º - Não se concluído nessa Sessão a apreciação do Parecer, a autoridade que estiver presidindo os trabalhos relativos ao processo de destituição convocará Sessões Extraordinárias destinadas integral e exclusivamente ao exame da matéria, até deliberação definitiva do plenário.

§ 3º - O Parecer da Comissão Processante será aprovado ou rejeitado por maioria simples, procedendo-se:

a) ao arquivamento do processo, se aprovado o Parecer;

b) à remessa do Processo à Comissão de Justiça e Redação, se rejeitado do Parecer.

§ 4º - Ocorrendo a rejeição do Parecer, a Comissão de Justiça e Redação deverá elaborar, dentro de três dias, Projeto de Resolução propondo a destituição do denunciado ou dos denunciados.

§ 5º - Para a votação e discussão do Projeto de Resolução de destituição, elaborado pela Comissão de Justiça e Redação, observar-se-á o previsto nos § 1º, 2º e 3º do artigo 43.

Art. 46 – A aprovação do projeto de resolução, pelo quorum de 2/3 (dois terços), implicará o imediato afastamento do denunciado ou denunciados devendo a Resolução respectiva ser dada a publicação, pela autoridade que estiver presidindo os trabalhos nos termos do 2º do Artigo 41, dentro do prazo de quarenta horas, contado da deliberação do plenário.

TITULO III

DO PLENÁRIO

CAPITULO I

DA UTILIZAÇÃO DO PLENÁRIO

Art. 47 – O plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal, constituído pela reunião de vereadores em exercício, em local, forma e número estabelecidos neste Regimento.

1º - O local é o recinto de sua sede.

2º - a forma legal para deliberar é a sessão, regida pelos dispositivos referentes à matéria, estatuídos pela Lei Orgânica do Município, ou neste Regimento.

3º - O número é o quorum determinado pela Lei Orgânica do Município, ou neste Regimento, para a realização das Sessões e para as deliberações.

Art. 48 – Durante as sessões, a população poderá permanecer no espaço reservado ao Plenário.

1º - A critério do Presidente, serão convocados os funcionários da Secretaria Administrativa, necessários ao andamento dos trabalhos.

2º - A convite do Presidente, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer vereador, poderão assistir aos trabalhos, no local reservado aos vereadores, autoridades Federais, Estaduais, ou Municipais, personalidades homenageadas ou representantes da imprensa, que terão lugar reservado para este fim.

CAPITULO II

DOS LIDERES E VICE-LIDERES

Art. 49 – Líder é o porta-voz autorizado da bancada do partido que participa da Câmara.

Art. 50 – Os líderes e vice-líderes serão indicados à Mesa pelas respectivas bancadas partidárias, mediante ofício. Se e enquanto não for feita a indicação, os líderes e vice-líderes serão os Vereadores mais votados da bancada respectivamente.

1º - Sempre que houver alterações nas indicações, deverá ser feita nova comunicação à Mesa.

2º - Os líderes serão substituídos nas suas faltas, impedimentos, ausências do recinto, pelos respectivos Vice-Líderes.

Art. 51 – A reunião de Líderes para tratar de assunto de interesse geral, realizar-se-á por proposta de qualquer deles.

Art. 52 – A reunião de Líderes com a Mesa, para tratar de assunto de interesse geral, far-se-á por proposta de qualquer deles.

Art. 52 – A reunião de Líderes com a Mesa, para tratar de assunto de interesse geral, far-se-á por iniciativa do Presidente da Câmara.

TITULO IV

DAS COMISSÕES

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 53 – As comissões da Câmara serão:

I – Permanentes;

II – Temporária;

Art. 54 – Assegurar-se-á nas comissões, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que participem da Câmara Municipal (Const. Fed. Art. 58 1º e LOM Art. 30).

Parágrafo Único – A representação dos partidos será obtida dividindo-se o número de membros da Câmara pelo número de membros de cada Comissão, e o número de Vereadores de cada partido pelo resultado assim alcançado, obtendo-se então, o quociente partidário.

Art. 55 – Poderão assessorar os trabalhos das Comissões, desde que devidamente credenciados pelo Presidente, técnico de reconhecida competência na matéria em exame.

CAPITULO II

DAS COMISSÕES PERMANENTES

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 56 – As Comissões permanentes serão as que subsistem através da legislatura e têm por objetivo estudar os assuntos submetidos ao seu exame e sobre eles elaborar Parecer.

Art. 57 – Os membros das Comissões Permanentes serão nomeados pelo Presidente da Câmara, por indicação dos líderes de Bancada, para um período de dois anos, observada sempre a representação proporcional.

Art. 58 – Os suplentes no exercício temporário da Vereança e o Presidente da Câmara não poderão fazer parte das Comissões Permanentes.

Art. 59 – O preenchimento das vagas nas Comissões, nos casos de impedimento, destituição ou renúncia serão apenas para completar o bom biênio do mandato.

SEÇÃO II

DA COMPETENCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 60 – As Comissões Permanentes são compostas, cada uma, de três membros, com as seguintes denominações:

I - Comissão de Constituição e Justiça;

II - Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle;

III - Comissão de Serviços Públicos;

IV - Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Ação Social;

V- Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo;

VI - Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia;

VII - Comissão de Saúde, Meio Ambiente e Turismo;

VIII -Comissão de Economia e Desenvolvimento.

IX – Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

Art. 61 – Compete à Comissão de Constituição e Justiça emitir parecer sobre todos os Processos que tramitarem pela Câmara, ressalvados a proposta orçamentária e o parecer do Tribunal de Contas.

Parágrafo Único -Apreciar assuntos de natureza constitucional ou jurídica que lhe sejam submetidos, em consulta, pelo Presidente da Câmara Municipal , pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recurso previsto neste Regimento; apreciar matéria atinente à organização do Município; intervenção Municipal e estadual; transferência da sede da Câmara Municipal; afastamento do Município do Prefeito e Vice-Prefeito; pedidos de licença para incorporação De Vereadores às Forças Armadas; pedidos de instauração de processo nos crimes de responsabilidade praticados por autoridades, e demais aspectos atinentes;

Art. 62 –Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle, à qual, sem prejuízo da obrigação específicas das demais Comissões, compete:

I – Emitir parecer sobre projetos de Lei que tratam do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, observando a participação da sociedade nos moldes do Art. 48, parágrafo único da Lei Complementar nº 101/00, bem como, sobre matéria tributária, créditos adicionais, empréstimos, prestações de contas, destacadamente as apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara e seus pareceres prévios pelo Tribunal de Contas do Estado;

II – Exercer o acompanhamento da execução orçamentária e as fiscalizações contábeis, financeiras, orçamentárias, operacionais, patrimoniais e de gestão da execução das políticas públicas, programas de obras e planos de desenvolvimento do Município e dos entes da administração direta e indireta, bem como da arrecadação tributária, proporcionando a transparência da gestão fiscal;

III – Receber denúncias e reclamações de vereadores e dos demais cidadãos referentes ao gerenciamento das verbas públicas, devendo tomar medidas administrativas para apreciar as supostas irregularidades;

IV – Viabilizar a divulgação das contas públicas aos contribuintes, ficando à disposição destes, na sede do Poder, para exame, apreciação e questionamento nos termos da Constituição Federal, Art. 31, parágrafo 3º, CF e Art. 49, Lei Complementar nº 101/00.

V- Aspecto financeiro das proposições; problemas econômicos do Município e seu planejamento e legislação; exame das proposições a que se referem os 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, além de demonstrativos específicos estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária; exame das contas do Prefeito; elaborar planos e programas de desenvolvimento municipal, após exame pelas demais Comissões; examinar os relatórios de atividades do Tribunal de Contas do Estado; requisitar informações, relatórios, balanços e inspeções sobre as contas e autorizações de despesas de órgãos e entidades da administração Municipal, diretamente ou através do Tribunal de Contas do Estado; propor projetos cujos objetivos sejam o de disponibilizar à sociedade civil organizada, ao cidadão, informações sobre a execução orçamentária e financeira do Município. propor o auxílio técnico do Tribunal de Contas do Estado para o desempenho de suas competências;

Art. 63 – Compete à Comissão de Serviços Públicos, emitir Parecer sobre todos os Processos atinentes à realização de Obras e execução de serviços pelo Município, e outras atividades administrativas ou privadas sujeitas à deliberação da Câmara.

Parágrafo Único - Aspectos atinentes à organização político-administrativa do Município; matérias relacionadas com obras públicas, saneamento, transporte de cargas, viação, energia, comunicações, mineração e funcionalismo público;

Art. 64 – Compete à Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Ação Social Social, aspectos atinentes a direitos das minorias, do índio, do menor, da mulher, do idoso, segurança social e sistema penitenciário; defesa do consumidor e demais assuntos relacionados à problemática homem-trabalho e direitos humanos;

I – Opinar e emitir parecer em processos e assuntos referentes ao cumprimento dos Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal e da Declaração Universal dos Direitos Humanos;

II – Recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à ameaça ou violação de direitos humanos, bem como o acompanhamento de processos relativos a estas ameaças e violações, no território do Município de Santa Terezinha – MT;

III – Colaboração com entidades não governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos humanos;

Art. 64A – Compete à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância deste Regimento e do Código de Ética e Decoro Parlamentar, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar na Câmara Municipal de Santa Terezinha / MT.

Art. 64B – Revogado.

Art. 64C- À Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo – aspectos atinentes à agricultura, pecuária, pesca, cooperativismo, abastecimento, terras públicas e assuntos fundiários e demais matérias referentes ao setor primário de nossa economia;

Art. 64D – À Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia – aspectos atinentes à educação, cultura, patrimônio histórico, desenvolvimento artístico, científico e tecnológico;

Art. 64E- À Comissão de Saúde, Meio Ambiente – aspectos atinentes à saúde; assuntos relativos ao meio ambiente, recursos naturais renováveis, flora, fauna e solo; criação, ampliação ou manutenção de reservas biológicas e/ou recursos naturais; assuntos atinentes a desenvolvimento turístico do município.

À Comissão de Economia e Desenvolvimento – aspectos relacionados com indústria, comércio, turismo, desenvolvimento municipal ou regional, e demais assuntos referentes ao setor secundário e terciário de nossa economia.

Parágrafo único. Os expedientes relativos à escolha ou indicação de titulares de cargos públicos que, por determinação legal, devam ser submetidos à Câmara Municipal, serão encaminhados às Comissões Técnicas Permanentes, obedecida a respectiva área de atuação.

Art. 65 – É obrigatório o Parecer das Comissões Permanentes nos assuntos de sua competência, executados os casos previstos neste Regimento.

Art. 66 – As Comissões Permanentes somente poderão deliberar com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Único – Compete ainda, às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência:

I – Realizar audiência pública com entidades da sociedade civil;

II – Convocar secretários municipais para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

III – Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades municipais da administração direta ou indireta.

SEÇÃO III

DOS PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 67 – As Comissões Permanentes, logo que constituídas reunir-se-ão para eleger os respectivos presidentes e vice-presidentes.

Art. 68 – Compete ao Presidente das Comissões, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, avisando obrigatoriamente, todos os integrantes da Comissão – prazo este dispensado se contar no ato da convocação com a presença de todos os membros;

II – Presidir as reuniões e zelar pela ordem dos trabalhos;

III – Receber a matéria destinada a Comissão e designar-lhe relator;

IV – Zelar pela observância dos prazos concedidos à Comissão;

V – Representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

VI – Solicitar mediante ofício, substituto à presidência da Câmara para os membros da Comissão;

VII – Anotar no livro de protocolo da Comissão, os processos recebidos e expedidos, com as respectivas datas;

VIII – Anotar, no livro de presença da Comissão, o nome dos membros que comparecerem ou que faltaram e, resumidamente, a matéria tratada e a conclusão, rubricando a folha ou folhas respectivas.

Art. 69 – O Presidente da Comissão poderá funcionar como relator e terá direito a voto, em caso de empate.

Art. 70 – Dos atos do Presidente da Comissão Permanente cabe, a qualquer membro, recurso ao Plenário, obedecendo-se o Artigo 166 deste.

Art. 71 – Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente da comissão Permanente em suas ausências, faltas, impedimentos e licenças.

Art. 72 – Quando duas ou mais Comissões Permanentes apreciarem qualquer matéria em reunião conjunta, a Presidência dos trabalhos caberá ao Presidente mais idoso dentre os presentes, se desta reunião conjunta não estiver participando a Comissão de Justiça e Redação, hipótese em que a direção dos trabalhos caberá ao Presidente dessa Comissão.

Art. 73 – Os Presidentes das Comissões Permanentes poderão reunir-se mensalmente sob a presidência do Presidente da Câmara Municipal para examinar assuntos de interesse comum das Comissões e assentar providências sobre o melhor e mais rápido andamento das proposições.

SEÇÃO IV

DOS PARECERES

Art. 74 – Parecer é o pronunciamento da Comissão Permanente sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

Parágrafo Único – O parecer escrito constará de três partes:

I – Exposição da matéria em exame;

II – A conclusão do relator;

III – Decisão da Comissão, com assinatura dos membros que votaram a favor ou contra, e o oferecimento se for o caso, de substitutivo ou emenda.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

SEÇÃO V

DAS VAGAS, LICENÇAS E IMPEDIMENTOS NAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 76 – As vagas das Comissões Permanentes verificar-se-ão:

I – Com a renúncia;

II – Com a destituição;

III – Com a perda de mandato de vereador.

1º - A renúncia de qualquer membro da Comissão Permanente será ato acabado e definitivo, desde que manifestada, por escrito à Presidência da Câmara.

2º - Os membros das Comissões Permanentes será destituídos, caso não compareçam, injustificadamente, a três reuniões consecutivas, não mais podendo participar de qualquer Comissão Permanente durante o biênio.

3º - As faltas às reuniões da Comissão Permanente, poderão ser justificadas, no prazo de cinco dias, quando justo motivo, tais como: doença, luto ou gala, desempenho de missões oficiais da Câmara ou do Município.

4º - A destituição dar-se-á por simples representação de qualquer Vereador, 1 dirigida ao Presidente da Câmara, que, após comprovar a ocorrência das faltas e a sua não justificativa em tempo hábil, declara vago o cargo na Comissão Permanente.

5º - O Presidente da Câmara preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões Permanentes, de acordo com a indicação do líder do partido respectivo, não podendo a nomeação recair sobre o renunciante destituído.

Art. 77 – O Vereador que se recusar a participar das Comissões Permanentes, ou for renunciante ou destituído de qualquer delas, não poderá ser nomeado para integrar Comissão de representação da Câmara, no período da legislatura.

Art. 78 – Nos casos das licenças ou impedimentos de qualquer membro das Comissões Permanentes, caberá ao Presidente da Câmara a designação do substituto, mediante indicação do líder do partido a que pertença o lugar.

Parágrafo Único – A substituição perdurará enquanto persistir a licença ou impedimento.

CAPITULO III

DAS COMISSÕES TEMPORARIAS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 79 – Comissões temporárias são as constituídas com finalidades especiais e se extinguem com o término da legislatura ou antes dele, quando atingidos os fins para os quais foram constituídas.

Art. 80 – As Comissões Temporárias poderão ser:

I – Comissão de Assuntos Relevantes;

II – Comissão de Representação;

III – Comissão Processante;

IV – Comissão Parlamentar de Inquérito;

V – Comissão de Representação Legislativa;

VI – Comissão de Licitação.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

Art. 81 – As Comissões de Assuntos Relevantes são aquelas que se destinam à elaboração e apreciação de estudos e problemas municipais e a tomada de posição da Câmara em assuntos de reconhecida relevância.

1º - As Comissões de assuntos Relevantes, serão constituídas mediante apresentação de Projeto de Resolução, aprovado por maioria simples.

2º - O Projeto de Resolução a que alude o parágrafo anterior, independentemente de parecer, terá uma única discussão e votação na ordem do dia da mesma sessão de sua apresentação.

3º - O Projeto de Resolução que propõe a constituição da Comissão de assuntos relevantes deverá indicar, necessariamente:

a) a finalidade devidamente fundamentada;

b) o número de membros, não superior a cinco;

c) o prazo de funcionamento.

4º - Ao Presidente da Câmara caberá indicar os vereadores que comporão a Comissão de assuntos relevantes, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.

5º - O primeiro ou único signatário do Projeto de Resolução que a propôs obrigatoriamente fará parte da Comissão de Assuntos relevantes na qualidade de seu Presidente.

6º - Concluídos seus trabalhos, a Comissão de assuntos relevantes, elaborará parecer sobre a matéria, o qual será protocolado na secretaria da Câmara, para sua leitura em plenário, na primeira sessão ordinária subseqüente.

7º - Se a comissão de assuntos relevantes deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento através de projeto de resolução.

8º - Não caberá constituição de Comissão de assuntos relevantes para tratar de assuntos de competência de qualquer das Comissões Permanentes.

SEÇÃO II

DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO

Art. 82 – As Comissões de representação têm por finalidade representar a Câmara em atos externos, de caráter social ou cultural, inclusive congressos.

1º - As comissões de representação serão constituídas:

a) mediante projeto de resolução, aprovado por maioria simples e submetido à discussão e votação únicas na ordem do dia da sessão seguinte e da sua apresentação, se acarretar despesas;

b) mediante simples requerimento, submetido a discussão e votação únicas na fase de expediente da mesma sessão de apresentação, quando não acarretar despesas.

2º - No caso da alínea "a" parágrafo anterior, será obrigatoriamente ouvido a comissão de finanças e orçamento, no prazo de três dias, contados da apresentação do projeto respectivo.

3º - O ato constitutivo da comissão deverá conter:

a) a finalidade;

b) o número de membros;

c) o prazo de duração.

4º - Os membros da Comissão de Representação serão nomeados pelo Presidente da Câmara que poderá, a seu critério, integra-la ou não, observada, sempre que possível à representação proporcional partidária.

5º - Os membros da Comissão de representação, constituída nos termos da alínea "a" do parágrafo primeiro, deverão apresentar relatório ao plenário das atividades desenvolvidas durante a representação, bem como prestação de contas das despesas efetuadas, no prazo de dez dias, após seu término.

SEÇÃO III

DAS COMISSÕES PROCESSANTES

Art. 83 – Comissões Processantes serão constituídas com as seguintes finalidades:

1º - Apurar infrações político-administrativas do Prefeito e dos Vereadores, no desempenho de suas funções, nos termos da legislação municipal pertinente.

2º - Destituição dos membros da Mesa, nos termos dos artigos 40 e 45 deste regimento.

3º - O processo de cassação do Prefeito e de Vereador por infrações definidas na legislação municipal obedecerá ao seguinte procedimento:

I – A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for vereador ficará impedido de votar a denúncia e de integrar a Comissão processante podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só voltará se necessário para completar o quorum de julgamento. Será convocado suplente do vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão Processante.

II – De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira Sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento pelo voto da maioria dos presentes, na mesma Sessão será constituída a Comissão Processante com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão desde logo, Presidente e o Relator.

III – Recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro em cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de oito. Se estiver ausente do município a notificação far-se-á por Edital publicado duas vezes, com intervalo de três dias, pelo menos, contado prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo da defesa, a Comissão Processante emitirá Parecer dentro em cinco dias opinando pelo prosseguimento ou arquivando a denúncia, o qual, nesse caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligencia e audiências que fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição de testemunhas;

IV – O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas as testemunhas e requerendo o que for de interesse da defesa.

V – Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de cinco dias, e após a Comissão Processante emitirá Parecer Final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara

a convocação de Sessão para julgamento. Na Sessão de julgamento o Processo será lido integralmente e a seguir, os Vereadores que desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de quinze minutos cada um, e ao final o denunciado ou seu procurador terá o prazo máximo de duas horas, para produzir sua defesa oral.

VI – Concluída a defesa, proceder-se-á tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado definitivamente do cargo, o denunciado que for declarado, pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, incurso em qualquer das infrações especificada na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar a ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá competente Decreto Legislativo de cassação de Mandato. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, comunicará o resultado à Justiça Eleitoral.

VII – O processo a que se refere este artigo, deverá estar concluído em cento e oitenta dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

SEÇÃO IV

DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Art. 84 – As Comissões Parlamentares de Inquérito destinar-se-ão a apurar irregularidades sobre fato determinado, que se inclua na competência municipal.

Art. 85 – As Comissões Parlamentares de Inquérito, serão constituídas mediante requerimento subscrito por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara (Const. Fed; art. 58, 3º e LOM art. 29).

Parágrafo Único – O requerimento de constituição deverá conter:

a) Especificação do fato ou fatos a serem apurados;

b) O número de membros que integrarão a Comissão, não será inferior a três;

c) O prazo de seu funcionamento;

d) A indicação se for o caso, dos Vereadores que servirão como testemunhas.

Art. 86 – Apresentado o requerimento, o Presidente da Câmara nomeará, de imediato, os membros da Comissão Parlamentar de inquérito, mediante sorteio dentre os Vereadores desimpedidos.

Parágrafo Único – Consideram-se impedidos os Vereadores que estiverem envolvidos no fato a ser apurado, aqueles que tiverem interesse pessoal na apuração e os que foram indicados para servir como testemunhas.

Art. 87 – Composta a Comissão Parlamentar de inquérito, seus membros elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.

Art. 88 – Caberá ao Presidente da Comissão designar local, horário e data das reuniões e requisitar funcionário, se for o caso, para secretariar os trabalhos da Comissão.

Parágrafo Único – A Comissão poderá reunir-se em qualquer local.

Art. 89 – As reuniões da Comissão Parlamentar de inquérito somente serão realizadas com a presença da maioria de seus membros.

Art. 90 – Todos os atos e diligências da Comissão Parlamentar de Inquérito serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas, e rubricadas pelo Presidente, contente também a assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas.

Art. 91 – Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, no interesse da investigação, poderão, em conjunto ou isoladamente:

I – Proceder a vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre acesso e permanência;

II – Requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;

III – Transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhe competirem.

Parágrafo Único – É de oito dias, prorrogáveis por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da Administração direta ou indireta, prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Art. 92 – No exercício de suas atribuições poderão, ainda, as Comissões Parlamentares de Inquérito, através de seu Presidente:

I – Determinar as diligências que reputarem necessárias;

II – Requerer a convocação de Secretários Municipais;

III – Tomar o depoimento de qualquer autoridade, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

IV – Proceder a verificações contáveis em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração direta e indireta.

Art. 93 – O não atendimento às determinações contidas nos Artigos anteriores, no prazo estipulado, faculta ao presidente da Comissão solicitar, na conformidade da Legislação Federal, a intervenção do Poder Judiciário.

Art. 94 – As testemunhas serão intimadas e deporão sob as penas do falso testemunho prescritas no artigo 342 do Código Penal e, em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao Juiz Criminal da localidade onde reside ou se encontra, na forma do Artigo 218 do Código de Processo Penal.

Art. 95 – Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão ficará extinta, salvo se, antes do término do prazo, seu Presidente requerer a prorrogação por menor ou igual prazo e o Requerimento for aprovado pelo Plenário, em Sessão Ordinária ou Extraordinária.

Parágrafo Único – Esse Requerimento considerar-se-á aprovado se obtiver o voto favorável de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

Art. 96 – A Comissão concluirá seus trabalhos por Relatório Final, que deverá contar:

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

I – A exposição dos fatos submetidos à apuração;

II – A exposição e a análise das provas colhidas;

III – A conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;

IV – A conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existentes;

V – A sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal e a indicação das autoridades ou pessoas que tiverem competência para a adoção das providências reclamadas, para que promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores.

Art. 97 – O Relatório será assinado primeiramente por quem o redigiu e, em seguida, pelos demais membros da comissão.

Art. 98 – Elaborado e assinado o Relatório Final, será protocolado na Secretaria da Câmara, para ser lido em Plenário na fase do expediente da primeira Sessão subseqüente.

Art. 99 – O Relatório Final, independerá de apreciação do Plenário devendo encaminhar o Presidente da Câmara o Processo, de acordo com as recomendações nele propostas.

SEÇÃO V

DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVA

Art. 100 – Durante o recesso, haverá uma Comissão Representativa da Câmara Municipal, eleita na última Sessão Ordinária do Período Legislativo, com as seguintes atribuições (Art. 31 da LOM).

I – Reunir-se ordinariamente duas vezes por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente;

II – Zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo, especialmente do Vereador;

III – Convocar extraordinariamente a Câmara em caso de urgência ou interesse público relevante.

1º - A Comissão de Representação do Legislativo, constituído por número ímpar de Vereadores, será presidida pelo Presidente da Câmara Municipal.

2º - A Comissão de Representação do Legislativo deverá apresentar relatório dos trabalhos por ela realizados, quando do reinício do período de funcionamento do Poder Legislativo.

SEÇÃO VI

DAS COMISSÕES DE LICITAÇÃO

Art. 101 – Compete às Comissões de Licitação:

I – Decidir sobre a habilitação das partes interessadas na participação das licitações;

II – Promover o registro das mesmas;

III – Acompanhar o procedimento e julgamento da melhor proposta;

IV – Manter a documentação em dia e encaminhá-la à tesouraria da Câmara.

Parágrafo Único: A Comissão Permanente de Licitação será composta por três membros do quadro de funcionários, observadas as disposições contidas na Lei 8666/64. Com designação em portaria a ser baixada no início de cada ano, independente de realização de processos licitatórios.

TÍTULO v

DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

CAPÍTULO I

DAS SESSÕES LEGISLATIVAS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS

Art. 102 – A legislatura compreenderá quatro sessões legislativas, com início cada uma a 02 de Fevereiro à 22 de Dezembro de cada ano (Art 27 da LOM).

Art. 103 – Serão considerados como recesso legislativo os períodos de 23 de dezembro a 01 de fevereiro e de 18 de julho a 31 de julho de cada ano.

Art 104 – Sessão legislativa ordinária é a correspondente ao período normal de funcionamento da Câmara durante um ano.

Art. 105 – Sessão legislativa extraordinária é a correspondente ao funcionamento da Câmara no período de recesso.

CAPITULO II

DAS SESSÕES DA CÂMARA

Art. 106 – As Sessões da Câmara são as reuniões que a Câmara realiza quando de seu funcionamento e poderão ser:

I – Ordinárias;

II – Extraordinárias;

III – Secretas;

IV – Solenes.

Art 107 – As Sessões da Câmara, excetuadas as solenes, só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

SEÇÃO II

DA DURAÇÃO DAS SESSÕES

Art. 108 – As Sessões Ordinárias da Câmara terão a duração máxima de quatro horas, podendo ser prorrogadas por deliberação do Presidente, ou a requerimento verbal de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário. As Sessões Extraordinárias terão a duração máxima de duas horas, sem direito a prorrogação.

Parágrafo Único – Os requerimentos de prorrogação somente poderão ser apresentados a partir de dez minutos antes do término da ordem do dia.

Art. 109 – As disposições contidas nesse artigo não se aplicam às Sessões solenes.

SEÇÃO II

DA PUBLICIDADE DAS SESSÕES

Art. 110 – Será dada ampla publicidade às Sessões da Câmara facilitando o trabalho da imprensa local, que poderá publicar os atos oficiais da Câmara.

Parágrafo Único – Não havendo jornal, a publicação será feita por afixação, em local próprio na sede da Câmara.

Art. 111 – Poderão também os debates da Câmara, a critério da Presidência, serem irradiados por emissora local, que será considerada oficial, se vencer a licitação para essa transmissão.

SEÇÃO III

DAS ATAS DAS SESSÕES

Art. 112 – De cada Sessão da Câmara lavrar-se-á a ata dos trabalhos contendo resumidamente os assuntos tratados.

1º - Os documentos apresentados em Sessão e as proposições serão indicados apenas com a declaração do objeto a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral aprovado pela Câmara.

2º - A Transcrição de declaração de voto, feita resumidamente por escrito, deve ser requerida ao Presidente.

3º - A ata da Sessão anterior será lida e votada, sem discussão, na fase do expediente da Sessão subseqüente.

4º - A ata poderá ser impugnada, quando for totalmente inválida, por não descrever os fatos e as situações realmente ocorridos, mediante requerimento de invalidação.

5º - Poderá ser requerida a retificação da ata, quando nela houver omissão ou equívoco parcial.

6º - Cada Vereador poderá falar uma vez e por cinco minutos sobre a ata, para pedir a sua retificação ou impugnar.

7º - Feita a impugnação ou solicitada a retificação da ata, o Plenário deliberará a respeito. Aceita a impugnação, será lavrada nova ata; aprovada a retificação a mesma será incluída na ata da Sessão em que ocorrerá a sua votação.

8º - Votada e aprovada a ata, será assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

Art. 113 – A ata da última Sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação do Plenário, com qualquer número, antes de se encerrar a Sessão.

SEÇÃO IV

DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

SUBSESSÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 114 – As Sessões Ordinárias serão quinzenais, realizando-se nas terças-feiras, com início às 20 horas.

Parágrafo Único – Recaindo a data de alguma Sessão Ordinária num feriado, sua realização ficará automaticamente transferida para o primeiro dia útil seguinte, ressalvada a Sessão de inauguração da legislatura.

Art. 115 – As Sessões Ordinárias compõe-se de três partes, a saber:

I – Expediente;

II – Ordem do dia;

III – Explicação pessoal

IV- Palavra Livre

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

REGIMETO INTERNO

Art. 116 – O Presidente declarará aberta a Sessão, à hora do início dos trabalhos, depois de verificado pelo 1º Secretário, no livro de presença, o comparecimento de 2/3 (dois terços) dos Vereadores da Câmara.

1º - Não havendo número legal para a instalação o Presidente aguardará quinze minutos, após o que declarará prejudicada a Sessão.

2º - Instalada a Sessão, mas não constatada a presença da maioria absoluta dos vereadores, não poderá haver qualquer deliberação na fase do expediente, passando-se imediatamente, após a leitura de ata e do expediente, à fase reservada aos Vereadores que quiserem fazer uso da palavra.

3º - Não havendo oradores, antecipar-se-á o início da Ordem do dia, com a respectiva chamada regimental.

4º - Persistindo a falta da maioria absoluta dos vereadores na ordem do dia, e observado o prazo de tolerância de quinze minutos, o Presidente declarará encerrada a Sessão, lavrando-se ata do ocorrido, que independerá de aprovação.

5º - As matérias constantes do expediente, inclusive a ata da Sessão anterior, que não forem votadas em virtude à ausência da maioria absoluta dos vereadores, passarão para o Expediente da Sessão Ordinária seguinte.

6º - A verificação de presença poderá ocorrer em qualquer fase da Sessão, a requerimento de Vereador ou por iniciativa do Presidente, e sempre será feita nominalmente, constando de ata os nomes dos ausentes.

SUBSEÇÃO II

DO EXPEDIENTE

Art. 117 – O Expediente destina-se à leitura e votação da ata da Sessão anterior, à leitura das matérias, à leitura, discussão e votação de pareceres e requerimentos e Moções, à apresentação de proposições pelos Vereadores e ao uso da palavra.

Parágrafo Único – O expediente terá a duração máxima improrrogável de sessenta minutos, a partir da hora fixada para o início da sessão.

Art. 118 – Instalada a Sessão e inaugurada a fase do expediente, o Presidente determinará a leitura da ata da Sessão anterior.

Art. 119 – Lida e votada à ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do Expediente, devendo ser obedecida a seguinte ordem:

I – Expediente recebido do Prefeito;

II – Expediente apresentado pelos Vereadores;

III – Expediente recebido de diversos.

1º - Na leitura das proposições, obedecer-se-á a seguinte ordem:

a) Emendas à Lei Orgânica do Município;

b) Vetos;

c) Projetos de Lei Complementar;

d) Projetos de Lei Ordinária;

e) Projetos de Decreto Legislativo;

f) Projetos de Resolução;

g) Substitutivos;

h) Emendas e subemendas;

i) Pareceres;

j) Requerimentos;

k) Indicações;

l) Moções.

2º - Dos documentos apresentados no Expediente serão fornecidas cópias, quando solicitadas pelos interessados.

Art. 120 – Terminada a leitura das matérias mencionadas no Artigo anterior, o Presidente destinará o tempo restante da hora do Expediente para debates e votações, obedecida a seguinte preferência:

I – Discussão e votação de pareceres de Comissões e discussão daqueles que não se refiram a proposições sujeitas à apreciação da Ordem do Dia;

II – Discussão e votação de requerimentos;

III – Discussão e votação de Moções;

IV – Uso da palavra, pelos Vereadores, versando sobre tema livre;

Parágrafo Único – O prazo para cada Vereador, fazer uso da palavra será de quinze minutos improrrogáveis.

SUBSEÇÃO III

DA ORDEM DO DIA

Art. 121 – Ordem do dia é a fase da Sessão onde serão discutidas e deliberadas as matérias previamente organizadas em pauta.

Art. 122 – A pauta da Ordem do Dia, obedecerá a seguinte disposição:

a) Matéria em regime de urgência especial;

b) Vetos;

c) Matérias em redação final;

d) Matérias em discussão e votação;

e) Matérias em 2ª discussão e votação;

f) Matérias em 1ª discussão e votação.

Parágrafo Único – A Secretaria fornecerá aos Vereadores, cópias das Proposições e Pareceres, bem como a relação da Ordem do Dia correspondente até vinte e quatro horas antes do início da Sessão ou somente da relação da Ordem do Dia, se as Proposições e pareceres já tiverem sido dados à publicação anteriormente.

Art. 123 – Nenhuma proposição poderá ser colocada em discussão sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia, com antecedência de até 48 horas, do início das Sessões, ressalvados os casos de regime de urgência especial e outros previstos neste Regimento.

Art. 124 – Findo o Expediente, o Presidente determinará; ao Secretário a efetivação da chamada regimental, para que se possa iniciar a Ordem do Dia.

Parágrafo Único – A Ordem do Dia somente será iniciada se estiver presente a maioria absoluta dos Vereadores. Não havendo número legal, a Sessão será encerrada.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

Art. 125 – O Presidente anunciará o item da pauta que se tenha de discutir e votar, determinando ao 1º secretário que proceda a sua leitura.

Parágrafo Único – A leitura poderá ser dispensada a requerimento de qualquer Vereador.

Art. 126 – A discussão e votação das matérias propostas será feita na forma determinada nos capítulos referentes ao assunto.

Art. 127 – Não havendo mais matéria sujeita à deliberação do Plenário, na Ordem do Dia, o Presidente declarará aberta à fase da explicação pessoal e palavra livre.

SUBSEÇÃO IV

DA EXPLICAÇÃO PESSOAL

Art. 128 – Explicação pessoal é a fase destinada à manifestação dos Vereadores sobre atitudes pessoais, assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato.

1º - A Explicação Pessoal terá a duração máxima e improrrogável de trinta minutos.

2º - O orador terá o prazo máximo de cinco minutos, para o uso da palavra e não poderá desviar-se da finalidade da explicação pessoal, nem ser aparteado.

Art. 129 – Não havendo mais oradores para falar na fase de explicação pessoal, ou findo o prazo de tempo, o Presidente da Câmara anunciará a palavra livre.

Art. 130 – Palavra livre é a parte da Sessão destinada à manifestação da comunidade sobre matéria municipal ou reivindicações ou até sobre proposições objeto de iniciativa popular.

Parágrafo Único – A Palavra Livre terá a duração máxima e improrrogável de trinta minutos.

SEÇÃO V

DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Art. 131 – As Sessões Extraordinárias, no período normal de funcionamento da Câmara, serão convocadas pelo Presidente da Câmara, em Sessão ou fora dela.

1º - Quando feita fora de Sessão, à convocação será levada ao conhecimento dos vereadores pelo Presidente da Câmara, através de comunicação pessoal e escrita, com antecedência mínima de vinte e quatro horas.

2º - Sempre que possível à convocação far-se-á em Sessão.

3º - As Sessões Extraordinárias poderão realizar-se em qualquer hora e dia, inclusive nos domingos e feriados.

Art. 132 – Na Sessão Extraordinária não haverá parte de expediente explicação pessoal e palavra livre, sendo todo o seu tempo destinado à Ordem do Dia.

Parágrafo Único – Aberta a Sessão Extraordinária, com a presença de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara e não contando após a tolerância de quinze minutos, com a maioria absoluta para a discussão e votação

das proposições, o Presidente encerrará os trabalhos, determinando a lavratura da respectiva ata, que independerá de aprovação.

Art. 133 – Só poderão ser discutidas e votadas, nas Sessões Extraordinárias, as proposições que tenham sido objeto de convocação.

SEÇÃO VI

DAS SESSÕES NA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

Art. 134 – A Câmara poderá ser convocada extraordinariamente, durante o período de recesso, pelo Prefeito, ou por maioria absoluta de vereadores, ou pela Comissão de Representação Legislativa, sempre que necessário, mediante ofício ao seu presidente, para se reunir no mínimo dentro de vinte e quatro horas.

1º - A Câmara poderá ser convocada uma única Sessão, para um período determinado de várias Sessões em dias sucessivos, ou para todo o período de recesso.

2º - A convocação extraordinária da Câmara implicará a imediata inclusão do projeto, constante da convocação, na Ordem do Dia, dispensadas todas as formalidades anteriores, inclusive a do Parecer das Comissões Permanentes.

SEÇÃO VII

DAS SESSÕES SECRETAS

Art. 135 – A Câmara realizará Sessões Secretas, por deliberação tomada pela maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, em requerimento escrito, quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar.

1º - Deliberada a Sessão Secreta, e se para realiza-la for necessário interromper a Sessão pública, o Presidente determinará aos assistentes a retirada do recinto e de suas dependências, assim como os funcionários; da Câmara e representantes da imprensa;

2º - Antes de encerrada a Sessão, a Câmara resolverá após discussão, se a matéria debatida deverá ser publicada no todo ou em parte;

3º - A ata será lavrada pelo 1º Secretário e, lida e aprovada na mesma Sessão. Se a decisão for pela não publicação da matéria, a ata deverá ser lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela Mesa;

4º - As atas assim lacradas só poderão ser abertas para exame, em sessão secreta, sob pena de responsabilidade civil e criminal.

Art. 136 – A Câmara somente poderá deliberar em Sessão Secreta, no julgamento de seus pares ou do Prefeito.

SEÇÃO VIII

DAS SESSÕES SOLENES

Art. 137 – As Sessões Solenes serão convocadas pelo Presidente ou por deliberação da Câmara, mediante, neste último caso, requerimento aprovado por maioria simples, destinando-se às solenidades cívicas e oficiais.

1º - Essas Sessões poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara e independem de quorum para sua instalação e desenvolvimento.

2º - Não haverá expediente, Ordem do Dia, explicação pessoal e palavra livre nas Sessões Solenes, sendo inclusive dispensadas as verificações de presenças e leitura da ata da Sessão anterior.

3º - Nas Sessões Solenes não haverá tempo determinado para seu encerramento.

4º - Será elaborado, previamente com ampla divulgação, o programa a ser obedecido na Sessão Solene, podendo inclusive, usarem da palavra autoridades, homenageados e representantes de classe e associações, sempre a critério da Presidência da Câmara.

5º - O ocorrido na Sessão Solene será registrado em ata, que independerá de deliberação.

6º - Independe de convocação a Sessão Solene de posse e instalação da legislatura.

7º - A Câmara Municipal fará realizar no mínimo 05 (cinco) sessões solenes no ano, em datas fixadas pela Mesa, relativas:

I - Ao Dia do Trabalho;

II - Á entrega da medalha “Vereador Emérito”;

III - Ao Dia Internacional da Mulher;

IV - Ao Dia Estadual da Consciência Negra;

V - A entrega de título de cidadão honorário.

8º- A sessão terá início às 14 horas e os oradores serão indicados, mediante comunicação escrita, um por Bancada, até 01 (uma) hora antes do início da sessão.

§ 1º Poderão também usar da palavra os homenageados e, na sessão em que vereadores sejam homenageados, o promotor da homenagem.

§ 2º Os vereadores oradores poderão usar da palavra pelo tempo máximo de 10 (dez) minutos, falando em primeiro lugar o representante da Bancada majoritária.

TITULO VI

DAS PROPOSIÇÕES

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 138 – Proposição é toda matéria sujeita a deliberação do Plenário.

1º - As proposições poderão consistir em:

a) Emendas à Lei Orgânica do Município;

b) Projetos de Leis Complementares;

c) Projetos de Leis Ordinárias;

d) Leis Delegadas;

e) Projetos de decretos legislativos;

f) Projetos de resolução;

g) Substitutivos;

h) Emendas ou subemendas;

i) Vetos;

j) Pareceres;

k) Requerimentos;

l) Indicações;

m) Moções.

2º - Nesse caso, a matéria somente será deliberada na Sessão Ordinária seguinte.

SEÇÃO I

DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 139 – Todas as proposições iniciadas pelo Prefeito, Vereador ou iniciativa popular serão apresentadas e protocoladas na Secretaria administrativa.

1º - É facultado ao Vereador, quando assim desejar, apresentar sua proposição junto à Mesa em Sessão.

2º - Nesse caso, a matéria somente será deliberada na Sessão Ordinária seguinte.

SEÇÃO II

DO RECEBIMENTO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 140 – A Presidência deixará de receber qualquer proposição:

I – Que, fazendo menção à cláusula de contratos ou de convênios, não os transcreva por extenso;

II – Que seja anti-regimental;

III – Que tenha sido vetada ou rejeitada na mesma Sessão legislativa e não subscrita pela maioria absoluta da Câmara;

IV – Que configure emenda, subemenda, ou substitutivo não pertinente à matéria contida no projeto;

V – Que, vindo do chefe do Executivo, contenha matéria, que exige para a sua apreciação, de anexos, como mapas, croquis ou Plantas;

VI – Que, contendo matéria de indicação, seja apresentado na forma de requerimento.

Parágrafo Único – Da decisão do Presidente caberá recurso, que deverá ser apresentado pelo autor dentro de dez dias, e encaminhado pelo Presidente à Comissão de Justiça e Redação, cujo parecer será incluído na Ordem do Dia e apreciado pelo Presidente.

Art. 141 – Considerar-se-á o autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário, sendo de simples apoio às assinaturas que se seguirem à primeira.

SEÇÃO III

DA RETIRADA DAS PROPOSIÇÕES

Art. 142 – A retirada de proposição do curso na Câmara, é permitida:

a) Quando de autoria de um ou mais Vereadores, mediante requerimento do único signatário ou do primeiro deles;

b) Quando de autoria de Comissão, pelo requerimento da maioria de seus membros;

c) Quando de autoria da Mesa, mediante requerimento da maioria de seus membros;

d) Quando de autoria do Prefeito, por requerimento subscrito pelo Chefe do Executivo;

e) Quando de autoria popular, mediante requerimento do primeiro signatário.

1º - O requerimento de retirada de proposição só poderá ser recebido antes de iniciada à votação da matéria.

2º - Se a proposição ainda estiver incluída na Ordem do Dia caberá ao Presidente apenas determinar seu arquivamento.

3º - Se a matéria já estiver incluída na Ordem do Dia, caberá ao Plenário a decisão sobre o Requerimento.

4º - As assinaturas de apoio a uma proposição, quando constituírem quorum para a apresentação, não poderão ser retiradas após seu encaminhamento à Mesa ou seu protocolamento na Secretaria Administrativa.

SEÇÃO IV

DO ARQUIVAMENTO E DO DESARQUIVAMENTO

Art. 143 – No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislação anterior ainda não submetidas à apreciação do Plenário.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica aos Projetos de Lei com prazo falta para deliberação, de autoria do Executivo, que deverá, preliminarmente ser consultado a respeito.

Art. 144 – Cabe a qualquer Vereador, mediante requerimento dirigido ao Presidente, solicitar o desarquivamento de Projetos, e o reinício da tramitação regimental, com exceção daqueles de autoria do Executivo.

SEÇÃO V

DO REGIME DE TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 145 – As proposições serão submetidas aos seguintes regimes de tramitação:

I – Urgência Especial;

II – Urgência;

III – Ordinária;

Art. 146 – A urgência especial é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e de parecer, para que determinado projeto seja imediatamente considerado, a fim de evitar grave prejuízo ou perda de sua oportunidade.

Art. 147 – Para a concessão deste regime de tramitação serão obrigatoriamente, observadas as seguintes normas e condições:

I – A concessão de Urgência Especial dependerá de apresentação de requerimento por escrito, que somente será submetido à apreciação do Plenário se for apresentado, com a necessária justificativa e nos seguintes casos:

a) Pela Mesa, em proposição de sua autoria;

b) Por 1/3 (um terço) no mínimo, dos Vereadores.

II – O requerimento de Urgência Especial depende, para a sua aprovação, do quorum da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 148 – Concedida a Urgência Especial para aqueles projetos que não contam com Pareceres, o Presidente designará Relator Especial, podendo a Sessão ser suspensa pelo prazo de trinta minutos, para a elaboração do Parecer escrito ou oral.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

Parágrafo Único – A matéria, submetida ao regime de Urgência Especial, devidamente instruídas com os Pareceres das Comissões ou o Parecer do Relator Especial entrará imediatamente em discussão e votação, com preferência sobre todas as demais matérias da Ordem do Dia.

Art. 149 – Regime de Urgência implica redução nos prazos regimentais e se aplica somente aos projetos de autoria do Executivo submetidos ao prazo de quarenta e cinco dias para a apreciação.

1º - Os Projetos submetidos ao Regime de Urgência serão enviados às Comissões Permanentes pelo Presidente, dentro do prazo de 3 (três) dias da entrada na Secretaria da Câmara, independentemente da leitura do Expediente da Sessão.

2º - O Presidente da Comissão Permanente terá prazo de vinte e quatro horas para designar relator, a contar da data de seu recebimento.

3º - O Relator designado terá o prazo de três dias para apresentar o Parecer, findo o qual sem que o mesmo tenha sido apresentado o Presidente da Comissão Permanente avocará o processo e emitirá o Parecer.

4º - A Comissão Permanente terá o prazo total de seis dias para exarar seu parecer, a contar do recebimento da matéria.

5º - Findo o prazo para a Comissão competente emitir o seu parecer, o processo será enviado à outra Comissão Permanente ou incluído na Ordem do Dia, sem Parecer da Comissão faltosa.

Art. 150 – A tramitação ordinária aplica-se às proposições que não estejam submetidas ao Regime de Urgência Especial ou ao Regime de Urgência.

CAPITULO II

DOS PROJETOS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 151 – A Câmara exerce sua função legislativa por meio de: (LOM Art. 32).

I – Emenda à Lei Orgânica do Município;

II – Projetos de Lei Complementar;

III – Projetos de Lei Ordinária;

IV – Leis Delegadas;

V – Medidas Provisórias;

VI – Projetos de Decreto Legislativo;

VII – Projetos de Resolução.

Parágrafo Único – São requisitos dos projetos:

a) Emenda de seu conteúdo;

b) Enunciação exclusivamente da vontade do legislativo;

c) Divisão dos Artigos numerados, claros e concisos;

d) Menção das revogações das disposições em contrário, quando for o caso;

e) Assinatura do autor;

f) Justificação, com a exposição circunstanciada dos motivos de mérito que fundamentam a adoção da medida proposta.

SEÇÃO II

DA EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Art. 152 – Emenda à Lei Orgânica do Município é a proposta de alteração, para se adaptar às novas necessidades de interesse público local.

1º - A Emenda à Lei Orgânica do Município poderá ser proposta: (LOM Art. 33).

I – Por um terço no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II – Pelo Prefeito Municipal;

2º - A Lei Orgânica do Município não poderá ser emendada na vigência de intervenção estadual ou de estado de sítio.

3º - A proposta será discutida e votada na Câmara, em dois turnos, com intervalo mínimo de 10 (dez) dias considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, o quorum de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

4º - A Emenda à Lei Orgânica do Município, será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.

5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada na mesma Sessão Legislativa (LOM Art. 33 - 3º).

SEÇÃO III

DOS PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 153 – O projeto de Lei Complementar é a proposta que tem por fim regular matéria que necessite de um detalhamento, que foi reservada pela Lei Orgânica do Município.

Parágrafo Único – A iniciativas dos Projetos de Lei Complementar será:

I – Do Vereador;

II – Da Mesa Diretora;

III – Da Comissão;

IV – Do Prefeito;

V – Dos cidadãos, eleitores do município.

Art. 154 – A competência e a tramitação para apresentação de Projeto de Lei Complementar obedecerá ao mesmo critério dos Projetos de Lei Ordinária.

Art. 155 – As Leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Câmara e receberão numeração distinta das Leis Ordinárias.

SESSÃO IV

DOS PROJETOS DE LEI

Art. 156 – Projeto de Lei é a proposição que tem por fim regular toda matéria de competência da Câmara e sujeita à Sanção do Prefeito.

§ 1º - A iniciativa dos Projetos de Lei cabe:

I – ao Vereador;

II – à Mesa Diretora;

III – à Comissão Permanente;

IV – Ao Prefeito;

V – ao Eleitor do Município.

§ 2º - São de iniciativa exclusiva da Mesa Diretora os Projetos que autorizam abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante anulação parcial ou total das dotações da Câmara Municipal.

§ 3º - As Comissões Permanentes da Câmara de Vereadores só têm iniciativa de proposições que versem sobre a matéria de sua respectiva responsabilidade.

Art. 157 – A iniciativa popular de Projetos de Lei de interesse específico do Município, de seus distritos ou bairros, dependerá da manifestação de , no mínimo, cinco por cento do eleitorado interessado (LOM Art. 34 §2º).

§ 1º - Os projetos de lei de iniciativa popular serão apresentados à Câmara Municipal, firmados pelos correspondentes eleitores interessados, com as anotações do número do Título de cada eleitor e da Zona eleitoral respectiva.

§ 2º - Os Projetos de iniciativa popular poderão ser redigidos sem a observância da técnica legislativa, bastando que definam o objeto da propositura.

§ 3º - O Presidente da Câmara Municipal, preenchida as condições de admissibilidade na Lei Orgânica do Município, não poderá negar seguimento ao projeto, devendo encaminhá-lo às Comissões Permanentes.

§ 4º - As Comissões Permanentes da Câmara de Vereadores, incumbidas de examinar os Projetos de Lei de iniciativa popular, apenas se manifestarão no sentido de esclarecer o Plenário.

Art. 158 – É de competência exclusiva do Prefeito a iniciativa dos Projetos de Lei que:

I – Disponha sobre o regime jurídico dos servidores do Município;

II – Criem cargos, funções ou empregos públicos, fixem ou aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores da Administração direta, autarquia ou funcional;

III – Criem, alterem, estruturem as atribuições dos órgão da Administração direta, autárquica ou funcional;

IV – Versem sobre Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual, Orçamento Anual e Créditos Adicionais.

Parágrafo Único – Os projetos oriundos da competência privada do Prefeito não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista. (Const. Fed. Art. 63 e LOM Art. 36 Inc. I).

Art. 159 – Mediante solicitação expressa do Prefeito, a Câmara deverá apreciar o Projeto de Lei respectivo dentro do prazo de noventa dias, contados de seu recebimento na Secretaria Administrativa.

§ 1º - Se o Prefeito julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do Projeto se faça no prazo de quarenta e cinco dias, contados de seu recebimento na Secretaria Administrativa, (LOM Art. 37).

§ 2º - A fixação do prazo deverá ser sempre expressa e poderá ser feita depois da remessa do Projeto, em qualquer fase de seu andamento, considerando-se a data do recebimento desse pedido como seu termo inicial.

§ 3º - Esgotado o prazo, sem deliberação, o Projeto de Lei será colocado na Ordem do Dia das Sessões subsequentes, sobrestando-se às demais proposições até sua votação final (LOM. Art. 37 § 1º).

§ 4º - Os prazos fixados neste Artigo não correm nos períodos de recesso da Câmara e nem se aplicam aos Projetos de Códigos (LOM Art. 37 § 2º).

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

Art. 160 – O Projeto de Lei que receber Parecer contrário quanto ao mérito de todas as Comissões Permanentes a que foi distribuído, será tido como rejeitado, após manifestação do Plenário.

Art. 161 – A Matéria constante de Projeto de Lei, rejeitada ou vetada somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara (CF Art. 67 e LOM Art. 39).

SEÇÃO V

DAS LEIS DELEGADAS

Art. 162 – A Lei Delegada é a proposição editada pelo Poder Executivo Municipal, depois de aprovada a devida delegação pela Câmara de Vereadores (LOM Art. 40).

§ 1º - A Aprovação da delegação será transformada em Resolução da Câmara, (LOM Art. 40 § 2º).

§ 2º - Não será objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Câmara Municipal, a matéria reservada à Lei Complementar, nem a legislação sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos (LOM Art. 40 § 1º).

§ 3º - A delegação será vinculada por Resolução da Câmara, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício (LOM Art. 40 § 2º).

SEÇÃO VI

DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

Art. 163 – A Medida Provisória é o ato editado pelo Prefeito Municipal, com força de Lei, nos casos de relevância e urgência.

§ 1º - É imprescindível a demonstração da relevância e urgência, para justificar a Medida Provisória.

§ 2º - O Prefeito, ao adotar a Medida Provisória, com força de Lei tem que submetê-la ao crivo da Câmara no prazo de cinco dias.

§ 3º - As medidas Provisórias perderão a eficácia, desde a edição se não forem convertidas em Lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, cabendo a Câmara de Vereadores disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes.

§ 4º - Ao apreciar as Medidas Provisórias, a Câmara de Vereadores poderá rejeitá-la ou convertê-la em Lei.

SEÇÃO VII

DOS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Art. 164 – Projeto de Decreto Legislativo, é a proposição de competência privativa da Câmara, que excede os limites de sua economia interna, não sujeita à Sanção do Prefeito e cuja promulgação compete ao Presidente da Câmara.

§ 1º - Constitui matéria de Projeto de Decreto Legislativo:

a). fixação dos subsídios e verba de representação do Prefeito e do Vice-Prefeito;

b). concessão de licença ao Prefeito;

c). autorização ao Prefeito para ausentar-se do Município por mais de quinze dias consecutivos;

d). Concessão de título de Cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem a pessoa que, reconhecidamente, tenha prestado serviços ao Município, com aprovação de quorum de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

e). sustação dos atos normativos do Poder Executivo que orbitem o poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa;

f). Autorização ao Chefe do Poder Executivo para firmar convênios, consórcios ou acordos que acarretem encargo ou compromissos gravosos ao patrimônio Municipal;

g). quando solicitada por ofício pelo Chefe do Poder Executivo, conceder autorização para alienação ou concessão de imóveis municipais.

§ 2º - Será de exclusiva competência da Mesa a apresentação de Projetos de Decretos Legislativos e que se referem as alíneas “a” e “c” do Parágrafo anterior. Os demais poderão ser de iniciativa da Mesa, das Comissões ou dos Vereadores, observando o disposto no Parágrafo único, do Art. 257, deste Regimento.

SEÇÃO VIII

DOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Art. 165 – Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular assuntos de economia interna da Câmara, de natureza política-administrativa e versará sobre a sua Secretaria Administrativa a Mesa e os Vereadores.

§ 1º - Constitui matéria de Projeto de Resolução:

a). Destituição da Mesa ou de qualquer de seus membros;

b). Fixação da remuneração dos Vereadores, para vigorar na legislatura seguinte;

c). Fixação da verba de Representação do Presidente da Câmara;

d). Elaboração e reforma do Regimento Interno;

e). julgamento de recursos;

f). constituição de Comissões de Assuntos Relevantes e de Representação;

g). Organização dos Serviços Administrativos, criação ou extinção de cargos da Câmara a fixação dos respectivos vencimentos, observando para tanto o disposto no inicio X, do Art. 124 da LOM;

h). demais atos de economia interna da Câmara.

§ 2º - A iniciativa dos Projetos de Resolução poderá ser da Mesa, das Comissões ou dos Vereadores, observando o disposto neste Regimento, sendo exclusiva da Comissão de Justiça e Redação a iniciativa do Projeto de Resolução Previsto na alínea “e” do parágrafo anterior.

§ 3º - Constituirá Resolução a ser expedida pelo Presidente da Câmara, independentemente de Projeto anterior, o ato relativo à cassação do mandato de Vereador

SUBSEÇÃO ÚNICA

DOS RECURSOS

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

Art. 166 - Os recursos contra atos do presidente da Mesa da Câmara ou de Presidente de Comissão, serão interpostos dentro do prazo de dez dias, contados da data da ocorrência, por simples petição dirigida à Presidência.

§ 1º - O recurso será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação. Par opinar e elaborar Projeto de Resolução.

§ 2º - Apresentado o Parecer, em forma de Projeto de Resolução acolhendo ou denegando o Recurso, será o mesmo submetido a uma única discussão e votação, na Ordem do Dia da primeira Sessão Ordinária a se realizar após a sua leitura.

§ 3º - Aprovado o Recurso, o recorrido deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente, sob pena de se sujeitar a processo de destituição.

§ 4º - Rejeitado o Recurso, a decisão recorrida será integralmente mantida.

CAPÍTULO III

DOS SUBSTITUTIVOS EMENDAS E SUBMENDAS

Art. 167 – Substitutivo é a Emenda, o Projeto de Lei Complementar Projeto de Lei, de Decreto Legislativo ou de Resolução, apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já em tramitação sobre o mesmo assunto.

§ 1º - Não é permitido ao Vereador ou Comissão apresentar mais de um substitutivo ao mesmo Projeto.

§ 2º - Apresentado o substitutivo por Comissão competente, será enviado às outras Comissões que devem ser ouvidas a respeito e será enviado e votado, preferencialmente, antes do projeto original.

§ 3º - Apresentado o substitutivo por vereador, será enviado às Comissões competentes e será discutido e votado, preferencialmente, antes do projeto original.

§ 4º Rejeitado o substitutivo, o projeto original tramitará normalmente. Aprovado o substitutivo, o projeto original ficará prejudicado.

Art. 168 – Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

§ 1º - As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas:

I – Emenda Supressiva é aquela que manda suprimir, em parte ou no todo, o Artigo, o parágrafo, inciso, alínea ou item do projeto;

II – Emenda Substitutiva é a que deve ser colocada em lugar do Artigo, parágrafo, inciso, alínea ou item do Projeto;

III – Emenda Aditiva é a que deve ser acrescentada aos termos do Artigo, Parágrafo, inciso, alínea ou item do projeto;

IV – Emenda Modificativa é a que se refere apenas à redação do Artigo, Parágrafo, inciso, alínea ou item sem alterar a sua substância

§ 2º - A Emenda apresentada a outra Emenda, denomina-se subemenda.

§ 3º - As Emendas e Subemendas recebidas serão discutidas e, se aprovadas, o projeto será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, para ser novamente redigido, na forma do aprovado, com Redação Final.

Art. 169 – Os substitutivos, Emendas e Subemendas serão recebidos até a primeira ou única discussão do Projeto Original.

Art. 170 – Não serão aceitos substitutivos, emendas ou subemendas, que não tenham relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

§ 1º - O Autor do Projeto ao qual o Presidente tiver recebido Substitutivo, Emenda ou Subemenda estranho ao seu objeto, terá o direito de recorrer ao Plenário da decisão do Presidente.

§ 2º - Idêntico direito de Recurso contra ato do Presidente que não receber o substitutivo, Emenda ou Subemenda, caberá ao seu autor.

§ 3º - As emendas que não se referirem diretamente à matéria do Projeto serão destacadas para constituírem Projetos em separado, sujeitos à tramitação regimental.

§ 4º - O Substitutivo estranho à matéria do Projeto, tramitará como Projeto Novo.

CAPÍTULO IV

DOS PARECERES A SEREM DELIBERADOS

Art. 171 – Serão discutidos e votados os Pareceres das Comissões Processantes, da Comissão de Justiça e Redação e do Tribunal de Contas, nos seguintes casos:

I – Das Comissões Processantes;

a). no processo de destituição dos Membros da Mesa;

b). no processo de cassação de Vereadores;

c). Na representação do Prefeito ao Poder Judiciário.

II – Da Comissão de Justiça e Redação que concluírem pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de algum projeto.

III – Do Tribunal de Contas:

a). sobre as contas do Prefeito;

b). sobre as contas da Mesa.

§ 1º - Os Pareceres das Comissões serão discutidos e votados segundo o previsto no Título pertinente deste Regimento.

CAPÍTULO V

DOS REQUERIMENTOS

Art. 172 – Requerimento é todo o pedido verbal ou escrito formulado sobre qualquer assunto, que implique decisão de resposta.

Parágrafo Único – Tomam a forma de Requerimento escrito, mas independem da decisão os seguintes atos:

a). retirada de proposição ainda não incluída na Ordem do Dia;

b). constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, desde que formulada por 1/3 (um terço) dos Vereadores da Câmara;

c). verificação de presença;

d). verificação nominal de votação;

e). votação em Plenário, de Emenda ao Projeto de Orçamento aprovada ou rejeitada na Comissão de Fiscalização Financeira Controle e Orçamento, desde que formulado por 1/3(um terço) dos Vereadores da Câmara.

Art. 173 – Serão decididos pelo Presidente da Câmara e formulados verbalmente, os requerimentos que solicitem:

I – a Palavra ou a desistência dela;

II – a leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

III – interrupção de discurso de orador, nos casos previstos no Artigo 194 deste Regimento;

IV – informações sobre os trabalhos ou a Pauta da Ordem do Dia;

V – a palavra, para declaração de voto.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

REGIMETO INTERNO

Art. 174 – Serão decididos pelo Presidente da Câmara e escritos, os Requerimentos que solicitem:

I – Transcrição em ata de declaração de voto formulada por escrito;

II – Inserção de documento em ato;

III – Desarquivamentos dos projetos nos termos do artigo 144 deste:

IV – Requisição de documentos ou processos relacionados com alguma proposição;

V – Audiência de Comissão, quando o pedido for apresentado por outra;

VI – Juntada ou desentranhamento de documento;

VII – Informação em caráter oficial, sobre atos da Mesa, Presidência ou da Câmara;

VIII – Requerimento de reconstituição de processos.

Art. 175 – Serão decididos pelo Plenário e formulados verbalmente, os Requerimentos que solicitem:

I – Retificação de ata;

II – Invalidação de ata, quando impugnada;

III – Dispensa da leitura de determinada matéria, ou de todas as constantes da Ordem o Dia;

IV – Adiantamento da discussão ou da votação de qualquer proposição;

V – Preferência na discussão ou na votação de uma proposição sobre a outra;

VI – Encerramento de discussão nos temos regimentais;

VII – Reabertura de discussão;

VIII – destaque de matéria para discussão;

IX – Votação pelo processo nominal, nas matérias para os quais este Regimento prevê o processo de votação simbólico.

Parágrafo único – O Requerimento de retificação e o de invalidação da ata serão discutidos e votados na fase do Expediente da Sessão Ordinária, ou na Ordem do Dia da Sessão Extraordinária em que for deliberada a ata. Os demais serão discutidos e votados no início ou no transcorrer da Ordem do Dia da mesma Sessão de sua apresentação.

Art. 176 – Serão decididos pelo Plenário, e escritos, os Requerimentos que solicitem;

I – Vista de processos;

II – Prorrogação de prazo para Comissão Especial de Inquérito concluir seus trabalhos, nos termos do Artigo 95 deste Regimento;

III – Retirada de proposições já incluídas na Ordem do Dia, formulada pelo seu ator;

IV – Convocação de Sessão Secreta;

V – Convocação de Sessão Solene;

VI – Urgência Especial;

VII – Constituição de precedentes;

VIII – Informação ao Prefeito sobre assunto determinado, relativo à Administração Municipal;

IX – Convocação de Secretário Municipal;

X – Licença de Vereador;

XI – A iniciativa da Câmara para abertura de inquérito policial ou de instauração de ação penal contra o Prefeito e intervenção no processo-crime respectivo.

Parágrafo único – O “Requerimento de Urgência Especial será apresentado, discutido e votado no início ou no transcorrer da Ordem do Dia. Os demais serão lidos, discutidos e votados no Expediente da mesma Sessão de sua apresentação.

Art. 177 – O requerimento verbal de adiantamento de discussão ou votação e o escrito de vista de processo devem ser formulado por prazo determinado, devendo coincidir o seu término com a data da Sessão ordinária subsequente.

Art. 178 – Não é permitido dar forma de Requerimento a assuntos que constituem objeto de Inscrição, sob pena de não recebimento.

CAPÍTULO VI

DAS INDICAÇÕES

Art. 179 - Indicação é o ato escrito em que o Vereador sugere medida de interesse público às autoridades competentes, ouvindo-se o plenário, se assim o solicitar.

Art. 180 – Nas indicações serão lidas no Expediente e encaminhadas de imediato a quem de direito, sem independerem de deliberação.

Parágrafo único - Se a deliberação tiver sido solicitada o encaminhamento somente será feito após aprovação do Plenário.

CAPÍTULO VII

DAS MOÇÕES

Art. 181 – Moções são proposições da Câmara a favor ou contra determinados assuntos:

§ 1º - As moções podem ser:

I – Protesto;

II – Repúdio;

III – Apoio;

IV – Pesar por falecimento;

V – Congratulações ou louvor.

§ 2º - As moções serão lidas discutidas e votadas na fase do Expediente da mesma Sessão de sua apresentação.

TÍTULO VII

DO PROCESSO LEGISLATIVO

CAPÍTULO I

DA AUDIÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 182 – Apresentado e recebido um projeto, será ele lido pelo Secretário, No Expediente, ressalvados os casos previstos neste regimento.

Art. 183 – Ao Presidente da Câmara compete, dentro do prazo improrrogável de três dias, a contar da data do recebimento das proposições, encaminhá-las às Comissões Permanentes que, por sua natureza, devam opinar sobre o assunto.

§ 1º - Recebido qualquer processo o Presidente da Comissão terá o prazo improrrogável de dois dias para designar Relator, podendo reservá-lo à sua própria consideração.

§ 2º - O Relator designado terá o prazo de sete dias para a apresentação do Parecer.

§ 3º - Findo o prazo, sem que o Parecer seja apresentado, o Presidente da Comissão avocará o processo e emitirá Parecer.

§ 4º A Comissão terá o prazo total de quinze dias para emitir Parecer, a contar do recebimento da matéria.

§ 5º - Esgotados os prazos concedidos às Comissões, o Presidente da Câmara designará Relator Especial, para exarar Parecer no prazo improrrogável de seis dias.

§ 6º - Findo o prazo previsto no Parágrafo anterior, a matéria será incluída na Ordem do Dia, para deliberação, com ou sem Parecer.

Art. 184 – Quando qualquer proposição for distribuída a mais de uma Comissão, cada qual dará seu Parecer, separadamente, sendo a Comissão de Justiça e Redação ouvida sempre em primeiro lugar.

§ 1º - Concluindo a Comissão de Justiça e Redação pela ilegalidade ou incosntitucionalidade de um projeto, deve o Parecer ir a Plenário para ser discutido e votado, procedendo-se:

a) Ao prosseguimento da tramitação do processo, se rejeitado o Parecer;

b). à proclamação da rejeição do projeto ao arquivamento do processo se aproado o Parecer.

§ 2º - Respeitado o disposto no parágrafo anterior, o processo sobre o qual deve pronunciar-se mais de uma Comissão será encaminhado diretamente de uma parte a outra, feito os registros nos protocolos competentes.

Art. 185 – Por entendimento entre os respectivos Presidente, duas ou mais Comissões poderão apre4ciar matéria em conjunto.

Art. 186 – O Procedimento descrito nos artigos anteriores aplica-se somente às matérias em regime de tramitação ordinária.

CAPITULO II DOS DEBATES E DAS DELIBERAÇÕES SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SUBSEÇÃO I

DA PREJUDICABILIDADE

Art. 187 – Na apreciação pelo Plenário consideram-se prejudicadas e assim serão declaradas pelo Presidente, que determinará seu arquivamento:

I – A discussão ou votação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado;

II – A proposição original, com as respectivas emendas ou subemendas, quando tiver substitutivo aprovado;

III – A Emenda ou Subemenda de matéria idêntica à de outra já aprovada ou rejeitada;

IV – O Requerimento com a mesma finalidade já aprovado ou rejeitado, salvo se consubstanciar reiteração de pedido não atendido ou resultante de modificação da situação de fato anterior;

V – Emenda à Lei Orgânica do Município rejeitada ou aprovada pelo Plenário.

SUBSEÇÃO II

DO DESTAQUE

Art. 188 - Destaque é o ato de separar do texto um dispositivo ou uma emenda a ele apresentada, para possibilitar a sua apreciação isolada do Plenário.

Parágrafo único – o destaque deve ser requerido por Vereador e aprovado pelo Plenário da Câmara e implicará a preferência na discussão e na votação da Emenda ou do dispositivo destacado sobre os demais do texto original.

SUBSEÇÃO III

DA PREFERÊNCIA

Art. 189 – Preferência é a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre a outra, mediante Requerimento aprovado pelo plenário. Parágrafo único – Terão preferência para discussão e votação, independentemente de Requerimento, os votos, as Emendas Supressivas, os substitutivos, o Requerimento de licença de Vereador, o Decreto Legislativo concessivo de licença ao Prefeito e o Requerimento de adiantamento que marque prazo menor. SUBSEÇÃO IV

DO PEDIDO DE VISTA

Art. 190 – O Vereador poderá requerer vista de processo relativo a qualquer proposição, desde que essa esteja sujeita ao regime de tramitação.

SUBSEÇÃO V

DO ADIANTAMENTO

Art. 191 – O requerimento de adiantamento da discussão ou da votação de qualquer proposição estará sujeito à deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto no início da Ordem do Dia durante a discussão da proposição a que se refere.

§ 1º - O adiantamento deve ser proposto por tempo determinado, contado em Sessões.

§ 2º - Apresentados dois ou mais requerimentos de adiantamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.

§ 3º - somente será admissível o requerimento de adiantamento da discussão ou da votação de projetos, quando estes estiverem sujeitos ao regime de tramitação ordinária.

SEÇÃO II

DAS DISCUSSÕES

Art. 192 – Discussão é a fase dos trabalhos destinado aos debates em plenário.

§ 1º - Serão votados em dois turnos de discussão e votação:

a) emendas à lei orgânica do município, com intervalo mínimo de 10 (dez) dias;

b) Os projetos de lei orçamentária;

c) Os projetos de codificação;

§ 2º - Terão discussão e votação únicas todas as demais proposições.

Art. 193 - Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem cumprindo aos vereadores atender às seguintes determinações regimentais:

I - Dirigir-se sempre ao Presidente da Câmara, voltado para a mesa, salvo quando responder a aparte;

II - Não usar da palavra sem a solicitar, e sem receber o consentimento do Presidente;

III - Referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de Senhor ou Excelência.

Art. 194 - O Presidente solicitaráao orador, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador que interrompa o seu discurso, nos seguintes casos:

I - Para leitura de requerimento de Urgência especial;

II - Para comunicação importante à Câmara**;**

III - Para recepção de visitantes;

IV - Para votação de requerimento de prorrogação da sessão;

V - Para atender a pedido de palavra pela ordem, para propor questão de ordem de regimental.

Art. 195 - O Vereador a que for dada a palavra deverá inicialmente declarar a que titulo se pronunciará e não poderá:

I - Usar da palavra com finalidade diferente ao motivo alegado para a solicitar;

II - Desviar-se da matéria em debate;

III - Falar sobre matéria vencida;

IV - Usar de linguagem imprópria;

V - Ultrapassar o prazo que lhe competir;

VI - Deixar de atender as advertências do Presidente.

SUBSEÇÃO I

DOS APARTES

Art. 196 – aparte é a interrupção do orador para indagação ou esclarecimento relativo à matéria em debate.

§ 1º - O aparte deve ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a um minuto.

§ 2º - Não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença do orador.

§ 3º - Não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala pela ordem, em explicação Pessoal, para esclarecimento de votação ou declaração de voto.

§ 4º - A negativa na concessão do aparte pelo orador deverá ser dirigida à mesa e não ao vereador que solicitou o aparte.

SUBSEÇÃO II

DOS PRAZOS DAS DISCURSSÕES

Art. 197 - O vereador terá os seguintes prazos para discussão:

I Vinte minutos com apartes:

a)Vetos;

b)Projetos;

c) Emenda à lei Orgânica do Município;

II Quinze minutos com apartes:

a) Pareceres;

b) Redação final;

CAMARA MUNICIPAL DE STA- TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

c) Requerimentos

d) Acusação ou defesa no processo de cassação de vereadores.

§ 1º - Nos pareceres das comissões Processantes exarados nos processos de destituição, o relator e o Membro da Mesa denunciado terão o prazo de trinta minutos cada um; nos processos de cassação de vereador o denunciado terá o prazo de duas horas para a defesa.

§ 2º - Na discussão de matérias constantes da Ordem do Dia, será permitida a cessão de tempo para os oradores.

SUBSSEÇÃO III

DO ENCERRAMENTO E DA ABERTURA DA DISCUSSÃO

Art. 198 – O encerramento da discussão dar-se-á:

I – Por inexistência da solicitação da palavra;

II – Pelo decurso dos prazos regimentais;

III- A requerimento de qualquer vereador, mediante deliberação do Plenário.

Art. 199 – O requerimento de Reabertura da discussão somente será admitido se apresentado por 2/3 (dois terços) dos vereadores, excetuados os casos previstos neste Regimento.

SEÇÃO III

DAS VOTAÇÕES

SUBSESSÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 200 – Votação é o ato complementar da discussão através do qual o plenário manifesta sua vontade a respeito da rejeição ou da aprovação da matéria.

CAMARA MUNICIPAL DE STA- TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

§ 1º - Considerando-se qualquer matéria em fase de votação a partir da Ordem do momento em que o presidente declara encerrada a discussão.

§ 2º - a discussão e votação de matéria pelo plenário, constante da Ordem do Dia, só poderão ser efetuadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara (LOM Art. 18).

§ 3º - Aplica-se às matérias sujeitas à votação no expediente, o disposto no presente artigo.

Art. 201 – O vereador presente à Sessão não poderá escusar-se a votar, devendo porém, abster-se quando tiver interesse pessoal na deliberação, sob pela de nulidade de votação quando seu voto for decisivo.

§ 1º - O vereador que se considerar impedido de votar nos termos do presente artigo, fará a devida comunicação ao presidente, computando-se todavia, sua presença para efeito de quorum.

§ 2º - O impedimento poderá ser argüido por qualquer Vereador, cabe a decisão ao presidente.

Art. 202 – Os projetos serão sempre votados englobadamente, salvo requerimento de destaque.

Art. 203 – quando a matérias for submetidas a dois turnos de discussão e votação, ainda que rejeitada no primeiro, deve passar obrigatoriamente pelo segundo turno, prevalecendo o resultado deste ultimo.

SUBSEÇÃO II

DO QUORUM DE APRAVOÇÃO

Art. 204 – As deliberações serão tomadas pelo plenário:

I – por maioria simples de votos;

II – por maioria absoluta de votos;

III – por 2/3 (dois terços) dos votos da Câmara.

§ 1º - As deliberações, salvo disposição em contrario, será tomada por maioria de votos, presente a câmara dos Vereadores (LOM, Art. 18).

§ 2º - A maioria simples corresponde a mais da metade apenas dos Vereadores presentes a Sessão.

§ 4º - No calculo do quorum qualificado de 2/3 (dois terços) dos votos da câmara, serão considerados todos os vereadores, presentes ou ausentes, devendo as frações ser desprezadas, adotando-se como resultado o primeiro numero inteiro superior.

Art. 205 – Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos Membros da Câmara a aprovação e as alterações das seguintes matérias:

I – Projetos de código;

II – Leis complementares;

III – estatutos dos funcionários municipais;

IV – Regimento interno da Câmara;

V – Rejeição de votos;

VI – Autorização de créditos suplementares ou especiais;

VII – Autorização de créditos suplementares ou especiais;

Parágrafo Único – Dependerão ainda, do quorum da maioria absoluta, a provação dos seguintes requerimentos:

a) Convocação de secretario municipal;

b) Urgência Especial;

c) Constituição de presidente regimental.

Art. 206 – Dependerão do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos Membros da Câmara:

I) As leis concernentes a:

a). A aprovação à alteração da Lei orgânica do município (LOM Art. 33).

b. concessão de serviços públicos

c). concessão de direito leal de uso;

d). alienação de bens imóveis;

e). aquisição de bens imóveis por doação com encargos;

I - realização de Sessão Secreta;

II - Rejeição de parecer prévio do Tribunal de contas

III - Concessão do Tribunal do Titulo de Cidadania honorária ou qualquer outra honraria ou homenagem à pessoa: (LOMArt.21 inc. XXI).

Parágrafo único – dependerão ainda, do quorum de 2/3 (dois terços) a cassação de Vereador, bem como o projeto de Resolução de destituição de Membro da Mesa.

SUBSEÇÃO III

DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 207 – A partir do instante que o presidente da Câmara declarar a matéria já debatida e com discussão encerrada, poderá ser solicitada à palavra para encaminhamento da votação.

§ 1º - No encaminhamento da votação, será assegurado aos lideres das bancadas falar apenas uma vez, por cinco minutos, para propor ao plenário a rejeição ou aprovação da matéria a ser votada, sendo vedados os apartes.

§ 2º - Haverá somente um encaminhamento de votação independentemente da matéria.

SUBCESSÃO IV

DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO

Art. 208 – são três os processos de votação:

I – Simbólico;

II – Nominal;

III – Secreto;

§ 1º No processo Simbólico de votação, o presidente convidara os Vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem, procedendo em seguida, à necessária contagem dos votos e a proclamação do resultado.

§ 2º O processo Nominal de votação consiste na contagem dos votos favoráveis e contrários, respondendo os Vereadores “sim” ou “não”, à medida que forem chamados pelo 1º Secretario.

§ 3º Proceder-se-á obrigatoriamente a votação nominal para:

a) Votação dos pareceres do Tribunal de Contas, sobre as contas do Prefeito.

b) Composições das Comissões Permanentes;

c) Votação de todas proposições que exijam quorum de maioria absoluta ou quorum de 23 (dois terços) para sua aprovação.

4º O Vereador poderá retificar seu voto antes de proclamado o resultado.

5º O processo de votação Secreta será utilizado nos seguintes casos:

a) Eleição de Mesa;

b) Cassação de vereador;

c) Matéria vetada.

6º A votação Secreta consiste na distribuição de Cédulas aos Vereadores e ao reconhecimento dos votos em urna, ou qualquer outro receptáculo que assegure o sigilo da votação, obedecendo-se na eleição da Mesa, ao estatuído no Artigo 25 deste Regimento e, nos demais casos os seguintes procedimentos:

I – Realização por ordem do Presidente, a chamada regimental para a verificação da existência de quorum de maioria absoluta, necessário ao prosseguimento da Sessão;

II – Chamada dos vereadores a fim de assinarem a folha de votação;

III – distribuição de cédulas aos vereadores votantes;

IV – apuração, mediante a leitura dos votos pelo presidente, que determinara sua contagem;

V – proclamação do resultado pelo Presidente.

SUBSEÇÃO V

DA VERIFICAÇÃO DA VOTAÇÃO

Art. 209 – Se algum Vereador tiver duvida quanto ao resultado da votação simbólica, proclamada pelo Presidente, poderá requerer verificação nominal de votação.

§ 1º - O requerimento de verificação nominal de votação será de imediato e necessariamente atendido pelo Presidente.

§ 2º - Nenhuma votação admitira mais de uma verificação.

SUBSEÇÃO VI

DA DECLARAÇÃO DE VOTO

Art.210 – Declaração de voto é o pronunciamento de Vereador sobre os motivos que o levara a manifestar-se contra ou favorável à matéria votada.

Art.211 – A declaração de voto far-se-á depois de concluída a votação da matéria, se aprovado o requerimento respectivo pelo Presidente.

§ 1º - Em declaração de voto, cada Vereador dispõe de cinco minutos, sendo vedados aos apartes.

§ 2º - quando a declaração de voto estiver formulada por escrito, poderá o vereador requerer sua inclusão ou transcrição na ata da Sessão, em inteiro teor.

CAPITULO III

DA REDAÇÃO FINAL

Art. 212 – Ultimada a fase de votação, será a proposição que houver substitutivo, emenda ou subemenda aprovadas, enviada a comissão de Justiça e Redação, para elaborar a redação final.

Art. 213 - A Redação final será discutida e votada depois de lida em plenário, podendo ser dispensada a leitura, a requerimento de qualquer Vereador.

CAPITULO IV

DA SANÇÃO

Art. 214 – Aprovado um Projeto de Lei, na forma regimental e transformado em autógrafo, será ele, no prazo de cinco dias úteis, enviados ao Prefeito, para fins de Sanção. (CF Art. 65 e LOM Art. 38).

§ 1º - Os Autógrafos de Projetos de Lei, antes de serem remetidos ao Prefeito, serão registrados em livro próprio e arquivados na Secretaria da Câmara levando a assinatura do Presidente.

CAMARA MUNICIPAL DE STA- TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

§ 2º - Decorrido mo prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento do respectivo autógrafo, sem Sanção do Prefeito, considerar-se-á Sancionado o projeto, sendo obrigatória a sua promulgação pelo Presidente da Câmara, após quarenta e oito horas do prazo estabelecido ao Prefeito. (LOM Art.38 § 3º).

CAPITULO V

DO VETO

Art. 215 – Se o Prefeito considerar o Projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse Público ventá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento do respectivo autógrafo, e comunicara dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara os motivos do Veto. (LOM Art. 38 1º).

§ 1º - O veto parcial somente abrangera texto integral do artigo, de parágrafo, de inciso ou alínea., (CF Art. 66 e LOM 38 § 2º).

§ 2º - Recebido o veto pelo Presidente da Câmara, será encaminhado à comissão de Justiça e Redação, que poderá solicitar audiência de outras comissões.

§ 3º - As comissões têm prazos conjunto e improrrogável de oito dias para a manifestação.

§ 4º - Se a comissão de Justiça e Redação não se pronunciar no prazo indicado, a presidência da Câmara incluíra a proposição na pauta da Ordem do dia da Sessão imediata, independentemente de parecer.

§ 5º - O veto devera ser apreciado pela Câmara dentro de trinta dias a contar de seu recebimento na secretaria administrativa sob pena de ser considerado mantido. (LOM Art. 38 § 4º).

§ 6º - O Presidente convocara Sessões Extraordinárias para a discussão do veto, se necessário.

§ 7º - Para a rejeição do veto é necessário o voto de no mínimo maioria absoluta dos membros da Câmara, em secreta. (LOM Art. 38 § 4º).

§ 8º - Rejeitado o veto, as disposições aprovadas serão promulgadas pelo Presidente da Câmara, dentro de quarenta e oito horas.

§ 9º - O prazo previsto no 4º, não corre de recesso da Câmara.

CAPITULO VI

DA PROMULGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Art. 216 – Os Decretos Legislativos e as Resoluções, desde que aprovados os respectivos projetos, serão promulgados e publicados pelo Presidente da Câmara.

Art. 217 – Serão também promulgadas pelo Presidente da Câmara as leis que tenham sido Sancionados tacitamente, ou cujo veto total ou parcial, tenha sido rejeitado pela Câmara.

Art. 218 – Para a promulgação e a publicação de Lei com Sanção tácita ou por rejeição de veto total. Utilizar-se à numeração subseqüente àquela existente na Prefeitura Municipal. Quando se tratar de veto parcial, a Lei terá o mesmo numero do texto anterior a que pertence.

CAPITULO VII

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

SESSÃO I

DOS CÓDIGOS

Art. 219 – Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e a prover completamente a matéria tratada.

Art. 220 – Os Projetos de códigos, depois de apresentados ao Plenário Serão publicados, remetendo-se copia à Secretaria Administrativa, onde permanecera a disposição dos Vereadores, sendo após, encaminhados à Comissão e Redação.

§ 1º - Durante o prazo de trinta dias poderão os Vereadores encaminhar à Comissão emenda a respeito.

§ 2º - A Comissão terá mais trinta dias, para exarar parecer ao projeto e às emendas apresentadas.

§ 3º - Decorrido o prazo ou antes deste decurso, se a Comissão antecipar seu parecer, entrara o processo para a pauta da Ordem do dia.

Art. 221 – Na primeira discussão, o Projeto será discutido e votado por capitulo, salvo requerimento de destaque, aprovado pelo plenário.

§ 1º Aprovado em primeiro turno de discussão, com emendas voltara à Comissão de Justiça e Redação, por mais quinze dias, para incorporação das mesmas ao texto do projeto original.

§ 2º - Encerrado o primeiro turno de discussão e votação, seguir-se-á a tramitação normal dos demais projetos, sendo encaminhado às Comissões de Mérito.

Art. 222 – Não se aplicara o regime deste Capitulo aos Projetos que cuidem de alterações parciais de códigos.

SEÃO II

DO ORÇAMENTO

Art. 223 – O Projeto de Lei Orçamentária anual enviado pelo Executivo a Câmara ate o dia 30 de Setembro de cada (LOM Art.69).

§ 1º - Recebido o Projeto, o Presidente da Câmara, depois de comunicar o fato ao Plenário e determinar, imediatamente sua publicação, remetera copia à Secretaria Administrativa, onde permanecera à disposição dos Vereadores.

§ 2º - Em seguida à publicação, o Projeto irá à Comissão de Finanças e Orçamento, que recebera as emendas apresentadas pelos Vereadores, no prazo de dez dias.

§ 3º - A Comissão de Finanças e Orçamento terá mais quinze dias de prazo para emitir o parecer sobre o projeto de Lei Orçamentária e a sua decisão sobre as emendas.

§ 4º A Comissão de Finanças e Orçamento apreciará as emendas ao projeto de Lei do Orçamento quando:

I – sejam compatíveis com o plano Plurianual e com a Lei das Diretrizes Orçamentárias;

II – indiquem recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa;

a) – dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da divida municipal.

III- Sejam relacionadas:

a) – com a correção de erros ou omissões;

b) com os dispositivos do texto da proposta ou do Projeto de Lei. (LOM. Art.69 3º II).

§ 5º - Será final o pronunciamento da Comissão de Finanças e Orçamento sobre as emendas, salvo se 1/3 (num terço) dos membros da Câmara requerer ao Presidente a votação em plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão.

§ 6º - Se não houver emendas, o Projeto será incluído na Ordem do dia da primeira Sessão, sendo vedada à apresentação de emendas em Plenário. Em havendo emendas anteriores, sara incluído na primeira Sessão após a publicação do Parecer e das Emendas.

§ 7º - Se a Comissão de Finanças e Orçamento não observar os prazos a ele estipulados neste artigo, o Projeto será incluído na Ordem do Dia da Sessão seguinte. Como item único, independentemente de parecer inclusive de Relator Especial.

§ 8º - As emendas de Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias, não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano Plurianual.

Art. 224 – As Sessões nas quais se discute o Orçamento terão a Ordem do Dia preferencialmente reservada a esta matéria, e o expediente ficará reduzido a trinta minutos, contados do final da leitura da ata.

§ 1º - tanto em primeiro como em segundo turno de discussão e votação o Presidente da Câmara, de oficio, poderá prorrogar as Sessões até o final da discussão e votação da matéria.

§ 2º - A Câmara funcionará se necessário, em sessões extraordinárias, de modo que a discussão e votação do orçamento estejam concluídas até 15 de dezembro.

§ 3º - No primeiro e segundo turno serão votadas primeiramente às emendas, uma a uma, e depois o projeto.

Art. - 225 – O Prefeito poderá enviar mensagem a câmara, para propor a modificação do projeto de Lei Orçamentária, anual ou Plurianual em quanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 226 – o plano Plurianual de Investimentos, que abrangera o período de quatro anos consecutivos, terá suas dotações anuais incluídas no Orçamento de cada exercício.

§ 1º - Através de proposição, devidamente justificada, o Prefeito poderá a qualquer tempo, propor à câmara a revisão do plano Plurianual de Investimentos.

2º - Aplica-se ao Plano Plurianual de Investimentos as regras estabelecidas neste capitulo para o Orçamento do Programa.

Art. 227- Aplica-se ao Projeto de Lei Orçamentária, no que não contraria o disposto neste capitulo, as regras do Processo legislativo.

T**TÍTULO VIII**

DO JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO

CAPÍTULO ÚNICO

DO RECEBIMENTO DO JULGAMENTO

Art. 228 – Recebidos os Processos do Tribunal de Contas do Estado com os respectivos Pareceres Prévios a respeito da aprovação ou rejeição das contas do Prefeito, o Presidente, independentemente de sua leitura em Plenário, mandá-los-á publicar, remetendo copia a Secretaria Administrativa, onde permanecera à disposição dos Vereadores.

§ 1º - Após a publicação, os processos serão enviados a comissão de Finanças e Orçamento, que terá prazo de quinze dias para imitir Pareceres opinando sobre aprovação dos Pareceres do Tribunal de Contas.

§ 2º - Se a comissão de Finanças e Orçamento não observar o prazo fixado, o Presidente designara Relator Especial, que terá o prazo improrrogável de dez dias para emitir Pareceres.

§ 3º - Exarados os Pareceres pela Comissão de Finanças ou pelo Relator Especial, nos prazos estabelecidos, ou mesmo sem eles, o Presidente incluirá os Pareceres do Tribunal de Contas na Ordem do Dia da Sessão imediata, para discussão e votação única.

§ 4º - As Sessões em que se discutem as contas terão o expediente reduzido há trinta minutos, contados do final da leitura da ata, ficando a Ordem do Dia preferencialmente, reservada a essa finalidade.

Art. 229- A câmara tem o prazo Máximo de sessenta dias a contar do recebimento dos Pareceres Prévios do Tribunal de Contas, para julgar as contas do Prefeito, observando os seguintes Preceitos:

I- O Parecer poderá ser rejeitado por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara (CF Art. 31 e LOM Art. 43 § 6º).

II - Rejeitadas as contas serão imediatamente remetidas ao Ministério Publico, para os devidos fins;

III - Rejeitadas as contas dói Prefeito, serão publicados os Pareceres do Tribunal de Contas do Estado.

TITULO IX

DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

CAPITULO I

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVO

Art. 230 - Os serviços administrativos da Câmara far-se-á através de sua Secretaria, por instruções baixadas pelo Presidente.

Parágrafo único – Todos os Serviços da Secretaria Administrativa, serão dirigidos e disciplinados pela Presidência da Câmara, que poderá contar com o auxilio de Secretários.

Art. 231 – Todos os Serviços da Câmara que integram a Secretaria Administrativa serão criados, modificados, ou extintos por resolução que disporá sobre a criação ou extinção dos seus cargos, bem como a fixação de seus respectivos vencimentos e será de iniciativa privativa da Mesa.

Parágrafo único – A nomeação, Admissão e exoneração, demissão e despensa dos Servidores da Câmara competem a Mesa, de conformidade com a legislação vigente.

Art. 232 – A correspondência Oficial da câmara será elaborada pela Secretaria Administrativa, sob a responsabilidade da Presidência.

Art 233 – A Secretaria Administrativa, mediante autorização expressa do Presidente, fornecera a qualquer pessoa, para defesa de direitos, ou esclarecimentos de situações, no prazo de quinze dias, certidões de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade de autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição, no mesmo prazo, deverá atender as requisições judiciais, se outro não for marcado pelo Juiz.

Art. 234 – Poderão os vereadores interpelar a Presidência, mediante requerimento, sobre os Serviços da Secretaria Administrativa, ou sobre a situação do respectivo pessoal, ou ainda, apresentar sugestões sobre os mesmos, através de indicação fundamentada.

CAPITULOII

DOS LIVROS DESTINADOS AOS SERVIÇOS

Art 235 – A Secretaria Administrativa terá os livros e fichas necessários aos seus serviços e especialmente os de:

I – Termos de compromisso e posse de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;

II – Termos de Posse da Mesa:

III- Declaração de Bens;

IV – Atas das Sessões da Câmara;

V – Registro de emendas a Lei Orgânica do Município de Vila Rica, de Leis, Decretos Legislativos, resoluções ;

VI – Licitações e Contratos para obras e serviços e fornecimento;

VII – Termo de compromisso e Posse de funcionários;

VIII – Contabilidade e Finanças;

IX – Cadastramento dos Bens Móveis;

X – Controle de Entrada e Saída de Veículos.

§ 1º Os Livros Serão abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente da Câmara, ou por funcionários designado para tal fim.

§ 2º Os livros adotados nos serviços da Secretaria Administrativa poderão ser substituído por fichas ou por sistema diverso, convenientemente, autenticados.

TITULO X

DOS VEREADORES

CAPITULO I

DA POSSE

Art 236 – Os Vereadores são agentes Políticos, invertidos do mandato Legislativo municipal para uma Legislatura, pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto e direto. (CF Art. 29).

Art. 237 - Os Vereadores tomarão posse nos termos do artigo 13 deste regimento.

§ 1º - Os Suplentes quando convocados, deverão tomar posse no prazo de quinze dias, da data do recebimento da convocação, em qualquer fase da Sessão a que comparecerem, observado nos artigos 12 e 13 de regimento.

§ 2º - Tendo prestado compromisso uma vez, fica o suplente de Vereador dispensado de novo compromisso em convocações subseqüentes, procedendo-se da mesma forma com relação à declaração publica, de bens. A comprovação de desincompatibilização entretanto, será sempre exigida.

§ 3º - Verificadas as condições de existência de vaga ou licença de Vereador, a apresentação de Diploma e a demonstração de identidade, cumpridas todas as exigências regimentais, não poderá o Presidente negar posse ao Vereador ou suplente, sob nenhuma alegação salvo a existência de caso comprovado de caso comprovado de extinção de mandato.

CAPITULO II

DAS ATRIBUIÇOES DO VEREADOR

Art 238 – Compete ao Vereador

I – participar de toda as discussões Parlamentares;

II – votar na eleição da mesa e das Comissões Parlamentares;

III – apresentar proposições que visem ao interesse coletivo;

IV – concorrer aos cargos das Mesa e das Comissões Permanentes;

VI – usar da palavra nos casos previstos neste Regimento;

VII – conceder audiências publicas na Câmara, dentro do horário de seu funcionamento.

CAMARA MUNICIPAL DE STA- TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

Parágrafo único – à Presidência da Câmara compete tomar as providencias necessárias à defesa dos direitos dos Vereadores, quandono exercício do mandato.

SEÇÃO ÚNICA

DO USO DA PALAVRA

Art 239 – O Vereador poderá falar:

I – Para requerer retificação da ata;

II – Para requerer invalidação da ata;

III – Para discutir matéria em debate;

IV – para apartear na forma regimental;

V – Para apresentar questão de ordem na observância de disposição regimental ou solicitar esclarecimento da Presidência sobre a ordem dos trabalhos;

VI – Para encaminhar a votação na ordem regimental;

VII – Para justificar requerimento de urgência especial;

VIII – Para declarar seu voto na forma regimental;

IX – Para explicação pessoal na forma regimental;

X – Para apresentar requerimentos.

Parágrafo único – Durante o uso da palavra o Vereador não poderá:

a) usar a palavra com finalidade diferente da alegada para a qual a solicitou;

b) Desvia-se da matéria em debate;

c) Falar sobre matéria vencida;

d) Usar de linguagem imprópria;

e) Ultrapassar o prazo que lhe competir;

f) deixar de atender as advertências do Presidente.

CAPITULO III

DA REMUNERAÇAO DA VERBA DE REPRESENTAÇÃO

SEÇÃO I

DA REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES

Art 240 – A remuneração dos Vereadores, será fixada por Resolução, segundo os limites e critérios fixados na LOM.

CAMARA MUNICIPAL DE STA- TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

Art. 241 – Caberá à Mesa, propor o Projeto de Resolução, dispondo sobre a remuneração dos Vereadores para a legislatura seguinte, até sessenta dias antes da eleição, sem prejuízo da iniciativa de qualquer Vereador na Matéria.

§ 1º - a remuneração divide-se em parte fixa, parte variável e Sessões Extraordinárias.

§ 2º - A parte variável da remuneração não será inferior a fixa e corresponderá ao comparecimento efetivo do Vereador e sua participação no trabalho do Plenário e nas votações.

§ 3º - Ao Vereador residente em localidades longínqua no Município que tenha especial dificuldade de acesso à sede da edilidade para o comparecimento as Sessões, nesta sendo obrigado a pernoitar, será concedida ajuda de custo, que será fixada em Resolução.

SEÇÃO II

DA VERBA DE REPRESENTAÇÃO DA CAMARA

Art. 242 – A Verba de representação do Presidente da Câmara Municipal será fixada por Resolução.

CAPITULO IV

DAS OBRIGAÇOES DOS VEREADORES

Art. 243 – São obrigações e deveres dos Vereadores;

I – Desincompatibilizar-se a fazer declaração pública de bens, no ato da posse e no termino do mandato, de acordo com o LOM.

II – Comparecer decentemente trajado as Sessões na hora Pré-fixada;

III – Cumprir os deveres dos cargos para os quais for eleito ou designado;

IV – Votar as proposições submetidas a deliberações da Câmara, salvo quando ele próprio tenha interesse pessoal na mesma, sob pena de nulidade da votação quando ao uso da palavra;

IV – Propor a Câmara todas as medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e à segurança e bem estar dos munícipes. Bem como impugnar os que lhe pareçam contrários aos interesses Públicos.

V – Proposta de Sessão Secreta para a Câmara discutir a respeito, que devera ser aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

IV – denuncia para cassação de mandato, por falta de decoro parlamentar.

CAPITULO V

DAS IMCOPATIBILIDADES

Art. 245 – Os Vereadores não poderão: (Art.24 da LOM)

I – desde a expedição do Diploma:

a) – firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço publico municipal, Salvo quando o contrato obedecer clausulas uniformes.

b) – Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades constantes na alínea anterior;

II – desde a posse;

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrata com pessoal jurídica de direito público municipal ou nele exerça função remunerada;

b) ocupar cargo ou função que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades referidas no inciso I, “a”;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, “a”;

d) ser titular de mais um cargo ou mandato eletivo.

Parágrafo único – Para o Vereador que na data da posse, seja servidor Público, obrigatoriamente serão observadas as seguintes normas:

a) existindo compatibilidade de horários:

§ 1 – exercera o cargo, emprego ou função juntamente com mandato;

§ 2 – recebera cumulativamente os vencimentos ou salários com a remuneração de Vereador (CFart.38, IV).

b) não havendo compatibilidade de horários;

§ 1 – Exercera apenas o mandato, afastando-se do cargo, emprego ou função, podendo optar pela sua remuneração (CF art. 38, II).

§ 2 – o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento (CF art. 38 IV)

CAPITULO VI

DAS LICENÇAS

Art. 246 – O Vereador só poderá licenciar-se;

I – por motivo de saúde devidamente comprovada;

II – para desempenhar missões temporárias de caráter cultural, ou de interesse do município;

III – para tratar de interesse particulares, por prazo determinado, nunca inferior a trinta dias, não podendo reassumir o exercício antes do termino da licença. O afastamento não poderá ultrapassar a cento e vinte dias por Sessão Legislativo (LOM Art.26. II).

§ 1º - Para fins de Remuneração, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos dos incisos I e II deste artigo.

§ 2º - O Suplente de Vereador, para licenciar-se, precisa antes assumir e estar no exercício do cargo.

§ 3º - O Vereador, investido no cargo de Secretario Municipal, não perdera o mandato, considerando-se automaticamente licenciado (LOM Art. 26, I)

Art. 247 – os requerimentos de licenças serão deferidos ou indeferidos, de plano, pelo Presidente da Câmara, que devera, em caso de indeferimento, justificar seu ato.

§ 1º - O requerimento de licença por moléstia deve ser devidamente instruído com atestado medico.

§ 2º - Encontrado-se o Vereador totalmente impossibilitado de apresentar e subscrever requerimento de licença por moléstia, a iniciativa caberá ao líder ou qualquer Vereador de sua bancada.

CAPITULO VII

DA SUSPENSÃO DO EXERCICIO

Art. 248 – Dar-se-á a suspensão do exercício do mandato de Vereador: (CF art.15 e incisos)

I – por incapacidade civil absoluta;

II- condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

III – improbidade administrativa, nos termos do artigo 37, 4º (CF)

CAMARA MUNICIPAL DE STA- TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

CAPITULO VIII

DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 249 – A Substituição do Vereador dar-se-á nos casos de licenças e suspensão do exercício de mandato.

§ 1º - Concedida à licença, o Presidente convocará imediatamente o respectivo suplente.

§ 2º - A substituição do titular, suspenso do exercício do mandato, pelo respectivo suplente, dar-se-á até o final da suspensão.

CAPITULO IX

DA EXTINÇÃO DO MANDATO

Art. 250 – A extinção do mandato verificar-se-á quanto:

I – Ocorrer falecimento, renuncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II – deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido pela Lei;

III – deixar de comparecer, sem que esteja licenciado ou autorizado pela Câmara em Missão fora do Município, ou ainda, por motivo de doença comprovada, em cinco Sessões Ordinárias consecutivas ou a três Extraordinárias consecutivas convocadas pelo prefeito;

IV – Incidir nos impedimentos para o exercício do mandato, estabelecidos em Lei, e não se desincompatibilizar até a posse, e nos casos supervenientes, no prazo fixado pela Câmara ou Lei;

V – O Vereador fixar residência fora do município.

Art. 251- Compete ao Presidente da Câmara declarar a extinção do mandato.

§ 1º - A extinção do mandato torna-se efetiva pela só declaração do ato ou fato extinto presidência, comunicada ao Plenário e inserida em ata, após sua ocorrência, comprovação e direito de ampla defesa.

§ 2º - Efetivada a extinção, o Presidente convocará imediatamente o respectivo suplente.

§ 3º - O Presidente que deixar de declarar a extinção ficara sujeito às sanções da perda do cargo e proibição de nova eleição para cargo da Mesa durante a legislatura.

Art. **252 –** A renuncia do Vereador far-se-á por oficio dirigido ao Presidente da Câmara, reputando-se perfeita e acabada desde que seja lida em Sessão pública, independentemente de deliberação.

Art. **253 –** A extinção por faltas obedecera ao seguinte procedimento:

1º - Constatado que o Vereador incidiu no numero de faltas previsto no inciso III do artigo 250, o Presidente comunicar-lhe-á esse fato por escrito e, sempre que possível pessoalmente, a fim de que apresente a defesa que tiver no prazo de cinco dias.

§ 2º - Findo esse prazo, com defesa, o Presidente delibera a respeito. Não havendo defesa, ou julgada improcedente, o Presidente declara extinto o mandato, na primeira Sessão subseqüente.

§ 3º - Para os efeitos deste artigo, consideram-se Sessões Ordinárias as que deveriam ser realizadas nos termos deste Regimento, computando-se a ausência dos Vereadores, mesmo que não se realize a Sessão por

falta de quorum, executados tão-somente aqueles que compareçam e assinarem o respectivo livro de presença.

§ 4º - Considera-se não comparecimento, se o Vereador não tiver participado de todos os trabalhos do Plenário.

Art. 254 – Para os casos de impedimentos supervenientes à posse e desde que o prazo de desincompatibilização não esteja fixado em Lei, observar-se-á o seguinte procedimento:

§ 1º - O Presidente da Câmara notificara por escrito, o Vereador impedido, a fim de comprove a sua desincompatibilidade no prazo de dez dias.

§ 2º - findo esse prazo, sem estar comprovada a desincompatibilização, Presidente declarará a extinção do mandato.

CAPITULO X

DA CASSAÇÃO DO MANDATO

Art. 255 – A Câmara poderá cassar o mandato do Vereador quando:

I – utilizar-se do mandato para a pratica de atos de corrupção, ou de improbidade, administrativa;

II – Fixar residência fora do município;

CAMARA MUNICIPAL DE STA- TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

III – proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.

Art. 256 – O Processo de cassação de mandato de vereador obedecera ao rito estabelecido no artigo 83 3º deste Regimento.

Parágrafo único – A perda do mandato, expedida pelo Presidente da Câmara, que devera convocar imediatamente, o respectivo suplente.

TITULO XI

DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

CAPITULO I

DO SUBSIDIO E DA VERBA DE REPRESENTAÇÃO

Art. 257 – A fixação dos subsídios do Prefeito será feita através de Decreto Legislativo, na forma estabelecida por este regimento, para vigorar na Legislatura Subseqüente, obedecidos os seguintes critérios:

§ 1º - A remuneração do Prefeito será composta de subsídios e verba de representação.

§ 2º - A verba de representação do Prefeito Municipal não poderá exceder a 2/3 (dois terços) de seus subsídios.

§ 3º - A Verba de representação do Vice-Prefeito não poderá exceder à metade que for fixada para Prefeito Municipal.

§ 4º - Em nenhuma hipótese a remuneração do Prefeito poderá ser fixada em valor inferior ao maior padrão de vencimento para servidor do Município, que conte no mínimo com um ano de efetivo exercício.

Art. 258 – A verba de representação do Prefeito será fixada pela Câmara.

Parágrafo único – Caberá à Mesa, propor projeto de Decreto Legislativo fixando os subsídios do Prefeito para o mandato seguinte e a verba de representação para o período correspondente ao seu ano inicial, se ate trinta dias antes da eleição. Nenhum Vereador utilizar-se da faculdade de iniciativa na matéria.

CAMARA MUNICIPAL DE STA- TEREZINHA

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO II

DAS LICENÇAS

Art. 259 - A Licença do cargo de Prefeito poderá ser concedida pela Câmara, mediante solicitação expressa do Chefe do Executivo, nos seguintes casos:

I – Para ausentar-se do município, por prazo superior a quinze dias

a) por motivo de doença, devidamente comprovada;

b) a serviço ou missão de representação do município

c) II – para afastar-se do cargo, por prazo superior a quinze dias consecutivos;

d) por motivo de doença devidamente comprovada;

e) para tratar de interesse particulares.

Art. 260 – O pedido de licença do prefeito seguira a seguinte tramitação:

§ 1º recebido o pedido na Secretaria Administrativa, o Presidente convocara em vinte quatro horas, reunião da Mesa, para transformar o pedido do Prefeito em Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do solicitado;

§ 2º Elaborado o Projeto de Decreto Legislativo, pela Mesa, o Presidente convocara se Necessário , Sessão Extraordinária, pra que o pedido seja imediatamente deliberado.

§ 3º O Decreto Legislativo concessivo de licença ao Prefeito será discutido e votado em único turno, tendo preferência regimental sobre qualquer matéria.

4º O Decreto Legislativo que conceder a licença para o Prefeito ausentase do Município ou se afastar do cargo disporá sobre o direito de percepção dos subsídios e da verba de representações, quando:

I – Por motivo de doença, devidamente comprovada;

II – à serviço ou missão de representação do município.

CAPITULO III

DAS INFRAÇOES POLITICO ADMINISTRATIVA(*)

Art. 261 – São infrações político administrativas e, como tais, sujeitas ao julgamento da Câmara e promulga com a cassação do mandato, as previstas na Lei Orgânica do Município (LOM Art. 53).

Art. 262 – Nos crimes de Responsabilidade do Prefeito, enumerados na legislação Federal, por declaração do Presidente de Oficio ou mediante requerimento de Vereadores devidamente aprovado, poderá a Câmara solicitar a abertura de inquérito policial, ou a instrução de Ação Penal pelo Ministério Publico, bem como intervir, em qualquer fase do processo, como assistente de acusação nos julgamentos perante o Tribunal de Justiça do estado.

Art. 263 – A perda do mandato do Prefeito será decidida por maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, após processo instaurado com base em representação circunstanciada de Vereadores ou eleitor devidamente acompanhado de provas, assegurando-se ampla defesa ao Prefeito.

§ 1º - O Prefeito poderá ser afastado liminarmente de suas funções em qualquer fase do processo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos integrantes da Câmara Municipal, quando se tratar de ilícito continuado.

§ 2º - se decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a decisão da Câmara Municipal não tiver sido proferida, cessará o afastamento liminar do Prefeito, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

Art. 264 – O Prefeito será julgado pelo Tribunal de Justiça nos crimes comuns.

CAPÍTULO I

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 265 – Os casos não previstos neste Regimento serão submetidos ao Plenário e as soluções constituirão precedentes regimentais mediante requerimento, aprovado pela maioria dos Vereadores.

Art. 266 - As interpretações do Regimento serão feitas pelo Presidente da Câmara em assunto controvertido e somente constituirão precedentes regimentais a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pelo quorum de maioria absoluta.

Art. 267 - Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação em casos análogos.

Parágrafo único – Ao final de cada Sessão Legislativa, a Mesa fará a consolidação de todas as modificações feitas no Regimento, bem como dos precedentes regimentais, publicando-os em separata.

CAPITULO II

DA QUESTAO DE ORDEM

Art. 268 – Questão de Ordem é toda a manifestação do Vereador em Plenário feita em qualquer fase da Sessão, para reclamar contra o não cumprimento de formalidades regimentais, ou para suscitar duvidas quanto à interpretação do Regimento.

§ 1º - O Vereador devera pedir a palavra e formular a questão com clareza, indicando as disposições regimentais que pretende sejam elucidadas ou aplicadas.

§ 2º - Cabe ao Presidente da Câmara Resolver, soberanamente, a Questão de Ordem, ou a submeter ao Plenário, quanto omisso Regimento.

§ 3º - Cabe ao Vereador recurso da decisão ao Presidente , que será encaminhado a Comissão de Justiça e Redação, cujo Parecer, em forma de Projeto de Resolução, será submetido ao Plenário, nos termos deste Regimento.

CAPITULO III

DA REFORMA DO REGIMENTO

Art. 269 – O Regimento interno somente poderá ser modificado por Projeto de Resolução, aprovado pela maioria dos Vereadores.

Parágrafo único - A iniciativa do Projeto respectivo caberá a qualquer Vereador, à Comissão, ou à Mesa.

TITULO XIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 270 – Os prazos previstos neste Regimento, não correrão Durante o período de recesso da Câmara.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste Artigo os prazos relativos as matérias objetos de convocação extraordinária da Câmara e os prazos estabelecidos as Comissões Processante.

§ 2º **-** Quando não de mencionarem expressamente dias úteis, o prazo será contado em dias corridos.

§ 3º - Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-á no que for aplicável, a legislação processual civil.

TITULO XIV

DISPOSIÇÕESTRANSITÓRIAS

Art. 271 – Até a próxima eleição da Mesa, ficam mantidos os mandatos dos atuais membros da Mesa e das Comissões Permanente.

Art. 272 – Ficam revogados todos procedentes regimentais anteriormente firmados.

Art. 273 – Todas as proposições apresentadas em obediência à disposição regimentais anteriores, terão terminação normal.

Parágrafo único – As dúvidas que eventualmente surja quanto à tramitação a ser dada a qualquer proposição serão submetidas ao Presidente da Câmara, e as soluções constituirão precedentes regimentais, mediante requerimento aprovado por maioria absoluta dos vereadores.

Art. 274 – Não haverá expediente do Legislativo nos dias de ponto facultativo, decretados pelo Município.

Art. 275 – Nos dias de Sessão, deverão estar hasteada, no recinto do Plenário, as bandeiras do País, do Estado e do Município, observando a legislação Federal.

Art. 276 – Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

REVISADO, PROMULGADO E REEDITADO EM: 16 DE DEZEMBRO DE 2008. LEGISLATURA 2005-2008

VEREADORES:

ODAIR STRUTZ COSTA – PRESIDENTE

PAULO BRITO MOREIERA KARAJÁ – VICE- PRESIDENTE

ALCIDES COSTA DOS SANTOS – 1º SECRETÁRIO

REINALDO KOTURIRA KARAJÁ – 2º SECRETÁRIO

ELIEZER NEVES DE SOUZA

MARCELO SOCORRO DA CRUZ

MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS

MARIA DE LOURDES DUNDA

JOSÉ LINO DA CONCEIÇÃO

HOMENAGENS ESPECIAIS:

CREUNICY FERREIRA LIMA

EDI VENÂNCIO OLIVEIRA

RUBERVAL COSTA REIS (IN MEMORIAN)

ASSESSORIA JURÍDICA: Dr. MARCOS ANTONIO MIRANDA SOUSA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIA Nº 12/15

Encontra-se aberta, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – MT, localizada na rua 25 s/nº a LICITAÇÃO MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, Tipo Menor Preço por Item, com a finalidade de selecionar propostas paraAQUISIÇAO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR, PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL PARA O ANO LETIVO DE 2015.Cujas especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação.

A licitação será regida pelas Leis Federais nº 8.666/93, nº 10.520 e demais legislação pertinente.

A abertura desta licitação ocorrerá no dia 11/03/2015 às 16:00 horas (horário de Brasília), na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CPL, de segunda a sexta-feira no horário de 13:00 a 18:00 horas.

Santa Terezinha – MT, 26 de fevereiro de 2015

JUSAMY PEREIRA SILVA-Pregoeiro Oficial

PORTARIAS GABIENTE

PORTARIA N.º 022/2017-GP

DE 03 DE JANE IRO DE 2.017

"Dispõe sobre a nomeação de servidor em cargo em comissão e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Senhor **VALDEMIR BENICÍO DE SOUZA NETO**, portador do CPF n. 926.279.601-30, RG n. 1404292-4 SSP/MT, para o cargo em comissão de Secretário de Turismo Esporte e Lazer, do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de Janeiro de 2.017.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 023/2017-GP

DE 03 DE JANE IRO DE 2.017

"Dispõe sobre a nomeação de servidor em cargo em comissão e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a Senhora **LIDIANE BIZERRA REIS**, portadora do CPF n. 981.954.761-04, RG n. 1449137-0 SSP/MT, para o cargo em comissão – CC3, Diretoria Geral do Hospital , da Secretaria de Saúde e Saneamento, do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de Janeiro de 2.017.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

ATA DA SESSÃO ORDINARIA PARA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CAMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, E POSSE AUTOMATICAMENTE DA MESA DIRETORA, REALIZADA NESTE DIA 01 DE JANEIRO DE 2017.

Às Onze horas do dia Primeiro de Janeiro do ano de dois mil e dezessete, no Plenário da Câmara Municipal, Estado de Mato Grosso Realizou-se A sessão para eleição da mesa Diretora da Câmara Municipal e do Presidente para o Biênio 2.017 e 2.018. Sob a presidência do Vereador mais votado Senhor, **Edi Venâncio de Oliveira,** que declarou aberta a sessão, conferiu a lista de presença dos senhores Vereadores, e em seguida o Presidente disse com base no parágrafo 1º do artigo 28 do regimento interno da Câmara Municipal de Santa Terezinha, realizaremos a eleição da mesa diretora da Câmara Municipal, em seguida deliberou ao plenário para apresentação das chapas, com nomes dos membros que iriam concorrer a eleição, em seguida o Vereador Edi Venâncio de Oliveira apresento Chapa Única, com a seguinte composição: Presidente : Edi Venâncio de Oliveira, -Presidente, Dagmar Aparecida Teodoro Gatti – Vice-Presidente, Cleber Moreira Barros 1º. Secretário, Admilson dos Gomes 2º Secretario, dando sequências aos trabalhos o senhor presidente comento que a vo-

tação seria aberta e por aclamação, visto que todas as outras votações anteriores foram feitas desta forma, houve a concordância de todos os Vereadores, em seguida o Senhor Presidente iniciou-se processo de votação, fazendo a chamada individual para cada Vereador manifestar o seu voto; que obteve a seguinte resultado chapa Única com 05 votos a zero, e 4 abstenções. Em conformidade com artigo 28 do Regimento Interno da Câmara Municipal o senhor presidente deu posse aos novos membros da mesa da Câmara Municipal de Santa Terezinha Estado de Mato Grosso, Ficando Eleitos os seguintes Vereadores com os respectivos cargos para a Mesa Diretora: Presidente :Edi Venâncio Oliveira, Rg 1122688-9 SJMT, CPF 806823081-53, Vice- Presidente: Dagmar Aparecida Teodoro Gatti, RG 9768292-5 SSP SP, CPF 208559151-53, 1º Secretario :Cleber Moreira Barros, RG 4734808 DGPC-GO, CPF 986587601-97, 2º Secretario :Admilson dos Gomes, RG 1454315-0 SSP-MT, CPF 952369511-91, Apos o senhor Presidente declarou empossados automaticamente passando a assumir a partir desta data 01 de Janeiro de 2017. Santa Terezinha – MT,01 de Janeiro de 2017.

EDI VENÂNCIO OLIVEIRA

CLEBER MOREIRA BARROS

DAGMAR APARECIDA TEODORO GATTE

ADMILSON DOS SANTOS GOMES

RAIMUNDO BARROS RESPLANDES

ELIEZER NEVES DE SOUZA

HUGUETE AMARIM DA CONCEIÇÃO

VALDIRON COSTA REIS

JOSÉ MARIA BEREIRA BARROS

PORTARIA N.º 001/2017-GP

DE 02 DE JANEIRO DE 2.017

"Dispõe sobre a nomeação do Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 10.520 de 17 julho de 2002 e Decreto Municipal nº 788/2008 de 21 de março de 2008.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica nomeada para a função de Pregoeiro, sem provimento de gratificação, a Sra. **JUSAMY PEREIRA DA SILVA**, servidora pública municipal, matricula 010, para o período de 02/01/2017 a 31/12/2017.

Artigo 2º - As atribuições do Pregoeiro incluem:

I – zelar pela legalidade, moralidade e eficiência do certame licitatório;

II – auditar o processo e propor alterações, caso necessário, visando atendimento à legislação;

III – a coordenação dos trabalhos da equipe de apoio e a condução do procedimento licitatório;

IV – consolidar entendimentos, visando à celebridade nas licitações;

V – aprovar após o crivo da Assessoria Jurídica, e assinar o edital;

VI – determinar a publicidade da licitação, na conformidade da legislação;

VII – receber, examinar e decidir, dentro da sua competência, sobre recursos;

VIII – o credenciamento dos interessados, mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para formulação de propostas e os demais atos inerentes ao certame;

IX – o recebimento da declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes-proposta de preços e dos envelopes-documentos de habilitação;

X – a abertura dos envelopes-proposta, a análise e desclassificação das propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital;

XI – a seleção e a ordenação das propostas não desclassificadas, observado o disposto nos incisos VII e IX, do artigo 4º, da Lei nº 10.520/2002;

XII – a classificação das ofertas, conjugadas as propostas e os lances, e a decisão motivada a respeito da aceitabilidade do menor preço;

XIII – a negociação do preço com vistas à sua redução;

XIV – a análise dos documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço;

XV - a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante, nos termos do Inciso XVII, do artigo 12, deste regulamento;

XVI - propor penalização de fornecedor, no âmbito da sessão de licitação, caso ocorra descumprimento da legislação;

XVII – a elaboração da ata da sessão pública, que conterá, sem prejuízo de outros elementos, o registro:

a) do credenciamento dos representantes dos proponentes presentes na sessão;

b) das propostas apresentadas, das desclassificadas e das selecionadas para a etapa de lances;

c) dos lances e da classificação das ofertas;

d) da decisão a respeito da aceitabilidade do menor preço;

e) da negociação de preço;

f) da análise dos documentos de habilitação;

g) da manifestação de intenção do licitantes interessado em recorrer, se houver, com a correspondente motivação;

XVIII – conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

XIX – informar sobre os recursos interpostos contra seus atos e outros;

XX – o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade competente, visando à homologação do certame e à contratação;

XXI – propor a revogação ou anulação do processo licitatório à autoridade competente;

Artigo 3º - Fica autorizada a substituição do pregoeiro, desde que justificado nos autos, quando o titular do certame encontrar-se impedido.

Artigo 4º - O pregoeiro designado nesta portaria terá como apoio a comissão de licitação.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de janeiro de 2.017.

EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

PORTARIA MUNICIPAL Nº 017/2017

EMENTA: NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*,

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Fica nomeado e empossado o **Sr. EDÉZIO DE LIMA FILHO,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula e Identidade RG nº 468591 - SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 345.179.281-87, para ocupar o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT.

Art. 2º - O nomeado de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o cargo, em razão de lei, junto ao Poder Executivo Municipal, sem acúmulo remuneratório.

Art. 3º - As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ela, e, o servidor nomeado por esta Portaria será remunerado na forma determinada em lei.

Parágrafo único - O tempo de serviço no exercício do cargo será computado para todos os fins e efeitos previdenciários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 03 DE JANEIRO DE 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO NO 01/2016

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2015, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO E A COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E NO REGIMENTO INTERNO, PROPÕE A MESA E AO SOBERANO PLENÁRIO, O SEGUINTE PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1o – Ficam aprovadas as Contas anuais de Governo do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT, gestão do Prefeito Venceslau Botelho de Campos, exercício 2015, Processos nºs. 912-1/2015 (10.395-0/2016-apenso), 22.177-5/2014 e 16.328-7/2015 numerações do TCE.

Art. 2o – Este Decreto Legislativo foi proposto com base no Parecer exarado pelas Comissões de Justiça, Legislação, Redação, Economia, Orçamento e Finanças Públicas desta Casa Legislativa, em consonância com o que prescreve a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica do Município e o Regimento.

Art. 3o – Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO AFONSO-MT, AOS 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADELVANE COELHO DA ROCHA

PRESIDENTE DA CÂMARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇAO
DECRETO Nº 01/2017

Decreto nº 01/2017

Dispõe sobre a representação do Município de Santo Antônio de Leverger – MT em atos realizados junto a Instituições Financeiras.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, Prefeito Municipal de Santo Antônio de Leverger, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada, na forma deste Decreto, a representação do Poder Executivo Municipal junto as Instituições Financeiras em atos relativos à abertura de contas correntes, movimentação de contas correntes, encerramento de contas correntes, celebração de convênios e contratação de seguros e serviços.

Art. 2º Compete ao Prefeito Municipal, em ato conjunto com os Secretários Municipais, em suas respectivas Secretarias, exclusivamente, a representação do Poder Executivo Municipal junto as Instituições Financeiras.

Art. 3º A representação do Poder Executivo Municipal junto as Instituições Financeiras, de que trata o Art. 2º, compreende o exercício das atribuições para assinar instrumentos de convênio e contratos de prestação de serviços, assinar apólices de seguro, abrir contas de deposito, encerrar contas de depósitos, solicitar saldos, extratos e comprovantes, solicitar saldos/extratos de investimentos, solicitar saldos/extratos de operações de crédito, emitir comprovantes, efetuar resgates/aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, consultar contas e aplicações de programas de repasse recursos, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro.

Art. 4º Compete ao Secretario Municipal de Fazenda informar às Instituições Financeiras, por meio de expediente, a ocupação dos titulares das Secretarias Municipais (nomeação e exoneração de Secretários Municipais) e fornecer relação de contas correntes de gestão de cada Secretaria Municipal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Santo Antônio de Leverger, 02 de Janeiro de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
CNPJ. 03.918.869/0001-08

LEI MUNICIPAL Nº. 801 / 2016
De 29 de Dezembro de 2016.

SÚMULA:
"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOSE ANTONIO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de São Félix do Araguaia para o exercício de 2017, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita Bruta em R$ 39.201.854,88 (trinta e nove milhões, duzentos e hum mil, oitocentos e cinqüenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) que após a dedução da Receita Tributária, bem como, da retenção para a formação do FUNDEB, resulta na Receita Estimada de **R$ 36.276.000,00** (trinta e seis milhões, duzentos e setenta e seis mil reais) e fixa a Despesa em igual importância, compreendendo:

I - O orçamento fiscal: R$ 28.816.151,00

II – Orçamento da Seguridade Social: R$ 8.144.849,00, neste compreendido as dotações da saúde, assistência social e previdência social.

Parágrafo Único. Inclui-se no Orçamento Geral do Município, o orçamento do Fundo de Previdência Social dos Servidores do Município de São Félix do Araguaia – IPASFA, fundo especial, no valor de R$ 1.640.000,00 (um milhão, seiscentos e quarenta mil reais).

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, observadas a categoria econômica e respectivas fontes, de acordo com o desdobramento abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL	ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	**27.757.006**	**7.324.849**	**35.081.855**
Receita Tributária	3.497.552		3.497.552
Receita de Contribuições	127.553	510.000	637.553
Receita Patrimonial	70.698	310.000	380.698
Receita de Serviços	420.662		420.662
Transferências Correntes	23.275.806	6.504.849	29.780.655
Outras Receitas Correntes	364.735		364.735
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	**(2.925.855)**		**(2.925.855)**
(-) Dedução da Receita Tributária	(53.873)		(53.873)
(-) Retenção para FUNDEB	(2.871.982)		(2.871.982)
RECEITAS DE CAPITAL	**3.300.000**	**-**	**3.300.000**
Operações de Crédito	-		-
Transferências de Capital	3.300.000	-	3.300.000
REC.CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		**820.000**	**820.000**
TOTAL DA RECEITA	**28.131.151**	**8.144.849**	**36.276.000**

Art. 3º. A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros de programas de trabalho e Natureza de Despesa, que apresentam os seguintes desdobramentos:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R$	*SEGURIDADE SOCIAL*	*TOTAL*
CAMARA MUNICIPAL DE SAO FELIX DO ARAGUAIA	**1.680.000,00**		**1.680.000,00**
CAMARA MUNICIPAL	1.680.000,00		**1.680.000,00**
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	**1.982.250,00**		**1.982.250,00**
GABINETE DO PREFEITO	711.000,00		**711.000,00**
ASSESSORIA GERAL DE ADMINISTRACAO	307.500,00		**307.500,00**
DEPARTAMENTO DE COMUNICACAO E ASSESSORIA	183.750,00		**183.750,00**
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTOS SANITARIOS - DAE	780.000,00		**780.000,00**
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN, PLANEJ.DE FAZENDA	**3.416.000,00**		**3.416.000,00**
COORDENADORIA DE ADM E PLANEJAMENTO	3.416.000,00		**3.416.000,00**
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	**5.245.000,00**		**5.245.000,00**
DEPARTAMENTO ADM DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	5.115.000,00		**5.115.000,00**
FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINACAO PUBLICA	130.000,00		**130.000,00**
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	**0,00**	**6.738.498,00**	**6.738.498,00**
GABINETE DO SECRETARIO		206.000,00	**206.000,00**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		6.532.498,00	**6.532.498,00**
SECRETARIA MUNIC.DE DESENV.E ACAO SOCIAL	**0,00**	**2.409.000,00**	**2.409.000,00**
GABINETE DA SECRETARIA		240.000,00	**240.000,00**
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		836.000,00	**836.000,00**
FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL		100.000,00	**100.000,00**
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE		378.000,00	**378.000,00**
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA	**7.743.802,00**		**7.743.802,00**
COORDENARIA DE ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB	4.396.802,00		**4.396.802,00**
DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	3.033.000,00		**3.033.000,00**
DEPARTAMENTO DE CULTURA	314.000,00		**314.000,00**
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	**1.175.000,00**		**1.175.000,00**
DEPARTAMENTO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	1.175.000,00		**1.175.000,00**
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	**434.000,00**		**434.000,00**
GESTAO DO ESPORTE E LAZER	434.000,00		**434.000,00**
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	**472.000,00**		**472.000,00**
GABINETE DO SECRETARIO	472.000,00		**472.000,00**
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	**2.970.450,00**		**2.970.450,00**
GABINETE DO SECRETARIO	2.970.450,00		**2.970.450,00**
IPASFA - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE SAO FELIX DO	**0,00**	**1.640.000,00**	**1.640.000,00**
IPASFA		1.640.000,00	**1.640.000,00**
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	**370.000,00**		**370.000,00**
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	370.000,00		**370.000,00**
TOTAL	**25.488.502,00**	**10.787.498,00**	**36.276.000,00**

2 – POR FUNÇÕES
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R$	*SEGURIDADE SOCIAL*	*TOTAL*
01 - Legislativa	1.680.000,00		1.680.000,00
04 - Administração	9.019.700,00		9.019.700,00
06 - Segurança Pública	10.000,00		10.000,00
08 - Assistência Social		1.564.000,00	1.564.000,00
09 - Previdência Social		1.640.000,00	1.640.000,00
10 - Saúde		7.593.498,00	7.593.498,00
12 - Educação	7.429.802,00		7.429.802,00
13 - Cultura	314.000,00		314.000,00
15 - Urbanismo	1.143.000,00		1.143.000,00
16 - Habitação	100.000,00		100.000,00
17 - Saneamento	790.000,00		790.000,00
18 - Gestão Ambiental	95.000,00		95.000,00
20 - Agricultura	452.000,00		452.000,00
21 - Organização Agrária	20.000,00		20.000,00
23 - Comércio e Serviços	881.000,00		881.000,00
26 - Transporte	1.980.000,00		1.980.000,00
27 - Desporto e Lazer	434.000,00		434.000,00
28 - Encargos Especiais	830.000,00		830.000,00
99 - Reserva de Contingência	300.000,00		300.000,00
TOTAL DA DESPESA	**25.478.502**	**10.797.498**	**36.276.000**

3 – POR SUBFUNÇÕES
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R$	*SEGURIDADE SOCIAL*	*TOTAL*
31 - Ação Legislativa	1.680.000,00		1.680.000,00
121 - Planejamento e Orçamento	73.750,00		73.750,00
122 - Administração Geral	6.956.500,00		6.956.500,00
123 - Administração Financeira	1.805.000,00		1.805.000,00
125 - Normatização e Fiscalização	107.000,00		107.000,00
127 - Ordenamento Territorial	55.000,00		55.000,00
128 - Formação de Recursos Humanos	86.500,00		86.500,00
129 - Administração de Receitas	114.450,00		114.450,00
131 - Comunicação Social	110.000,00		110.000,00
181 - Policiamento	10.000,00		10.000,00
241 - Assistência ao Idoso		145.000,00	145.000,00
242 - Assistência ao Portador de Deficiência		26.000,00	26.000,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		389.000,00	389.000,00
244 - Assistência Comunitária		699.000,00	699.000,00
272 - Previdência do Regime Estatutário		1.640.000,00	1.640.000,00
301 - Atenção Básica		6.378.498,00	6.378.498,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		850.000,00	850.000,00
304 - Vigilância Sanitária		240.000,00	240.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica		230.000,00	230.000,00

306 - Alimentação e Nutrição	235.000,00		235.000,00
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	250.000,00		250.000,00
361 - Ensino Fundamental	5.853.302,00		5.853.302,00
364 - Ensino Superior	70.000,00		70.000,00
365 - Educação Infantil	1.241.000,00		1.241.000,00
367 - Educação Especial	5.000,00		5.000,00
392 - Difusão Cultural	314.000,00		314.000,00
451 - Infra-Estrutura Urbana	903.000,00		903.000,00
452 - Serviços Urbanos	342.000,00		342.000,00
482 - Habitação Urbana		200.000,00	200.000,00
512 - Saneamento Básico Urbano	790.000,00		790.000,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	92.000,00		92.000,00
542 - Controle Ambiental	3.000,00		3.000,00
543 - Recuperação de Áreas Degradadas	5.000,00		5.000,00
605 - Abastecimento	70.000,00		70.000,00
606 - Extensão Rural	30.000,00		30.000,00
607 - Irrigação	10.000,00		10.000,00
608 - Promoção da Produção Agropecuária	87.000,00		87.000,00
694 - Serviços Financeiros	1.000,00		1.000,00
695 - Turismo	885.000,00		885.000,00
782 - Transporte Rodoviário	1.980.000,00		1.980.000,00
812 - Desporto Comunitário	364.000,00		364.000,00
813 - Lazer	70.000,00		70.000,00
843 - Serviço da Dívida Interna	500.000,00		500.000,00
846 - Outros Encargos Especiais	80.000,00		80.000,00
999 - Reserva de Contingência	300.000,00		300.000,00
	25.478.502,00	**10.797.498,00**	**36.276.000,00**

4 – POR PROGRAMAS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R$	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	1.680.000,00		1.680.000,00
10 - ASSISTENCIA DE MEDIA E ALTA		389.000,00	389.000,00
100 - Construção de Casas Populares		100.000,00	100.000,00
101 - Manutenção de Rodovias	1.880.000,00		1.880.000,00
11 - VIGILANCIA EM SAUDE		470.000,00	470.000,00
12 - GESTAO DA EDUCACAO	413.000,00		413.000,00
13 - ENSINO FUNDAMENTAL	5.625.802,00		5.625.802,00
14 - EDUCACAO INFANTIL	1.321.000,00		1.321.000,00
15 - APOIO A OUTRAS MODALIDADES DE ENSINO	70.000,00		70.000,00
16 - FORTALECIMENTO DA CULTURA	314.000,00		314.000,00
17 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	885.000,00		885.000,00
18 - PROTECAO DO MEIO AMBIENTE	95.000,00		95.000,00
19 - ORGANIZACAO AGRARIA	20.000,00		20.000,00
2 - ADMINISTRACAO GERAL	7.119.700,00		7.119.700,00
20 - FORTALECIEMTNO DA AGRICULTURA FAMILIAR	165.000,00		165.000,00
21 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO	287.000,00		287.000,00
22 - OBRAS PUBLICA E INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.797.000,00		2.797.000,00
23 - SERVICOS URBANOS	342.000,00		342.000,00
24 - TRANSPORTE RODOVIARIO	100.000,00		100.000,00
25 - SANEAMENTO BASICO	790.000,00		790.000,00
26 - APOIO A DESPORTO E AO LAZER	434.000,00		434.000,00
28 - OPERACOES ESPECIAIS	830.000,00		830.000,00
3 - APOIO A SEGURANCA PUBLICA	10.000,00		10.000,00
4 - PREVIDENCIA SOCIAL		1.640.000,00	1.640.000,00
5 - ASSISTENCIA SOCIAL		1.169.000,00	1.169.000,00
6 - ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE		295.000,00	295.000,00
7 - HABITACAO POPULAR		100.000,00	100.000,00
8 - GESTAO DA SAUDE		216.000,00	216.000,00
9 - ATENCAO BASICA EM SAUDE		6.418.498,00	6.418.498,00
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	300.000,00		300.000,00
	25.478.502,00	**10.797.498,00**	**36.276.000,00**

5 – POR CATEGORIA ECONÔMICA

COD.	ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
3	DESPESAS CORRENTES	21.878.502,00	9.933.998,00	31.812.500,00
4	DESPESAS DE CAPITAL	3.300.000,00	-	3.300.000,00
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	863.500,00	1.163.500,00
	TOTAL DA DESPESA	**25.478.502,00**	**10.797.498,00**	**36.276.000,00**

Parágrafo Único. Do total fixado no Orçamento da Seguridade Social, o valor de R$ 10.797.498,00 (dez milhões, setecentos e noventa e sete mil e quatrocentos e noventa e oito reais) será custeado com recursos provenientes do Orçamento Fiscal.

Art. 4° O Poder Executivo fica autorizado a realizar as operações a que se refere o Art.11, § 5° da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária de 2017, de conformidade com o que dispõe

o Art. 167, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Art. 43, parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, observando-se as seguintes condições:

I – para abertura de créditos suplementares mediante anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada no Art. 1º desta lei;

II - para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro, até o limite do total apurado no Balanço Patrimonial de 2017;

III - para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de transferências destinadas à educação, saúde, assistência social, meio-ambiente ou de obras de infra – estrutura, inclusive sob a forma de convênios, previstos na receita do Orçamento, até o limite do efetivamente ocorrido, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei.

Parágrafo Único. Excluem-se do limite ora autorizado as transferências de recursos dos elementos de despesa da mesma categoria de programação ou mesmo grupo de despesas.

Art. 5º Não onerarão o limite previsto no artigo anterior os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas a pessoal e encargos, inativos e pensionistas, bem como, de amortização e encargos da dívida.

Art. 6º As Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO 2017, passam a vigorar conforme Anexo III, integrante desta lei.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Félix do Araguaia, aos 29 de dezembro de 2016.

JOSE ANTONIO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DECRETO Nº 001/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO E ESTABELECE JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de São José do Rio Claro-MT, no uso das suas atribuições legais; e

Considerando a necessidade da adoção de mecanismos, objetivando a busca de equilíbrio entre a eficácia no atendimento ao público e os afazeres internos na sede da Prefeitura e Secretarias Municipais;

Considerando que todos os servidores públicos municipais devem cumprir sua carga horária, conforme determina a legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado pelo presente Decreto que não haverá atendimento ao público na sede da Prefeitura Municipal até 20/1/2017, exceto no Departamento de Tributos, ficando referido período destinado especificamente para expediente interno.

Art. 2º - Fica estabelecido o horário para atendimento ao público das 7h30-min as 11h e das 13h as 17h30min, na sede da Prefeitura Municipal e nas Secretarias Municipais, a partir de 23/1/2017.

§ 1° - O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às atividades consideradas essenciais ao serviço púbico e aos serviços da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

§ 2° - Os Órgãos Municipais que adotarem horários diferenciados e/ou necessitarem cumprir prerrogativas determinadas por Programas e Disposições Federais ou Estaduais, deverão baixar normas internas, desde que haja cumprimento da carga horária aqui estabelecida, bem como aos servidores que possuem carga horária reduzida, conforme previsto em lei.

Art. 3º - Fica estabelecida a jornada de trabalho 08 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para todos servidores públicos municipais, sendo, impreterivelmente, das 07h30min às 17h30min, com 02 (duas) horas de intervalo para almoço, sendo das 11h às 13h, a partir da presente data.

§ 1° - Todo servidor público municipal deverá, obrigatoriamente, permanecer no seu posto de serviço até o cumprimento total da sua carga horária de trabalho.

§ 2° - Todo servidor de cargo em comissão deverá permanecer em seu ambiente de trabalho, no horário descrito no caput deste artigo, para executar as atividades inerentes a sua função, e, independente de horário, quando necessário ou quando requisitado.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 057/2016, de 3 de outubro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 2 de janeiro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 002/2017, DE 5 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, PELO FALECIMENTO DO VEREADOR LIVÔNIO PAULO BRUSTOLIN.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro (MT), no uso das atribuições que lhe confere a Lei; e

CONSIDERANDO o falecimento do ilustre cidadão rio-clarense, Senhor Livônio Paulo Brustolin, ocorrido nesta data;

CONSIDERANDO que o ilustre munícipe participou ativamente da vida social e política rio-clarense, sendo integrante de família pioneira do Município;

CONSIDERANDO que seu falecimento entristece sobremaneira os munícipes, estando a merecer de todos nós, rio-clarenses, um tributo de reverência em homenagem à sua memória,

DECRETA:

Art. 1° - É declarado LUTO OFICIAL por 3 (três) dias no Município de São José do Rio Claro-MT, contados a partir desta data, em função do falecimento do cidadão rio-clarense e Vereador, Senhor **LIVÔNIO PAULO BRUSTOLIN**, integrante de família pioneira do Município.

Parágrafo único. Em respeito à cerimônia fúnebre, para que todos possam homenagear o falecido, reverenciando a sua memória, não haverá atendimento ao público no dia 6/1/2017 (sexta-feira) durante o período total de expediente, na Prefeitura Municipal, sem prejuízo da continuidade dos serviços essenciais.

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro (MT), 5 de janeiro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 039/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR JURÍDICO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Senhor MARCELO LEANDRO MARTINS ROSADA para exercer o cargo comissionado de Assessor Jurídico, a partir de 1° de janeiro de 2017.

Parágrafo Único – O servidor nomeado pela presente Portaria terá a função de Procurador do Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 2 de janeiro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 041/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA O CARGO DE DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - PREVIMUNI.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Servidora CLEIDE DE LIMA SILVA para exercer o cargo de Diretora Executiva do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Rio Claro - PREVIMUNI, a partir de 1° de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 2 de janeiro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 040/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR JURÍDICO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Senhor DIEGO LUCAS GASQUES para exercer o cargo comissionado de Assessor Jurídico, a partir de 1° de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 2 de janeiro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 0467/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DO BANCO DO BRASIL S.A.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR o Servidor Municipal ROBERTO BUSCIOLI GRUNOV – Coordenador de Tecnologia da Informação, a fazer uso do Sistema Informatizado do Banco do Brasil S.A. em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – CNPJ N° 15.024.037/0001-27, para o fim específico de realizar os seguintes procedimentos:

I- Emitir cheques;

II- Solicitar saldos e extratos;

III- Requisitar Talonários de cheque;

IV- Efetuar pagamentos por meio eletrônico;

V- Efetuar transferências por meio eletrônico;

VI- Efetuar movimentação financeira;

VII- Consultar contas/aplic. programadas;

VIII- Liberar arquivos de pagamentos;

IX- Solicitar saldos/extratos de investimentos;

X- Solicitar saldos/extratos de operações financeiras;

XI- Emitir comprovantes; e

XII- Efetuar transferência p/ mesma titularidade.

Parágrafo Único - As operações descritas no caput deverão ser conferidas, obrigatoriamente, pelo(a) Secretário(a) Municipal de Finanças e confirmadas, obrigatoriamente, pelo(a) Prefeito(a) Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

São José do Rio Claro/MT, 2 de janeiro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 044/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DO BANCO DO BRASIL S.A.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR a Servidora Municipal MARCIELE APARECIDA MORALES – Coordenadora, a fazer uso do Sistema Informatizado do Banco do Brasil S.A. em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – CNPJ N° 15.024.037/0001-27, para o fim específico de realizar os seguintes procedimentos:

I- Emitir cheques;

II- Solicitar saldos e extratos;

III- Requisitar Talonários de cheque;

IV- Efetuar pagamentos por meio eletrônico;

V- Efetuar transferências por meio eletrônico;

VI- Efetuar movimentação financeira;

VII- Consultar contas/aplic. programadas;

VIII- Liberar arquivos de pagamentos;

IX- Solicitar saldos/extratos de investimentos;

X- Solicitar saldos/extratos de operações financeiras;

XI- Emitir comprovantes; e

XII- Efetuar transferência p/ mesma titularidade.

Parágrafo Único - As operações descritas no caput deverão ser conferidas, obrigatoriamente, pelo(a) Secretário(a) Municipal de Finanças e confirmadas, obrigatoriamente, pelo(a) Prefeito(a) Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

São José do Rio Claro/MT, 2 de janeiro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 045/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DO BANCO DO BRASIL S.A.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR o Servidor Municipal ROBERTO BUSCIOLI GRUNOV – Coordenador de Tecnologia da Informação, a fazer uso do Sistema Informatizado do Banco do Brasil S.A. em nome do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNPJ N° 01.270.923/0001-26, para o fim específico de realizar os seguintes procedimentos:

I- Emitir cheques;

II- Solicitar saldos e extratos;

III- Requisitar Talonários de cheque;

IV- Efetuar pagamentos por meio eletrônico;

V- Efetuar transferências por meio eletrônico;

VI- Efetuar movimentação financeira;

VII- Consultar contas/aplic. programadas;

VIII- Liberar arquivos de pagamentos;

IX- Solicitar saldos/extratos de investimentos;

X- Solicitar saldos/extratos de operações financeiras;

XI- Emitir comprovantes; e

XII- Efetuar transferência p/ mesma titularidade.

Parágrafo Único - As operações descritas no caput deverão ser conferidas, obrigatoriamente, pelo(a) Secretário(a) Municipal de Finanças e confirmadas, obrigatoriamente, pelo(a) Prefeito(a) Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

São José do Rio Claro/MT, 2 de janeiro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 046/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DO BANCO DO BRASIL S.A.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR o Servidor Municipal ROBERTO BUSCIOLI GRUNOV – Coordenador de Tecnologia da Informação, a fazer uso do Sistema Informatizado do Banco do Brasil S.A. em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ N° 12.271.662/0001-85, para o fim específico de realizar os seguintes procedimentos:

I- Emitir cheques;

II- Solicitar saldos e extratos;

III- Requisitar Talonários de cheque;

IV- Efetuar pagamentos por meio eletrônico;

V- Efetuar transferências por meio eletrônico;

VI- Efetuar movimentação financeira;

VII- Consultar contas/aplic. programadas;

VIII- Liberar arquivos de pagamentos;

IX- Solicitar saldos/extratos de investimentos;

X- Solicitar saldos/extratos de operações financeiras;

XI- Emitir comprovantes; e

XII- Efetuar transferência p/ mesma titularidade.

Parágrafo Único - As operações descritas no caput deverão ser conferidas, obrigatoriamente, pelo(a) Secretário(a) Municipal de Finanças e confirmadas, obrigatoriamente, pelo(a) Prefeito(a) Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

São José do Rio Claro/MT, 2 de janeiro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 043/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DO BANCO DO BRASIL S.A.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR a Servidora Municipal MARCIELE APARECIDA MORALES – Coordenadora, a fazer uso do Sistema Informatizado do Banco do Brasil S.A. em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ N° 12.271.662/0001-85, para o fim específico de realizar os seguintes procedimentos:

I- Emitir cheques;

II- Solicitar saldos e extratos;

III- Requisitar Talonários de cheque;

IV- Efetuar pagamentos por meio eletrônico;

V- Efetuar transferências por meio eletrônico;

VI- Efetuar movimentação financeira;

VII- Consultar contas/aplic. programadas;

VIII- Liberar arquivos de pagamentos;

IX- Solicitar saldos/extratos de investimentos;

X- Solicitar saldos/extratos de operações financeiras;

XI- Emitir comprovantes; e

XII- Efetuar transferência p/ mesma titularidade.

Parágrafo Único - As operações descritas no caput deverão ser conferidas, obrigatoriamente, pelo(a) Secretário(a) Municipal de Finanças e confirmadas, obrigatoriamente, pelo(a) Prefeito(a) Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

São José do Rio Claro/MT, 2 de janeiro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 042/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DO BANCO DO BRASIL S.A.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR a Servidora Municipal MARCIELE APARECIDA MORALES – Coordenadora, a fazer uso do Sistema Informatizado do Banco do Brasil S.A. em nome do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNPJ N° 01.270.923/0001-26, para o fim específico de realizar os seguintes procedimentos:

I- Emitir cheques;

II- Solicitar saldos e extratos;

III- Requisitar Talonários de cheque;

IV- Efetuar pagamentos por meio eletrônico;

V- Efetuar transferências por meio eletrônico;

VI- Efetuar movimentação financeira;

VII- Consultar contas/aplic. programadas;

VIII- Liberar arquivos de pagamentos;

IX- Solicitar saldos/extratos de investimentos;

X- Solicitar saldos/extratos de operações financeiras;

XI- Emitir comprovantes; e

XII- Efetuar transferência p/ mesma titularidade.

Parágrafo Único - As operações descritas no caput deverão ser conferidas, obrigatoriamente, pelo(a) Secretário(a) Municipal de Finanças e confirmadas, obrigatoriamente, pelo(a) Prefeito(a) Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

São José do Rio Claro/MT, 2 de janeiro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

DECRETO Nº 016/2017.

DECRETO Nº 016/2017.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 02 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerada a Senhora **MARIA APARECIDA ALVES,** do cargo em Comissão de Diretora da Escola Municipal Maria Marlene de Morais, de prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo.

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

PORTARIA Nº 010/2017

PORTARIA Nº 010/2017

DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições em conformidade com a legislação em vigor, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1º- Fica nomeada a COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO, da Prefeitura Municipal de São José do Xingu/MT, que será composta pelos seguintes membros:

PRESIDENTE – Fernanda Alves Bezerra

SECRETÁRIA- Aline Michelly Leoncini Vieira

MEMBRO- Marcos Rogerio Pereira Nunes

SUPLENTE- Wanderson Adorno Bento

Art. 2º - Os membros nomeados no artigo anterior integrarão a Comissão durante o Exercício de 2017.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registra-se publique-se Cumpra-se

PORTARIA Nº 008/2017

PORTARIA Nº 008/2017

DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO DO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, E DA SUA EQUIPE DE APOIO NOS TERMOS DO DECRETO Nº 045/2007.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais de acordo com as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 045, de 02 de maio de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à substituição de membro da equipe de apoio do pregoeiro o servidor,Aloizio Rodrigues da Silva, pela servidora pública municipal**,** Fernanda Alves Bezerra conforme a Portaria 024/2016,para exercer a função como membro da equipe de Pregoeiro do município de São José do Xingu - MT, nos termos da Lei Federal n° 10.520/2002 e do Decreto n° 045/2007.

Art. 2º O servidor Marcos Rogério Pereira Nunes que exerce a função de pregoeiro do município de São Jose do Xingu-MT, nos te nos termos da Lei Federal n° 10.520/2002 e do Decreto n° 045/2007

Art. 3º - Compete ao Pregoeiro, entre outros, as seguintes atividades:

I – Coordenar os trabalhos da equipe de apoio e conduzir todos os procedimentos licitatórios na modalidade de Pregão;

II – Credenciar os interessados mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para a formulação de propostas e dos demais atos inerentes ao certame;

II – receber a declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes de propostas de preços e dos envelopes de documentos de habilitação;

IV – Promover a abertura dos envelopes de propostas de preços, analisar e desclassificar as propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazo e condições fixados no edital;

V – Selecionar e ordenar as propostas de preços não desclassificados, observando o disposto nos inícios VIII e IX do Art. 4° da Lei Federal n° 10. 5020/02;

VI – Classificar as ofertas depois de conjugados, as propostas e os lances, e decidir motivadamente a respeito da aceitabilidade do menor preço;

VII – Promover a negociação do preço com vistas à sua redução;

VIII – Analisar os documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço;

IX – Adjudicar o objetivo ao licitante vencedor se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante, nos termos do inciso XVII, do art. 12 do Decreto n° 045/07;

X – Elaborar a ata da sessão pública, que contará sem prejuízo de outros elementos, o registro:

a) Do credenciamento dos representantes dos proponentes presentes na sessão;

b) Das propostas apresentadas, dos desclassificados e dos selecionados para a etapa de lances;

c) Dos lances da classificação das ofertas;

d) Da decisão a respeito da aceitabilidade do menor preço;

e) Da negociação de preço;

f) Da análise dos documentos de habilitação;

g) Da manifestação da intenção do licitante interessado em recorrer, se houver, com a correspondente motivação;

XI – Encaminhar o processo devidamente instruído após a sua adjudicação à autoridade competente, visando à homologação do certame e à contratação;

XII – Propor a revogação ou anulação do processo licitatório à autoridade competente, quando necessário.

Art. 4° - Fica instituída e nomeada a Equipe de Apoio do Pregoeiro, para examinar e conferir as informações da situação contábil, financeira, patrimonial, e estrutural dos licitantes, visando garantir a validade dos documentos recebidos nos certames licitatórios.

Parágrafo Único – A Equipe de Apoio do Pregoeiro de que trata o caput será composta pelos servidores: Fernanda Alves Bezerra **e** Wanderson Adorno Bentoe suplente Aline Michelly Leoncini Vieira.

Art. 5° As atribuições da Equipe de Apoio do Pregoeiro são as seguintes:

I – Auxiliar o Pregoeiro nas análises de encaminhamento dos processos dos internos e externos do Pregão;

II – Auxiliar o Pregoeiro nas fases de abertura, julgamento e encerramento das sessões públicas do pregão;

III – Auxiliar nos serviços inerentes aos recursos interpostos;

IV – Exercer outras atividades sob a orientação do Pregoeiro.

Art. 6° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se Publique-se Cumpra-se

PORTARIA Nº 007/2017

PORTARIA Nº 007/2017

DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO.”

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear como preposto o Sr. Adenir Vieira Leme, CPF:000.181.941-09 e RG: 1437927 SSP/MT, Gestor da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Decreto 009/2017, para movimentar recursos oriundos a Saúde de Programas e Serviços, Apoio a Gestão da modalidade Fundo a Fundo, junto ao Banco do Brasil ou quaisquer outros recursos disponíveis a Saúde do município de São Jose do Xingu-MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registra-se publique-se Cumpra-se

PORTARIA Nº 006/2017

PORTARIA Nº 006/2017

DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO.”

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear como preposto o Sr. José Pereira da Costa, CPF: 147.787.261-20 e RG 1.226.925 SSP/GO, lotado na Secretaria Municipal de Finanças no cargo de Tesoureiro, conforme Decreto 011/2017, para movimentar recursos destinados ao município de São Jose do Xingu-MT, junto ao Banco do Brasil S/A, agencia 1135-5.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registra-se publique-se Cumpra-se

PORTARIA Nº 004/2017

PORTARIA Nº 004/2017

DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE RETORNO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 77 do estatuto dos Servidores em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Retorna da Licença Particular o Servidor Público Municipal o Sr. HENILDO PEREIRA GUIMARÃES, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura/Obras no cargo efetivo de Guarda, no município de São Jose do Xingu – MT, por término do período no dia 02 de janeiro de 2017.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

PORTARIA Nº 002/2017

PORTARIA Nº 002/2017

DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO.”

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear como preposto a Sra. Daianne Alves de Jesus, CPF: 034. 962.231-03 e RG: 233.3298 SSP/MT, Gestora da Secretaria Municipal de Gestão Social, para movimentar recursos oriundos a Assistência Social, Programas e Serviços, Apoio a Gestão da modalidade Fundo a Fundo, junto ao Banco do Brasil ou quaisquer outros recursos disponíveis a Assistência Social do município de São Jose do Xingu-MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registra-se publique-se Cumpra-se

PORTARIA Nº 001/2017

PORTARIA Nº 001/2017

DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 104, § 1º E 2º, do estatuto dos Servidores em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido Licença Premio a Servidora, DAURA SOUSA COSTA, lotado na Secretaria Municipal de Educação, exercendo o cargo de Agente Administrativo no município de São Jose do Xingu – MT, no período de 02/01/2017 a 02/02/2017, conforme requerimento em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

DECRETO Nº 017/2017

DECRETO Nº 017/2017.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 02 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora, **KARINA BARBOSA SIMÃO BARROS,** no cargo em Comissão de Diretora Escolar da Escola Municipal Maria Marlene de Morais, junto a Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o vencimento de efetivo, e conforme o artigo 53º do Plano de Cargos e Carreiras ser lhe á atribuído:

Art. 53.O percentual que incidirá sobre o subsídio base do cargo efetivo, sendo da seguinte forma:a) de Diretor de Unidade Escolar, será de 75% (setenta e cinco por cento);

Parágrafo único. Ao Profissional da Educação Básica no exercício da função de Diretor de Unidade Escolar, Coordenador Escolar e Secretário Escolar, será atribuído o regime de trabalho de dedicação exclusiva, com impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo.

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

DECRETO Nº 016/2017

DECRETO Nº 016/2017.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 02 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerada a Senhora **LAIZE KÉVENY DE OLIVEIRA MOTA,** do cargo em Comissão de Secretária do Gabinete da Prefeita, de prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo.

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

DECRETO Nº 015/2017.

DECRETO Nº 015/2017.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 02 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora, **LAIZE KEVENY DE OLIVEIRA MOTA,** no cargo em Comissão de Dirigente de Setor, junto a Secretaria Municipal de Gestão Social, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R$ 1. 187,30(Hum mil cento e oitenta e sete reais e trinta centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 02 de janeirode 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo.

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

DECRETO Nº 014/2017

DECRETO Nº 014/2017.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 02 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerada a Senhora **LAIZE KÉVENY DE OLIVEIRA MOTA,** do cargo em Comissão de Secretária do Gabinete da Prefeita, de prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo.

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

DECRETO Nº 008/2017

DECRETO Nº 008/2017.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 02 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor, **RODRIGO MEDEIROS DA SILVA,** no cargo em Comissão de Diretor de Departamento da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer,para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R$ 1. 855,15 (hum mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e quinze centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 02 de janeirode 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo.

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

DECRETO Nº 007/2017

DECRETO Nº 007/2017.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 02 DE JANEIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora **CLENI MARIA ABREU DA SILVA**, no cargo em Comissão de Coordenadora Escolar da escola Municipal Maria Marlene de Morais, junto a Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o vencimento de efetivo, e conforme o artigo 53º do Plano de Cargos e Carreiras ser lhe á atribuído:

a) Coordenador Escolar será de 40% (quarenta por cento).

Parágrafo único. Ao Profissional da Educação Básica no exercício da função de Diretor de Unidade Escolar, Coordenador Escolar e Secretário Escolar, será atribuído o regime de trabalho de dedicação exclusiva, com impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 02 de janeirode 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo.

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-s e Cumpra-se

DECRETO Nº 006/2017

DECRETO Nº 006/2017.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 02 DE JANEIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora **CLEUSA RODRIGUES DA SILVA ARAGÃO**, no cargo em Comissão de Coordenadora Escolar da escola Municipal Maria Marlene de morais, junto a Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o vencimento de efetivo, e conforme o artigo 53º do Plano de Cargos e Carreiras ser lhe á atribuído:

a) Coordenador Escolar será de 40% (quarenta por cento).

Parágrafo único. Ao Profissional da Educação Básica no exercício da função de Diretor de Unidade Escolar, Coordenador Escolar e Secretário Escolar, será atribuído o regime de trabalho de dedicação exclusiva, com impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 02 de janeirode 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo.

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-s e Cumpra-se

DECRETO Nº 004/2017.

DECRETO Nº 004/2017.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 02 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora, **LUCIANA MARIA LEANDRO,** no cargo em Comissão de Secretária Municipal de Educação, junto a Secretaria Mu-

nicipal de Educação, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R$ 4. 903,17 (Quatro mil e novecentos e três reais e dezessete centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 02 de janeirode 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo.

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

DECRETO Nº 003/2017.

DECRETO Nº 003/2017.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 02 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor, **LUDIO SOUSA BARROS,** no cargo em Comissão de Secretário Municipal de Infraestrutura/Obras, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura/Obras, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R$ 4. 903,17 (Quatro mil e novecentos e três reais e dezessete centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 02 de janeirode 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo.

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

DECRETO Nº 001/2017.

DECRETO Nº 001/2017.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 02 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor, **AGEU OLIVEIRA BRAGA,** no cargo em Comissão de Secretário Municipal de Administração, junto a Secretaria Municipal de Administração, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R$ 4. 903,17 (Quatro mil e novecentos e três reais e dezessete centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 02 de janeirode 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo.

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se**DECRETO Nº 001/2017.**

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 02 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor, **AGEU OLIVEIRA BRAGA,** no cargo em Comissão de Secretário Municipal de Administração, junto a Secretaria Municipal de Administração, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R$ 4. 903,17 (Quatro mil e novecentos e três reais e dezessete centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 02 de janeirode 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo.

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 045 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferi das no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO o Senhor ADMILSON LOPES DA SILVA, portador do RG nº 1191754-7-SSP/MT e do CPF nº 829.885.441-15, fazendo jus aos vencimentos do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 06 DE JANEIRO DE 2017

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREVIQUAM
EXTRATO DE CONTRATO - PREVIQUAM

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 003/2016 – PREVIQUAM

CONTRATANTE: PREVIQUAM – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

CONTRATADO: I. F. GARCIA E CIA LTDA.

VIGENCIA : 01/01/2017 a 31/12/2017

DOTAÇÃO: Dotação Orçamentária do Orçamento Programado do

Exercício de 2017.

OBJETO DA LICITAÇÃO:

I- Aditar a clausula Segunda do Objeto do contrato que permanece sem alteração. **II-** Aditar a clausula Terceira do inicio e duração do Contrato, passando a ter vigência de 01/01/2017 a 31/12/2017. **III-** Aditar a clausula Quinta do valor, permanecendo o valor de R$ 18.999.96 (Dezoito mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos) sendo pago em 12 (Doze) parcelas de R$ 1.583,33 (Hum mil, quinhentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos) mensais, a serem pagos conforme os serviços prestados.

O presente Termo tem fundamento legal conforme legislação municipal nº 1.579 de 18 de Março de 2015 e suas posteriores atualizações.

Obs: Correção do extrato publicado em 06/01/2017, Pg. 318 do diáriomunicipal.org/mt/amm

FORO: São José dos Quatro Marcos – MT .

PREVIQUAM
EXTRATO DE CONTRATO - PREVIQUAM

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Segundo Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 009/2015 – PREVIQUAM

CONTRATANTE: PREVIQUAM – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

CONTRATADO: JUSSEMAR REBULI PINTO - ME

VIGENCIA : 01/01/2017 a 31/12/2017

DOTAÇÃO: Dotação Orçamentária do Orçamento Programado do

Exercício de 2017.

OBJETO DA LICITAÇÃO:

I- Aditar a clausula Quinta do objeto e valor, reajustando o valor para R$ 27.358,56 (Vinte e Sete Mil, Trezentos e Cinquenta e Oito Reais e Cinquenta e Seis Centavos) sendo pago em 12 (Doze) parcelas mensais de R$ 2.279,88 (Dois Mil, Duzentos e Setenta e Nove Reais e Oitenta e Oito Centavos), a serem pagos conforme os serviços prestados.

O presente Termo tem fundamento legal no inciso II Artigo 57 da Lei n. 8. 666/93.

Obs: Correção do extrato publicado em 06/01/2017, Pg. 311 do diáriomunicipal.org/mt/amm

FORO= São José dos Quatro Marcos – MT .

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 004/2016 – PREVIQUAM

CONTRATANTE: PREVIQUAM – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

CONTRATADO: JUSSEMAR REBULI PINTO - ME

VIGENCIA : 01/01/2017 a 31/12/2017

DOTAÇÃO: Dotação Orçamentária do Orçamento Programado do

Exercício de 2017.

OBJETO DA LICITAÇÃO:

I- Aditar a clausula Segunda do Objeto do contrato que permanece sem alteração. **II-** Aditar a clausula Sétima do inicio e duração do Contrato, passando a ter vigência de 01/01/2017 a 31/12/2017. **III-** Aditar a clausula Oitava do valor, permanecendo o valor de R$ 10.200,00 (Dez mil e Duzentos Reais) sendo pagos em 12 (Doze) Parcelas de R$ 850,00 (Oitocentos e Cinquenta Reais) mensais, a serem pagos conforme os serviços prestados.

O presente Termo tem fundamento legal no inciso II Artigo 57 da Lei n. 8. 666/93.

Obs: Correção do extrato publicado em 06/01/2017, Pg. 312 do diáriomunicipal.org/mt/amm

FORO= São José dos Quatro Marcos – MT .

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 043 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME 2015/2025, DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação – PME 2015/2025, da rede municipal de Educação, para atuar no levantamento e na sistematização de todos os dados e informações referentes ao Plano Municipal de Educação.

Art. 2º - A Equipe Técnica será coordenada pela titular da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **MARIA APARECIDA ALVES DE ALMEIDA RÉZIO** – Dirigente Municipal de Educação; e terá a seguinte composição:

1. Poder Executivo:

- Emerson Souza Miler

2. Secretaria Municipal de Educação:

- Milts de Souza Ladeia

- José Charupá Gomes

- Marcia Aparecida Teodoro de Almeida Brambilla

- Maria José de Oliveira Silva

3. Câmara Municipal:

- James Silva Bolandin

4. Representante da Rede Municipal de Ensino:

- Marta Luciene Gomes Cassemiro

- Lucilandes Correa de Lacerda

5. Representantes da Rede Estadual de Ensino:

- Moacir Carlos Olivo

- Valter Araújo Pereira

6. Representante da Educação Superior:

- Giovani Spinola De Carvalho

- Juliana Perini Cumini

Art. 3º - A Equipe Local terá por atribuições:

I – Avaliar e acompanhar o cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação;

II – Analisar a implementação das estratégias definidas no Plano Municipal de Educação;

III – Monitorar a execução das metas e estratégias definidas no Plano Municipal de Educação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA. PUBLICADA. CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 06 DE JANEIRO DE 2017

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO CONTRATO nº 09/2015

Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2015

Objeto: A prorrogação da vigência execução do contrato

Prorrogação: até 31/12/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

Contratada: **MARCOS ANTONIO ALVES 03319427121**,

Data Aditivo: 26 de Dezembro de 2016.

Amparo Legal: art. 65, inciso I, da Lei nº 8.666/93

REAVISO DE LICITAÇÃO

REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2016

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** , **POR ITEM** tendo por objeto: "**Registro de Preço para aquisições de Equipamentos e Materiais Permanentes para Unidade de Saúde Damião José Ferbonio e Unidade de Saúde da Família Wilma Alves Pimenta Figueiredo**", nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia 31 de Janeiro 2017 – 09:00 h -MT**.** Os interessados poderão obter o Edital completo na Prefeitura, à Rua Rui Barbosa, n.º 335, das 13:00 às 18:00 horas ou pelo site WWW.saopedrodacipa.mt.gov.br . Informações: tel. (66)3418-1500. São Pedro da Cipa, 06 de Janeiro de 2017.

Fabiana N. Ruiz Silva

Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2016

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada:A. ALVES GODINHO NETO EIR**.**

Objeto: "Contratação de empresa para Organização e execução do evento referente as festividades de emancipação política do Município de São Pedro da Cipa/MT

Prazo: 30 de Janeiro de 2017

VALOR:R$ 56.410,00 (cinqüenta e seis mil quatrocentos e dez reais).

ASSINATURA:16 de dezembro de 2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2016

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada:A. ALVES GODINHO NETO EIR**.**

Objeto: "Contratação da empresa A ALVES GODINHO NETO EIRELLI ME, para realização de shows artísticos durante as festividades de emancipação política do Município de São Pedro da Cipa/MT nos dias 19 e 20, com apresentação do show nacional Felipe e Ferrari e a banda Pimenta na calcinha

Prazo: 60 (sessenta) dias

VALOR:R$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais).

ASSINATURA:16 de dezembro de 2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2016

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada:A. ALVES GODINHO NETO EIR**.**

Objeto: "Contratação de empresa para Organização e execução do evento referente as festividades do fim de ano dias 30 e 31 de dezembro de 2016 no Município de São Pedro da Cipa,

Prazo: 30 de Janeiro de 2017

VALOR:50.200,00 (cinqüenta mil, duzentos reais).

ASSINATURA:29 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2016 Contratante: Prefeitura Municipal de Sinop **Contratada:** Águia Engenharia Ltda - EPP, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o número: 20.777.869/0001-54 **Objeto:** Reformulação da planilha orçamentária com conseqüente acréscimo de valor ao contrato nº 022/2016, que tem como objeto a *"Contratação de empresa especializada para Construção da Creche Municipal de Educação Infantil, destinada ao Bairro Jardim das Nações em Sinop/MT",* em conformidade com a Concorrência Pública nº. 002/2016. **Valor Acrescido:** R$ 399.592,48 (trezentos e noventa e nove mil quinhentos e noventa dois reais e quarenta e oito centavos**). Data da Assinatura:** 07/12/2016 **Responsável Jurídico:** Gisely Marengoni AOB/MT nº. 14585 **Signatários:** Raphael Hauari Maciel, pela contratada e Juarez Alves da Costa, pela contratante.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2016 Contratante: Prefeitura Municipal de Sinop **Contratada:** Hábil Construtora Ltda-Epp, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o número: 25.541.631/0001/01 **Objeto:** Reformulação da planilha orçamentária com conseqüente acréscimo de valor ao contrato nº 038/2016, que tem como objeto a*"Contratação de empresa especializada para Construção da Creche Municipal de Educação Infantil, no Bairro Sebastião de Matos em Sinop/MT",*em conformidade com a Concorrência Pública nº. 003/2016. **Valor Acrescido:** R$ 410.875,52 (quatrocentos e dez mil oitocentos e setenta e cinco reais e cinqüenta e dois centavos).**Data da Assinatura:** 07/12/2016 **Responsável Jurídico: Gisely Marengoni AOB/MT nº. 14585 Signatários: Eraldo Titico da Silva, pela contratada e Juarez Alves da Costa, pela contratante.**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2016 Contratante: Prefeitura Municipal de Sinop **Contratada:** Hábil Construtora Ltda-Epp, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o número: 25.541.631/0001/01 **Objeto:** Reformulação da planilha orçamentária com conseqüente acréscimo de valor ao contrato nº 039/2016, que tem como objeto a*"Contratação de empresa especializada para Construção da Creche Municipal de Educação Infantil, no Bairro Jardim Jacarandas em Sinop/MT",*em conformidade com a Concorrência Pública nº. 004/2016. **Valor Acrescido:** R$ 411.859,31 (quatrocentos e onze mil oitocentos e cinqüenta e nove reais e trinta e um centavos). **Data da Assinatura:** 07/12/2016 **Responsável Jurídico: Gisely Marengoni AOB/MT nº. 14585 Signatários: Eraldo Titico da Silva, pela contratada e Juarez Alves da Costa, pela contratante.**

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2016 Contratante: Prefeitura Municipal de Sinop **Contratada:** Águia Engenharia Ltda - EPP, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o número: 20.777.869/0001-54 **Objeto:** Prorrogar o prazo de execução e o de vigência do contrato 040/2016, que tem como objeto a *"Contratação de empresa especializada para execução de obra de Construção da Academia de Saúde na Praça P - 18, na Cidade de Sinop/MT"*, em conformidade com a Tomada de Preço nº. 001/2016. **Prazo de Vigência:** por mais 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com início em 04/02/2017 e término em 02/08/2017. **Prazo de Execução:** por mais 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, com início em 06/12/2016 e término em 19/01/2017. **Data da Assinatura:** 05/12/2016 **Responsável**

Jurídico: Gilberto Juths Rissato AOB/MT nº. 5147B **Signatários:** Raphael Hauari Maciel, pela contratada e Juarez Alves da Costa, pela contratante.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2016 Contratante: Prefeitura Municipal de Sinop **Contratada:** Acto Arquitetura Construção e Urbanismo Ltda., pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o número: 11.341.662/00001-41 **Objeto:** Prorrogar o prazo de execução do contrato 034/2016, que tem como objeto *a "Contratação de Empresa especializada para execução da reforma na cobertura e adequação na Escola Municipal de Educação Básica Sadao Watanabe, na cidade de Sinop/MT",* em conformidade com a Tomada de Preço nº. 002/2016. **Prazo de Execução**: por mais 40 (quarenta) dias consecutivos, com início em 14/12/2016 e término em 23/01/2017 **Data da Assinatura:** 09/12/2016 **Responsável Jurídico:** Gilberto Juths Rissato AOB/MT nº. 5147B. **Signatários:** Wagner Nogueira Gomes, pela contratada e Juarez Alves da Costa, pela contratante.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2016 Contratante: Prefeitura Municipal de Sinop **Contratada:** Acto Arquitetura Construção e Urbanismo Ltda., pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o número: 11.341.662/00001-41 **Objeto:** Acréscimo de quantitativo e valores, pela reformulação da planilha orçamentária ao contrato 034/2016, que tem como objeto *a "Contratação de Empresa especializada para execução da reforma na cobertura e adequação na Escola Municipal de Educação Básica Sadao Watanabe, na cidade de Sinop/MT", em conformidade com a Tomada de Preço nº. 002/2016.* **Valor Acrescido:** R$ 191.079,11 (cento e noventa e um mil setenta e nove reais e onze centavos). **Data da Assinatura:** 09/12/2016 **Responsável Jurídico:** Gilberto Juths Rissato AOB/MT nº. 5147B. **Signatários:** Wagner Nogueira Gomes, pela contratada e Juarez Alves da Costa, pela contratante.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2016 Contratante: Prefeitura Municipal de Sinop **Contratada:** Construtora Rocha Ltda., pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o número: 06.105.049/0001-95 **Objeto:** Alteração do Preâmbulo ao contrato 004/2016 que como objeto *a "Contratação de empresa especializada em Obras e Serviços de Engenharia para Construção de um Ginásio de Esporte e Pista de Atletismo – CIE "R40" MOD. 03 – Quadras Reversíveis – Centro de Iniciação ao Esporte, no Residencial Sabrina Sinop/MT",* em conformidade com a Concorrência Pública 005/2015. **Alteração do Preâmbulo: Altera-se o preâmbulo do contratado, conforme a 10º (décima), alteração contratual da sociedade Construtora Rocha Ltda. A partir de então a empresa passa de CONSTRUTORA ROCHA LTDA para CONSTRUTORA ROCHA EIRELI. Data da Assinatura:** 09/12/2016 **Responsável Jurídico:** Gilberto Juths Rissato AOB/MT nº. 5147B. **Signatários:** Clarice Maria da Rocha, pela contratada e Juarez Alves da Costa, pela contratante.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2016 Contratante: Prefeitura Municipal de Sinop **Contratada:** Construtora Rocha Ltda., pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o número: 06.105.049/0001-95 **Objeto:** Alteração do Preâmbulo ao contrato 037/2016 que como objeto *a "Contratação de empresa especializada para Construção da Quadra Poliesportiva Coberta com Vestiário, Destinada a Escola Municipal de Educação Básica Belo Ramo, em Sinop/MT",* em conformidade com a Concorrência Pública nº. 008/2016. **Alteração do Preâmbulo:** Altera-se o preâmbulo do contratado, conforme a 10º (décima), alteração contratual da sociedade Construtora Rocha Ltda. A partir de então a empresa passa de CONSTRUTORA ROCHA LTDA para CONSTRUTORA ROCHA EIRELI. **Data da Assinatura:** 09/12/2016 **Responsável Jurídico:** Gilberto Juths Rissato AOB/MT nº. 5147B. **Signatários:** Clarice Maria da Rocha, pela contratada e Juarez Alves da Costa, pela contratante.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2016 Contratante: Prefeitura Municipal de Sinop **Contratada:** Construtora Rocha Ltda., pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o número: 06.105.049/0001-95 **Objeto:** Alteração do Preâmbulo ao contrato 053/2016 que como objeto *a "Contratação de empresa especializada para Construção da Quadra Poliesportiva Coberta com Vestiário, Destinada a Escola Municipal de Educação Básica Vereador Valter Kunze, em Sinop/MT",* em conformidade com a Concorrência Pública nº. 009/2016**Alteração do Preâmbulo:** Altera-se o preâmbulo do contratado, conforme a 10º (décima), alteração contratual da sociedade Construtora Rocha Ltda. A partir de então a empresa passa de CONSTRUTORA ROCHA LTDA para CONSTRUTORA ROCHA EIRELI. **Data da Assinatura:** 09/12/2016 **Responsável Jurídico:** Gilberto Juths Rissato AOB/MT nº. 5147B. **Signatários:** Clarice Maria da Rocha, pela contratada e Juarez Alves da Costa, pela contratante.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2016 Contratante: Prefeitura Municipal de Sinop **Contratada:** Construtora Rocha Ltda., pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o número: 06.105.049/0001-95 **Objeto:** Alteração do Preâmbulo ao contrato 054/2016 que como objeto *a "Contratação de Empresa Especializada para Reforma da Sede da Defensoria Pública, localizada na Rua das Graviolas, Bairro Centro, Sinop/MT",* em conformidade com o Convite e Preço nº. 008/2016. **Alteração do Preâmbulo:** Altera-se o preâmbulo do contratado, conforme a 10º (décima), alteração contratual da sociedade Construtora Rocha Ltda. A partir de então a empresa passa de CONSTRUTORA ROCHA LTDA para CONSTRUTORA ROCHA EIRELI.**Data da Assinatura:** 13/12/2016 **Responsável Jurídico:** Gilberto Juths Rissato AOB/MT nº. 5147B. **Signatários:** Clarice Maria da Rocha, pela contratada e Juarez Alves da Costa, pela contratante.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2014 Contratante: Prefeitura Municipal de Sinop **Contratada:** ETC Empreendimentos e Tecnologia em Construções Ltda., pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o número: 03.193.191/0001-43 **Objeto:** Prorrogar o prazo de execução do contrato 061/2014, que tem como objeto a ***"****Contratação de empresa especializa em obras e serviços de engenharia para execução dos serviços necessários à pavimentação asfáltica, sinalização viária, ciclovia, passeio público com acessibilidade, drenagem de águas pluviais e sistema de esgotamento sanitário, contemplando fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e outros serviços afins e correlatos previsto em projeto, localização Jardim Europa, Jardim Vitória Régia, Jardim Imperial, Jardim das Violetas, Jardim das Oliveiras, Bairro Maria Carolina, Jardim Santa Rita, Jardim Novo Estado, Jardim dos Ipês, Residencial Daury Riva, Jardim das Orquídeas, Parque das Araras e Setor Industrial Norte, na Cidade de Sinop/MT",* em conformidade com a RDC nº. 001/2014. **Prazo de Execução:** por mais 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com início em 13/12/2016 e término em 10/06/2017. **Data da Assinatura:** 12/12/2016 **Responsável Jurídico:** Gilberto Juths Rissato AOB/MT nº. 5147B **Signatários:** Eduardo Naim Haddad, pela contratada e Juarez Alves da Costa, pela contratante.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 062/2016 Contratante: Prefeitura Municipal de Sinop **Contratada:** Construtora Tripolo Ltda, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o número: 04.879.275/0001-06 **Objeto:** Acréscimo de quantitativo e valor, pela ampliação dos logradouros abrangidos ao contrato nº 062/2016 que tem como objeto a *"Contratação de empresa especializada para restauração de pavimento com fornecimento e aplicação de lama asfáltica, na Av. dos Ingás, Av. das Itaúbas, Rua das Azaléias, Rua das Avencas, Rua das Linárias, Av. das Acácias, Rua das Angélicas, Rua das Rosas, Rua dos Papiros, Rua das Orquídeas, Rua das Colombinas, Rua das Ipoméias, Rua dos Cajueiros, Av. dos Tarumãs, Rua das Macieiras, Rua das Amendoeiras, Rua das Caviúnas, Rua dos Imbés, Rua dos Amapás, Rua das Hortências e Av. das Embaúbas",* em conformidade com a Tomada de Preço nº. 005/2016. **Valor Acrescido:** R$ 223.628,60 (duzentos e vinte e três mil, seiscentos e vinte e oito reais e sessenta centavos**). Data da Assinatura:** 16/12/2016 **Responsável Jurídico:** Gilberto Juths Rissato AOB/MT nº. 5147B **Signatários:** Fausto Presotto Bortolini, pela contratada e Juarez Alves da Costa, pela contratante.

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 066/2010 Contratante: Prefeitura Municipal de Sinop. **Contratada:**Cohidro Consultoria Estudos e Projetos Ltda, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o número: 40.175.044/0001-77 **Objeto:** Prorrogar o prazo de execução, do contrato nº 066/2010,

que tem como objeto a*"Contratação de empresa especializada para elaboração dos estudos de viabilidade técnico-econômica, estudos de impacto ambiental, projeto básico e obtenção da outorga de água e do certificado de avaliação da sustentabilidade da obra hídrica – CERTOH, referente ao projeto de irrigação Gleba Mercedes V - localizado no município de Sinop - MT",* em conformidade com a ConcorrênciaPública Nº 002/2010**. Prazo de Execução**: por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, com início em 14/01/2017 e término em 14/05/2017. **Data da Assinatura:** 16/12/2016 **Responsável Jurídico:** Gilberto Juths Rissato OAB/MT 5147-B **Signatários**: Wellington Coimbra Lou, pela contratada e Juarez Alves da Costa, pela contratante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO Nº 00184/2016

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO Nº 00184/2016 - REFERENTE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00184/2016 PUBLICADO EM 04.01.2017 NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS - EDIÇÃO Nº 2.639 PÁGINA 220 Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop.**

Contratado: **DERLI INES BIONDO LOPES DOS SANTOS**

Seletivo: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA**

Carga horária: **30 horas**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO Nº 142/2014 - REFERENTE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 142/2014.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop.**

Contratado: **LUCIA MARIA DA SILVA**

Seletivo: **003/2013**

Cargo: PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 horas semanais

Objeto: **A CONTRATANTE** rescindeeste Contrato Individual de Trabalho por Tempo Determinado, sem justa causa**, a partir do dia 22.12.2016, em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Valor bruto da Rescisão: **R$ 3.091,07**

Dotação:**11.0.20.0.0.12.365.0029.2065 - FUNDEB 60% - EDUCAÇÃO INFANTIL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura: **22 de Dezembro de 2016**

Signatários: **Prefeitura Municipal de Sinop – Juarez Alves da Costa Prefeito Municipal** e **LUCIA MARIA DA SILVA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SERRAPREV
PORTARIA N.º 01/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao servidor Sr. Valdeci de Oliveira Lima."

O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra/MT – SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o art. 3º, incisos I, II, III e Parágrafo único da Emenda Constitucional n.º 47/2005, c/c o Art. 95, incisos I, II, III e parágrafo único da Lei Municipal n.º 153 de 14 de abril de 2011, que rege a previdência do Município, Art. 179 da Lei Complementar n.º 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, Lei Complementar n. 163 de 16 de fevereiro de 2012, Lei Municipal nº.4.418 de 01 de julho de 2015 e Lei Municipal nº. 4.601, de 12 de maio de 2016 que dispõe sobre revisão geral anual dos servidores municipais do Poder Executivo Municipal;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, ao servidor Sr. **Valdeci de Oliveira Lima**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 0271338-1 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 206.327.031-72, servidor efetivo no cargo de Ajudante de Serviços Gerais, Classe "F", Nível "I", devidamente matriculado sob nº 000392, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, **com proventos integrais,** conforme processo administrativo do SERRAPREV, n.º 2016.04.00196**,** a partir da data de 02/01/2017,até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017,** revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 05 de janeiro de 2017.

HELITON LUIZ DE OLIVEIRA

Diretor Executivo do SERRAPREV

Homologo:

Prof.º FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 001/2017 PROCESSO SELETIVO 004/2016

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Prof. Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO a Classificação Preliminar e Convoca para Prova de Títulos dos cargos do Processo Seletivo nº 004/2016,** destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Administração.

1. Divulgar a Classificação Preliminar:

Cargo.:1006-INSTRUTOR DE OFICINA TECLADO, VIOLÃO E CORAL						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	2674	VOLMIR FAVETTI	24/03/1967	552783407 SSP-SP	72	CLASSIFICADO
2	4000	DIONE HERVERSON MENDES DOS SANTOS	24/09/1989	21767726 SSPMT	72	CLASSIFICADO
3	3392	WESLEY DE SOUSA ALVES	20/11/1996	2667119-0 SEJSP/MT	68	CLASSIFICADO
4	1096	JORGE RICARDO SANT ANNA FELIX	21/02/1987	2562746-5 SSPMT	64	CLASSIFICADO
5	4383	ADOLFO LUCAS AGENOR DOS SANTOS	31/08/1988	17660645 SSP	60	CLASSIFICADO
6	155	LENNON RICHARD RODRIGUES LEITE	28/03/1991	20885679 SSP	56	CLASSIFICADO
7	584	JEFFERSON VICENTE CORREA DE SOUSA	19/04/1991	1909353-5 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
8	2126	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS SOUZA	19/05/1965	861909 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
9	4107	LUCAS BARBOSA DE FREITAS	22/02/1996	24169609 SEJSP	52	CLASSIFICADO
10	3334	MAXWELL OLIVEIRA LIMA	19/08/1985	18543146 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
11	3794	GILSON LEITE	21/03/1989	1969 SSPSP	48	CLASSIFICADO
12	2590	VOLNEI BERNARDO NETO	02/07/1993	15418359 SSPMT	48	CLASSIFICADO
Cargo.:1007-INSTRUTOR DE OFICINA DE TEATRO						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	821	ADRIANE CRISTINA ROCHA	22/06/1977	24291781 SSP-MT	76	CLASSIFICADO
2	1313	STYVE MARTINS PEREIRA	11/05/1983	15842150 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
3	2265	EMERSON SILVA MATIOLEVITCZ	09/12/1989	18531083 SSP MT	40	CLASSIFICADO
4	3264	PAULO ROBERTO LOPES DA SILVA	10/05/1997	25325876 SESP MT	40	CLASSIFICADO
Cargo.:1008-INSTRUTOR DE OFICINA DE DANÇA						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	800	PAULA APARECIDA DA SILVA	26/08/1991	21181128 SSPMT	72	CLASSIFICADO
2	3643	DIJHONY PEREIRA MELO	23/08/1989	1855037-1 SSPMT	64	CLASSIFICADO
3	3868	FRANSINEY DEOCLIDES RIBEIRO DUARTE SOUZA	22/07/1993	2258068-9 SSPMT	60	CLASSIFICADO
4	1526	WELINGTON MACHADO RONDON	27/02/1992	2147798-1 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
5	3043	CLEVERSON MATHEUS FERREIRA PACHECO	31/01/1997	24069868 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
6	1693	JOAO PAULO AGOSTINHO DOS SANTOS	16/10/1991	16697103 SSPMT	48	CLASSIFICADO
7	4548	CARLA MICHELE APARECIDA DA SILVA	17/03/1993	17528682 SSP-MT	48	CLASSIFICADO
8	4501	EMERSON ROGERIO DA SILVA DE FIGUEIREDO	27/03/1987	20648740 SESP/MT	44	CLASSIFICADO
9	3846	JORDANA DOS SANTOS SILVA	06/03/1999	29329256 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
Cargo.:1009-INSTRUTOR DE DANÇA CLASSICA						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	1094	YANDRA MILLENA AMADO SOUSA	25/08/1998	2601310-0 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
2	2829	INGRID FREIRE REIS	06/09/1995	26475863 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
3	4077	LUANA LAURENTINO FLAUZINO	21/02/1998	2619612-3	60	CLASSIFICADO
Cargo.:1010-INSTRUTOR DE ARTES PLASTICAS, DESENHO E PINTURA						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	3654	MARLENE DA SILVA SANTANA	07/08/1964	10498419 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
2	884	ANTONIO LUCIMAR TEIXEIRA	19/03/1972	09191062	72	CLASSIFICADO
3	4317	REJANE DE SANTANA MELO	01/01/1978	1466856	64	CLASSIFICADO
4	1454	ROSIANE SANTANA DE ARRUDA	05/06/1990	24595152 SSP	52	CLASSIFICADO
5	3834	MICHELLI KOVALESKI MENEZES	21/10/1998	25929739 MT	52	CLASSIFICADO
Cargo:1011-INSTRUTOR DE ARTESANATO						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**

1	3335	BEATRIZ DE BARROS SCORPIONI	10/09/1983	13582135 SSPMT	64	CLASSIFICADO
2	3377	EUNICE REGAUER	22/07/1967	1831343 SSISC	60	CLASSIFICADO
3	1528	GEROLOMO PIETRO PEREIRA QUATRIN	17/06/1996	22718966 SSP	56	CLASSIFICADO
4	123	ROSANE FABRICIO DE BOLBA	08/03/1979	13355422 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
5	4688	MARIA DENISE PIRES GARCIA MAIA	23/02/1960	56290153x SP	48	CLASSIFICADO
6	4586	KATIUCIA APARECIDA DE SOUZA	15/09/1980	12600369 SEJSP	40	CLASSIFICADO

Cargo.:1053-INSTRUTOR DE OFICINA TECLADO, VIOLÃO E CORAL - ASSIST. SOCIAL

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	1205	RICHARD GUILHERME DE SOUZA GONÇALVES	08/12/1993	2486142-1 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
2	109	THAYSLLANE SCARLLET MORAIS DOS SANTOS	20/08/1992	033177120074 SSPMA	36	CLASSIFICADO

Cargo.:1055-INSTRUTOR DE ARTES PLASTICAS, DESENHO E PINTURA - ASSIST. SOCIAL

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	1366	ERICK LEMES PEREIRA	05/03/1998	25974203 SSPMT	48	CLASSIFICADO

Cargo.:1056-INSTRUTOR DE ARTESENATO 40 HORAS - ASSIST. SOCIAL

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	861	LUCIANA QUARESMA BARBOSA	08/08/1976	18581811 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
2	1017	ROZENI VALERIA DA SILVA	11/08/1976	10690905 SESP MT	44	CLASSIFICADO

Cargo.:469 -MECANICO CONTRATO

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	4613	NATAN LUIZ FLAUSINO	27/05/1998	27041506 SSPMT	80	CLASSIFICADO
2	635	EDMILSON PEREIRA DE SOUZA	01/05/1978	09414975 SSPMT	64	CLASSIFICADO
3	3863	DOUGLAS CAIEIRO	08/07/1983	15223027 SSP MT	64	CLASSIFICADO
4	2311	RENIVAN COSTA DE AMARAL	17/03/1988	18485545 SSP	64	CLASSIFICADO
5	3771	ALEXANDER SEVERINO DA SILVA	17/04/1982	14098601 SSP\MT	60	CLASSIFICADO
6	3887	SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS	13/08/1996	20720416 SSP MT	60	CLASSIFICADO
7	3663	JUSCELINO DOS SANTOS	24/07/1980	13147978 /MT SSP	56	CLASSIFICADO
8	2697	MARCELO FERREIRA	09/07/1982		48	CLASSIFICADO
9	4202	DIOGO VARGAS	01/11/1997	23071176 SSP/MT	48	CLASSIFICADO

Cargo.:570 -AJUDANTE DE SERV. GERAIS-INDIGENA

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	229	JOSIANE DOS SANTOS	08/10/1986	21391696 SSP/MT	76	CLASSIFICADO
2	532	GEOVANA SILVA ZOROMARA	17/10/1992	25385364 SSP/MT	76	CLASSIFICADO
3	3236	ANA LUCIA MAIZOKEMAIROCE	20/06/1980	1797216-7 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
4	816	WESLEY DIONATA PRATES DA SILVA	01/07/1990	21237883 MT	64	CLASSIFICADO
5	2854	ELISANDRA EZANAZOKERO	15/08/1996	2309887-2 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
6	848	CRISTINA BRITO MAIA	07/10/2016	30651212 SSSPMT	56	CLASSIFICADO
7	503	LUIZA ZEZOKEMAERO	29/07/1975	10423563 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
8	131	LUCIMARA OXONAZOKERO	25/08/1994	26655420 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
9	1748	ZILDA KEZOKAERO	07/05/1965	20683014 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
10	3209	LOZARIA ZENAIZOKAEROCE	25/10/1983	2212249-4 SSP/MT	44	CLASSIFICADO

Cargo.:573 -MOTORISTA-ZONA RURAL LEI 126/07 - PcDs

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	4482	DIDI BATISTA PEREIRA	17/04/1972	931746 SSP/MT	48	CLASSIFICADO

Cargo.:573 -MOTORISTA-ZONA RURAL LEI 126/07

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado

1	1640	AILSON DA SILVA SOUZA	15/03/1981	377938233	76	CLASSIFICADO
2	3091	MARCO DANIEL BENEDETTI	21/11/1963	15750420 SSP - SP	72	CLASSIFICADO
3	2336	PAULO DOS SANTOS	17/02/1976	09913360 SJ/ MT	72	CLASSIFICADO
4	4621	EVERALDO ALVES MOTA	09/07/1981	14567300 SSPMT	72	CLASSIFICADO
5	744	ANDRE DE OLIVEIRA E TURIBIO	19/06/1985	5120481 STTCI-IGO	72	CLASSIFICADO
6	2944	JONAS APARECIDO NINFA DE ARANTES	16/05/1986	17719291 SSP	72	CLASSIFICADO
7	3011	ADINALDO APOLINARIO PEREIRA	29/12/1988	20100310 SSP/ MT	72	CLASSIFICADO
8	3308	FELIPE PEREIRA DE BARROS	16/10/1990	210930-24 SSP/ MT	72	CLASSIFICADO
9	787	CLOVIS ALVES DOS SANTOS	04/10/1971	828974 SSPMT	68	CLASSIFICADO
10	2101	JAIR ENEDINO DA COSTA	13/03/1974	07587589 SSPMT	68	CLASSIFICADO
11	2272	GILVAN SOARES JUNIOR	02/01/1978	28864069-x SSP	68	CLASSIFICADO
12	3790	CLEITON ANTONIO DE CARVALHO	11/03/1981	13151835 SSP/ MT	68	CLASSIFICADO
13	1178	MARCOS ANTONIO RODRIGUES DE SOUZA	05/07/1985	17188369 SSP MT	68	CLASSIFICADO
14	4297	LEIDIMAR RICELI RODRIGUES	11/08/1986	15971481 SSPMT	68	CLASSIFICADO
15	1718	SÉRGIO QUIRINO DOS SANTOS NE-TO	07/10/1992	17004403 SSP	68	CLASSIFICADO
16	2431	CICERO INACIO DE SOUZA	09/03/1962	2935228 SSPMT	64	CLASSIFICADO
17	1762	PEDRO RENILDO ANTON	16/12/1962	98002129273 SSP	64	CLASSIFICADO
18	3248	EVAIR LUIZ DA SILVA	01/12/1971	7004079 SSPMT	64	CLASSIFICADO
19	376	WAGNER FURQUIM PEREIRA	21/03/1979	1032735-5 SJ - MT	64	CLASSIFICADO
20	420	DEUEL PEREIRA DA SILVA	27/05/1980	11745479 SSP MT	64	CLASSIFICADO
21	4319	CRISTIANO SABUGARIO FABRICIO	01/07/1980	14269031 SSP/ MT	64	CLASSIFICADO
22	2795	ELIEL JOSÉ THEODORO	08/07/1980	11913690 SSP	64	CLASSIFICADO
23	4002	PAULO JOSÉ DOS REIS	18/07/1981	15216276 SSP/ MT	64	CLASSIFICADO
24	2358	GILSON DA SILVA FERREIRA	12/04/1982	15487253 SSP-MT	64	CLASSIFICADO
25	1472	ADROALDO PIRES CARVALHO	28/04/1982	24948357 SEJSP/MT	64	CLASSIFICADO
26	2198	JAMES BATISTA RIBEIRO	01/10/1983	12651605 SS	64	CLASSIFICADO
27	4118	FERNANDO CIOSCIOLI	15/05/1985	14888980 SSP/ MT	64	CLASSIFICADO
28	280	MAURICIO DA SILVA	20/01/1987	162758645 SSP/ MT	64	CLASSIFICADO
29	2725	TIAGO MARINHO DA SILVA	14/08/1987	18090753 SSP MT	64	CLASSIFICADO
30	1519	RONALDO CORDEIRO DA SILVA	22/07/1988	00001076060 SESDC	64	CLASSIFICADO
31	706	VALDENIR DOS SANTOS	19/05/1961	225965 SSPMT	60	CLASSIFICADO
32	3060	NIVALDO QUIEREGATO	03/07/1963	16190904 SSPSP	60	CLASSIFICADO
33	3811	NILZETE GONÇALVES MARQUES	23/09/1965	16048334 SSP	60	CLASSIFICADO
34	3832	PAULO GILBERTO DE SOUZA	01/11/1966	421208 SSPMT	60	CLASSIFICADO
35	4045	ADAILTON ELEUTERIO DA SILVA	10/07/1972		60	CLASSIFICADO
36	2628	CARLOS AUGUSTO MIRANDA	29/01/1973	767864 SSPMT	60	CLASSIFICADO
37	2554	SIDENEY CUMIN	07/04/1976	66743039 SSP/ PR	60	CLASSIFICADO
38	2699	ADENILSON PEREIRA DA SILVA	09/02/1979	13680137 SSP	60	CLASSIFICADO
39	3210	ADMILSON BORGES MARTINS	29/03/1982	13670638 SSP/ MT	60	CLASSIFICADO
40	1527	FABIANA MARTINI DE FREITAS	20/11/1983	001697332 SSP-MT	60	CLASSIFICADO
41	1192	JOSE NILDO ALVES DA SILVA	04/03/1985	2118456 SSPAL	60	CLASSIFICADO
42	920	ILDEMAR COSTA FERREIRA	16/11/1985	17822122 SSP/ MT	60	CLASSIFICADO
43	4568	JHONY ALVES DE SOLZA	23/04/1988	19121946 SSP/ MT	60	CLASSIFICADO

44	755	ALESSANDRO DE OLIVEIRA SILIRIOS	14/04/1989	17709377 SSP MT	60	CLASSIFICADO
45	2703	TANIEL FABIANO BRITO DA CRUZ	07/05/1989	2125854-6 SSP	60	CLASSIFICADO
46	2396	HUDSON ANTONIO DA SILVA	28/03/1990	17031370 SSP MT	60	CLASSIFICADO
47	1834	ALDENILSO BARBOSA PEREIRA	04/10/1991	21900639 SSPMT	60	CLASSIFICADO
48	1876	EDEILTON MACEDO SANTOS	17/05/1992	23280026 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
49	877	ENIVALDO JOSE DA COSTA	08/06/1963	249800 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
50	1037	APARECIDO DONIZETE DE LIMA	12/10/1964	10446 MTE SP	56	CLASSIFICADO
51	968	ELIELSON DE OLIVEIRA PASSOS	27/01/1973	19919891 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
52	2881	PAULO SERGIO DA SILVA	25/04/1973	1002032 SSP	56	CLASSIFICADO
53	4539	JOSE PAULO DA CRUZ RIBEIRO	15/11/1973	14274892 SSP	56	CLASSIFICADO
54	31	JOSE GERVASIO SILVA NETO	19/01/1974	0764835-9 SSPT	56	CLASSIFICADO
55	2363	ROGERIO PEREIRA DA COSTA	26/02/1979	14534045 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
56	670	ALDO FRANCISCO DE OLIVEIRA	09/11/1981	19023715 SSPMT	56	CLASSIFICADO
57	101	OZIEL SOARES DA SILVA	01/06/1982	13472470 SSPMT	56	CLASSIFICADO
58	2000	FABRICIO DO NASCIMENTO SILVA	30/05/1983	13224867 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
59	3106	THIAGO LUIZ DA SILVA	08/06/1983	15132293 SSP MT	56	CLASSIFICADO
60	2925	REGINALDO FRANCISCO DA COSTA	13/01/1984	13718410 SSPMT	56	CLASSIFICADO
61	4701	JOSUEL AMARO DA SILVA	23/03/1987	16972384 SSP MT	56	CLASSIFICADO
62	697	RONALDO DE MIRANDA	03/06/1987	17704812 SSPMT	56	CLASSIFICADO
63	156	MARCOS LAURINDO DE OLIVEIRA	10/10/1987	19188099 SESP MT	56	CLASSIFICADO
64	4464	ERICO FABRICIO MEIATO	26/02/1988	19204019 SSPMT	56	CLASSIFICADO
65	55	MARCELO DA SILVA MOURA	15/03/1988	20663030 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
66	4703	LUCAS ANTONIO DE JESUS	13/11/1989	19563795 SESP/MT	56	CLASSIFICADO
67	4624	HENRIQUE GIRARDI CORTEZ	11/09/1990	2099923-2 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
68	2845	ADELSON DA SILVA LINS	31/10/1992	21878730 SSP MT	56	CLASSIFICADO
69	3622	NAZIR MENDONCA DE MELO	28/07/1965	499574 SSP	52	CLASSIFICADO
70	2682	ZAQUEU PINTO DA SILVA	23/08/1967	3710700001 MTE MT	52	CLASSIFICADO
71	3578	VANDERLUCIO DE SOUZA	12/08/1970	801286 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
72	685	GILSON JOSÉ DO NASCIMENTO	15/08/1971	0766608-0 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
73	3073	NIVALDO APARECIDO FIRMINO FERREIRA	26/09/1973	0888891-4 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
74	1414	CLAUDEMIR DIAS CORREA	08/01/1979	12701700 SSP	52	CLASSIFICADO
75	1694	ERIVALDO SANTOS DA SILVA	22/04/1982	2131417 SCJDS/AL	52	CLASSIFICADO
76	1726	EDIVANIO BARBOSA ALVES	26/03/1983	000877775 SSPRO	52	CLASSIFICADO
77	4339	ADEMAR DA SILVA NETO	22/06/1984	15847675 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
78	4315	LAUDECI FERREIRA DO NASCIMENTO	26/08/1985	23207060 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
79	1913	THIAGO JOSE DA SILVA	18/10/1986	2002004019185 SSP AL	52	CLASSIFICADO
80	915	LEANDRO BARRETO PARENTE	14/02/1989	20188927 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
81	2458	ACIR WESTPHAL DOS SANTOS	17/12/1989	1736708-5 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
82	3701	CLELIA DE SOUZA SANTOS DE OLIVEIRA	19/10/1966	09699228 SSPMT	48	CLASSIFICADO
83	4482	DIDI BATISTA PEREIRA	17/04/1972	931746 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
84	1885	JAILTON COSTA DA SILVA	30/03/1973	0742751 SSPMT	48	CLASSIFICADO
85	3003	JOSE ALVES	08/06/1974	946543 SSP MT	48	CLASSIFICADO
86	1282	GILDASIO PEREIRA COUTO	21/11/1975	15214753	48	CLASSIFICADO

87	2480	JOSE EDEGAR CORNELIUS	10/01/1978	177119186 SSPMT	48	CLASSIFICADO
88	2630	ANTONIO LUIS DE ALMEIDA	03/03/1981	11290641 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
89	1994	EDIMAR DO NASCIMENTO RODRIGUES	03/08/1981	13259679 SESPMT	48	CLASSIFICADO
90	3527	AMAURI ANTONIO PINTO	06/07/1983	1460576-7 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
91	3631	ERIC CARVALHO TEIXEIRA	01/10/1984	18444610 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
92	547	ORIAS SOARES DA SILVA	23/01/1985	16134389 SSPMT	48	CLASSIFICADO
93	4090	ELIAS COSMO DA SILVA	19/02/1985	17750253 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
94	3586	JARDHEL GUEDES GALHARDO	18/09/1985	1489259-6 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
95	2411	ROZIVALDO MARTINS MENDES	08/11/1985	16334124 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
96	3700	WANDRÉ LUIZ DE SOUSA	31/10/1986	19291612 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
97	2075	ERALDO FRANCISCO DE OLIVEIRA	23/09/1988	18951813 SSPMT	48	CLASSIFICADO
98	1832	LEANDRO DOS SANTOS PINHEIRO	12/01/1991	19665032 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
99	2679	CARLOS DA COSTA GONÇALVES	12/03/1992	2229553-4 SSP	48	CLASSIFICADO
100	556	VOLMAR SANTIN	22/04/1969	5127161-0 SESP/PR	44	CLASSIFICADO
101	2385	JUVENAL AUGUSTO SIMÃO	04/05/1971	1068309 SSPAL	44	CLASSIFICADO
102	3295	VALDIR LEAL DOS SANTOS	30/03/1978	1001338 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
103	212	JOÃO PAULO COSTA SILVA	16/05/1984	13384546 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
104	2228	JOAO ANGÉLICO DE ARAUJO FILHO	05/01/1987	15586006 SSPMT	44	CLASSIFICADO
105	3031	ALEX PATRICIO ALVES	10/01/1989	00001007769 SSP/RO	44	CLASSIFICADO
106	166	PEDRO MARCHINE	05/07/1962	353493 SSP-MT	40	CLASSIFICADO
107	3768	MANUEL MESSIAS DE OLIVEIRA	18/03/1963	396215 SSP MT	40	CLASSIFICADO
108	1889	ROMILSON ANTONIO PELEGRINI	27/12/1966	28131517 SSPMT	40	CLASSIFICADO
109	366	VALMIR ANTONIO DA SILVA	26/02/1975	000520942 SSP RO	40	CLASSIFICADO
110	3304	EDEVALDO CARVALHO DE LIMA	12/02/1978	10434585	40	CLASSIFICADO
111	549	ALESANDRO ALMEIDA DA SILVA	16/06/0981	15330265 SSP/MT	40	CLASSIFICADO

Cargo.:578 -AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA - PcDs

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	3569	VANESSA APARECIDA DE OLIVEIRA	21/01/1989	23357371 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
2	3153	PEDRO DE SOUSA SANTOS	29/06/1985	1786575-1 SJSP	44	CLASSIFICADO

Cargo.:578 -AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	93	ELIZEU BENEDITO DA SILVA	09/09/1976	10534423 SSP/MT	80	CLASSIFICADO
2	57	NEUZA GALDINO DA COSTA	12/11/1978	14570327 SSP/MT	80	CLASSIFICADO
3	2804	NILMA LIMA GUIMARÃES SIMI	28/03/1975	06437079 SSPMT	72	CLASSIFICADO
4	4325	KLEDER ROBERTO DE ASSIS	24/02/1983	13724029 SSP MT	72	CLASSIFICADO
5	3245	THAIS CUNHA OLIVEIRA	22/02/1995	2075972-0 SSP-MT	72	CLASSIFICADO
6	1506	EDILAINE GOMES DE OLIVEIRA	03/11/1986	17583489 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
7	966	LUCIMARA APARECIDA DA SILVA	02/04/1971	50549704 SSP/PR	60	CLASSIFICADO
8	4376	ALINE CARDOSO DA COSTA	22/09/1988	19680813 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
9	1849	MARCIO SILVA PEREIRA	11/03/1996	26232006 SSP-MT	60	CLASSIFICADO
10	4585	LUIS CLAUDIO DA SILVA SANTANA	09/05/1997		60	CLASSIFICADO
11	331	SALETE MARIA CAMPELO PINHEIRO	02/03/1964	926.063 SSP/MA	56	CLASSIFICADO
12	2324	RENATO PIRES SOBRINHO	09/09/1966	18540872 SSP/MT	56	CLASSIFICADO

13	2871	DALVA LUCIA BRITO DO NASCIMENTO	13/11/1972	102000657 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
14	3328	ZILDA RANGEL DA SILVA	04/07/1974	000862529 SSP/MS	56	CLASSIFICADO
15	775	APARECIDA MARIA DA LUZ	05/11/1979	30129112 SSP/SP	56	CLASSIFICADO
16	2592	ELIENE CONCEIÃAO SANTOS	08/12/1984	17643473 SSP MT	56	CLASSIFICADO
17	2507	ANGELA PAULA SOARES DE ARAUJO	07/12/1985	17459885 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
18	4133	PAMELA DO NASCIMENTO DIAS	13/03/1986	15975100 SSP MT	56	CLASSIFICADO
19	994	GLAUCI OLIVEIRA CARRERO	15/06/1987	53690788 SSP SC	56	CLASSIFICADO
20	3109	ANNA RAFAELA DA SILVA	06/08/1990	17436125 SSPMT	56	CLASSIFICADO
21	3187	ANA PAULA DE MORAES	30/10/1990	20090390	56	CLASSIFICADO
22	410	WÉRICA CRISLAINE SOUZA NASCIMENTO	07/12/1990	22661611 SSP-MT	56	CLASSIFICADO
23	570	ANA CLAUDIA PEREIRA ARANTES	16/12/1991	19168322 SSP MT	56	CLASSIFICADO
24	3044	PATRICIA BARBOSA DE OLIVEIRA	11/03/1992	23133058 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
25	414	TELMA DOS SANTOS OLIVEIRA	26/03/1992	20359527 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
26	3915	SUELLEN KALINKA INACIA RINK	26/08/1992	22611088 SSPMT	56	CLASSIFICADO
27	3813	RITA DE CASSIA SANTOS COELHO	15/04/1993	22492577 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
28	899	ALEX JUNIOR PEREIRA DA SILVA	25/02/1994	217211090 SSPMT	56	CLASSIFICADO
29	3935	WELLINGTON DIAS SILVA	15/10/1996	484065129 SSPSP	56	CLASSIFICADO
30	3486	ANA CASSIA DA SILVA SOUZA	21/01/1997	23757930 SSP	56	CLASSIFICADO
31	2918	LEYDIANE MENDES DE JESUS	31/03/1997	26782219 SSP	56	CLASSIFICADO
32	1102	VANESSA DA SILVA COELHO	07/08/1998	29536090 SSP	56	CLASSIFICADO
33	820	JOÃO GUILHERME GOMES GIMENES	09/08/1998	2680917-6 SSP-MT	56	CLASSIFICADO
34	713	KARIANY NASCIMENTO PEREIRA	21/10/1998	2261757-4 MT	56	CLASSIFICADO
35	304	CARLOS EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA	18/12/1998	30175925 SSP	56	CLASSIFICADO
36	2192	LEILA RAMOS BATISTA	24/10/1956	272284 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
37	1048	SELENI APARECIDA DA COSTA	24/04/1975	15935744 SSP MT	52	CLASSIFICADO
38	3978	IDA MARIA BATISTA PELUZIO	18/09/1978	1690661 ES	52	CLASSIFICADO
39	1327	ERIKA CRISTINA RIBEIRO	14/03/1979	12661333 SSP	52	CLASSIFICADO
40	223	ADRIANA FERREIRA DOS SANTOS SOUZA	08/03/1982	14792729 SSPMT	52	CLASSIFICADO
41	2690	MARISA CUNHA DE ARAUJO SILVA	06/01/1983	15564398 SESP	52	CLASSIFICADO
42	2541	NELI HOFFMANN	04/11/1983	15743772 SSP MT	52	CLASSIFICADO
43	636	GLAUBIA MENDES BARBOSA RIZZI	28/04/1984	1414210 SSPMT	52	CLASSIFICADO
44	768	LUCIANA FERREIRA DA SILVA	07/06/1984	17113733 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
45	1771	JULIANA TAVARES DUTRA	09/08/1984	572749569 SSP/SP	52	CLASSIFICADO
46	77	JENIFFER SAMPAIO DE OLIVEIRA	06/09/1984	15341984 SSP	52	CLASSIFICADO
47	2710	DANIELA PIMENTEL MAYER	12/08/1987	1826238-4 SSP MT	52	CLASSIFICADO
48	400	ROBERTO DA ROCHA TAIRA	18/01/1989	17006120 SSPMT	52	CLASSIFICADO
49	415	ROSANA FERNANDES DE SOUZA	29/01/1989	1980322-2 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
50	4523	ADRIANA CRISTINA DOS SANTOS DIAZ	08/05/1989	2333620-0 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
51	147	NATALI MARIELA MANSANO ORNEL	17/07/1989	18934994 SSPMT	52	CLASSIFICADO
52	4657	ZELIA ANGELICA DA SILVA	10/10/1989	20316747 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
53	2462	DAIANE CRISTINA DA SILVA	05/01/1990	21838950 SSP MT	52	CLASSIFICADO
54	3647	NUBIA FERNANDES DE SOUZA	14/02/1990	19403046 SSPMT	52	CLASSIFICADO
55	1004	PATRICIA DOS SANTOS SOUZA	05/05/1990	21447799 SSP MT	52	CLASSIFICADO

56	2172	PAULA VANESSA PEDROGA RAMOS	16/08/1990	21282528 SS/MT	52	CLASSIFICADO
57	2878	ALAYNE RODRIGUES SCANEIRO	08/09/1990	20266923 SSP	52	CLASSIFICADO
58	1864	FERNANDA CONCEICAO DE SOUZA	03/08/1991	21268312 MT	52	CLASSIFICADO
59	1645	GISLAINE FRANCISCO DOS SANTOS	19/08/1992	23601698 SSPMT	52	CLASSIFICADO
60	3116	WANGLEYCI JAYNE MIRANDA DA SILVA	27/09/1993	25130501 SSP	52	CLASSIFICADO
61	1242	LEANDRO ACHRE DE LIMA	11/08/1994	24080357 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
62	2379	FABIULA SANTOS ANDRADE	27/03/1995	23466553 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
63	1439	JOSIANE DO NASCIMENT0 BERNADO	28/11/1995	27150267 SESP MT	52	CLASSIFICADO
64	1970	KAMILA AZEVEDO SANTANA VICENTE	21/10/1996	2539805 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
65	4043	LUIZ ANDRE NASCIMENTO SILVA	10/06/1997	25788248 SEJSP MT	52	CLASSIFICADO
66	4506	NIULA CASSIA SALES CARMEZINI	01/02/1999	26661721 SSPMT	52	CLASSIFICADO
67	2771	KEILA SANTOS DA SILVA	07/08/2011	25930222 SEJSP	52	CLASSIFICADO
68	2238	YARA MARIA MARTINY	20/01/1963	37355879 SSP/PR	48	CLASSIFICADO
69	4040	NELSON DOS SANTOS FERREIRA	03/01/1964	06607489-9 SECC RJ	48	CLASSIFICADO
70	466	MARLIENE SANTOS DE SOUZA	31/05/1968	754298 SSPMT	48	CLASSIFICADO
71	639	ELIZETH DA SILVA ARRUDA FIGUEIREDO	05/02/1969	528330524 SSPSP	48	CLASSIFICADO
72	2540	EUGENIA GOMES DE SOUSA SANTOS	13/08/1971	12505250 SSPMT	48	CLASSIFICADO
73	4543	JOSE TULHO NOGUEIRA DOS SANTOS	27/04/1974	962451 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
74	4277	ZENETH FERREIRA DE LIMA	07/11/1974	1040188-1 SJ-MT	48	CLASSIFICADO
75	3810	MARIA ZILDA NETO DE SOUZA	19/09/1976	10404350 SJ-MT	48	CLASSIFICADO
76	3804	ELZIRA DE SOUZA FILES	20/02/1978	16363230 MT	48	CLASSIFICADO
77	1839	IZOLETE KLOTZ SANTIN	09/01/1979	27630749 SESP/MT	48	CLASSIFICADO
78	4023	MARIA GORETE DA SILVA SANTOS	05/05/1979	98002042240 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
79	2834	PATRICIA SANTOS NERES	26/06/1979	19936427	48	CLASSIFICADO
80	593	UANA ARANTES BORGES	02/03/1980	41942142 DRPCGO	48	CLASSIFICADO
81	292	MARLI ROSANI DE OLIVEIRA	14/05/1980	13449460 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
82	139	CRISTIANE APARECIDA DE SOUZA SANTOS	27/09/1980	13614398 SSPMT	48	CLASSIFICADO
83	855	SILVANA DE ARAUJO SILVA	17/11/1980	17970873 SSP MT	48	CLASSIFICADO
84	500	ALYNE BRAGA SOARES FARIAS DE MELO	01/12/1981	2185611-7 SSP-MT	48	CLASSIFICADO
85	1425	ROSELI MARQUES DE MORAIS	03/01/1983	741314 SSP	48	CLASSIFICADO
86	195	CRISTIANE GONÇALVES OLIVEIRA	06/03/1983	16100638 SSPMT	48	CLASSIFICADO
87	3814	JULIANA DANTAS CASTRO	29/07/1983	1852101-0 SSPMT	48	CLASSIFICADO
88	1524	SOLANGE FERNANDES DE SA	16/01/1985	16556836 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
89	4358	MARIA ADILEUZA DE JESUS DA SILVA	05/02/1985	18757197 SSPMT	48	CLASSIFICADO
90	2215	LUZIENE FRANCISCA GOMES DOS SANTOS	09/12/1985	17786843 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
91	3510	FABRICIO SILVA DE SOUZA	03/05/1986	14931830 SSP MG	48	CLASSIFICADO
92	3628	CLEIDE SANTOS DE SILVA	30/08/1986	16266455 SSPMT	48	CLASSIFICADO
93	4321	CLEICE MUNIZ DOS SANTOS	01/04/1987	17529328 SSPMT	48	CLASSIFICADO
94	4570	JULIO CESAR ALVES	06/08/1988		48	CLASSIFICADO
95	3883	DELCIANE OLIVEIRA DOS SANTOS	08/09/1988	2968397-1 SSPMT	48	CLASSIFICADO
96	1123	EVANESSIA VICENTE GOMES	26/10/1988	1836729-1 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
97	3854	ROSICLEIA CRISTINA DA SILVA	15/11/1988	18569862 SSP MT	48	CLASSIFICADO
98	3412	LUCIVANIA NUNES SIQUEIRA	20/11/1988		48	CLASSIFICADO

99	4284	PAULA MILENE PEREIRA LIMA	03/02/1989	20323298 SSP	48	CLASSIFICADO
100	1447	DANIELE CRISTINA SILVA FERNANDES	07/03/1989	20510195 SSP	48	CLASSIFICADO
101	2369	GISELLE DA SILVA ARAUJO	04/12/1990	18832067 SSP	48	CLASSIFICADO
102	3150	TEREZINHA ANGELA DA SILVA	02/10/1991	24187925 SJ E SSP	48	CLASSIFICADO
103	349	BRUNA APARECIDA FERREIRA	20/03/1992	23491256 SSPMT	48	CLASSIFICADO
104	7	LUANA SABRINA DE SOUZA	11/11/1992	22537180 SSPMT	48	CLASSIFICADO
105	1006	CLAUDIMARA DOS SANTOS SOUZA	26/11/1992	21447020 SSP MT	48	CLASSIFICADO
106	3638	JULIANE BORGES BONFIM	18/03/1993	22579621 SSP	48	CLASSIFICADO
107	874	EDIMAR JUNIOR RAMOS DE MELO	16/04/1993	23447290 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
108	1918	MISLAINE LEMES FERREIRA DE SOUZA	30/05/1993	22274928 SSPMT	48	CLASSIFICADO
109	2826	DIOLANDA LOPES PEREIRA	22/09/1993	2548724-8 SSPMT	48	CLASSIFICADO
110	1545	DESIDERI MARX TRAVESSINI	07/10/1993	22285440 SSP	48	CLASSIFICADO
111	2393	THAMIRES TEIXEIRA DE SOUZA	24/05/1994	2572180-1 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
112	3126	KARINA ASCARI SOUZA	15/06/1994	25847902 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
113	519	CASSIA ALINE DE CARVALHO NEVES	16/07/1994	24862479 SSP	48	CLASSIFICADO
114	1314	SAMARA CARVALHO DOS ANJOS	03/01/1995	2072021-1 TANGARA	48	CLASSIFICADO
115	469	ADRIANA DE SOUZA TAQUES	20/01/1995	23133074 SSPMT	48	CLASSIFICADO
116	1281	KENIA JOANA NEVES SANTANA	24/06/1995	2346947-1 POLITEC	48	CLASSIFICADO
117	372	SUELLY QUIRINO FERREIRA PINTO	02/07/1995	25131966 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
118	516	LUCAS RODRIGUES XAVIER	14/07/1995	22300465 SSP MT	48	CLASSIFICADO
119	3815	CAMILA PETTERSON ALMEIDA	12/10/1995		48	CLASSIFICADO
120	3383	DANIELE BARBOSA AMORIM	13/11/1995	26660458 SSPMT	48	CLASSIFICADO
121	4476	SOLANGE SANTOS DA SILVA	14/02/1996	24807117 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
122	3356	THAYLA DA SILVA MOTTA	01/04/1996	23472740 SSPMT	48	CLASSIFICADO
123	2499	CRISTIANE SILVA DE JESUS	06/06/1996	22910204 SSPMT	48	CLASSIFICADO
124	4375	EVEN NAYRE FONSECA BATISTA	10/06/1996	27252094 SSP MT	48	CLASSIFICADO
125	2065	SUELEN DAIANE FABRICIO	10/06/1996	130117465 SSP PR	48	CLASSIFICADO
126	1348	AYLA TATHYELE VIEIRA	16/06/1996	25651579 SEJUSP	48	CLASSIFICADO
127	2001	CASSIA ANTONIO	23/06/1996	25936620 SSPMT	48	CLASSIFICADO
128	2847	LANNA KEROLLAYNNEY OLIVEIRA DA ROCHA	02/07/1996	26195631 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
129	3373	GABRIELA TORRES TREVISAN	09/09/1996	2143359-3 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
130	4066	NETANIAS REABIA DO NASCIMENTO	20/01/1997	22499741 SSP	48	CLASSIFICADO
131	2681	ANA MARIA DA COSTA GOMES	10/03/1997	21718555 MT	48	CLASSIFICADO
132	4618	ALEX LOURENÇO VIEIRA	24/05/1997	30096596 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
133	1427	THALIA JAQUALINE PEREIRA BARRETTO	25/07/1997	2569883-4 SSP	48	CLASSIFICADO
134	3922	THAIELLE DE OLIVEIRA COSTA	27/10/1997		48	CLASSIFICADO
135	1444	ANDRESSA ALVES HORING	15/01/1998	25627481 SSP	48	CLASSIFICADO
136	4659	ITALO GONCALVES SANDIS	17/05/1998	24069779 SSP MT	48	CLASSIFICADO
137	2967	KAROLAYNE GLEYCIANE DE SOUZA SANTOS	09/06/1998	26937549 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
138	1270	BRENDA IARA OLIVEIRA DE ASSIS	02/11/1998	29311616 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
139	1220	NAYARA SILVA CHAGAS	10/01/1999	26444666	48	CLASSIFICADO
140	1969	KELLY CRYSTINA SIQUEIRA LAZAROTTO	22/03/1999	1293790 SSP MT	48	CLASSIFICADO
141	3157	MARIA D´ABADIA BORGES	13/01/1957	1145134-3 SSP/MT	44	CLASSIFICADO

142	4497	SELMA AGUIAR DA SILVA FERNANDES DE SA	12/12/1964	069474047 IFP/RJ	44	CLASSIFICADO
143	2106	MARIA DOMINGAS SILVA DELGADO XAVIER	11/04/1965	03320308 SSPMT	44	CLASSIFICADO
144	217	ROSANGELA DE ALMEIDA GRACIOLI	29/09/1968	773820 SSPMT	44	CLASSIFICADO
145	2017	ILIZETE MARQUES SILVEIRA	08/01/1969	06835597 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
146	1735	IVANILDA DA SILVA	06/11/1970	2595931 SSPPA	44	CLASSIFICADO
147	965	NOELY PAES RIBEIRO	07/03/1973	08763330 SJSP-MT	44	CLASSIFICADO
148	921	MARIA JOSE DA SILVA COSTA	16/12/1973	9464867 SSP	44	CLASSIFICADO
149	3515	CILENE DOS SANTOS TAVARES	03/05/1975	12367010 SSP	44	CLASSIFICADO
150	3502	ELAINE CRISTINA GONÇALVES BOERI	19/05/1975	09645187 SJSPMT	44	CLASSIFICADO
151	3453	ADENILSE APARECIDA FLORÃO	30/12/1975	05151 MTE	44	CLASSIFICADO
152	1924	MARIA JOSÉ VERAS NUNES	28/11/1976	980273 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
153	1695	ANDREA AQUINO CARDOSO	27/05/1977	001029640 SSP/MS	44	CLASSIFICADO
154	3170	ELZA RAMOS DE OLIVEIRA	27/09/1977	11882298 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
155	660	JANAINA DE OLIVEIRA FERREIRA	21/12/1977		44	CLASSIFICADO
156	161	MARINALVA OLIVEIRA SANTOS	08/12/1978	11146974 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
157	1025	ROSIMEIRE ALVES DE ALMEIDA	02/11/1979	1367434-0 SSPMT	44	CLASSIFICADO
158	3491	VANDERLEIA CHERES DACHARIA	26/12/1979	1417758-7 SSP	44	CLASSIFICADO
159	3239	JAILMA APARECIDA FELIZARDA DA SILVA	10/02/1980	972820 SSPMT	44	CLASSIFICADO
160	823	ELIANE ROIESKI SOARES	14/05/1980	14036002 SSP	44	CLASSIFICADO
161	3067	PERLA MARGARIDA CHIEREGATTO	14/11/1980	13151550 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
162	1485	ALEXANDRA OLIVEIRA LIMA	24/12/1980	13046497 SSPMT	44	CLASSIFICADO
163	2905	ELIANA ALVES	28/10/1981	15239098 SSP MT	44	CLASSIFICADO
164	487	MILENA MARIA PEREIRA DOS SANTOS	23/11/1981	1328317-0 SS/MT	44	CLASSIFICADO
165	772	JOAO PEDRO CORREIA DA SILVA	29/06/1982	14967499 SSP MT	44	CLASSIFICADO
166	1685	LORENA PEREZ MONTERO	20/07/1982	11572329 SSPMT	44	CLASSIFICADO
167	494	CELIANE RODRIGUES SOARES SILVA	27/06/1984	18833551 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
168	1784	DILEUZA MARIA DO NASCIMENTO	29/10/1984	15724620 SSPMT	44	CLASSIFICADO
169	315	SOLENIR RAMOS DOS SANTOS	09/01/1985	17590140 SSP	44	CLASSIFICADO
170	2170	ELAINE DE SOUZA RIBEIRO	23/02/1985	1783191-1 SSPMT	44	CLASSIFICADO
171	610	MARIA MARTA DE ABREU GOMES	23/05/1985		44	CLASSIFICADO
172	1665	JENAINE BARBOSA MAIA FREITAS	30/05/1985	1267401 SSPMT	44	CLASSIFICADO
173	3193	MARCELA DE SOUZA MEIRELES	09/06/1985	18180310 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
174	3153	PEDRO DE SOUSA SANTOS	29/06/1985	1786575-1 SJSP	44	CLASSIFICADO
175	2943	CREUZADASILVAVALES	01/07/1985	17465508 SSP	44	CLASSIFICADO
176	3247	JULIANA GIARETA FROZZA	12/08/1985	83861304	44	CLASSIFICADO
177	92	ZUCH MAIRO DOS SANTOS	02/09/1985	18651020	44	CLASSIFICADO
178	2472	VALERIA LIMA DOS SANTOS	08/09/1985	18149260 SSP	44	CLASSIFICADO
179	1122	CRISTIANE DO PRADO OLIVEIRA	24/10/1985	185894018 SSPMT	44	CLASSIFICADO
180	18	JULIELE LEAL MENDOCA	11/02/1986	15222993 SSPMT	44	CLASSIFICADO
181	1372	ELIDA CARDOSO DE ALMEIDA	01/05/1986	1815395-0 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
182	4269	JULIANA SAVASTANO JACOB	13/05/1986	364177743 SSP/SP	44	CLASSIFICADO
183	3417	MIRIAM DINIZ BRANCO	12/08/1986	19460333 SSP MT	44	CLASSIFICADO
184	4686	JOSCIMAR SILVA	19/11/1986	17034353 SSP	44	CLASSIFICADO

185	1386	ARLINDO LEONEL DO NASCIMENTO	30/01/1987	17745497 SSP MT	44	CLASSIFICADO
186	2608	RAQUEL LOPES DA SILVA	14/02/1987	20352220 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
187	1816	DAYANA CRISTINE SILVA RONDON	16/05/1987	19047720 SSPMT	44	CLASSIFICADO
188	4100	JULIANA VILLACIEN DA COSTA	28/09/1987	19413823 SSPMT	44	CLASSIFICADO
189	10	LIGIA CARLA GOMES LEAL	30/01/1988	19570457 SSPMT	44	CLASSIFICADO
190	1261	TATIANE DE ALMEIDA PEREIRA	30/01/1988	18529372 SSP MT	44	CLASSIFICADO
191	4631	DEBORA CRISTINA SANTOS FRANCISCO	09/03/1988	18940544 SSPMT	44	CLASSIFICADO
192	2770	ELQUELAINE OLIVEIRA DA SILVA	14/03/1988	20713967 SSPMT	44	CLASSIFICADO
193	3933	VALQUIRIA DE SOUZA CAMPOS	23/04/1988	17280320 SSPMT	44	CLASSIFICADO
194	726	JAQUELINI DOS SANTOS	23/10/1988	19652062 SSPMT	44	CLASSIFICADO
195	1602	LIGIA ANTONIA APODONEPA	28/10/1988	18930980 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
196	1183	JAQUELINE HENRIQUE DIAS COSTA	29/11/1988	21984263 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
197	3569	VANESSA APARECIDA DE OLIVEIRA	21/01/1989	23357371 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
198	1786	GABRIELA TALITA BORGES	14/02/1989	1927457-2 SSPMT	44	CLASSIFICADO
199	4640	FRANCISLENE COUTO DA COSTA	11/03/1989	19071710 MT	44	CLASSIFICADO
200	95	ADRIANA MARCHINE	23/04/1989	20757808 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
201	1345	PATRICIA SUQUERE DA CONCEIÇAO	07/05/1989	20408293 SSPMT	44	CLASSIFICADO
202	385	FERNANDA MUNCHEN SALDANHA	09/10/1989	19431350 MT	44	CLASSIFICADO
203	4536	JANE LUCIA OJEDA DA SILVA	24/11/1989	20579268 SSPMT	44	CLASSIFICADO
204	3012	ROBERTA MENDES	30/01/1990	21237930 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
205	4128	EDNA OLIVEIRA DE SIQUEIRA KLIPEL	01/02/1990	19630042 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
206	743	GEICIELE RODRIGUES	06/04/1990	20171170 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
207	3892	LETICIA ALVES CORREIRA DE LIMA	23/04/1990	18782060 SSP MT	44	CLASSIFICADO
208	2811	EDRIANE KAUFMANN	01/11/1990	1895316-6 SSPMT	44	CLASSIFICADO
209	390	GESLAINE PIRES DOS REIS	04/02/1991	17206413 SSP MT	44	CLASSIFICADO
210	250	ANA PAULA DOS SANTOS	02/06/1991	2289620-1 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
211	152	ANDRÉIA GUIMARÃES SANTANA	07/06/1991	18427626 SSPMT	44	CLASSIFICADO
212	3920	LEYDIANE SANTOS DE SOUSA	05/07/1991	22685464 SSPMT	44	CLASSIFICADO
213	987	PRISCILA QUINTINO DA SILVA	04/10/1991	22743979 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
214	1847	JOSIELE NOBRES DA SILVA COSTA	06/10/1991	20542798 SSP	44	CLASSIFICADO
215	1419	ERICA SOUZA DE OLIVEIRA	08/12/1991	21591245 SSP	44	CLASSIFICADO
216	1859	MARISA SOARES DA SILVA	04/01/1992	22880852 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
217	3678	BEATRIZ ALINE ALVES DA SILVA	13/04/1992	22104119 SSPMT	44	CLASSIFICADO
218	1247	LUCÉLIA SANTOS DE ALMEIDA	05/05/1992	21970955 SSP MT	44	CLASSIFICADO
219	1431	JOSANA RODRIGUES DE SOUZA	29/05/1992	21925593 SSP	44	CLASSIFICADO
220	1749	JÉSSICA FERNANDES SOARES	09/07/1992	22738681 SSP	44	CLASSIFICADO
221	3694	BRUNO AUGUSTO COUTINHO PIRES	11/08/1992	1676689-0 SSP	44	CLASSIFICADO
222	864	ROMÁRIO DOS SANTOS ANDRADE	28/08/1992	2336033-0 SSP	44	CLASSIFICADO
223	3538	UAGNER FERREIRA DOS SANTOS	06/09/1992	22448586 SSP - MT	44	CLASSIFICADO
224	3179	CAMILA DA SILVA ARAUJO	11/09/1992	20577176 SSP MT	44	CLASSIFICADO
225	3204	DEISE KELLE DA SILVA SOBRINHO	17/09/1992	22271864 SSPMT	44	CLASSIFICADO
226	4574	JAQUELINE KENIANE RIBEIRO DA SILVA	27/09/1992	22502246 SSP MT	44	CLASSIFICADO
227	3387	DANIELLY NASCIMENTO MOREIRA	01/10/1992	22550143 SSP	44	CLASSIFICADO

228	4206	EIDIANE OLIVEIRA ALVES	11/01/1993	23291087 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
229	2417	KEILA LUCIA DA SILVA	08/05/1993	22515240 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
230	2574	RAQUEL DA SILVA	15/07/1993	23469250 SSP	44	CLASSIFICADO
231	2966	MARIA CICERA CÂNDIDO DA SILVA	20/07/1993	442648558 SSPSP	44	CLASSIFICADO
232	4265	VANESSA ALMEIDA DE FREITAS	13/08/1993	19079554 PC	44	CLASSIFICADO
233	2511	PALOMA DA SILVA	14/12/1993	21740070 SSPMT	44	CLASSIFICADO
234	4486	JESSICA PEREIRA DE MELO	02/04/1994	22685162 MT	44	CLASSIFICADO
235	989	PAMELA QUINTINO DA SILVA	16/06/1994	22744010 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
236	1770	AMANDA DA SILVA SOUZA	11/12/1994	24052302 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
237	802	ALINE APARECIDA REIS SANTOS	16/01/1995	2594217-4 SSP	44	CLASSIFICADO
238	3434	CAMILA CRITINA DASSOW DOS ANJOS	14/02/1995	2478143-6 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
239	4366	BEATRIZ MARTINS DE SOUZA	05/03/1995	2486138-3 SSP MT	44	CLASSIFICADO
240	1578	ELIAS GOMES TEIXEIRA	29/07/1995	22396179 SESP	44	CLASSIFICADO
241	3330	GEISA CAROLINE DE OLIVEIRA GOMES	02/09/1995	27130266 SSPMT	44	CLASSIFICADO
242	4245	JAQUELINE CARNEIRO DA SILVA	03/10/1995	24686603 SSPMT	44	CLASSIFICADO
243	1494	ANGELICA MARTINS SILVA	25/10/1995	19557469 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
244	421	KAROLINY DE ALMEIDA TEIJO	28/03/1996	9486907 SSPE	44	CLASSIFICADO
245	2805	HELLISAN CAROLINA MACHADO	06/05/1996	22759123 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
246	2765	DEIBILA MIRELLY DUARTE VIEIRA	24/05/1996	22554009 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
247	2547	NATALIA MARQUES DA SILVA	12/06/1996	25702300 SSPMT	44	CLASSIFICADO
248	4141	ALINE FERREIRA NASCIMENTO	11/09/1996	23425350 SSP	44	CLASSIFICADO
249	2164	KATRINE XAVIER DA SILVA	01/10/1996	25384295 SSP	44	CLASSIFICADO
250	3018	DANIELE GOMES DA SILVA MENDES	11/10/1996	23426314 SSPMT	44	CLASSIFICADO
251	4390	LITIELE LUANA MENDONÇA	28/04/1997	20713150 SSP	44	CLASSIFICADO
252	1802	KELY ALINE APARECIDA FAUSTINO NASCIMENTO	23/06/1997	2303483-1 SSPMT	44	CLASSIFICADO
253	2745	VALERIA DOS SANTOS SILVA	03/07/1997	28038274 SESP	44	CLASSIFICADO
254	255	TAMYLLA NOGUEIRA RAMOS	06/08/1997	27707431 SESP	44	CLASSIFICADO
255	893	JESSICA HENRIQUE DE SOUZA FARIAS	07/09/1997	27181405 SSP	44	CLASSIFICADO
256	4036	SONIELY CHAVES MIRANDA	21/01/1998	22811664 SSP	44	CLASSIFICADO
257	3662	WHENIA DOS SANTOS VALERIO	26/03/1998	28821190 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
258	3982	STEFANY BIANCA MARTINS GOMES	26/04/1998	25348817 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
259	2595	FRANCIELY DE MELO ALVES	19/09/1998	30288150 SSP	44	CLASSIFICADO
260	1493	AMANDA CAROLINE RIO	20/10/1998	SSP	44	CLASSIFICADO
261	875	JESSICA CRISTINA ALVES DE SOUZA LIVI	01/11/1998	2685148-2 SSP	44	CLASSIFICADO
262	2067	KARINE FERNANDA DA COSTA SOUZA	01/11/1998	28484797 SSPMT	44	CLASSIFICADO
263	2876	LUANA DA SILVA FONSECA	26/02/1999	25007106 MT	44	CLASSIFICADO
264	3268	ETYENE RIBEIRO DA SILVA	05/07/1999	2765095-2 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
265	3132	ANGELINA MILCHAREK HEIN	19/03/1965	478239 SSPMT	40	CLASSIFICADO
266	3394	MARIA APARECIDA FREIRE DA COSTA DOS SANTOS	17/12/1966	05932750 SSPMT	40	CLASSIFICADO
267	967	JOSIMAR DA LUZ	31/07/1967	44757346 SSP PR	40	CLASSIFICADO
268	1060	LEONICE NOGUEIRA SANTOS	10/08/1967	610872 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
269	4419	MARIA JOSE LEANDRO	26/12/1968	28221052 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
270	692	JANETE BORGES GONÇALVES	01/04/1970	30374723 SSPMT	40	CLASSIFICADO

271	1866	ALIS ALVES DE FREITAS	18/12/1971	6172296 SSP MT	40	CLASSIFICADO
272	4561	NEUZA NOGUEIRA SANTOS	19/07/1972	882249 SSPMT	40	CLASSIFICADO
273	3713	SEBASTIANA DIAS DE OLIVEIRA	21/10/1975	10765115 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
274	2780	NEIDE JERONIMO DE SOUZA	26/12/1975	578945 SSP/RO	40	CLASSIFICADO
275	4079	EDELAINE SANTOS DE OLVEIA	19/08/1976	12341398 SSP MT	40	CLASSIFICADO
276	1880	ADRIANA APARECIDA CLEMENTE	10/02/1977	11368330 SSPMT	40	CLASSIFICADO
277	214	DANIELE LARA DE SIQUEIRA	08/03/1977	1001709-7 SSPMT	40	CLASSIFICADO
278	2607	INGRID PEREZ RUIZ MESSIAS	24/05/1977	14407701 SEJSPMT	40	CLASSIFICADO
279	1408	PAULA DOROTEIA AFFONSO	06/02/1978	14570726 SSP-MT	40	CLASSIFICADO
280	4125	ROSENILDA PEREIRA DE ALMEIDA	19/02/1978	18194184 15/12/03	40	CLASSIFICADO
281	2026	LEYDSON FERREIRA DE MORAES	07/04/1978	12334197 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
282	4008	ALESSANDRA BORGES DE OLIVEIRA	15/04/1979	12554383 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
283	580	ALESSANDRA ALVES CABRAL	24/10/1979	12301949 SSP	40	CLASSIFICADO
284	4582	ADILSON BEBIANO DE OLIVEIRA	28/04/1980	1128504-4	40	CLASSIFICADO
285	4046	LUCIANA DA SILVA CAVALCANTI	08/06/1980	12417009 SSP\MT	40	CLASSIFICADO
286	1554	ELIANA DE OLIVEIRA II	20/02/1981	13703927 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
287	3721	LIGIA MARIA DE OLIVEIRA	10/06/1981	13824414 SSP	40	CLASSIFICADO
288	4537	LEILA DE SOUZA MAIA	13/07/1981	14345773 SSPMT	40	CLASSIFICADO
289	2924	DORGIVALDA GODOI DE OLIVEIRA	16/08/1981	30124859 SSP-PE	40	CLASSIFICADO
290	895	ELIZABETE DA SILVA LEMES	19/11/1981	16410645 SJSP MT	40	CLASSIFICADO
291	587	ELIZANGELA AVELINO PORFIRIO	18/04/1982	14764342 SSPMT	40	CLASSIFICADO
292	661	LEONICE MARIA DA CRUZ	03/09/1982	12910511 SSP MT	40	CLASSIFICADO
293	2436	SANDRA PINTO PEREIRA	20/09/1982	1797790-80 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
294	2494	ROSANGELA DE BRITO BARBOSA LIMA	14/05/1983	543170536 SSP	40	CLASSIFICADO
295	1477	MARCIA RODRIGUES DA SILVA	14/06/1983	16259327 SSP MT	40	CLASSIFICADO
296	1789	MARCELA MENDES BORGES	06/11/1983	15656454 SSPMT	40	CLASSIFICADO
297	1190	LIDIMAR DA SILVA CAVALCANTE	14/08/1984	1773198-4 28/082003	40	CLASSIFICADO
298	1765	ROSANA PINTO RAMOS	06/11/1984	17406056 SSP	40	CLASSIFICADO
299	3158	DEBORA LANSANA	11/04/1985	16559932 SSP MT	40	CLASSIFICADO
300	853	LUANA SAMAIA NEVES DE SOUZA	01/02/1986		40	CLASSIFICADO
301	536	APARECIDA REGINA BARRAS DE FREITAS	09/04/1986	19445130 SSP-MT	40	CLASSIFICADO
302	1054	HEVERCI RODRIGUES DE SIQUEIRA	16/05/1986	17500575 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
303	2957	MARY CRISTIANE DA ROCHA	28/09/1986	19049170 SSP MT	40	CLASSIFICADO
304	585	BELMIRA PEREIRA DA SILVA	26/11/1986	1897612-3	40	CLASSIFICADO
305	440	CARINA FERNANDES SILVA DE OLIVEIRA	26/01/1987	18192505 SSPMT	40	CLASSIFICADO
306	3099	ELIZANGE ALVES MOTA	02/02/1987	1822364-8 SSPMT	40	CLASSIFICADO
307	2627	ELIANA APARECIDA GOMES DOS SANTOS	22/02/1987	19746555 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
308	2254	KEILA DA SILVA HIPOLITO	06/03/1987	18420109 SSP MT	40	CLASSIFICADO
309	1160	ALESSANDRA DA SILVA CAVALCANTE	12/03/1987	16985800 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
310	693	FERNANDA SANTANA BOTELHO	31/03/1987	16795040 SSP-MT	40	CLASSIFICADO
311	1760	ELAINE CAROLINE MARTINS	30/04/1987	1780713-1 SSPMT	40	CLASSIFICADO
312	115	CAMILA COSTA FERREIRA	03/10/1987	14922003 SSP/MG	40	CLASSIFICADO
313	2987	CELENIR SOARES ALVES	06/01/1988	18546218 SSP	40	CLASSIFICADO

314	1829	MAYARA GISLON	19/04/1988		40	CLASSIFICADO
315	1467	ROSANA DO NASCIMENTO SOUZA	24/06/1988	00001060455 SSPRO	40	CLASSIFICADO
316	3550	EMANOELLE REGINA BOSCHETTI LIMA	20/07/1988	21407606 SSP MT	40	CLASSIFICADO
317	1224	MONICA DE FATIMA SILVA	08/08/1988		40	CLASSIFICADO
318	2191	RENATA NUNES DE SOUZA	15/09/1988	16851905 SSP/MG	40	CLASSIFICADO
319	2689	LILIAN ELIZABETE FERREIRA	12/10/1988	18541054 SSPMT	40	CLASSIFICADO
320	3751	JAFFESON CEZAR DE GODOI	23/11/1988	20563434 SSPMT	40	CLASSIFICADO
321	1014	EDINARA SOARES DE OLIVEIRA	15/12/1988		40	CLASSIFICADO
322	3159	CRYSLAINE SILVA MAGALHAES SANTOS	01/01/1989	1971156-5 SSPMT	40	CLASSIFICADO
323	1538	STEPHANIE BARBOSA MARTILIANO DA SILVA	01/01/1989	19748175 SSP-MT	40	CLASSIFICADO
324	4167	JOSENILDA MARIA ARAUJO TEIJO	19/05/1989	8121598 SSPPE	40	CLASSIFICADO
325	2563	ADREELE DA CRUZ ALMEIDA	21/06/1989	2151556-5 SSPMT	40	CLASSIFICADO
326	2062	PERLA ANDRÉIA MACHADO GALVÃO	29/06/1989	20304331 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
327	75	SUZANA ALVES DE MIRANDA	15/08/1989	22810684 SEJSP	40	CLASSIFICADO
328	2397	NILDA RODRIGUES DA SILVA	29/09/1989	19908180 SSPMT	40	CLASSIFICADO
329	1664	HERICA RAFAELA SANTOS COSTA	05/11/1989	2027771-7 SSP	40	CLASSIFICADO
330	4432	SANDRA APARECIDA DA SILVA MENDES	04/03/1990	2107127-6 SSPMT	40	CLASSIFICADO
331	4425	JOSIANE ENEDINA DA COSTA	16/03/1990	21310092 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
332	1894	ADMILSON SILVA DIAS	11/05/1990	19953518 SSP	40	CLASSIFICADO
333	4415	ELIANE FERREIRA DA CRUZ	03/10/1990	226690501 SSPMT	40	CLASSIFICADO
334	4353	SAMARA GONÇALVES DA SILVA	09/01/1991	18164242 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
335	144	LUANA SANTOS CALHAU	18/01/1991	2265351-1 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
336	2036	NAYARA LEMES COSTA	19/01/1991	6402845 SSP-GO	40	CLASSIFICADO
337	3410	EUTILHA CAMPOS DE AMORIM	26/02/1991	20469900 SSP	40	CLASSIFICADO
338	1796	INGRID OLIVEIRA DETOFFOL	14/09/1991	18446469 SSP-MT	40	CLASSIFICADO
339	4211	DARLANE DE ARAÚJO SILVA	07/10/1991	22547851 SSP	40	CLASSIFICADO
340	4010	ANGELICA DE SOUZA DA SILVA	09/01/1992	23128011 MT	40	CLASSIFICADO
341	673	JUSSARA MARQUES RAMOS	24/04/1992		40	CLASSIFICADO
342	34	MARGARETE GIMENES DE SOUZA	25/07/1992	1120419-2 SEJSP	40	CLASSIFICADO
343	2602	SABRINA PAULA DA SILVA	26/08/1992	2543856-5 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
344	2175	ANGELICA CRISTINA DA SILVA HORTA	17/10/1992	24667765 SSP MT	40	CLASSIFICADO
345	2606	VANESSA PEDRO DA SILVA	20/12/1992	1835793-8	40	CLASSIFICADO
346	3611	JUNIOR ELY DA SILVA	20/01/1993	4100550179 SSP-PRS	40	CLASSIFICADO
347	4524	NEIRE ALTIMIRA TALAVERA	17/04/1993	19011644 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
348	632	VIVIANE DE ALMEIDA BORGES	01/05/1993	22939458 SSPMT	40	CLASSIFICADO
349	4465	PAMELLA CAMARGO DE SOUZA	09/05/1993	23302933 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
350	2885	JOELMA KLEBIA ALVES DE SÁ	17/05/1993	2512765-9 SS/P	40	CLASSIFICADO
351	669	FRANCISLENE DOS SANTOS PEREIRA	29/07/1993	23531215 SSP	40	CLASSIFICADO
352	4660	ADRIÉLLY DE OLIVEIRA BARRETO	20/11/1993	2461903 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
353	4672	LEIDIANE DE OLIVEIRA BRITO	10/02/1994	24665118 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
354	2741	LUCAS ANTONIO NUNES CONSOLINI	23/06/1994	25131982 SEJSP	40	CLASSIFICADO
355	2773	SHEILA SANTOS DA SILVA	13/07/1994	24905615 SSP	40	CLASSIFICADO
356	3242	LARISSA ELLIS DE CASTRO	06/10/1994		40	CLASSIFICADO

357	1907	JULIANE ESTEFANI ALVES DA SILVA	17/11/1994	25796550	40	CLASSIFICADO
358	2615	ANA CLAUDIA CUSTODIO DO NASCIMENTO	25/02/1995	27784010 SSPMT	40	CLASSIFICADO
359	2383	PAMELA CRISTINA MENDES DA SILVA	04/03/1995	26475987 SSP	40	CLASSIFICADO
360	1407	CAMILA FRANCIELLE ALVES RODRIGUES	08/03/1995	24452866 SSPMT	40	CLASSIFICADO
361	1509	MARCILENE ALINE DOS SANTOS PERES	29/05/1995	24697010 SSP	40	CLASSIFICADO
362	1660	PAMELA LOBO SABINO	12/07/1995	26168960 SEJUSP MT	40	CLASSIFICADO
363	2408	CÍNTIA VIVIANE ALVES	02/11/1995	2353133-9 SSPMT	40	CLASSIFICADO
364	3345	FLÁVIA SANTOS SILVA	09/12/1995	25390325 SSPMT	40	CLASSIFICADO
365	490	TAINARA DE SOUZA LIMA	23/06/1996	25807048 SSP MT	40	CLASSIFICADO
366	3980	LUCAS EVANGELISTA RIBEIRO TANGARA JUNIOR	27/06/1996		40	CLASSIFICADO
367	4532	JAQUELINE NUNES DE ASSIS CAMPOS	27/07/1996	2594243-3 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
368	4129	ELEONAI CRISTINA ROCHA SANTOS	31/07/1996	22159401 05112007	40	CLASSIFICADO
369	246	EVELLIN ROSSI LIMA DE OLIVEIRA	20/08/1996	27113167 SSP	40	CLASSIFICADO
370	4382	FRANCIELI TIMOTEO BONADIMAN	20/08/1996	28077580 SSPMT	40	CLASSIFICADO
371	2659	RAYANE POHU DUARTE	10/10/1996	2305154-0	40	CLASSIFICADO
372	2903	RAYSSA POHU DUARTE	10/10/1996	2305141-8	40	CLASSIFICADO
373	2077	LAISLA FERNANDA TIBURTINO OLIVEIRA	09/11/1996	26104776 MT	40	CLASSIFICADO
374	114	RENATA BRUNA LUCAS DA SILVA	29/11/1996		40	CLASSIFICADO
375	1896	IZABELA CRISTINA FRITZEN MARQUES	22/03/1997	23106751 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
376	33	KAROLAINE KAMILA DA SILVA	23/03/1997	27782743 MT	40	CLASSIFICADO
377	1990	CLEYSLA DANIELLE VALERIA DE CASTRO	07/06/1997	270395955 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
378	4291	LIDIA JOSEFA GARCIA KOHL	07/07/1997	2802599-7 SSP	40	CLASSIFICADO
379	348	JULIANA SANTANA LOBO	20/08/1997	2778647-1 SSP-MT	40	CLASSIFICADO
380	1812	GLAZIELLE QUINTANILHA DOS ANJOS	28/10/1997	18441521 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
381	1072	TAYNARA RODRIGUES DA SILVA	27/09/1998	23773170 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
382	3870	LOHAYNE CAMILA PARO SANTOS	16/11/1998	23672374 SSPMT	40	CLASSIFICADO
383	563	AMANDA PATRICIA DA SILVA DIOGO	12/01/1999	29535590 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
384	2633	LIZIANE CRISTINE MASSONI	15/04/9183	1263465-4 SSP MT	40	CLASSIFICADO

Cargo.:651 -PROFESSOR CIENCIAS NATURAIS - ZONA URBANA E RURAL

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	2656	DEIZIMARY STELLA DE ARAUJO	01/08/1985	1570066-6 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
2	658	GILIARD BALDUINO	14/07/1988	00001006364 SSDC	64	CLASSIFICADO
3	264	VANESSA MELATO DA SILVA	17/10/1993	22514902 SEJSP	64	CLASSIFICADO
4	4569	TALITHA SOYARA ZANINI	02/02/1988	19407580	60	CLASSIFICADO
5	1741	ALINE REGINA DOS REIS	17/03/1985	15925595 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
6	4466	FRANCIELI DOMINIKI ZAVISLAK	22/02/1986	15893235 SSPMT	56	CLASSIFICADO
7	1683	IVÂNIA DELIBERALLI	27/03/1988	1093545158 SJS	56	CLASSIFICADO
8	3134	JHONATAN CEZAR ZITKOSKI DAMAS	20/04/1989	17605270 SSP	56	CLASSIFICADO
9	4656	PAULA PINHEIRO DE CARVALHO	30/11/1989	2896427 SSP	56	CLASSIFICADO
10	1262	FRANCIELE DO NASCIMENTO SOARES	09/01/1991	21934703 SSPMT	56	CLASSIFICADO
11	2108	HEVELY DAYANE LOCH GARCIA SILVEIRA	13/06/1991	11451831 SSP	56	CLASSIFICADO
12	4181	JULIA DA SILVA COUTO	19/04/1976	07130449 SSP	48	CLASSIFICADO
13	3743	FRANCIELE CAROLINE DA SILVA	08/04/1985	1582994-4 SSP/MT	48	CLASSIFICADO

14	3976	RODRIGO CAZZUNI GONCALVES	15/05/1986	18769004 SSP	48	CLASSIFICADO
15	97	JULIANA QUEIROS DE MORAES	27/10/1988	18476074 SSPMT	48	CLASSIFICADO
16	4035	AMANDA FERNANDA NUNES FERREIRA	21/05/1990	20578172 SSP MT	48	CLASSIFICADO
17	2502	ALEX CESAR LIMA SAUER	18/06/1993	19000383 SSP	48	CLASSIFICADO
18	4384	ANDREA PAULA DE SOUZA	18/07/1975	990687 SSP MT	44	CLASSIFICADO
19	2510	CRISTIANE TATIANE DUARTE	26/06/1985	15067530 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
20	2150	DENIELE VIEGA GARCIA	23/08/1989	18626572 SSP	44	CLASSIFICADO
21	3697	LUCINÉIA MARQUES DE ARRUDA	26/11/1991	18738338 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
22	1701	FERNANDA FERNANDES ROSA	02/04/1983	15330150 SSP-MT	40	CLASSIFICADO
23	257	KARINE PAVLAK	29/03/1984	16577329 SSP	40	CLASSIFICADO
24	825	MARCILENE LEMES DA SILVA	14/02/1987	18467105 SSP	40	CLASSIFICADO
25	2549	CAMILA PATRICIA RIBEIRO DE SOUZA	20/11/1987	18490697 SSP	40	CLASSIFICADO
26	2091	RENIEL CHAVES DE PAULA	17/02/1988	18782000 SSPMT	40	CLASSIFICADO
27	2505	ESTER RAMOS DOMINGOS	13/12/1988	20352328 SSP	40	CLASSIFICADO
28	2660	NAYARA MAGAGNIN BORGES	20/06/1990	18851924 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
29	1529	RODRIGO BRITO DE FARIA	27/06/1990	1965895-8 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
30	4109	POLIANA ROMÊNIA DE SOUZA	11/09/1990	001612250 SEJSP	40	CLASSIFICADO
31	2735	JADE TAYNÁ AYABE PEREIRA	12/03/1992	20618778 SSPMT	40	CLASSIFICADO

Cargo.:654 -PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA – ZONA URBANA

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	2889	ANDRE LUIZ DE JESUS	29/05/1977	12981010 SEJUSP-MT	68	CLASSIFICADO
2	99	ELISÂNGELA PONTES DA SILVA MOREIRA DE LIMA	22/03/1979	14427591 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
3	2063	ELIZANGELA LACERDA DA SILVA	02/02/1980	12130850 SSP MT	68	CLASSIFICADO
4	3911	IGOR VINICIUS SILVA FERREIRA	23/09/1993	19351798 SSP MT	68	CLASSIFICADO
5	714	RODOLFO PERES LESSI	10/11/1990	18358276 SSPMT	60	CLASSIFICADO
6	650	VENICIUS APARECIDO DO NASCIMENTO	10/04/1992	21757305 SSP	60	CLASSIFICADO
7	3914	RAQUEL SANTUZA SOSTENA	01/02/1972	48725040 SSP/PR	56	CLASSIFICADO
8	2974	CLAUDE BERNARDINO RODRIGUES	07/01/1977	09233091 SSP-MT	56	CLASSIFICADO
9	1079	MICHELLI STUCHI DE SOUZA	02/11/1983	11617667 SJ	56	CLASSIFICADO
10	2224	JACQUELINE CORDEIRO GAZOLA	18/03/1986	69645798 SSP/PR	56	CLASSIFICADO
11	286	ANDREA PATRICIA DE ALMEIDA	23/04/1986	16427777 SEJSP	56	CLASSIFICADO
12	3545	DALVAN OLIVEIRA MAGALHÃES	16/05/1988	20140843 SSPMT	56	CLASSIFICADO
13	4236	ALINE MICHELI GOMES SANTOS	27/12/1993	629282 PTC/AP	56	CLASSIFICADO
14	1647	LAIANE BRONEL CORREA	30/01/1995	24752517 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
15	1919	ANDREIA DA CRUZ CASSIANO	30/05/1975	28314681 SP/SSP	52	CLASSIFICADO
16	2304	REGINA FERNANDA WEISSHEIMER	07/08/1978	10560556 SJ	52	CLASSIFICADO
17	3770	HELYTON SOARES FERNANDES	27/12/1992	21591792 SSP	48	CLASSIFICADO
18	3220	ROBERSON CARLOS DE MELO	16/07/1993	22085050 SSP	48	CLASSIFICADO
19	1629	ROGERIO MEIATO GONÇALVES	26/09/1993		48	CLASSIFICADO
20	2888	SERGIO SILVA QUINTANILHA	07/08/1964	m 2337433 PC	44	CLASSIFICADO
21	26	STELAMIRA FRANCO PEDROSO	22/07/1967	41941340 SSP-PR	44	CLASSIFICADO
22	641	CLAUDIO ALVES DE SOUZA	09/08/1982	16955471 MT	44	CLASSIFICADO
23	4630	EDUARDO JOSE SUARES	27/05/1985	14548852 SSP/MT	44	CLASSIFICADO

24	1574	ELIELMA OLIVEIRA DOS SANTOS DANTAS	29/06/1986	1.829.093-0 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
25	2287	TASSYANE MONTEIRO	25/03/1993	21621888 SSP MT	44	CLASSIFICADO
26	605	JOEL LAURENTINO DA SILVA	18/09/1973	08960224 SSPMT	40	CLASSIFICADO
27	1471	OZEIAS PINHEIRO DA SILVA	05/05/1981	14979705 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
Cargo.:655 -PROFESSOR GEOGRAFIA – ZONA URBANA E RURAL						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	3907	JOCENIL WILSON PEDROSO ALVES	09/05/1973	997162 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
2	2147	RODRIGO CONCEIÇÃO DELUQUI	04/09/1985	18536557 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
3	2721	PRISCILA ALVES CORDEIRO SILVA	01/05/1987	14426080 SSP /MT	60	CLASSIFICADO
4	2232	RIAMAR RAMIRES DA CRUZ	22/04/1974	957361 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
5	3926	ROSINEIA ANDREIA DE SOUZA	11/01/1979	12013323 SSP MT	56	CLASSIFICADO
6	305	DANIEL RICARDO DA SILVA SENA	21/01/1980	4947010 SPTC	52	CLASSIFICADO
7	1073	LAYANE APARECIDA DE ALMEIDA DE NOVAES	06/03/1992	20613806 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
Cargo.:656 -PROFESSOR HISTÓRIA – ZONA URBANA E RURAL						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	908	ADRIANA DA SILVA SANTIAGO	28/06/1979	1316430-9 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
2	2591	RAFAELA FRANCISCA DA ROCHA SILVA	16/06/1993	17367387 SSPMG	60	CLASSIFICADO
3	1339	JOSIANE QUIRINO HONORATO	30/10/1979	11045124 SSP MT	56	CLASSIFICADO
4	198	ROSILDA ANTONIO DOS SANTOS	13/06/1986	2089009 SSP-AL	56	CLASSIFICADO
5	205	GILMAR NOGUEIRA DA FONSECA	01/03/1990	21812527 SSPMT	56	CLASSIFICADO
6	2568	GENILDA APARECIDA DA SILVA	14/09/1974	10686533 SSP	52	CLASSIFICADO
7	1929	CEZAR AUGUSTO FONTANA	13/09/1977	66245713 SSP/PR	52	CLASSIFICADO
8	4336	CLEBER JUNIOR FERREIRA	19/07/1985	15493245 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
9	2486	JHONATAN DE OLIVEIRA SANTOS	12/01/1995	26512378 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
10	1690	SILVANA LOPES DA SILVA	31/01/1978	3059548-7 SSP	44	CLASSIFICADO
11	554	CLAUDINEI JOSE FERNANDES	01/09/1976	11202688 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
Cargo.:657 -PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	3615	ERLENE LEOCADIODA SILVA SANTIAGO	01/08/1975	117458-0 SSP	60	CLASSIFICADO
Cargo.:657 -PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	3748	DORJIVAL DA SILVA	28/03/1965	0872950 SSP/RN	76	CLASSIFICADO
2	2233	MARIA JOSE FURTUNATO DA FONSECA	05/09/1969	765938 SSP MT	76	CLASSIFICADO
3	1658	NEIDE SILVA I	11/11/1972	735461 SSP/MT	76	CLASSIFICADO
4	1656	ROSANGELA MARIANO ROSA	20/11/1972	866549 SSPMT	76	CLASSIFICADO
5	2210	JOSELANE RODRIGUES BATISTA	16/02/1976	23283742 SSP	76	CLASSIFICADO
6	78	ALESSANDRA PEREIRA DA SILVA	25/01/1977	1259380 SSPMT	76	CLASSIFICADO
7	1191	LUCIANE DOS SANTOS ROSA	23/09/1981	13168541 SSP MT	76	CLASSIFICADO
8	1668	GEDIANE NOGUEIRA PEGO	04/09/1982	15019314 SSP/MT	76	CLASSIFICADO
9	1024	MERIELE DA SILVA FRANCISCO	18/02/1987	1766654-6 SSP	76	CLASSIFICADO
10	889	JESSICA BERTO CORREIA	21/01/1992	2239604-7 SSP/MT	76	CLASSIFICADO
11	880	RENATA DE SOUZA COSTA	26/04/1992	20474253 SSP	76	CLASSIFICADO
12	1462	DHEYNE KAROLINA MENDES SOUZA	14/09/1992	2257539-1 SSPMT	76	CLASSIFICADO

13	1134	SEVERINA SOARES NABUCO	02/07/1961	542424 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
14	1707	STTELA MARCIA LOPES ROCHA	08/03/1964	10779356 SSP/SP	72	CLASSIFICADO
15	200	SANDRA ELENE DE DEUS AMICUCCI	13/09/1965	232090-8 SSPMT	72	CLASSIFICADO
16	2206	ALICE MARIA RODRIGUES SERAFINI	29/05/1966	09283510 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
17	3729	MARLI TEODORO DE OLIVEIRA DOS SANTOS	09/11/1967	13043242 SSP-MT	72	CLASSIFICADO
18	3824	ROZELI ANA RAFFAELLI SANTOS	26/07/1971	09003126 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
19	3472	SIRLENE PINHEIRO GARCIA	16/12/1971	9434992 SSP	72	CLASSIFICADO
20	329	VALDOMIRO BARBOSA DA SILVA	09/05/1973	0598081 SSP	72	CLASSIFICADO
21	2337	JANAINA PIMENTA DE BASTOS	24/11/1974	3438690 DGPC GO	72	CLASSIFICADO
22	2085	CLAUDENICE RODRIGUES MARTINS DE OLIVEIRA	19/06/1975	11465891 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
23	2800	REGINA TEIXEIRA	11/02/1976	22284184 SSP	72	CLASSIFICADO
24	1289	PATRICIA DUARTE DE OLIVEIRA	11/12/1977	22085505 SSP-MT	72	CLASSIFICADO
25	4011	CRISTIANA KAGUEIAMA	16/05/1979	11675640 SJ/MT	72	CLASSIFICADO
26	898	MARILUCIA DIAS DOS SANTOS	08/08/1979	10495100 SSPMT	72	CLASSIFICADO
27	847	FABIANA FÉLIX DE LIMA	15/03/1980	11912863 SJ/MT	72	CLASSIFICADO
28	980	TATIANE LOZANO DA SILVA MENDES	11/11/1980	14440229 SSP	72	CLASSIFICADO
29	4280	CLAUDINÉIA DA CRUZ STRAMBECK	31/12/1980	19277571 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
30	426	MARIA EDNAURA ANDRADE VITORINO	07/05/1983	15888495 SSP	72	CLASSIFICADO
31	486	LEDICEIA PEREIRA DA SILVA	05/09/1983	1464471-1 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
32	1150	TATIANE CRISTINA DISPERATTI DE AQUINO	11/02/1984	14234181 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
33	1342	ANNE CAROLINE DOS SANTOS ZANCHETA	06/03/1984	13671235 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
34	1563	LUCIANE ANTUNES	19/03/1986	17399505 SSP MT	72	CLASSIFICADO
35	4019	JACKELINE BATISTA DA SILVA DUARTE	12/05/1986	17418283 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
36	2923	ROSILAINE BARROS DE SOUZA	17/09/1986	20356943 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
37	3046	ROSILENE DE MELO SANTOS	22/07/1988	19794789 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
38	4361	SENIRA INÁCIO DA SILVA	24/07/1988	2031903-7 SESP	72	CLASSIFICADO
39	2209	DEBORA SCHIRMER	06/01/1989	15305066 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
40	4521	DÉBORA APARECIDA BLANCO GONSALES	29/07/1992	24117404 SSP	72	CLASSIFICADO
41	435	RAYANNE ELIZABETH SILVEIRA MUNIZ	06/09/1992	21818169 SSP-MT	72	CLASSIFICADO
42	4393	CAMILA ALVES CORDEIRO	26/03/1993	2239612-8 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
43	1392	IZABELA FREITAS LOUZADA	23/02/1994	2461930-2	72	CLASSIFICADO
44	2246	ÊMILY DE SOUZA BRITO	05/09/1994	2553797-0 SSP-MT	72	CLASSIFICADO
45	4342	JULIE ANE DO NASCIMENTO	04/06/1995	25131923 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
46	2564	RAIMUNDA NUNES DO NASCIMENTO	02/07/1962	13834748 SSP/SP	68	CLASSIFICADO
47	2435	JEDALVA DALGIZA DE SOUZA	23/08/1964	03904270 SSP-MT	68	CLASSIFICADO
48	682	ANA GISELI STEINHOWSER MACHADO TRISTÃO	06/12/1974	09218688 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
49	1448	REGIANE PEREIRA DE ALMEIDA	27/12/1975	10411577 SSPMT	68	CLASSIFICADO
50	3669	MARLENE APARECIDA DE SOUZA	03/06/1976	904888 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
51	3094	IVONE MENDES PEREIRA	03/10/1977	11450576 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
52	1152	DANIELA LILIANE DISPERATTI CAVALCANTE	02/07/1978	14566885 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
53	4204	MARIA DO CARMO ROMAO	11/08/1978	18530559 SSP	68	CLASSIFICADO
54	1484	JUCÉLIA DA SILVA CAMPOS	24/03/1979	093874804-3 EB/MS	68	CLASSIFICADO
55	1936	VANDA APARECIDA MAZOTTI	30/06/1979	12343262 SSPMT	68	CLASSIFICADO

56	2757	DANIEL VERNEQUE DIAS	20/10/1979	12787043 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
57	1797	MARCILENE MARIANO DA SILVA	25/08/1980	123691 -87 SEJSP MT	68	CLASSIFICADO
58	2559	JUCELIA MIRANDA COSTA	26/04/1981	12702293 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
59	929	JAIR PEREIRA DA CRUZ	30/10/1981	14836769 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
60	4119	IVANILDA DA PENHA SOBRINHO	13/08/1982	14282992 SSP-MT	68	CLASSIFICADO
61	3912	LAURA MELO MACHADO JESUS	18/12/1982	15953920 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
62	2597	SUZE LEANDRO DA SILVA	06/01/1983	1558451-8	68	CLASSIFICADO
63	2140	DAIANA DANIELA SOARES SILVA	03/12/1983	1519049-8 SSP MT	68	CLASSIFICADO
64	1065	ERICA WOLF RITT	09/01/1984	1402351-2 SSPMT	68	CLASSIFICADO
65	2662	LUCILAINDE ALVES DE MIRANDA	10/09/1986	20126000 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
66	1008	HOLIANA MARIA FERREIRA LEITE	23/03/1987	16619110 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
67	907	LINE DIONES BATISTA DA SILVA	21/09/1988	000978020 SSP	68	CLASSIFICADO
68	4132	FLAVIA MARIN DA SILVA	09/02/1989	19573715 SSPMT	68	CLASSIFICADO
69	3998	WERICA MARTINS DO NASCIMENTO	07/03/1989	17971411 SSP - MT	68	CLASSIFICADO
70	6	JAYANE DE SOUZA CRUZ	04/09/1990	20927819 SSPMT	68	CLASSIFICADO
71	188	THIAGO FAGUNDES DE SOUZA	23/11/1990	18150098 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
72	4510	FERNANDA DE SOUZA PEREIRA	19/01/1991	22652590 SSP MT	68	CLASSIFICADO
73	187	JAQUELINE SCHOWENCK PIRES SILVA	16/05/1991	1240490 SSP	68	CLASSIFICADO
74	149	ANA PAULA COSTA PEREIRA	19/11/1991	20720084 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
75	63	LUCILEIDE RODRIGUES SILVA DE SOUZA	27/07/1955	707733 SSP CE	64	CLASSIFICADO
76	1737	MARILSA CONSUELITA TEODORO	07/08/1961	10217711	64	CLASSIFICADO
77	3482	ZANIR TERESINHA MULLER MODENA	20/08/1962	11045507 SSP MT	64	CLASSIFICADO
78	2222	MARCIO APARECIDO DOLAVAL	20/04/1964	34010250 SSP PR	64	CLASSIFICADO
79	737	CELIA GONZAGA DE MELO SANTOS	19/08/1968	340898239 SSPSP	64	CLASSIFICADO
80	1677	CARLA CRISTINA RIBEIRO FRANCO FREITAS	04/08/1969	19408374 SSPMT	64	CLASSIFICADO
81	2180	BERENICE NEVES GRISOSTE OLIVEIRA	10/04/1970	08018537 SSPMT	64	CLASSIFICADO
82	1363	DEBORA CANDIDA DE OLIVEIRA	04/04/1972	2517629-3 MT	64	CLASSIFICADO
83	1106	MARIA LUCIARA GOMES DE QUEIROZ	15/12/1972	250086189 SSP/SP	64	CLASSIFICADO
84	3408	WALKIRIA DE LIMA SANTOS	31/01/1973	1666149 SSP PB	64	CLASSIFICADO
85	3695	MARIA IZABEL TEIXEIRA	30/07/1973	279316082 SSPSP	64	CLASSIFICADO
86	4410	LUZIA ROSSIE ALVES ROCHA	13/12/1973	887421 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
87	740	APARECIDA MARCIA GONÇALVES DA SILVA	07/11/1974	09539077 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
88	4199	SARA NASCIMENTO CEGOVIA	30/12/1974	14139960 SSP MT	64	CLASSIFICADO
89	2884	ANA CLAUDIA OLIVEIRA DOS SANTOS AUGUSTO	12/02/1975	08763089 SSPMT	64	CLASSIFICADO
90	2006	MARIA DE LOURDES PEREIRA DA SILVA	09/11/1975	905755 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
91	4032	APARECIDA SOLANGE DOS SANTOS	23/09/1976	12426032 SSPMT	64	CLASSIFICADO
92	320	PATRICIA DE UNGARO SANTANA	16/04/1977	14577038 SSP MT	64	CLASSIFICADO
93	4441	MARCIA CRISTINA DA SILVA MARTINS	24/04/1977	10521828 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
94	3076	EDMA NEUSA DE MORAES RIBEIRO	05/06/1977	3974262 SSP/DF	64	CLASSIFICADO
95	2163	ELINEIA FRANCISCO	11/08/1977	12042897 SSJ/MT	64	CLASSIFICADO
96	1091	ANTONIA MARQUES DA COSTA	09/09/1977	1174180-5 26/02/96	64	CLASSIFICADO
97	4158	ELIEN DEBORA PEREIRA DA SILVA	08/10/1977	1520358 SSP	64	CLASSIFICADO
98	4314	ELISANGELA CROSCIOLI	20/05/1978	11385065 SSP MT	64	CLASSIFICADO

99	3148	MARIA ELIZABETE E SILVA	01/07/1978	1111485-1	64	CLASSIFICADO
100	617	MARIA ELIETE ANDRADE VITORINO	12/09/1978	1138509-0	64	CLASSIFICADO
101	1842	APARECIDA ARAUJO DOS SANTOS DALOSSE	26/03/1979	12648760 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
102	2256	JOSANE FRANCISCA DE LIMA	02/06/1979	18462340 SSP	64	CLASSIFICADO
103	618	CRISTIANE MILCHAREK	05/08/1979	1321918-9 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
104	3836	VANESSA DE OLIVEIRA GONÇALVES SOUZA	10/09/1979	12407690 SSP	64	CLASSIFICADO
105	1639	NEIDE VIEIRA DA SILVA	21/04/1981	12459550 SSPMT	64	CLASSIFICADO
106	3	GILMAR DIONIZIO DA FONSECA	15/07/1983	17916992	64	CLASSIFICADO
107	3736	MARILENE FERREIRA LACERDA	24/09/1983	26889900 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
108	4492	SALETE DE FATIMA DE OLIVEIRA	20/12/1984	18216340 MT	64	CLASSIFICADO
109	84	IARA LEMES PAULUS	28/02/1985	15894487 SEJSP MT	64	CLASSIFICADO
110	2310	MARIA LEONICE DA SILVA	13/05/1985	19758235 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
111	4021	CLEUSA FERREIRA DOS SANTOS	27/05/1985	16462033 SSP	64	CLASSIFICADO
112	2867	FERNANDA APARECIDA SANTOS PAES	04/12/1985	15637328 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
113	4514	JULIANA OLIVEIRA XAVIER	15/04/1986	1574215-6 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
114	4222	EDILAINE VIEIRA FERREIRA	30/04/1986	17840279 SSPMT	64	CLASSIFICADO
115	845	MARLENE DA SILVA LARA	07/06/1986	16589408 SESP	64	CLASSIFICADO
116	3208	JADSON DE BRITTO GASPAR	11/06/1986	81946965 SSPR	64	CLASSIFICADO
117	4281	DAIANE PEREIRA DA SILVA	20/11/1987	15700593 SSP MT	64	CLASSIFICADO
118	4252	LUCINETE BENICIO ZANATTA	28/12/1987	18627358 SSPMT	64	CLASSIFICADO
119	1514	JULIANA LONGARETTI DE ALMEIDA	11/06/1988	18852939 SSP\MT	64	CLASSIFICADO
120	3856	JULIANE CASSOLA PAULO	20/08/1988	18411690 SSP-MT	64	CLASSIFICADO
121	1294	JAQUELINE SOARES BATISTA DE ALMEIDA	26/09/1989	21119112 SSP	64	CLASSIFICADO
122	2183	ISABELA RODRIGUES SOARES	29/12/1991	30600596 SSP	64	CLASSIFICADO
123	1775	ANA PAULA DELISE MACEDO	26/04/1994	21715254 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
124	709	FABIELLE VETTORE	15/01/1995	2351214-8 SSP	64	CLASSIFICADO
125	2372	ROZEMARY MARTINS DA COSTA	18/05/1962	23307056 SSP-MT	60	CLASSIFICADO
126	483	ROSENI APARECIDA FERNANDES VIEIRA	12/02/1970	23137223 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
127	1810	ROSELY DOURADO PORTUGUES DE PAIVA	15/04/1971	3880888 DGPC GO	60	CLASSIFICADO
128	1089	VANDERLUCIA FERNANDES DOS SANTOS SIQUEIRA	25/10/1971	12593702 12/06/97	60	CLASSIFICADO
129	2220	MARCIA MARIA ZULI GOMES	12/07/1972	616128 SSP	60	CLASSIFICADO
130	1248	IVANIR GONÇALVES ALVES	14/08/1974	09449477 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
131	3615	ERLENE LEOCADIODA SILVA SANTIAGO	01/08/1975	117458-0 SSP	60	CLASSIFICADO
132	1946	ALEANDRA MENDES SILVA BORTOLUCI	13/06/1976	1096028-7 SJMT	60	CLASSIFICADO
133	1655	ROZANE CAMARGO	24/12/1976	13813129 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
134	4323	FABIANA FUSCO ROCHA	25/02/1977	1034351-5	60	CLASSIFICADO
135	3556	JULIANA MARIA MATIAS RIBEIRO BRAZ	02/01/1979	1280854-7 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
136	3349	ELY REGINA SILVA ARRUDA	27/07/1979	11806834 SSP-MT	60	CLASSIFICADO
137	537	CLEIA PEREIRA BARBOSA	21/12/1979	1325481-2 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
138	1469	SANDRA FERNANDES MANSILHA DELFINO	05/08/1980	1483619-0 SSPMT	60	CLASSIFICADO
139	3271	JOSIANI DA SILVA CHABUDE BRABO	13/08/1981	13813323 SSP	60	CLASSIFICADO
140	1416	LUCIANE GONCALVES DE JESUS RODRIGUES	16/02/1982	16094832 SSPMT	60	CLASSIFICADO
141	3572	MARIA ROSEVELTE DE OLIVEIRA SILVA	20/05/1982	14768143 SSP	60	CLASSIFICADO

142	1449	ALENICE GOMES CLARINDO COELHO	27/06/1982	15822150 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
143	604	MARIELLY DE OLIVEIRA BENEVIDES	07/07/1984	14729270 SSP	60	CLASSIFICADO
144	2437	CLEONICE GODOI	24/07/1984	14620654 SSP\MT	60	CLASSIFICADO
145	3162	PATRICIA MANSANO ORNEL	10/09/1985	17867827 SSPMT	60	CLASSIFICADO
146	209	ADRIANA BARBOSA LEITE	08/02/1986	1884849-4 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
147	3903	ANDREIA MARTINS	17/02/1986	18474624 SSP-MT	60	CLASSIFICADO
148	3426	LOENE SOUZA JULIO	11/03/1987	1972828-0	60	CLASSIFICADO
149	1830	HELOIZIA SOUZA MOREIRA	03/06/1987	18306730 SSPMT	60	CLASSIFICADO
150	2571	SIMONE LEAL MENDONÇA	16/09/1987	18079504 SSPMT	60	CLASSIFICADO
151	1691	VALDEIR PEREIRA DOS SANTOS	19/03/1989	21544263 SSP	60	CLASSIFICADO
152	1933	DEBORA PINTO DA SILVA RUIS	17/08/1989	11129476 SS-PAC	60	CLASSIFICADO
153	1840	PATRICIA SILVA QUATRIN	03/04/1991	22698426 SSP	60	CLASSIFICADO
154	4296	RENATA PEREIRA DA CUNHA	08/09/1991	22273816 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
155	1512	BETANIA ROSA DA SILVA	19/11/1992	1211777 SSP	60	CLASSIFICADO
156	1115	MARIA JOSÉ BESERRA DO NASCIMENTO	12/09/1965	504835 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
157	4195	MARIA DE FATIMA CORATO ARAUJO	18/07/1966	41189274 SSP/PR	56	CLASSIFICADO
158	545	MARCIA FERREIRA DE MELO	06/01/1970	14831350 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
159	1174	ELEUZA PEREIRA DA SILVA	05/07/1970	855018-2 SSP MT	56	CLASSIFICADO
160	3679	ROSEMEIRE DA SILVA	07/09/1970	11045744 SJMT	56	CLASSIFICADO
161	1095	ELIANE PITTMA FERREIRA	11/08/1972	954400 29-04-92	56	CLASSIFICADO
162	3939	ALDA SIMONE TENUTES CAMARGO DA SILVA	23/08/1973	120226 SSPMT	56	CLASSIFICADO
163	795	CRISTINA DA SILVEIRA	28/09/1975	944720 SSPMT	56	CLASSIFICADO
164	1974	ROZIANE RAMOS	05/11/1976	70784220 SSP/PR	56	CLASSIFICADO
165	3693	NILZA PEREIRA DA SILVA IDALGO	01/12/1976	10371249 SSP	56	CLASSIFICADO
166	3129	FABIANA ALENCAR ROCHA E SILVA	22/09/1977	1240612-0 SSP MT	56	CLASSIFICADO
167	1071	LUIZA GONCALVES DA COSTA SOUZA	21/06/1978	1226667-1 SS/P	56	CLASSIFICADO
168	1446	SEILA APARECIDA SANT'ANA	27/03/1980	12431273 SSPMT	56	CLASSIFICADO
169	1711	SUELENE FIRMINO DE OLIVEIRA SILVA	03/01/1983	15841740 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
170	576	CARLOS ROBERTO DA SILVA	14/04/1983	13965875 SSP	56	CLASSIFICADO
171	197	EUNICE COSTA DE AGUIAR	26/04/1983	1574518-0 SSPMT	56	CLASSIFICADO
172	2088	ANDREIA BRAGA	24/09/1983		56	CLASSIFICADO
173	358	ROSANGELA BETANIN SANTOS	28/04/1984	15313875 SSP MT	56	CLASSIFICADO
174	4056	ELIANE APARECIDA DA SILVA	29/11/1985	17442575 SSP	56	CLASSIFICADO
175	4436	CRISTIANA APARECIDA FRANÇA	22/03/1986	16131860 SSPMT	56	CLASSIFICADO
176	739	VALERIA ZANARDI DE ALMEIDA	22/10/1986	17839203 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
177	3508	RAIELI CAMILA DA SILVEIRA	03/08/1991	20871880 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
178	3072	PAMELA FERRAZ CAMARGO	17/11/1992	10211247-4 SSP/PR	56	CLASSIFICADO
179	1378	TAYNA OLIVEIRA CHINAIDER	28/05/1993	24617989 SSP	56	CLASSIFICADO
180	3290	NEUZA DE SOUZA NEPOMUCENO OLIVEIRA DO NASCIMENTO	20/12/1075	1068802-1 SSP	56	CLASSIFICADO
181	4060	MARIA LUCIA DUARTE FREITAS	27/01/0197	119086601 MT	56	CLASSIFICADO
182	2049	JOANEI FRANCISCA DE CAMPOS	24/06/1961	0256298-7 SSPMT	52	CLASSIFICADO
183	4061	MARIA APARECIDA RAMOS DA SILVA	29/09/1963	748869 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
184	803	MARLI DOMINGOS RIBEIRO	12/01/1965	548067 SSP	52	CLASSIFICADO

185	4547	VALDENIR EDVIRGES DA SILVA E SILVA	09/11/1968	07987129 SSP MT	52	CLASSIFICADO
186	3341	GERALDO MIRANDA COSTA	27/02/1971	820642 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
187	3118	SIRLENE GOMES DA SILVA SALVADOR	26/04/1973	828929 SSP MT	52	CLASSIFICADO
188	540	MARIA RAIMUNDA PEREIRA SANTOS	28/08/1977	5015732 SSP/PA	52	CLASSIFICADO
189	3476	MARIA LUCELIA DE SOUZA PEREIRA	15/02/1978	11251247 SESP	52	CLASSIFICADO
190	2646	ELIZABETE LORENCO DE CRISTO	15/05/1980	1522289-6 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
191	906	MARIA ALEXANDRA SANTOS DE SOUSA	28/04/1981	25138090 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
192	3401	LAURA DA SILVA OLIVEIRA	27/06/1982	13559613 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
193	2749	ROSIMEIRE FEITOZA	15/02/1983	14801493 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
194	4363	ELIANE PEREIRA BACHESK	15/03/1985	15971333 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
195	3291	ANA PAULA GEIER	03/10/1985	17352827 SSPMT	52	CLASSIFICADO
196	2448	VANESSA TIENE PEREIRA	09/09/1986	14939509 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
197	2357	ROSEANE CRISTINA LEANDRO	16/04/1988	1926004-0 SESP/MT	52	CLASSIFICADO
198	1388	RENATO FERREIRA DA SILVA	09/07/1990	1768335-1 SSP	52	CLASSIFICADO
199	2320	ROSA MARIA ETIENE DO NASCIMENTO	14/10/1992	22515828 SSPMT	52	CLASSIFICADO
200	3726	ANGERLI DOS SANTOS VALERIO	20/11/1992	22551298 SSP	52	CLASSIFICADO
201	1579	MARIA DA GLORIA VASCONCELOS DOS SANTOS	26/07/1961	02250890-25	48	CLASSIFICADO
202	3895	ELENA BATISTA DE SOUZA FANTASIA	28/08/1962	152077108 SSP/SP	48	CLASSIFICADO
203	2841	ROGELIA GRAGEL	27/01/1969	799177 SSPMT	48	CLASSIFICADO
204	3022	ANA MARIA ALVES I	26/07/1972	08761604 SSP	48	CLASSIFICADO
205	1742	LIANE FRANCISCA ELI VACCA	18/04/1976	67261763 SSP	48	CLASSIFICADO
206	2145	CRISTIANE ARLINDA MARCELINO	19/12/1976	924658 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
207	3918	KILZA DA SILVA SOUSA	11/04/1977	09463631 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
208	3548	ELISANGELA DOS SANTOS I	02/06/1977	12319449 SJ	48	CLASSIFICADO
209	4416	ELISANDRA LEMES ELIZEU FROELHICH	03/08/1977	9919856 SSPMT	48	CLASSIFICADO
210	4412	VANESSA SANDRA ATAIDE	08/04/1980	13621211 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
211	3648	VANIA PAULA DOS REIS SANTOS	28/04/1980	28401557 SEJSPMT	48	CLASSIFICADO
212	4338	CLAUDINEIA RODRIGUES DA SILVA	31/10/1980	12699942 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
213	760	EDILENE GEOVANA RODRIGUES	18/09/1981	1576343-9 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
214	882	FRANCINE FERREIRA BARBOSA CORREA	03/08/1982	14994089 SSP	48	CLASSIFICADO
215	3456	SOLANGE SCHEFER	29/04/1983	14919338 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
216	1666	REGIANE CRISTINA LEANDRO	26/08/1984	15542920 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
217	903	PATRICIA CRISTINA GUSMÃO	16/02/1985	94321760 SSP/PR	48	CLASSIFICADO
218	1443	MARINEIDE FREITAS DE OLIVEIRA	18/01/1987	19944330	48	CLASSIFICADO
219	4606	DANIELA GOMES CAJAZEIRA DA SILVA	13/11/1988	1901766-9 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
220	1423	CLARETE APARECIDA MATURANO SOARES	08/01/1964	17487814-x SSPSP	44	CLASSIFICADO
221	127	RIZONI ALVES DE SOUZA	14/06/1965	659785 SSPMT	44	CLASSIFICADO
222	2666	NADIR RODRIGUES DE SOUZA CAMPOS	21/04/1972	1651487-4 SSPMT	44	CLASSIFICADO
223	356	NADIA ALMEIDA GOULART FREITAS	07/03/1974	10687610 SSP	44	CLASSIFICADO
224	4053	REGINA APARECIDA DOS SANTOS	25/04/1979	13332724 SSP	44	CLASSIFICADO
225	3093	ANDREIA NOGUEIRA COSMO	02/05/1979	17718945 SSP	44	CLASSIFICADO
226	259	EDILANIA LUIZA DE SOUZA	11/08/1980	13291564 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
227	2428	ALINE CONCEIÇAO FREITAS GONÇALVES	22/06/1986	17399220 SSP-MT	44	CLASSIFICADO

228	3731	LEONICE CAMPOS	17/01/1987	17689759 SSP	44	CLASSIFICADO
229	609	VANDERLEIA DE SOUZA	06/03/1987	13160141 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
230	3948	VERA IDALINA DOS SANTOS	24/06/1987	18786766 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
231	8	VANESSA CHAVIER DE BARROS	10/11/1987		44	CLASSIFICADO
232	3183	SIMONE DOS SANTOS GOMES	27/03/1989	20693435 SSP	44	CLASSIFICADO
233	1420	VERA MARIA PEIXOTO DA SILVA	11/09/1955	372512 SSP/AL	40	CLASSIFICADO
234	2331	LUCIENE SANTANA DA SILVA	26/03/1966	519206 SSP	40	CLASSIFICADO
235	4130	GECIRA DA PENHA DE JESUS	01/12/1970	820645 SSP	40	CLASSIFICADO
236	2202	CIMARA ALVES LOURENCO DA COSTA	21/04/1973	990706 SSP-MT	40	CLASSIFICADO
237	4455	LOURIETE PEREIRA DE ANDRADE	29/08/1975	0753640694 SSP/BA	40	CLASSIFICADO
238	1598	ADRIANA DE FATIMA ANSELMINI	12/05/1979	12821918 MT	40	CLASSIFICADO
239	3620	KATIA MORAES DOS SANTOS	10/03/1986	16892259 SSP MT	40	CLASSIFICADO
240	228	ROSE VIEIRA RODRIGUES DE QUEIROZ	24/09/1986	1427619-4 MT	40	CLASSIFICADO

Cargo.:658 -PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	4005	HELEN VANESSA OLIVEIRA RITT ZANCHIN	28/05/1975	26654733 SEJS-PE/MT	72	CLASSIFICADO
2	878	WAGNER LUIZ FAQUINETI	13/04/1986	100729750 SESP/MT	72	CLASSIFICADO
3	283	PAMELA DOS REIS	24/09/1992	22281827 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
4	4231	SANDRA GOMES DE SOUZA BENINCA	16/02/1980	13820419 SSPMT	68	CLASSIFICADO
5	3064	TAMIRES SCHNEIDER	25/10/1989	15167674 SSP	68	CLASSIFICADO
6	3549	CELMA CRISTINA FERREIRA DA SILVA NASCIMENTO	02/07/1978	1368006-4 SSP - MT	64	CLASSIFICADO
7	671	BENEDITA MARIA DE BONFIM	27/08/1980	13472305 SSP MT	64	CLASSIFICADO
8	2277	IARA MARIA DOS ANJOS VIEIRA	11/07/1963	12317219 SSP/SP	60	CLASSIFICADO
9	2668	SORTINEIDE FARIAS RIBEIRO NAVARRO SEGURA	21/11/1967	30111927 SSPMT	60	CLASSIFICADO
10	3319	EDILENE QUIRINO NEIVA EVANGELISTA	01/01/1972	05847923 SSP	60	CLASSIFICADO
11	1746	ADRIANA GONCALVES VACCARI RIGUI	07/08/1973	9524436 SSP MT	60	CLASSIFICADO
12	1401	ELIANE MENDES DAS NEVES	03/12/1974	10959653 SSP	60	CLASSIFICADO
13	2890	ELISBELE RICAS GARCIA	02/02/1975	985007 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
14	1410	JAQUELINE BERNARDI TRENTINI	24/06/1982	13154826 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
15	1479	ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS	05/10/1983	1347223-2 SSP	60	CLASSIFICADO
16	1186	DEMILSON MOREIRA RODRIGUES	10/11/1983	15614760 SSPMT	60	CLASSIFICADO
17	248	BERKLOURDES MENDES FONSECA	28/04/1984	17465435 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
18	3897	PATRICIA DIAS RAMOS	07/05/1986	15311791 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
19	3143	DANIELLI MARQUES ROSA	21/03/1988	1865688-9 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
20	2719	PAMELA LERENA CALENTE MATTOS LINS	25/01/1989	22942963 SSP MT	60	CLASSIFICADO
21	3251	PATRICIA ALMEIDA DA SILVA	20/06/1991	21983615 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
22	3418	JANAINA NOGUEIRA PAVAN	09/10/1992	2112024-2 SSP MT	60	CLASSIFICADO
23	1583	EDIVANIA MARIA DE JESUS SILVA SOUSA	27/03/1977	27231127 SESP	56	CLASSIFICADO
24	2931	ADENILTON JESUS LIMA	25/05/1979	1281149 SSP	56	CLASSIFICADO
25	1274	CINTIA DE SOUSA	07/09/1982	15752194 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
26	2544	LUCILENE ALVES MARTINS	01/04/1983	15040410 SSPMT	56	CLASSIFICADO
27	963	KISSILA PRISSILA CAMPOS	22/11/1983	1368900-2	56	CLASSIFICADO
28	1353	SANDRA FRANÇA MEIRA	26/03/1985	17907179 SSP/MT	56	CLASSIFICADO

29	1962	SIDIVALDO OEDER DE OLIVEIRA	08/06/1985	15747883 SSP-MT	56	CLASSIFICADO
30	4267	HELEN CRISTINA LADEIA	06/07/1987	18825575 SSP	56	CLASSIFICADO
31	2218	PATRICIA PAES SULZBACH	06/03/1988	18950167 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
32	1434	RAFAEL AMORIM OLIVEIRA	07/07/1988	23773200 SE-JUSP MT	56	CLASSIFICADO
33	830	TUANE CRISTINE DOS SANTOS RECHE	29/04/1989	18641474 SSP-MT	56	CLASSIFICADO
34	3322	CRISTIANE MAX SERRA VILAS BOAS	14/07/1989	1642115-9 SSP	56	CLASSIFICADO
35	1211	RAFAEL POLETO	17/10/1990	1981247 SSPMT	56	CLASSIFICADO
36	3984	EDUARDO FONSECA DE SOUZA	23/09/1992	22274332 SSPMT	56	CLASSIFICADO
37	977	MARIA LAIDE MARQUES BORTOLUCI	19/07/1954	8320240 SSP/SP	52	CLASSIFICADO
38	4117	MARILENE DA LUZ OLIVEIRA	21/05/1971	933781 SSP-MT	52	CLASSIFICADO
39	1111	ELIZABET URIZAR GOMES	15/05/1972	886371 SSPMT	52	CLASSIFICADO
40	2139	DEOLINA BORGES ARCANJO	11/10/1978	12265624 SSP-MT	52	CLASSIFICADO
41	3049	MARILUCE SILVA GAVAZZA	25/04/1980	18818802 SSP	52	CLASSIFICADO
42	2386	JAINE PEREIRA DO NASCIMENTO	17/08/1982	14978873 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
43	226	GISLAINE CRISTINA DA SILVA	18/09/1983	12701890 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
44	56	ALESSANDRA CRISTINA PEREIRA	19/04/1985	15416380 SSPMT	52	CLASSIFICADO
45	2317	THABATHA FERREIRA DOS SANTOS	17/01/1989	24632490 SSPMT	52	CLASSIFICADO
46	621	PATRICIA ANDREIA BLANCO LINO	05/08/1989	21236054 SSPMT	52	CLASSIFICADO
47	15	MARIA MADALENA DA SILVA DIAS	06/11/1989	2143632-0 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
48	2460	PATRÍCIA DOS SANTOS DA SILVA	02/02/1993	2252202-6 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
49	2286	RITA GUIA DA CUNHA MARCHIORI	18/01/1958	01123726 MT	48	CLASSIFICADO
50	4260	IRACELIA SALES DOS ANJOS DURÃO	16/09/1967	1271044-0 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
51	135	EDINI MARIA DA SILVA	23/09/1974	12059951 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
52	4120	PAULO SERGIO SOARES SILVA	22/08/1979	12265497 SSP-MT	48	CLASSIFICADO
53	2711	LUZIA DE OLIVEIRA	07/09/1979	14763923 SSP	48	CLASSIFICADO
54	3576	CARLA GRAICY LIMA DE OLIVEIRA	01/04/1984	15907058 SSP MT	48	CLASSIFICADO
55	4485	FRANCISCA JANAINA FREIRE RODRIGUES	23/06/1985	002502052 ITEP	48	CLASSIFICADO
56	551	FRANCIELI SANTOS ROSSI	12/11/1988	18153780 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
57	232	FRANCIELE DA COSTA SOUZA	08/03/1989	19547439 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
58	1318	ANGELICA ALVES SOUZA	04/01/1990	20579306 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
59	2338	ANDRESSA DOMINGUES SILVA	23/02/1990	19441690	48	CLASSIFICADO
60	438	ADRIANA MONTEIRO MENDONCA	05/03/1990	15933814 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
61	130	LARISSA MARTINS GONÇALVES	06/08/1990	1627646-9 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
62	818	SANDRA SARA DE OLIVEIRA	10/07/1993	24231231 SSP	48	CLASSIFICADO
63	4006	CLAIRTON JOSE WEBER	10/04/1969	12r1831005 SSI SC	44	CLASSIFICADO
64	433	CLARICE FERREIRA DA SILVA	05/03/1976	13246100 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
65	3057	ANDREA PEREIRA DE OLIVIERA DOS SANTOS	01/04/1978	13265644 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
66	4318	ALMIRENE FRANCISCA BONFIM	01/07/1982	14565200 SSPMT	44	CLASSIFICADO
67	3762	JORDAO BRAGA RODRIGUES	13/09/1983	786600 SSP/RO	44	CLASSIFICADO
68	2260	LUCIMEIRE BATISTA CAMACHO	23/05/1985	1575973-3 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
69	4031	JOSE ERNANDO ALBUQUERQUE FERREIRA	01/12/1986		44	CLASSIFICADO
70	4201	JANEIN JOSE DA SILVA FERREIRA	22/10/1988	18541631 SSPMT	44	CLASSIFICADO
71	1614	RODRIGO LEMES DO NASCIMENTO	04/06/1992	20926898 SESP MT	44	CLASSIFICADO

72	4509	JESSICA NUNES DA SILVA	22/06/1992	22750436 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
73	1283	ROBERTA KELY DOS SANTOS	04/07/0199	22291768 SSPMT	44	CLASSIFICADO
74	1422	CELESTINA FARIA DE ALMEIDA	02/02/1964	03728331 SSP	40	CLASSIFICADO
75	2018	ERIKA CRISTHINA FIGUEIREDO RODRIGUES	19/05/1973	667120-9 SSP - MT	40	CLASSIFICADO
76	4037	ROSENIR VIEIRA DO NASCIMENTO	04/03/1977	12820849 SSP	40	CLASSIFICADO
77	3910	ELIANE DA CRUZ DE MIRANDA SILVA	16/01/1987	17066220 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
78	340	VANUBIA CRISTINA NUNES DOS SANTOS HENRICHSEN	18/09/1987	17571995 SSPMT	40	CLASSIFICADO
79	891	ROSIMARA DA SILVA OLIVEIRA RAMOS	24/08/1989	20177259 SSP	40	CLASSIFICADO
80	1964	DAYANE PADILHA DE FRANÇA ROCHA	23/11/1989	21303525 SESP/MT	40	CLASSIFICADO
81	1209	ANA CLAUDIA SERVILHA MARTINS	10/12/1990	19892438 SSPMT	40	CLASSIFICADO
82	4283	JULIANA GARCIA CHAVES	18/11/1991	22725555 SSP/Mt	40	CLASSIFICADO

Cargo.:659 -PROFESSOR MATEMÁTICA – ZONA URBANA E RURAL

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	2692	EDUARDO JUNIOR GUIA ALT	14/01/1980	13533525 SSP	76	CLASSIFICADO
2	2573	MARIO APARECIDO SILVA DE SOUZA	13/11/1976	09458379 SSPMT	72	CLASSIFICADO
3	2135	RAILEI GARCIA LEAL	25/09/1984		72	CLASSIFICADO
4	3235	ALLEXANDER BARBOSA CAMARGO SANTOS DE ANDRADE	01/03/1990	1535532-2 SSP MT	72	CLASSIFICADO
5	1605	JUAREZ NERES DE MIRANDA	09/08/1975	366882636 SSP/SP	68	CLASSIFICADO
6	4562	LUSIANA APRINIO DO NASCIMENTO	19/09/1984	15518604 SSP	68	CLASSIFICADO
7	1547	DIANA DE ALMEIDA DOS SANTOS	12/01/1994	20542534 SSP-MT	68	CLASSIFICADO
8	206	MAURO PEDRO PAZ	08/12/1962	112081 SSP/RO	60	CLASSIFICADO
9	407	JULIANO GARCIA DE OLIVEIRA	05/12/1991	22142576 SSPMT	60	CLASSIFICADO
10	4596	PABLO JACKSON RODRIGUES SILVA	24/07/1992	22300872 SSP MT	60	CLASSIFICADO
11	4294	DAYANE GRACIELLE GALEANO LIMA	03/06/1993	22515092 SESP	60	CLASSIFICADO
12	948	MAURO JOSE DOS SANTOS	16/05/1981	13803654 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
13	508	WIVIAN SENA MORAES	01/01/1982	13091115 SSPMT	56	CLASSIFICADO
14	4075	FABIANA DE CASTRO SILVA	31/12/1993	22811575 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
15	2207	SIMONE ALVES LOURENÇO	09/08/1980	13800795 SSP-MT	52	CLASSIFICADO
16	1244	ILDA SOARES RAIMUNDO	08/10/1985	14967073 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
17	102	MAYCON DOUGLAS FERREIRA	13/10/1991	21656606 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
18	2611	KLEVERSON RAYZEL GONÇALVES	02/05/1992	19035446 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
19	1590	ERENILDA OLIVEIRA DE SOUZA	26/05/1984	15031470 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
20	3985	VALDOILSON DA CRUZ DE IRANDA	17/11/1988	19168446 SSPMT	48	CLASSIFICADO
21	90	VICTOR FERREIRA BARBOZA DA SILVA	28/01/1990	19595360 SSP	48	CLASSIFICADO
22	1093	WEDSON MAKSON MOTA	22/10/1992	22617370 SSP	48	CLASSIFICADO
23	3351	LUANA SANTANA DELGADO	11/04/1995	24161357 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
24	3098	MARTA FURQUIM DE OLIVEIRA	24/04/1982	13688316 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
25	4274	VIVIANA DE CASTRO OLIVEIRA	30/10/1985	17822068 SSPMT	44	CLASSIFICADO
26	3151	CLAUDOMIRO BRAGA HORTENCIO	27/06/1954	03166783 SSSP-MT	40	CLASSIFICADO
27	3388	SUZANA CORREIA GOMES	14/08/1973	988358 SSP-MT	40	CLASSIFICADO
28	3358	SANDRA MARIA DAVELI SAMPAIO	29/02/1976	456931 SSP/RO	40	CLASSIFICADO
29	2518	FABIANO FERREIRA LIMA	20/03/1978	1280213 MT	40	CLASSIFICADO
30	480	MARCELO APARECIDO ALVES E ALMEIDA	07/09/1983	13048309 SSP	40	CLASSIFICADO

31	3171	LUCIANES GONÇALVES DA COSTA	11/03/1984	17224098 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
32	3062	LUCIMAR DELFINA DO NASCIMENTO	03/10/1984	15365727 SSP MT	40	CLASSIFICADO
Cargo.:660 -PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	975	ANA MARIA SAMPAIO DOS SANTOS	01/01/1977	13415999 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
Cargo.:660 -PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	2440	TANIA PADILHA	19/03/1967	507839 SSP/MT	80	CLASSIFICADO
2	2141	LUZIA GONÇALVES RAMOS DE OLIVEIRA	11/03/1974	13198424 SSP	76	CLASSIFICADO
3	2076	ENEIA ALVES LIFONSO	30/04/1984	1809084-2	76	CLASSIFICADO
4	940	ADRIANA DA SILVA I	07/02/1985	1709710-0 SSP-MT	76	CLASSIFICADO
5	3436	ADRIANA PALHANA MOREIRA	16/05/1986	17070490 SSP/MT	76	CLASSIFICADO
6	3749	KEZIANE RODRIGUES BORGES DE SOUZA	04/04/1987	19338406 SSP-MT	76	CLASSIFICADO
7	268	ADRIANA MANENTI PAVEI	01/07/1972	6768791-4 SSP/PR	72	CLASSIFICADO
8	520	MEIRE DE SOUZA BERIGO	11/10/1980	13870769 SSPMT	72	CLASSIFICADO
9	3617	ALINE FERNANDES DURANTE	07/07/1981	424687227 SSP/SP	72	CLASSIFICADO
10	3421	ANDRÉA MENDES DA COSTA	30/08/1981	13678876 SSP MT	72	CLASSIFICADO
11	1518	PATRICIA PAGNO MULLER	19/01/1983	1396303-1 SSP MT	72	CLASSIFICADO
12	2264	GILDIANE BENTO DE SALES	23/09/1983	15572242 SSP MT	72	CLASSIFICADO
13	285	RENATA REBECA ROCHA	08/02/1985	14836521 SSP MT	72	CLASSIFICADO
14	2168	JUCIELE SINDIAMARA DE SOUZA	21/11/1986	15819876 SSP	72	CLASSIFICADO
15	4	ALINE MIKAELLY DE ALMEIDA CAMPOS	29/07/1989	19165692 SSPMT	72	CLASSIFICADO
16	3585	JULIANA DOS SANTOS	27/06/1990	106615438 SS-PR	72	CLASSIFICADO
17	801	KARLLA JESSYCA FRANCO DE FREITAS	21/11/1990	1910434-0 SSP MT	72	CLASSIFICADO
18	1861	GRAZIELLE VASSOLER	22/08/1991	21444056	72	CLASSIFICADO
19	3591	AGLAER CRISTINA ZANELLA	07/05/1972	05443180 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
20	975	ANA MARIA SAMPAIO DOS SANTOS	01/01/1977	13415999 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
21	834	GENI DE FATIMA BILINSKI	10/04/1979	13784188 SSP	68	CLASSIFICADO
22	1720	PAULA FERNANDA ROMANHUK	29/04/1980	12885495 SSP MT	68	CLASSIFICADO
23	1402	VANDREIA ESTEVAO RAMPIM	27/11/1981	12285579 SSPMT	68	CLASSIFICADO
24	2293	ROSIMEIRE DIAS DA SILVA	12/03/1984	15313808 SSP	68	CLASSIFICADO
25	1851	MARCIA RIGILAINE DE ANDRADE	06/03/1985	24221520 SSPMT	68	CLASSIFICADO
26	996	FRANCIELE GIRALDI	03/02/1987	1935611-0 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
27	1703	KALYNCA FALCAO LOCATELLI	22/11/1987	17442176 SSP	68	CLASSIFICADO
28	3738	WILIANA MAGNOLIA DE OLIVEIRA FREITAS	28/12/1987	19598807 SSP MT	68	CLASSIFICADO
29	778	ANDREIA PEREIRA DE FARIAS	12/08/1988	19896794 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
30	16	RAYRA GASPARINE CASSIA	02/10/1988	16651227 SSPMT	68	CLASSIFICADO
31	1573	PATRÍCIA ALVES LORIN	18/01/1989	22221425 SSPMT	68	CLASSIFICADO
32	2691	TATIANE CABRAL DE OLIVEIRA	12/11/1989	001802364 SSP/MS	68	CLASSIFICADO
33	4160	ANGELICA VENTURA MIRANDA	13/12/1990	22297480 SSP	68	CLASSIFICADO
34	1009	BRUNA ROSSI CARVALHO DE OLIVEIRA	12/11/1992	23119934 SSP	68	CLASSIFICADO
35	997	FABIANA DE SOUZA PEREIRA	01/06/1994	24806706 SEJSP MT	68	CLASSIFICADO
36	2269	MARIA ALLINY SILVA SANTOS	11/11/0190	22271872 SSPMT	68	CLASSIFICADO

37	2639	LUCIMARA DIVINA DA SILVA	21/11/1884	17661323 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
38	1649	LINDINALVA DE ARAUJO ZIMERMANN	16/09/1966	688698-1 SSPMT	64	CLASSIFICADO
39	2400	RAQUEL MARIA DOS SANTOS FONSECA	07/10/1970	18818854	64	CLASSIFICADO
40	1385	MARIA APARECIDA DE JESUS VICENTE	10/07/1973	933609 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
41	3066	LUCIANETE DE ALMEIDA QUEIROS	02/05/1974	23835565-5 DETRAN	64	CLASSIFICADO
42	3760	ROSINEI DA SILVA	28/05/1976	10897488 SSP	64	CLASSIFICADO
43	1926	MARLI FRAGERI DA SILVA	28/10/1978	10556966 SSP MT	64	CLASSIFICADO
44	1376	ROSILENE SANTANA LIMA	09/12/1979	13292650 SSP	64	CLASSIFICADO
45	902	LUZINETE ALVES RODRIGUES DUARTE	29/06/1983	14680556 SSPMT	64	CLASSIFICADO
46	2225	ANA PAULA MIRANDA DE MORAES	23/07/1983	14536269 SSPMT	64	CLASSIFICADO
47	926	MARCIA APARECIDA DA SILVA MAGRINELLI	08/02/1984	18655912 SSP	64	CLASSIFICADO
48	835	MIRIAM JAKELINE BRONDANI	25/06/1984		64	CLASSIFICADO
49	883	GIZELE PATRICIA SANTOS DE SOUZA	13/11/1984	16469453 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
50	4360	ANA CLAUDIA RIBEIRO	30/12/1986	17382319 SSPMT	64	CLASSIFICADO
51	1234	JAQUELINE OLIVEIRA DA SILVA	17/06/1987	1895331-0 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
52	262	LISA CASADEI CRESPO	20/08/1987	435651948 SSP	64	CLASSIFICADO
53	4565	ANA CAROLINA AGUIAR GALDEANO	18/06/1988		64	CLASSIFICADO
54	1593	ANA PAULA SANDIS DOS SANTOS	08/02/1989	1713089-1 SSPMT	64	CLASSIFICADO
55	1615	JOSIANE MACHADO DE CARVALHO	11/09/1989	18384137 SSPMT	64	CLASSIFICADO
56	1121	JENNIPH ALINE CAMPOS BRASIL ANGOLA	21/09/1989	18934625 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
57	3111	ELENITA JANAINA MARTINS PEREIRA	12/01/1990	17976154 SSPMT	64	CLASSIFICADO
58	1321	JESSICA ROSA ORLANDO DE MORAIS	16/11/1990	17491533 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
59	367	LILIAN STRAPASSON	19/07/1991	21477760 SSPMT	64	CLASSIFICADO
60	11	CINTHIA DAIELLE GONCALVES ALMEIDA	21/01/1992	22327371 SSP	64	CLASSIFICADO
61	2284	SIMONY MARIA PEREIRA DE MEDEIROS	01/07/1993	2251483-0 SSP-MT	64	CLASSIFICADO
62	339	TALYTHA BEZERRA PAIVA GONÇALVES	19/04/1995	24665215 SSPMT	64	CLASSIFICADO
63	1710	MARIVONE ZANATTA	03/06/1963	310200571	60	CLASSIFICADO
64	1280	MARCIA GOMES FREIRE	11/07/1965	20259840 SSP MT	60	CLASSIFICADO
65	3843	MARINILZA FRANCISCATTI SANTOS	16/10/1965	375558093 SSP/SP	60	CLASSIFICADO
66	2212	MARIA INES DO NASCIMENTO	27/04/1966	3347603 SSP/PE	60	CLASSIFICADO
67	1032	MARILUCI ESTEVAO DA SILVA	13/01/1969	763571 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
68	382	SANDRA MARIA LIRA	28/09/1969	712657 18121987	60	CLASSIFICADO
69	827	EDIRLEIA APARECIDA FURQUIM CARNEIRO TEIXEIRA	18/03/1971	20.275.468.6 SSP/SP	60	CLASSIFICADO
70	1207	SILVANA PESSOA	21/04/1971	12264040 SJ/MT	60	CLASSIFICADO
71	3155	ROSINEIDE FERREIRA LIMA	27/06/1973	1177561 SJ	60	CLASSIFICADO
72	368	IRENE BEZERRA DA SILVA GONÇALVES	26/07/1974	1782204-1 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
73	2785	JOCILAINE RIBEIRO DE CARVALHO PEREIRA	29/08/1974	000778918 SSP/MS	60	CLASSIFICADO
74	1638	SONIA REGINA RODRIGUES	18/06/1977	1110189-0 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
75	3971	RAQUEL LOPES DA SILVA	09/06/1978	000544462 SESDC RO	60	CLASSIFICADO
76	298	AURINEIA DA SILVA DE CARVALHO	04/10/1978	36.459.252-7 SSP	60	CLASSIFICADO
77	2855	LUCELIA RAMOS DE SOUZA	17/03/1980	11518855 SSPMT	60	CLASSIFICADO
78	2457	JOSIANE MARIA LEITE	22/04/1982	000813278 SSP/RO	60	CLASSIFICADO
79	992	ELIZANGELA BERTHOLD RIBEIRO	26/04/1983	14694921 SSP MT	60	CLASSIFICADO

80	1239	FLAVIA MAGALHAESDE ANDRADE	27/01/1987	18240445 SSP	60	CLASSIFICADO
81	1184	ELIETE PEREIRA DA SILVA	13/03/1988	2493099-7 SSP	60	CLASSIFICADO
82	2128	DAYANE MUNIZ GOMES	25/03/1988	17822181 SSP	60	CLASSIFICADO
83	762	FLAVIANE NUNES DE SOUZA	14/11/1988	20523220 SSP MT	60	CLASSIFICADO
84	4369	LUCIANA DIAS DOS SANTOS	10/01/1989	2011950-0 SSP\ MT	60	CLASSIFICADO
85	857	EMILI AMABILI PERUCELLO DE ARAUJO	26/08/1989	19892934 SSPMT	60	CLASSIFICADO
86	752	WESEKEI FERNANDA DA SILVA	06/09/1990	16389280 SSPMT	60	CLASSIFICADO
87	3503	SIDINÉIA MELATO SOCOLOSKI	29/09/1990	22739050 SSP	60	CLASSIFICADO
88	577	EDLLAINY PEREIRA DA SILVA	11/02/1992	2355043-0 SSP/ MT	60	CLASSIFICADO
89	4157	PATRICIA VENTURA MIRANDA	26/02/1993	24245887 SSP	60	CLASSIFICADO
90	3505	EUNICE ALVES PEREIRA TEIXEIRA	06/08/1078	15785173 SSP MT	60	CLASSIFICADO
91	3659	MARLEDE ALMEIDA DOS SANTOS	14/04/1964	06135536 SEJSP	56	CLASSIFICADO
92	3571	MARIA JOSÉ RIBEIRO	30/12/1969	24861693 SSPMT	56	CLASSIFICADO
93	299	CLAUDETE DE SOUZA	28/08/1971	351981 SESP	56	CLASSIFICADO
94	1375	VALDIRENE BANDEIRA DA SILVA	22/12/1974	09183345 MT	56	CLASSIFICADO
95	1457	CELIA MARIA PIM	30/03/1975	991430 SSPMT	56	CLASSIFICADO
96	1044	ROSANA MIRIAN SANTANA	16/10/1975	11451556 SSP\ MT	56	CLASSIFICADO
97	4205	ROSANE BREZOLIN DEZENGRINI	28/02/1977	14505819 SSP/ MT	56	CLASSIFICADO
98	3660	MARIA ROZENI SANTANA LOBO	09/03/1978	11660520 SSP\ SJ	56	CLASSIFICADO
99	2273	ROSANGELA FERNANDES DA SILVA PAZ	03/12/1978	18650341 SSP/ MT	56	CLASSIFICADO
100	2061	EDILEUZA DA SILVA COSTA FERREIRA	15/06/1979	13582208 SSPMT	56	CLASSIFICADO
101	1825	TANIA MARIA GOMES FONTANELI	25/08/1979	12197335 SSP/ MT	56	CLASSIFICADO
102	916	MATILDE FRANCIELE FRANK POSSANI	16/07/1982	20209681 SSP MT	56	CLASSIFICADO
103	696	RIVANIA SILVA ROCHA	15/01/1984	17441951 SSP MT	56	CLASSIFICADO
104	3495	SOIARA DE ARAUJO DE OLIVIERA	30/12/1984	17474671 SSP/ MT	56	CLASSIFICADO
105	4013	GISELE CRISTINA SUTERO LANCONE	15/12/1986	19083823 SSP	56	CLASSIFICADO
106	1916	LUCILEIA ROCHA CORREA	28/03/1987	19161441 SSPMT	56	CLASSIFICADO
107	295	FABIANA CRISTINA DOS SANTOS	10/07/1987	1797139-0 SSP/ MT	56	CLASSIFICADO
108	1950	MARILENE VIEIRA DE JESUS	05/03/1990	21511195 SSPMT	56	CLASSIFICADO
109	1269	ANA PAULA SANTOS DE SOUZA	08/06/1990	21120161 SSP-MT	56	CLASSIFICADO
110	2360	KAMILA ARAUJO DA SILVA	05/05/1992	22297766 SSP/ MT	56	CLASSIFICADO
111	1110	AMANDA JESUS AZEVEDO MENDES	17/09/1994	2615422-6 SSP-MT	56	CLASSIFICADO
112	964	ANAILDES FERREIRA DE ALMEIDA	08/08/1972	273144571 SP	52	CLASSIFICADO
113	3270	MARIA CARNEIRO DE OLINDA	20/10/1972	09979263 SSP/ MT	52	CLASSIFICADO
114	1768	ROSA DE OLIVEIRA CAMPOS	05/07/1973	958789 SSP-MT	52	CLASSIFICADO
115	2185	LUCILENE APARECIDA DA SILVA LEITE	20/03/1974	10432752 SSP-MT	52	CLASSIFICADO
116	3949	SONIA MARIA AVELINA FURTADO	04/11/1977	15354440 SSP MT	52	CLASSIFICADO
117	1678	ZENILDA NETO DE SOUZA GOULART	16/02/1978	14065614 SSP/ MT	52	CLASSIFICADO
118	4143	MARIA JOSE LOPES DA SILVA FILHA	05/04/1978	1230183-3 SSP/ MT	52	CLASSIFICADO
119	1734	ELIZANGELA DA SILVA BRANDAO	20/05/1978	13122860 SSP-MT	52	CLASSIFICADO
120	699	SIMEIA DE OLIVEIRA SOARES VALENTINA	30/06/1978	13748165 SSP/ MT	52	CLASSIFICADO
121	2728	HELENA GONÇALVES PEREIRA DE OLIVEIRA	31/05/1979	133441445 SSP	52	CLASSIFICADO
122	3792	IRISMAR HIPOLITO GALVAO	26/05/1981	13191250 SSP	52	CLASSIFICADO

123	1067	JUCILENE RODRIGUES MOREIRA DA SILVA	12/06/1981	17268273 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
124	386	SHIRLEI APARECIDA FERREIRA MATOS	14/09/1981	1435528-0 SSPMT	52	CLASSIFICADO
125	4121	MARCIA FERREIRA DE SOUZA MAZIERO	25/09/1981	13932462 SSPMT	52	CLASSIFICADO
126	1137	MARCIA DO NASCIMENTO FERREIRA LIMA	03/05/1982	13008676 SSP	52	CLASSIFICADO
127	4349	EDILAINE DA SILVA BRANDAO	02/12/1982	14407396 SSPMT	52	CLASSIFICADO
128	1127	VALDETE DIAS CORREA BREGINSKI	18/01/1983	21167699 17112006	52	CLASSIFICADO
129	983	DENIZE ZIMMERMANN	17/09/1983	14570661 SSPMT	52	CLASSIFICADO
130	87	DÉUZA RODRIGUES MANFRIM	18/01/1984	15215911 SSP	52	CLASSIFICADO
131	409	CILEIA ROBERTO DOS SANTOS	12/06/1984	001273675 SSP/MS	52	CLASSIFICADO
132	1	ANNA PAULA GOMES DO CARMO BERNICCHI	21/03/1985	13754220 SSP - MT	52	CLASSIFICADO
133	2927	MARIA SONIA DA SILVA	10/07/1985	1901770-7 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
134	3943	LUCIANA APARECIDA ANTUNES PESSOA	04/09/1985	16766407 SSPMT	52	CLASSIFICADO
135	668	ANDREIA NICE DE OLIVEIRA	15/06/1986	1650283-3 SSPMT	52	CLASSIFICADO
136	53	ALINE FREITAS AGUIAR	26/10/1986	17301297 SSP MT	52	CLASSIFICADO
137	2249	NATÁLIA FLOR DA SILVA	15/04/1987	19441070	52	CLASSIFICADO
138	3009	LEDILIAN RAMOS DE SOUZA	18/01/1991	20106823 SSPMT	52	CLASSIFICADO
139	3054	MARIA DE LOURDES CORREIA FRANCHINI	21/04/1960	03094081 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
140	1238	MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA SILVA	31/03/1966	0530915-8 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
141	1862	NEUZA SIMÃO TAVARES GONÇALVES	25/09/1970		48	CLASSIFICADO
142	1219	AURICIA ALVES DA COSTA SILVA	28/11/1970	4191121 DIC	48	CLASSIFICADO
143	990	CONCEIÇÃO CANGUSSU RIBEIRO SILVA	02/02/1973	11 66543-2 SSPMT	48	CLASSIFICADO
144	1442	MATILDE GOMES CALIXTRO	21/12/1973	09280987 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
145	4147	SANDRA NORMA PUMI	06/08/1974	69052720 SPPR	48	CLASSIFICADO
146	1300	NILZETE ALMEIDA DE ARAUJO SANTOS	22/08/1975	1169903-5 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
147	2514	DENAIR EMERICK DA SILVA VEIGA	21/05/1977	10509780 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
148	528	CRISTINA VIOTTO JANUARIO	11/09/1979	654548 SSP/RO	48	CLASSIFICADO
149	4405	ANA PAULA DA SILVA 939	20/12/1980	14223589 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
150	1992	ANDREIA SANTA HELENA	22/12/1981	16525027 SSP MT	48	CLASSIFICADO
151	411	JUCELIA RAMIRES DE SOUZA PEREIRA	07/02/1982	001397279 SSP MS	48	CLASSIFICADO
152	309	TALITA ANDREIA DE PINHO FREITAS	20/09/1982	15096696 SSP	48	CLASSIFICADO
153	2318	VANDREIA LEANDRO MENDONÇA	28/10/1983	19298129 SSP	48	CLASSIFICADO
154	4169	SANDRINHA VIEIRA FERREIRA	24/12/1983	13771302 SSP	48	CLASSIFICADO
155	4289	ELAINE APARECIDA DA SILVA	11/07/1984	14818680 SSP-MT	48	CLASSIFICADO
156	3685	CLEIDE IVANI DA SILVA FERREIRA DOS SANTOS	06/08/1984	15572366 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
157	3619	CELITA FERREIRA DE JESUS	16/01/1985	15097099 SSPMT	48	CLASSIFICADO
158	1754	REGIANE MARTINS DE SOUZA	20/06/1988	19612605 SSP	48	CLASSIFICADO
159	3131	LIBNA TAYANE SILVA	09/10/1989	21720320 SSPMT	48	CLASSIFICADO
160	1395	RAFAELA MUNIZ CORDEIRO DA SILVA	19/01/1990	1020208 SSP	48	CLASSIFICADO
161	905	WESLAINE FRANCIELE DUARTE DE OLIVEIRA	03/06/1991	22029397 SSPMT	48	CLASSIFICADO
162	327	VIVIAN CRISTINA FERREIRA SILVA	03/07/1991	20210523	48	CLASSIFICADO
163	2461	LUCIMAR FORTUNATO DA FONSECA	14/06/0976	12212938 SSP	48	CLASSIFICADO
164	178	INGRID WERLE	19/02/1956	1334924 SSP/PR	44	CLASSIFICADO
165	826	LEONILDA GONÇALVES FERREIRA	07/09/1965	995924 SSPMT	44	CLASSIFICADO

166	3530	ROSENI CORDOVA DE MORAES	04/06/1969	2.595.663 SESP SC	44	CLASSIFICADO
167	928	MARIA FLORIZETE DA SILVA	19/11/1970	06254004 SSPMT	44	CLASSIFICADO
168	28	EDNA MARIA GOMES PEREIRA GRANVILLE	12/12/1977	10377220 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
169	1819	SIRLEI APARECIDA PARO	08/04/1978	13400525 SSP MT	44	CLASSIFICADO
170	2388	GLAUCYA OLIVEIRA DE SA	13/12/1978	1323290-8 SS-PAM	44	CLASSIFICADO
171	1430	ELISIA NUNES DA SILVA	05/08/1980	12714933 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
172	894	ANA LUCIA OLIVEIRA DE FREITAS	28/01/1983	14386224 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
173	2883	VALERIA APARECIDA BARANIUK	04/06/1985	1771697-7 SSP MT	44	CLASSIFICADO
174	4402	CATHIANE APARECIDA SANTOS DA SILVA	26/08/1986	491758236 SSPSP	44	CLASSIFICADO
175	935	MARCIA APARECIDA MAGALHAES	02/09/1986	87487717 SSP/PR	44	CLASSIFICADO
176	4378	DEBORA IRALA LOPES	16/05/1987	7100617518 SSP	44	CLASSIFICADO
177	2722	MARLA ALVES CLAUDIO	22/07/1987	19500084 SSP MT	44	CLASSIFICADO
178	651	ANDREA CARLA FERREIRA DA SILVA	26/11/1992	21173125 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
179	1349	MARIA ALVES DA SILVA RODRIGUES	27/09/1970	08578737 SSP	40	CLASSIFICADO
180	3680	ADAIR CLARA MENDES SOARES	12/08/1971	7546122 SSP	40	CLASSIFICADO
181	4200	ADRIANA APARECIDA CONDE GONSALE DE UNGALO	10/08/1977	16144406 SSPMT	40	CLASSIFICADO
182	2394	VANUSA OLIVEIRA PAZ ROCHA	15/08/1982	1344912-5 SSPMT	40	CLASSIFICADO
183	3710	MERCIA GERALDO PEREIRA	19/01/1984	2965551 SSP /PB	40	CLASSIFICADO
184	1719	ELIZETE GONÇALVES DE ALMEIDA	08/09/1984	15683117 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
185	2243	JOZILENE NUNES DA COSTA	02/01/1985	1639657-0 SSP MT	40	CLASSIFICADO
186	3030	KETLEEN CLAUDIA GARCIA COSTA	12/06/1985	1420353-7 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
187	2294	IVANIA JOSE DA SILVA	26/08/1985	17660130 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
188	1108	MIRIAM FLORES JOVIU	12/11/1985	16292863 16/01/14	40	CLASSIFICADO
189	2908	OLIDIANE APARECIDA DOS REIS	20/06/1987	18122647 SSP MT	40	CLASSIFICADO
190	4163	LUCIANA DA SILVA SANTOS	22/09/1990	22125400 SSP	40	CLASSIFICADO
191	1505	SIMONE GONÇALVES DOS SANTOS	28/04/1991	18816150 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
192	2708	MARILZA MAYLLA GUEDES GUIMARÃES	03/01/1994	24463850 SSP	40	CLASSIFICADO

Cargo.:662 -INTÉRPRETE

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	1534	RAQUEL DOS SANTOS INACIO	25/08/1995	22323589 SSP MT	64	CLASSIFICADO
2	2542	JIMMY CARVALHO MATOS	15/11/1980	11145016 SSPMG	60	CLASSIFICADO
3	4240	MICHELI CRISTINA MEIRA CARVALHO	25/06/1998	062954271-62	48	CLASSIFICADO
4	808	STYVIANI MARTINS PEREIRA DA SILVA	31/12/1986	18687326 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
5	3284	KASSIA APOLIANA FONSECA	09/07/1987	18951252 SSPMT	44	CLASSIFICADO
6	3521	STELLA MARTINS PEREIRA	26/04/1997	27399648 SSPMT	44	CLASSIFICADO

Cargo.:676 -PROFESSOR ED. INFANTIL/EJA 1° SEGMENTO/ANOS INICIAIS-ZONA RURAL - PcDs

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	1029	ELIANA LOPES DA SILVA SOARES	18/04/1973	1110212-8	68	CLASSIFICADO

Cargo.:676 -PROFESSOR ED. INFANTIL/EJA 1° SEGMENTO/ANOS INICIAIS-ZONA RURAL

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	269	SIRLEI MARCELINO DIAS	18/05/1975	10521453 SSP MT	80	CLASSIFICADO
2	1868	JESSICA DA SILVA ALMEIDA	15/11/1990	23658061 SEJSP/MT	80	CLASSIFICADO
3	700	ELIETE FELIZARDO MARINHO	12/09/1972	07398972 SSP/MT	76	CLASSIFICADO
4	3524	AGUEDA ALVES PINTO RIBEIRO	08/02/1973	11103701 SSP/MT	72	CLASSIFICADO

5	3230	LUCIANA DE SOUZA SANTOS	10/04/1978	1552850/2 MT	72	CLASSIFICADO
6	1170	PATRICIA MENDONÇA DA SILVA	16/08/1984	14913360 SSPMT	72	CLASSIFICADO
7	2292	ANE CAROLINE CARNEIRO DA SILVA	29/11/1984	15822028 SSP	72	CLASSIFICADO
8	1029	ELIANA LOPES DA SILVA SOARES	18/04/1973	1110212-8	68	CLASSIFICADO
9	2450	JUÇARA DE QUEIROZ SILVA	17/06/1973	07922612 SSPMT	68	CLASSIFICADO
10	4027	CRISTIANA APARECIDA DA SILVA	11/05/1979	12695971 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
11	1303	LUCIANA PEREIRA DE OLIVEIRA	29/11/1981	190032609 SSP	68	CLASSIFICADO
12	595	LIZANDRA RUVIO FANTIN SILVA	26/05/1983	12699837 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
13	1126	GLEICY KELLY VIEIRA DOS SANTOS	10/05/1987	18544398 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
14	4237	MARIA APARECIDA TORRES	07/09/1987	18542140 SSP	68	CLASSIFICADO
15	2879	ROSIENE DOMINGOS MARCIANO	26/02/1988	21465843 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
16	3172	JANAINA FERNANDES DE OLIVEIRA	21/01/1995	25497138 SSPMT	68	CLASSIFICADO
17	2664	WILMA ALMEIDA DAMACENO	27/07/1971	1253098 SSPMT	64	CLASSIFICADO
18	1409	DENISE SILVA E LIMA	09/05/1977	10635050	64	CLASSIFICADO
19	4601	ROSANGELA LINDINALVA DA SILVA	12/05/1982	14531313 SSP MT	64	CLASSIFICADO
20	4385	JOSILENE DE SOUZA OLIVEIRA	02/05/1988	18106293 SEJSP	64	CLASSIFICADO
21	4187	SANDRA GIOVANA SANTANA	08/08/1972	923874 SSP	60	CLASSIFICADO
22	534	TEREZA CRISTINA DE SOUZA	28/04/1973	093 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
23	2027	REGINA MUNHOZ GARCIA	18/03/1978	14678160 SSPMT	60	CLASSIFICADO
24	3114	ELISANGELA MARIA DOS SANTOS	03/02/1981	1366069-1 M.T	60	CLASSIFICADO
25	3927	ELVIRA ADELIA GOMES GONÇALVES SILVEIRA	24/10/1981	1372693 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
26	3294	LUCIANA GOMES BUENO	03/12/1984	6074869 SSP/GO	60	CLASSIFICADO
27	4292	MARLENE INACIO DA SILVA	14/12/1985	19993870	60	CLASSIFICADO
28	678	REGINALDO DE MELO SANTOS	09/02/1986	17654114 SSPMT	60	CLASSIFICADO
29	14	ELIANE ALVES SOARES	11/08/1986	18581765 SSPMT	60	CLASSIFICADO
30	1103	FABIANA MANOEL LUIZ	23/08/1991	23672994 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
31	3862	IRACEMA APARECIDA CAIEIRO	10/09/1964	45828018 SSP PR	56	CLASSIFICADO
32	4039	OLIVIA SERRANO	17/01/1976	10847367 SSPMT	56	CLASSIFICADO
33	579	SILVANA AZEVEDO DA COSTA MARQUES	02/08/1978	12699870	56	CLASSIFICADO
34	4049	ANDREIA FERNANDA GONÇALVES	28/12/1980	1545453-3	56	CLASSIFICADO
35	3083	MARCIA HELENA GREINER CORREIA	18/11/1983	13195794 SSP MT	56	CLASSIFICADO
36	4193	CRISTIANA SABUGARIO FABRICIO THEODORO	27/05/1984	18238858 SSPMT	56	CLASSIFICADO
37	2701	OZENIDE DA SILVA MOREIRA	07/07/1987	17916054 SSP	56	CLASSIFICADO
38	815	AMANDA SANTANA DE ARRUDA	23/11/1988	22274901 SSP	56	CLASSIFICADO
39	4247	RAPHAELA MICHELY OLIVEIRA DA SILVA	11/09/1990	18953360 SSPMT	56	CLASSIFICADO
40	2149	JOANA GARCIA CAMPANHA	20/06/1958	4.078.225 -7 PR	52	CLASSIFICADO
41	3753	ROSANGELA ALVES DE OLIVEIRA I	02/09/1978	32155596X SSP SP	52	CLASSIFICADO
42	1167	IZABEL BARROS DE MENDONCA	26/07/1962	06530281 SSPMT	48	CLASSIFICADO
43	338	TEREZINHA DE JESUS PEREIRA	07/08/1973	1325494-4 SS/P	48	CLASSIFICADO
44	2253	VANDERLEIA RIBEIRO MENDES	01/09/1982	1901950-5	48	CLASSIFICADO
45	3108	GEUSA DA COMCEIÇAO TANAZIO	01/01/1991	2262958-0 M.T	48	CLASSIFICADO
46	2632	ZENILDA MOREIRA	13/04/1976	13583735 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
47	2024	LEONICE LIMA DA SILVA	17/06/1988	18650872 SSP MT	40	CLASSIFICADO
Cargo.:732 -PSICOLOGO-PETI						

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	1879	BARBARA DAVID DE OLIVEIRA	28/04/1989	450110370 SSP/SP	48	CLASSIFICADO
Cargo.: 770 -ORIENTADOR SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	2005	MARIZETE DE OLIVEIRA SOARES	02/04/1980	14337320 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
2	3852	PAULO SERGIO DOS SANTOS JUNIOR	05/07/1989	21120684 SSSPMT	56	CLASSIFICADO
3	3293	IVONETE DE MELO LIMA RODRIGUES COSTA	14/09/1977	14993279 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
4	3658	GILVANIA VIEIRA DO NASCIMENTO	08/04/1984	15222900 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
5	3601	LIDIANE ABRÃO DA SILVA TEIXEIRA	03/12/1984	14614014 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
6	2665	KARLA ROSSANA NEVES BARROS	18/12/1986	15376575 SSP	52	CLASSIFICADO
7	1922	MARISTELA RIBEIRO DO NASCIMENTO	17/12/1964	137406-0 SSJ/MT	48	CLASSIFICADO
8	4512	ROBERTO DA MOTA	28/10/1979	12336106 SSP MT	48	CLASSIFICADO
9	3448	LEILA KELCIA ALVES DOS SANTOS	12/01/1980	10850660 SIM	48	CLASSIFICADO
10	4611	BRUNA GABRIELA FERREIRA DE SOUZA	31/05/1988	20130941 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
11	4716	RICHARD PESSOA DE SOUZA	29/09/1991	19895402 SSP	48	CLASSIFICADO
12	1941	CAROLINA HONORATO	09/05/1993	399567604 SSPSP	48	CLASSIFICADO
13	1956	BRUNA ARAUJO BULHOES	22/06/1995	21719985 SSP MT	48	CLASSIFICADO
14	1203	ADRIANA NASCIMENTO RIBEIRO	04/01/1993	21827427 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
15	4655	BETHÂNIA BATISTA CARNEIRO DA SILVA	31/08/1996	23249846 SSP	44	CLASSIFICADO
16	208	KEIDY KATTIUSCA WIEDERKEHR	14/03/1978	10996168 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
17	1676	FRANCISCA KEILA SILVA FERREIRA	28/09/1982	150032106	40	CLASSIFICADO
18	3259	ALINE MARCELE DISPERATTI DOS SANTOS	22/06/1984	14530490 SSP MT	40	CLASSIFICADO
19	1252	SILVANIO NOGUEIRA GOMES	08/06/1985	33459312 SSP-SE	40	CLASSIFICADO
20	597	EDILIA APARECIDA DE OLIVEIRA	25/10/1986	16985931 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
21	225	SAULO EDUARDO DIAS PIAU ARGENTINO	05/06/1988	20662637 SSPMT	40	CLASSIFICADO
22	3891	WEMERSON CARDOSO DE ARAUJO	12/01/1989	19598505 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
23	1551	JADSON DE MOURA	06/09/1994	25341480 SEJSP	40	CLASSIFICADO
24	1055	ANA FLAVIA GIONGO ALVES	11/03/1995	2651235-1 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
25	1555	ISABELY XAVIER VICENTE	14/07/1997	28011317 SSP MT	40	CLASSIFICADO
Cargo.:771 -AGENTE SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	1792	VERA LUCIA HONORATO	05/12/1961	23042982 SSPMT	68	CLASSIFICADO
2	3460	MADALENA MARTINS DE OLIVEIRA	28/03/1974	3051244-1 SSPMT	64	CLASSIFICADO
3	4616	AILTON TINTI	22/01/1978	13448684 SSP	64	CLASSIFICADO
4	1458	ADRIANE DE OLIVEIRA	10/01/1992	23144009 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
5	1855	ANA RAFAELLA EGUES DE PAULA	13/02/1988	20200986 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
6	1189	CACILDA DA SILVA BORDON	12/09/1984	16144376 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
7	2746	LUANA FERREIRA DOS SANTOS	28/04/1995	23030186 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
8	2330	CIRLENE PEREIRA DE SOUZA	05/08/1981	14921642 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
9	2022	SIRLEIA DA SILVA PEREIRA	13/04/1987	001440709 SSP	52	CLASSIFICADO
10	4494	ANA CLAUDIA CERQUEIRA SOARES	08/01/1988	19309228 SESP	52	CLASSIFICADO
11	343	GABRIEL CAVALCANTE FERREIRA	10/01/1991	21119643 SSPMT	52	CLASSIFICADO
12	1767	VIVIANE SUELI DA SILVA	20/06/1991	20278594 MT	52	CLASSIFICADO

13	1603	LETICIA VASCONCELOS DOS SANTOS	01/11/1991	27336859 SSPMT	52	CLASSIFICADO
14	656	LEONORA GIMENES VIEIRA	18/05/1993	23449306 SSPMT	52	CLASSIFICADO
15	1546	SELMAR LUCIA DE LIMA MOURA	12/10/1972	0000868422983 SESP	48	CLASSIFICADO
16	4693	MARIA JOSE RIBEIRO DOS SANTOS	01/07/1982	16518950 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
17	4522	KETLIN CRISTIANE MARION CAVALCANTE	29/01/1992	20926723 SSPMT	48	CLASSIFICADO
18	4219	MAYKON DAHRAN ZANATTA CORREIA	06/04/1992	21807701 SSP MT	48	CLASSIFICADO
19	2532	VANESCA APARECIDA LOPES RELVAO	16/06/1992	2060431-9 SSP	48	CLASSIFICADO
20	4421	SARA KAROLINE DE OLIVEIRA	25/11/1996	2257624 SSP	48	CLASSIFICADO
21	1835	DANIELE CLEMENTE DE CASTRO	04/01/1997	540224479 SSP-SP	48	CLASSIFICADO
22	3692	LETICIA STEFANI TEIXEIRA LIRA	14/09/1998	29122430 SSP	48	CLASSIFICADO
23	832	IRANI LOPES VIEIRA DE FREITAS	09/11/1965	1263919 SSP RO	44	CLASSIFICADO
24	4026	MARIA DAS GRACAS VIEIRA DA SILVA	22/04/1978	14070510 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
25	3380	FERNANDA CRISTINA DA SILVA	10/09/1988	18130348 SSPMT	44	CLASSIFICADO
26	69	SUZY OLIVEIRA DE FRANÇA	08/06/1992	1919340-8 SSPMT	44	CLASSIFICADO
27	4140	EBNER JULIANO DA SILVA ROBIM	13/01/1995	209620-5 SSP MS	44	CLASSIFICADO
28	931	ALINE DA SILVA SANTOS	03/10/1997	23958235 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
29	4134	ANA PAULA DOS SANTOS	10/04/1998	3040382.0	44	CLASSIFICADO
30	804	MIRIAM AUGUSTA DA SILVA	01/11/1980	1452904_1 SSP	40	CLASSIFICADO
31	346	RONALDO JÚNIOR DOS SANTOS SILVA	27/12/1994	22542094 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
32	4541	VANESSA NUNES DA SILVA	10/03/1998	2717753-0 SSPMT	40	CLASSIFICADO
33	2492	JOSÉ GUSTAVO RAMALHO CASAGRANDE	11/09/1998	2947405-1	40	CLASSIFICADO

Cargo.:775 -PEDAGOGA - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	2200	SIRLEI PINTO DA CUNHA	03/12/1970	2071483-1 SSP-MT	76	CLASSIFICADO
2	3759	ALICE FRANCISCA DA SILVA VECHI	20/08/1972	0954389-9 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
3	3281	DENISE FERREIRA MARQUES FUDIZACHI	14/09/1980	12009385 SSP MT	52	CLASSIFICADO
4	2182	WANUCY GARCIA PORTELA	04/04/1981	138131196 SSPMT	48	CLASSIFICADO
5	3827	RITA DE CASSIA DEIJANI GOMES	25/03/1966	21899681 SSP MT	40	CLASSIFICADO
6	4587	ESTER DIAS DE CARVALHO FERREIRA	19/12/1969	06847021 SSP/MT	40	CLASSIFICADO

Cargo.:785 -PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	3089	MIKA HIROTA TANAKA	09/01/1952	8261920 SSP/PR	52	CLASSIFICADO
2	1560	PRISCILLA BASTOS MATTOS	12/12/1986	17104408 SSP-MT	52	CLASSIFICADO

Cargo.:786 -PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS DO EF INDÍGENA

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	2497	CECILIA ROSA CALIXTO	15/03/1980	1609461-1 SSP/MT	76	CLASSIFICADO
2	866	VALMIR EMIDIO DA SILVA	13/04/1985	17101450 SSP/MT	76	CLASSIFICADO
3	2412	CLEONICE OKENAZOKERO	02/12/1989	2147792-2 SSP/MT	76	CLASSIFICADO
4	39	PEDRO KEZOWE	10/09/1967	543662 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
5	431	ANGELO KEZOMAE	29/09/1974	984316 SSP-MT	72	CLASSIFICADO
6	141	CECILIO KEZOKEMAI	05/11/1975	12593664 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
7	1905	JURANDIR ZEZOKIWARE	10/03/1977	1781610-6	72	CLASSIFICADO
8	3747	CLAUDIO KOEZOWE	14/12/1978	1457082-2 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
9	2820	MESSIAS ZOZOMAIZOKAE	07/12/1983	2127395-2 SSP/MT	72	CLASSIFICADO

10	2802	REGINALDO NAIZAKE	03/12/1989	2271845-1 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
11	2932	ISMAEL EZOMAE	19/04/1982	1396370 -8 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
12	1594	CLAUDEMIRO ZANOIZOKAISE	13/09/1982	1820948-3 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
13	3562	LINO ZOKENAZOKAE	03/04/1986	2021229-1 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
14	3737	LUZINALVA ZEMAZOKERO	22/05/1987	2250196-7 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
15	1776	GLEICIELLY FERNANDA DE JESUS SOUZA	25/10/1990	18216943 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
16	1725	LEANDRO NENEZOKAE	22/03/1994	2489912-7 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
17	2839	KELCIMARA ENAIZOKAEROCE	12/04/1994	2548722-1 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
18	1326	EDNA MARIA PEREIRA	04/06/1952	29776082 SSP MT	64	CLASSIFICADO
19	3218	ZEZANIAS ZEZONOKAE	29/12/1972	14408309 SSP	64	CLASSIFICADO
20	2327	JOAO QUIRINO EAZOKEMAE	11/08/1977	1368021-8 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
21	3728	DUZANIL ZEMAZOKAI	16/10/1978	16570758 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
22	183	ADENILDE AIZOKERO	06/06/1983	16096509 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
23	100	RONAN KEZONAZOKEMAE	26/05/1987	18934684 SSPMT	64	CLASSIFICADO
24	2031	NEUDSON ONAZOKAE	11/02/1988	19669658 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
25	2962	ROSELI KANEZAKENAZOKERO	19/06/1988	2342034-0 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
26	2787	EDICLEIA PARECI	10/07/1988	2143339-9 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
27	2011	NEUDVANIA ONAEZOKENAZOKAE-ROSE	02/12/1989	1966968-2 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
28	3152	SILO ONEZOKEMAE	02/03/1970	679665 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
29	313	JOSCELIO ONIZOKAECE	27/11/1980	14045630 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
30	1330	JUSCILENE DELFINO LIMA	29/06/1987	18581706 SSPMT	60	CLASSIFICADO
31	3205	DEMEL OLOIZOKEMAECE	10/05/1992	2028261-3 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
32	3228	JAIRO EZONAZOKEMAEZE	27/02/1996	2600295-7 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
33	3188	CELSO ANEZOKEMAE	22/05/1975	13295012 SSPMT	56	CLASSIFICADO
34	1900	WALDEMAR ZOZOEKEMAE	01/08/1975	1290931-9 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
35	157	VANDERSON OMAIZOKECE	11/03/1995	26381397 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
36	3233	OSEIAS NENEZOKAE	29/05/1998	2920635-9 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
37	163	MOACIR FRANCO ZONAEZOKIE	07/07/1973	14152029 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
38	3733	LUZINETE NAZOKERO	16/10/1984	2410474-4 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
39	1609	ADRIANA NEGAROTE	27/08/1988	2612006-2 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
40	3718	ALESSANDRA ZEZEZOKENAZOKE-RO	24/03/1994	2309854-6 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
41	2506	ABRÃO ARREZOKEMAESE	25/05/1995	28009797 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
42	3212	CLEIDIANE KOREMAKERO	06/08/1996	2688676-6 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
43	1696	OSEIAS REGINALDO PEREIRA	28/08/1972	2626127-8	48	CLASSIFICADO
44	2021	LEIDINIRA HEZOIZOKEMAIRO	18/05/1986	2416162-4 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
45	3626	ELISMARA CRISTINA NAZOKEMAE	06/04/1993	2261722-1 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
46	174	JUCINALDO EZENAZOKEMAECE	04/11/1996	26381400 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
47	1928	NEUZA FRANCISCO DA SILVA	12/11/1968	764166	44	CLASSIFICADO
48	3666	ILISIANE KAREMAZOKERO	17/04/1983	2777704-9 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
49	375	EDSON ONAEZOKAE	02/07/1987	18157076 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
50	2969	SILVIO NEZOKEMAZOKAI	07/04/1989	2480841-5 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
51	2859	ATAILSON VENANCIO JOLASI	12/05/1992	2566741-6 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
52	3320	DENISIA ZOZOKEMAERO	23/05/1992	24117340 SSP/MT	44	CLASSIFICADO

53	79	JANE ZANIZOKEROCE	03/08/1989	29535506 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
54	120	WELLINGTON KEZOWE	03/01/1994	22727272 SSS/MT	40	CLASSIFICADO
Cargo.:789 -AGENTE ADMINISTRATIVO SEMEC						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	653	CAMILLE CRISTINA VIEIRA	18/10/1993	20045948 SSP MT	76	CLASSIFICADO
2	4478	VINICIUS HENRIQUE CLARINDO RODRIGUES	03/10/1997	2327004-7 SSP/MT	76	CLASSIFICADO
3	3461	REJANE JAQUELINE SCHUMACHER	11/08/1975	30183081 SSPMT	72	CLASSIFICADO
4	4249	SOLANGE SIMÃO XAVIER	21/03/1981	13668110 SSPMT	72	CLASSIFICADO
5	2860	URSULA CECILIA SEIBERT	17/11/1984	15329267 SSP MT	72	CLASSIFICADO
6	1865	EMANUELLY MONTEIRO CAVALCANTE	04/09/1998	2802632-2 SSP-MT	72	CLASSIFICADO
7	82	THIAGO PEREIRA NUNES	19/10/1982	3860059 SSP GO	68	CLASSIFICADO
8	2751	REGIS FAGNER DOS SANTOS	20/03/1984	13965174 SSPMT	68	CLASSIFICADO
9	2798	RODRIGO CAVENAGUI AMADEU	21/05/1987	435514660 SP	68	CLASSIFICADO
10	2012	FELIPE BARBOSA MAGALHAES	07/01/1993	17505445 SSP	68	CLASSIFICADO
11	4203	ANDREIA ZANCANARO	11/03/1974	10228144 SSPMT	64	CLASSIFICADO
12	2546	FÁBIO MORETTI CALHEIROS	17/11/1980	12538752 SJ	64	CLASSIFICADO
13	4083	MARCYELY RICALDE CABALLERO	23/05/1983	10847545 SSP MT	64	CLASSIFICADO
14	4159	JOSIANE NUNES VITOR	21/08/1983	000780708 SSP/RO	64	CLASSIFICADO
15	3688	HENRIQUE GONÇALVES DE MELO RIBEIRO DA SILVA	28/06/1995	17986222 SSP	64	CLASSIFICADO
16	2593	MAIKE GODOI DO NASCIMENTO	22/07/1996	23034629 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
17	3970	ERIC FERNANDO DA SILVA CUNHA	04/06/1998	26663376 SEJSP	64	CLASSIFICADO
18	2064	SUÉLI ROSA GRANADA	25/02/1979	12885686 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
19	4538	FERNANDO DE OLIVEIRA LOPES	06/04/1985	16049918 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
20	2465	ELISEU FRANTZ JUNIOR	25/11/1986	1365080-7 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
21	3961	JESSICA FRANCIELI MEGA	28/12/1987	1974647-4 SSP	60	CLASSIFICADO
22	4505	GEISIMARA LIMA DE ARRUDA	19/01/1989	17131936 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
23	1800	ANDRE CHAVES MACEDO	21/05/1990	1979133-0 SSPMT	60	CLASSIFICADO
24	782	DAIANE DE OLIVEIRA	27/02/1992	22982736 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
25	1794	EDUARDA MARQUES FERREIRA	14/01/1998	25827880 SSP MT	60	CLASSIFICADO
26	378	VINICIUS GIOVANE POLETTO MINGOTTI	18/03/1998	1904999-8	60	CLASSIFICADO
27	4266	KARYNA ANGELA DE OLIVEIRA	21/10/1998	27651827 SSPMT	60	CLASSIFICADO
28	4112	JOÃO VICTOR GONÇALVES DE SOUZA	11/01/1999	27702928	60	CLASSIFICADO
29	2	JANETE LOPES DA SILVA	18/09/1980	15222810 SSP	56	CLASSIFICADO
30	317	CLAUDINEIA APARECIDA MORALES	24/05/1983	14758970 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
31	4444	CLEITON ALVES CAVALCANTE	29/05/1986	19447833 SSPMT	56	CLASSIFICADO
32	638	ANDERSON OLIVEIRA DE SOUZA	21/01/1988	18543731 SSPMT	56	CLASSIFICADO
33	3546	PATRICIA MENDES DOS SANTOS AZEVEDO	01/05/1991	21452814 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
34	4702	LUIME ALVES COSTA DOS ANJOS	22/03/1992	21889144 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
35	3698	RENAN JUNIOR COSTA LOPES	21/12/1992	17666660 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
36	122	MAIRA DE OLIVEIRA POTRICH	27/01/1995	25487035 SEJSP	56	CLASSIFICADO
37	2894	JENER REGGIANI MALTEZO	21/09/1996		56	CLASSIFICADO
38	774	TAMIRIS YARA DA SILVA FRANÇA	19/10/1996	27062325 SSPMT	56	CLASSIFICADO
39	384	ANA PAULA VIEIRA LOURENÇO	05/03/1997	2654333-8 SEJSP/MT	56	CLASSIFICADO
40	2588	ALESSANDRA RODRIGUES BARBOSA	13/04/1998	28275675 SSP/MT	56	CLASSIFICADO

41	4551	ROSIANE RIBEIRO	09/12/1967	359529 MT	52	CLASSIFICADO
42	4578	ANGELA MARIA DA SILVA	13/07/1973	910448 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
43	3013	ELISABETE MARIA DE CARLI	09/11/1977	2044360028 SSP/RS	52	CLASSIFICADO
44	1591	VITOR JUNIOR MOREIRA CAMPOS	24/01/1984	1524498-9 SSP-MT	52	CLASSIFICADO
45	2978	ALLAN BOREAN	22/12/1984	88352963 SSP-PR	52	CLASSIFICADO
46	491	LEUZIVANIA BISPO DOS SANTOS	03/06/1985	15759628 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
47	3475	ARMANDO FELIX DE ALMEIDA FILHO	27/01/1986	28978927 POLI-TEC	52	CLASSIFICADO
48	3494	REGINALDO LOPES DA SILVA	03/11/1986	20866208 SSPMT	52	CLASSIFICADO
49	3399	MARCOS VINICIUS REGAUER	03/12/1994	1935056-2 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
50	3397	ANDERSON THIAGO RAMOS TEIXEIRA	08/09/1996	2498153-2	52	CLASSIFICADO
51	3986	FELIPE ANANIAS DA COSTA RODRIGUES DOS SANTOS	23/04/1997	1294743 SSP-RO	52	CLASSIFICADO
52	4516	IVONE ROEDER	17/06/1978	10215182 SSPMT	48	CLASSIFICADO
53	4102	NÁDIA MACENA RAMOS	02/04/1982	12459429 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
54	3347	JOSE RODRIGO MARTINS ABREU	17/08/1985	14096463 SSPMT	48	CLASSIFICADO
55	3004	ADRIANA DE ALMEIDA FERNANDES	04/10/1989	19413181 MT	48	CLASSIFICADO
56	1229	RONY CLEYSON SANTANA QUEIROZ	25/07/1990	045277221-40	48	CLASSIFICADO
57	1231	VALDENI NUNES LEAL	07/11/1991	22733108 SSPMT	48	CLASSIFICADO
58	4380	JAQUELINE MORITA GIANEZINI	27/01/1992	20152140 SSPMT	48	CLASSIFICADO
59	3969	ANA LAURA RODRIGUES DE ARRUDA CESAR	04/05/1992	20522371 SSP MT	48	CLASSIFICADO
60	4576	JOCIELE ESTRABIS DE OLIVEIRA	09/09/1993	23777206 SEJSP	48	CLASSIFICADO
61	1688	AMANDA SOUZA OLIVEIRA	11/06/1995	23483504 SSPMT	48	CLASSIFICADO
62	1275	FRANCIELI RAMOS DE OLIVEIRA	14/08/1995	24869961 SSP	48	CLASSIFICADO
63	2470	EVELLYN CARLA RODRIGUES SILVA FERREIRA	04/03/1997	22889744 SSP	48	CLASSIFICADO
64	2818	UILSON ALVES DE ALMEIDA	12/09/2016	268520 SSPMT	48	CLASSIFICADO
65	46	FABRICIA FRANCISCA DA SILVA	17/11/1974	15246760 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
66	3163	ADRIANO APARECIDO GONÇALVES DA SILVA	05/11/1977	10814418 SJ/MT	44	CLASSIFICADO
67	4595	SIRLENE BATISTA IAW	05/10/1983	15743152 SSP\MT	44	CLASSIFICADO
68	3866	TATIANE DA SILVA BRITO MORINIGO SAMUEL	30/10/1983	2486343-2 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
69	886	REGIANE APARECIDA ELER	28/02/1986	16289811 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
70	1957	REINALDO REIS DE ANDRADE	26/05/1986	1669956-4 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
71	3269	RODINEI DA CRUZ CARVALHO	09/08/1988	19812299 SSPMT	44	CLASSIFICADO
72	3593	MARCIANO GOIS	14/02/1992	22623728 SINE	44	CLASSIFICADO
73	4554	LEOCIR DE ALMEIDA DA SILVA	04/03/1992	23190701 SEJSPMT	44	CLASSIFICADO
74	2989	INGRID CAMARGO DE MOURA	05/06/1993	2352617-3 SSP	44	CLASSIFICADO
75	2158	TATIANE CEZARIA DA SILVA SHIMOTO	24/09/1993	24009164 SSP	44	CLASSIFICADO
76	3354	GREGOLLY FELIPE DE FRANCA	21/04/1994	26517140 SSP	44	CLASSIFICADO
77	3496	PAULO ALEXANDRE SILVA OLIVEIRA	23/05/1995	22640320 SSP MT	44	CLASSIFICADO
78	1305	CAROLINA MENDES DO NASCIMENTO	01/08/1995	26321475 SEJSP	44	CLASSIFICADO
79	4094	KARINA LIBARDI	02/09/1995	26094495 SSP	44	CLASSIFICADO
80	3381	ANDERSON ANDRE FREIRE REIS	04/10/1996	19634960 SSPMT	44	CLASSIFICADO
81	4453	ALEXSANDRA DOS SANTOS COSTA BEZERRA	01/05/1997	25627597 SSMT	44	CLASSIFICADO
82	552	MARCELO JUNIOR DA SILVA	14/01/1999	28816005 SSPMT	44	CLASSIFICADO
83	652	ELIZABETE PEREIRA SOBRINHO	05/08/1972	811643 SSP/MT	40	CLASSIFICADO

84	1165	ADEVILSON CARDOSO DA SILVA	25/07/1989	2063795-0 SSPMT	40	CLASSIFICADO
85	3337	NILVA PAULA LOPES DA SILVA	30/03/1994	22581561 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
86	583	GIOVANA DA SILVA CARVALHO	24/10/1994	25528262 SSPMT	40	CLASSIFICADO
87	2673	JAQUELINE RODRIGUES LEMOS	25/11/1994	27399559 SSP	40	CLASSIFICADO
88	393	JAQUELINE KEMYLE RUIZ	02/03/1995	24537187 POLI-TEC	40	CLASSIFICADO
89	746	RAFAEL MOTA DA SILVA	08/07/1995	26535114 SEJSP/MT	40	CLASSIFICADO
90	3696	DANUBIA RIBEIRO DOS SANTOS	19/02/1997	25993674 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
91	2661	ANDRESSA CALDEIRA	07/09/1997	28198905 SSPMT	40	CLASSIFICADO
92	4658	VINICIUS HENRIQUE QUINTÃO APOLINÁRIO	09/04/1999	2965686-9 SSPMT	40	CLASSIFICADO

Cargo.:790 -AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC - PcD

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetivo	Resultado
1	2316	VERA LUCIA PEREIRA LOPES	25/03/1980	13212982 SSP/MT	64	CLASSIFICADO

Cargo.:790 -AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetivo	Resultado
1	3253	GISLAINE APARECIDA RODRIGUES	10/04/1984	1461290-9 SSP/MT	76	CLASSIFICADO
2	1324	LAURA CRISTINA MIRANDA LUZ	07/01/1978	1306907-1 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
3	4191	EDIRLENE PEREIRA MARINS	23/06/1979	12609102 SSP	72	CLASSIFICADO
4	436	LEIA DOS SANTOS BULGARELLI	21/05/1980		72	CLASSIFICADO
5	2650	ANGELINA DA SILVA	09/07/1977	1747364 SSP/AL	68	CLASSIFICADO
6	2610	SILVANIA RODRIGUES LEDO	11/10/1978	331199130 SSP/SP	68	CLASSIFICADO
7	302	MANOEL JOSUÉ ALVES DA CONCEIÇÃO	31/08/1986	17113946 SSPMT	68	CLASSIFICADO
8	261	ALINE SILVA NEPONOCENO TARGINO	06/12/1987	18411487 SSPMT	68	CLASSIFICADO
9	4153	ROMIERI MELRY ZUZA DOS SANTOS	05/10/1988	19633319 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
10	1355	ADRIANA SOAERS DOS SANTOS	10/03/1989	173778117 SSPMT	68	CLASSIFICADO
11	3227	MIKAELE PANUNCIO LIMA DA SILVA	06/06/1991	24579866 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
12	4634	NARIELI PEREIRA DE SOUZA	30/05/1996	24497061 SSMT	68	CLASSIFICADO
13	2344	CLERIA MARIA DE JESUS XAVIER RUEDELL	23/09/1967	17839142-6 SSPSP	64	CLASSIFICADO
14	945	ROSELY DE SOUSA OLIVEIRA	14/05/1973	10686657 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
15	506	MAIRDES RODRIGUÊS DA CONCEIÇÃO	26/07/1974	436947 SSP	64	CLASSIFICADO
16	4226	CLEIDE APARECIDA LEITE DE CASTRO	09/08/1975	285150005 SSP/SP	64	CLASSIFICADO
17	2236	CLERA PIRES MOURA	31/07/1977	931725 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
18	3202	SEJAINE APARECIDA DOS SANTOS	05/04/1979	11617160 MT	64	CLASSIFICADO
19	734	ELIETHE ANTONIA BENTO ESPERANCA	20/03/1980	17447771 SSPMT	64	CLASSIFICADO
20	2316	VERA LUCIA PEREIRA LOPES	25/03/1980	13212982 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
21	501	MARIA JOSE FERREIRA DE SOUZA	29/12/1980	98001089588 SSPAL	64	CLASSIFICADO
22	3609	CARLA REGINA DE AVILA	02/09/1981	14718669 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
23	2936	MACLEIDE MARQUES FIGUEIREDO	14/01/1982	15527980 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
24	408	SANDRA DOS ANJOS	16/05/1983	1564506-1 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
25	933	EDILENE ALMEIDA DE CARVALHO	24/02/1986		64	CLASSIFICADO
26	1567	CLEIDINÉIA FERREIRA DA SILVA	20/06/1986	1711463-2 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
27	2109	JANE BRUNO DA CRUZ	28/08/1986	16700600 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
28	1704	ADRIANA RODRIGUES DE ALMEIDA	19/01/1987	16424470	64	CLASSIFICADO
29	550	ADRIELE CARDOSO RODRIGUES	15/04/1987	17867665 SSPMT	64	CLASSIFICADO
30	600	KELLY PEREIRA DA SILVA	06/10/1989	18652735	64	CLASSIFICADO

31	1716	ANDRESSA RAFAELA CARDOSO DE LIMA	02/11/1989	279224734 SSP-MT	64	CLASSIFICADO
32	4566	FRANCIELE SANTANA DA SILVA	08/05/1995	24105589 SSP	64	CLASSIFICADO
33	1360	WESLEY AUGUSTO PACHECO DE-LUQUI	28/07/1996	24591157 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
34	1142	JODAIR DOMINGAS DE SOUZA	20/08/1972	12403210 SSP-MT	60	CLASSIFICADO
35	1510	ADELIA DA SILVA FREITAS	05/10/1972	09415513 SSPMT	60	CLASSIFICADO
36	3468	ALICE FATIMA DA SILVA	02/06/1974		60	CLASSIFICADO
37	3481	CREONICE JOAQUINA SOARES	17/06/1975	942900 SSP MT	60	CLASSIFICADO
38	1020	MARCIA SIMOES BARBOSA	11/10/1976	10377417 SJ	60	CLASSIFICADO
39	2887	MARILCE MENDES DA SILVA	11/10/1977	1118636-4 SJ MT	60	CLASSIFICADO
40	1249	SONIA REGINA FERNANDES MOÇO	22/12/1977	33.477.724-0 SSP-SP	60	CLASSIFICADO
41	522	MEIRE HELEN JEFFERY	05/09/1979	13705440 SSP MT	60	CLASSIFICADO
42	1038	KEILA APARECIDA DA SILVA	10/11/1980	001316546 SSP/MS	60	CLASSIFICADO
43	1975	ROSANGELA CLEMENTE	29/08/1981	16583604 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
44	4329	ELENIR TEREZINHA DE FARIA	12/08/1982	16216792 SSPMT	60	CLASSIFICADO
45	143	LEILA FRANCISCA DE LIMA	04/08/1984	12702463 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
46	2537	RICARDO ELEISSON DA SILVA RESENDE	10/08/1985	5028707 SSP/GO	60	CLASSIFICADO
47	1162	NEIA CRISTINA GOMES	11/11/1985	16157320 SSP	60	CLASSIFICADO
48	1884	MONICA BERNARDO ROSA	31/12/1986	16796047 SSP\MT	60	CLASSIFICADO
49	2534	TATIANE MARIA BEZERRA GOMES	16/03/1987	2162183-7 SSP MT	60	CLASSIFICADO
50	3185	MARCIELE SAVEGNAGO	17/06/1988	17660718 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
51	3297	DAIANE CRISTINA RODRIGUES PEREIRA	31/01/1990	19289863 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
52	2653	GIRLENE MARIA DO NASCIMENTO	31/07/1991	24452343 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
53	1114	JOSIANE FERREIRA DE SOUZA	08/03/1992	24268070 SSPMT	60	CLASSIFICADO
54	1149	JANAINA HENRIQUE DIAS DA COSTA	11/04/1993	23672056 SEJSPMT	60	CLASSIFICADO
55	2020	RENATA LOURENCO DOS SANTOS	11/12/1993	25672436 SSPMT	60	CLASSIFICADO
56	1947	JESSICA CAROLINE PANUNCIO VILELA	25/09/1994	25439022 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
57	1872	LAARA KELINE QUEIROZ LIMA	12/06/1997	10319525 SDC/PE	60	CLASSIFICADO
58	1057	SUELI NAZARE DA SILVA	11/12/1969	21273634 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
59	2716	ROSILEIDE DOS SANTOS ARAUJO SILVA	03/06/1973	28045971 SSP	56	CLASSIFICADO
60	1267	KATIUSCIA RUDENAS	29/09/1975	09049711	56	CLASSIFICADO
61	2617	VALDOMIRO SOARES DE JESUS	21/11/1975	12957097 UF	56	CLASSIFICADO
62	1254	MARINEIDE JOSE DA SILVA SORATI	20/06/1977	10943250 SSPMT	56	CLASSIFICADO
63	1986	RENATA RIO DA SILVA	17/01/1978	1226502-0 SSPMT	56	CLASSIFICADO
64	4680	NILDECI MARIA DA COSTA	28/02/1978	15454339 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
65	2301	SIMONE VIANA CAETANO	13/10/1978	13156390 SSP	56	CLASSIFICADO
66	2187	CRISTINA FERREIRA DE LIMA BARBOSA	03/11/1978	12643939	56	CLASSIFICADO
67	1714	MARIA APARECIDA DA SILVA	12/10/1979	697028 SSPRO	56	CLASSIFICADO
68	4617	ILSON DIAS REGO	06/07/1980	132004904 SSPMT	56	CLASSIFICADO
69	3716	SIMONE CRISTINA LIMA	10/01/1981	14354691 SSPMT	56	CLASSIFICADO
70	560	ROSELI JOSE FRANCISCO	02/12/1981	18180833 SSPMT	56	CLASSIFICADO
71	972	MARIA APARECIDA FERREIRA DA SILVA FERNANDES	09/02/1983	1633369-1 SSPMT	56	CLASSIFICADO
72	1062	ROSANA HONORATO SALVADOR	20/05/1983	1621672-5 MT	56	CLASSIFICADO
73	47	DILMA ALVES DOS SANTOS	16/07/1983	15653552 SSP/MT	56	CLASSIFICADO

74	3406	JULIA DANTAS CASTRO	29/07/1983	18520960 SSP	56	CLASSIFICADO
75	1012	LEANDRO DE LIMA	23/10/1984	18542417 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
76	4429	MARIA LUCIANA DE SOUSA PEREIRA	13/01/1985	1842241-1 SSPMT	56	CLASSIFICADO
77	1415	LUCELIA RODRIGUES DE LIMA	20/03/1985	410497290 SSPMT	56	CLASSIFICADO
78	3872	DEUZILENE PEREIRA DE SOUZA	30/08/1987	2003686_8 SSP MT	56	CLASSIFICADO
79	3214	LARACY SEVERINO DA COSTA	09/01/1988	20711964 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
80	3024	EDILEUZA DA SILVA	21/04/1988	1990223_9	56	CLASSIFICADO
81	3674	GISLAINE RODRIGUES DO NASCIMENTO	01/05/1988	19898320 SSP MT	56	CLASSIFICADO
82	3573	VIVIANE RODRIGUES TURELA	13/10/1988	20170840 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
83	319	ALINE LIMA ARAGAO	08/09/1989	211760207 SSP	56	CLASSIFICADO
84	4413	LUCIENILDA FABIANO DA SILVA	23/07/1990	22089489 SSPMT	56	CLASSIFICADO
85	256	GUILHERME NUNES FILHO	24/02/1991	2017834-4 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
86	1721	RENATA APARECIDA DA LUZ	18/11/1991	22297731 SSP MT	56	CLASSIFICADO
87	1976	VANESSA DA SILVA ANCELMO	13/10/1992	2271905-9 SSPMT	56	CLASSIFICADO
88	3607	CRISTIANE LEONARDO DOS SANTOS	10/04/1993	22833242 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
89	2946	TCHARLA SUELEN ALVES DEOS SANTOS	25/06/1993	23241624 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
90	1098	WILLIAN PATRIK DA SILVA MOTA	10/10/1996	23230282 SSP	56	CLASSIFICADO
91	2395	JOSEFA DOS SANTOS PACHECO	15/09/1967	05230160 SSP-MT	52	CLASSIFICADO
92	1592	MARIA APARECIDA DE SOUZA ASSIS	28/04/1970	882786 SSPMT	52	CLASSIFICADO
93	3176	MARIZA APARECIDA DOS SANTOS	25/10/1970	08344418 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
94	2356	NILVA MARIA DE SOUZA NEPOMUCENO	12/12/1971	0886431-4 SSPMT	52	CLASSIFICADO
95	369	ROSELI MORALES	28/03/1973	997904 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
96	129	ANGELENE AMORIM DE MORAIS CASTRO	29/01/1974	000022045394-2 SSPMA	52	CLASSIFICADO
97	930	DARLETE BRIGUENTI MELATO	20/09/1975	14767457 SSP MT	52	CLASSIFICADO
98	2961	SANDRA BATISTA TOSTA	05/11/1975	12359262 SSPMT	52	CLASSIFICADO
99	326	ADRIANA APARECIDA SILVA DE OLIVEIRA	22/02/1976	16593766 SSP	52	CLASSIFICADO
100	3646	MARIA CICERA DE MORAES	17/12/1977	359633780 SSP	52	CLASSIFICADO
101	4246	ELZA CHAGAS DOS SANTOS	05/03/1978	10991370 SSPMG	52	CLASSIFICADO
102	3075	LAUDICÉIA VIEIRA DE JESUS	03/04/1981	13845420	52	CLASSIFICADO
103	3343	REGINA CLEIA DE SOUZA	09/07/1982	14786389 SSPMT	52	CLASSIFICADO
104	4286	GIOVANA CARDOSO DE ARAUJO	28/11/1982	19595336 SSP / MT	52	CLASSIFICADO
105	3186	ALINE CARDOSO SALES	01/02/1983	18489826 SSP/AM	52	CLASSIFICADO
106	3301	ROSELY SANTOS DE OLIVEIRA	03/02/1983	13457420 SSPMT	52	CLASSIFICADO
107	3362	LUCIANA LUZIA DE OLIVEIRA	17/09/1983	15529878 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
108	591	FERNANDA DIAS DE SOUZA	23/11/1983	15820190 SSP	52	CLASSIFICADO
109	3112	EDILENE VIEIRA DE JESUS	09/10/1985	17115000 SSPMT	52	CLASSIFICADO
110	235	JANUZA APARECIDA DA SILVA	13/05/1986	2049693-1 SSPMT	52	CLASSIFICADO
111	2007	LIVIA CLEIANE SOARES FURTADO RODRIGUES	06/08/1986	19393750 SSPMT	52	CLASSIFICADO
112	119	VALERIA OLIVEIRA LARA	14/10/1986	17801737 SSPMT	52	CLASSIFICADO
113	3237	FATIMA SANTOS FEITOSA	03/07/1987	19048300 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
114	2133	EVERTON DINIZ ALVES	22/09/1988	17461561 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
115	1464	NAYARA MARCELA DE SOUZA	20/05/1990	21965005 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
116	3900	AMANDA NAKYELLE ROSA ALVES	10/12/1993	22514511 SSP	52	CLASSIFICADO

117	3993	LARISSA CLAUDIA ROBERTO RAMOS	16/10/1995	23030232 SSP MT	52	CLASSIFICADO
118	2971	ROSINEIDE FERREIRA DA SILVA	22/06/1996	27016919 SSPMT	52	CLASSIFICADO
119	679	EMANOELLY CAZZUNI	15/05/1997	2538407-4 SEJSP	52	CLASSIFICADO
120	1250	ROBSON PACHECO DELUQUI	27/02/1998	24591165 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
121	4105	HELENA LUCIA FIALHO	09/11/1963	532956 SSP	48	CLASSIFICADO
122	934	NEUZA MAZALLI	19/10/1965	23660988 SSPMT	48	CLASSIFICADO
123	4168	RITA DE CASSIA VILAS BOAS DA SILVA	14/07/1968	1486296-4 SSP MT	48	CLASSIFICADO
124	791	MARTA PEREIRA DE OLIVEIRA	09/11/1969	13319698 SSPMT	48	CLASSIFICADO
125	4095	ODETE MENDES BORGES	08/03/1976	14514168 SSP	48	CLASSIFICADO
126	181	OZANA FERREIRA DE LIMA MARTINS	07/06/1976	1267129-0 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
127	2127	ANGELA APARECIDA SILVA	26/07/1977	18476082 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
128	2319	CLEIDE FERREIRA DIAS	07/11/1977	12576468 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
129	1380	SEBASTIANA DALMA DA CRUZ CARVALHO	07/09/1978	1919009-3 SSP	48	CLASSIFICADO
130	3047	CRISTINA APARECIDA NEVES	06/01/1981	16635248 SSPMT	48	CLASSIFICADO
131	3769	CLEIDE DE BARROS	11/06/1981	15022196 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
132	3717	MANOEL FRANCISCO DE SOUZA I	09/12/1981	14234203 SSPMT	48	CLASSIFICADO
133	416	ROSALINA DE MIRANDA	24/10/1982	17704529 SSPMT	48	CLASSIFICADO
134	4170	LUCIMARA APARECIDA REIS	31/03/1983	18629059 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
135	4468	SOLANGE DA COSTA MATOS	21/12/1983	15955710 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
136	2844	ANGELICA APARECIDA MARQUES DA COSTA	25/02/1985		48	CLASSIFICADO
137	665	MARCELO HENRIQUE DA SILVA MENEZES	02/04/1986	18772072 SSP MT	48	CLASSIFICADO
138	1788	MARCILENE BISPO DE MORAES	20/05/1986	19300875 SSP MT	48	CLASSIFICADO
139	1958	JOANICE APARECIDA ALMEIDA DA SILVA	24/06/1986	19961693 SSP	48	CLASSIFICADO
140	2484	DAIANE MARIA DE ARAUJO	12/04/1987	1657993-3 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
141	4359	JOSIANE DA COSTA BRITO	09/10/1987	18310982 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
142	1801	ANTONIA ELIZANGELA CUSTODIO DE OLIVEIRA	13/05/1988	0295653620056 SSP/MA	48	CLASSIFICADO
143	2825	SABRINA BORGES DOS SANTOS	23/05/1988	18216544 SSPMT	48	CLASSIFICADO
144	474	FLAVIA JESUS DA SILVA	30/07/1988	17612144 SSPMT	48	CLASSIFICADO
145	2229	ACLECIA DOS SANTOS NOGUEIRA	03/11/1988	19333790 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
146	263	FRANCIELE MENEZES DOS SANTOS BARRETO	21/08/1990	16634519 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
147	1904	SIRLENE RODRIGUES BATISTA	19/10/1990	22623183 SSPMT	48	CLASSIFICADO
148	40	LEIDE LAURA CONSTANTINO	25/10/1990	1809693-0 9985	48	CLASSIFICADO
149	3376	JADI COSTA DA SILVA	19/06/1991	22330283 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
150	1791	ELIZETE LEITE DOS SANTOS	25/11/1993	2420003-4 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
151	3192	JULIANA DA SILVA CORREIA DE LIMA	01/10/1994	15847 SSPMT	48	CLASSIFICADO
152	4070	JAINE FERNANDES DE OLIVEIRA	12/01/1995	2549714-6 SSPMT	48	CLASSIFICADO
153	172	JOANA DOS SANTOS BARROS ABELHA	22/11/1956	60457794 SESP/PR	44	CLASSIFICADO
154	4438	SUELI ROSA RIBEIRO	02/08/1966	48393780 SESP PR	44	CLASSIFICADO
155	627	VANIA REGINA DALOCO TEIXEIRA	30/01/1973	728350 SSP	44	CLASSIFICADO
156	3719	ELOANA SILVA DA SILVA	10/08/1974	19335156 SSP MT	44	CLASSIFICADO
157	3807	MARIA NILCE BISPO DOS SANTOS VALERIO	08/02/1975	12701823 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
158	2760	CLAUDINEIA APARECIDA LOPES	19/09/1979	1374895-5 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
159	185	CELMA MENDES DA SILVA	27/05/1980	1494428-6 SSPMT	44	CLASSIFICADO

160	244	ROSILEIA FIDELIS COSTA	30/08/1981	378620 SJSP/AC	44	CLASSIFICADO
161	465	MARINETE GONCALVES DE SOUZA SILVA	03/03/1982	1514256-6 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
162	1607	VIVIANE DE MEDEIROS BOFF DE LIMA	02/10/1982	2308109-0 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
163	1960	CIRLENE SEBASTIANA DA SILVA SOUZA	17/02/1983	16480309 SSPMT	44	CLASSIFICADO
164	2211	ZENAIDE NEVES HERMENEGILDO	26/10/1983	1839387-0 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
165	2370	LUCIENE BARBOZA DE SOUZA	04/09/1984	1214717640 SSP/BA	44	CLASSIFICADO
166	179	CLEIA GONÇALINA CAMPOS SILVA	10/01/1985	1770026-4 SSPMT	44	CLASSIFICADO
167	3817	GIRLANE LUCINEIA DA SILVA CARVALHO	19/04/1986	17722551 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
168	1945	VANUSA FERREIRA GOMES	29/01/1987	18565883 SSP	44	CLASSIFICADO
169	383	ADRIANA APARECIDA BATISTA	04/04/1987	20218648 SSPMT	44	CLASSIFICADO
170	1486	SOURILENE VIEIRA DE JESUS	12/08/1987	18421733 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
171	603	ERIKA LETICIA DA SILVA	18/12/1987	19495625 SSPMT	44	CLASSIFICADO
172	3102	ELIS RAQUEL DOS SANTOS	19/12/1987	19569246	44	CLASSIFICADO
173	1383	KENI ALVES MARTINS PASTOR	04/08/1988	20109660 SSP	44	CLASSIFICADO
174	2103	TALITA DEVANICA FAGUNDES	11/10/1988		44	CLASSIFICADO
175	3444	ANA FLAVIA DA SILVA MELO	14/08/1989	33770492 SSP	44	CLASSIFICADO
176	4500	FRANCIELE SANTANA DA SILVA	21/09/1991	27465675 SSP MT	44	CLASSIFICADO
177	3884	JACKELINE FERREIRA MENDES	14/04/1992	2279620-7 18042008	44	CLASSIFICADO
178	3859	BRUNA NATALIA SOUZA ALMEIDA	25/12/1994	2247770-5 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
179	1619	PETERSON RIBEIRO DE SOUZA	06/01/1998	26825449 SSP	44	CLASSIFICADO
180	4605	KÉSIA DE JESUS DA CRUZ	29/07/1998	30613590 SSPMT	44	CLASSIFICADO
181	2869	FLOMIRA RODRIGUES DE ALMEIDA	04/10/1961	309748 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
182	3587	LUIZ CARLOS SCHULTZ	14/03/1962	21848955 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
183	484	IRENE MARIA DOS SANTOS	16/05/1962	495521	40	CLASSIFICADO
184	2056	ODILIA DUARTE REZENDE DOS SANTOS	04/09/1965	852003 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
185	1780	ANA MARIA S. DA SILVA	20/08/1966	2/c 3.384.635 SSP/SC	40	CLASSIFICADO
186	3651	ROSANE SILVA COSTA	20/03/1968	395229 SSP/RO	40	CLASSIFICADO
187	3765	CARMEM FATIMA DOS SANTOS	08/10/1968	529648 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
188	32	CILEI FONSECA	05/02/1969	13615157 SSP	40	CLASSIFICADO
189	4227	AURENI DA SILVA DE ANDRADE	11/05/1972		40	CLASSIFICADO
190	1604	ROZENI MARTINS VIEIRA	16/06/1972	13932390 SSP	40	CLASSIFICADO
191	2654	SUELENA PEDRO DA SILVA	02/10/1976	1264940-6	40	CLASSIFICADO
192	3052	ELISSANDRA SILVA DE SOUZA	12/07/1977	1323407 SSP	40	CLASSIFICADO
193	2415	SILVIA MARIA DOS REIS	08/07/1981	1323964-3 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
194	4145	MARIA LUCIA BULHÕES	19/10/1981	17987008 SSP	40	CLASSIFICADO
195	1208	LUCIRLEI APARECIDA DA SILVA RIBEIRO	28/10/1981	14531342 SSP	40	CLASSIFICADO
196	1069	LUCILENE CUNHA DE OLIVEIRA	25/10/1982	1531413-8 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
197	1581	IVONEIDE SILVA	06/06/1983	14781964 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
198	3752	JANETE GOMES DE ARAUJO	29/06/1983	1363491709	40	CLASSIFICADO
199	1026	JULIANA ROSA SANTANA	10/01/1985	1542706-4 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
200	3725	LUZIANE DA SILVA OLIVEIRA	05/02/1985	22205470 SSPMT	40	CLASSIFICADO
201	2926	BENTA MARIA DA CRUZ	03/02/1986	19168527 SSPMT	40	CLASSIFICADO
202	2569	POLIANA AELICA MOURA PINTO	12/12/1986	17746272 SSP/MT	40	CLASSIFICADO

203	2893	DAISA DA SILVA SANTOS	01/02/1987		40	CLASSIFICADO
204	786	EMANUELLY CRISTINE NEVES DE OLIVEIRA	23/11/1988	20779011 SSPMT	40	CLASSIFICADO
205	2934	TATIANE COSTA DOS SANTOS	21/04/1993	25230018 SSPMT	40	CLASSIFICADO
206	701	KATIELY CAMPOS FERREIRA	22/10/1993	26120780 SSPMT	40	CLASSIFICADO
207	222	DENIOWS ROGERS MARTINS DA SILVA	26/03/1995	2228362-5 SSPMT	40	CLASSIFICADO
Cargo.:792 -VIGIA SEMEC						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	4001	RAIANE APARECIDA GONÇALVES	28/01/1199	23820756 SE-JUSP	80	CLASSIFICADO
2	160	SESLEY FERREIRA NUNES	26/10/1975	1267534 SESP/ES	76	CLASSIFICADO
3	4346	RONALDO DA ROCHA SANTOS	20/04/1978	978708 SSSP/MT	76	CLASSIFICADO
4	860	DIEGO FERNANDO DANIEL	09/08/1988	5.268.021 SESP/SC	76	CLASSIFICADO
5	245	RENATO SANTOS DA ROSA	14/10/1987	1695598-6 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
6	2073	WILLIAN FELIPE DA SILVA	14/11/1987	19393644 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
7	2279	ISAQUE NUNES DE SOUZA	22/01/1995	18226864 SSP/MG	72	CLASSIFICADO
8	4069	DOUGLAS REIS GONÇALVES	27/05/1995	2585900-5 SE-JUSP MT	72	CLASSIFICADO
9	4108	LUIZ FERNANDO LIMA DOS SANTOS LACERDA	24/07/1996	2172007-0 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
10	1299	ROBSON BRONDANI	10/09/1998	24845515 SSPMT	72	CLASSIFICADO
11	2466	JOEL RODRIGUES DA SILVA	10/03/1963	802274 SSPMT	68	CLASSIFICADO
12	3104	PAULO HENRIQUE ALVES FERREIRA	07/11/1978	12944491 SSP	68	CLASSIFICADO
13	2342	RENILDO AMORIM SANTOS	04/04/1979	937492 SSP-MT	68	CLASSIFICADO
14	25	EDILSON CASSIANO SOBRINHO	23/10/1979	11700467 SJ MT	68	CLASSIFICADO
15	2907	GEAN PAULO DE ALMEIDA SANTOS	18/03/1982	16010167 SSP MT	68	CLASSIFICADO
16	2094	SOLIMAR BENICIO DA SILVA MORAES	20/06/1984	15461785 SSPMT	68	CLASSIFICADO
17	794	LUIZ CARLOS DA SILVA DE FIGUEIREDO	19/07/1984	16053800 SSPMT	68	CLASSIFICADO
18	1128	ROBERTO VICENTE	03/09/1984	14959275	68	CLASSIFICADO
19	2827	ÉDISON ROQUE CORREIA	20/09/1987	1780728-0 SSPMT	68	CLASSIFICADO
20	2616	GERSON ALVES CAMPOS	30/04/1988	17712645 SJSP	68	CLASSIFICADO
21	288	PAULO HENRIQUE DA SILVA LINDER	06/05/1989	16678613 SSP-MT	68	CLASSIFICADO
22	3493	FRANCISCO SOUZA DA CRUZ	30/08/1990	22171819 SSP	68	CLASSIFICADO
23	959	LUIZ DA SILVA FERREIRA	27/10/1990	2291009-3 SSP-MT	68	CLASSIFICADO
24	2268	EMERSON MORAIS DA SILVA	16/10/1991	22466169 SSP MT	68	CLASSIFICADO
25	1235	JOAO MARCOS DA SILVA DE BRITO	14/05/1992	20038186 SSP	68	CLASSIFICADO
26	1180	LUCAS RODRIGUES FRANKE	22/12/1994	23683783 SEJSP MT	68	CLASSIFICADO
27	370	GIORGI LUCAS DE SOUZA OLIVEIRA E SILVA	11/10/1995	2357183-7 SSP-MT	68	CLASSIFICADO
28	1838	DANIEL IZIDORO DE MORAES	20/03/1996	2287241-8 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
29	2868	WELLINGTON DA SILVA ANDRADE	29/03/1996	2553715-6	68	CLASSIFICADO
30	2083	DHULIO CRISTIANO TIBURSKI DE OLIVEIRA	31/07/1996	27231208 SESP MT	68	CLASSIFICADO
31	3703	CAROLYNE DE MELO SILVA	05/08/1996	22088253	68	CLASSIFICADO
32	189	ALEF QUINOT PEREIRA	20/10/1996	1636054-0 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
33	1532	LUIZ FERNANDO BARBOSA	18/08/1997	2678084-4 SJSP/MT	68	CLASSIFICADO
34	1100	RHUAN CEZAR NAVES	12/05/1999	2738732-1 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
35	3279	AMADOR LOPES DOS SANTOS	25/02/1969	537297 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
36	4584	GERALDO VOLPATO MARTINS	31/10/1975	65060906 SESP	64	CLASSIFICADO
37	4401	HOSIEL LOPES DA COSTA	18/03/1981	0326717 SJSP AC	64	CLASSIFICADO

38	3025	EDSON CAICARA DA SILVA JUNIOR	20/06/1985	14577615 SESP MT	64	CLASSIFICADO
39	1828	DIEGO AMORIM DA SILVA	04/05/1986	14069474 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
40	4290	ROBSON ROBERTO BELIDO LIMA	21/03/1988	3061358-2 SESP	64	CLASSIFICADO
41	3938	DIEGO GUSTAVO DA SILVA SOUZA	23/09/1994	23077204 SSPMT	64	CLASSIFICADO
42	3596	AURISLAN PEREIRA DOS SANTOS	30/01/1995	22155317 SSPMT	64	CLASSIFICADO
43	4076	GUSTAVO MARLON DE SOUZA ARRUDA	09/09/1995	24807109 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
44	2644	VICTOR HUGO SOARES DE MENDONCA	21/11/1995	20366949-1	64	CLASSIFICADO
45	3890	UILIEN MATEUS DA SILVA DE PAIVA	08/02/1996	6525337 SSP	64	CLASSIFICADO
46	297	ROBSON SILVA DE OLIVEIRA	30/04/1996	22890572 SSP	64	CLASSIFICADO
47	342	MAIKON DOUGLAS ALVES GARCIA	25/06/1996	21964416 SSP	64	CLASSIFICADO
48	2315	RENAN TRINDADE PACHECO DA SILVA	09/10/1997	1333234 SSP	64	CLASSIFICADO
49	3363	JOSE GOMES HONORATO	10/04/1956	00063762 SSPMT	60	CLASSIFICADO
50	4398	JAIR PRETO CARDOSO	28/01/1961	33141394 SSP-PR	60	CLASSIFICADO
51	1040	WALTER SANTOS SILVA	27/10/1963	14060660 SE-JUSP MT	60	CLASSIFICADO
52	4440	NATALICIO PEREIRA DA SILVA	23/12/1965	0501941-9 SSPMT	60	CLASSIFICADO
53	1623	IVALDO CASAGRANDE	21/05/1971	000624992 SSPMS	60	CLASSIFICADO
54	2464	JOSE MARIA DA COSTA	05/03/1973	14310414 SSP	60	CLASSIFICADO
55	4182	JUNIA DA SILVA COUTO	30/06/1973	07130130 SSP	60	CLASSIFICADO
56	3069	ULISSES DINIZ RIBEIRO	02/08/1975	11470193-1 DETRAN	60	CLASSIFICADO
57	3045	SILVIO ANTONIO DE SOUZA	25/09/1979	10269088 SJ	60	CLASSIFICADO
58	3285	SEBASTIAO NUNES DA SILVA	04/04/1981	14339986 SSP MT	60	CLASSIFICADO
59	4498	LINDOMAR PAULO FERNANDES	08/06/1981	12775975 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
60	3595	EDMAR PASSOS DE OLIVEIRA	14/09/1981	14236087 SSPMT	60	CLASSIFICADO
61	2663	ADAUTO COSTA DA SILVA	07/01/1983	16018087 SSPMT	60	CLASSIFICADO
62	284	LEIDIANE DA SILVA	26/11/1984	3032370-3 SSP-MT	60	CLASSIFICADO
63	2613	MOSALVE SOBRAL DA SILVA	21/03/1987	17747422 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
64	3964	EDER SCHWAAB	13/07/1987	15894533 SSPMT	60	CLASSIFICADO
65	2688	ANDERSEN FLORES MELGAR	25/09/1990	1817003 SSP/MS	60	CLASSIFICADO
66	4452	MIRIA ROSALINA DA SILVA	02/10/1990	238403315 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
67	3972	DOGLAS MARTINS D SILVA	19/02/1991	19521294 SSP MT	60	CLASSIFICADO
68	3565	JAQUELINE GUEDES GALHARDO	20/03/1991	2118490-9 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
69	3819	MARCUS VINICIUS FERREIRA SILVA RODRIGUES DA SILVEIRA	04/07/1993	18407943 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
70	4644	EVILYN YURI KAKO	31/05/1994	26597276 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
71	566	FLÁVIO SILVA SANTOS JÚNIOR	12/01/1995	1364568 SES-DEC/RO	60	CLASSIFICADO
72	2274	WIGOR RANGEL DE SOUZA ADRIANO	20/06/1996	2341996-2 SSP MT	60	CLASSIFICADO
73	3107	HIGOR JUNIOR BEZERRA SANTOS	18/07/1996	27359654 SSP	60	CLASSIFICADO
74	1418	ALESSANDRO SIMÕES DE SOUZA	27/03/1997	2688981-1 SE-JUSP	60	CLASSIFICADO
75	2162	RAFAEL DINIZ FELIPE	01/08/1997	2882190-4	60	CLASSIFICADO
76	2354	ANTONIO PAULO DA CUNHA APOLINARIO	29/01/1971	805133 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
77	4333	GILBERTO DA SILVA I	27/09/1971	842728 SSPMT	56	CLASSIFICADO
78	4489	RIVALDO BARROS DE LIMA	30/09/1971	223507027 SSPSP	56	CLASSIFICADO
79	4661	ALEX SANDRO VIEIRA	19/04/1976	75096941 SSP/PR	56	CLASSIFICADO
80	4372	NILTON ROBERTO BRITO DA SILVA	31/07/1980	13586610 SSP/MT	56	CLASSIFICADO

81	3522	ROGERIO NIZA MOREIRA	20/09/1982	16809327 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
82	2335	EVERTON SANTIAGO	01/10/1982	14244390 SE-JUSOMT	56	CLASSIFICADO
83	4647	ELIAS OLIVEIRA DA SILVA	19/12/1983	15313026 sspmt SSSPMT	56	CLASSIFICADO
84	2490	ADRIANO PASCHOAL RIBEIRO	30/08/1985	17353173 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
85	464	ADRIANO JOSE DA SILVA	19/09/1986	7637297 SSPPE	56	CLASSIFICADO
86	2937	LEANDRO NASCIMENTO LIMA	22/09/1988	19053522001 SESPMA	56	CLASSIFICADO
87	4345	FERNANDO DO NASCIMENTO FERREIRA	04/07/1989	24415235 SSPMT	56	CLASSIFICADO
88	2441	DEYVISSON DOS SANTOS FAVERA	17/01/1991	15494101 SE-JUSP	56	CLASSIFICADO
89	4394	EVERTON VIEIRA VENDRAME	26/01/1991	2005113-1 SSP MT	56	CLASSIFICADO
90	4003	DANUBIA CONCEIÇÃO FREITAS	21/12/1992	25929127	56	CLASSIFICADO
91	1966	PAMELA BIANCA DA SILVA	24/03/1994	23081023 SSP	56	CLASSIFICADO
92	1537	WILLIAM FERNANDES ROCHA	06/08/1995	26269970 SESP MT	56	CLASSIFICADO
93	1621	MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO	08/12/1995	24845248 SSPMT	56	CLASSIFICADO
94	71	CAMILA DOLORES DA SILVA	11/03/1998	22268073 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
95	3934	RAFAEL DA CONCEIÇÃO SANTANA	13/04/1998	2804526 SSP-MT	56	CLASSIFICADO
96	2146	MARIA AMELIA CARDOSO BARBOSA SKITTBERG	06/07/1968	09002790 SSP MT	52	CLASSIFICADO
97	4626	AILTON ROCHA DE SOUZA	23/10/1975	579828 SSPRO	52	CLASSIFICADO
98	2917	MARCELO AFONSO TORRES	14/10/1977	14442272 SSPMT	52	CLASSIFICADO
99	1179	ROSINILSON BARBOSA	23/06/1978	17255287 SSPMT	52	CLASSIFICADO
100	3244	ELISMAR FRANCISCO DUARTE	10/01/1979	11986239 SSP	52	CLASSIFICADO
101	3128	EDVALDO DO CARMO COSTA	19/01/1981	11782170 SJ	52	CLASSIFICADO
102	1948	MANOEL DA CRUZ CARVALHO	09/06/1986	19064778 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
103	1805	GEKELINI AMELIA DE SALES	31/03/1987	18522440 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
104	698	WELSON VIEIRA DA COSTA	18/03/1988	16044487 SSPMT	52	CLASSIFICADO
105	3088	ADRIANO DE PAULA OLIVEIRA	19/01/1990	20363290 SESP MT	52	CLASSIFICADO
106	2451	RODOLPHO SANTOS SOUSA	23/04/1992	19702272 SSPMT	52	CLASSIFICADO
107	590	WALYSSON DOS SANTOS NOGUEIRA	15/09/1993	226621220 SSPMT	52	CLASSIFICADO
108	2030	EDUARDO DE SOUZA BARROS	19/08/1996	25487159 SSP	52	CLASSIFICADO
109	3871	ANDRE ADILES DE SOUZA	22/05/1997	2437278-1 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
110	3861	RAFAEL VINICIUS FERREIRA COSTA	24/07/1998	22500820 SSPMT	52	CLASSIFICADO
111	837	ADRIANO DOS SANTOS AGUILAR	26/11/2016	19574029 SSP-MT	52	CLASSIFICADO
112	3340	LEANDRO GONÇALVES DA SILVEIRA	09/03/0198	13038745 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
113	2582	SIRLEI T. MONTEIRO DE LIMA SILVA	26/03/1966	23894873 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
114	596	MARLUCIA DE MELLO	30/08/1971	08051941 SSPMT	48	CLASSIFICADO
115	1271	ALBERTO VIEIRA CUSTODIO	09/02/1973	07420820 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
116	405	GENI DE JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA	06/08/1975	66486230 SSP-PR	48	CLASSIFICADO
117	260	LUCIANA SANTANA	24/02/1978	12998249 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
118	2789	MANASSES SOARES DA SILVA	04/12/1978	12705225 SSP	48	CLASSIFICADO
119	4232	JOANA FEITOSA DELMONDES	27/11/1983	15678857 MT	48	CLASSIFICADO
120	4351	ADRIANA SANTANA DA SILVA	26/01/1986	17767350 SSPMT	48	CLASSIFICADO
121	4675	APARECIDA GONÇALVES CANDIDO	01/09/1986	18380131 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
122	3600	ROBSON LIMA DE OLIVEIRA	23/01/1988	1700101-3 SSPMT	48	CLASSIFICADO
123	3384	UALES MARTINS SILVA	15/09/1988	17731038 SSP/MT	48	CLASSIFICADO

124	3086	RENERSON DA GUIA OLIVEIRA	02/06/1989	19664796	48	CLASSIFICADO
125	1951	LEANDRO DE BARROS	09/11/1989	21226393 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
126	3668	MARCOS ANTÔNIO OLIVEIRA DO NASCIMENTO	23/10/1990	19898479 SSP MT	48	CLASSIFICADO
127	1867	JESSICA CAROLINE DE LIMA MUNIZ	10/02/1992	24852724	48	CLASSIFICADO
128	863	ANDRE CARLOS PERES DA SILVA	11/03/1997	26038439 SEJSP	48	CLASSIFICADO
129	2973	WANDESLAYNE NAWANY DE SOUZA TORRES	18/05/1997	605668905 SSP/SP	48	CLASSIFICADO
130	4507	LEONILDO COLAR SESTARI	31/08/1947	391769 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
131	3027	MARIO DE JESUS OSTETI	09/10/1968	679761 SSP	44	CLASSIFICADO
132	1198	JOSE BISPO NETO	30/10/1969	709542 SSP	44	CLASSIFICADO
133	676	HUSLEY SOARES DOS SANTOS	06/05/1976	13149229	44	CLASSIFICADO
134	3965	DIVINA APARECIDA BARRETO	29/12/1976	1377126-4 SSS/MT	44	CLASSIFICADO
135	4044	ROZEMIR ALVES DA SILVA	05/04/1977	10759530 SSP\MT	44	CLASSIFICADO
136	2016	ADILSON BARRETO DA SILVA	02/09/1977	12305839 SJMT	44	CLASSIFICADO
137	2368	CLEUVIS AUGUSTO FONTANA	18/10/1977	986120 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
138	2993	MARCIA APARECIDA XAVIER DE OLIVEIRA	08/07/1979	1491729-7 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
139	3809	SILVANO BELEM DE SOUZA	17/11/1981	15830888 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
140	3708	JOÃO BATISTA ALVES	24/06/1984	16670159 SSPMT	44	CLASSIFICADO
141	2767	MATEUS DOS SANTOS FERREIRA	30/07/1985	17242258 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
142	2375	DEICK NASCIMENTO LADISLAU	09/12/1985	14085976 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
143	4513	GERSON RAMOS SILVA	15/11/1986	17811570 SSPMT	44	CLASSIFICADO
144	38	GUILHERME CASAGRANDE	16/06/1995	23419997 SSP	44	CLASSIFICADO
145	717	MARKOS KENDEL DA CRUZ SILVA	03/06/1996	22500995 SSP MT	44	CLASSIFICADO
146	3364	REGINALDO VALDAMERI	05/01/1998	2683898-2 SSP	44	CLASSIFICADO
147	4692	MURILO PEREIRA DE SOUZA BRITO	24/03/1998	20605978 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
148	1883	HECTOR ALVES LOPES	23/11/1998	27686388 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
149	648	ZENILDA MOREIRA DOS SANTOS MACHADO	02/05/1966	593287 SSPMT	40	CLASSIFICADO
150	2930	ANTONIO AFONSO TORRES	16/09/1966	1817123-0 SSPMT	40	CLASSIFICADO
151	3296	GILBERTO LIMA DO SANTOS	10/08/1972	561483 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
152	2864	VALDINEIA ALVES DE OLIVEIRA SANTOS	20/08/1976	1592490-4 MT	40	CLASSIFICADO
153	1949	SONIA DE SALES	09/07/1977	13355546 SSPMT	40	CLASSIFICADO
154	4299	ZENILTON MENDES PEREIRA	19/07/1978	20175213 SESPMT	40	CLASSIFICADO
155	3473	SIVALDO VIEIRA MELO	22/01/1981	31493238 SSP-SE	40	CLASSIFICADO
156	2624	UANDERSON REZENDE SOUZA	29/12/1983	15658031 SSP MT	40	CLASSIFICADO
157	274	ALEX SANDRO DE OLIVEIRA PEREIRA	30/12/1985	15447278 SSPMT	40	CLASSIFICADO
158	3238	VIVIAN LOPES RELVAO	14/04/1989	2060433-5 SSP-MT	40	CLASSIFICADO
159	3602	DIEGO HENRIQUE MENA CAFACIO	21/12/1989	23425466 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
160	813	KELLY SILVA REZENDE	24/09/1992	20575726 MT	40	CLASSIFICADO
161	3598	LUCAS BERNARDO MENDES SOARES	25/04/1995	23776552 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
162	1644	CLEITON MENDES DE MAGALHES	03/11/1997	28312260 SSP MT	40	CLASSIFICADO
163	3797	HECTOR JUNIOR DA SILVA SOARES	28/11/1998	24587222 SSPMT	40	CLASSIFICADO

Cargo.:793 -NUTRICIONISTA SEMEC

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	995	JULIANA JANDER ANDRADE	03/11/1983	1501392-8 SSPMT	76	CLASSIFICADO
2	4268	JESSICA JACOVAS	19/11/1994	21132712 MT	76	CLASSIFICADO

3	1823	LETICIA BRITO SILVA	07/11/1995	22008500 SSP MT	76	CLASSIFICADO
4	2239	MARCIA TEREZINHA DOS SANTOS	22/12/1973	59800574 SESPPR	72	CLASSIFICADO
5	629	RUBIA MOREIRA DE CAMPOS	14/01/1989	14563908 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
6	1298	THAIANE ARAUJO DA SILVA	23/11/1992	18497896 SSP	72	CLASSIFICADO
7	2642	DENISE DA SILVA CUNHA	10/04/1990	17705045 SSP/MT	64	CLASSIFICADO
8	1259	KAROLINE APARECIDA FERREIRA MORINI	14/07/1995	20871805 SSPMT	64	CLASSIFICADO
9	1991	THAYNAN NASCIMENTO SOUZA	13/11/1992	18804675 SSP	60	CLASSIFICADO
10	4188	GABRIELA CONCHE FERREIRA	01/08/1994	23546352 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
11	793	JULIANA KELLY HASHIMOTO	09/10/1995	1821477-0 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
12	2605	MARINA SATIE TAKI	12/09/1990	11626860 SSP/MT	56	CLASSIFICADO
13	3318	MARIELLI COELHO	28/01/1995	20398425 SSPMT	56	CLASSIFICADO
14	715	BARBARA ELOISA MAIA NASCIMENTO	23/12/1995	2060294-4 SSP	56	CLASSIFICADO
15	4496	LEDIANE SANTIAGO DE MELLO	28/06/1990	20505108 SSPMT	48	CLASSIFICADO
16	1118	SOLANGE SOUZA ALMEIDA	18/05/1995		48	CLASSIFICADO

Ccargo.:794 -MOTORISTA INDÍGENA

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	589	SIDNEY SOARES FALCAO	14/11/1975	93757 SSP/MT	72	CLASSIFICADO
2	571	LUIZ PAULO DE ALMEIDA	28/04/1992	21433836 SSPMT	72	CLASSIFICADO
3	2797	RICARDO JUNIO DE SOUZA	21/04/1979	2897608-8 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
4	2414	GODOBERQUE RODRIGUES FERNANDES	23/05/1983	1771860-0 SSPMT	68	CLASSIFICADO
5	4354	CELSO RICARDO DOS REIS	18/06/1976	21511020 SSPMT	64	CLASSIFICADO
6	2081	MARCIO RODRIGUES	28/10/1983	14719088 SESP MT	64	CLASSIFICADO
7	3999	LEONARDO LIMA DIAS	10/06/1987	559883574 SSPSP	64	CLASSIFICADO
8	4258	IVAN LUCAS DOMINGUES SILVA	01/02/1996	22550313 SSP MT	60	CLASSIFICADO
9	4431	WANDERLEI FRANCO BRITO	19/11/1971	08564230 MT	52	CLASSIFICADO
10	3519	LEONARDO FERREIRA LOPES	19/04/1975	1145140-8 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
11	1778	MAXIMIANO ENEZOKEMAE	08/04/1967	639983 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
12	1513	GILMAR DOS SANTOS	11/02/1981	13459309 SSP	48	CLASSIFICADO
13	1700	NIVALDO LOPES DE MENDONÇA	02/02/1976	981161 SSP MT	40	CLASSIFICADO
14	191	MISAEL NAIZOKENAZOKAE	29/09/1980	15620395 SSP/MT	40	CLASSIFICADO

Cargo.:862 -PROFESSOR MATEMATICA - ZONA URBANA E RURAL - LIBRAS

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	1596	MARCIELE KEYLA HEIDMANN	01/01/1982	12035114 SSP	52	CLASSIFICADO

Cargo.:863 -PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL/ ED. ESPECIAL - BRAILLE E LIBRAS

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	2303	CARMEM TERESINHA CAZZUNI GONCALVES	02/10/1966	7333102 SSP/MT	48	CLASSIFICADO

Cargo.:875 -ATENDENTE DE AGENCIA POSTAL - SÃO JORGE

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	869	MARINEIDE GONÇALVES DE SOUZA	03/04/1984	13419700 SSP/MG	48	CLASSIFICADO

Cargo.:876 -ATENDENTE DE AGENCIA POSTAL - SAO JOAQUIM

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	1358	SILVIA ADRIELLY FERREIRA FELIX	01/01/1997	28169670 SSP MT	56	CLASSIFICADO
2	1723	RAQUEL ROSANA DE SOUZA CAMPOS	20/08/1997	28812018 SSP-MT	56	CLASSIFICADO

3	3501	GUILHERME JÚNIOR DA SILVA SOARES	30/11/1998	29973414 EXPEDIDOR	40	CLASSIFICADO
Cargo.:877 -ATENDENTE DE AGENCIA POSTAL - PROGRESSO						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	4254	LEONARDO RODRIGUES DE FREITAS	31/01/1996	23010169 SSP MT	56	CLASSIFICADO
2	1921	SAMILA STEFANIA DE SOUZA GONÇALVES	23/04/1995	26885875 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
3	4172	ISAMARA ALVES ALMEIDA	11/05/1996	28200195 SSP	52	CLASSIFICADO
4	858	CARLA NEPOMUCENO DE SOUZA	16/03/1997	24869015 SSPMT	48	CLASSIFICADO
5	2675	ANA LUCIA GONÇALVES CHAVES	11/05/1993	21609110 SSP	40	CLASSIFICADO
Cargo.:878 -ATENDENTE DE AGENCIA POSTAL - GLEBA TRIÂNGULO						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	3307	KESSIA JORDANIA SANTOS SILVA	24/03/1994	25796232 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
2	730	ELIANA RIBEIRO FRANCISCO	09/04/1984	18077242	56	CLASSIFICADO
3	4285	BRUNA OLIVEIRA MARTINS	22/01/1997	26225883 SS/P	52	CLASSIFICADO
4	872	KAROLINE APARECIDA ROBATINI GOULART	13/01/1997	24290548 SEJUSP	44	CLASSIFICADO
Cargo.:879 -ENTREVISTADOR SOCIAL						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	846	ELIANE DOS SANTOS FERNANDES DA COSTA	05/10/1979	MG 21737335 PCMG	64	CLASSIFICADO
2	2832	DANIELA FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA	27/04/1992	23456906 SSPMT	64	CLASSIFICADO
3	13	MARIANA GOMES GRANVILLE	25/09/1997	21840040 SSP-MT	64	CLASSIFICADO
4	1371	ROSANGELA DA COSTA BARBOSA	08/11/1979	1679527-0 SSPMT	60	CLASSIFICADO
5	750	MANOEL APARECIDO DE ALCÂNTARA ALMEIDA	12/10/1982	2001476 SSP/AL	60	CLASSIFICADO
6	4458	FRANCIELI DA SILVA BARBOZA KRAMPE	03/11/1991	22545336 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
7	3275	IVONETE DE FREITAS ARAUJO	05/07/1972	0736230-7 SSP MT	56	CLASSIFICADO
8	1891	MAYCON JUNIOR OLIVEIRA	08/03/1991	22039228 SSP	56	CLASSIFICADO
9	971	KAIO HERNO ROSELLA	17/04/1988	18287271 SSP MT	52	CLASSIFICADO
10	1010	LUCIANO JOAQUIM DA SILVA	13/07/1989	2008103-0 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
11	2835	VINICIUS RODRIGUES OLIVEIRA DOS SANTOS	18/04/1995	23210680 SSPMT	52	CLASSIFICADO
12	2201	MARCOS FERREIRA	09/07/1982		44	CLASSIFICADO
13	449	FABIOLA BARBOSA DOS SANTOS	17/01/1998	27719146 SSPMT	44	CLASSIFICADO
14	1176	PAULA FRANCIELLY DIONISIO	02/07/1998	27352129 SSP MT	40	CLASSIFICADO
Cargo.:880 -GERENTE DO PROG. ACESSUAS - PRONATEC						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	1500	LEANDRO ELIAS MARQUES VIEIRA	21/04/1988		68	CLASSIFICADO
2	3246	DENISE DA CRUZ SANTOS	04/02/1971	000747913 SSP-MS	56	CLASSIFICADO
3	2873	MARCOS MASSAHIRO YAMASAKI	12/02/1976	08888817 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
4	4263	FABIANA MENDONÇA FERREIRA	19/08/1983	15475298 SSP	52	CLASSIFICADO
5	1078	ALEXANDRE TURELA DE SOUSA	28/01/1987	15994104 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
6	4533	EMANUELI CIOTTI PEREIRA BORGES	29/09/1987	18266827 SSP	52	CLASSIFICADO
7	862	JEFFERSON MUNHOZ	08/02/1977	594063 SSP/RO	48	CLASSIFICADO
8	4430	MAURO ANDRÉ FAZINGA BUSINARO	24/02/1986	273676970 SSPSP	48	CLASSIFICADO
9	427	REGIANE DE OLIVEIRA LIMA	13/09/1990	2.122.993-7 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
10	725	FERNANDA DA SILVA FARIAS	28/12/1992	23455772 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
11	2600	LUIZ EDUARDO CUNHA DE ARAÚJO	31/05/1993	3773650 SSDS/PB	48	CLASSIFICADO

12	3484	PÂMELA RAÉLLI SANTANA DE OLIVEIRA	19/08/1993	23392720 SSP MT	48	CLASSIFICADO
13	4629	BRENDA GOMES CANDEIAS	20/12/1993	20395035 SSPMT	48	CLASSIFICADO
14	1045	JÉSSICA RAMOS DE OLIVEIRA	24/02/1994	2366143-7 SSP-MT	48	CLASSIFICADO
15	2014	TALIARA TEIXEIRA SGUAREZI	04/04/1994	21045232 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
16	287	JOAO BOSCO GONCALVES	24/06/1954	5627962 SSP-SP	44	CLASSIFICADO
17	3085	GIOVANY CESAR PASSARELLO	18/11/1968	616407 SSPMT	44	CLASSIFICADO
18	168	SELIA PEREIRA DE SOUZA FERREIRA	30/10/1975	10758283 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
19	1935	CARLA FERNANDA TOLOI FERREIRA	26/05/1977	08961360 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
20	2429	ELESANDRA ALVES VIRGULINO	12/03/1980	3739390 DGPC GO	44	CLASSIFICADO
21	2609	LILIAN DAIANE SOBRINHO DA SILVA MANICA	23/03/1984	2249895-8 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
22	3923	ISMAEL DE JESUS ANDRADE	26/07/1984	15691713 SSP	44	CLASSIFICADO
23	1915	BRUNA RAFAELA DE CASTRO	06/11/1986	16272404 SSPMT	44	CLASSIFICADO
24	1473	DEBORA HELENA FERREIRA PACHECO	28/02/1987	322669133 SSP/SP	44	CLASSIFICADO
25	4403	CÁSSIA MATOS AMARAL	09/12/1987	1342067622 SSPBA	44	CLASSIFICADO
26	177	GREGUE AMARAL MELO	05/07/1988	17131669 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
27	4451	OTÁVIO AUGUSTO DALTO FERRAZ	08/02/1990	16091396 SSPMT	44	CLASSIFICADO
28	4311	MAGNO LUAN RICHTER	16/11/1993	1838928-7 SSP	44	CLASSIFICADO
29	3078	MATHEUS SOMMER CASTRO	12/05/1994	1093728929 SJS RS	44	CLASSIFICADO
30	3277	RENATA MARTINHA DA SILVA	05/08/1994	23045442 SSP-MT	44	CLASSIFICADO
31	2922	VANDERLEI LAURINDO GOMES	09/03/1975	20693648 SPMT	40	CLASSIFICADO
32	3975	QUEILA RAMOS BATISTA	14/10/1980	1378090-5 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
33	3606	MARIA JANETE CORREIA	07/06/1982	14499550 SSPMT	40	CLASSIFICADO
34	21	MARCIA LOPES MARTINS	07/01/1987	1959825-4 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
35	2493	FERNANDA DA SILVA CUNHA	17/10/1988	17670420 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
36	602	RITA CAMILA KESERLE DE OLIVEIRA	17/03/1989	1985708-0 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
37	4423	WEVERTON JUNIOR DE VILLA SILVA	30/04/1989	18673945 SSP/MT	40	CLASSIFICADO
38	4600	FRANCIELY LUIZ DE SOUZA	01/10/1991	21591172 SSP-MT	40	CLASSIFICADO
39	241	ANDREZA FELIX DE ABREU	17/11/1992	21485470 SSP MT	40	CLASSIFICADO
40	1287	JAQUELINE SZURLAN	10/02/1993	22327550 SSPMT	40	CLASSIFICADO

Cargo.:881 -AGENTE DO PROG. ACESSUAS - PRONATEC

Qtd.	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Prova Objetiva	Resultado
1	137	LUCIANA PEREIRA DE SOUZA FEITOSA	10/05/1982	16635604 SSP	60	CLASSIFICADO
2	1857	LUCIANA CRISTINA SILVA	28/03/1990	2111176-6 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
3	1979	RAFHAEL DENNER BERIGO DO NASCIMENTO	20/12/1994	24537314 SEJSP	52	CLASSIFICADO
4	1595	JUNIOR PAULO DA SILVA	21/03/1973	698540 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
5	3699	MAISE CRISTINA DA SILVA	20/09/1990	21967792 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
6	3756	MARCOS VINÍCIUS WEBER	18/05/1991	17832284 SSPMT	48	CLASSIFICADO
7	4633	TATIANE CARNEIRO DE MORAIS	18/08/1992	23029897 SSPMT	48	CLASSIFICADO
8	1686	JACKELINE MORAIS MACHADO	28/08/1995	22546359 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
9	59	ADRIANA DOS REIS GUIMARAES	18/12/1986	17236860 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
10	1292	JEAN ALVES BARBOSA DA CONCEIÇÃO	23/12/1995	2303465-3 SSPMT	44	CLASSIFICADO
11	2516	CRISTIAN BERNARDES VIEIRA	22/11/0993	23273720 SSP	44	CLASSIFICADO
12	3767	VALDIJANIA FERREIRA ALVES	18/05/1979	13931709 SSP/MT	40	CLASSIFICADO

13	3829	FELIPE GARCIA E SOUZA	03/09/1994	26270080 SEJSP-MT	40	CLASSIFICADO
Cargo.:930 -ASSISTENTE SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	1745	SONY MARIA MOLINARI DA SILVA	27/04/1960	12507563 SSPMT	56	CLASSIFICADO
2	4084	CREUNICE NASCIMENTO DA SILVA	17/12/1989	1866879-8 SSP/MT	52	CLASSIFICADO
3	4670	MARTA JOSE DA SILVA	11/06/1972	678747-9 SSP/MT	48	CLASSIFICADO
4	871	FRANCISCA GRACINETE RODRIGUES PAZ	31/07/1977	240169393 SSP	48	CLASSIFICADO
5	2517	SHEILA LETÍCIA FERREIRA	26/09/1983	14112191 SSPM	48	CLASSIFICADO
6	2308	FERNANDA DALIANY DA SILVA FACHIN	21/03/1985	15511669 SSP MT	48	CLASSIFICADO
7	1798	ELIELMAX EDUARDO RAMOS	28/01/1989	17571928 SSPMT	48	CLASSIFICADO
8	3650	VALERIA CRISTINA DE SOUZA	24/04/1974	09583629 SSPMT	44	CLASSIFICADO
9	1783	NEIDE TERESINHA CONSTANTE SILVA	31/08/1974	3063841-0 MT	44	CLASSIFICADO
10	2915	LUAN FELIPE SANTOS DE OLIVEIRA	16/01/1994	20025580 SPI/SJSP	44	CLASSIFICADO
11	2231	JONINA PEREIRA DOS SANTOS	02/07/1972	919149 SSPMT	40	CLASSIFICADO
12	36	JOELMA APARECIDA FINOTTI TAVARES	07/08/1974	09996443 SJMT	40	CLASSIFICADO
13	2432	SAMYA DANIELLE GONÇALVES DE OLIVEIRA	31/07/1976	988258 SSPMT	40	CLASSIFICADO
14	703	GRAZIELA PEREIRA MARIANO	03/12/1982	12403431 SESP MT	40	CLASSIFICADO
Cargo.:932 -PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL/ ED. ESPECIAL						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	1977	CLAUDIA FREITAS BENTO	10/06/1983	1749247-5 SSP/MT	68	CLASSIFICADO
2	3867	MIRIAN DO NASCIMENTO FRANCHINI	03/02/1980	1096029-5 SSP/MT	60	CLASSIFICADO
3	1016	SANDRA BUENO DA SILVA	15/09/1979	13426400 SSP-MT	56	CLASSIFICADO
4	2155	ROSELY SILVA SANTOS	24/06/1976	958522 SSPMT	52	CLASSIFICADO
5	4004	CACILENE ALMEIDA SILVA	02/02/1975	1084837-1 SJ	48	CLASSIFICADO
6	2648	ELIS ADRIANA PIOVESAN	25/05/1988	1422803210 SSP	48	CLASSIFICADO
7	145	RAYANA MARÇAL DA SILVA	28/02/1992	22298908 SSSPMT	44	CLASSIFICADO
8	2843	SILVANECIA GONCALVES DA SILVA CARVALHO	28/07/7197	1540499-4 SSPMT	44	CLASSIFICADO
9	4122	DAMARIS SOARES DA SILVA	22/06/1984	16145801 SSPMT	40	CLASSIFICADO
Cargo.:961 -PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL/ ED. ESPESCIAL - LIBRAS						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	1670	LEANDRO FRANCISCO ALVES	16/07/1987	16709624 SSSP MT	44	CLASSIFICADO
Cargo.:962 -PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA-ZONA URBANA E RURAL - LIBRAS						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	2777	FABIANA APARECIDA GOMES MOURA	30/08/1983	563065539 SSP/SP	52	CLASSIFICADO
Cargo.:963 -AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA RURAL						
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	140	FABIULA CRISTINA IGNÁCIO	09/10/1996	25390872 SEJUSP/MT	56	CLASSIFICADO
2	3808	JOSINETE BARBOSA ROCHA	06/01/1965	04925386 SSPMT	52	CLASSIFICADO
3	3946	ROSILENE SANTOS SILVA	31/03/1980	17852641 SSP MT	48	CLASSIFICADO
4	1290	CLAUDIA FERREIRA NUNES	11/09/1983	19019971	48	CLASSIFICADO
5	1145	CLAUDIA SOUZA LIMA	11/04/1991	20149999 SSP-MT	48	CLASSIFICADO
6	1968	MARTA REGINA DOS SANTOS	05/12/1982	14236036 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
7	531	NILCEIA RODRIGUES LIMA	19/02/1988	21137285 SSPMT	44	CLASSIFICADO

8	3034	CLAUDIENE DOMINGOS MARCIANO	22/09/1991	22903194 SSP/MT	44	CLASSIFICADO
9	4250	PATRICIA TEOPILO DA CRUZ	24/03/1982	1340600 SEJSP	40	CLASSIFICADO
10	2328	SIMONE RAMOS	04/11/1985	1824622-2 SSP-MT	40	CLASSIFICADO
11	2683	JAQUELINE NAYARA DA SILVA SOARES	03/04/1005	26163888 SSP	40	CLASSIFICADO

2. A PROVA DE TÍTULOS, para os cargos/função da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Assistência Social, e Secretaria Municipal de Administração será realizada na Biblioteca Municipal, localizada na Avenida Brasil nº 376-E Centro, Tangará da Serra – MT.nos dias 09 e 10 de Janeiro de 2017, no horário das 08:00h às 16:00h.

3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 06 de Dezembro de 2016.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Aguinaldo Garrido

Secretário Municipal de Assistência Social

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE PRORROGAÇÃO
Nº0002000002/2016/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / CASA TRANSITÓRIA DA CRIANÇA. Este Termo de Prorrogação tem por objeto prorrogar, o prazo de vigência do **Convênio nº002/ADM/2016,** passando a vigorar 05/02/2016 a 09/02/2017.
R$ /00/Data da Assinatura: 30/12/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR N.º 47, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

SÚMULA: "Altera parcialmente a Lei Complementar 31/2013, que dispõem sobre o Plano de Cargos e Salários da Carreira dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde, da Secretaria de Saúde do Município de Terra Nova do Norte, e dá outras providências."

O SENHOR MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado à alterar parcialmente o Anexo I, da Lei Complementar 31/2013, a fim de incluir as seguintes vagas:

I – Acrescentar 01 (uma) vaga para o cargo de Farmacêutico (40h) – Especialista de Saúde III, do Grupo Ocupacional de Cargos I, permanecendo inalteradas as demais previsões de cargos e vagas.

Art. 2º - O quadro do grupo ocupacional de cargos I, previsto no anexo I (quadro de cargos, vagas e vencimentos da carreira dos profissionais do sistema único de saúde-SUS), passará a vigorar com a seguinte redação:

GRUPO OCUPACIONAL	SUBGRUPO OCUPACIONAL	CARGO	CH	VAGAS	VENCIMENTO (R$)
GRUPO OCUPACIONAL - NÍVEL SUPERIOR					
GRUPO OCUPACIONAL DE CARGOS - I	ESPECIALISTA EM SAÚDE I	FONOAUDIOLOGO	40H	01	1.700,00
EDUCADOR FISICO	40H	01			
ESPECIALISTA EM SAÚDE II	ASSISTENTE SOCIAL	40H	02	2.000,00	
ESPECIALISTA EM SAÚDE III	FISIOTERAPEUTA	40H	03	2.200,00	
PSICOLOGO	40H	01			
BIOLOGO	40H	01			
NUTRICIONISTA	40H	01			
FARMACEUTICO	40H	**03**			
ESPECIALISTA EM SAÚDE IV	ENFERMEIRO	40H	08	2.350,00	
ESPECIALISTA EM SAÚDE V	ODONTÓLOGO	40H	05	2.400,00	
BIOQUIMICO	40H	**03**			
ESPECIALISTA EM SAÚDE VI	MÉDICOS (CLÍNICO GERAL E ESPECIALISTAS)	40H	07	8.600,00	
ESPECIALISTA EM SAÚDE I	FONOAUDIOLOGO	20H	01	850,00	
ESPECIALISTA EM SAÚDE III	PSICOLOGO	20H	01	1100,00	
ESPECIALISTA EM SAÚDE IV	ENFERMEIRO	20H	02	1175,00	
ESPECIALISTA EM SAÚDE V	BIOQUIMICO	20H	01	1200,00	
ESPECIALISTA EM SAÚDE VI	MÉDICOS (CLÍNICO GERAL E ESPECIALISTAS)	20H	01	4300,00	

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data se sua publicação, revogando-se as disposições contrárias, em especial, parte do anexo I da Lei Complementar nº 31/2013.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte/MT, 30 de Dezembro de 2016.

MILTON JOSÉ TONIAZZO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 15.2017

PORTARIA Nº. 15.2017

Súmula: "Nomeia Comissão Permanente de Licitações Para o exercício de 2017".

O Sr. **VALTER KUHN,** Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Resolve:

Art. 1º - Na forma da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, **DESIGNAR**, a seguinte Comissão Julgadora de Licitações, permanente, com a função compreendida entre 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 para exercer sem caráter de exclusividade e sem prejuízo de suas atribuições:

Presidente Titular: Elizangela de Oliveira de Azevedo dos Santos, portadora do RG nº. 1160892-7 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o nº. 834.987.291-87.

Presidente Suplente: Armando Datsch, portador do RG nº. 2104758 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº. 834.987.291-87

Secretaria Titular: Juliana Pasa Woloszin, portadora do RG nº. 17217938 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o nº. 027.361.531-97.

Secretária Suplente: Paula Zantedeschi Goulart, portadora do RG nº. 2488494-4 SSP/MT, e inscrita no CPF 722.251.651.49.

Membro Titular: Elaine Maisa Maciel, portadora do RG 4052226075 SSP RS e inscrita no CPF 581.769.181-72.

Membro Suplente: Jeferson Cachone dos Anjos, portador do RG nº. 1586963-6 SSP/MT, e inscrito no CPF sob o nº. 002.322.361.86.

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 34/2015 ficando convalidados todos os atos praticados até a presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte – MT aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil dezessete.

_____

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 14/2017

PORTARIA Nº. 14/2017

Súmula: "Designa Pregoeiro e Equipe de Apoio para Atuarem em Licitações na modalidade pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT".

O Sr. **VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Resolve:

Art. 1º - Designar para atuar como pregoeiro em licitações na modalidade pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT, a servidora:

- **Elizangela de Oliveira de Azevedo dos Santos**, portadora do RG nº. 1160892-7 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o nº. 834.987.291-87.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da **Equipe de Apoio** em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT, os servidores:

Elaine Maisa Maciel, portadora do RG 4052226075 SSP RS e inscrita no CPF 581.769.181-72.

Juliana Pasa Woloszin, portadora do RG nº. 17217938 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o nº. 027.361.531-97

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 35/2015 ficando convalidados todos os atos praticados até a presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte – MT aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil dezessete.

_____

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

DECRETO 03/2017 DE EMERCIA NA AREA DA SAUDE

DECRETO Nº 03/2017

DE 03 DE JANEIRO DE 2017

"Dispensa, em caráter emergencial, licitação para contratação direta de profissionais da área de saúde e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especialmente,

Considerando que as ações e serviços públicos de saúde são essenciais e não podem sofrer solução de continuidade, sob pena de causar prejuízos irreparáveis à população;

Considerando que quaisquer outros procedimentos legais para contratação de pessoal estritamente necessário para atender às demandas administrativas inevitáveis e ininterruptas, qualquer que seja a modalidade prevista na Lei 8.666/93 e/ou outras normas, demanda tempo para o preparo, confecção e publicação de editais, abertura das propostas e julgamento, e abertura de prazos para eventuais recursos, homologação, chamamentos e contratações para efetivo exercício do cargo público;

Considerando que a administração tem como princípio basilar a continuidade do serviço público, e uma eventual paralisação, fatalmente acarretará em violação aos dispositivos constitucionais e legais aplicáveis à espécie;

Considerando

Considerando o que dispõe o inciso IV, do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21.06.1993,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Emergência Administrativa, com base na qual, se dispensa a licitação para a contratação de profissionais da área de saúde, até que se realize os procedimentos legais ordinários adequados para tal fim, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. Fica autorizada a contratação direta, a preços comuns praticados no mercado, dos seguintes profissionais:

Médico – 40 horas semanais mais plantões R$ 35.000,00 – Mensal;

Enfermeira Padrão – 40 horas semanais – Valor R$ 3.200,00- Mensal;

Bioquímico – 40 horas semanais – Valor R$ 3.200,00 – Mensal;

Fisioterapeuta – 40 horas semanais – Valor R$ 2.600,00 – Mensal;

Farmacêutico – 40 horas semanais – Valor R$ 2.900,00 – Mensal

Psicólogo – 40 horas semanais – Valor R$ 2.500,00- Mensal;

Assistente Social – 40 horas semanais – Valor 2.500,00 –Mensal;

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO, aos 03 dias do mês de Janeiro de dois mil e dezessete

ANTONIO LEITE BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 027/2017

Concede gratificações GIPAS e FG aos servidores que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e embasado nos arts. 132 e 137 da Lei Municipal Nº 552, de 28 de novembro de 2014 (Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos dos Profissionais da Saúde do Município);

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Gratificação de Incentivo à Prestação de Assistência Integral à Saúde – **GIPAS**, aos seguintes servidores da Saúde, nos seguintes percentuais, aplicáveis sobre o vencimento-base dos respectivos cargos efetivos, na forma do Anexo IX da Lei nº 552, de 28 de novembro de 2014:

a) ELENIR DOS SANTOS FERAREZE – RG 11/R 1510206 SSP/SC – CPF 743.962.509-91 - Técnica de Enfermagem = GIPAS de 10% (dez por cento);

b) GLORIZA DE FÁTIMA FIRINO – RG 385020-2 SSP/PB – CPF 160.550.204-91 - Enfermeira 40 h/s = GIPAS de 25% (vinte e cinco por cento);

c) VIVIANI CRISTINA DA SILVA – RG 001134438 SSP/MS – CPF 012.967.511-39 - Enfermeira 40 h/s = GIPAS de 25% (vinte e cinco por cento);

d) TALITA STELLA – RG 15143422 SSP/MT – CPF 024.229.121-09 - Enfermeira 40 h/s = GIPAS de 25% (vinte e cinco por cento);

e) RAFAEL POZZATTI ATAÍDES – RG 9074583049 SSP/RS – CPF 004.067.170-44 - Fisioterapeuta = GIPAS de 10% (dez por cento).

Art. 2º - Conceder gratificação **FG** (Função Gratificada), aos seguintes servidores da Saúde, nos seguintes percentuais, aplicáveis sobre o vencimento-base dos respectivos cargos efetivos, na forma do Anexo IX da Lei nº 552, de 28 de novembro de 2014:

a) ALESSANDRA GOMES PAIÃO – RG 2450599-4 SSP/MT – CPF 500.212.731-20 - Técnica de Enfermagem = FG de 30% (trinta por cento);

b) LEZIANE ZANARDI – RG 1756373-9 SSP/MT – CPF 039.980.631-88 – Psicóloga = FG de 10% (dez por cento).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 02 de janeiro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: Nº 01/2017

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Jocyely Lara Oliveira – CPF nº 017.525.381-10.

Cargo/função: Médico Clinico Geral, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Remuneração base: R$ 7.800 por mês.

Prazo: Até 10/02/2017.

Data assinatura: 02/01/2017.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul.

JOCYELY LARA OLIVEIRA

Contratada.

PORTARIA N° 026/2017

Designa Servidores Municipais para Fiscalizar e Acompanhar os Contratos Administrativos e instrumentos congêneres da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, e dá outras providencias.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito do Município de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, que impõe o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos por representante da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1° - Designar os Servidores Municipais abaixo relacionados, para desempenhar a função de Fiscais de Contratos, durante o exercício de 2017, observando a Normativa do Controle Interno Nº 034/2012 em vigor, com a finalidade de acompanhar, fiscalizar, supervisionar e gerir, bem como emitir relatórios, proceder ao registro de eventuais ocorrências e adotar as providências necessárias para o fiel cumprimento do objeto contratado, referente aos Contratos Administrativos e instrumentos congêneres e respectivos Termos Aditivos, celebrados com Terceiros, Pessoas Físicas e Jurídicas, nos moldes previstos no art. 54 e seguintes da Lei 8.666/93:

a) CLEITON LUIZ BORGES DE SOUZA - CPF nº 016.756.851-50, lotado na Secretaria Municipal de Governo; b) EDILENE CAMPOS DOS SANTOS - CPF nº 048.288.221-27, lotada na Secretaria Municipal de Administração; c) ERINEU DIESEL - CPF: Nº 276.705.031-49, lotado na Secretaria Municipal de Administração; d) MARCILENE MAAS - CPF nº 036.839.291-03, lotada na Secretaria Municipal de Administração; e) DOWGLAS RIBEIRO SCARPIM - CPF nº 015.525.991-82, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento; f) ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO – CPF 069.212.678-30, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento; g) ANGELA CAMILA BULLA - CPF Nº 030.224.461-10, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento; h) FÁTIMA LOPES DE SOUZA - CPF nº 025.033.571-99, lotada na Secretaria de Assistência Social Trabalho e Cidadania; i) JOSMAR MASCARELLO - CPF: Nº 033.596.809,01, lotado na Secretaria Municipal de Saúde; j) CÉSAR ITAMAR SARINHO GUERGOLETI - CPF nº 000.082.911-01, lotado na Secretaria Municipal de Saúde; k) RUBIANE BERTOLINI DOS SANTOS - CPF nº 882.970.121-15, lotada na Secretaria Municipal de Saú-

de; l) ELAINE PRADO DA CRUZ SERENA – CPF nº 000.237.391-26, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura; m) JOELIA VIANA DE SOUZA - CPF nº 038.625.351-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura; n) MARISTELA DE CARVALHO REZENDE – CPF nº 692.829.009-91, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura; o) MAKELLI BEDIN TONIAL - CPF nº 032.828.971-03, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Os contratos que forem celebrados após a publicação desta Portaria juntam-se ao regramento fiscalizador previsto no artigo anterior, devendo fazer-se menção expressa no texto contratual do nome do servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, em 02 de janeiro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: Nº 02/2017

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: Josmar Mascarello – CPF nº 033.596.809.01

Cargo/função: Técnico em Radiologia, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Remuneração base: R$ 1.938,52 por mês.

Prazo: Até 10/02/2017.

Data assinatura: 02/01/2017.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul.

JOSMAR MASCARELLO

Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: Nº 03/2017

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: Moacir Viana Ferreira – CPF nº 853.582.901-68.

Cargo/função: Gari, vinculado à Secretaria Municipal de Obras Viação Urbanismo e Saneamento.

Remuneração base: R$ 937,00 por mês.

Prazo: Até 10/02/2017.

Data assinatura: 02/01/2017.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul.

MOACIR VIANA FERREIRA

Contratado.

ERRATA

Na publicação de um TERMO DE POSSE, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, Edição nº 2.565, do dia 19 de setembro de 2016, páginas 305 e 306, ONDE SE LÊ: *"DOWGLAS RIBEIRO SCAPIM",* LEIA-SE: **DOUGLAS RIBEIRO SCARPIM**, eONDE SE LÊ: *"CPF nº 015.252.991-83"*, LEIA-SE: **CPF nº 015.252.991-82**.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: Nº 04/2017

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: Osvaldo Francisco Rezende – CPF nº 420.386.341-49.

Cargo/função: Gari, vinculado à Secretaria Municipal de Obras Viação Urbanismo e Saneamento.

Remuneração base: R$ 937,00 por mês.

Prazo: Até 10/02/2017.

Data assinatura: 02/01/2017.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul.

OSVALDO FRANCISCO REZENDE

Contratado.

PORTARIA Nº 024/2017

Nomeia servidora para exercer as atribuições do cargo comissionado de Chefe da Divisão de Atenção Básica na Assistência Social, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 13, II, da Lei Complementar nº 015, de 16.11.2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear SIRLENE MORELATO, portadora do RG nº 1989659-0 SSP/MT e CPF nº 029.547.461-06, para exercer, a partir desta data e em caráter de confiança, as atribuições do cargo *DAI* de *Chefe da Divisão de Atenção Básica na Assistência Social,* vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Cidadania, percebendo para tanto o vencimento constante do Anexo III da Lei nº 550, de 28 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 02 de janeiro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 023/2017

Designa Servidora para cargo de provimento em comissão (DAI) e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul, o observando o disposto no art. 143 da Lei Municipal nº 551, de 28/11/2014 (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Profissionais da Educação do Município de União do Sul);

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, a servidora MAKELLI BEDIN TONIAL, portadora do RG nº 2045412-0 SSP/MT e do CPF nº 032.828.971-03, para exercer, a partir desta data o cargo de provimento em comissão de *Diretor do Departamento de Apoio Educacional - símbolo DAI*, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo para tanto o vencimento fixado no Anexo II da Lei nº 551 de 28 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 02 de janeiro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 022/2017

Designa profissional do magistério para Função de Confiança e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a Professora Pedagoga Sr.ª VERA MARIA ZANIN DE LIMA, portadora do RG nº 15617378 SSP/MT e do CPF nº 016.663.501-41, para exercer em caráter de confiança, a função de Coordenadora de Ensino Fundamental da Escola Municipal, percebendo o vencimento de seu cargo efetivo, acrescido de gratificação de função de 30% (trinta por cento), conforme disposto no inciso II, do parágrafo único do artigo 74, da Lei nº 551 de 28 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 02 de janeiro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 021/2017

Designa profissional do magistério para Função de Confiança e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a Professora Pedagoga Sr.ª FABIANI BOLSON ZAMBONIN, portadora do RG nº 4.389.519 SSP/SC e do CPF nº 002.919.051-70, para exercer em caráter de confiança, a função de Coordenadora de Ensino Fundamental da Escola Municipal, percebendo o vencimento de seu cargo efetivo, acrescido de gratificação de função de 30% (trinta por cento), conforme disposto no inciso II, do parágrafo único do artigo 74, da Lei nº 551 de 28 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 02 de janeiro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 020/2017

Designa profissional do magistério para Função de Confiança e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a Professora Pedagoga Sr.ª CLAUDIA REGINA ARMANI, portadora do RG nº 3.816.559 SSP/SC e do CPF nº 004.822.169-48, para exercer em caráter de confiança, a função de Diretora da Creche Municipal Santo Anjo, percebendo o vencimento de seu cargo efetivo, acrescido de gratificação de função de 30% (trinta por cento), conforme disposto no inciso II, do parágrafo único do artigo 74, da Lei nº 551 de 28 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 02 de janeiro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: Nº 05/2017

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: Ilario Chisi – CPF nº 570.022.581-68.

Cargo/função: Motorista, vinculado à Secretaria Municipal de Obras Viação Urbanismo e Saneamento.

Remuneração base: R$ 1.225,00 por mês.

Prazo: Até 10/02/2017.

Data assinatura: 02/01/2017.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul.

ILARIO CHISI

Contratado.

PORTARIA Nº 019/2017

Designa profissional do magistério para Função de Confiança e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a Professora Pedagoga Sr.ª ADRIANE SALETE DAROLD, portadora do RG nº 11/R-2. 819.781 SSP/SC e do CPF nº 001.151. 309-85, para exercer em caráter de confiança, a função de Diretora da Escola Municipal, percebendo o vencimento de seu cargo efetivo, acrescido de gratificação de função de 50% (cinquenta por cento), conforme disposto no inciso IV, do artigo 73, da Lei nº 551 de 28 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 02 de janeiro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 018/2017

Dispõe sobre nomeação de servidora para o cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, a servidora RUBIANE BERTOLINI DOS SANTOS, portadora do RG nº 23066547 SSP/MT e do CPF nº 882.970.121-15, para exercer o cargo de provimento em comissão de *Chefe de Departamento de Vigilância em Saúde*, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, percebendo para tanto os vencimentos na forma do Anexo II da Lei nº 552 de 28 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 02 de janeiro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: Nº 06/2017

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: Jose Carlos Morelato – CPF nº 371.112.059-87

Cargo/função: Motorista, vinculado à Secretaria Municipal de Obras Viação Urbanismo e Saneamento.

Remuneração base: R$ 1.225,00 por mês.

Prazo: Até 10/02/2017.

Data assinatura: 02/01/2017.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul.

JOSE CARLOS MORELATO

Contratado.

PORTARIA Nº 017/2017

Dispõe sobre nomeação de servidor para o cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, o servidor CESAR ITAMAR SARINHO GUERGOLETI, portador do RG nº 1561829-3 SSP/MT e do CPF nº 000.082.911.01, para exercer o cargo de provimento em comissão de *Diretor do Departamento de Administração da Saúde Pública*, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, percebendo para tanto os vencimentos na forma do Anexo II da Lei nº 552 de 28 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 02 de janeiro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

ERRATA

Na publicação da PORTARIA Nº 168/2016, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, Edição nº 2.565, do dia 19 de setembro de 2016, página 306, ONDE SE LÊ: *"DOWGLAS RIBEIRO SCAPIM",* LEIA-SE: **DOUGLAS RIBEIRO SCARPIM**, eONDE SE LÊ: *"CPF nº 015.252. 991-83"*, LEIA-SE: **CPF nº 015.252.991-82**.

PORTARIA Nº 025/2017

Dispõe sobre licença para tratamento de saúde da servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 100, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando o teor da Comunicação de Decisão, expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Agência de Sinop/MT;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida licença para tratamento de saúde, à servidora efetiva Srª. MARIA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES CARLOS – Zeladora, Vinculada à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, portadora do RG nº 1989437-6 SSP/MT e CPF nº 007.534.661-39, pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, sem prejuízo da remuneração, mediante concessão de auxílio-doença, a cargo do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 02 de janeiro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: Nº 07/2017

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: Claudio Pereira – CPF nº 877.481.931-34

Cargo/função: Motorista, vinculado à Secretaria Municipal de Obras Viação Urbanismo e Saneamento.

Remuneração base: R$ 1.225,00 por mês.

Prazo: Até 10/02/2017.

Data assinatura: 02/01/2017.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul.

CLAUDIO PEREIRA

Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: Nº 08/2017

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Vanessa Torini da Costa Rodrigues – CPF nº 616.219.511-20

Cargo/função: Assistente Social 30 h/s, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania

Remuneração base: R$ 2.000,00 por mês.

Prazo: Até 10/02/2017.

Data assinatura: 02/01/2017.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul.

VANESSA TORINI DA COSTA RODRIGUES

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: Nº 09/2017

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: Leopoldo Correa – CPF nº 502.969.220-72.

Cargo/função: Gari, vinculada à Secretaria Municipal de Obras Viação Urbanismo e Saneamento.

Remuneração base: R$ 937,00 por mês.

Prazo: Até 10/02/2017.

Data assinatura: 02/01/2017.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul.

LEOPOLDO CORREA

Contratado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

ATO Nº. 047/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Maria José de Paula Lima do cargo em Comissão de Superintendente de Gestão Escolar - DNS 3, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura , Esporte e Lazer, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de Janeiro de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

REUNIÃO

VÁRZEA GRANDE 05 DE JANEIRO DE 2017.

A PRESIDENTE DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE JULGAMENTO DAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, COM BASE NO ARTIGO 4ª DO DECRETO Nº 68/16, FAZ SABER QUE A REUNIÃO MENSAL DA JUNTA, REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO/17, SERÁ REALIZADA DIA 31/01/2017, AS 08:00 NA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, COM A SEGUINTE PAUTA:

- **JULGAMENTO DO PROCESSO Nº 2120/2015 ANTONIO RONI DE LIZ**

Hélen Farias Ferreira

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável

PMVG-MT

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.87/2016

REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO N. 403101/2016

Processo n. 403101/2016O Município de Várzea Grande, por meio do Pregoeiro Oficial, designada pela portaria n. 022/2016 torna público para conhecimento dos interessados, que o Pregão Eletrônico n.87/2016: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de vasilhames e carga de glp -

gás liquefeito de petróleo acondicionado em botijão retornável para atender a prefeitura municipal de várzea grande, conforme edital e anexos, **ADJUDICADO e HOMOLOGADO** em 05/01/2017, sagrando-se vencedora a empresa abaixo.

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 001/2017.

Validade: 12 (doze) meses.

GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP CNPJ sob n. 03.401.442/0001-38					
Item	**Un.**	**Descrições**	**Qtd.**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1.	UN	Carga de gás GLP acondicionado em botijão de 13 kg tipo doméstico com controle de segurança testado aprovado e lacrado para garantia de peso certo e qualidade. Demais condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NBR- 8614 ABNT para padrão das válvulas.	588	R$ 79,00	R$ 46.452,00
2.	UN	Carga de gás GLP acondicionado em cilindro P45 retornável com controle de segurança testado, aprovado e lacrado para garantia de peso certo e qualidade. Demais condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NBR- 13794 ABNT para padrão das válvulas.	135	R$ 301,29	R$ 40.674,15
3.	UN	Vasilhame para gás liquefeito P13para gás liquefeito p13 tipo doméstico, com controle de segurança testado, aprovado e lacrado para garantia de peso certo e qualidade. Demais condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NBR-8614 ABNT para padrão das válvulas.	52	R$ 216,44	R$ 11.254,88
4.	UN	Vasilhame para gás liquefeito P45 com controle de segurança testado, aprovado e lacrado para garantia de peso certo e qualidade. Demais condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NBR- 13794 ABNT para padrão das válvulas.	22	R$ 585,97	R$ 12.891,34
Total Geral de R$ 111.272,37 (CENTO E ONZE MIL, DUZENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS).					

Várzea Grande-MT, 05 de janeiro de 2017

CONTRATANTE:

Pablo Gustavo Morais Pereira

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Kathe Maria Kholhase Martins

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Silvio Aparecido Fidélis

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

CONTRATADA:

Gasolini Comércio E Serviços Ltda - EPP

CNPJ sob n. 03.401.442/0001-38

ATO Nº. 051/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Evandro Roxo Medeiros no cargo em Comissão de Assessor de Gestão - DNS 02, no Gabinete da Prefeita, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de Janeiro de 2017.

Adriana Correa da Costa de A. L. Monteiro

Assessora Especial do Gabinete

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 050/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Creonice de Oliveira Barbosa do cargo em Comissão de Gerente de Legislação e Normas - DNS 6, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura , Esporte e Lazer, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de Janeiro de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº 001/2017

Ricardo Azevedo Araújo – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e

Considerando que a execução de contrato, obra e serviço devera ser acompanhada e fiscalizada por representante da administração especialmente designado (art.67 da Lei 8.666/90);

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

Considerando que a fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços serão realizados por serviços técnicos profissionais especializados (art. 13, IV da Lei 8.666/90)

Considerando que a fiscalização de obras e serviços de engenharia define-se como atividade que envolve a inspeção e o controle técnicos sistemáticos de obra ou serviços, com a finalidade de examinar ou verificar se sua execução obedece ao projeto e as especificações e prazos estabelecidos, (Resolução nº 1010 do CONFEA);

Considerando que o Fiscal de obras e serviços de engenharia deve se habilitar no CREA, registra ART especifica da fiscalização que realiza e se municiar de instrumentos que materializem o controle sobre a obra ou serviço, em forma de livros ou formulários de registro das atividades;

Considerando as exigências contidas nos Relatórios de Acompanhamentos Simultâneos de documentos inseridos no Sistema Geo-Obras do tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso-TCE/MT

RESOLVE:

Art. 1°. Designar o servidor abaixo relacionado para exerce a função de **Fiscal de Obras e Serviços de Engenharia,** do seguinte contrato:

PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2016

CONTRATO N.º 016/2016- PERSAN-PERFURAÇÃO SONDAGENS E SANEAMENTO EIRELI

Objeto: Contratação de empresa especializada em perfuração de poços artesianos do município e Distritos de Várzea Grande, para atender a demanda reprimida de abastecimento de água por captação subterrânea, incluso, levantamento Geofísico.

Fiscal: Calmiro Francisco Ferreira

RG N.º 376130 SSP/MT CPF N.º 384.174.211-49

END. Rua Maranguá n.º 65 Bairro: Pedregal

Cidade: Cuiabá /MT

Matricula N.º 525

Art. 2°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrario.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 06 de janeiro de 2016.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

ATO Nº. 046/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Gustavo Luiz Mesquita Correa da Costa do cargo em Comissão de Assessor Especial - DNS 3, do Gabinete da Prefeita, a partir de 04 de janeiro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de Janeiro de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS

Aos 06 (**seis)** dias do mês de janeiro de 2017, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDÉLIS, **autoriza** a Empresa WN Construções Ltda – ME**, inscrita no CNPJ n°. 19.699.306/0001-06**, representado por sua sócia administradora Wanderléia Martins Amorim **a iniciar** os serviços de Urbanização e Paisagismo na Quadra Coberta com Vestiário da EMEB "Eunice Cesar de Mello", localizada na Rua Presidente Janio Quadros esquina com a Rua Afonso Amarilho, Bairro Vila Pirineu na cidade de Várzea Grande/Mato Grosso, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, conforme contrato n°. 113.2016 – Carta Convite n°. 01.2016.

Várzea Grande, 06 de janeiro de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Representante da Empresa

PORTARIA Nº 01/CGM/2017

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade de INSTAURAR Processo de Tomada de Contas Especial, referente ao processo nº 9.021-2/2016 TCE/MT – Em cumprimento às determinações contidas no acórdão nº 2858/2014 – Processo 76589-2013 TCE/MT, a fim de apurar possíveis irregularidades nas liquidações de despesas oriundos dos contratos firmados entre a Prefeitura Município de Várzea Grande e as Empresas KS-Controle de Pragas e Soluções Ambiental LTDA; Somec-Serviços Medicos LTDA e Centro de Imagenologia do Centro Oeste, em conformidade com a Resolução Normativa n. 24/2014 do TCE/MT,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR Comissão formada pelos servidores membros do Controle Interno conforme nomeação abaixo para, sob a presidência do primeiro, realizar a partir da publicação desta Portaria no prazo de 60 (sessenta) dias, a Tomada de Contas Especial, em conformidade com o disposto na Resolução Normativa n. 24/2014 do TCE/MT, visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente.

Sergio Freitas da Silva – Presidente

Aracelly Ferreira Campos – Membro

Geisiane de Almeida Silva - Membro

Artigo 2°- Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Várzea Grande – MT, 06 de Janeiro de 2017.

DENIZE ROSA DE MORAIS

Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 006/2017

A Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT, **LUCIMAR SACRE DE CAMPOS**, no uso de suas atribuições legais e conforme o Processo nº 419808/2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder à **Procuradoria Geral da República**, prorrogar por mais **01** (um) ano a partir de **02/01/2017 a 02/01/2018** o servidor **ELTON JAMES GARCIA SILVA**, matrícula n° 14410, exercendo o cargo de Agente Administrativo, para exercício de cargo comissionado, nos termos do artigo 105, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 1.164/91.

Art. 2º - O ônus da remuneração do servidor será suportado pela entidade cessionária **(Procuradoria Geral da República)**, nos termos do parágrafo único do artigo 105 do mesmo diploma legal.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com efeitos financeiros a partir de **02/01/2017.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande-MT, 04 de janeiro de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 007/2017

Dispõe sobre delegação de competências do Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração.

O Secretário

Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais nos termos do Art. 95, parágrafo único da Lei Orgânica do Município e Art. 11 e Art. 12 da Lei Complementar n° 4.083/2015:

RESOLVE:

Art. 1º - **Delegar ao Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD, MARCOS RODRIGUES DA SILVA**, matrícula n° 31375 as seguintes competências:

Expedição de certidão de tempo de serviço;

Portarias de reconhecimento e averbação de tempo de serviço;

Portaria de Licença e afastamento Legais;

Portaria de concessão de licença prêmio;

Portaria de concessão de férias.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a partir de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande, 04 de janeiro de 2017.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

ERRATA

A Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT, **LUCIMAR SACRE DE CAMPOS**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Instrução Normativa SRH 05-07 n° 01/2016; e

CONSIDERANDO a existência de mero erro material quando da digitação do nome do servidor DEJALMA FERREIRA DOS SANTOS FILHOconforme Portaria nº 1260/2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, do dia 21/12/2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a **retificação do Nome**:

Onde se lê: "*DAJALMA FERREIRA DOS SANTOS FILHO*"

LEIA-SE: DEJALMA FERREIRA DOS SANTOS FILHO

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 28 de dezembro

de 2016.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 1528/2016

A Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT, **LUCIMAR SACRE DE CAMPOS**, no uso de suas atribuições legais e conforme o Processo nº 416469/2016,

RESOLVE:

Conceder ao servidor **MIGUEL ANGEL CLAROS PAZ**, Matrícula n° 35514, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de **Médico Ginecologista**, **04** (quatro) anos de Licença para o exercício de **Mandato Eletivo sem ônus**, no período compreendido entre **02/01/2017 a 31/12/2020.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande-MT, 30 de dezembro de 2016.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 009/2017

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** à servidora abaixo.

SERVIDOR	**EDIVAN APARECIDO DIAS DE AMORIM**
MATRICULA	12065
CARGO	Guarda Municipal
PROCESSO N°	309844/2015
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**01.06.2010/2015**
PERÍODO DE GOZO	05.01.2017 à 04.04.2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 06 de Janeiro de 2017.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

ATO Nº. 045/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Evandro Roxo Medeiros do cargo em Comissão de Assessor de Gestão - DNS 2, do Gabinete do Vice Prefeito, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de Janeiro de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

EDITAL Nº. 01/2017/SMDUET

CONVOCAÇÃO DOS CANDITADOS A BENEFICIÁRIOS NO "PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA" – RESIDENCIAL SÃO BENEDITO –

ETAPAS 1, 2 E 3 – VÁRZEA GRANDE/MT PARA COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, vem através do presente **CONVOCAR** os candidatos a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – Programa Nacional de Habitação - Residencial São Benedito Etapas I, II e III, abaixo relacionados, a **COMPARECER até o dia 20 de Janeiro de 2017** à Superintendência de Políticas Habitacionais , localizada a Av. Castelo Branco nº 1,530, Água Limpa, Várzea Grande – MT, para comprovação da situação de enquadramento ao Programa, de acordo com os critérios definidos pela Portaria 595, de 18 de Dezembro de 2013, do Ministério das Cidades.

A ausência de comparecimento até o prazo indicado e/ou ausência de comprovação da situação de enquadramento ao Programa sujeitam os candidatos a exclusão do processo de seleção.

Publique-se.

Várzea Grande-MT, 6 de janeiro de 2017.

Fábio Gonçalves Ortega

Assessor Jurídico

Ednety Godoy Figueiredo Silva

Superintendente de Políticas Habitacionais

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo

RESIDENCIAL SÃO BENEDITO - 1ª ETAPA

	NIS	BENEFICIÁRIO (A)
1.	1616182424-9	ALAIS MARQUES DA SILVA
2.	1267624940-3	ANTONIO GONCALVES DE FRANCA
3.	1637210965-5	CRISTINA SEVERINA DA SILVA
4.	1268236940-7	DANIELY DIAS MACHADO
5.	1292890640-3	FRANCINEIDE SEIXAS PEREIRA
6.	2038956325-5	FRANCISCO EDUARDO DO NASCIMENTO
7.	1632816243-0	JULIETE FATIMA PIRES DE CAMPOS
8.	2030327011-4	MARCIA SALES LIMA
9.	1231010426-6	MARIA AMELIA DE JESUS
10.	1638805363-8	MARIA GLEICE BORROMEU BORGES
11.	2280649149-4	MARIA PETRONILIA DA SILVA
12.	2281263596-6	MARIA ROSA GODOE PEREIRA
13.	1215313176-8	MARIA VIEIRA DE ALMEIDA
14.	1266782540-5	MARILIA SAAR
15.	1648306212-6	MILENE ZULMIRA DE ALMEIDA
16.	1316946340-2	NISANGELA CLARA DE SOUZA
17.	2038383218-1	NOEME DA CRUZ RONDON
18.	1653585867-8	PATRICIA CRISTINA DA SILVA
19.	1663269549-4	ROSA CRUZ DE ARRUDA
20.	2091176595-0	ROSANGELA RAMOS DOS SANTOS
21.	2090662739-1	ROSARIA GOMES
22.	1664859022-0	SABRINA DO NASCIMENTO SOUSA
23.	2100552978-9	SANDRA MARIA GOMES SANTOS SILVA
24.	1286206140-0	VALDEMIR ALVES
25.	1655597989-6	VALENTINA SERGIA MACIEL
26.	2044374816-5	VANESSA GOMES DA SILVA

RESIDENCIAL SÃO BENEDITO – 2ª ETAPA

	NIS	BENEFICIÁRIO (A)
1.	2103365673-0	BEATRIZ ARAUJO BATISTA
2.	2125823596-1	BENEDITA NUNES SILVA
3.	1619503226-4	CANDIDA RIBEIRO DA SILVA
4.	2105830979-1	ELIANE ALAIDE DE JESUS SILVA
5.	2121115192-3	ELIETE MARIA DE LIMA
6.	1614377092-2	ELIS VANIA LIMA CARVALHO
7.	1603179368-8	FABIANA JESUINA CAMPOS RUIZ
8.	2366165212-1	FABIO JUNIOR DO CARMO
9.	2040799267-1	FERNANDA PEDROSO DA SILVA
10.	2201040734-1	FERNANDO PAULO TOURINO
11.	2363342904-9	FRANCIELE FRANCISCA DE AMORIM BARROS
12.	2106637619-2	GERANI PEREIRA LEITE
13.	1619766853-0	GISELLE PATRICIA UNTAR
14.	1634263538-3	GRACIANE MARCIA DA GUIA SILVA
15.	1625002337-3	GRAZIELY DA SILVA SOUZA
16.	1218559093-8	JOAO BATISTA DE ALMEIDA
17.	1292810440-4	JOSIEIRE MARQUES MISSIAS
18.	1624929595-0	JUCINEIDE DE ALMEIDA ARRUDA
19.	1284461010-4	KESIA BERNARDES ALVES CHIRIAC
20.	1333142640-6	LARISSA CRISTINA VERISSIMO DE FREITAS
21.	1649223065-6	MARCIA SOUSA COSTA
22.	1284101240-0	MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA
23.	1244029600-9	MINERVINA REIS DE MORAES
24.	1238942876-4	REGINA HELENA PEREIRA
25.	2069213269-9	ROSALIA MELO DA SILVA
26.	1311003240-5	SANDRA CRISTINA SILVA

RESIDENCIAL SÃO BENEDITO – 3ª ETAPA

	NIS	BENEFICIÁRIO (A)
1.	1612772365-6	ADRIANA DA SILVA LISBOA
2.	1612091888-5	ALINE KAROLINA DA SILVA LIMA
3.	1246577646-2	ALVARO DE CAMPOS
4.	1269240940-1	ANTONIO JOSE DE CAMPOS
5.	2102957213-7	BEATRIZ PEREIRA DE SOUZA
6.	1327858840-0	DANIELE SOCORRO DA SILVA CARUTA
7.	2366738430-7	JOSEMARY DOS SANTOS MARCAL ALVES
8.	1281471240-5	LIZETE RAMOS DE ARRUDA
9.	1643029953-9	LORRANE CRISTINA SOARES DE SOUZA
10.	1329341740-9	LUCIANA DA SILVA DE LARA
11.	1386836631-7	MARCILEYA FERREIRA JUIZ
12.	1654736719-4	VIVIANE ALMEIDA SANTOS

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DO 3°TERMO ADITIVO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

ESTADO DE MATO GROSSO

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DO **3°TERMO ADITIVO** DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

Em conformidade com o Art. 244 da Lei 1.164/91; DECRETO N°64/2014; Art.73, inciso V, alínea “d”; Art.10, inciso I da Lei 7.783/89; Parecer Autorizativo n°185/CGM/2016 da Controladoria Interna do Município.

MAT.	SERVIDORES	INÍCIO	TÉRMINO	CARGOS	SALÁRIO	CONTRATO
1972	ARGEMIRO PARANHOS DA SILVA FILHO	02/01/2017	30/06/2017	ENCANADOR	937,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

VÁRZEA GRANDE, 06 DE JANEIRO 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente DAE/VG

PORTARIA Nº 010/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 155/2016 de 23 de março de 2016 e tendo em vista o que consta do Processo nº 418425/2016,

RESOLVE:

Retificar a Portaria n° 1529/2016 que concedeu à servidora **JENNIFER OLIVEIRA DE SENE**, Matrícula 96032, exercendo o cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991**.**

Onde se lê: "*a vigorar a partir de 26/12/2016 a 26/12/2017".*

Leia-se: "**a vigorar a partir de 26/12/2016 a 26/12/2018**".

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 03 de janeiro de 2017.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DO 1°TERMO ADITIVO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

ESTADO DE MATO GROSSO

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DO **1°TERMO ADITIVO** DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

Em conformidade com o Art. 244 da Lei 1.164/91; DECRETO N°64/2014; Art.73, inciso V, alínea "d"; Art.10, inciso I da Lei 7.783/89; Parecer Autorizativo n°185/CGM/2016 da Controladoria Interna do Município.

MAT.	SERVIDORES	INÍCIO	TÉRMINO	CARGOS	SALÁRIO	CONTRATO
2075	ARY BENEDITO DE MAGALHÃES	02/01/2017	30/06/2017	AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	937,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

VÁRZEA GRANDE, 06 DE JANEIRO 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente DAE/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA N°002/2017

PORTARIA N°002/2017

Ricardo Azevedo Araújo – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n°1.733/97, alterada pela Lei n°1.866/98 e

RESOLVE:

Art. 1°. Em atenção ao princípio da publicidade administrativa, torna público a data instalação e posse da CIPA GESTÃO 2016/2017.

Nos termos que segue.

ATA DE INSTALAÇÃO E POSSE CIPA GESTÃO 2016/2017

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, no Departamento de Água e Esgoto – DAE/VG-MT, nesta cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, Presentes o Sr. Ricardo Azevedo Araújo Diretor Presidente do DAE-VG, bem como os demais participantes, reuniram-se para Instalação e Posse da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes-CIPA deste Departamento, conforme estabelecido pela NR 05 da Portaria 3.214 de oito de junho de 1978. Passando-se assim a posse dos representantes do Patronal;

TITULARES SUPLENTES

Grace Stre Peres Hodniuk - Antonio João Carvalho de Oliveira

Calmiro Francisco Ferreira - Carlos Oberto da Silva

Sergio Fernandes da Silva - Rosiley Nunes de Paula

Leandrey Akerley Silva - Orita de Oliveira Santos

Posteriormente declarou empossados os representantes eleitos pelos servidores:

TITULARES SUPLENTES

Maria Aparecida M. Almeida - José Maria de Miranda

João Gonçalo M. Campos - Telma Cristina Gomes

Luiz Fernandes F. Abreu - Karine Meira da Cunha

Clebio Uilias Gonçalves - Rogério Rodrigues Miranda

Na presente ocasião foi designada a Srª Grace Stre Peres Hodniuk para presidente da CIPA conforme portaria nº 118/2016, tendo sido escolhido entre os representantes eleitos dos empregados a Srª. Maria Aparecida M. de Almeida para vice-presidente. Os membros escolheram em comum acordo também a Srª Karine Meira da Cunha para secretaria da CIPA e para vice-sercretário o Sr. Clebio Uilias Gonçalves. Nada mais havendo a tratar declarou-se encerrado a sessão lembrando a todos que o período da gestão da CIPA ora instalada será de um ano a contar da presente data. Para constar, lavrou-se a presente

ATA que, lida e aprovada, vai assinada por mim Karine Meira da Cunha secretária, por todos representantes titulares e suplentes e pelo Diretor Presidente.

REPRESENTANTES PATRONAL

Grace Stre Peres Hodniuk - Antonio João Carvalho de Oliveira

Calmiro Francisco Ferreira - Carlos Oberto da Silva

Sergio Fernandes da Silva - Rosiley Nunes de Paula

Leandrey Akerley Silva - Orita de Oliveira Santos

REPRESENTANTES ELEITOS

Maria Aparecida M. Almeida - José Maria de Miranda

João Gonçalo M. Campos - Telma Cristina Gomes

Luiz Fernandes da S. Abreu - Karine Meira da Cunha

Clebio Uilias Gonçalves - Rogério Rodrigues Miranda

Art. 2° Esta portaria entra em vigor com data retroativa de 23 de Dezembro de 2016, revogando-se todas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se

Várzea Grande, 06 de janeiro de 2017.

Ricardo Azevedo Araújo

Diretor Presidente DAE/Vg

PORTARIA 1429/CPSPAD/SAD/2016

A Secretária Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

RESOLVE:

ADVERTIR RICARDO SANTOS GUIM**,** Inspetor de Tributos I, matrícula nº 39888, lotado e em exercício na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, por ter incorrido na infração estatutária de referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porem, criticar ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado, disposto no artigo 127, V da Lei Complementar Municipal nº 1.164/91.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 16 de dezembro de 2016.

Vivian D. de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

ATO Nº. 053/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Roberto Ferreira Santos Mancini no cargo em Comissão de Assessor Jurídico - DNS 05, na Secretaria Municipal de Governo, a partir de 04 de janeiro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de Janeiro de 2017.

Cesar Alberto Miranda L. dos S. Costa

Secretário Municipal de Governo

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 048/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Elizabete Britz Sousa do cargo em Comissão de Superintendente de Gestão Escolar - DNS 3, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura , Esporte e Lazer, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de Janeiro de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 049/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Paulo de Lima Pereira Júnior do cargo em Comissão de Coordenador de Obras e Projetos - DNS 4, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura , Esporte e Lazer, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de Janeiro de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 052/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Gustavo Luiz Mesquita Correa da Costa no cargo em Comissão de Coordenador Administrativo e Financeiro - DNS 04, na Secretaria Municipal de Governo, a partir de 04 de janeiro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de Janeiro de 2017.

Cesar Alberto Miranda L. dos S. Costa

Secretário Municipal de Governo

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

DECRETO N. 006/2017

"DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA UPF/VB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica, nos termos dos artigos 436, parágrafo único e 436 da Lei Complementar Municipal nº 051/2013, atualizada a unidade de padrão fiscal para o exercício de 2017, com o valor de R$ **16,91** (dezesseis reais e noventa e um centavos).

Art. 2º - O valor atualizado UPF/VB será aplicado em todas as operações previstas no Código Tributário do Município, e operações correlatas.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO de dois mil E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
PORTARIA Nº 014/2017

PORTARIA Nº 014/2017

"NOMEAR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM QUE ESPECIFICA".

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade MT., no uso das atribuições legais,que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **EDMILSON CORREA DE MORAIS,** Brasileiro, casado, Residente e Domiciliada nesta cidade, sito Rua Municipal, Bairro Centro, Vila Bela da Ss. Trindade - MT, portadora do RG: 1178039-8 SSP /MT, e CPF: 841.961.491-20 nomear no cargo de provimento de **ASSESSOR DE IMPRENSA.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas disposições em contrario.

Vila Bela da Ss. Trindade – MT, 06 de Janeiro de 2017.

FLAVIO FERREIRA DE SOUZA

PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO

PORTARIA N. 029/2017

"DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER, TEMPORARIAMENTE, OUTRA FUNÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

***WAGNER VICENTE DA SILVEIRA*, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, por acordo mútuo e Conveniência da Administração Municipal a servidora efetiva no cargo de Agente Administrativo a Srª **KATIUCE MARQUES ALVES,** brasileira, residente e domiciliada no município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora do RG: 42.19560 SSP/GO e CPF.: 002.603.311-98, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **ADMINISTRADORA DE DIVISÃO DE SAÚDE, Símbolo C.C.1, a contar do dia 02 de janeiro de 2017.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 030/2017

"DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER, TEMPORARIAMENTE, OUTRA FUNÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

***WAGNER VICENTE DA SILVEIRA*, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, por acordo mútuo e Conveniência da Administração Municipal a servidora efetiva no cargo de **Recepcionista** Srª **HELIDA BRINGSKEN DA CRUZ,** brasileira, residente e domiciliada no município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora do RG: 1618038-0 SSP/MT e CPF.: 025.296.231-12, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **GERENTE DO DEPARTAMENTO DE TURISMO, Símbolo C.C.3, a contar do dia 02 de janeiro de 2017.**

Art. 2º - esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 02 de janeiro de 2016, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 022/2017

Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT torna pública a RETIFICAÇÃO da publicação **PORTARIA Nº 022/2017**, publicado no Publicado no Jornal Oficial dos Municípios, ANO XII, N° 2.641 do dia 06 de janeiro de 2017, na pagina 334

ONDE SE LÊ:PORTARIA Nº 022/2017

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **JANETI GOMES CORREIA,** brasileira, casada, residente e domiciliada a Rua Lino Bispo de Oliveira, s/nº, Centro, município de Vila Bela da SS Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 590.319 SSP/MT e CPF nº 420.074.881-91, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Administrador (a) de Divisão de Saúde, símbolo C.C. 1,** a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

LEIA-SE:

PORTARIA Nº 022/2017

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições

legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **JANETI GOMES CORREIA,** brasileira, casada, residente e domiciliada a Rua Lino Bispo de Oliveira, s/nº, Centro, município de Vila Bela da SS Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 590.319 SSP/MT e CPF nº 420.074.881-91, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Administrador (a) de Unidades Básicas de Saúde, símbolo C.C.1,** a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 028/2017

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **FRANCISCO ROOBIN PROFETA VIEIRA,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado a Rua Oscar Soares s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade nº 0993662-9 SSP/MT e CPF nº 788.230.561-87, do cargo de provimento em comissão de **Secretário Municipal de Cultura**, a contar desta data.

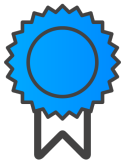
PARÁGRAFO ÚNICO – O Secretário nomeado no Artigo 1º desta Portaria responderá concomitantemente as atribuições da Secretaria Municipal de **Turismo e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial**, sem alterações no vencimento, com fundamento nas disposições do Artigo 43, § 3º, da Lei 424/92.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Sun Jan 08 21:32:25 UTC 2017
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)